

DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA

**TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS PARA  
EXPLORAÇÃO SEXUAL NA ESPANHA -  
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS POR  
MEIO DE UMA VISÃO CRÍTICA E  
EMANCIPADORA**

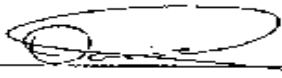
Sevilla  
2017

DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA

PROGRAMA DE DOCTORADO: DESARROLLO Y CIUDADANÍA; DDHH, IGUALDAD,  
EDUCACIÓN E INTERVENCIÓN SOCIAL

TESE: TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS PARA EXPLOTAÇÃO SEXUAL NA ESPANHA –  
GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE UMA VISÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA

DOCTORANDA: DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA



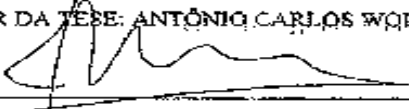
---

DOCTORANDO: DANIELE CORRÊA SANTA CATARINA



---

DIRETOR DA TESE: ANTÔNIO CARLOS WOLKMER



---

TUTORA DA TESE: ISABEL VICTORIA LUCENA CID

Sevilla, 20 de março de 2017.

Sevilla  
2017

Daniele Corrêa Santa Catarina

**TRÁFICO DE MULHERES BRASILEIRAS PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL NA ESPANHA – GARANTIA DOS  
DIREITOS HUMANOS POR MEIO DE UMA VISÃO CRÍTICA E EMANCIPADORA**

Dados da aprovação.

**Composição do Tribunal:**

---

Presidente:

---

Membro:

---

Membro:

---

Diretor da Tese:

---

Tutor da Tese

Sevilla, de de 2017.

## **Agradecimentos**

Em primeiro lugar agradeço a Deus e a meus pais, por terem me dado o dom da vida.

Agradeço ainda:

À minha mãe, Maida, por ter compartilhado esta experiência comigo, desprendendo-se de tudo para acompanhar-me.

Ao meu pai, Antônio, por todo o apoio incondicional em todos os momentos.

Aos meus filhos Júlia, Beatriz e Antônio Matheus, e ao meu marido, Francisco, por terem dividido a minha atenção com o estudo exacerbado, indispensável para a conclusão deste trabalho.

À minha irmã, Cristiane, por ter me dado apoio para assumir esta missão, diante das dúvidas que permeavam a minha mente.

Aos meus tutor e diretor de tese, pela dedicação e apoio na elaboração da presente tese.

Por fim, agradeço ao Ministério Público do Trabalho, por ter autorizado o afastamento de minhas funções institucionais por quatro meses para a finalização deste Doutorado.

A aprovação da presente tese não implica endosso do Diretor de Tese, dos membros componentes do Tribunal de avaliação da Tese ou da Universidade Pablo de Olavide às ideias que a fundamentam ou que nelas são expostas.

## SUMÁRIO

RESUMO.....	9
ABSTRACT .....	10
RESUMEN .....	11
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – TEORIA TRADICIONAL E CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. TEORIAS ACERCA DO TRABALHO SEXUAL. ....	20
1.1- Teoria liberal, abstrata e individual de Direitos Humanos comparada à Teoria crítica dos Direitos Humanos. ....	20
1.2- O diamante ético e o tráfico de mulheres para exploração sexual. Eixo conceitual e eixo material. ....	40
1.3-Teorias acerca do trabalho sexual. Modelos adotados no Brasil, Espanha, Holanda, Alemanha e Suécia e suas consequências no tráfico de seres humanos.....	47
CAPÍTULO 2- TRÁFICO DE SERES HUMANOS E DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. ....	57
2.1- Tráfico de seres Humanos e de mulheres para exploração sexual.....	57
2.2 – Elementos históricos que justificam que o tráfico de mulheres para exploração sexual seja o que mais ocorre na atualidade.....	82
2.2.1 - Questão de gênero. ....	82
2.2.1.1- Teorias relativas ao feminismo.....	82
2.2.1.2-Patriarcalismo. O Público e o Privado. Divisão Sexual do Trabalho.....	88
2.2.2 – Escravidão contemporânea e o critério da riqueza humana. ....	106
CAPÍTULO 3- LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. ....	122
3.1– Legislação internacional.....	122
3.2 – Legislação da Espanha. ....	143
3.2.1- Constituição Espanhola de 1978. ....	143
3.2.2- Legislação Penal Espanhola. ....	144
3.2.3- <i>Estatuto de los Trabajadores</i> da Espanha. Jurisprudência.....	151
3.3 - Legislação brasileira.....	157
3.3.1 - Constituição Federal de 1988. ....	157
3.3.2- Código Penal. Lei contra a violência de gênero (Lei nº 11.340/06 – Lei Maria da Penha).....	160
3.3.3-Consolidação das Leis do Trabalho. Jurisprudência. ....	169
3.3.4 - Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006) e Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP (Decreto nº 6.347, de 08 de janeiro de 2008). ....	173

3.4 - Legislação aplicável às trabalhadoras brasileiras que prestaram serviços na Espanha. ....	177
<b>CAPÍTULO 4– PROPOSTAS EFETIVAS PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL. ....</b>	<b>182</b>
4.1- Garantias atuais ineficientes. Aplicação da teoria crítica. ....	182
4.2- Garantias jurídicas. ....	192
4.2.1 Reconhecimento do trabalho prestado como legal (pragmatismo e direitos sexuais). ....	192
4.2.2 Reconhecimento dos direitos trabalhistas das profissionais do sexo. ....	200
4.2.3 Alteração do protocolo de palermo no que tange ao consentimento. ....	204
4.2.4 Descriminalização da prostituição e alteração da tipificação penal do tráfico de seres humanos. ....	210
4.3 - Garantias sociais e econômicas. ....	218
4.3.1 - Políticas públicas a serem adotadas pelo Poder Executivo. ....	218
4.3.2 - Papel das entidades sociais, dos sindicatos e das organizações não governamentais. ....	223
4.4 - Garantias culturais. ....	228
4.5 - Garantias Políticas. De uma ontologia da passividade para uma ontologia da potência. ....	240
<b>CAPÍTULO 5 – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO BRASIL. ....</b>	<b>245</b>
5.1 - Ministério Público. ....	245
5.2 – Papel do Ministério Público do Trabalho no Brasil. Exploração sexual de crianças e adolescentes. Competência da Justiça do Trabalho. ....	253
5.3 – Instrumentos de atuação do Ministério Público do Trabalho extrajudicial e judicial. ....	262
5.3.1- Instrumentos de atuação administrativa. Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. ....	262
5.3.2- Instrumentos de atuação judicial. Ação Civil Pública. Dano Moral Coletivo. <i>Dumping Social</i> . ....	271
5.4 – Casos Práticos de Atuação no Combate ao Tráfico de Seres Humanos. ....	296
<b>G- O CASO DO SITE GAROTA COPA 2014 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL. ....</b>	<b>322</b>
5.5 – Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Tráfico de Seres Humanos. ....	327
<b>CONCLUSÃO. ....</b>	<b>336</b>
<b>REFERÊNCIAS. ....</b>	<b>342</b>
<b>RESUMEN DE LA TESIS EM ESPAÑOL. ....</b>	<b>445</b>
Introducción. ....	445

Breve resumen y conclusiones.....	453
-----------------------------------	-----



## RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo o estudo acerca do tráfico de mulheres para exploração sexual do Brasil para a Espanha e a proposição de medidas para a sua erradicação à luz da teoria crítica de direitos humanos. Considerando o fato de que o tráfico de mulheres é o que mais ocorre na perspectiva do tráfico de seres humanos, realiza-se um estudo das causas históricas que contribuem com este fato, basicamente sob duas perspectivas: a primeira de gênero, com o aprofundamento de questões ligadas às teorias relativas ao feminismo, ao patriarcalismo, à divisão entre o público e o privado e à divisão sexual do trabalho, e a segunda de caráter econômico, relativa à escravidão contemporânea, à lógica de mercado, ao ser humano sendo considerado mero objeto e ao critério da riqueza humana, visando ao resgate do humano. Além disso, analisam-se as garantias jurídicas atualmente existentes relativas à matéria, examinando-se a legislação internacional e interna da Espanha e do Brasil, com um exame crítico de qual legislação seria aplicável às trabalhadoras brasileiras que são traficadas para prestarem serviços na Espanha. Faz-se um estudo aprofundado da teoria crítica de direitos humanos, comparando-a com a teoria tradicional, trabalhando-se com a figura do diamante ético, criada pelo ilustre professor Joaquin HERRERA FLORES, e com a análise crítica das teorias acerca do trabalho sexual. Ademais, são apresentadas propostas de combate efetivo ao tráfico de pessoas, de forma multidisciplinar, já que não é possível a solução deste grave problema com a adoção de medidas isoladas. Assim, são propostas medidas jurídicas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Por fim, é feita uma análise da função do Ministério Público do Trabalho no Brasil e das medidas repressivas e preventivas que podem ser adotadas com o objetivo de garantir os direitos das trabalhadoras e de sua dignidade. Com o objetivo de combater o tráfico e garantir a dignidade destas mulheres se busca, com este trabalho, uma mudança social, cultural, econômica e política, visando à criação de sujeitos emancipados, que tenham acesso igualitário aos bens necessários para viver com dignidade, independente de qualquer preconceito, estigma ou discriminação.

Palavras-chave: tráfico de seres humanos, tráfico de mulheres para exploração sexual; trabalho sexual; prostituição, teoria crítica de direitos humanos; garantias jurídicas, sociais, culturais, econômicas e políticas. Ministério Público do Trabalho.

## ABSTRACT

This work aims at studying the trafficking of women for sex work from Brazil to Spain as well as proposing measures for its eradication under the light of the critical theory of human rights. Considering the fact that women trafficking is the most common under the perspective of human beings trafficking, a study of the historical causes which have contributed to this fact has been done, basically under two perspectives: the first one being that of gender, which goes deeper into issues related to feminism, patriarchy, the division between public and private and the gender-based division of work and the second one being related to economy, including contemporary slavery, the market logic, the human being as considered a mere object and the human richness criteria aiming at rescuing the human element. The current legal guarantees related to the issue are also analysed, as well as the international and internal legislation both of Spain and Brazil with a critical view on which legislation should be applied to the trafficked Brazilian sex workers to Spain. A deep study of the critical theory of human rights is done, compared to the traditional theory. The study is developed with the figure of the ethic diamond, created by the distinguished Professor Joaquin HERRERA FLORES as well as with the critical analysis of the theories on sex work. In addition, proposals are presented in effectively combating trafficking in persons, in a multidisciplinary way, since the solution of this serious problem with the adoption of isolated measures is not possible. So it is proposed legal, social, economic, political and cultural. Finally, it is made a analysis of the function of the Labor Public Ministry in Brazil and the repressive and preventive measures that can be adopted in order to guarantee the rights of workers and their dignity. Through this work, we aim to fight the trafficking of women and to guarantee these women's dignity. We look for a social, cultural, economic and political change, so that we can bring about emancipated individuals, who have equal access to the necessary means to live with dignity, beyond prejudice, stigma or discrimination.

key words: human beings trafficking, trafficking of women for sex trade, sex work, prostitution, critical theory of human rights, legal, social, political and economic guarantees. Labor Public Ministry.

## **RESUMEN**

El presente trabajo tiene por objetivo el estudio acerca del tráfico de mujeres para explotación sexual de Brasil para España y la proposición de medidas para su erradicación a la luz de la teoría crítica de derechos humanos. Considerando el hecho de que el tráfico de mujeres es lo que más ocurre en la perspectiva del tráfico de seres humanos, se realiza un estudio de las causas históricas que contribuyen con este hecho básicamente bajo dos perspectivas: la primera de género, con la profundidad de cuestiones relacionadas a las teorías relativas al feminismo, al patriarcalismo, a la división entre lo público y lo privado y a la división sexual del trabajo, y la segunda de carácter económico, relativa a la esclavitud contemporánea, a la lógica de mercado, al ser humano siendo considerado mero objeto y al criterio de la riqueza humana, visando el rescate del humano. Además, se analizan las garantías jurídicas actualmente existentes relativas a la materia, examinando la legislación internacional e interna de España y de Brasil, con un examen crítico de cuál legislación sería aplicable a las trabajadoras brasileñas que son traficadas para que presten servicios en España. Se hace un estudio profundizado de la teoría crítica de los derechos humanos, comparándola con la teoría tradicional, trabajando con la figura del diamante ético, creada por el ilustre profesor Joaquín HERRERA FLORES, y con el análisis crítico de las teorías acerca del trabajo sexual. Además, se proponen medidas para combatir eficazmente la trata de personas, de forma multidisciplinar, ya que la solución de este grave problema con la adopción de medidas aisladas no es posible. Por lo tanto, se presentan medidas legales, sociales, económicos, políticos y culturales. Asimismo se hará un análisis de la función de la Fiscalía Laboral (Ministério Público do Trabalho) en Brasil y de las medidas represivas o preventivas que pueden ser adoptadas con objeto de garantizar los derechos de las trabajadoras y de su dignidad. Con el objetivo de combatir el tráfico y garantizar la dignidad de estas mujeres se busca, con este trabajo, un cambio social, cultural, económico y político, visando la creación de sujetos emancipados, que tengan acceso igualitario a los bienes necesarios para vivir con dignidad, independiente de cualquier prejuicio, estigma o discriminación.

Palabras Claves: tráfico de seres humanos, tráfico de mujeres para explotación sexual; trabajo sexual; prostitución, teoría crítica de derechos humanos; garantías jurídicas, sociales, culturales, económicas y políticas. Fiscalía Laboral (Ministerio Público del Trabajo en Brasil).

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo realizar um estudo detalhado acerca do tráfico de mulheres brasileiras para exploração sexual na Espanha, a partir de uma visão crítica e emancipadora, fundamentada na teoria crítica de direitos humanos do saudoso professor Joaquín Herrera Flores. Trata-se de um tema de fundamental importância mundial, dado o grande índice de tráfico de pessoas que ocorre na atualidade.

Os direitos humanos, infelizmente, estão sendo cada vez mais mitigados, reduzidos, sendo necessária uma luta diária e intensa para que esta realidade seja mudada. Não há dúvida de que vários autores, juristas e pensadores estão debatendo sobre o assunto. O tema está em evidência. Há defensores dos direitos humanos espalhados pelo mundo, há organismos internacionais destacados apenas para analisar e julgar denúncias acerca do tema, há normas nacionais e internacionais que garantem direitos, os Governos discutem medidas a serem adotadas, mas infelizmente o desrespeito aos direitos humanos aumenta diuturnamente. Mesmo havendo normas jurídicas e debates acerca do tema, vê-se que os mesmos não são suficientes para combater o tráfico de seres humanos, em especial para exploração sexual. Portanto, não bastam soluções imediatas e paliativas. Necessário se faz analisar a origem do problema, o que vem sendo feito e por que as providências adotadas não são suficientes, para então propor medidas que façam a diferença, que mudem a realidade e o dia a dia de todas as pessoas envolvidas.

Surge, assim, o presente trabalho, que visa a buscar soluções para este grave problema, não se limitando a resoluções meramente legais e isoladas, mas também, sociais, econômicas, políticas e culturais, pois só por meio de uma avaliação global, interligada e multidisciplinar será possível implementar medidas que efetivamente possam contribuir para o combate a tamanha afronta aos direitos básicos e elementares de todos os seres humanos.

Além disso, o fato desta doutoranda ser membro do Ministério Público do Trabalho no Brasil levou a se fazer uma análise e discussão do que vem sendo feito por este Órgão Público no Brasil, dentro de suas atribuições legais, trazendo exemplos e propostas de atuação que possam de fato contribuir para o combate ao tráfico de seres humanos.

Por tais razões que este tema foi escolhido, já que se faz necessária a análise de diversos elementos e a implementação de diversas mudanças em conjunto para que se possa mudar a realidade, ou como dizia Joaquín HERRERA FLORES, para “*cambiar la realidad*”.

Portanto, o principal objetivo do presente trabalho é apresentar propostas para que, por meio da aplicação da teoria crítica de direitos humanos, haja o combate ao tráfico de pessoas, seja garantida a dignidade das mulheres traficadas e se busque uma mudança social, cultural, econômica, jurídica e política, visando a criação de sujeitos emancipados, que tenham acesso igualitário aos bens necessários para se viver com dignidade, independentemente de qualquer estigma ou discriminação.

Para tanto, buscou-se com o presente trabalho respostas a diversas perguntas que permeiam o assunto, em especial: O que são direitos humanos? A aplicação dos elementos da teoria tradicional de direitos humanos é suficiente para combater o tráfico de seres humanos? Qual a diferença entre a teoria tradicional e a teoria crítica de direitos humanos? Por meio da aplicação da teoria crítica de direitos humanos é possível mudar a realidade hoje existente? Porque o tráfico de mulheres para exploração sexual é o que o mais ocorre na atualidade? Quais são as causas históricas que contribuem para que o tráfico de mulheres ocorra? Quais são as teorias relacionadas ao feminismo e ao trabalho sexual? Porque o trabalho da mulher sempre foi e ainda é o mais desvalorizado? Quais são os modelos adotados atualmente acerca do trabalho sexual e quais as consequências para o tráfico de mulheres? Quais são as garantias jurídicas atualmente existentes a nível internacional e nacional, no Brasil e na Espanha, acerca deste tema? São elas suficientes para erradicar o tráfico de seres humanos? Quais medidas podem ser implementadas para garantir com maior efetividade os direitos humanos e para combater o tráfico de pessoas? Quais são as propostas sociais, culturais, econômicas, políticas e jurídicas que podem mudar esta realidade? Qual o papel do Ministério Público no Brasil e no direito comparado, em especial do Ministério Público do Trabalho brasileiro? O que já vem sendo feito e o que ainda pode ser feito pelo Ministério Público do Trabalho para implementar os direitos humanos e combater o tráfico de pessoas, em especial o tráfico para exploração sexual de mulheres?

Visando a apresentar respostas a todas estas perguntas, utilizou-se de enfoques metodológicos diversos, sendo, com relação aos fins, explicativo (a fim de justificar as razões para a existência de alguns fatores), metodológico (identificar os instrumentos utilizados para

manipulação da realidade), aplicado (a fim de buscar soluções práticas para diversos problemas concretos), intervencionista (a fim de interferir na realidade estudada, visando a mudá-la e transformá-la). Já quanto aos meios, os enfoques metodológicos utilizados foram pesquisa bibliográfica, documental e descritiva.

Todo o arcabouço jurídico existente acerca do tráfico de seres humanos não é suficiente para combater tamanha atrocidade. Os números do tráfico de seres humanos não permitem outra conclusão. O que devemos então fazer? Qual a solução para erradicar este grave problema? A fim de encontrar respostas a tantas perguntas, busca-se o estudo de outros elementos, fundamentos e bases teóricas, a fim de pesquisar se é possível mudar a realidade atual. Para tanto, faz-se um estudo aprofundado da teoria crítica de direitos humanos, comparando-a com a teoria tradicional. Parte-se de três fundamentos: o que são os direitos humanos, o porquê desses direitos e sua finalidade. Com esta análise pretende-se demonstrar que as garantias atuais não são suficientes para garantir os direitos e a dignidade destas trabalhadoras traficadas, porque embasadas em bases tradicionais, sendo necessário, portanto, partir para um novo pressuposto, um novo paradigma, qual seja, a teoria crítica de direitos humanos, fundamentada nos ensinamentos de Joaquín HERRERA FLORES, já que se trata do marco teórico do presente trabalho.

O diamante ético, figura criada pelo ilustre Joaquín HERRERA FLORES<sup>1</sup>, tem por objetivo facilitar às partes do processo educativo e aos atores sociais uma imagem mais completa e simples possível dos elementos que compõem a realidade dos direitos, pretendendo afirmar a indiscutível interdependência entre os múltiplos componentes que definem os direitos humanos no mundo contemporâneo.

O diamante ético possui três capas, a fim de demonstrar três dimensões sempre em movimento, de forma que os seus componentes estejam inter-relacionados e sejam visíveis em todos os pontos de vista em que sejam colocados, dimensões estas impulsionadas tanto por categorias teóricas (eixo vertical) como por categorias práticas (eixo horizontal). Analisa-se todos os elementos do diamante ético, por entender que são indispensáveis na luta contra o tráfico de mulheres para exploração sexual.

---

<sup>1</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 107-111, tradução nossa.

O tráfico de seres humanos ocorre principalmente para a exploração sexual de mulheres, crianças e homens, para a remoção de órgãos, para a adoção de crianças e para a submissão a condições análogas a de escravo ou a servidão.

Considerando que o tráfico de mulheres para exploração sexual é o que mais ocorre na perspectiva do tráfico de seres humanos, realiza-se um estudo dos elementos históricos que explicam este fato, dividindo-se em duas perspectivas: a primeira de gênero, com o aprofundamento de questões ligadas às teorias relativas ao feminismo, ao patriarcalismo, à divisão entre o público e o privado e à divisão sexual do trabalho, e a segunda econômica, relativa à escravidão contemporânea, à lógica de mercado, ao ser humano sendo considerado mero objeto e ao critério da riqueza humana, visando o resgate do humano.

Este estudo demonstra que a mulher há muito tempo é submetida a situações de dominação, devido à sociedade patriarcal em que vivemos e a vários instrumentos utilizados até mesmo de forma inconsciente para manter tal dominação, citando, apenas como exemplo, o poder simbólico, muito bem conceituado por Pierre BOURDIEU<sup>2</sup>.

É relevante esclarecer que se parte do pressuposto de que o trabalho sexual prestado livremente não implica a venda da mulher ou de seu corpo, mas sim mera prestação de serviços com a utilização de sua força de trabalho, como em qualquer outra profissão. Este pressuposto é de fundamental importância, porque no desenvolvimento do presente trabalho pretende-se combater o tráfico de mulheres para exploração sexual, mas não o trabalho sexual desenvolvido livremente pela mulher, por sua eleição, por entender que o respeito à escolha da mulher garante o seu fortalecimento enquanto ser humano e a sua dignidade.

Além disso, deve ser pressuposto para o leitor o fato de que o combate ao tráfico de mulheres é feito de forma rígida não porque se estaria vitimando a mulher que desempenha a prostituição e não aceitando a sua escolha, mas por considerar que o consentimento dado por uma mulher submetida ao tráfico e a condições degradantes à sua dignidade não pode prevalecer, já que viciado, por afrontar as mínimas condições de sobrevivência digna.

Importante citar também que somente se falará neste trabalho acadêmico em trabalhadoras do sexo devido ao âmbito da pesquisa estar limitado a mulheres que são

---

<sup>2</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, pags. 08 a 16.

traficadas para exploração sexual, o que não significa negar, por evidente, que homens também sejam sujeitos a este tipo de situação, embora em um percentual muito inferior.

As teorias acerca do trabalho sexual e os modelos adotados atualmente no Brasil, Espanha, Holanda, Alemanha e Suécia e suas consequências no tráfico de seres humanos devem ser analisadas de forma crítica, já que o resultado de pesquisas realizadas nestes países demonstram, a priori e em uma visão parcial e sem exame do contexto, uma diminuição do tráfico de mulheres e da prostituição clandestina em países com legislação mais rígida, como é o caso da Suécia, e um aumento naqueles países que não criminalizam a prática da prostituição, como na Holanda e Alemanha. Assim, tendo por fundamento a teoria crítica de direitos humanos, é possível chegar a conclusões diversas e contra hegemônicas acerca do resultado das pesquisas, bem como apresentar propostas inéditas e novas, visando uma maior efetividade no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual e na garantia dos direitos e da dignidade destas trabalhadoras do sexo.

O estudo da legislação internacional e nacional, do Brasil e da Espanha sobre o tema é fundamental para que possa analisar quais as medidas hoje existentes e porque a sua aplicação não reduz os números do tráfico de pessoas. Analisa-se, em nível internacional, o sistema normativo global de proteção dos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas, sendo este sistema integrado por instrumentos de alcance geral e de instrumentos de alcance específicos, como as Convenções Internacionais, bem como os sistemas regionais de proteção, europeu, interamericano e africano. No âmbito da legislação interna da Espanha, analisa-se a sua Constituição, sua legislação penal, seu *Estatuto de Los Trabajadores* e sua jurisprudência. Já com relação à legislação brasileira, é feito o estudo da Constituição Federal Brasileira de 1988, do Código Penal em vigor, da Lei Maria da Penha como importante resultado de lutas sociais, das normas trabalhistas a respeito do tema e respectiva jurisprudência dominante, da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP – e da legislação aplicável às trabalhadoras brasileiras que são traficadas para prestarem serviços na Espanha.

Mediante o estudo das medidas hoje existentes, conclui-se pela necessidade de mudança, de se buscar soluções inovadoras e interligadas, que possam efetivamente dar a estas pessoas traficadas condições de viver com dignidade, sem estigmas ou discriminações. As propostas devem ser multidisciplinares, já que garantias isoladas não conseguirão resolver



este grande problema, sendo trazidas propostas de atuação jurídica, política, econômica, social e cultural.

Dentre os diversos Órgãos Públicos que trabalham com esta problemática, analisa-se a atuação do Ministério Público no Brasil e em alguns países como França, Espanha, Itália, Portugal, Argentina e Estados Unidos, em especial do Ministério Público do Trabalho brasileiro, no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual, visando à garantia dos direitos humanos. O Ministério Público no Brasil é considerado por alguns doutrinadores o quarto Poder, ao lado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo relevante papel na busca de melhores condições de trabalho e na garantia dos direitos humanos e sociais de todos os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade. Para tanto, é fundamental conhecer o que é o Ministério Público do Trabalho, quais suas atribuições legais, quais os seus instrumentos de atuação, extrajudicial e judicial, a possibilidade de atuação conjunta com outros órgãos públicos, bem como as medidas que vem sendo adotadas e os casos práticos de atuação.

Desta forma, no primeiro capítulo deste trabalho realiza-se um estudo da teoria crítica de direitos humanos, comparando-a com a teoria tradicional, bem como do diamante ético, criado pelo professor Joaquin HERRERA FLORES. Passa-se para o estudo das teorias acerca do trabalho sexual e dos modelos adotados atualmente no Brasil, Espanha, Holanda, Alemanha e Suécia e suas consequências no tráfico de seres humanos, analisando os resultados das pesquisas por meio de uma visão crítica.

No segundo capítulo, analisa-se o tráfico de seres humanos, adentrando-se na questão específica do tráfico de mulheres para exploração sexual. Realiza-se um estudo dos elementos históricos que explicam este fato, dividindo-se em duas perspectivas: a primeira de gênero (teorias relativas ao feminismo, ao patriarcalismo, à divisão entre o público e o privado e à divisão sexual do trabalho), e a segunda econômica, sob as perspectivas da escravidão contemporânea e do critério da riqueza humana.

Após esta análise histórica, no terceiro capítulo, parte-se para o estudo da legislação internacional acerca do tema, bem como interna da Espanha e do Brasil. Em nível internacional, analisa-se o sistema normativo global de proteção dos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas, sendo este sistema integrado por instrumentos de alcance geral (a

Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e de instrumentos de alcance específicos, como as Convenções Internacionais, bem como os sistemas regionais de proteção, europeu, interamericano e africano. Após, pesquisa-se acerca das convenções que dizem respeito ao tráfico de mulheres para exploração sexual e à discriminação da mulher, motivo pelo qual são analisadas, detalhadamente, as seguintes normas internacionais: Convenção para a Repressão de Tráfico de Pessoas e de Exploração da Prostituição Alheia, Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher, Declaração Sobre a Violência Contra as Mulheres, Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo), Convenção Internacional para a proteção dos Direitos Humanos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, Protocolo contra Contrabando de Migrantes por terra, mar e ar, que é um complemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional. No âmbito regional, analisa-se a Convenção interamericana de 1988 sobre o tráfico internacional de menores e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Ainda no terceiro capítulo, analisa-se a legislação interna da Espanha, de sua Constituição, da legislação penal e de seu Estatuto de Los Trabajadores e sua jurisprudência. Parte-se para a legislação brasileira, com o estudo da Constituição Federal Brasileira de 1988, do Código Penal em vigor, da Lei Maria da Penha como importante resultado de lutas sociais, das normas trabalhistas a respeito do tema e respectiva jurisprudência dominante, da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – PNETP – e da legislação aplicável às trabalhadoras brasileiras que são traficadas para prestarem serviços na Espanha.

No quarto capítulo, são feitas propostas visando a uma maior efetividade no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual e na garantia dos direitos e da dignidade destas trabalhadoras, trazendo propostas jurídicas, sociais, econômicas, culturais e políticas.

Por fim, no quinto capítulo, é feita uma análise do Ministério Público no Brasil e no direito comparado, especialmente do Ministério Público do Trabalho brasileiro, bem como são trazidos exemplos de atuação em questões relativas ao tráfico de pessoas. São detalhados

os instrumentos de atuação judicial e extrajudicial e o que pode ser feito por esse Órgão de tamanha relevância social e política.

Assim, é com o objetivo de combater o tráfico e de garantir a dignidade destas mulheres que se busca, com este trabalho, uma mudança social, cultural, econômica, jurídica e política, visando à criação de sujeitos emancipados, que tenham acesso igualitário aos bens necessários para viver com dignidade, independentemente de qualquer preconceito, estigma ou discriminação.

## **CAPÍTULO 1 – TEORIA TRADICIONAL E CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS. TEORIAS ACERCA DO TRABALHO SEXUAL.**

### **1.1- Teoria liberal, abstrata e individual de Direitos Humanos comparada à Teoria crítica dos Direitos Humanos.**

O presente trabalho tem como marco teórico a teoria crítica de direitos humanos, visando a garantir o efetivo acesso igualitário aos bens materiais e imateriais aos sujeitos objeto do presente estudo (mulheres traficadas). Joaquín HERRERA FLORES, grande defensor dos direitos humanos, crítico e questionador, afirma que *“os direitos humanos devem ser tratados como racionalidade de resistência, traduzindo processos que abrem e consolidam processos de luta pela dignidade humana”*<sup>3</sup>.

Os direitos humanos podem se converter em pautas jurídicas, éticas, políticas e sociais, mas deve-se ter uma visão ampla e multidisciplinar a fim de que os mesmos atinjam a sua finalidade. As normas legais, isoladas, não são suficientes para garantir a implementação dos direitos humanos, assim como os aspectos sociais, políticos ou culturais, sendo necessária a cumulação dos mais variados tipos de garantias a fim de se efetivar os direitos humanos. Não se pode confundir direitos humanos com os direitos previstos nas legislações nacionais ou internacionais, sob pena de se banalizar o instituto. Nem todas as normas são de fato oriundas das lutas sociais, refletindo o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais necessários para se viver com dignidade. Os sistemas de valores dominantes e os processos de divisão do fazer humano (que colocam indivíduos e grupos em situações de desigualdade em relação a tais acessos) impõem condições às normas jurídicas, sacralizando ou deslegitimando as posições que uns ou outros ocupam nos sistemas sociais. O direito não é, consequentemente, uma técnica neutra que funciona por si mesma, tampouco o único instrumento ou meio que pode ser utilizado para a legitimação ou transformação das relações sociais dominantes<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **A Reinvenção dos Direitos Humanos**, p. 20.

<sup>4</sup> Idem, p. 23-24.

No caso em exame, apenas partindo de uma teoria que garanta com igualdade material os direitos das trabalhadoras traficadas é que se alcançará o fim almejado, qual seja, a real garantia dos direitos humanos, não somente respeitando socialmente e culturalmente as trabalhadoras do sexo, mas também os direitos legalmente previstos para os trabalhadores em geral.

Isto porque existem lutas que não podem ou não conseguem estar positivadas e não é por isso que deixam de ser direitos humanos a serem respeitados, conforme bem ensina David SANCHEZ RUBIO<sup>5</sup>. Para ele, os direitos humanos estão em toda manifestação de resistência contra a destruição de um sistema que dilui e destrói os indivíduos. Qualquer resistência frente ao excesso de poder é uma forma de criação de direitos que deve culminar em sua institucionalização, mas o grau de seu reconhecimento é construído não somente nos tribunais de justiça, mas na totalidade da cidadania. Os direitos humanos não existem em abstrato, nem são algo dado, nem ficam congelados em uma norma jurídica de máxima hierarquia. Em verdade, é imprescindível a sua positivação como direitos fundamentais, mas não é suficiente. Os sistemas de garantidas jurídicas para serem efetivos devem vir acompanhados de mais garantias. A maior eficácia de direitos humanos implica existência de garantias em todos os níveis, inclusive políticos e sociais. Esses direitos não são estáticos e podem ser congelados em uma norma jurídica, mas estão em constante modificação e evolução.

Assim, por exemplo, ocorre com os fenômenos da imigração, dos movimentos femininos e de gênero, dos movimentos dos negros, dos homossexuais, movimentos estes que são uma manifestação de situação de exclusão e de extrema pobreza que, em regra, permeiam as lutas destas classes.

Por estes fundamentos, a teoria tradicional, ou seja, de que somente são direitos humanos aqueles positivados em normas jurídicas, não é apta a garantir os direitos dos sujeitos em estudo. Há uma imensidão de direitos não garantidos nem em normas legais, nem em regras morais, sociais ou culturais, que devem ser trazidos da escuridão para a luz.

Desta feita, necessário se faz trabalhar com outros conceitos, que efetivamente reflitam o que são os direitos humanos. Assim, o presente trabalho tem por finalidade estudar

---

<sup>5</sup> SANCHEZ RUBIO, David. Repensar Derechos Humanos, p. 28-31.

a teoria crítica de direitos humanos, a fim de garantir os direitos das trabalhadoras traficadas e a sua dignidade enquanto seres humanos. Por isso que, ao final, serão propostas diversas garantias possíveis, sejam elas jurídicas, políticas, culturais, sociais e políticas.

O tráfico de seres humanos é uma das principais fontes do crime organizado na atualidade, ocorrendo principalmente para a exploração sexual de mulheres, crianças e homens, para a remoção de órgãos, para a adoção de crianças e para a submissão a condições análogas a de escravo ou a servidão. De acordo com relatório da Situação da População Mundial 2006, divulgado no dia 06 de agosto de 2006 pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o tráfico de seres humanos é a terceira atividade ilícita mais lucrativa, somente perdendo para o tráfico de drogas e de armas<sup>6</sup>.

Assim, resta patente que as garantias hoje existentes não são efetivas para combater o tráfico de mulheres para exploração sexual, tampouco para garantir os direitos humanos destas mulheres exploradas.

Desta forma, é importante buscar uma teoria que seja capaz de atingir o seu fim principal, que, em última análise, é garantir de forma igualitária a dignidade humana. Para tanto, é necessário fazer uma análise das teorias existentes acerca dos direitos humanos, comparando-as, a fim de concluir qual a que busca garantir efetivamente a dignidade humana.

Assim, serão analisadas, comparativamente, a teoria tradicional dos direitos humanos e a teoria crítica, visando encontrar uma alternativa que possibilite a efetividade necessária neste caso, garantindo às mulheres o acesso aos bens materiais e imateriais a que todos nós devemos ter, ou, como afirma Antônio WOLKMER<sup>7</sup>, *“definir um projeto que possibilite mudança da sociedade em função do novo tipo de homem, para emancipação do homem da condição de alienado, para sua reconciliação com a natureza não repressora e com o processo histórico por ele moldado”*. A teoria crítica que iremos trabalhar é a estudada por Joaquín HERRERA FLORES, conforme identificado por Antônio WOLKMER<sup>8</sup>, em seu livro *Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico*, quando fala das tendências antidogmáticas e pluralistas na Espanha:

---

<sup>6</sup> Notícias Ipcdigital.com.br. Disponível em [http://www.ipcdigital.com/ver\\_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368](http://www.ipcdigital.com/ver_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368). Acesso em 20.08.2008.

<sup>7</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**, p. 09.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 55-56.

Cabe mencionar, igualmente, Joaquim Herrera Flores, professor titular de filosofia do Direito em Sevilha, ator de diversos ensaios publicados em revistas especializadas, que vem preocupando-se em analisar o fenômeno jurídico com problemas da democracia, das necessidades humanas e dos valores. Em seu trabalho “Crítica Jurídica y Estudios de Derecho”, acentua que a crítica jurídica está fundada nos princípios da reflexibilidade, complexibilidade e esperança. Já em sua tese de doutoramento articula as premissas teóricas, políticas e axiológicas da Escola de Budapeste com o conceito de direitos humanos, destacando nessa proposta o papel de um sistema de necessidades radicais. Mais recentemente o pensador sevilhano tem desenvolvido reflexões acerca do neocolonialismo, racionalidade de resistência, produção cultural, feminismo e teoria crítica dos direitos humanos.

Primeiro, é importante ressaltar que uma teoria crítica, como ensina Antônio WOLKMER<sup>9</sup>, pode ser conceituada como:

o instrumento pedagógico operante (teórico-prático) que permite a sujeitos inertes e mitificados uma tomada histórica de consciência, desencadeando processos que conduzem à formação de agentes sociais possuidores de uma concepção de mundo racionalizada, antidogmática, participativa e transformadora. Trata-se de proposta que não parte de abstrações, de um a priori dado, da elaboração mental pura e simples, mas da experiência histórico-concreta, da prática cotidiana insurgente, dos conflitos e das interações sociais e das necessidades humanas essenciais.

Para Boaventura de S. SANTOS<sup>10</sup>,

Por teoria crítica entendo toda a teoria que não reduz a realidade ao que existe. A realidade qualquer que seja o modo como é concebida é considerada pela teoria crítica como um campo de possibilidade e a tarefa da teoria consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto há alternativas susceptíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto ou (*sic*) inconformismo ou a indignação perante o que existe suscita impulso para teorizar a sua superação.

Tendo-se este conceito em mente, vamos distinguir a teoria tradicional e a teoria crítica de direitos humanos, partindo de três níveis: o que são os direitos, porque eles existem e para que servem.

Segundo Joaquín HERRERA FLORES<sup>11</sup>, é de fundamental importância distinguir entre o que são e o que significam os direitos humanos. De acordo com a teoria tradicional, os direitos humanos são aqueles direitos previstos e reconhecidos no ordenamento jurídico internacional. Desta forma, a perspectiva tradicional e hegemônica dos direitos confunde ambos os planos, por exemplo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948,

<sup>9</sup> Ibidem, p. 05.

<sup>10</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 23.

<sup>11</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 11-12 e 20-22, tradução nossa.

quando prevê que os direitos humanos são um ideal a conseguir<sup>12</sup> (preâmbulo) e logo após, em seus parágrafos 1º e 2º<sup>13</sup>, quando fala de uma realidade já conseguida. Ou seja, os direitos humanos são algo que já temos pelo fato de sermos humanos, absolutamente à margem de qualquer condição ou característica social. Para a reflexão teórica dominante os direitos são os “direitos”, ou seja, os direitos humanos se satisfazem somente tendo direitos. Desde esta perspectiva tradicional, os direitos se reduzem a extensão e a generalização dos direitos. Ou seja, temos direitos antes mesmo de deter as condições necessárias para exercê-los. Apesar da enorme importância das normas que buscam garantir a efetividade dos direitos humanos a nível internacional, estes direitos não podem se reduzir a estas normas, porque supõe uma concepção falaciosa do jurídico e uma tautologia lógica de graves consequências sociais, econômicas, culturais e políticas. O direito não é o único instrumento ou meio que se pode usar para a legitimação ou transformação das relações sociais dominantes. O “direito” dos direitos humanos é, portanto, um meio, entre muitos outros, na hora de garantir o resultado das lutas e interesses sociais e, como tal, não pode separar-se das ideologias e das expectativas dos que controlam seu funcionamento tanto a nível nacional como internacional.

De acordo com Hannah ARENDT<sup>14</sup>, não é verdade que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, como afirma o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos do Homem da ONU, de 1948, na linha da Declaração de Virgínia de 1776 (art. 1º). Não nascemos iguais: ficamos iguais como membro de uma coletividade em virtude de uma decisão conjunta que garanta a todos direitos iguais. A igualdade não é algo dado nem deriva de um transcendente absoluto externo da comunidade política. É uma construção, elaborada convencionalmente pela ação conjunta dos homens através da organização da comunidade política. De fato, a afirmação de que a igualdade é algo inerente à condição humana não é

---

<sup>12</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 23.07.08. A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universais e efetivos, tanto entre os povos dos próprios Estados-Membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição.

<sup>13</sup> Ibidem. Artigo I - Todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade. Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

<sup>14</sup> LAFER, Celso, op. cit., p. 165-189, tradução nossa.



simplesmente uma abstração carente de realidade. Hannah ARENDT sustenta que o primeiro direito humano é o direito de ter direitos.

Com base numa teoria crítica, conforme ensina Joaquin HERRERA FLORES, os direitos humanos, mais que direitos, são processos, são os resultados de lutas que os seres humanos colocam em prática para poder ter acesso aos bens necessários para a vida. Os direitos humanos não devem ser confundidos com os direitos positivados a um nível nacional ou internacional, já que uma Constituição ou um tratado internacional não criam direitos, mas apenas os reconhecem. Devemos começar não pelo direito, mas pelos bens exigíveis para viver com dignidade, já que os direitos virão depois das lutas pelo acesso aos bens<sup>15</sup>.

Conforme Hélio GALLARDO<sup>16</sup>,

Las constituciones y códigos “dicen” a su manera derechos humanos. Pero no toda la población en América Latina tiene acceso a las instituciones que administran estos códigos, y si tuviera, carece de la capacidad para manejarse idóneamente en ellas, y si consiguiese esta capacidad, es casi seguro que las resoluciones judiciales, de favorecerlos, cuestión improbable, no serían eficaces, es decir no se cumplirían.

Como ensina Antônio WOLKMER<sup>17</sup>:

Enquanto a idéia de consciência e de razão na teoria tradicional está vinculada ao mundo da natureza e ao presente em contemplação, a teoria crítica expressa à idéia de razão vinculada ao processo histórico-social e à superação de uma realidade em constante transformação. Epistemologicamente, a teoria crítica surge como uma “teoria” mais dinâmica e abrangente, superando os limites naturais das teorias tradicionais, pois não se atém apenas a descrever o estabelecido ou a contemplar equidistantemente os fenômenos sociais e reais.

Deve-se conhecer qual o contexto em que se está situado, para somente assim reconhecer as mudanças e transformações que tal contexto impõe aos direitos, e partindo daí propor novas formas de lutas e de ação social. Direitos humanos, como todo fenômeno jurídico e político, estão penetrados por interesses ideológicos e não podem ser entendidos à margem do cultural. Quando se reconhece um fenômeno juridicamente, se começa a negar o seu caráter ideológico, tirando-o do contexto e se tornando universal, subtraindo, assim, a sua

<sup>15</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 22-24, tradução nossa.

<sup>16</sup> GALLARDO, Hélio, op. cit., p. 14, tradução nossa: “as constituições e os códigos “dizem” a sua maneira direitos humanos. Mas não toda a população em América Latina tem acesso às instituições que administram estes códigos, e se tivesse, careceria da capacidade para manejar-se idoneamente nelas, e se conseguisse essa capacidade, é quase certo que as resoluções judiciais, de favorecê-los, questão improvável, não seriam eficazes, é dizer, não se cumpririam”.

<sup>17</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, op. cit., p. 07.

capacidade e possibilidade de transformar-se e transformar o mundo desde uma posição que não seja hegemônica<sup>18</sup>.

O porquê dos direitos humanos, com base em uma teoria crítica, se funda no porquê de todas estas lutas. A teoria tradicional fica no que são os direitos humanos, sendo algo já conseguido que não tem porque ser objeto de maior investigação, nem de contextualização histórica, social, cultural ou política. Para a teoria crítica luta-se pelos bens porque se consideram injustos e desiguais os processos de divisão do fazer e porque é necessário gozar de condições materiais e imateriais concretas que permitam aceder aos bens necessários para a existência<sup>19</sup>.

O para que dos direitos humanos deve ser perquirido ao buscar responder quais são os objetivos de tais lutas e dinâmicas sociais. Luta-se pela criação de condições materiais concretas que permitam uma satisfação digna. Assim, os direitos humanos seriam sempre resultado provisório de lutas sociais pela dignidade, entendendo-se por dignidade não o simples acesso aos bens, mas o acesso igualitário e não hierarquizado por processos de divisão do fazer que coloquem uns em âmbitos privilegiados na hora de aceder aos bens e a outros em situação de opressão e subordinação<sup>20</sup>.

No mesmo sentido, David SANCHEZ RUBIO<sup>21</sup> traz o conceito de direitos humanos:

Los derechos humanos entendidos desde una perspectiva emancipadora y que pretende contribuir al incremento de niveles de humanización, podrían concebirse como el conjunto de prácticas sociales, simbólicas, culturales e institucionales que reaccionan contra los excesos de cualquier tipo de poder y en donde se impiden a los seres humanos constituirse como sujetos.

O conceito de direitos humanos, fundamentado em uma teoria tradicional, parte de uma premissa diferente da utilizada pela teoria crítica, trazendo uma distinção entre direitos fundamentais e direitos humanos.

---

<sup>18</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**, p. 23, tradução nossa.

<sup>19</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 24-25, tradução nossa.

<sup>20</sup> Ibidem, p. 25-27, tradução nossa.

<sup>21</sup> SÁNCHEZ RUBIO, David, op. cit., p. 31, tradução nossa: “os direitos humanos entendidos desde uma perspectiva emancipadora e que pretende contribuir ao incremento de níveis de humanização, poderiam conceber-se como o conjunto de práticas sociais, simbólicas, culturais e institucionais que reacionam contra os excessos de qualquer tipo de poder e onde se impedem aos seres humanos constituir-se como sujeitos”.

Para Ingo SARLET<sup>22</sup>, em que pese sejam ambos os termos (“direitos humanos” e “direitos fundamentais”) comumente utilizados como sinônimos, a explicação corriqueira e, diga-se de passagem, procedente para a distinção é de que o termo “direitos fundamentais” se aplica para aqueles direitos do ser humano reconhecidos e positivados na esfera do direito constitucional positivo de determinado Estado, ao passo que a expressão “direitos humanos” guardaria relação com os documentos de direito internacional, por referir-se àquelas posições jurídicas que se reconhecem ao ser humano como tal, independentemente de sua vinculação com determinada ordem constitucional, e que, portanto, aspiram à validade universal, para todos os povos e tempos, de tal sorte que revelam um inequívoco caráter supranacional (internacional).

O conceito de direitos humanos, ora analisado, *data venia*, parte de uma premissa equivocada.

De acordo com David SANCHEZ RUBIO<sup>23</sup>, os direitos fundamentais foram instrumentos tanto de exclusão como de inclusão, de desigualdades como de igualdades, a depender dos seres humanos que ficaram dentro ou fora da condição de sua titularidade. Pode ocorrer, assim, que os critérios de reconhecimento dos direitos sejam as normas, mas estas mesmas normas podem ter surgido de diversos contextos sociais diferentes, inclusive contextos de exclusão, de marginalização e de discriminação. Por isso a importância da democracia, para que as normas reflitam as situações sociais e para que os direitos humanos sejam processos de criação contínua de tramas sociais de reconhecimento e de subjetividades genericamente consideradas. Há lutas que não podem constituir-se como conquistas positivadas e nem por isso deixam de ser direitos humanos pontuais, contingentes e precários no caso de serem rechaçados. Os direitos humanos nem existem em abstrato nem são algo dado, nem ficam congelados em uma norma. É imprescindível a sua positivação como direitos fundamentais, mas não é suficiente. Os sistemas de garantias jurídicos para fazê-los efetivos devem vir acompanhados de mais garantias. A maior eficácia dos direitos humanos ocorre quando há a interligação com garantias sociais e políticas em todos os níveis.

---

<sup>22</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**, p. 35-36.

<sup>23</sup> SANCHEZ RUBIO, David, op. cit., p. 26-31, tradução nossa.

Como ensina Joaquín HERRERA FLORES<sup>24</sup>:

Admitir que el derecho crea derecho supone caer en la falacia del positivismo más rancio que no sale de su propio círculo vicioso. De ahí que para nosotros el problema no sea cómo un derecho se convierte en derecho humano, sino como un “derecho humano” logra convertirse en derecho, es decir, consigue obtener la garantía jurídica para su mejor implantación y efectividad.

Ou seja, deve-se partir não de direitos, mas dos bens necessários para viver com dignidade, que pressupõe o acesso igualitário e não hierarquizado a estes bens. Não se pode dizer, *data venia*, que somente os direitos positivados no ordenamento internacional são direitos humanos, sob pena de reduzir substancialmente o seu conteúdo, mas que os direitos humanos são processos de luta pela dignidade e que para tanto será necessário dar poder aos grupos sociais e à sociedade para conceder meios e instrumentos para que possam lutar pelo acesso igualitário aos bens materiais e imateriais. Evidente que as normas jurídicas são de fundamental importância para a garantia desses direitos humanos, mas elas devem vir em um momento posterior, ou seja, não podem ser produto de um grupo privilegiado (direitos da burguesia) e de uma visão hegemônica, mas sim serem originados desses processos de luta pela dignidade, a fim de que as normas reflitam o real interesse dos grupos sociais e o seu acesso igualitário aos bens materiais e imateriais.

De acordo com David SANCHEZ RUBIO<sup>25</sup>, há uma distância muito grande entre o que se fala e o que se faz acerca dos direitos humanos. Tem-se consciência desta distância existente entre o que se proclama e o que de fato se faz na prática. Existe uma cultura de impotência e de conformação, com atitudes de deixar as coisas como estão. Talvez com o pensamento de que o que eu posso fazer não é suficiente, então melhor não agir. Desta forma, o imaginário que predomina no nosso dia a dia é de não lutar, de se sentir satisfeito com aquele direito humano que está presente nas normas e nas garantias jurídicas. Desta forma, surge uma noção pós-violadora e contraditória de direitos humanos, de forma que somente se fariam eficazes os direitos humanos após a sua violação, e não antes, e somente aqueles direitos previstos no ordenamento jurídico. Também é curioso que na esfera pública e não na esfera privada se estabeleçam os melhores sistemas de proteção de direitos. E atualmente com tanta corrupção, não se pode deixar nas mãos de suspeitos todo o aparato de proteção aos

<sup>24</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 23, tradução nossa: “admitir que o direito cria direito supõe cair em uma falácia do positivismo mais rancio que não sai de seu próprio círculo vicioso. Daí que para nós o problema não é como um direito se converte em direito humano, mas como um direito humano se logra converter em direito, ou seja, consegue obter a garantia jurídica para sua melhor implantação e efetividade”.

<sup>25</sup> SANCHEZ RUBIO, David, op. cit., p. 11-18, tradução nossa.

direitos humanos. A cultura existente para a defesa dos direitos humanos é mínima ou anestésica, como ensina David SANCHES RUBIO, “*ao não potenciar as dimensões não jurídicas de sua articulação, reconhecimento e respeito prévio a sua violação e que se desenvolvem em todos os espaços sociais (íntimo, doméstico, de produção, de mercado, de cidadania, de comunidade, etc)*”. É de fundamental importância reconhecer que são as práticas sociais, tanto jurídicas como não jurídicas, que, em cada momento e em todo lugar, mostram quais são os direitos humanos, como estão sendo construídos esses direitos e se estes direitos estão embasados em processos de relações dinâmicas de reconhecimento, respeito e inclusão ou fundamentados em dinâmicas de império, dominação e exclusão. Em contrapartida, é necessário apostar em uma noção sinestésica de direitos humanos, onde os cinco ou seis sentidos atuam simultaneamente. São nossas ações diárias e cotidianas em todos os âmbitos sociais onde nos movemos que articulam espaços de dignidade. Quanto maior seja a cultura sobre direitos humanos, menores serão as demandas que terão que passar pelos Tribunais.

Hoje, depara-se diuturnamente com leis que trazem, por si só, discriminações, em especial contra as mulheres. É o caso, por exemplo, do não reconhecimento da prostituição como trabalho formal e, por consequência, dos direitos destas trabalhadoras. Embora não haja a criminalização na legislação brasileira e espanhola do trabalho em si de uma prostituta, seja ele desenvolvido em casas de prostituição ou de forma autônoma, não há a garantia de qualquer direito, porque a conduta do alegado empregador constitui crime e acaba por transformar o objeto do contrato em ilícito. Tal fato contribui ainda mais para a precarização do trabalho prestado e incentiva e colabora com o tráfico de seres humanos, o que não pode mais ser admitido.

Então, segundo a teoria tradicional, conclui-se que estas mulheres não têm direitos humanos, porque estes direitos não estão assegurados no ordenamento internacional. Acaso se parta do conceito de direitos humanos por meio de uma visão crítica, conclui-se que sim, que essas mulheres devem ter direitos, embora estes não estejam previstos no ordenamento nacional ou internacional, e que para tanto, será necessário dar poder a elas para que possam lutar por um acesso igualitário aos bens, sem discriminações, sem visões arraigadas no patriarcado, sem estigmas preconceituosos. Na elaboração das leis, deve-se ouvir os interesses e anseios desse grupo social, para que possam ser criadas garantias, não somente jurídicas,

mas culturais, sociais, políticas e econômicas, que reflitam o interesse deste grupo social marginalizado nos dias de hoje, visando a garantia da dignidade humana.

E o que é dignidade humana? Até mesmo para se conceituar, há entendimentos contraditórios. Segundo a teoria crítica de direitos humanos, a dignidade é exatamente este acesso igualitário e não hierarquizado aos bens materiais e imateriais, sem falarmos em hierarquias e gerações de direitos, conforme defende Norberto BOBBIO<sup>26</sup>:

Do ponto de vista teórico, sempre defendi – e continuo a defender, fortalecido em novos argumentos – que os direitos do homem, por mais fundamentais que sejam, são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas. (...) Ao lado dos direitos sociais, que foram chamados de segunda geração, emergiram hoje os chamados direitos de terceira geração, que constituem uma categoria, para dizer a verdade, ainda excessivamente heterogênea e vaga, o que nos impede de compreender do que efetivamente se trata. O mais importante deles é o reivindicado pelos movimentos ecológicos: o direito de viver num ambiente não poluído. Mas já se apresentam novas exigências que só poderiam chamar-se de direitos de quarta geração, referentes aos efeitos cada vez mais traumáticos da pesquisa biológica, que permitirá manipulações do patrimônio genético de cada indivíduo. (...). Às primeiras, correspondem os direitos de liberdade, ou um não-agir do Estado; aos segundos, os direitos sociais, ou uma ação positiva do Estado. Embora as exigências dos direitos possam estar dispostas cronologicamente em diversas fases ou gerações, suas espécies são sempre – com relação aos poderes instituídos – apenas duas: ou impedir os malefícios de tais poderes ou obter seus benefícios. Nos direitos de terceira e quarta geração podem existir direitos tanto de uma quando de outras espécies.

Celso LAFER<sup>27</sup> também fala acerca das gerações de direitos, ao afirmar que os direitos humanos de primeira geração se baseiam na demarcação clara entre Estado e não-Estado, fundamentado no contratualismo de inspiração individualista. São vistos como direitos inerentes ao indivíduo e considerados como direitos naturais, posto que precedem ao contrato social, sendo individuais quanto ao modo de exercício, quanto ao sujeito passivo do direito e quanto ao titular do direito. Os direitos de segunda geração são direitos exercidos coletivamente, que somente podem ser exigidos se várias pessoas concordam em utilizar seus direitos em uma mesma e convergente direção, se incorporando, no curso do século XIX, na doutrina liberal, que reconheceu neles um ingrediente fundamental para a prática da democracia. Os direitos de segunda geração (trabalho, saúde, educação) seriam direitos de crédito do indivíduo em relação à coletividade, tendo como sujeito passivo o Estado porque, na interação entre governantes e governados, a coletividade assumiu a responsabilidade de atendê-los.

<sup>26</sup> BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**, p 25-26.

<sup>27</sup> LAFER, Celso, op. cit., p. 144-155, tradução nossa.

O conceito de gerações já foi alterado por alguns autores mais críticos, pelo de dimensão, como ensina Antônio CANÇADO TRINDADE<sup>28</sup>:

Ainda outro exemplo, de um mal-entendido que gradualmente se vem dissipando, dizer respeito à fantasia das chamadas “gerações de direitos”, a qual corresponde a uma visão atomizada ou fragmentada destes últimos no tempo. A noção simplista das chamadas “gerações de direito”, histórica e juridicamente infundada, tem prestado um desserviço ao pensamento mais lúcido a inspirara evolução do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Distintamente do que a infeliz invocação da imagem analógica da “sucessão geracional” pareceria supor, os direitos humanos não se “sucedem” ou “substituem” uns aos outros, mas antes se expandem, se acumulam e fortalecem, interagindo os direitos individuais e sociais.

O que testemunhamos é o fenômeno não de uma sucessão, mas antes da expansão, cumulação e fortalecimento dos direitos humanos consagrados, a revelar a natureza complementar de todos os direitos humanos. Contra as tentações dos poderosos de fragmentar os direitos humanos em categorias, ou projetá-las em “gerações”, postergando sob pretextos diversos a realização de alguns destes (e.g., os direitos econômicos, sociais e culturais) para um amanhã indefinido, se insurge o Direito Internacional dos Direitos Humanos, afirmando a unidade fundamental de concepção e a indivisibilidade de todos os direitos humanos,

O mesmo autor<sup>29</sup> acrescenta que

Nunca é demais ressaltar a importância de uma visão integral dos direitos humanos. As tentativas de categorizações de direitos, os projetos que tentaram – e ainda tentam – privilegiar certos direitos às expensas dos demais, a indemonstrável fantasia das “gerações de direitos”, têm prestado um desserviço à causa da proteção internacional dos direitos humanos. Indivisíveis são todos os direitos humanos, tomados em conjunto, como indivisível é o próprio ser humano, titular desses direitos.

Contudo, não é possível utilizar-se dessa categoria de gerações ou de dimensões para não garantir direitos com igualdade. É exatamente esta discriminação que se verifica da citação de Norberto BOBBIO<sup>30</sup>:

Essa universalidade (ou indistinção, ou não-discriminação) na atribuição e no eventual gozo dos direitos de liberdade não vale para os direitos sociais, e nem mesmo para os direitos políticos, diante dos quais os indivíduos são iguais só genericamente, mas não especificamente. Com relação aos direitos políticos e aos direitos sociais, existem diferenças de indivíduo para indivíduo, ou melhor de grupos de indivíduos para grupos de indivíduos, diferenças que são até agora (e o são intrinsecamente) relevantes. Durante séculos, somente os homens do sexo masculino e nem todos – tiveram o direito de votar; ainda hoje não têm esse direito os menores, e não é razoável pensar que o obtenham num futuro próximo. Isso quer dizer, na afirmação e no reconhecimento dos direitos políticos, não se podem deixar de levar em conta determinadas diferenças, que justifica, um tratamento não igual.

<sup>28</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**, v. 1, p. 43.

<sup>29</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**, p. 126.

<sup>30</sup> BOBBIO, Norberto, op. cit., p 85-86.

Do mesmo modo, e com maior evidência, isso ocorre no campo dos direitos sociais. Só de modo genérico e retórico se pode afirmar que todos são iguais com relação aos três direitos sociais fundamentais (ao trabalho, à instrução e à saúde); ao contrário, é possível dizer, realisticamente, que todos são iguais no gozo das liberdades negativas. E não é possível afirmar aquela primeira igualdade porque, na atribuição dos direitos sociais, não se podem deixar de levar em conta as diferenças específicas, que são relevantes para distinguir um indivíduo do outro, ou melhor, um grupo de indivíduos do outro grupo. O que se lê no art. 3º da Constituição Italiana, antes citado – ou seja, que todos os cidadãos são iguais sem distinção de “condições pessoais ou sociais” –, não é verdade em relação aos direitos sociais, já que certas condições pessoais ou sociais são relevantes precisamente na atribuição desses direitos. **Com relação ao trabalho, são relevantes as diferenças de idade e de sexo; com relação à instrução, são relevantes diferenças entre crianças normais e crianças que não são normais; com relação à saúde, são relevantes diferenças entre adultos e velhos** (grifou-se).

A diferenciação trazida por Norberto BOBBIO entre a efetividade dos direitos de acordo com sua geração é, *data venia*, equivocada. Não é possível trabalhar com direitos mais importantes e outros menos importantes, que merecem maior ou menor efetividade. No momento em que se trabalha com tais diferenças, chega-se a conclusões equivocadas, como as trazidas por Norberto BOBBIO, no sentido de que as pessoas não são e não devem ser tratadas igualmente, considerando relevantes diferenças entre sexo e idade, por exemplo, que somente contribuem para as discriminações hoje existentes. Não se pode afirmar que mulheres e homens devem ter acesso diferenciado ao mercado de trabalho ou que crianças, adultos e idosos também devem aceder diferentemente ao sistema de saúde. A discriminação e a marginalização dos grupos mais vulneráveis se tornam evidentes, quando na realidade a sociedade deveria se preocupar com o resguardo de seus direitos.

Hélio GALLARDO<sup>31</sup>, ao analisar a posição de Norberto BOBBIO acima criticada, afirma que ela surge de uma base equivocada. Refere que, em realidade, a igualdade dos seres humanos propostas nos textos da Declaração das Nações Unidas de 1948 somente pode ser operacionalizada como um princípio de não discriminação pela única óbvia razão de que os seres humanos não são iguais, são diversos ou singulares. O que indica a proposta é que nenhum ser humano deve ser discriminado quaisquer que sejam suas singularidades. Neste aspecto, não existe diferença entre direitos fundamentais e direitos sociais. A diferença pode aparecer somente se considerar menos humano na relação laboral ao que padece de alguma incapacidade ou se considerar mais humano que outros cidadãos, por exemplo, um alto funcionário público acima de qualquer suspeita. Esta forma de designar as peculiaridades

---

<sup>31</sup> GALLARDO, Hélio, op. cit., p. 202-204 e 208-209, tradução nossa.



sociais torna invisível mulheres que possuem suas características próprias e suas histórias de vida individuais. Por exemplo, ser mulher nas sociedades patriarcais se traduz como ser vulnerável por meio de uma relação social e não pela presença ou não de certa peculiaridade física sexual. Também o mesmo autor afirma que essas gerações de direitos não aparecem como uma progressividade linear senão como um único movimento ou processo imbricado por afirmações, negações, conflitos.

Porque falar em dimensão ou geração de direitos, se é importante considerar, primeiro, que a evolução histórica dos direitos não faz, necessariamente, com que os direitos se substituam, mas sim em um processo de evolução dos mesmos. Segundo, não se pode falar em hierarquização de direitos, de forma que, por exemplo, os direitos civis e políticos teriam um grau de eficácia ou de importância maior que os direitos sociais, econômicos e culturais. Neste aspecto, também a doutrina é firme ao defender a clara diferenciação de efetividade destes direitos, de acordo com a categoria a que pertencem, o que merece crítica.

Consoante doutrina Víctor ABRAMOVICH e Christian COURTIS<sup>32</sup>, distinguem-se direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais, sustentando que os primeiros exigem uma prestação negativa do Estado ou de abstenção, enquanto que os segundos implicariam obrigações positivas do Estado que na maioria dos casos são realizadas com recursos do erário público. Assim, somente se poderia falar de direitos quando uma determinada prescrição normativa se limitasse a impor obrigações negativas ou abstenções, já que a tentativa de criar direitos a partir de imposições positivas resultaria conceitualmente impossível ou materialmente inviável. Contudo, a distinção existente entre direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais deve ser vista de forma relativa, já que existem níveis de obrigações estatais que são comuns a ambas as categorias de direitos. Há uma inter-relação entre as supostas obrigações negativas do estado e muitas obrigações positivas, vinculadas à manutenção de instituições políticas, jurídicas, etc, necessárias como condição do exercício da liberdade individual. Assim, o cumprimento de obrigações negativas implica obrigações positivas por parte do Estado, com aplicação de recursos financeiros. Portanto, na realidade, os direitos civis e políticos podem ser conceituados como um complexo de obrigações negativas e positivas por parte do Estado, tanto de abster-se de atuar

---

<sup>32</sup> ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**, p. 19-64, tradução nossa.

em certos âmbitos, como de realizar uma série de funções, para garantir a autonomia individual e impedir sua interferência por outros particulares.

Víctor ABRAMOVICH e Christian COURTIS<sup>33</sup> deixam claro que a diferença existente entre direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais deve ser entendida como de grau e não substancial. Como a faceta mais visível destes últimos são, em regra, obrigações de fazer, são denominados de direitos-prestações, mas também existe em sua estrutura a existência concomitante de obrigações de não fazer, por exemplo, a obrigação de preservar o meio ambiente leva à obrigação de não destruir o meio ambiente. Assim, os direitos sociais, econômicos e culturais também podem ser conceituados como um complexo de obrigações negativas e positivas por parte do Estado, embora as obrigações positivas revistam-se de uma importância simbólica maior. As obrigações negativas implicam obrigações de abster-se de realizar certa atividade por parte do Estado. Já quanto às obrigações positivas, deve-se fazer algumas distinções que demonstram o tipo de medidas que podem ser exigidas do Estado: 1- direitos que se caracterizam pela obrigação do Estado de estabelecer algum tipo de regulação (nestes casos, a obrigação é de estabelecer normas que concedam relevância a uma situação determinada); 2- direitos que a obrigação exige que a regulação estabelecida pelo Estado limite ou restrinja as faculdades de pessoas ou empresas privadas, ou leis que imponham obrigações de algum tipo, sendo que grande parte de regulação de direitos do trabalho e sindical, direitos do consumidor e direitos do meio ambiente compõem desta categoria; 3- direitos em que o Estado possa cumprir com sua obrigação provendo serviços à população, seja de forma exclusiva, seja através de cobertura mista que incluam regelações em que certas pessoas privadas são afetadas através de restrições, limitações ou obrigações. Portanto, os direitos sociais, econômicos e culturais caracterizam-se por envolver um espectro amplo de obrigações estatais, tanto o cumprimento de obrigações negativas, como o controle de cumprimento de obrigações positivas e negativas até chegar na exigência de cumprimento de obrigações positivas não cumpridas.

Outro aspecto importante é que alguns direitos geram obrigações negativas por parte do Estado e têm adquirido uma face social. Ou seja, muitos direitos civis e políticos vêm sendo reinterpretados com uma vertente social, de forma que as distinções entre as categorias de direitos vêm perdendo o sentido também nestes casos. Há a clara necessidade de aplicação das normas considerando as vertentes sociais de onde surgiram. Assim, Víctor

---

<sup>33</sup> Ibidem, p. 19-64, tradução nossa.

ABRAMOVICH e Christian COURTIS<sup>34</sup> defendem que pode-se admitir uma continuidade de direitos, em que o lugar de cada direito está determinado pelo peso simbólico do componente de obrigações positivas ou negativas que o caracteriza, de forma que entre aqueles que geram somente obrigações negativas e aqueles que geram somente obrigações positivas, haverá um espectro de direitos em que a combinação entre estes polos se apresenta em proporções diversas, sendo que a conceituação como direitos civis e políticos e direitos sociais, econômicos e culturais é o resultado de uma decisão convencional, mais ou menos arbitrária.

Desta forma, o que qualificará a existência de um direito social como direito pleno não é simplesmente a conduta cumprida por parte do Estado, mas a existência de alguma proteção jurídica que faça com que o titular do direito possa exigir o seu cumprimento ou a obrigação devida. Ou seja, o titular do direito deve estar em condições de agir, mediante uma ação ou queixa, uma decisão que determine o cumprimento das obrigações geradas por seu direito. O principal déficit dos direitos sociais, econômicos e culturais é a falta de identificação mínima, tanto nas constituições, como nas normas internacionais. Contudo, a inexistência de instrumentos processuais não significa a impossibilidade técnica de criá-los e desenvolvê-los. Um dos fatores principais é o de considerar que o Estado tem a obrigação de não discriminar os direitos sociais, econômicos e culturais, quando do exercício destes direitos. Muito embora o não cumprimento de toda obrigação positiva por parte do Estado seja difícil de ser executada, por depender da requisição de fundos por parte do Estado, há um efeito muito positivo destas ações, porque pode servir de instrumento de formação de políticas públicas, já que a implementação de direitos sociais, econômicos e culturais dependem, em parte, de previsão orçamentária dos poderes políticos<sup>35</sup>.

Desta forma, não se deve falar em hierarquia de direitos e nem em eficácia diversa entre direitos civis e políticos, que seriam autoaplicáveis, e direitos sociais, econômicos e culturais, que se consubstanciaram em meras normas programáticas.

Por outro aspecto, sob a perspectiva da teoria tradicional de direitos humanos, o próprio conceito de dignidade difere. Passa-se a analisar, como exemplo, o conceito trazido pelo ilustre doutrinador Ingo SARLET<sup>36</sup>, que entende a dignidade humana como a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e

---

<sup>34</sup> Ibidem, p. 19-64, tradução nossa.

<sup>35</sup> Ibidem, p. 19-64, tradução nossa.

<sup>36</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**, p. 100-121.

consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Aqui cumpre fazer uma pergunta: porque a dignidade humana deve ser vista apenas para a garantia de condições existenciais mínimas para uma vida saudável e de uma forma universal? Porque não se pode garantir a todos indistintamente o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais e não somente àqueles, como trazido no conceito acima, que deem condições mínimas, que, por evidente, sequer são garantidos à imensa população brasileira? E o que são condições mínimas?

A Constituição Federal de 1988 do Brasil prevê, em seu artigo 7º, inciso IV:

IV - Salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

O salário mínimo no Brasil no mês de dezembro de 2016 totaliza R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), o equivalente a aproximadamente 256 (duzentos e cinquenta e seis) euros. É possível afirmar que a Carta Magna do Brasil garante por meio do salário mínimo condições de uma vida com dignidade? A resposta, infelizmente, é negativa. Este salário mínimo que por evidente não supre, por seu valor, essas necessidades básicas de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, somente é garantido àqueles que possuem um emprego formal, sendo que todos aqueles que não possuem emprego formal sequer possuem este mínimo insuficiente previsto da Constituição Federal.

O conceito de dignidade trazido pela teoria tradicional é único, ou seja, garantir condições mínimas de sobrevivência. Contudo, não se pode universalizar de forma absoluta este mínimo, porque as condições, os anseios e as necessidades de cada grupo social variam de acordo com o país em que vive, com as tradições existentes e com a realidade vivida.

Neste sentido, quando discute acerca dos direitos humanos e sua complexidade, Joaquín HERRERA FLORES<sup>37</sup> afirma que o fundamento que justifica a universalidade dos direitos se sustenta em um conjunto de premissas empíricas: os seres humanos possuem todos os direitos reconhecidos nos textos internacionais pelo mero fato de terem nascido. Entretanto, os direitos se apresentam como um fato que está aí, dado de uma vez por todas. É como se nos dissessem, todos têm os instrumentos e os meios para construir o seu palácio de cristal. Duas perguntas surgem imediatamente quando partimos da complexidade do conceito: Porque, então, todos nós não podemos construí-lo? E também, não haverá povos em que seus habitantes não querem o palácio de cristal prometido pelos direitos, mas apenas uma tenda no meio do deserto situada perto ou ao lado de uma fonte de água potável? Por mais que uma norma diga que temos direitos, de imediato nos encontramos com a realidade, que é diferente, que não garante estes direitos, que não alcança ao ser humano a possibilidade de gozar desta garantia, de forma que o resultado definitivo é muito diferente para uns do que para outros. Tudo dependerá da situação que cada um ocupe nos processos que facilitam ou obstaculizam o acesso aos bens materiais e imateriais exigíveis em cada contexto cultural para alcançar a dignidade. Ou seja, a depender de sua colocação na sociedade, você terá mais ou menos direitos e isto não pode prevalecer.

É de extrema clareza a comparação utilizada por Joaquín HERRERA FLORES, entre a teoria de Aristóteles, trazida em seu livro *A Metafísica*, a teoria tradicional e a crítica de direitos humanos, na aula de clausura do Máster Oficial em *Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo*, no dia 26.03.08<sup>38</sup>. Tendo por base a teoria de Aristóteles, que utiliza como imagem uma taça de bronze e trabalha com a teoria das causas, estabelecendo a existência de quatro causas que constituem os fenômenos, o ilustre professor Joaquín HERRERA FLORES realiza uma análise comparativa entre esta e a teoria tradicional (liberal, individualista e abstrata de direitos humanos), e a teoria crítica (deontológica) de direitos humanos. Parte-se, então, de quatro planos, denominando-os de material (a matéria, do que é feito o objeto), eficiente (quem o faz), formal (o que faz com que o objeto seja o que é) e final (fim e objetivo para o que deve servir este objeto).

No plano material, responde-se à pergunta: “do que é feito?”. No caso da taça de bronze, a resposta lógica é de que é feita de bronze. Para a **teoria tradicional**, em resposta,

<sup>37</sup> HERRERA FLORES, Joaquín *Op. Cit.*, p. 32-34.

<sup>38</sup> HERRERA FLORESS, Joaquín. Máster Oficial em *Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo*: aula de encerramento. 26 de março de 2008.

afirma-se que os direitos humanos são os direitos previstos nas normas de caráter internacional, de forma que se inicia pela própria norma. Ou seja, começa-se pela consequência e não pelas causas em si, que desaparecem. Assim, temos direito a ter direitos, os direitos já estão postos e é necessário defendê-los e não criá-los. Para a **teoria crítica** dos direitos humanos, estes são resultados de processos de luta para acesso igualitário aos bens, a fim de satisfazer as necessidades materiais e imateriais. Não se parte dos direitos, que virão depois, mas dos processos de lutas que originam e justificam a judicialização e a garantia desses direitos, o que não significa, por evidente, a negativa de direitos e garantias jurídicas. Aqui há a ideia de autonomia positiva, com a necessária construção de poder e de condições materiais para acesso aos bens, de forma que os direitos não estão todos feitos e construídos, mas em processo de criação.

No plano eficiente, responde-se à pergunta: “quem o faz?”. No caso da taça de bronze, a resposta é o artesão ou artista. No caso da **teoria tradicional** de direitos humanos, são os juristas, que são os especialistas que dizem o que são os direitos ou que interpretam estes direitos, inclusive nos parlamentos, já que os parlamentares, em sua maioria, detêm formação jurídica. E para a **teoria crítica** a resposta é muito mais abrangente, já que são os atores sociais que lutam pela dignidade (movimentos sociais, grupos sociais, juristas, advogados que se articulam, organizações não governamentais, sindicatos, etc), não estando restrito ao âmbito jurídico.

No plano formal, deve-se responder à pergunta: “o que faz com que aludido objeto seja o que ele é?”. No caso da taça de bronze, a resposta diz respeito à concavidade da taça. A taça pode ter muitas formas, mas o que faz que uma taça seja uma taça é a sua concavidade. Para a **teoria tradicional**, são abstrações, já que a teoria é embasada em silêncios estruturados e os direitos já estão fundamentados, sendo necessários somente organismos internacionais que os apliquem e reconheçam. A partir daí, surgem as gerações de direitos e a Lei sendo a fonte mais importante do direito. Para a **teoria crítica**, a resposta está nos compromissos e deveres que surgem das lutas que originam os direitos humanos, além dos contextos em que se situam. Ou seja, todos **devem** ter direitos e garantias que resultam das lutas sociais, mas não **tem** estes direitos pela mera razão de existir, já que há um componente cultural e político que faz com que as normas surjam.

No plano final, deve-se responder à pergunta: “para que serve?”, “qual é o objetivo?”. No caso da taça de Aristóteles, serve para beber ou para colocar algo em um recipiente côncavo. Para a **teoria tradicional** de direitos humanos, a resposta está na dignidade, mas na dignidade reduzida aos direitos fundamentais, conforme ensina Luigi FERRAJOLI<sup>39</sup>:

Son derechos fundamentales todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a todos los seres humanos en cuando dotados del status de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de obrar; entendiendo por derecho subjetivo cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por status la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas.

Já para a **teoria crítica** de direitos humanos, a finalidade também é a dignidade, mas a dignidade material, com um círculo de garantias abertas, onde se possa trabalhar não somente com garantias jurídicas (direitos fundamentais e direito internacional de direitos humanos), mas também garantias sociais, econômicas, culturais e políticas. Há o compromisso de luta pelo acesso igualitário e não hierarquizado aos bens, à dignidade material.

Diante de todo o exposto, conclui-se, como refletido na letra da música “É preciso mudar”, do grupo Klethus, composição de Ellen Carmaine, Junior Max e Guto<sup>40</sup>, esperança é o início do próximo passo:

O silêncio de cerca você quer mais. Desespero cresce, então vai. Sentir o desejo subindo em você. É preciso ser inteligente, saber entender. Multidões dominam o teu redor. Sacrifícios evasivos, não têm nada pior. Querer se dar bem, é talvez um pecado. Viver nesse mundo, conhecer o outro lado. É preciso ter fé, é preciso encarar. Não precisa mentir, não precisa enganar. Fazer o que se sabe, não se lamentar. Levante a cabeça, é preciso mudar. Ao olhar para alguém você tem um espelho. Mas nem todos os espelhos refletem o desejo. Não existe o melhor exemplo de vida. Vou fazer a minha parte, você faz o caminho. O dinheiro te prende por todos os lados. Que ao invés de ajudar só te deixa frustrado. Quem tem noção do que vê ao lado. Esperança é o início do próximo passo.

<sup>39</sup> FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías: la ley del más débil**, p. 37, tradução nossa: “são direitos fundamentais todos aqueles direitos subjetivos que correspondem universalmente a todos os seres humanos em quanto dotados do status de pessoas, de cidadãos ou pessoas com capacidade de trabalhar; entendendo por direito subjetivo qualquer expectativa positiva (de prestações) ou negativas (de não sofrer lesões) adstrita a um sujeito por uma norma jurídica; e por status a condição de um sujeito, prevista também por uma norma jurídica positiva, como pressuposto de sua idoneidade para ser titular de situações jurídicas e ou autor dos atos que são exercícios desta”.

<sup>40</sup> KLETHUS. **É preciso mudar**. Composição Ellen Carmaine, Junior Max e Guto. Disponível em: <http://vagalume.uol.com.br/klethus/e-preciso-mudar.html>. Acesso em 21.05.08.

## 1.2- O diamante ético e o tráfico de mulheres para exploração sexual. Eixo conceitual e eixo material.

A figura do diamante ético foi criada pelo professor Joaquín HERRERA FLORES<sup>41</sup>, com o objetivo de facilitar às partes do processo educativo e aos atores sociais uma imagem mais completa e simples possível dos elementos que compõem a realidade dos direitos, pretendendo afirmar a indiscutível interdependência entre os múltiplos componentes que definem os direitos humanos no mundo contemporâneo.

O diamante ético possui três capas, a fim de demonstrar três dimensões sempre em movimento, de forma que os seus componentes estejam inter-relacionados e sejam visíveis em todos os pontos de vista em que sejam colocados. São os direitos humanos vistos desde uma perspectiva crítica e contextualizada, convertendo-se não em uma jóia rara a ser contemplada, mas no resultado de lutas que se vão sobrepondo ao longo do tempo e que são impulsionadas tanto por categorias teóricas (eixo vertical) como por categorias práticas (eixo horizontal).



<sup>41</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 107-111, tradução nossa. Todos os conceitos trazidos neste capítulo estão citados na obra referida.



Analisando-se o quadro acima desenhado, pode-se observar que o diamante ético está composto de três capas<sup>42</sup>.

A primeira capa está integrada por teorias, instituições, forças produtivas e relações sociais de produção. Trata-se do conjunto de elementos que compõem os processos sociais e econômicos.

Teorias, assim consideradas as diversas formas de enxergar um processo ou uma coisa e que dão uma ideia dela, devendo sempre ter em mente que não há uma só teoria sobre os direitos, que ditas teorias se articulam com as práticas sociais dos agentes sociais e que as teorias constituem e reproduzem práticas e formas concretas de produção e reprodução cultural e social. No caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, o elemento teoria abrangeria a análise das teorias que impulsionaram e que justificam porque o tráfico de mulheres para exploração sexual é o que mais ocorre na perspectiva do tráfico de pessoas, passando necessariamente pela questão do patriarcalismo, tão presente em nossa sociedade, e da coisificação do ser humano. Faz-se necessário analisar as diversas formas de ver a prostituição e o tráfico de mulheres e com base nas lutas sociais oriundas deste grupo vulnerável, construir uma teoria que efetivamente traga dignidade a estas mulheres. Ter claro que a discriminação hoje vivenciada pelas mulheres está arraigada em produções e reproduções culturais e sociais, com diversos preconceitos e estigmas que somente podem ser sacados com uma mudança social desde a origem.

Instituições, assim consideradas aquelas normas, regras e procedimentos que articulam hierárquica e burocraticamente a resolução de um conflito ou a satisfação de uma expectativa. Assim, torna-se inescusável o conhecimento das instituições, já que estas dão o suporte à estrutura cognitiva, sendo resultado jurídico, político econômico ou social de uma determinada forma de entender os conflitos sociais, de forma que falar em instituição é fazê-lo desde as relações de poder que primam no momento histórico concreto em que vivemos. No caso da prostituição e do tráfico de mulheres, algumas instituições aparecem de forma substancial, como é o caso do Estado, que transforma estas mulheres em invisíveis, pela forma em que trata a prostituição por meio de sua legislação, com total descaso e ausência de garantias; a família, pela forma em que a mulher é colocada no âmbito privado e

---

<sup>42</sup> Ibidem, p. 112-138, tradução nossa.

discriminada, sendo praticamente isolada de outras oportunidades no âmbito público, que podem gerar reconhecimento social, melhores salários e melhores condições de vida; a igreja, que também discrimina a mulher e considera “pecado” qualquer atitude que, dentro do conceito da igreja, atente à moral e aos bons costumes, e qualquer ato que possa colocar a instituição “família” em risco; e à sociedade, que discrimina as mulheres que trabalham com a prostituição, criando estigmas e não questionando a atitude dos homens que são clientes e que justificam a prostituição.

Forças produtivas, consideradas como as tecnologias, tipos de trabalho e processos econômicos que levam a produção de um bem ou serviço. Aqui resta de fundamental importância analisar a fase em que vivemos de acumulação deliberada do capital, na transformação do lucro em primeiro objetivo irrestrito de empresas, a custo, se precisar, da saúde e da vida do trabalhador e de sua família, com a desconsideração total do humano e com a mercantilização do trabalhador. Além disso, a estrutura hierarquizada e discriminatória vivenciada com clara divisão sexual do trabalho, de forma que aqueles que produzem não são aqueles que consomem, tornando-se cada vez mais afastados das esferas econômicas.

Relações sociais de produção, como forma de relacionar-se de quem intervém na produção dos bens e serviços, tanto entre eles mesmos como com a natureza, o que determinará a forma de acesso aos bens. A relação entre os indivíduos será muito diferente se estiver diante de um sistema produtivo em que os trabalhadores têm os seus direitos básicos garantidos ou de um sistema produtivo em que tais direitos são considerados como custos empresariais, que devem ser reduzidos para conseguir a adaptação rápida e competitiva às necessidades variáveis do mercado. No caso do tráfico de mulheres e da exploração sexual, a discriminação existente e a total ausência de proteção estatal fazem com que estas relações sociais de produção sejam cada vez mais excludentes, já que a ausência de proteção estatal contribui com o aumento do estigma e da visão social discriminatória.

A segunda capa está composta por posições, disposição, narração e historicidade. Trata-se do caráter impuro dos direitos humanos.

Posições, assim entendidas como o lugar ocupado nas relações sociais e que determina a forma de acesso aos bens, já que as pessoas e os grupos sociais terão uma visão diferente dos direitos humanos em função de suas posições. Ou seja, o lugar material ocupado

nos processos de exclusão social, sendo que esta posição pode ser subordinada ou privilegiada por tais processos de divisão. Esta posição determinará a forma a partir da qual acede-se aos bens necessários para viver com dignidade. A posição não está determinada apenas pelo capital econômico, somando-se a este as chamadas capacidades sociais (soma de relações que um pode aportar no seu âmbito pessoal ou no lugar onde realiza seu trabalho) e as capacidades culturais/simbólicas (formação adquirida em toda etapa de aprendizagem e que permite interconectar o trabalho produtivo com os conhecimentos acumulados e a sempre crescente capacidade cultural). No caso das mulheres submetidas ao tráfico, esta posição é subordinada, não privilegiada, situando-se num âmbito de exclusão social, quer em decorrência da situação social, em geral, de pobreza em que vivem antes de ser submetidas ao tráfico, quer quanto à sua discriminação enquanto mulher, quer em face de sua mercantilização como mero objeto de consumo, quer em decorrência da divisão sexual do trabalho.

Disposições, consideradas como consciência da situação que se ocupa no processo de acesso aos bens e consciência de como se atua dentro deste dito processo. Esta tomada de consciência vai permitir realizar um tipo emancipador ou conservador de prática social. Se há consciência de que estão sendo explorados ou excluídos dos benefícios que são produzidos com os seus respectivos trabalhos cotidianos, pode-se aceitar e assumir passivamente a situação ou resistir e esforçar-se para por em prática propostas alternativas. Deve-se desenvolver disposições que tenham em conta as diferentes formas de perceber, narrar e atuar no mundo, ou seja, as diferentes formas de lutar por uma vida digna de ser vivida. No caso das mulheres submetidas à exploração, como visto na primeira parte deste trabalho, existe um poder simbólico incutido na sociedade (homens e mulheres), poder este considerado invisível, exercido com a cumplicidade daqueles que não querem ou não conseguem saber que estão sujeitos a este poder. O patriarcalismo está muito arraigado em nossa sociedade, de forma que as mulheres, muitas vezes, encontram-se em uma disposição de falta de consciência, sendo a dominação e a discriminação consideradas “normais”. Evidente que, paralelo a este processo, também segue outro de retomada de consciência por parte deste grupo vulnerável, com possibilidade de mudança social de forma emancipadora e não conservadora. Deve-se, então, dar poder a estas mulheres para tal tomada de consciência e para que a sua disposição possa ser utilizada para propor ideias alternativas às existentes, produzindo mudanças sociais.

Narrações, assim consideradas como a forma como as coisas ou situações são definidas, os modos a partir dos quais nos definem e que nos dizem como se deve participar das relações sociais. Aqui há a demonstração de que os direitos não são algo estático, obrigando a estar atentos as plurais e diferenciadas narrações que sobre os mesmos se dão em diferentes culturas e formas de vida. Na hipótese das mulheres submetidas ao tráfico para exploração sexual, a narração é a forma como estas mulheres são definidas, ou seja, a forma discriminatória, vexatória e cheia de estigmas em que são vistas não somente pela sociedade, mas também pelos órgãos públicos, pela igreja e pelo próprio Estado. Parte-se, neste aspecto, de uma cultura patriarcal e de exclusão social da mulher, devendo-se observar outras formas de narrações possíveis, que possam transformar o pensamento discriminatório e excludente em um pensamento dignificante, respeitando a condição peculiar de pessoa e retirando todos os estigmas introjetados em nossa mente e repetidos, pela maioria, sem quaisquer questionamentos. Também a narração existente de acumulação exacerbada de capital e de exploração do trabalho deve ser revista, de forma que o lucro não supere a condição humana, e que a pessoa não se transforme em objeto de comércio. É preciso nova narração, voltada a novas formas de vida e a novas culturas a serem plantadas e colhidas nesta sociedade.

Historicidade, considerada como a situação de um processo social atendendo às suas causas históricas e aos grupos que lhe deram origem, assim como aos efeitos e momentos em que se encontra dito processo ao fazer este jogo. A historicidade dos direitos supõe afirmar que a concepção dominante na atualidade não veio de nenhum céu estrelado, mas que teve origem concreta em alguma forma de luta social pela dignidade humana. A ideologia hegemônica tende sempre a ocultar as origens e as causas dos fenômenos. Quando se fala em historicidade, se faz desde quatro perspectivas: 1- todo fenômeno social tem a sua causa, sendo por isso importante a investigação das causas históricas dos fatos e fenômenos sociais; 2- compreender a evolução temporal dos fenômenos, suas linhas, seus traçados, suas continuidades e descontinuidades, suas semelhanças com outros processos, suas rupturas temporais que podem produzir ações sociais que subvertem a concepção unilateral de tempo; 3- perceber e assimilar o caráter dinâmico dos processos sociais; 4- social e economicamente, não há entidades estáticas, senão processos e tendências. Aplicando-se este elemento ao presente trabalho, conclui-se que a historicidade é de fundamental importância para compreender o fenômeno da exploração sexual de mulheres, mediante a análise das causas e fenômenos sociais que contribuem para que o tráfico ocorra, como realizado na primeira parte deste trabalho, com o estudo do patriarcalismo, das teorias feministas, da escravidão

contemporânea e da comparação dos sistemas existentes quanto ao trabalho sexual e seu reflexo no tráfico de mulheres. Torna-se fundamental situar este problema na história, buscar soluções efetivas e, por fim, verificar a possibilidade de mudar estas condições materiais para que se possa chegar à dignidade plena.

A terceira capa está composta por espaços, valores, desenvolvimento e práticas sociais. Está-se diante do desenvolvimento do conceito de direitos humanos como resultados de processos de luta pela dignidade.

Espaços, assim considerados os lugares físicos, geográficos, humanos ou culturais em que o conjunto de relações sociais são desenvolvidas. Não se trata, na verdade, de falar somente de espaços físicos ou lugares, mas de construção simbólica de processos em que se criam, se reproduzem e se transformam os sistemas de objetos (produtos culturais) e os sistemas de ações (formas de reagir frente ao ambiente de relações em que se vive). É necessário recompor espaços ou zonas de informalidade que proponham visões alternativas e anti-sistêmicas que tenham por objetivo construir bases sociais e culturais de uma nova hegemonia. Para conhecer e situar os direitos é preciso situá-los nesses espaços simbólicos em que as relações de poder colocam os indivíduos em diferentes planos desde o de alcançar a dignidade. É necessário criarmos um espaço de luta para que possa ser transformado culturalmente o estigma da prostituição e da discriminação da mulher, e socialmente a forma de reagir e de ver o trabalho sexual prestado. As principais causas do tráfico de mulheres para exploração sexual é a posição social em que vivemos, patriarcal e discriminatória, com a exclusão da mulher do público, a divisão sexual do trabalho, e a falta de reconhecimento e garantias a serem outorgadas às mulheres pelo Estado. Assim, a construção de um espaço simbólico, em que se possa quebrar esta hegemonia dominante, para a construção de novas formas de ver o mundo e de novas garantias é de extrema importância para a busca da dignidade desde grupo invisível perante a sociedade.

Valores, considerados as preferências individuais ou coletivas, majoritárias ou minoritárias, a respeito de alguma coisa, bem ou situação social e que permitam a relação com os outros. É importante então analisar quais são esses valores que conformam esta problemática e ver de que modo esses valores se aproximam ou se afastam de uma visão ampla e contextualizada da dignidade humana, podendo ser emancipadores ou reacionários. No caso da prostituição, existem muitos valores pré-definidos e reacionários, como os de que

a prostituição é um mal, de que é uma vida fácil, do estigma da prostituta e do cafetão. Contudo, faz-se necessário ter outros valores, analisar as efetivas causas do problema vivenciado (se está na prostituição em si ou em sua exploração), verificar se a ausência de reconhecimento deste trabalho como uma profissão e de qualquer direito contribui mais ainda com a exploração, aumenta a problematização e não outorga dignidade a estas mulheres, que é o bem maior a ser defendido. Os valores sociais devem ser vistos através de uma visão emancipadora, buscando, assim, a quebra dos estigmas e preconceitos existentes, criando novos valores, por meio de uma mudança social e mudança da forma de ver o mundo.

Desenvolvimento, assim considerado o processo e situação atual de criação de condições sociais, econômicas, culturais e políticas que permitam ou impeçam o acesso aos bens. Por evidente, pode-se falar em desenvolvimento sem direitos humanos, mas não se pode falar em direitos humanos sem desenvolvimento. Somente haverá desenvolvimento quando se chegue a uma distribuição igualitária de técnicas e meios de aprendizagem que permitam criar condições adaptáveis ao ambiente de diferentes povos. A perspectiva de desenvolvimento que aparece no diamante deve ser entendida desde uma posição subordinada dos atores sociais que veem afetadas suas vidas pelas políticas econômicas neoliberais. Há então a necessidade de se criar desenvolvimento para as mulheres, para que tenham acesso igualitário a todos os bens materiais e imateriais, a começar pelo respeito como pessoa, pelo acesso igualitário ao mercado de trabalho, pelo acesso ao público sem discriminações, pela mudança de visão social acerca das mulheres que trabalham com a prostituição.

E por fim, o último elemento do diamante ético, as práticas sociais, entendidas como formas de organização e ação a favor ou contra a situação de acesso aos bens que se pretende, ou seja, quais vêm sendo as práticas sociais dos movimentos sociais, das associações, das organizações não governamentais e dos partidos políticos com as políticas de reconhecimento dos direitos e com as ações comprometidas com a emancipação e a libertação. Necessário então analisar quais são as lutas sociais que vêm ocorrendo neste âmbito e qual a vontade do grupo social que está lutando. No caso da prostituição, embora haja uma divisão clara de objetivos e desejos (há aqueles que pretendem a regulamentação e o reconhecimento da prostituição e há aqueles que pretendem extirpá-la da sociedade), deve-se analisar ambas as lutas e com base nos demais elementos do nosso diamante, concluir qual delas é a mais justa e que pode efetivamente trazer a estas mulheres a dignidade humana, o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais, sem qualquer forma de discriminação.

Portanto, com fundamento na teoria crítica de direitos humanos é que se trará proposições reais, efetivas e multidisciplinares para o combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual.

A problemática do tráfico de mulheres para exploração sexual envolve diversos fatores, sendo de fundamental importância a análise das teorias acerca do trabalho sexual, bem como das consequências obtidas em diversos países a depender da forma como a situação é tratada.

### **1.3-Teorias acerca do trabalho sexual. Modelos adotados no Brasil, Espanha, Holanda, Alemanha e Suécia e suas consequências no tráfico de seres humanos.**

Resta necessário, com base nos elementos de uma teoria crítica, analisar algumas teorias hoje existentes acerca do trabalho sexual, e sua adoção em alguns países, verificando quais foram as consequências da inclusão destes sistemas na ordem jurídica vigente.

Atualmente, existem três sistemas básicos que tratam da prostituição: o proibicionismo, o regulamentarismo e o abolicionismo.

Por meio do proibicionismo, o Estado, convertido em tutor da moral pública, sanciona penalmente todas e cada uma das três partes que necessariamente intervêm no exercício da prostituição, a prostituta, o proxeneta e o cliente. Ou seja, toda a atividade relacionada à prostituição é delitiva (o exercício, o consumo e a facilitação). Aqui, a prostituta é considerada delinquente e não vítima da prostituição. Este modelo ocorre nos Estados Unidos, Grã Bretanha e China, dentre outros<sup>43</sup>. Esta era a normativa vigente na Espanha até 1995 e era considerada uma variante do abolicionismo na medida em que a prostituição não era delito, mas uma situação de perigo social. A Lei Espanhola nº 16/1970 sobre periculosidade e reabilitação social, que modificou a lei anterior de “vagos y meliantes” propôs-se a proteger a sociedade de determinadas condutas individuais que, não sendo estritamente delitivas, eram perigosas para a sociedade. Referida Lei estava combinada com

---

<sup>43</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 23, tradução nossa.

outras medidas que proibiam todo o sexo na rua e não somente o trabalho das prostitutas. Esta norma se manteve vigente na Espanha até 1995, quando foi formalmente derrogada<sup>44</sup>.

O sistema regulamentarista considera que já não é possível eliminar a prostituição, sendo necessário regulá-la. Por meio do regulamentarismo do século dezenove, a prostituição é considerada uma realidade social inevitável, é o trabalho mais antigo do mundo, sempre existiu e sempre existirá. Controla a sexualidade do homem, evita violações fora do matrimônio e práticas sexuais inadequadas às esposas – mães. E como é considerado um serviço necessário e habitual, demanda algumas medidas de prevenção de riscos para os usuários (controle sanitário, com registro de exercício da profissão e controle policial.) e um controle paralelo das mulheres, que saem do âmbito privado/doméstico, e da sexualidade como um todo, que deve ser regrada, para invadir com limites o espaço público, mediante uma limitação de área de atuação (zonificação). Na Grécia, as prostitutas registradas são submetidas a exames duas vezes na semana, e somente quem possui esse registro tem acesso sanitário. Este controle é somente realizado com as prostitutas, e não com os clientes, o que é questionável, já que às vezes este é que expõe a perigo a integridade física da prostituta. A segunda medida é a zonificação, com o estabelecimento de espaços em que o exercício da prostituição é tolerado, mas longe de uma visão cidadã respeitável, já que é um mundo marginal, inseguro e precário. Uma das soluções propostas seria a prostituição somente em clubes, com a proibição da prostituição na rua. Apenas para citar como exemplo, a Ordenança Municipal de 1999 de Bilbao trouxe diversos requisitos no que tange à essa zonificação, tais como distâncias entre locais desse gênero e requisitos das instalações ou condições sanitárias de implantação dos espaços e habitações destinados à prestação de serviços sexuais. Também na Catalunha, no ano de 2003, foi realizada uma Ordenança Municipal para regular os locais de pública concorrência onde se exerce a prostituição. Além disso, há Ordenanças de Valência e de Barcelona sobre utilização de espaço público, prevendo multas para as pessoas que exercem a prostituição na rua, servindo de modelo para que a prostituição somente seja realizada em clubes<sup>45</sup>.

O regulamentarismo atual entende que a prostituição está ligada ao âmbito privado, não requerendo intervenção do estado, mas um respeito a essa privacidade. Mesmo sendo uma questão privada, necessita ser reconhecida como trabalho, principalmente por dois

---

<sup>44</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 67-71, tradução nossa.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 67-81, tradução nossa.



motivos: primeiro para trazer a luz o dinheiro usado na prostituição, a fim de fixar taxas e impostos, e segundo porque para reconhecer os direitos das mulheres como trabalhadoras do sexo. O regulamentarismo atual se apresenta como uma solução mista que permite lutar contra a exploração, a prostituição forçada e o proxenetismo, e ao mesmo tempo reconhecer a prostituição como um trabalho. Com o estabelecimento de obrigações laborais, sanitárias e fiscais nos locais onde se exerce a profissão, pode-se melhorar consideravelmente a situação das prostitutas. Ele distingue a prostituição forçada e livre e propõe combinar a luta contra a exploração e a prostituição forçada com o reconhecimento da prostituição como trabalho, distinguindo a legislação penal e a trabalhista. O regulamentarismo atual crê que é conveniente eliminar a prostituição, mas enquanto não se consegue, por uma parte, há que proteger as prostitutas, e por outra controlá-las<sup>46</sup>. Considera o fenômeno da prostituição como inevitável, cuja existência necessita ser aceita pela sociedade, estabelecendo alguns controles públicos da atividade, como, por exemplo, controle sanitário, estando proibida e sancionada a prostituição exercida à margem desse controle. Contudo, os clientes ficam fora de qualquer controle. É reconhecido na Alemanha, Áustria, México e Holanda<sup>47</sup>.

Aqueles que não tem uma visão preconceituosa do trabalho sexual<sup>48</sup> consideram as trabalhadoras do sexo como mulheres que escolheram esta atividade entre as opções possíveis que sua condição de vida oferece, condicionadas ao nível cultural, à situação econômica, à idade, etc. Consideram que as normas que devem regular a situação devem ter em conta que a prostituição não é um trabalho livre de estigmas e que, embora reconhecido, pode gerar dinâmicas de exclusão. Afirmam que é importante ouvir a voz destas mulheres e não dramatizar a atividade, tirá-la do debate moral e colocá-la no debate das relações do trabalho, considerando que situar a prostituição e seu exercício no plano da moralidade é uma manobra que mantém a estrutura patriarcal. Entendem que se deve descriminalizar totalmente a prostituição e reconhecê-la como um trabalho que contemple as diferenças no modo de exercê-lo.

Na Holanda, a Lei de 28 de outubro de 1999 regulou as atividades relacionadas com a prostituição. Assim, o Conselho Municipal pode fixar, mediante licença, as condições relativas ao exercício da prostituição a título profissional. Os entes locais possuem uma função de vigilância da segurança das mulheres, das condições higiênicas e das condições de

<sup>46</sup> Ibidem, p. 67-85, tradução nossa.

<sup>47</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 23, tradução nossa.

<sup>48</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 116-119, tradução nossa.

trabalho. O empresário deve formalizar um acordo laboral por escrito com as prostitutas e deve controlar que se pratique sexo seguro e que se realizem controles sanitários regulares sob enfermidades venéreas. As Prefeituras colocam à disposição das mulheres um organismo de reclamação a quem dirigir-se no caso de queixa sobre a direção do negócio<sup>49</sup>.

Referida Lei tem em sua essência retirar da esfera criminal a prostituição como atividade econômica e reconhecer a legalidade de seu exercício como trabalho assalariado ou trabalho autônomo. O artigo 250 do Código Penal Holandês conceitua prostituição como o oferecimento para a prática de atos sexuais com um terceiro em troca de pagamento e, ao mesmo tempo, penaliza o tráfico de pessoas, a exploração da prostituição forçada e a prostituição de menores de idade. As Prefeituras podem proibir determinadas formas de prostituição. Também aos estrangeiros pode ser negada a possibilidade de estabelecer-se na Holanda para explorar esta atividade, mas esta denegação de estabelecimento não é aplicável aos comunitários, embora possam ser penalizados se incorrerem em formas ilegais de exploração. O empregar estrangeiros “ilegais” leva ao fechamento do negócio e ao cancelamento da licença municipal. Com relação a quem pode desempenhar o trabalho, a lei Holandesa considera como trabalhadoras assalariadas ou autônomas as prostitutas holandesas, as comunitárias (sempre que os ingressos não sejam marginais ou secundários) e as estrangeiras com permissão de residência vigente que permita trabalhar na Holanda. As prostitutas originárias dos países candidatos à Comunidade Europeia poderão estabelecer-se somente como trabalhadoras autônomas sempre que cumpram as condições aplicáveis ao empresariado autônomo (possuir um capital próprio, um plano empresarial e fazer aportação própria de conhecimento e experiência profissional). Neste caso, nunca poderá tratar-se de um trabalho por conta alheia, ainda que seja a tempo parcial. As prostitutas estrangeiras que residem ilegalmente na Holanda, trabalhem ou não, podem ser expulsas conforme a *Ley de Extranjería*, mas possuem direito de receber ajuda da Administração, com possibilidade de conseguir uma permissão de residência por razões humanitárias, se denunciarem o tráfico de pessoas. À relação jurídica entre a prostituta e o titular da empresa aplicam-se as regras de direito laboral, sendo decisivo seu consentimento livre na prestação de serviços, no modo de prestar seu trabalho e na decisão de extinção de sua relação laboral. São aplicadas as normas dedicadas ao comércio e a indústria em geral, por exemplo, relativas a questões de saúde, de jornada de trabalho, de carga física ou psicológica, desempenhando a Inspeção do Trabalho um papel de controle. As prostitutas não possuem direito ao seguro desemprego quando

---

<sup>49</sup> CUENCA, Encarna Carmona, op. cit., p. 52.

decidam deixar a prostituição, tanto como autônoma, como quanto assalariada, já que se considera que passaram a estar desempregadas de forma voluntária, mas poderão inscrever-se na oficina de emprego como demandantes de trabalho. Tanto as prostitutas quanto os empresários estão obrigados a pagar impostos. Não obstante estas normas, lamentavelmente o balanço destes anos de vigência da Lei não alcançou os objetivos de erradicar a clandestinidade que leva ao proxenetismo, à exploração de menores e ao tráfico de imigrantes ilegais. Não somente não diminuiu o número de prostitutas ilegais dos países do Leste, como as que tinham permissão ou eram nacionais passaram em sua grande maioria a clandestinidade, especialmente pelo aspecto salarial, já que sua remuneração diminuiu enormemente ao ser equiparada a empregada de serviços ou a empregada de companhia<sup>50</sup>.

Na Alemanha, a reforma legislativa que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2002<sup>51</sup> possibilitou às mulheres prostitutas estarem legalmente asseguradas, reconhecendo certos direitos, como a possibilidade de rescindir um contrato de trabalho por sua vontade, a proibição de sujeitar-se a requisitos de rendimento e à direção do empregador. Possuem o direito, como na Holanda, à livre escolha do cliente. Não há uma proibição legal sobre a prostituição, mas continua sendo tipificado como delito o proxenetismo e a incitação à prostituição, o que impede que as mulheres que trabalham em bordéis possam legalizar a situação, já que seus lugares de trabalho se consideram pensões ou prostíbulos. Os donos de prostíbulos não serão processados, mas sim aquelas pessoas que incitem a prostituição, sendo sancionadas com três anos de prisão. Assim, a Lei alemã é um meio termo entre a Lei Holandesa que legaliza os bordéis e a lei sueca que penaliza a clientela. Igualmente que na Holanda, a lei não dá acesso às prostitutas estrangeiras, pois se prevê que sem trabalho não há permissão de residência e sem permissão de residência não há trabalho, o que, desde uma perspectiva crítica é um dos pontos de déficit da lei alemã, já que mantém à discriminação legal e social das prostitutas estrangeiras<sup>52</sup>.

Segundo alguns estudos, embora tendo em conta pequeno tempo de vigência destas normas, os resultados não foram de todo satisfatórios, já que não logrou reduzir a prostituição clandestina, isto é, a que é exercida fora do marco legal estabelecido, e tampouco o tráfico de mulheres e crianças estrangeiras com fins de exploração sexual. Ao contrário, aumentou a demanda da prostituição e, com ela, a indústria do sexo legal e ilegal. Para

---

<sup>50</sup> HERRERO, Sylvia Gay, op. cit., p.148-152, tradução nossa.

<sup>51</sup> Disponível em <http://www.juareztavares.com/textos/prostituicaoabr.pdf>. Acesso em 24.06.2008.

<sup>52</sup> HERRERO, Sylvia Gay, op. cit., p. 152-155, tradução nossa.

satisfazer a demanda, se recorre às mulheres imigrantes, a maior parte delas vítimas de engano ou de violência, que vivem privadas de todo tipo de direitos<sup>53</sup>.

Por último, o abolicionismo defende que a prostituição representa, em todos os casos e circunstâncias, uma das modalidades mais antigas em que se manifesta e se perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, de forma que regular ou reconhecer o trabalho sexual seria legitimar o domínio masculino sobre o feminino. Para os abolicionistas, constitui-se em uma prática violenta, de forma que ao legitimar a prostituição se estaria legitimando a violência contra as mulheres, reforçando as desigualdades entre os sexos. Há clara posição de que o regulamentarismo estaria utilizando as mesmas propostas usadas por aqueles que propuseram a regulamentação da escravidão, mediante medidas relativas às condições em que exercida, como se uma vez realizada em locais confortáveis, a violência consubstancial desaparecesse. Entende que a regulamentação do mercado sexual amplia a indústria do sexo e o tráfico de mulheres para exploração sexual, que não existiria se a prostituição fosse abolida. Também conclui que com a prostituição, o corpo das mulheres é consumido sexualmente e se converte em mercancia de uso, reduzido a sua anatomia, transformado em objeto, exibido e desprovido de toda base espiritual, o qual se acede mediante um preço. O abolicionismo persegue o proxenetismo, seja individual ou organizado, mas não a prostituição, já que a mulher é vista como vítima de um sistema de exploração e de distribuição de riqueza e recursos sociais desiguais. De acordo com essa teoria, não se pode falar em opções, já que o fato de muitas mulheres desempenharem a prostituição não é considerado uma opção razoável, vez que o consenso obtido é uma coerção patriarcal. Exige uma atuação forte policial para combater a exploração sistemática e o desenvolvimento de programas sociais de reinserção e apoio às prostitutas para que deixem a prostituição<sup>54</sup>. Os países que se aproximam deste sistema são França, Bélgica, Espanha e Itália<sup>55</sup>.

A Suécia também faz parte do sistema abolicionista, embora de uma forma mais rígida, considerando a prostituição como forma de violência sexual masculina contra as mulheres e crianças. Um dos fundamentos da política sueca é reconhecer que sua causa primeira é a demanda dos homens de utilizar mulheres e crianças para sua satisfação sexual em troca de um preço. Sem esta demanda a indústria mundial da prostituição não poderia

---

<sup>53</sup> CUENCA, Encarna Carmona, op. cit., p. 52-53, tradução nossa.

<sup>54</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 67-68, 85-89 e 112-116, tradução nossa.

<sup>55</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 24, tradução nossa.

florescer nem se expandir. Assim, entende que a legalização da prostituição normalizaria inevitavelmente uma forma extrema de discriminação sexual e de violência e reforçaria a dominação dos homens sobre as mulheres. Na legislação sueca não se penaliza as mulheres e meninas menores de idade, mas considera-as vítimas da exploração sexual. Desta forma, são previstas diversas medidas para ajudar àquelas que desejem abandonar a prostituição e a reinseri-las na sociedade. Quanto aos efeitos desta lei no tempo, o informe de Gunilla Ekberg<sup>56</sup> prevê que desde 1999 até agora o número de pessoas que exercem a prostituição na rua diminuiu entre 30% a 50%, enquanto que o recrutamento de novas mulheres praticamente se manteve. O número de prostitutas reduziu de 2500 em 1999 para 500 na atualidade. A lei também trouxe benefícios no tráfico de pessoas com fins de exploração sexual, já que se estima que cada ano traficam-se de 500 (quinhentas) a 600 (seiscentas) mulheres na Suécia e esta cifra se estabilizou nos últimos anos<sup>57</sup>.

Segundo Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE y MESTRE<sup>58</sup>, há aspectos coincidentes e divergentes nos discursos entre posturas feministas libertárias e as abolicionistas. Os coincidentes são: o afastamento e o pedido de intervenções penais para o tráfico de pessoas com fins de exploração sexual; a necessidade de ter em conta a opinião das trabalhadoras do sexo; a necessidade de lutar contra o estigma de “puta”; a diminuição das condições de vulnerabilidade destas mulheres; a aproximação ao tema com um enfoque de reconhecimento de direitos humanos. As diferenças podem ser visualizadas nas diferentes facetas das coincidências: deve-se ter em conta a opinião das trabalhadoras para entender as razões que as levaram ao exercício da prostituição (abolicionistas) ou para entender as razões que fazem com que sigam exercendo-a e melhorar as condições de seu exercício (libertárias); o respeito as lutas contra o estigma, devendo ser invertido ao cliente (abolicionistas) ou com o fim de não dramatizar a atividade (libertárias); o fato de a vulnerabilidade desaparecer quando a mulher abandona a prostituição, deixando de ser vítima (abolicionistas) ou acompanhando o processo de fortalecimento individual e coletivo, mesmo quando segue exercendo a atividade, com o fim de converter-se em sujeitos de sua própria vida (libertárias).

---

<sup>56</sup> EKBERG, Gunilla. **Informe sobre la Ley Sueca que prohíbe la compra de servicios sexuales: las mejores practicas para la prevención de la prostitución y la trata con fines de explotación sexual.** Disponível em [www.aboliciondelaprostitucion.org/documentosinternacionales.htm](http://www.aboliciondelaprostitucion.org/documentosinternacionales.htm). Acesso em 23.06.2008.

<sup>57</sup> CUENCA, Encarna Carmona, op. cit., p. 57-58, tradução nossa.

<sup>58</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 122-124, tradução nossa.

Por fim, é importante analisar, com base nos elementos de uma teoria crítica estudados, as características de cada sistema e as consequências de seu reconhecimento para o combate ao tráfico de mulheres e para a garantia dos direitos das trabalhadoras do sexo, visando propor a adoção de um sistema que cumpra com um papel emancipador e garantidor da plena dignidade destas trabalhadoras.

Assim, é fundamental ressaltar que, muito embora as pesquisas realizadas demonstrem que na Suécia, após a adoção do regime abolicionista, houve a redução da prostituição e do tráfico de mulheres, e que as medidas adotadas para regulamentar a profissão na Alemanha e na Holanda não repercutiram da forma esperada, já que aumentou a prostituição informal e não contribuiu com a diminuição do tráfico de mulheres, entende-se que ainda a melhor opção é a adoção do sistema regulamentarista.

Em primeiro lugar, o fato de a Suécia ser um dos poucos países europeus a adotar a criminalização mais efetiva tanto dos proxenetas, como dos clientes, contribui em muito com o fato de as redes de tráfico buscar outros países da União Europeia para atuar. Diferente seria se em todos estes países houvesse a adoção do sistema regulamentarista ou do sistema abolicionista. Evidente que havendo opção de atuar em um país em que a legislação é mais rígida ou em outro em que a legislação é mais tolerante, a opção se dará pelo país mais tolerante. Contudo, este fato não demonstra que a melhor solução é a criminalização, já que se em todos os países as normas fossem as mesmas, abolicionistas, o tráfico de mulheres não seria extinto, seguramente, mas seriam utilizados outros mecanismos para sua realização. Ao contrário, se a prostituição fosse regulamentada em todos os países, as redes de tráfico não teriam porque existir, devido ao fato de o exercício da prostituição ser permitido. Não seria, assim, necessária a intermediação de redes criminosas para o exercício da profissão, não haveria coações e ameaças às trabalhadoras para que não fossem feitas denúncias, já que não haveria imigração ilegal ou um crime praticado também pelas mulheres, que gera o temor da própria polícia. Ou seja, esta opção das redes de tráfico não ocorre porque a melhor solução é a criminalização, mas porque dentre as opções existentes, esta é a menos perigosa para a sua atuação. Além disso, não se analisa a situação da dignidade e da garantia dos direitos destas mulheres. No caso de ocorrência de tráfico, mesmo elas tendo realizado o trabalho de forma forçada, não possuem qualquer direito garantido, o que não é correto, já que os criminosos são beneficiados mais uma vez por sua própria torpeza. E naquelas hipóteses em que as mulheres elegeram voluntariamente desempenhar a profissão de prostituta, sua eleição é

desconsiderada, sendo rotuladas como incapazes para tomar qualquer decisão, o que demonstra uma forte incidência da sociedade patriarcal. As mulheres, sendo livres, conscientes e autônomas, tem o direito de decidirem se esta profissão pode ou não ser desempenhada, e devem ser respeitadas na sua opção.

Em segundo lugar, o fato de na Holanda e na Alemanha ter aumentado a prostituição clandestina também não deve ser vista como desestimuladora da adoção do regime regulamentarista. Como já ressaltado diversas vezes neste trabalho, a questão da imigração restrita é um fator que contribui muito com o tráfico de mulheres e com o trabalho informal. Nos países citados, embora o sistema permita e regule a profissão, há a limitação do trabalho às estrangeiras, o que aumenta o trabalho informal, seja ele regulamentado ou não.

Assim, muito embora os números demonstrem que o sistema abolicionista contribui melhor para o combate do tráfico de mulheres, não é o que se conclui mediante uma análise crítica e mais aprofundada do tema, pelos fundamentos acima expostos. Acaso os países adotassem o sistema regulamentarista, observassem a escolha realizada por essas mulheres, garantissem os direitos como trabalhadoras e cidadãs, não limitassem a entrada e saída do país com medidas radicais de fechamento de fronteiras, a situação de informalidade diminuiria e, por consequência, o tráfico, porque não haveria mais a criminalização e, por conseguinte, a coação destas mulheres a não denunciarem ofensas à sua dignidade. A situação, neste caso, passaria a ser semelhante a do trabalho em condição análoga a de escravo, ou seja, não haveria mais causas de gênero ou criminais voltadas aos trabalhadores, mas somente econômicas e sociais, as quais serão analisadas no segundo capítulo deste trabalho.

Desta forma, conclui-se que a utilização da teoria tradicional de direitos humanos não oferece a garantia mínima necessária para que haja o combate às graves afrontas aos direitos humanos, já que não é capaz de efetivamente garantir uma mudança de paradigma, uma mudança de vida das pessoas envolvidas com o tráfico de seres humanos.

Necessária a utilização de uma teoria mais abrangente e crítica, visando não somente a busca de soluções imediatas e legais, mas a análise do problema na sua origem, de forma multidisciplinar, buscando uma mudança da realidade existente.

Ademais, como já analisado, o reconhecimento da prostituição como trabalho formal é fundamental para o combate ao tráfico de mulheres, a fim de que as redes de crime organizado não se utilizem da ilegalidade da profissão para atuar nesta área e gerar medo nas vítimas.

Assim, para que seja possível a aplicação da teoria crítica de direitos humanos a esta problemática, necessário se faz a análise do tráfico de pessoas, das suas principais causas, dos elementos históricos que justificam porque o tráfico de mulheres para exploração sexual é o que mais ocorre na atualidade, trazendo à tona questões de gênero e outras relacionadas com o patriarcalismo, o público e o privado, a divisão sexual do trabalho, a escravidão contemporânea e o resgate do humano, a fim de concluir o que pode ser feito para mudar esta realidade.



## **CAPÍTULO 2- TRÁFICO DE SERES HUMANOS E DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.**

### **2.1- Tráfico de seres Humanos e de mulheres para exploração sexual.**

O tráfico de seres humanos é uma das principais fontes do crime organizado na atualidade, ocorrendo principalmente para a exploração sexual de mulheres, crianças e homens, para a remoção de órgãos, para a adoção de crianças e para a submissão a condições análogas a de escravo ou a servidão. De acordo com relatório da Situação da População Mundial 2006, divulgado no dia 06 de agosto de 2006 pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA), o tráfico de seres humanos é a terceira atividade ilícita mais lucrativa, somente perdendo para o tráfico de drogas e de armas<sup>59</sup>. Milhares de pessoas são submetidas a situações humilhantes e vexatórias e perdem as suas vidas em decorrência desta prática que afronta à dignidade humana.

Segundo dados divulgados em 2006 pela Organização Internacional do Trabalho<sup>60</sup>, cerca de 2,4 milhões de pessoas foram traficadas no mundo para serem submetidas a trabalhos forçados. Dentre esta estimativa, 43% das vítimas são subjugadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica, as restantes (25%) são traficadas para uma combinação dessas duas formas ou por razões indeterminadas.

Segundo dados também da Organização Internacional do Trabalho, quase um milhão de pessoas são traficadas no mundo anualmente com a finalidade de exploração sexual, sendo que 98% são mulheres. O tráfico chega a movimentar 32 bilhões de dólares por ano, sendo uma das atividades criminosas mais lucrativas<sup>61</sup>.

O número de casos de tráfico de pessoas notificados pelo Departamento de Polícia Federal no Brasil em 2012 é seis vezes a média dos sete anos anteriores, e a Polícia

---

<sup>59</sup> Notícias Ipedigital.com.br. Disponível em [http://www.ipedigital.com/ver\\_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368](http://www.ipedigital.com/ver_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368). Acesso em 20.08.2008.

<sup>60</sup> OIT. Tráfico humano é negócio bilionário. In: Jornal do Senado. Brasília, 18 a 24 de set. de 2006.

<sup>61</sup> Organização Internacional do Trabalho. Disponível em [http://www.unodc.org/pdf/brazil/Cartilha\\_MJ\\_72%20dpi.pdf](http://www.unodc.org/pdf/brazil/Cartilha_MJ_72%20dpi.pdf). Acesso em 20.07.08.

Rodoviária Federal detectou em suas operações 547 vítimas de tráfico de pessoas para exploração sexual e trabalho escravo, informou o Ministério da Justiça<sup>62</sup>.

O Relatório Global 2014 sobre Tráfico de Pessoas do UNODC, mostra que, em cada três vítimas conhecidas de tráfico de pessoas, uma é criança – um aumento de 5% em comparação com o período 2007-2010. As meninas são duas em cada três crianças vitimadas e, em conjunto com as mulheres, representam 70% das vítimas do tráfico total no mundo inteiro. O relatório destaca ainda que a impunidade continua sendo um problema sério: 40% dos países apontou apenas algumas ou nenhuma condenação e ao longo dos últimos 10 anos não houve um aumento perceptível na resposta da justiça global a este crime, deixando uma parcela significativa da população vulnerável<sup>63</sup>.

Neste aspecto, uma fonte importante de informação quanto ao número de vítimas é a Divisão de Assistência Consular do Ministério das Relações Exteriores (MRE/DCA). Segundo o MRE/DCA, há três tipos de vítimas de tráfico de pessoas no exterior: o tipo A é aquela vítima que procura o Serviço Consular em busca de informações ou auxílio, mas que não é identificada como vítima, e por isso não é registrada. O tipo B é a vítima de tráfico de pessoas que, ao procurar o Serviço Consular, é identificada como vítima de tráfico de pessoas, mas não pede auxílio, somente informação ou documentos, e que nesse caso fica somente registrada no Serviço Consular que prestou o serviço. E o tipo C é o da vítima de tráfico de pessoas que precisa de repatriação ou abrigo temporário e que por isso tem seu caso registrado e encaminhado para a Divisão de Assistência Consular. Ou seja, cerca de somente um terço dos casos são informados ao MRE/DCA. Dessa forma, conforme consta do Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, Consolidação dos Dados de 2005 a 2011<sup>64</sup> a Tabela 9 reflete o número de vítimas que foi designada como casos do tipo C:

Tabela 9. Vítimas de Tráfico de Pessoas para Fins de Exploração Sexual/Trabalho Escravo por Ano, segundo o Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Assistência Consular

<sup>62</sup> Notícia. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/maioria-das-vitimas-do-traffic-de-pessoas-e-mulher-e-negra-diz-relatorio.html>. Acesso em 05 de julho de 2016.

<sup>63</sup> Notícia. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-relatorio-global-sobre-o-traffic-de-pessoas-em-evento-em-brasilia-com-ivete-sangalo/>. Acesso em 05 de julho de 2016.

<sup>64</sup> Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, Consolidação dos Dados de 2005 a 2011. Disponível em [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\\_Publicacao\\_diagnostico\\_ETP.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Publicacao_diagnostico_ETP.pdf). Acesso em 08 de julho de 2016.

Ano	forma de exploração			total geral
	vítima de exploração sexual	vítima de trabalho escravo	forma de exploração ignorada	
2005	16	1	0	16
2006	55	0	0	55
2007	38	0	0	38
2008	50	0	0	50
2009	86	2	0	88
2010	88	130	0	218
2011	4	2	3	9
total por tipo de exploração	337	135	3	475

Além disso, de acordo com o mesmo relatório, no período entre 2005 e 2011, foram identificados (as) 337 brasileiras (os) vítimas de tráfico para fins de exploração sexual e 135 brasileiras (os) vítimas de tráfico para fins de trabalho escravo em 18 diferentes países, além de 3 vítimas cuja forma de exploração é ignorada. O país onde foi registrada uma incidência maior de brasileiras vítimas de tráfico de pessoas foi o Suriname, com 133 vítimas, seguido da Suíça, com 127, da Espanha, com 104 e da Holanda, com 71. Em países como Portugal e Itália, foram registradas nove vítimas de tráfico de pessoas. Na Alemanha, quatro vítimas. Na Áustria, Argentina e Índia, três vítimas. Em Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão, República Tcheca, Peru e Venezuela, foi registrado um caso.

A tabela abaixo apresenta os números das vítimas encontradas por país<sup>65</sup>.

Tabela 10. Vítimas de Tráfico de Pessoas por País, segundo o Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Assistência Consular

PAÍS/ANO	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Alemanha	1	-	-	-	1	1	1	4
Áustria	3	-	-	-	-	-	-	3
Portugal	3	1	-	-	5	-	-	9
Holanda	8	17	4	13	25	2	2	71
EUA	1	-	-	-	-	-	-	1
Espanha	-	2	4	2	20	71	5	104
Suíça	-	34	27	33	32	1	-	127
Japão	-	1	-	-	-	-	-	1
Inglaterra	-	-	1	-	-	-	-	1
República Tcheca	-	-	1	-	-	-	-	1
Itália	-	-	1	-	6	2	-	9
Venezuela	-	-	-	1	-	-	-	1
Suriname	-	-	-	1	2	130	-	133
Cuba	-	-	-	-	1	-	-	1
França	-	-	-	-	1	-	-	1
Argentina	-	-	-	-	-	2	1	3
Peru	-	-	-	-	-	1	-	1
Índia	-	-	-	-	-	3	-	3
<b>TOTAL<sup>33</sup></b>	<b>16</b>	<b>55</b>	<b>38</b>	<b>50</b>	<b>93</b>	<b>213</b>	<b>9</b>	<b>474</b>

O tráfico de pessoas tem suas raízes, principalmente, em quatro fatores fundamentais: a pobreza, a falta de emprego, a falta de educação e informação e a discriminação que sofrem as pessoas em seu ambiente nacional. Também uma política de imigração restritiva contribui para que uma grande quantidade de pessoas utilize as redes de tráfico de seres humanos, como forma de entrada em outros países<sup>66</sup>. Ademais, as causas do tráfico de seres humanos são influenciadas por questões de gênero, o que faz com que o tráfico ocorra em maior quantidade com as mulheres, conforme estudos já citados anteriormente. Estas são as principais causas imediatas que levam com que pessoas sejam enganadas e acreditem que as propostas recebidas trarão uma melhora na sua vida e condição financeira. É razoável supor que grande parte, até mesmo a maioria das mulheres traficadas para exploração sexual provêm de países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, e de regiões de pobreza ou de extrema pobreza.

<sup>65</sup> Ibidem.

<sup>66</sup> CARRASCO, Francisco Moreno. **Extranjeros emigrantes y prostitución: ideas criminológicas, realidades delictivas.** In OLMEDA, Alberto Palomar (Org.). **El tratamiento del género en el ordenamiento español: una visión multidisciplinar del tratamiento de la mujer en los distintos ámbitos sociales**, p. 583-584, tradução nossa.

Evidente que este não é o perfil de todas as mulheres traficadas, já que muitas delas são experientes, possuem estudo superior e claro conhecimento da situação que estão se submetendo. É o que se verifica, por exemplo, do I Diagnóstico<sup>67</sup> sobre o tráfico de seres humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará, realizado pela Secretaria Nacional de Justiça, em 2004, quando se evidencia que o perfil das vítimas não pode ser caracterizado como somente de mulheres profissionais do sexo, já que a pesquisa mostrou que as estudantes, por exemplo, representam o dobro das profissionais do sexo e que sob o título de outras profissões, encontram-se: cobradoras, comerciárias, microempresárias, cabeleireiras, digitadoras, manicures, vendedoras, profissionais liberais, corretoras de imóveis, o que demonstra que as vítimas procuram basicamente melhoria de sua condição de vida.

Não obstante, além das causas imediatas citadas, também deve-se registrar as demais causas históricas que justificam o tráfico de pessoas, em especial o de mulheres e meninas para exploração sexual. A questão da discriminação de gênero e da cultura social vivenciada, com fortes raízes patriarcais, bem como o capitalismo, onde o que importa é sempre o lucro em primeiro lugar, com a coisificação do ser humano, justificam historicamente o tráfico de pessoas e incentivam a prática ilegal das redes criminosas.

Como ensina Damásio de JESUS, no caso específico das mulheres, há o aspecto cultural que contribui em muito com que o tráfico ocorra devido à desvalorização da mulher na sociedade, a discriminação decorrente de gênero e a mercantilização do ser humano. Muitas mulheres preferem enfrentar a incerteza do tráfico, a serem exploradas em suas comunidades ou pelos próprios pais, que as vendem, como mero objeto. É razoável supor que as mulheres que são traficadas possuem baixa escolaridade e passam por dificuldades de ordem financeira, sendo que algumas delas já trabalhavam na indústria do sexo antes mesmo de serem traficadas. Contudo, há relatos de mulheres com perfis completamente diferentes, universitárias, com trajetória de emprego anterior e com expectativa de retorno breve ao Brasil. As mulheres são recrutadas de diversas formas, podendo iniciar-se por uma carta, um bilhete, um e-mail. Existem casos de mulheres que se dirigem ao exterior para casar com um estrangeiro e lá chegando são inseridas na prostituição. Outros em que a mulher trabalha como empregada e viaja com a família e lá chegando, sem visto de trabalho, torna-se escravizada. Ou casos em que a mulher conhece um estrangeiro e após namorar, casa-se com

---

<sup>67</sup> COLARES, Marcos. **I Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2004. Disponível em [http://www.unodc.org/pdf/brazil/Pesquisa\\_Colares\\_Diagramamda.pdf](http://www.unodc.org/pdf/brazil/Pesquisa_Colares_Diagramamda.pdf). Acesso em 20.08.2008.

ele, iniciando, depois do casamento, a exploração e a sua inserção na rede de prostituição<sup>68</sup>. Além disso, há uma forte indústria de casamentos arranjados com estrangeiras, que são muito utilizados na Europa, conforme ensina Ruth MESTRE y MESTRE<sup>69</sup>. A mulher é, na verdade, vendida para ser esposa, e ao invés de se transformar em esposa, transforma-se em escrava, não somente do marido, mas também sendo inserida em redes de prostituição.

Ainda sobre este tema, Francisco CARRASCO<sup>70</sup> afirma que o tráfico de seres humanos pode ter múltiplas motivações. A exploração do ser humano é suscetível de ser rentável em várias formas: seus corpos como mercadoria, sua força de trabalho e de transformação da realidade obtida sem uma adequada contrapartida, a possibilidade de usá-lo como instrumento para dar satisfação aos apetites sexuais. Ou seja, é uma espécie de canibalismo: o homem explora o meio em que vive, as espécies vivas que com ele compartilham o território, os outros seres humanos que convivem em seu espaço. O ser humano se converte em mercadoria, versátil, fungível, inesgotável, atrativa precisamente por sua possibilidade de troca, atrativa pelo espetáculo que supõe acercar do próprio corpo na borda do espelho e destruir, humilhar e lacerar a própria imagem refletida, a do outro, e tudo isso sem que o próprio corpo fique machucado. Este conceito de canibalismo reflete muito bem a realidade do tráfico de pessoas.

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo) trata especificamente acerca do tráfico de seres humanos.

O Brasil, por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, a Espanha, em 25 de dezembro de 2003<sup>71</sup>, os Estados Unidos, em 03 de dezembro de 2005<sup>72</sup>, e, por exemplo, França, Nova Zelândia, Noruega, Argentina, Equador, Costa Rica, México e Peru, dentre outros, são signatários do referido protocolo<sup>73</sup>.

<sup>68</sup> JESUS, Damásio de. **Tráfico Internacional de Mulheres**, p. 19 e 127-128.

<sup>69</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth. Máster Oficial em *Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo*: apontamentos de aula do dia 03 de dezembro de 2007.

<sup>70</sup> CARRASCO, Francisco Moreno. *Op. Cit.*, p. 619, tradução nossa.

<sup>71</sup> Lexur Editorial. Disponível em <http://www.lexureditorial.com/boe/0312/22719.htm>. Acesso em 25.08.2008.

<sup>72</sup> Notícias UOL. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/12/02/ult1808u54492.jhtm>. Acesso em 25.08.2005.

<sup>73</sup> Disponível em <http://estrecho.indymedia.org/newswire/display/3845/index.php>. Acesso em 25.08.2008.

O Protocolo de Palermo, em seu artigo 3º, conceitua tráfico de seres humanos, dispondo que:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

Segundo Cícero PEREIRA<sup>74</sup>,

O tráfico de pessoas consiste na atitude de alguém (o aliciador) enganar dolosamente ou coagir a vítima, apropriando-se de sua liberdade por dívida ou outro meio, sempre com o propósito de transferi-la a outro país ou a outra região dentro de um mesmo país, para fins de diversos tipos de exploração.

Ou seja, sempre que houver o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, com o uso de ameaça, violência ou coação (seja esta direta, econômica ou decorrente de situações especiais de vulnerabilidade em que vivia a vítima) se configurará o tráfico de pessoas. O Protocolo inclui nestas hipóteses, **no mínimo**, a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão contemporânea, a servidão ou a remoção de órgãos. No caso de criança, assim considerada aquela com menos de dezoito anos, qualquer fim ilícito caracteriza o tráfico.

Na escravidão contemporânea, o trabalhador é submetido a diversas formas de exploração, tais como condições degradantes de trabalho, limitação à liberdade de locomoção, submissão à jornada exaustiva, ausência de pagamentos de salários, trabalhos forçados. Conforme levantamentos obtidos perante o Ministério Público do Trabalho, em Procedimentos Administrativos da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região –

<sup>74</sup> PEREIRA, Cícero Rufino. **Efetividade dos direitos humanos trabalhistas: o Ministério Público do Trabalho e o tráfico de pessoas**. São Paulo: LTr, 2007.

Vitória/ES - que investigam a prática de trabalho escravo<sup>75</sup>, o trabalhador é admitido em outro estado da federação, com promessas de salários mais vantajosos do que poderia receber em sua cidade, sendo transportado para fazendas no meio rural, embora o trabalho em condições análogas a de escravo também ocorra no meio urbano. Há a figura do intermediador, mais conhecido como “gato”, que agencia os trabalhadores e leva-os até o local de trabalho, recebendo uma quantia pelo trabalho desempenhado. É possível afirmar que parte dos trabalhadores, como se observa dos Procedimentos Administrativos que constam do mapa citado, é transportada aos locais de trabalho embriagados, não sabendo sequer a localização onde se encontram. Lá chegando, os documentos são apreendidos, os trabalhadores ficam sujeitos a condições degradantes de trabalho, sem acomodação apropriada, sem água potável, sem instalações sanitárias adequadas, além terem sua liberdade de locomoção restringida, quer por vigilância armada, quer pelo fato dos documentos estarem apreendidos, quer por absoluta impossibilidade de deixar o local onde se encontram, devido a sua difícil localização, quer por servidão por dívida (os trabalhadores são obrigados a adquirirem produtos e mercadorias do próprio armazém do empregador, a preços superfaturados, e o salário, que sequer é pago, não é suficiente para bancar as dívidas existentes)<sup>76</sup>.

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro<sup>77</sup> prevê como crime:

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

<sup>75</sup> Mapa de atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região – Vitória/ES – dos anos de 2005, 2006 e 2007 na área de trabalho escravo, onde há a indicação dos Procedimentos Administrativos que investigaram questões ligadas ao trabalho escravo, os quais, não se encontrando sob sigilo, podem ser consultados por qualquer pessoa na sede da aludida Procuradoria e foram objeto de análise por esta mestranda.

<sup>76</sup> As descrições aqui realizadas constam dos Procedimentos Administrativos citados no Mapa da Procuradoria Regional do Trabalho supra-referido.

<sup>77</sup> BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal 2008.**



De acordo com a legislação atual brasileira, mesmo que não haja qualquer limitação à liberdade de locomoção, poderá restar configurado o trabalho em condições análogas a de escravo, desde que haja trabalho em condições degradantes.

A convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho<sup>78</sup> trata do trabalho forçado, prevendo que trabalho forçado ou obrigatório compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. Já a Convenção nº 105 da OIT trata da abolição do trabalho forçado, estabelecendo o compromisso de todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar a Convenção de comprometer-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso: a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como meio de disciplinar a mão-de-obra; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

No caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, os requisitos básicos para a sua configuração são muito semelhantes. As trabalhadoras são submetidas a condições de trabalho subumanas, contra a sua vontade, sofrendo ameaças - de serem assassinadas acaso denunciem às autoridades e/ou de terem as suas famílias assassinadas-, além de coação física, moral, psicológica e, em especial, religiosa, como, por exemplo, a prática contra elas e seus familiares de vudu, macumba, umbanda e candomblé<sup>79</sup>, em especial com trabalhadoras africanas, devido à cultura existente naquele país. Também possuem dívidas impagáveis, que se iniciam com as despesas da viagem - passagem aérea, documentação, alimentação -, e continuam, ao chegar ao destino, com dívidas de hospedagem, de compra de roupas, preservativos e de utilização de lençóis e toalhas para o desempenho de seu trabalho, ocorrendo algo semelhante ao chamado “barracão”, encontrado no trabalho em condição análoga à de escravo, quando os trabalhadores são obrigados a comprar do próprio empregador com preços superfaturados. A dívida torna-se cada vez maior e impagável. Além disso, os passaportes são apreendidos, com o pretexto de serem providenciadas as regularizações nos países de chegada, e nunca mais são devolvidos. Embora seja razoável

<sup>78</sup> **Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv\\_29.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_29.pdf). Acesso em 30.7.08.

<sup>79</sup> SALAS, Antonio. **Um ano no tráfico de mulheres**, p. 103-113, 135-142, 224, 251-257.

supor que parte destas mulheres sabe que vai exercer a prostituição no país de destino, não tem conhecimento de que será submetida a condições subumanas, o que faz com que o tráfico esteja configurado<sup>80</sup>.

De acordo com Damásio de JESUS<sup>81</sup>, as primeiras ocorrências investigadas pela polícia levaram a crer que as vítimas, em sua maioria, viajavam ludibriadas por agenciadores cuja oferta baseava-se na promessa de trabalho em atividades consideradas regulares, como enfermeiras e babás. Lá chegando, tais mulheres eram obrigadas a se prostituir e viviam em condições lastimáveis, endividadas e sem possibilidade de retorno, uma vez que seus passaportes eram imediatamente confiscados. Atualmente, a sofisticação da atividade mostra uma situação diferente. Uma parcela representativa das mulheres que partem para o exterior tem consciência da atividade que vai exercer. É fato que as mulheres são submetidas a condições subumanas, mas o consentimento das vítimas gera uma situação delicada, em que o combate ao delito se torna mais difícil, não obstante as autoridades terem a obrigação de investigar as redes de aliciamento de transporte e de exploração, independentemente da anuência anterior por parte da vítima.

Francisco CARRASCO<sup>82</sup> também afirma que estas trabalhadoras, incapazes em seu país de arcar com os custos oriundos da vinda para a Espanha (gastos de viagem e primeiras estâncias e as divisas que tem que ser apresentadas perante a aduana espanhola para que possam ser consideradas turistas), ignorantes talvez das mínimas regras do jogo que regem os movimentos transnacionais e os mercados de trabalho, caem nas mãos de pessoas que as financiam e organizam o traslado para a Espanha, contraindo dívidas, cuja quantia é notoriamente superior ao importe dos gastos e serviços que são proporcionados, inclusive assinando documentos reconhecendo expressamente a dívida, embora conscientes de que não será tanto a eventual eficácia jurídica do documento que as pressione, mas o medo das consequências que podem derivar de seu descumprimento para os seus familiares que ficam no país de origem. Na chegada na Espanha, surpreendem-se estas mulheres com uma situação de prático encerramento nos locais para elas inóspitos e desconhecidos, aonde em várias ocasiões se retém a documentação sob o pretexto de formalizar os trâmites perante as autoridades locais. A mulher deve pagar alguns custos diários para se manter, somado à dívida que já possuía para a chegada no país, o que faz com que não receba praticamente nada

---

<sup>80</sup> Ibidem, p.382-383.

<sup>81</sup> JESUS, Damásio de, op. cit., p. 74-75.

<sup>82</sup> CARRASCO, Francisco Moreno, op. cit., p. 581-583 e 619-620, tradução nossa.

dos ingressos que gera, o que a coloca em uma condição de autêntica escravidão. Desta forma, há o controle da mulher explorada por meio de ataduras reais ou pressentidas com seu país de origem, onde ela deixa laços e interesses pessoais especialmente sensíveis e vulneráveis.

Na maioria das vezes, o temor das vítimas de serem descobertas em uma situação de ilegalidade, por não possuírem documentação administrativa para permanecer no país, leva essas mulheres a suportar em silêncio os maiores abusos nas mãos de organizações que lucram mediante a exploração da sexualidade<sup>83</sup>.

De grande valia são os relatos realizados por Antônio SALAS, quando se infiltrou neste meio de prostituição e constatou como a rede de tráfico de mulheres funciona. O modelo de contrato transcrito no seu livro demonstra claramente a pressão e ameaça a que parte das mulheres traficadas está sujeita<sup>84</sup>:

Limitar-me-ei a reproduzir o texto destes contratos horripilantes, redigidos em inglês e castelhano, por intermédio dos quais as prostitutas outorgam aos seus chulos o direito destes acabarem com a vida delas, ou com a dos seus familiares, caso não obedeçam, vão a Polícia ou se recusem a pagar a dívida que contraem para poderem vira para a Europa:

Um acordo:

Eu ..... com data ..... prometo pagar a quantia de 40.000 dólares (quarenta mil dólares) a quantia que tenho de pagar à minha tia Ivete Osarenkhoe é de 43.000 (quarenta e três mil dólares).

Eu ..... declaro que não vou falhar com as normas e não vou contar nada à Polícia, até que a quantidade completa esteja paga. Se eu falhar com as normas, a tia Ivete Osarenkhoe tem o direito de me matar a mim e à minha família na Nigéria. A minha vida é equivalente à soma que devo à minha madame Ivete Osarenkhoe: (a minha senhora).

Eu ..... declaro que este acordo me foi explicado no meu dialecto e que o compreendi completamente, Que vai ser destruído depois de eu ter pago a soma total.

Assinatura do contratante

assinatura do contratado

Como se observa dos relatos trazidos na bibliografia citada, as mulheres traficadas são coagidas de diversas formas, a depender do grau de discernimento que possuem, da qualificação profissional, do grau de escolaridade, dentre outros fatores. O contrato acima

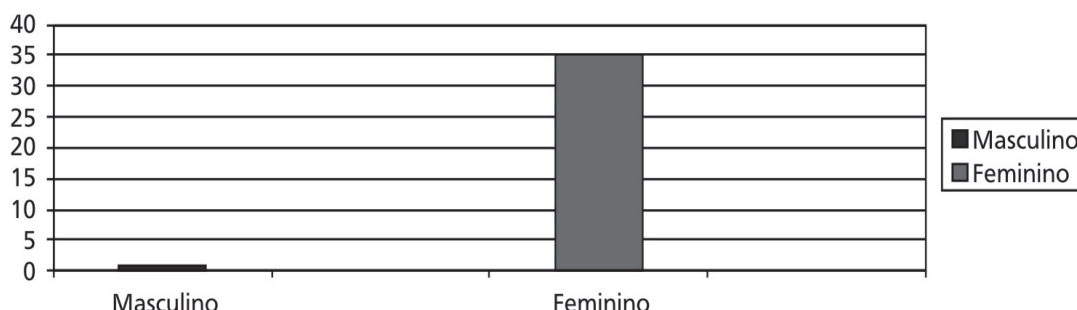
<sup>83</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía. **La prostitución: realidad y políticas de intervención pública en Andalucía**, p. 39-50, tradução nossa.

<sup>84</sup> SALAS, Antonio, op. cit., p. 171,

transcrito demonstra um sentimento de impunidade dos integrantes da rede de tráfico, que não possuem qualquer receio de sua descoberta pela Polícia. Evidente que tais contratos não têm qualquer valor jurídico, mas desempenham um papel psicológico fundamental, já que o medo é tão grande que poucas possuem coragem de denunciar, até porque é razoável afirmar que uma boa parte das mulheres sujeitas ao tráfico provém de países mais pobres e de uma situação econômica de dependência. Contudo, a depender do grau de discernimento e de esclarecimento que estas mulheres possuem, contratos como estes não coagirão de uma forma essencial. É o que se verifica no caso das brasileiras traficadas para a Espanha. Como se observa do *I Diagnóstico Sobre o Tráfico de Seres Humanos*<sup>85</sup>, realizado pela Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) o perfil das brasileiras traficadas é o seguinte:

1) Sexo: o número de mulheres vítimas de tráfico internacional de pessoas supera em muito o número de homens. Há alguns fatores que influenciam na constatação. Em primeiro lugar, o fato de a legislação brasileira, até 28 de março de 2005, ser específica no tocante a mulheres (art. 231 do CP), prevendo hoje não mais as mulheres, mas pessoas como sujeito passivo do crime, e crianças e adolescentes (art. 239 do ECA) abre uma nuance de gênero. O componente machista da formação social tanto pode ter inibido possíveis vítimas do sexo masculino a expor sua condição, como a ausência de amparo legal para tipificar o crime e de preparo dos profissionais do Direito para tratar com essa temática podem ter impedido que se instaurasse procedimento em tais situações.

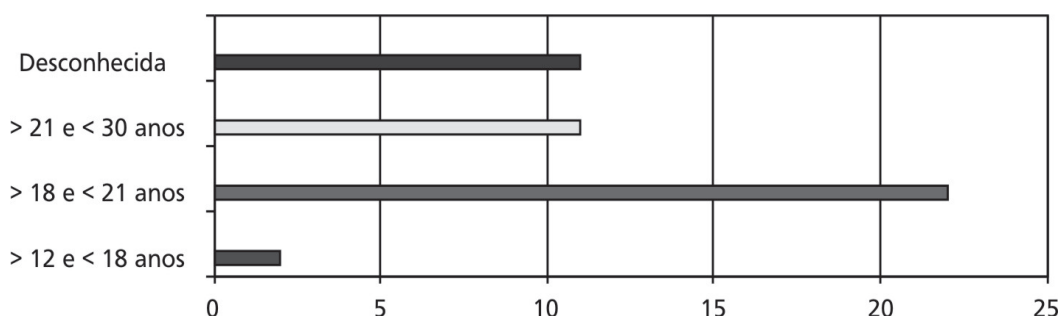
Sexo da vítima de tráfico de seres humanos (em números)



Dos 36 casos que compõem a amostra, apenas uma vítima é do sexo masculino.

2) Faixa etária: Embora houvesse uma expectativa de se encontrar um elevado número de adolescentes entre as vítimas, constatou-se que a maioria delas encontra-se na faixa entre 18 e 21 anos e 21 e 30 anos. Nos casos de tentativa de tráfico de adolescentes, houve a identificação, pela Polícia Federal, de falsificação de documentos e/ou falsidade ideológica. Esse artifício era usado na tentativa de retirar do país pessoas com menos de 18 anos e desacompanhadas de seus pais ou responsáveis, geralmente sob os ardis de visitar parentes ou conhecidos e/ou de oportunidade de trabalho para mão-de-obra desqualificada.

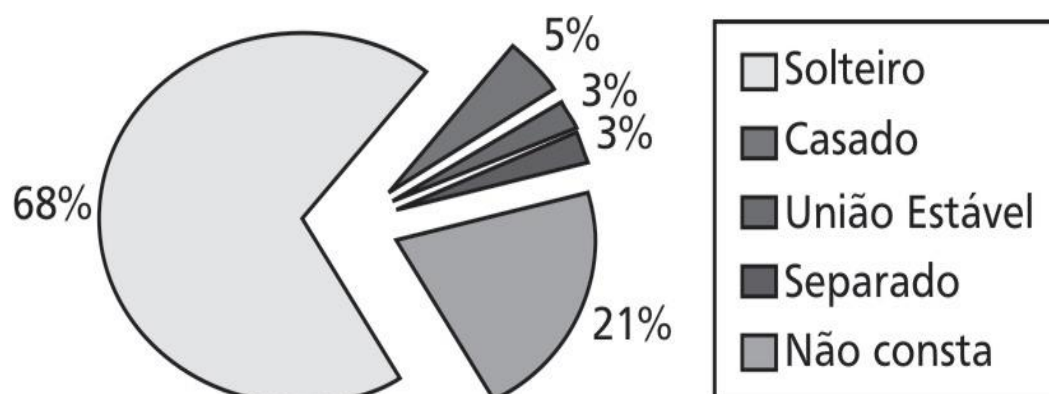
Idade das vítimas do tráfico de seres humanos



Os números devem chamar a atenção das autoridades para o fato de que a faixa etária da adolescência, hoje, não é o principal atrativo na escolha dos traficantes (talvez pela dificuldade de fazê-las deixar o país pelos aeroportos dos estados pesquisados). Na verdade, fatores como desinibição, porte físico, dotes artísticos e cor da pele (o que se constatou a partir da leitura dos depoimentos e análise das fotos presentes nos autos) são objeto de especial atenção por parte dos traficantes.

3) Estado Civil: Ao tentar traçar o perfil das vítimas de tráfico internacional de pessoas, ficou claro que a predominância de solteiros justifica-se pela maior possibilidade que esse segmento tem para deixar o país, sem os limites dos vínculos de maternidade (já que a maioria das vítimas são mulheres) e de companheirismo ou casamento.

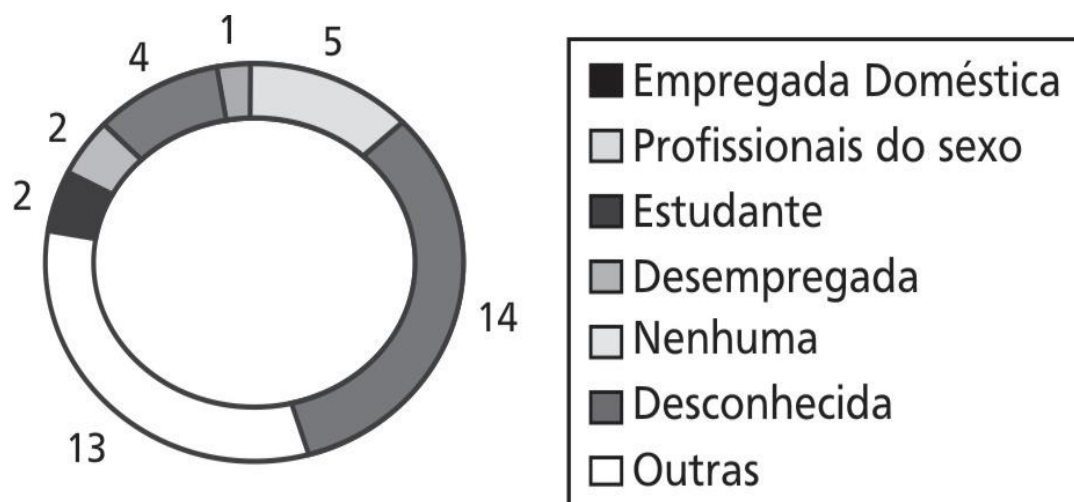
Estado civil das vítimas do tráfico de seres humanos



Observe-se também que os dados acerca dos casados, separados e vinculados via união estável guardam uma sintonia tão expressiva que sugere tratar-se de casos em que os laços afetivos são mais tênues do que a perspectiva de “arriscar a sorte” na nova empreitada. Vale destacar o descaso com a necessidade de se identificar a vítima exaustivamente quanto ao estado civil – inclusive porque o estado civil faz parte da qualificação do cidadão – mas em um quinto dos casos pesquisados não há qualquer menção a essa informação.

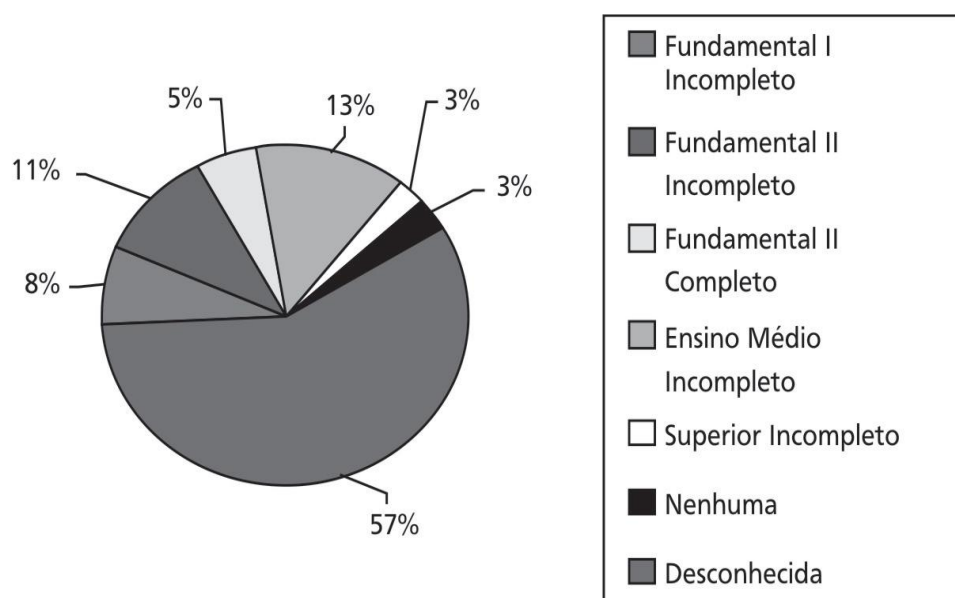
4) Ocupação: Os dados colhidos na análise da amostra desmistificam algumas ilusões acerca do assunto. Em uma leitura em que impera o apriorismo, asseveram algumas vozes, desinformadas, que “a maioria das vítimas não pode ser assim caracterizada [como vítimas] por ser profissional do sexo”. A pesquisa mostrou que há tantas profissionais do sexo envolvidas nessa trama quanto empregadas domésticas, por exemplo. As estudantes representam o dobro das profissionais do sexo. D’outra sorte, sob o título de outras (segundo maior segmento da amostra e configurando um verdadeiro empate técnico com o item desconhecida, o que ratifica o descaso com a qualificação das vítimas) encontra-se as seguintes profissões: cobradora, comerciária, microempresária, cabeleireira, digitadora, manicure, vendedora, profissional liberal, corretora de imóveis. Isso demonstra que as vítimas procuram basicamente melhoria de sua condição de vida. Se essas pessoas souberem ou não que serão objeto de exploração sexual, não deve importar à Nação, pois o que interessa é resgatar a cidadania, perdida pela baixa qualidade de vida com que se deparam em nosso país.

Ocupação das vítimas do tráfico de seres humanos (em números)



5) Grau de instrução: Neste ponto, depara-se, mais uma vez, com a ausência de informação consistente, visto que não há dados no tocante à instrução de mais da metade das vítimas. No entanto, é possível observar que aproximadamente 20% das vítimas possui baixa escolaridade, contra cerca de 21% desse universo que possui entre o ensino fundamental e médio completos.

#### Escolaridade das vítimas de tráfico de seres humanos



Analizando os dois últimos gráficos, é possível observar o intuito das vítimas em superar seus estados de pobreza. Ocorre que a pouca escolaridade das vítimas para ler o mundo fragiliza-as nesse mister, criando campo mais fértil para a ação do tráfico.

Assim, constata-se que o perfil das mulheres brasileiras traficadas é peculiar, como se observou da pesquisa acima citada, de forma que diversas coações utilizadas, por exemplo, com mulheres africanas, não terão a mesma força se utilizadas com mulheres brasileiras, com grau de escolaridade mais elevado, com idade mais avançada, etc.

Há recente levantamento acerca do perfil das vítimas no Brasil, que consta do Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, Consolidação dos Dados de 2005 a 2011<sup>86</sup>. A análise dos dados sobre o perfil da vítima foi feita a partir dos dados fornecidos pela Coordenação-Geral de Vigilância de Agravos e Doenças Não Transmissíveis do Ministério da Saúde (MS/SVS/CGDANT) e do CENSO CREAS do Ministério do Desenvolvimento Social. O SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), através da notificação compulsória, é um dos poucos sistemas que registra as características da vítima. O CENSO CREAS, do MDS, também registra algumas características da vítima, tais como sexo e idade, mas apenas por amostragem. Outro sistema que registra informações sobre a vítima é o Ligue 180, da Secretaria de Políticas para Mulheres, mas o sistema não permite a análise relacional. É importante citar que tanto o Ministério da Saúde como o Ministério do Desenvolvimento Social e a Secretaria de Políticas para Mulheres adotam o conceito de vítima do Protocolo de Palermo, enquanto que as instituições de Segurança Pública e de Justiça Criminal adotam em regra o conceito de tráfico de pessoas da legislação penal, ou seja, o tráfico para fins de exploração sexual, não podendo dessa maneira os dados serem analisados numa mesma categoria. Os dados do SINAN, entretanto, ainda não podem ser considerados representativos de uma realidade por dois principais motivos. Primeiro, porque a implantação do sistema de notificação contínua e compulsória foi progressivo desde o seu início, em 2006, tanto no que diz respeito aos municípios, quanto no que diz respeito aos serviços de saúde. Em 2006, foram selecionados 6 estados, 32 municípios e o Distrito Federal como prioritários para a implantação do Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA Contínuo). Somente a partir de 2009, o VIVA Contínuo passou a integrar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação, disponível para todos os municípios do país; e vem ampliando progressivamente

---

<sup>86</sup> Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, Consolidação dos Dados de 2005 a 2011. Disponível em [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\\_Publicacao\\_diagnostico\\_ETP.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Publicacao_diagnostico_ETP.pdf). Acesso em 08 de julho de 2016.



o número de municípios e unidades notificadoras. E no ano de 2011 a vigilância e prevenção de violências ganhou mais um reforço, com a publicação, pelo MS, da Portaria GM/MS nº 104, de 25 de janeiro de 2011, que universalizou a notificação da violência doméstica, sexual e outras violências para todos os serviços de saúde. Depois, o sistema de saúde é um dos serviços que a vítima procura, mas não o único. Se não houver lesão, dor ou qualquer sintoma que requeira a atenção dos serviços de saúde, a probabilidade da vítima procurar outro serviço, como os CREAS, em busca de assistência social em geral é maior (por exemplo, auxílio financeiro para voltar para sua cidade de origem, ou solicitar reintegração no mercado de trabalho, ou outros). Mas, da mesma forma, os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e da Secretaria de Políticas para Mulheres representam o perfil somente das pessoas que acessam o serviço. Analisando os dados do VIVA Contínuo do Ministério da Saúde, que é um dos poucos sistemas que nos fornece as características da vítima de tráfico de pessoas, pode-se dizer que as vítimas de tráfico de pessoas são, na sua maioria, mulheres, tanto em 2010 como em 2011, quando foram identificadas 39 e 65 mulheres, e 13 e 15 homens, respectivamente, perfazendo um total de 52 vítimas, no ano de 2010 e 80 vítimas, no ano de 2011. A faixa etária de maior incidência é entre 10 e 29 anos, havendo uma maior incidência de vítimas, cerca de 25%, na faixa etária de 10 a 19 anos, isso para ambos os sexos. A escolaridade é baixa e as vítimas são solteiras, mas isso também pode ser o reflexo do perfil do grupo, cuja faixa etária é baixa. E a zona de residência das vítimas é, em mais de 75% dos casos, a urbana. No ano de 2010, foram registrados 121 casos atendidos/acompanhados pelo CREAS. Somente no mês de agosto do ano de 2011, que é o mês de referência, foram registrados 236 casos atendidos/acompanhados, dos quais 148 mulheres e 88 homens. Mais uma vez há uma maior incidência de vítimas do sexo feminino. A idade das vítimas, todavia, difere dos dados do Ministério da Saúde. O CENSO CREAS do mês de referência revela uma grande maioria de pessoas entre 18 e 59 anos (137 vítimas) e um número relativamente expressivo de vítimas mulheres e adolescentes (de 13 a 17 anos) qual seja o de 32.

Tendo conhecimento de como o tráfico de mulheres ocorre, é importante analisar o texto legal previsto no Protocolo de Palermo acerca do consentimento dado pela vítima. Segundo o texto legal, somente havendo coação, ameaça, violência, é que o consentimento dado será tido por inexistente, e também no caso de menores de dezoito anos. O artigo 3º do Protocolo de Palermo prevê, expressamente, em sua alínea “b”, que: *“o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na*

*alínea “a” do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea “a””.*

Contudo, deve-se fazer uma análise mais profunda do tema. Importante ressaltar que com relação ao trabalho sexual livre e voluntário não existe dúvida que a vontade destas mulheres deve prevalecer e que as suas lutas devem ser reconhecidas em termos de garantias, validando-se o consentimento dado<sup>87</sup>. Entretanto, quando configurado o tráfico de mulheres para exploração sexual, com a submissão a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea, a situação difere em seu contexto.

De acordo com o Protocolo de Palermo, havendo o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas **por meio de ameaça, uso da força ou a outras formas de coação ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa** que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, o consentimento viciado resta presumido.

Impõe-se analisar quatro situações distintas:

Primeira, aquela de uma mulher que efetivamente não tem conhecimento de que irá para outro país desempenhar o trabalho de prostituta e é submetida a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea (seja por não haver liberdade de locomoção, seja pela servidão por dívida existente em face das despesas com passagens

---

<sup>87</sup> Há dois movimentos principiais atualmente acerca do trabalho sexual. Os abolicionistas, que defendem que a prostituição representa, em todos os casos e circunstâncias, uma das modalidades mais antigas em que se manifesta e se perpetua a desigualdade entre homens e mulheres, de forma que regular ou reconhecer o trabalho sexual seria legitimar o domínio masculino sobre o feminino. Para os abolicionistas, constitui-se em uma prática violenta, de forma que ao legitimar a prostituição se estaria legitimando a violência contra as mulheres, reforçando as desigualdades entre os sexos. Haveria aqui a venda do próprio corpo da mulher e sua coisificação (ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 24, tradução nossa). E os regulamentaristas, que consideram as trabalhadoras do sexo como mulheres que escolheram esta atividade entre as opções possíveis que sua condição de vida oferece, condicionadas ao nível cultural, à situação econômica, à idade, etc. Entendem que as normas que devem regular a situação devem ter em conta que a prostituição não é um trabalho livre de estigmas e que, embora reconhecido, pode gerar dinâmicas de exclusão. Afirmam que é importante ouvir a voz destas mulheres e não dramatizar a atividade, tirá-la do debate moral e colocá-la no debate das relações do trabalho, considerando que situar a prostituição e seu exercício no plano da moralidade é uma manobra que mantém a estrutura patriarcal. Entendem que se deve descriminalizar totalmente a prostituição e reconhecê-la como um trabalho que contemple as diferenças no modo de exercê-lo. Aqui, o trabalho sexual é considerado um trabalho como outro qualquer, com suas peculiaridades, havendo a venda da força de trabalho e não do corpo da própria mulher. (PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos**, p. 116-119, tradução nossa).

aéreas, hotéis, alimentação, seja por não poder retornar ao país de origem pelo fato de seu passaporte estar apreendido pelos responsáveis pelo tráfico, seja porque sequer possui condições financeiras de retornar ao seu país, já que o salário prometido nunca é remunerado). Nesta situação, o consentimento eventualmente dado efetivamente está viciado, configurando-se claramente o tráfico de mulheres para exploração sexual. A fraude e o engano estão claramente verificados.

Segunda situação a de uma mulher que, embora tenha conhecimento de que irá trabalhar em outro país como prostituta, é submetida a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea. Neste caso, o tráfico de mulheres também resta configurado, porque o consentimento somente existia para o desempenho da prostituição, mas não para a submissão a situações degradantes, restando configurados a fraude, o engano e a situação de vulnerabilidade.

De acordo com Damásio de JESUS<sup>88</sup>:

Requisito central no tráfico é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração. Por exemplo, a vítima pode ter concordado em trabalhar em indústria do sexo, mas não em ficar em condições semelhantes à escravidão. O tipo de atividade em que a vítima se engajou, lícita ou ilícita, moral ou imoral, não se mostra relevante para determinar se seus direitos foram violados ou não. O que importa é que o traficante impede ou limita seriamente o exercício de seus direitos, constrange a sua vontade, viola seu corpo.

Terceira situação a de uma mulher que tem conhecimento de que irá desempenhar a prostituição e que também conhece, seja por meio de noticiário, seja por meio de amigos que já passaram pela mesma situação, que o trabalho será prestado em condições degradantes à sua dignidade ou em condições análogas a de escravidão. Neste caso, também se entende que o tráfico de mulheres resta configurado. Ora, não obstante o consentimento dado pela vítima e a ciência acerca do trabalho e das condições de trabalho a serem desempenhadas, não se pode esquecer que havendo à submissão a condições de degradação do ser humano, de redução do mesmo a mero objeto, de submissão a condições não humanas, deve-se considerar a existência do tráfico. Muito embora o Protocolo de Palermo preveja como condição para sua configuração a ocorrência de ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, presume-se a ausência de outra opção desta mulher - e não por ser mulher, por uma questão de gênero ou pelo fato de estar desempenhando o trabalho sexual, mas pelo fato de que a nenhum ser

<sup>88</sup>

JESUS, Damásio de, op. cit., p. 08.

humano é dado o direito de submeter outro ser humano a condições de tamanha exploração e prejuízo físico, moral e social. Ou seja, o consentimento que é dado, na verdade, somente o foi por falta de qualquer outra opção de vida digna, a qual o Estado deveria proporcionar a todos os cidadãos. Há uma clara situação de vulnerabilidade, a qual o Protocolo se refere, que induz ao reconhecimento do tráfico de seres humanos.

Importante ressaltar que é bastante comum o fato de a mulher ter consciência de que irá exercer a prostituição, mas não das condições em que, normalmente, se vê coagida a atuar, ao chegar no local do destino, o que, de qualquer forma, caracteriza a fraude<sup>89</sup>.

De acordo com Damásio de JESUS<sup>90</sup>

O tráfico pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O ilícito começa com o aliciamento e termina com a pessoa que explora a vítima (compra-a e a mantém em escravidão, ou a submete a práticas similares à escravidão ou ao trabalho forçado ou outras formas de servidão). O tráfico internacional não se refere apenas e tão-somente ao cruzamento das fronteiras entre países. Parte substancial do tráfico global reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país, observando-se que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, nem limita o direito que ela tem à proteção oficial.

Quarta hipótese aquela em que uma mulher é recrutada para desempenhar a prostituição em outro país, com o seu consentimento, sendo as condições de trabalho, diferentemente das hipóteses anteriores, dignas (usa-se este termo embora seja de difícil conceituação o que seja uma vida digna), ou seja, estas mulheres não estão submetidas a qualquer tipo de servidão ou escravidão, não há a cobrança de dívidas, não há ameaças ou coação quanto à sua integridade física e de sua família, não há apreensão de documentos, enfim, as mulheres são efetivamente livres para desempenhar o trabalho que elegeram. Nesta hipótese, entende-se que não há a configuração do tráfico de pessoas, mas sim da figura do tráfico de migrantes, prevista no Protocolo contra Contrabando de Migrantes por terra, mar e ar, que é um complemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que entrou em vigor internacionalmente em 29 de setembro de 2003 e foi promulgado, no Brasil, pelo Decreto nº 5016/04.

---

<sup>89</sup> Ibidem, p. 95.

<sup>90</sup> Ibidem, p. 07.

O objetivo do referido Protocolo é prevenir e combater o tráfico de migrantes, bem como promover a cooperação entre os Estados com esse fim, protegendo ao mesmo tempo os direitos dos migrantes, conforme previsto em seu artigo 2º.

Já o seu artigo 3º conceitua o tráfico de migrantes nos seguintes termos:

A expressão "tráfico de migrantes" significa a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente;

b) A expressão "entrada ilegal" significa a passagem de fronteiras sem preencher os requisitos necessários para a entrada legal no Estado de acolhimento.

c) A expressão "documento de viagem ou de identidade fraudulento" significa qualquer documento de viagem ou de identificação:

(i) Que tenha sido falsificado ou alterado de forma substancial por uma pessoa ou uma entidade que não esteja legalmente autorizada a fazer ou emitir documentos de viagem ou de identidade em nome de um Estado; ou

(ii) Que tenha sido emitido ou obtido de forma irregular, através de falsas declarações, corrupção ou coação ou qualquer outro meio ilícito; ou

(iii) Que seja utilizado por uma pessoa que não seja seu titular legítimo.

A legislação brasileira conceitua como tráfico de seres humanos as duas hipóteses citadas, já que não faz referência ao consentimento da vítima para caracterizá-lo, nem a situações degradantes, de servidão ou de escravidão contemporânea. O artigo 231 prevê, expressamente, a figura do tráfico internacional de pessoas, tipificando como crime quem promover, intermediar ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro, também aumentando a pena no caso do emprego de violência, grave ameaça ou fraude e multa, além da pena correspondente à violência.

O Código Penal Espanhol<sup>91</sup>, ao contrário, não prevê um delito específico para o tráfico de seres humanos. Em seu capítulo V, quando trata dos delitos relativos à prostituição e a corrupção de menores, preceitua, em seus artigos 187 e 188 que, quem induz, promove, favorece ou facilita a prostituição de uma pessoa menor de idade ou incapaz será penalizado com as penas de prisão e multa. Prescreve que aquele que determine, empregando violência, intimidação ou engano, ou abusando de uma situação de superioridade ou vulnerabilidade da

---

<sup>91</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Penal/lo10-1995.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Penal/lo10-1995.html). Acesso em 26.05.2008.

vítima, a pessoa maior de idade a exercer a prostituição ou manter-se nela será condenado a pena de prisão e multa. Dispõe que na mesma pena incide aquele que lucre explorando a prostituição de outra pessoa, **mesmo com o seu consentimento**. Por fim, conceitua o tráfico ilegal de mão-de-obra, prevendo, em seu artigo 312.2, inciso final, como delito praticado contra os trabalhadores, o tráfico ilegal de mão-de-obra, incorrendo na mesma pena aqueles que recrutem ou que determine aos trabalhadores abandonar o seu posto de trabalho, oferecendo emprego ou condições de trabalho enganosas ou falsas, bem como aqueles que empregam a trabalhadores estrangeiros sem permissão de trabalho em condições que prejudiquem, suprimam ou restrinjam os direitos que teriam reconhecidos por disposições legais, convênios coletivos ou contratos individuais.

Na verdade, o principal objetivo de uma rede de tráfico de pessoas é a obtenção de lucro. Então, mesmo que estas trabalhadoras não estejam em situação degradante, certo é que ao menos houve a venda destas mulheres para prestar serviços em outro país. Nenhuma rede de tráfico irá intermediar o trabalho de uma prostituta para o exterior se não obtiver lucro. E o lucro, certamente, proverá desta negociação, que se torna ilegal, por transformar a pessoa em mero objeto. Diferentemente ocorre no caso de uma casa de prostituição criada para que as prostitutas desempenhem o seu trabalho. Neste caso, esta empresa poderá ser considerada empregadora, fornecer todos os instrumentos de trabalho necessários para o desempenho da função, o que se pretende defender neste trabalho, não havendo falar, nesta hipótese, de mercantilização de pessoas, mas de mera prestação de serviços sexuais.

De acordo com Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE y MESTRE<sup>92</sup>, a redução da migração autônoma ao conceito de tráfico criminaliza as migrações e também permite legitimar políticas restritivas de fechamento de fronteiras. As mulheres migrantes que exercem a prostituição necessitam negar duas vezes seu consentimento – negar que decidiram viajar e negar que escolheram trabalhar na indústria do sexo. Somente desta maneira, apresentando-se como vítima, poderão aceder a direitos. No mesmo sentido, Dolores JULIANO<sup>93</sup> afirma que as leis de imigração vigentes, ao dificultar a entrada por vias legais, forçam a maioria dos imigrantes econômicos de ambos os sexos a manterem-se em uma situação de ilegalidade, que possibilita a exploração econômica e priva-os dos direitos

<sup>92</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 133, tradução nossa.

<sup>93</sup> JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**, p. 126, tradução nossa.

fundamentais. E no caso das imigrantes prostitutas, desloca a perseguição policial por motivo de seu trabalho para a perseguição por sua condição de imigrantes ilegais.

Neste sentido, é importante observar que o artigo 59 da *Ley de Extranjería* da Espanha (Ley Orgánica 04/2000)<sup>94</sup>, sob a rubrica *Colaboración contra redes organizadas*, prevê a possibilidade de a autoridade administrativa eximir o estrangeiro ilegal de responsabilidade administrativa, concedendo-o permissão de trabalhar na Espanha e de residência ou facilitando o seu retorno ao seu país de origem, se a vítima colaborar na persecução do tráfico de pessoas:

1. El extranjero que se encuentre irregularmente en España y sea víctima, perjudicado o testigo de un acto de tráfico ilícito de seres humanos, inmigración ilegal, explotación laboral o de tráfico ilícito de mano de obra o de explotación en la prostitución abusando de su situación de necesidad, podrá quedar exento de responsabilidad administrativa y no será expulsado si denuncia a los autores o cooperadores de dicho tráfico, o coopera y colabora con las autoridades competentes, proporcionando datos esenciales o testificando, en su caso, en el proceso correspondiente contra aquellos autores.

O problema da imigração e do fechamento das fronteiras em especial na Europa e Estados Unidos possui principalmente uma visão econômica. De acordo com David SANCHEZ RUBIO<sup>95</sup>, durante a década de sessenta e setenta, estes países desenvolveram um discurso favorável e defensor da imigração, já que necessitavam de mão-de-obra e força de trabalho. Quando as circunstâncias mudaram e passou a se analisar o efeito negativo da imigração, avalizado pelo auge da ideologia neoliberal, o sentido do discurso mudou. A razão econômica do trabalho é o único argumento oficial que justifica a admissão controlada da população estrangeira. Quando a iniciativa parte dos próprios povos desfavorecidos e não surgem por razões de expansão, mas decorrem da necessidade de buscar satisfação de suas necessidades, se paralisa e controla seu impulso estabelecendo todo tipo de restrições, até mesmo aquelas que vão contra da dignidade humana.

<sup>94</sup> **Ley Orgánica 4/2000 - Ley de Extranjería.** Disponível em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Anterior/r5-lo4-2000.t3.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Anterior/r5-lo4-2000.t3.html). Acesso em 07.07.2016. Artigo 59: “1. O estrangeiro que se encontre irregularmente na Espanha e seja vítima, lesado ou testemunha de um ato de tráfico ilícito de seres humanos, imigração ilegal, exploração laboral ou de tráfico ilícito de mão de obra ou exploração na prostituição, abusando de sua situação de necessidade, poderá ser isento de responsabilidade administrativa e não será expulso se denunciar os autores e colaboradores do dito tráfico, ou cooperar e colaborar com as autoridades competentes, proporcionando dados essenciais ou testemunhando, em seu caso, no processo correspondente contra aqueles autores” (tradução nossa).

<sup>95</sup> SANCHEZ RUBIO, David. **Repensar derechos humanos: de la anestesia a la sinestesia**, p. 86, tradução nossa.

Como se viu, as normas de imigração permitem a entrada regular no território se houver uma oferta formal de emprego desde o país de origem ou através de reagrupação familiar. Estas condições de acesso são tão restritivas que favorecem as migrações irregulares. E o fato de a prostituição não ser considerada trabalho implica que nenhuma mulher possa conseguir uma oferta de emprego no país de origem. De forma que para aceder aos direitos de trabalhadora do sexo, a única possibilidade é se apresentar como vítima, negando às vezes o consentimento (negando que quis viajar e que sabia que iria trabalhar com a indústria do sexo). Assim, a denúncia é recompensada com a possibilidade de ficar isenta de responsabilidade administrativa (artigo 59 da *Ley de Extranjería* - LOE 4/2000), ou seja, podem ser isentas de responsabilidade administrativa e não serem expulsas as pessoas estrangeiras que tenham entrado de maneira irregular e se encontrem trabalhando sem autorização por terem sido vítimas, testemunha ou prejudicadas de um ato de tráfico ilícito de pessoas para exploração sexual, abusando de uma situação de necessidade, se denunciam às autoridades competentes os autores ou colaboradores do tráfico, proporcionando dados essenciais ou testemunhando<sup>96</sup>.

Quanto ao fechamento das fronteiras, importante ressaltar que o Parlamento Europeu aprovou dia 4 de fevereiro de 2009<sup>97</sup> a norma comunitária que estabelece sanções mínimas em toda a União Europeia (UE) para os empresários que contratem pessoas em situação irregular, parte de uma série de medidas para promover a imigração legal na Europa. A nova norma obrigará os países-membros da União Europeia a aplicar sanções mínimas às pessoas físicas ou jurídicas que contratem pessoas em situação irregular.

Em primeiro lugar, as empresas terão a responsabilidade de comprovar que as pessoas de países extracomunitários que empregam possuem documentos dentro desta regra, e devem comunicar sua contratação às autoridades.

As sanções para quem contratar imigrantes ilegais abrangem desde multas, nas quais se incluiria o custo da repatriação do trabalhador, até a perda de subsídios e a impossibilidade de receber ajudas públicas em um prazo de cinco anos.

---

<sup>96</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 98-100, tradução nossa.

<sup>97</sup> MEDEIROS, Paula. Blog. Disponível em <http://paulamedeiros.wordpress.com/tag/uniao-europeia/>. Acesso em 20.06.2009.



Além disso, o empresário terá que abonar uma soma igual à quantidade de impostos e cotações que teria pagado se o trabalhador tivesse um contrato legal e será obrigado a pagar automaticamente os salários atrasados.

A regra também prevê sanções penais para os casos mais graves. Se o empresário for reincidente, se contrato for a um grande número de pessoas em situação irregular, se explorar os imigrantes, se a pessoa empregada for vítima do tráfico de seres humanos e se o empregador souber que se trata de um menor.

Segundo a pesquisa realizada pela Defensoría del Pueblo de Andalucía<sup>98</sup>, mediante os dados disponíveis somente de atividades desempenhadas em clubes, 75% da prostituição que está sendo desenvolvida nestes clubes o é por mulheres imigrantes. A pesquisa, com dados fornecidos pela Delegación del Gobierno em Andalucía, 4ª zona de la Guarda Civil, informa o percentual de mulheres estrangeiras que desempenham a prostituição em Andalucía, dados estes de 1999 e 2000:

Província	Porcentagem %
Almería	80
Cádiz	90
Córdoba	88
Granada	70
Huelva	85
Jaén	85
Málaga	70
Sevilla	25

Ainda, de acordo com a mesma pesquisa, foram desarticuladas no ano de 2000, 84 (oitenta e quatro) redes de prostituição e no ano de 2001, 119 (cento e dezenove), sendo no ano de 2000, 381 (trezentos e oitenta e um) responsáveis detidos e no ano de 2001, 521 (quinhentos e vinte e um).

<sup>98</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía. *Op Cit.*, p. 46 e 103-107, tradução nossa.

Já de acordo com informe da Guarda Civil publicado no jornal El País em 04 de março de 2001, de mais de 10.000 (dez mil) casos analisados de prostitutas estrangeiras na Espanha, possíveis vítimas de tráfico, somente foram colhidas 160 (cento e sessenta) denúncias, ou seja, 1,3%.<sup>99</sup>

Esta é a realidade vivenciada por milhares de pessoas, realidade está que precisa ser mudada. Para tanto, passa-se a analisar, neste momento, as causas históricas que fazem com que o tráfico de mulheres seja o que mais ocorre na atualidade na perspectiva do tráfico de seres humanos.

## **2.2 – Elementos históricos que justificam que o tráfico de mulheres para exploração sexual seja o que mais ocorre na atualidade.**

Os direitos humanos não podem ser vistos e analisados fora dos contextos a que estão compreendidos, seja social, econômico, político, territorial ou jurídico. Assim, faz-se necessária a análise histórica da exploração sexual de mulheres, a fim de situar a problemática no seu contexto e, a partir daí, analisar as consequências advindas desta contextualização. Em um primeiro momento, passa-se a análise das questões ligadas ao gênero, para depois examinar aspectos econômicos, mediante o aprofundamento do tema da escravidão contemporânea. Certo é que existem muitas outras causas a serem discutidas, contudo, elegeu-se, no presente trabalho, apenas estas duas, por entender que são as que mais influenciam neste problema.

### **2.2.1 - QUESTÃO DE GÊNERO.**

#### **2.2.1.1- TEORIAS RELATIVAS AO FEMINISMO.**

Antes de adentrar na problematização acerca da discriminação da mulher, da sociedade patriarcal em que vivemos, da divisão sexual do trabalho e da dicotomia entre público e privado, é necessário fazer uma breve análise acerca das teorias feministas.

---

<sup>99</sup> JULIANO, Dolores, op. cit., p. 127, tradução nossa.

Nos últimos trinta anos, as teorias feministas elaboraram diferentes diagnósticos, teorias e explicações sobre o sistema de domínio que afeta as mulheres, tendo dado diferentes nomes (patriarcado, sistema de sexo/gênero) e articulado diversas propostas. As diferenças entre feministas são profundas e variadas, pois continua sendo um pensamento em construção e que se constrói a partir do debate<sup>100</sup>.

Segundo Boaventura de S. SANTOS<sup>101</sup>,

Não há um princípio único de transformação social, e mesmo aqueles que continuam a acreditar num futuro socialista vêem-no como um futuro possível, em concorrência com outros futuros alternativos. Não há agentes históricos únicos, nem uma forma única de dominação. São múltiplas as faces de dominação e da opressão e muitas delas foram irresponsavelmente negligenciadas pela teoria crítica moderna, como, por exemplo, a dominação patriarcal, o que é, nomeadamente, bem visível em Habermas, como mostrou Nancy Frazer. Não é por acaso que, nas duas últimas décadas, a sociologia feminista produziu a melhor teoria crítica. Sendo múltiplas as faces da dominação, são múltiplas as resistências e os agentes que as protagonizam. Na ausência de um princípio único, não é possível reunir todas as resistências e agências sob a alçada de uma grande teoria comum. Mais do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos atores coletivos “conversarem” sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam.

Partindo-se de uma análise das teorias feministas com um cunho político, podemos discorrer acerca de cinco linhas de feminismos, conforme descrito por Joaquín HERRERA FLORES<sup>102</sup>. A pluralidade de enfoques entre as teorias feministas demonstra uma sensibilidade em negar a existência de um modelo único e hegemônico, buscando aproximar-se da realidade, primeiro com o objetivo de desconstruí-la e segundo para reconstruí-la desde uma perspectiva emancipadora. Estas correntes, assim, se baseiam em analisar as diferentes configurações de poder presentes nas instituições da modernidade, as contempla como entidades baseadas na opressão e na regulação vertical do social imposta pela visão hegemônica do mundo, sendo que esta visão hegemônica não se baseia unicamente na diferença sexual entre homens e mulheres, mas também na denúncia e superação do patriarcalismo como imposição e dominação de um grupo, forma de vida ou cultura sobre o resto.

<sup>100</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual, igualdad y reconocimiento de derechos**. In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 15-16, tradução nossa.

<sup>101</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**, p. 27.

<sup>102</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **De habitaciones propias y otros espacios negados: una teoría crítica de las opresiones patriarcales**, p. 37-53, tradução nossa.

Passa-se, então, para a análise das referidas teorias.

Primeiro, há a teoria radical centrada na problemática da relação violenta que os homens impõem às mulheres na maioria dos âmbitos públicos e privados, fundamentados nestes principais aspectos: problemas de violência sexual e maltrato, de obstáculos as liberdades reprodutivas, uso e abuso da imagem da mulher nos meios de comunicação e de manipulação, a imposição da paternidade como centro nevrálgico da relação familiar e outros.

De acordo com Ruth MESTRE y MESTRE<sup>103</sup> o feminismo radical na versão oferecida por MACKINNON analisa as relações de domínio entre os sexos desde uma perspectiva marxista, ou melhor, realiza um paralelismo com o marxismo como teoria de poder e de explicação da realidade, e o feminismo como teoria de poder e de realidade social sexual. Da mesma forma que os conceitos de classe, trabalho, capital, meios de produção, etc. são chaves para o marxismo, a sexualidade, o sexo, o desejo e a subordinação são chaves para o feminismo.

Segundo a teoria feminista liberal progressista, interessada em potenciar políticas de discriminação positiva ou ação afirmativa visando à consecução do princípio de igualdade de oportunidades, fazendo visíveis muitos dos problemas que se encontram nas mulheres atualmente, tanto em âmbito social, como pessoal e político, embora estejam deixando de lado a crítica ao patriarcalismo. De acordo com Tereza GOSDAL<sup>104</sup>, o grande primeiro objeto de luta foi a conquista do direito de voto. O feminismo liberal pretende a extensão às mulheres da igualdade e liberdade, como princípios de justiça. Mary WOOLSTONECRAFT<sup>105</sup> pugnava pela extensão dos princípios da revolução francesa às mulheres. Assim, se fosse oportunizado às mulheres uma educação como a dos homens, elas se tornariam competentes para a vida política e para a independência econômica. A cidadania era conquistada pelo voto, mecanismo por meio do qual outras reformas poderiam ser alcançadas, atendendo-se aos interesses das mulheres e garantindo-se uma sociedade justa.

Terceiro, a teoria marxista, preocupada em integrar a luta das mulheres contra o patriarcalismo no âmbito mais geral de luta de classes. Segundo Tereza GOSDAL<sup>106</sup>, a

---

<sup>103</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 18, tradução nossa.

<sup>104</sup> GOSDAL, Thereza Cristina. **Discriminação da Mulher no Emprego**, p. 34-35.

<sup>105</sup> WOOLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de Los Derechos de la Mujer**, tradução nossa.

<sup>106</sup> GOSDAL, Thereza Cristina, op. cit., p 35-37.

vertente marxista é preocupada com as relações econômicas e de classe, valendo-se da compreensão dialética de desenvolvimento histórico das relações sociais. Na perspectiva feminista marxista a opressão das mulheres pode ser superada mediante a organização de trabalhadores e alteração das estruturas capitalistas existentes. Com isso, incorpora-se questões mais amplas à discussão de gênero, como as condições de classe e as condições socioeconômicas das mulheres. As tentativas de adaptar a teoria marxista à prática feminista partiram da análise da opressão das mulheres como parte dos dispositivos econômicos do capitalismo, ou da ideia de reprodução dos meios de produção, ou de situar a opressão da mulher numa esfera ideológica semi-independente. Ao analisar a situação da mulher como parte dos dispositivos capitalistas, mostra-se o trabalho da mulher como produtor de valor, o que não se compatibiliza com a teoria marxista, que considera o trabalho doméstico e o de prestação de serviços como trabalho improdutivo que, embora complemento a produção capitalista e auxilie na obtenção do lucro, é subsidiário da atividade produtiva. Ainda nessa perspectiva, outra tendência é a de se considerar o trabalho da mulher como inserido, em parte, no trabalho vendido pelo marido ao capitalismo, que com isto pode pagar menos ao trabalhador. Outra distinção importante é a forma como o trabalho assalariado é encarado: alienante para o marxismo e libertador para o feminismo.

Quarto, a teoria socialista ou pós-materialista, que pretende ampliar o campo de ação e integrar a luta das mulheres em um enfrentamento com todo o tipo de formalismos e dualismos teóricos de corte autoritário, situando-se criticamente frente às posições que reflexionam sobre a justiça política sem questionar implicações que tem as interferências que se produzem no âmbito privado. Situam-se também frente às políticas tradicionais de esquerda que absolutizam a luta pelo tempo linear do salário no centro do trabalho, deixando de lado a luta pelo espaço, pelo lugar em que se ocupa não somente nos âmbitos públicos, mas também e fundamentalmente nos âmbitos tradicionalmente relegados à mão invisível do mercado.

Quinto, a teoria pós-colonial, de integração crítica que, partindo das primeiras teorias eco-feminista e das propostas da biofísica e matemática de Evelyn Fox Keller, estão tentando superar a ideológica objetividade estática da ciência, por uma objetividade dinâmica, que permita criticar tanto a destruição da forma tradicional de produzir, como as tradições e parâmetros culturais que mantém a mulher em situação de subordinação. Denunciam a

---

tendência liberal de sobrepor os consensos enquanto consolida ao outro, ao diferente, como sujeito fragmentado que deve ir reconstruindo sua vida em função da norma, da cultura dominante. Estas correntes põem em questão as oposições binárias e as diferenças lógicas colonialistas que ocultam essas temporalidades disjuntivas e impõem um só código normativo, a pôr em questão a crença na neutralidade do sinal, ou seja, da norma moral ou jurídica e a separação entre sujeito e o objeto de conhecimento e por em questão o dogma da livre eleição de condições de vida.

Tereza GOSDAL<sup>107</sup> cita ainda outras teorias feministas, como a existencialista, a patriarcalista, a psicanalítica e a sociolinguística.

A existencialista é baseada principalmente em Simone de Beauvoir, sendo a condição da mulher estudada a partir de uma análise de consciência. O que o indivíduo é depende de decisões por ele livremente tomadas, a um agir e pensar de certa maneira. A consciência busca realizar seu projeto no mundo, confrontando-se com as demais, que buscam fazer o mesmo. Deste conflito nasce a desigualdade entre homens e mulheres. Todo ser humano busca a transcendência, transcendência que o homem tem negado à mulher, transformando-a numa coisa. A inferioridade da mulher não é psicológica, natural ou fisiológica. O homem se apropria do mundo para torná-lo seu e o modelar. À mulher é negada essa auto-afirmação. Essa opressão torna-se mais forte quando é mascarada com estereótipos apresentados como produtos da natureza. Não há uma natureza feminina e sim uma situação feminina, por isso a mulher emancipada não desenvolverá novos valores, e falar da mulher em geral constitui um equívoco.

A patriarcal procura explicar a subordinação das mulheres a partir da necessidade masculina de dominação. Para essa corrente, as relações entre os sexos são relações de poder, e a sociedade patriarcal engloba toda a estrutura social que nasce do poder do pai, que se transfere aos governantes.

A vertente feminista oriunda da psicanálise encontra seu fundamento na sexualidade e suas fontes inconscientes. A família patriarcal produziria as identidades de homens e mulheres e é ela que deve ser transformada, com a partilha por ambos os pais do cuidado dos filhos e das tarefas domésticas. A criança no início não tem um “eu”, que se

---

<sup>107</sup>

Ibidem, p. 39-41.

forma gradualmente com o seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, a masculinidade e feminilidade resultam deste processo de formação de identidade social da criança. A sujeição das mulheres estaria ligada ao fato de terem que achar o significante do seu desejo não em si mesma, mas no corpo de outra pessoa, que é o homem. O grande mérito das teorias psicanalíticas está em situarem a mulher numa dimensão que ultrapassa o político e o econômico, trazendo à consideração a estrutura simbólica da sociedade.

Por fim, as feministas que partem da perspectiva sociolinguística entendem que a submissão das mulheres se efetiva porque as desigualdades de gênero estão instituídas na própria linguagem e porque os homens controlam os diálogos, pelo veto e pela falta de interesse.

Como ensina Tereza GOSDAL<sup>108</sup>, no cerne do debate feminista na atualidade está o diálogo entre duas vertentes do feminismo, que se costumam chamar de feminismo da igualdade e feminismo da diferença. Essa discussão evidencia a importância da consideração da igualdade e das diferenças para a superação da discriminação das mulheres e a alteração do papel social secundário em relação ao homem que foi historicamente elaborado para a mulher.

Por fim, no que tange às migrações femininas para a prestação de trabalho sexual, Ruth MESTRE y MESTRE<sup>109</sup> defende a existência de duas diferentes teorias. A primeira, a **teoria de dependência**, que tenta explicar a razão dos fluxos, sinalando que, de fato, em um mundo globalizado, em que se incrementam os contatos e as interdependências entre espaços geográficos, necessariamente se incrementam não somente as comunicações, mas também os deslocamentos humanos. As migrações internacionais têm como causa a desestruturação oriunda da imposição capitalista a sociedades pré-capitalistas, mas as migrações internacionais reforçam as relações de dependência e de desigualdade entre o centro e a periferia. A migração feminina pode explicar-se a partir de uma dupla situação de subordinação das mulheres à medida que são mulheres e mulheres pobres. A funcionalidade do racismo e do sexismo para o sistema capitalista fará que a incorporação das mulheres imigrantes no trabalho globalizado se produza em condições especialmente ou duplamente de exploração. A exploração de classe realizada pela divisão internacional do trabalho há que ser acrescentada à de gênero e o sistema global capitalista beneficia-se da divisão sexual do

---

<sup>108</sup>

Ibidem, p. 51-63.

<sup>109</sup>

MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 27-31

trabalho que o patriarcalismo impõe. Segundo, a **teoria de articulação**, que prevê que as migrações são um processo de articulação de espaços geopolíticos e culturais através da criação de redes sociais que tem como núcleo o doméstico. A unidade de análise deixa de ser o indivíduo que pertence a uma classe/sexo global e passa a ser o grupo doméstico onde as esferas produtivas e reprodutivas se colocam em relação. As pessoas migrantes estão inseridas em um conjunto de relação que conformam um campo social que podemos chamar de rede (relações familiares, de amizade, de vizinhança, etc.). Essas relações não se produzem pelas migrações, mas são ativadas durante o processo migratório apesar de existir com anterioridade. Desta forma, o abolicionismo entenderia o patriarcalismo na versão do feminismo radical e as migrações internacionais na versão das teorias da dependência, enquanto outras posturas utilizam os discursos do feminismo crítico e das teorias da articulação.

É razoável supor que a teoria da dependência reflete de forma mais próxima a realidade vivenciada pelas mulheres traficadas. As migrações internacionais têm como causa a desestruturação econômica causada pelo capitalismo e pela globalização, reforçando as discriminações, de forma que as opressões vividas pelas mulheres são sobrepostas, incidindo questões de gênero, de raça, econômicas, dentre outras, como se verá no decorrer deste trabalho.

Tendo conhecimento das teorias existentes acerca do trabalho sexual, passa-se a análise de três das principais causas da exploração sexual, que é o patriarcalismo, a dualidade entre o público e o privado e a divisão sexual do trabalho.

#### **2.2.1.2-PATRIARCALISMO. O PÚBLICO E O PRIVADO. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.**

A sociedade em que vivemos está construída em bases patriarcais refletidas nas diversas áreas de convivência humana, seja social, política, econômica ou cultural. As questões ligadas à sexualidade, às diferenças no âmbito público e privado, à divisão sexual do trabalho, dentre outras, se originam, principalmente, da forma de sociedade vivenciada desde há muito tempo.



Segundo Hélio GALLARDO<sup>110</sup>, o fundamento histórico dos direitos humanos não é nenhum discurso filosófico, mas a formação social moderna com domínio patriarcal, burguês e etnocêntrico. O fundamento dos direitos humanos está constituído pela formação social moderna, por suas instituições e lógicas, e, mais especificamente, por suas mobilizações e movimentos sociais ou constitutivos (movimento burguês e patriarcal) ou revolucionários (movimentos não burgueses, anti-patriarcais e anti-imperiais). Estas mobilizações buscam transferências de poder social e, com ele, estender e projetar a autoestima de seus protagonistas mediante uma maior autonomia da produção de sua identidade.

Em termos históricos, o patriarcalismo encontra uma de suas primeiras formulações na separação ocorrida na Grécia clássica entre o conhecimento abstrato e o saber prático ou concreto. Conforme ensina Joaquín HERRERA FLORES<sup>111</sup>, surge então a primeira grande dicotomia, precursora de tantas outras, como sujeito-objeto, mente-corpo, cultura-natureza, que tantas consequências sociais tiveram ao longo da história para os grupos oprimidos ou excluídos. Em termos axiológicos, o patriarcalismo distinguiu entre duas ordens de valores, os valores prometeicos (que induzem os homens a roubar fogo para instaurar um mundo de violência, exploração e conquista, fundamentado e legitimado em razões formais e abstratas) e em valores relacionais adstrito às mulheres, como cuidadoras do fogo, e entre os quais se destacam o diálogo, o cuidado ou a intersubjetividade, refletidos como o concreto, o apegado a vida cotidiana, a boa ou má vida da gente. Está-se diante de uma divisão social de valores que separados ideologicamente dos processos de divisão social, sexual, étnica do trabalho, se elevam ideologicamente a categoria de naturais.

Para Ruth MESTRE y MESTRE<sup>112</sup>, um dos termos usados para dar conta do sistema de exclusão e opressão que padecem as mulheres vem sendo o patriarcalismo, porque registra que a sujeição das mulheres aos homens é sistemática e não individual e responde a uma determinada relação de dominação social e política (portanto não biológica), em que homens individuais participam e se beneficiam das relações com as mulheres individuais.

---

<sup>110</sup> GALLARDO, Hélio. **Teoria crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**, p. 28 e 47, tradução nossa.

<sup>111</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 30-31, tradução nossa

<sup>112</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth. *Op. Cit.*, p. 16-23, tradução nossa.

O termo patriarcalismo ou patriarcado é usado, em geral, de forma indiscriminada, embora entenda-se mais correto a utilização da denominação patriarcalismo, por demonstrar uma categoria teórica dinâmica, não estática, com origens históricas, e que demonstra um conjunto de relações e de opressões sobrepostas, de raça, classe, gênero, etnia, etc<sup>113</sup>. Segundo Joaquín HERRERA FLORES<sup>114</sup> patriarcalismo é:

Una tradición política, axiológica y sociológica en la que un poder aumenta en relación directa a la resta de otro poder, una jerarquía superior se construye a partir de la subordinación jerárquica y los valores se conforman como universales a partir de la desvalorización.

Para Joaquín HERRERA FLORES<sup>115</sup>, há pelo menos três mecanismos que devem ser levados em conta para análise da forma de funcionamento do patriarcalismo nos âmbitos jurídico e político: a dicotomia, sancionada juridicamente, entre liberdade e igualdade, a separação entre igualdade e diferença e a dicotomia entre o público e o privado. A separação entre a liberdade e igualdade, porque há clara necessidade de reinterpretar o conceito de liberdade, devendo a igualdade ser entendida como reconhecimento público das diferenças e a liberdade como criação de um espaço político adequado, havendo não somente mera igualdade formal perante a lei, mas uma igualdade material de acesso aos bens, de forma que tanto uma política de redistribuição das possibilidades de acesso aos recursos como uma política de reconhecimento da diferença como um recurso público a ser garantido conduziria a uma revitalização e a democratização do jurídico, sempre e quando superada a tradicional divisão entre as esferas da economia e da política. Ou seja, a luta pela igualdade (socialização de recursos) não se esgota na luta contra a discriminação nem contra as desigualdades, devendo ser incluída no debate a luta pela liberdade que, baseando-se nas condições de ausência de discriminação e de igualdade de recursos, sempre irá mais além da igualdade. Falar de liberdade impõe à construção de espaços sociais em que os grupos sociais possam levar a diante suas lutas. Outro mecanismo importante é a separação entre igualdade e diferença, tendo em mente uma perspectiva de que a lei é um dos espaços de luta para conseguir a dignidade e que este reconhecimento legal supõe a assunção de determinados critérios de valor que são alheios ou até mesmo conflitivos com os interesses de uma mulher. Esta diferenciação também está presente na necessidade de se utilizar uma perspectiva de

<sup>113</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 29, tradução nossa.

<sup>114</sup> Ibidem, p. 33, tradução nossa: “uma tradição política, axiológica e sociológica em que um poder aumenta em relação direta à diminuição de outro poder, uma hierarquia superior se constrói a partir da subordinação hierárquica e os valores se conformam como universais a partir da desvalorização”.

<sup>115</sup> Ibidem, p. 55-114, tradução nossa.

gênero, como uma categoria social, construída historicamente, sob a que se compreendem as relações entre homens e mulheres em espaços e momentos concretos e diferenciados, tendo consciência das relações de poder estabelecidas social, histórica e politicamente entre os sexos e que instituíram uma visão de mundo patriarcal, havendo que lutar por uma mudança institucional, jurídica e cultural que inclua o igual a ambos os sexos nos círculos decisórios públicos e privados. A desigualdade, de outra parte, sendo fundamentada na diferente capacidade que o sistema oferece em relação ao uso dos recursos disponíveis e da possibilidade de transformar ditos recursos em capacidade para funcionar. Por fim, quanto à separação entre o público e o privado, deve-se pensar em um espaço social ampliado, onde haja a interseção entre os âmbitos públicos e privados, construindo subjetividades adequadas para tal tipo de relação social. Um lugar onde o público e o privado se convertem, mais que um dado ou uma situação, em um processo de interseção de vozes e propostas. Partir de um espaço de não lugar, de corte patriarcal, para um espaço de campo complexo de forças, passando necessariamente pelo político<sup>116</sup>.

Podemos nos deter em quatro princípios do patriarcalismo trazido por feministas de corte mais político, os quais são o de dominação (que nasce de diferenças discriminatórias entre homens e mulheres, entre obreiro e capital, entre imigrantes e cidadãos, encontrando sua origem na biologia, na política e na ética aristotélica baseada no pressuposto da inferioridade da mulher), de complementaridade ou individuação (onde o dominado aceita a situação de inferioridade, reforçando sua identidade através do sentimento inevitável de pertencer a algo ou alguém), o de necessidade (o discriminado se vê em um grupo naturalizado e inferiorizado, que aceita pertencer ao padrão abstrato universalizado política, axiológica e sociologicamente, parecendo não ter outra alternativa que não o de viver desde sua natureza, que impede de articular novos pontos de vistas próprios arrazoados e de propor alternativas que fujam dos princípios anteriores), e de vitimização (os coletivos são submetidos a lógica do patriarcalismo se sentindo estaticamente bem como pobres, cidadãos de segunda classe ou sujeitos estigmatizados pelo mero fato de pertencer a um grupo inferiorizado, sendo que sentir-se vítimas não é o mesmo que sentir-se explorados).<sup>117</sup>

Dentre os princípios do patriarcalismo citado, o da complementaridade ou individuação demonstra a qualidade do dominado de aceitar a situação de inferioridade em

<sup>116</sup> Ibidem, p. 91- 114, tradução nossa.

<sup>117</sup> Ibidem, p. 33-34, tradução nossa.

que vive. Isto é muito comum dentro da construção da sociedade patriarcal. E Pierre BOURDIEU<sup>118</sup>, ao falar da dominação masculina, afirma que:

El orden social funciona como una inmensa máquina simbólica que tiende a ratificar la dominación masculina en la que se apoya: es la división sexual del trabajo, distribución muy estricta de las actividades asignadas a cada uno de los dos sexos, de su espacio, su momento, sus instrumentos; es la estructura del espacio, con la oposición entre el lugar de reunión o el mercado, reservados a hombres, y la casa, reservada a las mujeres, o, en el interior de ésta, entre la parte masculina, como del hogar, y la parte femenina, como el establo, el agua y los vegetales; es la estructura del tiempo, jornada, año agrario, o ciclo de vida, con los momentos de ruptura, masculinos, y los largos periodos de gestación, femeninos. (...) La diferencia biológica entre los sexos, es decir, entre los cuerpos masculino y femenino, y muy especialmente, la diferencia anatómica entre los órganos sexuales, puede aparecer de ese modo como la justificación natural de la diferencia socialmente establecida entre los sexos, y en especial de la división sexual del trabajo.

Esse poder simbólico de que fala Pierre BOURDIEU<sup>119</sup>, que é um poder invisível, é exercido sobre a mulher sem qualquer forma de coação física, mas sempre apoiada em estruturas de poder desde há muito tempo existentes em nossa sociedade e que somente podem ser afastadas e derrubadas não por uma simples iluminação de consciências enganadas, mas com a transformação das condições sociais de produção que levam os dominados a adotar sobre os dominadores e sobre eles mesmos um ponto de vista idêntico ao dos dominadores.

Os sistemas simbólicos, enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra violência simbólica, dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam. É um poder quase mágico, que consegue obter aquilo que é obtido pela força (física ou econômica), sendo que somente é exercido se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário<sup>120</sup>. Para Pierre BOURDIEU<sup>121</sup>:

<sup>118</sup> BOURDIEU, Pierre. **La Dominación Masculina**, p. 22-24, tradução livre: “A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina em que se apóia: é a divisão sexual do trabalho, distribuição muito estrita das atividades destinadas a cada um dos sexos, de seu espaço, com a oposição entre o lugar de reunião e o mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres, ou, o interior desta, entre as partes masculina, como de um lar, e a parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, da jornada, ano agrário, ou ciclo de vida, como os momentos de ruptura, masculinos, e os longos períodos de gestação, femininos.. (...) A diferença biológica entre os sexos, ou seja, entre os corpos masculino e feminino, e mais especificamente, a diferença anatómica entre os órgãos sexuais, pode aparecer desse modo como a justificação natural da diferença socialmente estabelecida entre os sexos, e em especial da divisão sexual do trabalho”.

<sup>119</sup> Ibidem, p. 54-58, tradução livre.

<sup>120</sup> BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**, p. 07-15 e 124-132.

La violencia simbólica se instituye a través de la adhesión que el dominado se siente obligado a conceder al dominador (por consiguiente, a la dominación) cuando no dispone, para imaginar-la o para imaginarse a sí mismo o, mejor dicho, para imaginar la relación que tiene con él, de otro instrumento de conocimiento que aquel que comparte con el dominador y que, al no ser más que la forma asimilada de la relación de dominación, hacen que esa relación parezca natural; o, en otras palabras, cuando los esquemas que pone en práctica para percibirse y apreciarse, o para percibir y apreciar a los dominadores (alto/bajo, masculino/femenino, blanco/negro, etc), son el producto de la asimilación de las clasificaciones, de ese modo naturalizadas, de las que su ser social es el producto.

A análise dos especialistas para compreender a origem da sociedade patriarcal e suas consequências parte da verificação das próprias diferenças físicas entre o homem e a mulher. Neste sentido, Pierre BOURDIEU<sup>122</sup> afirma que:

lejos de desempeñar el papel fundador que se le atribuye, las diferencias visibles entre los órganos sexuales masculino y femenino son una construcción social que tiene su génesis en los principios de la división de la razón androcéntrica, fundada a su vez en la división de los estatutos sociales atribuidos al hombre e a la mujer.

As meras diferenças físicas entre homem e mulher não são, na verdade, as causas da sociedade patriarcal. Embora seja razoável afirmar que grande parte das mulheres, por mera razão de gênero, sofre alguma carga de discriminação – em maior ou menor grau a depender de outros fatores conjugados, como raça, situação social, opção sexual, situação econômica, etc-, as verdadeiras causas são sociais, culturais, econômicas e políticas. Desde a antiguidade, a sociedade foi incitada à dualidade, ao bem e ao mal, ao homem e a mulher, ao forte e ao fraco, ao público ao privado, submetendo as mulheres às dualidades voltadas à inferioridade e subordinação. Contudo, tais diferenças, ao serem analisadas, erroneamente, por razões físicas, geram um pensamento de conformismo e não de emancipação, sendo de fundamental importância afastar os dualismos que naturalizam. De acordo com Joaquín HERRERA FLORES<sup>123</sup>,

<sup>121</sup> BOURDIEU, Pierre. **La Dominación Masculina**, p. 51, Tradução livre: “A violência simbólica é instituída através da adesão que o dominado se sente obrigado a conceder ao dominador (daí a dominação), quando não dispõe, para imaginá-la ou imaginar-se a si mesmo, ou melhor, para imaginar a relação que possui com ele, de outro instrumento de conhecimento que aquele que compartilha com o dominador e que, ao não ser mais que a forma assimilada da relação de dominação, faz com que essa relação pareça natural; ou, em outras palavras, quando os esquemas que põem em prática para perceber-se e apreciar-se, ou para perceber e apreciar aos dominadores (alto/baixo, masculino/feminino, branco e negro, etc), são o produto da assimilação das classificações, desse modo naturalizadas, das quais o seu ser social é o produto”.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 28, tradução livre: “longe de desempenhar o papel fundador que lhe atribui, as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são uma construção social que tem sua gênese nos princípios da divisão da razão androcêntrica, fundada a sua vez na divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e a mulher”.

<sup>123</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 146, tradução nossa: “se colocamos como causa as divisões biológicas e culturais entre os sexos para explicarmos as situações de desigualdade fática e concreta que se dá realmente entre os mesmos, ditas situações escapam, primeiro, de todo controle epistemológico (são produtos da

Si colocamos como causa las divisiones biológicas y culturales entre los sexos para explicarnos las situaciones de desigualdad fáctica y concreta que se dan realmente entre los mismos, dichas situaciones escapan, primeo, de todo control epistemológico (son productos de la naturaleza o de una concepción deificada de cultura) y, segundo, de todo control político (impotencia para proponer alternativas).

Não é que as necessidades de reprodução biológicas determinem a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e social, mas é uma construção social arbitrária do biológico, e em especial do corpo, masculino e feminino, de seus costumes e de suas funções, em particular da reprodução biológica, que proporciona um fundamento aparentemente natural da visão androcêntrica da divisão da atividade sexual e da divisão sexual do trabalho e, a partir daí, de todo o cosmo<sup>124</sup>.

Desta forma, as divisões da ordem social, mas exatamente, as relações sociais de dominação e de exploração instituída entre os sexos se refletem, de modo progressivo, em duas classes de hábitos diferentes, sob a forma de eixos corporais opostos e complementares de princípios de visão e de divisão, que classificam todas as coisas e todas as práticas segundo distinções reduzíveis a oposição entre o masculino e o feminino, de forma que corresponde aos homens o campo exterior, do público, e as mulheres o campo interior, do privado<sup>125</sup>.

A cultura existente na nossa sociedade partiu e ainda parte, agora em menor grau, de uma diferenciação entre homens (referidos como “sexo forte”) e mulheres (conhecidas socialmente como o “sexo frágil”). Essas diferenças estão arraigadas de tal forma que em vários aspectos de convivência humana aparecem em maior ou menor grau. A mulher naturalmente é ensinada a ser amável, sensível, a cuidar da casa, a ser uma boa esposa e uma boa mãe, a brincar de dona de casa, fazendo comida, lavando louça e cuidando das bonecas. O homem, em contrapartida, é ensinado, desde criança, a ser forte, o provedor da casa, a não demonstrar tristeza (homem não chora), a brincar com carros e armas e a ser viril, porque isso demonstraria a sua masculinidade. A virilidade abarca especialmente a questão reprodutora, sexual e social, de forma que o homem para ser reconhecido como tal, necessita demonstrá-la ou é cobrado para tanto, desempenhando o papel de provedor de si e de sua família e, em especial, buscando o reconhecimento público, mediante um emprego valorizado, sob pena de ser discriminado perante os demais. Entretanto, sabe-se que uma ampla fatia das famílias

---

natureza ou de uma concepção reificada de cultura) e segundo de todo controle político (impotência para propor alternativas).

<sup>124</sup> BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 37, tradução livre.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 45, tradução livre.

modernas procura tratar meninos e meninas de forma igualitária, proporcionando a ambos educação, esportes, formas similares de se vestir e até de se comportar. Isto, para que se tornem adultos modernos, aptos a viver neste novo século de uma suposta valiosa igualdade social. Não obstante, mesmo hoje em dia, quando a diferença na educação entre meninos e meninas não é tão marcante, as preferências citadas continuam sendo verificadas<sup>126</sup>.

Para tanto, Pierre BOURDIEU<sup>127</sup> afirma que a virilidade é um conceito eminentemente relacional, construído ante e para o restante dos homens e contra a feminilidade, é uma espécie de medo do feminino, e em primeiro lugar de si mesmo. E segue dizendo<sup>128</sup> que na própria relação sexual se estabelecem relações de poder. O encima ou embaixo, o ativo ou passivo são alternativas paralelas que descrevem o ato sexual como uma relação de dominação masculina. As manifestações de virilidade situam-se na lógica da proeza, da façanha, que glorifica e enaltece. Se a relação sexual aparece como uma relação social de dominação é porque se constitui através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, e isso cria, organiza, expressa e dirige o desejo, o masculino como desejo de possessão, como dominação erótica, e o feminino como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou inclusive, reconhecimento erotizado da dominação. Assim, a virilidade vista como dependência, dualidade e subordinação possui um caráter negativo, que influencia diretamente na discriminação entre homem e mulher. Contudo, vista sob outro aspecto, como de integralidade, de cumplicidade, de partilha, de cumprimento pelo homem dos seus papéis, pode deter um aspecto positivo, a contribuir com o fortalecimento do ser humano.

Segundo Boaventura de S. SANTOS<sup>129</sup>:

O binômio cultura/natureza pertence a uma longa família de dualismos em que podemos distinguir, entre outros, abstrato/concreto, espírito/corpo, sujeito/objeto, ideal/real. Todos estes dualismos são sexistas na medida em que, em cada um deles, o primeiro polo é considerado dominante, sendo ao mesmo tempo associado com o masculino.

Surgem então outras divisões, como a do público e do privado, que sendo vistos separadamente somente contribuem para as discriminações perpetradas. Ainda no século

<sup>126</sup> ROSA, Juliana Grebe. CALEGARO, Marco Montarroyos. **Homens e mulheres afinal, somos iguais ou diferentes?** Revista de divulgação 77 técnico-científica do ICPG, v.1, n. 4. jan-mar 2004. Disponível em: [www.icpg.com.br/hp/revista/download.exec.php?rpa\\_chave=392a6b05fdeb6d1a6dc1](http://www.icpg.com.br/hp/revista/download.exec.php?rpa_chave=392a6b05fdeb6d1a6dc1) -. Acesso em 26.08.2008.

<sup>127</sup> BOURDIEU, Pierre. *Op. Cit.*, p. 71, tradução livre

<sup>128</sup> Ibidem, p. 33-35, tradução livre.

<sup>129</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 87-88.

XVIII, o público havia desprivatizado até certo ponto ao se apresentar como a coisa do Estado. O privado, em outros tempos insignificantes e negativos, estava revalorizado até converter-se em sinônimo de felicidade. Havia adquirido um sentido familiar e espacial. A Revolução Francesa operou uma ruptura dramática e contraditória, já que imediatamente, passou-se a suspeitar que os interesses privados constituíam-se em sombra propícia para os complôs e traições. A vida pública, em contrapartida, postulou a transparência, pretendendo mudar costumes e corações, criar um homem novo em sua aparência, sua linguagem e seus sentimentos. Há prazo mais longo, a Revolução Francesa, acentuou a definição das esferas públicas e privadas, valorou a família e diferenciou papéis sexuais, ao impor entre si homens políticos e mulheres domésticas<sup>130</sup>. Estas divisões e separações entre o público e o privado não podem permanecer em um mundo em que se busca a igualdade material entre as pessoas, em que se busca o acesso igualitário por todos indistintamente a todos os bens necessários para se viver com dignidade.

De acordo com Hannah ARENDT, citada por Celso LAFER<sup>131</sup>, o público é aquele que está aberto ao conhecimento de todos, que é visível e que deve ser mostrado, em contraposição ao privado, que está restrito a poucas pessoas, que pode e deve ser ocultado, e que, em casos extremos, configura como segredo.

A divisão entre público e privado estrutura não somente o espaço político, mas também o econômico e o da subjetividade. As mulheres desde o privado se encarregam de satisfazer as necessidades básicas de atenção e cuidado (material, emocional e sexual) e de produção e reprodução da vida. Mas o seu status de cidadã estará subordinado aos seus direitos, sendo, portanto, totalmente dependente, já que se consolidou a equação trabalho igual a direitos, e, por consequência, a exclusão das mulheres, já que exclui dos direitos àqueles que não têm trabalho. Parece que, desde essa leitura, se pode compreender o estigma da prostituição: o modelo normativo de mulher, ama de casa e esposa necessitava de um modelo negativo que servisse de ameaça e disciplinasse todas as mulheres, qual seja, o de prostituta. O corpo da mulher no doméstico, propriedade privada do marido sem remuneração, se opõe ao corpo feminino da mulher no público, sem dono legítimo e exigindo dinheiro. A cidadania laboral somente foi conseguida invisibilizando o trabalho das mulheres e mantendo-

---

<sup>130</sup> ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. **Historia de la vida privada: de la revolución francesa a la primera guerra mundial**, 17, tradução nossa.

<sup>131</sup> LAFER, Celso. **La reconstrucción de los derechos humanos: un diálogo con el pensamiento de Hannah Arendt**, p. 269-276, 293-306, tradução nossa.



as excluídas do mundo valorado, do mundo público. As diferentes lutas obreiras foram estruturadas a partir dos eixos do sistema de sexo/gênero e da divisão do público e do privado<sup>132</sup>.

Toda esta divisão da sociedade em dualidades, homem e mulher, forte e fraco, branco e negro, levam à discriminação da mulher, à sua colocação em trabalhos de menor valor e com menor visibilidade, à consideração do feminino como sexo frágil, à criação de normas morais visando à exclusão daquelas mulheres que não pertencem a este padrão criado de mulher-esposa-companheira, que na verdade é mero objeto idolatrado, sem sentimentos e que não pode ser tocado.

Por evidente, a visão patriarcal deve ser alterada, a partir de mudanças sociais. Os conceitos examinados estão tão arraigados que em grande parte dos comportamentos sociais nota-se as dominações aqui expressadas. Sem haver uma mudança profunda na forma de ver e encarar a realidade e sem que se faça ouvir a voz dos invisibilizados não será possível uma mudança efetiva a fim de garantir a dignidade desse grupo excluído socialmente. A estrutura social, política, cultural e econômica acerca das mulheres contribui em muito para a não garantia dos direitos, para o aumento do número de mulheres exploradas, violentadas e traficadas, e para a discriminação destas mulheres em diversos setores.

Conforme esclarece Clarisse ESTÉS<sup>133</sup>, em toda cultura existe uma espécie de depredador natural que simboliza os aspectos mais devastadores da sociedade. Este depredador se instala nas mentes, nas atitudes e nos sonhos de todos os que formam parte desta sociedade, impondo-se como a perspectiva natural desde a que devemos perceber o mundo e as relações sociais nas que nos movemos. Esta presença se faz duradoura até que o número daqueles que não creem nela se faz tão grande que obriga a mudar o curso dos acontecimentos.

De outra parte, é importante ressaltar que o mundo de trabalho está repleto de pequenos compartimentos profissionais que funcionam como uma família em que o chefe de

---

<sup>132</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth. **Dea ex machina: trabajadoras migrantes y negociación de la igualdad en lo doméstico**. In: CUARDENOS DE GEOGRAFIA N° 72. **La dinámica inmigratoria: perspectivas sociogeográficas**, p 191-205. MESTRE y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual, igualdad y reconocimiento de derechos**. In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 25-27, tradução nossa.

<sup>133</sup> ESTÉS, Clarisse Pinkola. **Mulheres que correm com lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**.

serviço, quase sempre um homem, exerce uma autoridade paternalista, baseada em envoltura afetiva ou na sedução, e, às vezes, sobrecarregado de trabalho e assumindo tudo que ocorre na instituição, oferece uma proteção generalizada a um subalterno fundamentalmente feminino, o que estimula uma integração e assimilação intensa, às vezes patológica, na instituição e naquilo que a personifica. E basta que os homens se apoderem de tarefas consideradas femininas e as realizem fora do âmbito privado para que tais funções sejam enaltecidas e transfiguradas<sup>134</sup>. Desta forma, a exclusão histórica da mulher do trabalho contribuiu em muito para a sua subordinação frente ao masculino e para a sua situação histórica na área privada, do doméstico, do cuidado da casa e dos filhos, deixando para o homem o público, espaço de reconhecimento econômico e social, que garante a dominação masculina e a manutenção da violência simbólica.

Iris YOUNG<sup>135</sup> questiona a teoria da justiça baseada no caráter distributivo, entendendo que não deve ser ignorado o contexto institucional que determina a distribuição material. Para ela, a divisão sexual do trabalho pode ser entendida de maneira distributiva como não distributiva. Como questão distributiva, a divisão sexual do trabalho se refere a como se direcionam ocupações, trabalhos ou tarefas predeterminadas entre indivíduos ou grupos e, por outra parte, como questão não distributiva, tem a ver com a própria definição das ocupações. As objeções feministas propõem à justiça na divisão sexual do trabalho tanto em termos distributivos como não distributivos, já que questionam a justiça no modelo de distribuição de postos de trabalho que conta com uma pequena proporção de mulheres nos trabalhos de maior prestígio. Mas também tem questionado a associação consciente ou inconsciente de muitas ocupações ou trabalhos com características masculinas ou femininas.

A mulher, por natureza, deve desempenhar atividades ligadas ao âmbito privado e quando busca uma independência econômica ou um espaço perante o público, é novamente discriminada, já que não seria lugar para ser ocupado por uma mulher. E é importante demonstrar que mesmo quando esta mulher vence todos os preconceitos e atinge uma posição profissional de destaque, acaba sendo afetada por outro estigma, aquele que é projetado ao homem, ao seu parceiro, de cafetão, por conviver com uma mulher economicamente independente. Assim, tal estigma acaba afetando a sua relação pessoal. Dolores JULIANO<sup>136</sup>, afirma que o modelo estigmatizante de proxeneta existe sobre qualquer relação em que a

<sup>134</sup> BOURDIEU, Pierre, *op. cit.*, p. 77-79, tradução livre.

<sup>135</sup> YOUNG, Íris Marion. **La Justicia y la política de la diferencia**, p. 31-70, tradução

<sup>136</sup> JULIANO, Dolores, *op. cit.*, p.107, tradução nossa.

mulher tenha maior êxito econômico que seu companheiro e é um elemento desalentador para que as mulheres aspirem a competir com os homens por melhores postos, pois o êxito representa problemas de estabilidade de seu parceiro e a miúdos se paga com a solidão. Assim, a desvalorização extrema desta figura também tem função de manter as hierarquias de gênero.

E todo o sistema de dominação masculina justifica porque o tráfico de mulheres para exploração sexual é o que mais ocorre na perspectiva do tráfico de pessoas. Não se reconhece o trabalho prestado, se incentiva através da inércia estatal existente a prática do crime e se marginaliza e discrimina este grupo social de mulheres. De acordo com Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE y MESTRE<sup>137</sup>, a prostituição enquanto instituição social mantém o sistema patriarcal de relações de poder e subordinação das mulheres, e é também, um mecanismo de controle da conduta sexual de todas as mulheres. Sua capacidade questionadora à organização patriarcal parte do caráter transgressor das condutas destas mulheres concretas, que a exercendo como agente livre e utilizando-a como meio de subsistência põe em questão a proibição das mulheres de sua autonomia econômica e a obrigatoriedade de dependência de um homem.

Assim, conforme ensina Pierre BOURDIEU<sup>138</sup>,

Es preciso reconstruir la historia del trabajo histórico de deshistoricización o, si se prefiere, la historia de la (re)creación continuada de las estructuras objetivas y subjetivas de la dominación masculina que se está realizando permanentemente, desde que existan hombres y mujeres, y a través de la cual el orden masculino se ve reproducido de época en época.

Ou seja, é preciso, com base em lutas sociais, mudar a realidade, mudar a cultura, terminar com estigmas, o que somente se conseguirá com uma mudança social efetiva.

Outro aspecto muito importante a ser estudado são as dimensões superpostas de opressão ou desigualdades – *overlapping oppressions* - que sofrem diferencialmente as mulheres em função de sua situação, posição e hierarquização subordinada no marco dos processos de divisão social, sexual, racial do trabalho, não se podendo falar de uma

<sup>137</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 129, tradução nossa.

<sup>138</sup> BOURDIEU, Pierre, op. cit., p. 105, tradução livre: “é preciso reconstruir a história do trabalho histórico de desistorização ou, se prefere, a história da (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina que se esta realizando permanentemente, desde que existam homens e mulheres, através da qual a ordem masculina se vê reproduzida de época em época”.

desigualdade universal e homogênea. Temos que conceber que a desigualdade é uma variável contínua (dinâmica, mutante e heterogênea) e não discreta (estática, fechada, homogênea), em decorrência da maior ou menor opressão pela qual a mulher sofre no espectro social em que se situa. Que a desigualdade é uma categoria quantitativa (concretando-se em uma maior ou menor quantidade de obstáculos no acesso aos bens) e não meramente qualitativa (referindo-se a uma espécie de atributo abstrato que sofrem todas as mulheres sem distinção). Que a desigualdade é uma variável transversal, já que primeiro afeta homogeneamente a todos os grupos sociais em que as mulheres e o resto dos coletivos subordinados pela divisão sexual, social, racial do trabalho se situam. Mas afeta diferencialmente aos diferentes coletivos, pois se torna mais intenso à medida que vai descendo a pirâmide social<sup>139</sup>. Assim, há uma primeira dimensão da desigualdade, que é aquela em que toda a mulher está inserida e uma segunda dimensão, em que a desigualdade se intensifica, à medida que outras circunstâncias discriminatórias são somadas, como por exemplo, a raça, o nível social, etc. Ou seja, devemos lutar, como ensina Joaquín HERRERA FLORES, por habitações próprias, assim considerados espaços de luta que devem ser ocupados pelas mulheres para buscar o acesso igualitário aos bens. É claro o exemplo por ele utilizado das denominadas “casas de bonecas”, onde estariam reclusas as mulheres brancas, universitárias e de classe média, que, por evidente, não sofrem as mesmas discriminações do que as mulheres negras, pobres, mães solteiras, separadas, etc.

Segundo Ruth MESTRE y MESTRE<sup>140</sup>, o sistema pode ser em maior ou menor medida patriarcal, mas em qualquer caso não pode ser analisado isoladamente, puramente, pois se apoia, se reforça e interatua com outros sistemas sociais. Parece evidente que se o patriarcalismo consiste no domínio sexual das mulheres por parte dos homens, então a prostituição unicamente pode ser considerada como um ato de dominação patriarcal e a resposta no contexto de uma sociedade que se diz igualitária é a sua abolição. Contudo, se o patriarcalismo não pode ser analisado isoladamente e os eixos de domínio são múltiplos e cruzados (procedência, raça, classe), então o trabalho sexual pode ser a melhor maneira de resistência e negociação com o patriarcado em um mundo globalizado e a petição será de reconhecimento de direitos como trabalhadoras do sexo.

<sup>139</sup> HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 13-24, tradução nossa.

<sup>140</sup> MESTRE y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual, igualdad y reconocimiento de derechos**. In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 14-16, tradução nossa.

Iris YOUNG<sup>141</sup> propõe as cinco faces da opressão (exploração, marginalização, carência de poder, imperialismo cultural e violência) como a melhor maneira de evitar as exclusões e reduções, esclarecendo que a presença de qualquer destas cinco condições é suficiente para dizer que um grupo está oprimido. Com relação às mulheres, estariam sujeitas à exploração de gênero, à carência de poder, ao imperialismo cultural e à violência. As vítimas do imperialismo cultural se tornam invisíveis como sujeitos, como pessoas com perspectiva e experiências próprias, com interesses específicos de grupo e ao mesmo tempo são marcadas e petrificadas numa existência desviada em relação à norma dominante. É preciso entender que as questões de gênero não estão fundadas na razão científica ou são causadas por ela. A razão científica e filosófica expressa uma visão da subjetividade e da objetividade que teve uma grande influência e repercussão na cultura moderna ocidente. A associação dessa razão com uma burguesia branca e masculina surge e persiste no contexto de uma sociedade estruturada por relações hierárquicas de classe, de raça, de gênero, de nacionalidade, que tem uma dinâmica independente. O discurso da racionalidade moderna criou as categorias naturalizadas de mulheres e a própria constituição da razão científica moderna aprovou a objetivação de grupos expulsados da posição de privilégio ocupada pelos homens brancos burgueses.

E esta racionalidade tem relação direta com a questão moral, muito forte na sociedade atual, onde se moraliza ou desmoraliza comportamentos, se estigmatiza e desestigmatiza pessoas pela profissão que exercem, pelas roupas que usam, pela forma que falam.

A questão da moral e da ética é discutida por autores do chamado liberalismo igualitário, como Ronald DWORKIN<sup>142</sup>. Para ele, embora a maioria das pessoas acredite que a prostituição é imoral, deve-se questionar que efeito esta condenação pública tem na questão de criminalização ou não da conduta. Em seu livro “*Levando os direitos a sério*”, discute sobre a posição do Lorde Devlin, ao pronunciar a 2ª Maccabaeen Lecture (Conferência aos Macabeus) na Academia Britânica, quanto aos seus dois argumentos principais no que tange à moral. O **primeiro argumento** seria o de que a sociedade tem o direito de proteger a si mesma. 1- Em uma sociedade moderna, há uma grande variedade de princípios morais que alguns homens adotam para sua própria orientação e que não tentam impor aos outros

<sup>141</sup> YOUNG, Íris Marion, op. cit., p. 71-113 e 207-261, tradução nossa.

<sup>142</sup> DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**, p. 371-408.

(religião). Existem também padrões morais que a maioria coloca para além da tolerância e que impõe aos que discordam (prática da monogamia). Uma sociedade não pode sobreviver a menos que alguns padrões sejam da segunda categoria, uma vez que, para a sua existência, uma certa conformidade moral é essencial. 2- Se a sociedade tem um direito, tem também o de utilizar as instituições e as sanções de seu direito penal para fazer cumprir esse direito. 3- O direito da sociedade de punir a imoralidade através da lei não deve, necessariamente, ser exercido contra todo tipo de ocorrência de imoralidade, devendo ser reconhecido o impacto e a importância de alguns princípios restritivos. Deve haver tolerância para com a máxima liberdade individual que seja coerente com a integridade da sociedade. O direito deve abster-se de interferir sempre que detectar qualquer indecisão, indiferença ou tolerância latente na condenação social da prática. Mas nenhum desses princípios restritivos aplica-se e, portanto, a sociedade é livre para fazer valer os seus direitos, quando o sentimento público for muito forte, duradouro e insistente. Aqui não se deve depender do pressuposto de que, quando a maior parte de uma comunidade pensa que uma prática é imoral, é provável que ela esteja certa, já que para Devlin o que está em jogo, quando nossa moralidade pública está desafiada, é a própria sobrevivência da sociedade. O **segundo argumento** é o direito da sociedade de seguir suas próprias luzes. 1- Se aqueles que têm desejos contra o que é considerada a moral da sociedade se entregassem livremente, o ambiente social mudaria, já que o ambiente em que nós e nossos filhos devemos viver é determinado, entre outras coisas, por padrões e relações formados privadamente por outras pessoas além de nós. Ou seja, a sociedade tem o direito de proteger suas mais importantes e valiosas instituições de condutas que a vasta maioria de seus membros desaprova com base em princípios morais. 2- Somente isso não dá à sociedade o direito de proibir, já que não podemos manter todos os costumes de nossa preferência encarcerando aqueles que não desejam preservá-los. Mas isso significa que nossos legisladores devem manifestar-se sobre algumas questões morais. E precisam decidir se as práticas que ameaçam essa instituição são imorais, pois, se forem, então a liberdade individual de adotá-las contaria menos. Não é necessária uma justificativa tão forte em termos de importância social das instituições sociais a serem protegidas, se estivermos convencidos de que ninguém tem o direito moral de fazer o que se quer proibir.

E Ronald DWORKIN afirma que as conclusões de Devlin não são válidas, porque há uma interpretação equivocada do que significa desaprovar com base em princípios morais. Afirma que as nossas práticas morais convencionais são mais complexas e mais estruturadas e que Devlin compreende equivocadamente o que significa dizer que o direito penal deve ser

extraído da moralidade pública. Para Ronald DWORKIN, deve-se examinar mais atentamente este traço moral convencional que anima o argumento de que a sociedade tem o direito de seguir suas próprias luzes, devendo-se analisar mais atentamente este conceito discriminatório de uma posição moral, questionando o que deve ser feito para convencê-lo de que minha posição é uma posição moral. Devem, então, ser apresentadas razões que a justifiquem. Isso não significa que se deva articular um princípio moral que oriente ou uma teoria moral com a qual eu concorde, ou seja, a razão não precisa ser um princípio ou norma. Mas nem toda a razão fornecida será convincente. E as conclusões de Devlin fracassam porque dependem do uso de uma posição moral e continua sendo possível que o homem comum não consiga apresentar alguma razão que justifique o seu ponto de vista, mas se limite apenas a repetir o que os outros pensam, ou então apresente alguma razão que pressupõe uma posição moral geral que ele não poderia afirmar que adota. Assim, nem a comunidade como um todo teria o direito de orientar-se por suas próprias luzes, porque a comunidade não estende esse privilégio aos que agem com base em preconceito, racionalização ou aversão pessoal, já que as distinções entre estes e as convicções morais, no sentido discriminatório, existem em grande parte para excluir os primeiros como tipos de posições que não se autoriza adotar. Para Dworkin, um legislador consciencioso, a quem se diz que o consenso moral existe, deve testar as credenciais desse consenso, não examinando as opiniões ou os comportamentos de cidadãos individuais. O consenso moral teria por base o apelo à percepção do legislador de como alguma comunidade reage a alguma prática não aceita. Mas essa mesma percepção inclui uma consciência das bases em que tal reação geralmente se assenta. E é possível que terminado esse processo de reflexão, ele descubra que a alegação de consenso moral não ficou comprovada. Então, Ronald DWORKIN conclui que o que é chocante e falso na teoria de Devlin não é a sua ideia de que a moral da comunidade deva pesar, mas a sua ideia sobre o que conta como moral da comunidade.

Neste aspecto, e tendo como parâmetro as ideias trazidas por Ronald DWORKIN, conclui-se que a posição hoje existente acerca do trabalho sexual pelo Estado, seja Espanhol, seja Brasileiro, é puramente tendenciosa e patriarcal, prevalecendo aqui uma moral totalmente discriminatória, não neutral e sem qualquer consenso social, ferindo os direitos das mulheres e à dignidade das trabalhadoras.

Michel FOUCAULT<sup>143</sup> explica que por moral entende-se um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as igrejas, etc. Acontece dessas regras e valores serem bem explicitamente formulados numa doutrina coerente e num ensinamento explícito. Mas acontece delas também serem transmitidas de maneira difusa e, longe de formatarem um conjunto sistemático, constituírem um jogo complexo de elementos que se compensam, se corrigem, se anulam em certos pontos, permitindo, assim, compromissos ou escapatórias. Com essas reservas pode-se chamar código moral esse conjunto prescritivo. Porém por moral entende-se igualmente o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhe são propostos: designa-se a maneira pela qual eles se submetem mais ou menos completamente a um princípio de conduta; pela qual eles obedecem ou resistem a uma interdição ou a uma prescrição; pela qual eles respeitem ou negligenciem um conjunto de valores. Com efeito, uma coisa é uma regra de conduta; outra, a conduta que se pode medir a essa regra. Mas, outra coisa ainda é a maneira pela qual é necessário “conduzir-se”, ou seja, a maneira pela qual se deve constituir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem o código. Dado um código de ação, e para um determinado tipo de ações, existem diferentes maneiras de “se conduzir” moralmente, diferentes maneiras, para o indivíduo que age, de operar não complementemente como agente, mas sim como sujeito moral dessa ação.

Iris YOUNG<sup>144</sup> afirma que a razão normalizadora, a razão de um sujeito purificado de corpo e mudança, uma razão que domina e controla os objetos fixados pela sua mirada, penetra na vida cotidiana em um ideal de respeitabilidade que dominou a moral burguesa do século XIX. E esta respeitabilidade consiste em adequar-se a normas que reprimem a sexualidade, as funções corporais e as expressões emocionais. Esta respeitabilidade está ligada a uma ideia de ordem: a pessoa respeitável é casta, modesta, não manifesta desejos lascivos, paixão, espontaneidade ou euforia, é moderado, limpo, amável em falar e de bons modos. A disciplina da respeitabilidade implica que tudo está sob controle, tudo em seu lugar, sem passar os limites. A moral burguesa criou uma esfera de privacidade individual na que o indivíduo respeitável pudesse estar sozinho com seu corpo, cuidando-o, controlando-o e preparando-o para ser visto em público. A conduta respeitável leva a manter o corpo coberto e não exibir suas funções, bem como a linguagem também está governada pelas

<sup>143</sup> FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade: o uso dos saberes**, v. 2, p. 26-31.

<sup>144</sup> YOUNG, Íris Marion, op. cit., p. 230-261.



regras da decência. Os códigos de respeitabilidade burguesa fizeram com que a masculinidade e a feminilidade fossem mutuamente excludentes e, sem embargo, opostos complementares. Como tal, a dicotomia de gêneros se rege por uma lógica de identidade que reprime a diferença, no sentido de pluralidade, heterogeneidade, incomensurabilidade das experiências que não podem resumir-se em uma medida comum. Assim, respeitável significa pertencer a um povo civilizado, cujos modismos e moral são mais avançados que os dos povos selvagens ou atrasados. Portanto, a opressão das pessoas que carecem de poder deriva em parte de um ideal de respeitabilidade que a sociedade contemporânea mantém nas virtudes e comportamento daqueles que são profissionais. Contudo, uma concepção de justiça que começa pelo conceito de opressão deve romper com o mandato que impõe limitar os juízos morais e políticos à ação intencional e discursivamente consciente. Se as reações, hábitos e estereótipos inconscientes reproduzem a opressão de alguns grupos, então deveriam ser considerados injustos e, portanto, deveriam mudar.

De acordo com Michel FOUCAULT<sup>145</sup>, com respeito ao sexo, o poder jamais estabelece a relação que não seja de modo negativo: rejeição, exclusão, recusa, barragem ou ainda ocultação e mascaramento. A lógica da censura supõe que a interdição tome três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga e negar que exista. Liga o inexistente, o ilícito e o informulável de tal maneira que cada um seja, ao mesmo tempo, princípio e efeito do outro: do que é interdito não se deve falar até ser anulado no real; o que é inexistente não tem direito a manifestação nenhuma, mesmo na ordem da palavra que enuncia sua inexistência; e o que deve ser calado encontra-se banido do real como o interdito por excelência. O poder sobre o sexo se exerceria do mesmo modo a todos os níveis. De alto a baixo, em suas decisões globais como em suas intervenções capilares, não importando os aparelhos ou instituições em que se apoie, agiria de maneira uniforme e maciça; funcionaria de acordo com as engrenagens simples e infinitamente reproduzidas da lei, da interdição e da censura: do Estado à família, do príncipe ao pai, do tribunal à quinquilharia das punições quotidianas, das instâncias de dominação social às estruturas constitutivas do próprio sujeito, encontrar-se-ia, em escalas diferentes apenas, uma forma geral de poder. Essa forma é o direito, com o jogo entre o lícito e o ilícito, a transgressão e o castigo.

---

145FOUCAULT, Michel. **Historia da sexualidade: a vontade do saber**, v. 1, p. 91-101.

Ainda quando fala do poder<sup>146</sup>, esclarece que o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. As relações de poder não se encontram em posição de exterioridade com respeito a outros tipos de relações, mas lhes são imanentes. O poder não vem de baixo, não havendo uma oposição binária e global entre dominados e dominadores, dualidade que repercute de alto a baixo e sobre grupos cada vez mais restritos. Deve-se, ao contrário, supor que as correlações de força múltiplas que se forma e atuam nos aparelhos de produção, nas famílias, nos grupos restritos e instituições, servem de suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.

Assim, resta evidente, mediante o que foi estudado, que é necessário mudar esta forma de poder dos dominadores em face aos oprimidos, é necessário visibilizar os grupos sociais que não possuem voz, mudar a realidade, partindo de bases diferentes, que possam efetivamente trazer mudanças em todo o sistema social, político, cultural e econômico hoje existente.

Desta forma, venceríamos as discriminações oriundas do gênero, restando a busca de soluções para as questões ligadas aos aspectos econômicos, motivo pelo qual passa-se a estudar quais seriam as soluções para enfrentar esta outra barreira vivenciada, que é o capitalismo exacerbado, com a transformação do ser humano em objeto, gerando graves consequências como a pobreza e a falta de emprego, de educação e de acesso igualitário ao mercado de trabalho.

### **2.2.2 – ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA E O CRITÉRIO DA RIQUEZA HUMANA.**

Vivemos em uma sociedade capitalista, onde a lógica do mercado é a obtenção de lucro. Os trabalhadores são considerados, equivocadamente, meras ferramentas neste processo econômico, não sendo reconhecida a sua condição de ser humano. Tanto que na atualidade, embora a escravidão no Brasil tenha sido abolida desde o ano de 1888, ainda são resgatados diversos trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravidão. É o que se verifica do quadro geral de operações do Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho<sup>147</sup>, o

---

<sup>146</sup> Ibidem, p. 102-113.

<sup>147</sup> Dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [http://www.mte.gov.br/trab\\_escravo/grupo\\_fisc.asp](http://www.mte.gov.br/trab_escravo/grupo_fisc.asp). Acesso em 28.08.2008.

qual demonstra que entre os anos de 1995 a 2007 foram resgatados vinte e cinco mil e sessenta e quatro trabalhadores nessa situação.

De acordo com o quadro abaixo, tem-se uma visão da atuação no Brasil contra o trabalho em condição análoga a de escravo, conforme dados atuais do Ministério do Trabalho e Emprego<sup>148</sup>:

**QUADRO GERAL DAS OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO PARA  
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO – SIT/SRTE 1995 a 2015**

<b>Ano</b>	<b>N.º Operações</b>	<b>N.º de estabelecimentos inspecionados</b>	<b>Trabalhadores Resgatados</b>	<b>Pagamento de Indenização</b>	<b>AI Lavrados</b>
<b>2015</b>	30	55	419	388.477,33	621
<b>2014</b>	170	284	1.674	5.876.334,66	3.882
<b>2013</b>	185	313	2.808	8.283.172,86	4.388
<b>2012</b>	141	259	2.771	9.676.387,36	3.753
<b>2011</b>	170	344	2.495	6.159.707,42	4.493
<b>2010</b>	142	310	2.634	8.786.424,89	3.976
<b>2009</b>	156	350	3.769	5.908.897,07	4.535
<b>2008</b>	158	301	5.016	9.011.762,84	4.892
<b>2007</b>	116	206	5.999	9.914.276,59	3.139
<b>2006</b>	109	209	3.417	6.299.650,53	2.772
<b>2005</b>	85	189	4.348	7.820.211,26	2.286
<b>2004</b>	72	276	2.887	4.905.613,13	2.465
<b>2003</b>	67	188	5.223	6.085.918,49	1.433
<b>2002</b>	30	85	2.285	2.084.406,41	621
<b>2001</b>	29	149	1.305	957.936,46	796
<b>2000</b>	25	88	516	472.849,69	522
<b>1999</b>	19	56	725	ND	411
<b>1998</b>	17	47	159	ND	282
<b>1997</b>	20	95	394	ND	796
<b>1996</b>	26	219	425	ND	1.751
<b>1995</b>	11	77	84	ND	906
<b>TOTAL</b>	<b>1785</b>	<b>4.100</b>	<b>49.353</b>	<b>92.632.026,99</b>	<b>48.720</b>

ND – Não disponível (Dados não computados a época)

**Atualizado em 06/05/2015**

Mediante a análise dos dados acima citados, é possível concluir que, nestes casos, o capitalismo e a busca do maior lucro possível são considerados de forma isolada na lógica do mercado, não havendo espaço para o trabalhador (ser humano, sujeito de direitos e obrigações, com limitações físicas e psicológicas), o qual é considerado mero instrumento ou objeto de produção.

<sup>148</sup> Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2015/05/14/mte-apresenta-balanco-do-trabalho-escravo-nos-20-anos-de-atuacao-do-grupo-movel/>. Acesso em 07 de julho de 2016.

Tanto é verdade que o número de acidentes do trabalho na atualidade aumenta consideravelmente, principalmente nos países em processo de industrialização. O relatório, intitulado “*Além de mortes e lesões: o papel da OIT na promoção de trabalhos seguros e saudáveis*” registra que o número estimado de acidentes de trabalho não letais que resultaram em mais de quatro dias de dispensa no trabalho aumentou de 268 milhões para 337 milhões entre 2001 e 2003, em grande parte devido ao aumento do número de trabalhadores em nível global. Ao mesmo tempo, o número de acidentes de trabalho mortais subiu levemente durante o mesmo período, de 351.000 para 358.000. Por outro lado, o relatório assinala que o número total de mortes devido a doenças profissionais baixou de 2,03 milhões para 1,95 milhão entre 2001 e 2003, e que a cifra total estimada de mortes ocasionadas por acidentes de trabalho e doenças profissionais também decresceu levemente de 2,38 milhões para 2,31 milhões. Este panorama de resultados mistos também surge ao serem examinadas as regiões onde ocorrem os acidentes e as doenças. O relatório indica que apesar de o número de acidentes de trabalho e de doenças profissionais ter baixado nos países industrializados, o mesmo não ocorreu nos países em processo de rápida industrialização ou naqueles demasiado pobres para contar com sistemas efetivos de segurança e saúde no trabalho, incluindo a correta aplicação da legislação vigente.<sup>149</sup>.

Como se verifica, dependendo da situação econômica, política e financeira do país, de seu enquadramento como subdesenvolvido, em desenvolvimento ou desenvolvido, a adoção do regime capitalista influenciará com maior ou menor intensidade na exploração do trabalhador. Os interesses dos Estados são diversos, havendo diferentes prioridades. Alguns passam a priorizar somente o lucro, outros o lucro juntamente com a segurança do trabalhador, outros a satisfação do trabalhador que gerará uma melhor produção e por consequência um lucro maior.

Segundo Boaventura de S. SANTOS<sup>150</sup>, pode-se identificar três períodos do capitalismo. O primeiro de um capitalismo liberal, quando a autonomia e a universalidade dos direitos assentavam na unidade do Estado, e a unidade do Estado assentava-se na distinção entre Estado e sociedade civil e na especificidade do Estado. A sociedade civil e as relações de mercado eram concebidas como autorreguladas e era ao Estado que cabia garantir essa

<sup>149</sup> **Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler\\_nov.php?id=3215](http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3215). Acesso em 31.07.2008.

<sup>150</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 139-164.

autonomia. No final do século XIX, este panorama alterou-se, sobretudo devido ao domínio do modo de produção capitalista, não somente sobre as relações econômicas, mas também em todos os aspectos da vida social. A concentração e centralização do capital industrial, comercial e financeiro, a proliferação de carteira e monopólios, e a separação entre propriedade jurídica e controle econômico ilustraram a extraordinária expansão do princípio do mercado, ao mesmo tempo em que puseram fim ao mercado competitivo e auto equilibrável. Nestas condições, a distinção entre Estado e sociedade civil iria sofrer um processo de transformação gradual que começou por deslocamentos sucessivos da linha de demarcação. A primeira foi a necessidade de uma gestão econômica pública imposta pela crescente complexidade da economia capitalista (por um lado as externalidades do crescimento econômico decorrentes da crescente desigualdade dos agentes econômicos conduziram a necessidade de intervenção do Estado, sobretudo para regular os mercados, e por outro, o crescimento das grandes empresas, o controle que eram capazes de exercer sobre os processos econômicos e o poder político que assim foram acumulando resultaram na crescente disponibilidade do Estado capitalista para proteger os interesses empresariais). A segunda foi o reconhecimento político das externalidades sociais do desenvolvimento capitalista (a politização de algumas dimensões da questão social). A politização da desigualdade social envolveu a intervenção do Estado na relação salarial e no consumo coletivo: segurança do emprego, salários mínimos, subsídios e indenizações aos trabalhadores, fundos de pensões, educação pública, saúde e habitação, ordenamento do território e planejamento urbanístico, etc. Estas medidas foram tão radicais e resultaram de um pacto social entre o capital e o trabalho tão inédito que conduziram a uma forma política nova: o Estado-Providência. A gestão econômica e a gestão política do capitalismo nos países centrais conduziram a um novo modelo de regulação que se designou fordismo, baseado na convergência do desenvolvimento do princípio do Estado e do princípio do mercado, de forma que os conflitos entre ambos sejam considerados provisórios, seletivos e até institucionalizados. No período do capitalismo organizado a dimensão político-jurídica do paradigma da modernidade foi totalmente redefinida para conciliar objetivos antagônicos e equilibrar interesses que o período anterior considerava insuscetível de conciliação e de equilíbrio. O impacto do novo modo de regulação social no direito foi enorme. A monitorização intensificada dos processos econômicos e sociais levada a cabo pelo Estado conduziu ao desenvolvimento de novos domínios do direito, como o direito econômico, o direito do trabalho e o direito social, todos eles com a característica comum de conjugarem elementos de direito privado e direito público. As profundas alterações do intervencionismo

estatal e da instrumentalidade jurídica que ocorreram no segundo período tiveram um impacto tão profundo no Estado como no seu direito. O terceiro período surge então desde o início da década de 70, quando o modo de regulação fordista vem sofrendo uma considerável deterioração nos países centrais, a par de uma crise multifacetada do Estado-Providência, sendo as transformações tão vastamente sentidas que se passa a falar de um novo período, o capitalismo desorganizado (as formas de organização típicas do segundo período são gradualmente desmanteladas ou reconstituídas num nível de coerência muito baixo, sendo muito mais visível a demolição das antigas formas organizativas do que o perfil das novas formas que irão substituí-las). A promessa de uma destruição mais justa dos benefícios sociais e a promessa de um sistema político estável e relativamente democrático não tiveram continuidade e estão deteriorando-se através de múltiplas manifestações: desigualdades sociais crescentes, aumento alarmante de pobreza, novas formas de exclusão social, etc. As transformações mais decisivas ocorrem sob a égide do mercado, que se afigura mais hegemônico do que nunca no seio do pilar da regulação, dado que produz um excesso de sentido que invade o princípio do Estado e o princípio da comunidade, tendendo a dominá-los de forma muito mais profunda do que dos dois períodos anteriores. O princípio do Estado sofre transformações drásticas. As classes e políticas de classe também foram afetadas por modificações significativas na estrutura de classes. A segmentação nacional e transnacional dos mercados de trabalho, a crescente diferenciação interna da classe operária industrial, o aumento do desemprego e do subemprego, qualquer deles estrutural, a expansão do setor informal no centro, na periferia e na semiperiferia, o extraordinário aumento dos sérvios, tanto dos qualificados como dos não qualificados, a difusão da ideologia cultural do consumismo, mesmo em classes e países onde essa ideologia dificilmente pode ser traduzida numa prática de consumo, o conjunto de todos esses fatores contribuiu para descaracterizar as práticas de classe ou para impedir que se transformassem eficazmente em política de classe.

Antônio WOLKMER afirma que<sup>151</sup> “*os países da América Latina, em especial o Brasil, passaram a ser regidos por um capitalismo periférico*”, ou seja, por um “*modelo de desenvolvimento que estabelece a dependência, submissão e controle das estruturas socioeconômicas e político-culturais locais e/ou nacionais aos interesses transnacionais e das economias dos centros hegemônicos*”.

---

<sup>151</sup>

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 79-80.

Ou seja, de acordo com Antônio WOLKMER<sup>152</sup>:

Os países periféricos da América Latina possuem economias de dependência por serem controlados e por reproduzirem as condições e o jogo de interesses do capital central dominante. ... A expansão da economia capitalista intensifica a sangria dos mercados dos países pobres e amplia as desigualdades de intercâmbio do comércio mundial, restringindo a América Latina a mera função de exportadora de produtos primários e importadora de capital e tecnologia.

Conforme Iris YOUNG<sup>153</sup>, a injustiça da sociedade capitalista consiste no fato de que algumas pessoas exercem suas capacidades sob o controle de outras pessoas, de acordo com os fins destas pessoas e em seu benefício. Neste processo de transferência de poderes, a classe capitalista adquire e mantém a capacidade para extrair benefícios dos trabalhadores, não somente transferindo poderes destes aos capitalistas, mas também diminuindo os poderes dos trabalhadores em proporção maior a quantidade de poder transferido, devido a que os trabalhadores sofrem privações materiais e perda de controle, privando de importantes elementos de autoestima. A justiça, assim, requer a eliminação das formas institucionais que permitem e reforçam estes processos de transferência, e sua substituição por formas institucionais que permitam a todas as pessoas desenvolver e usar suas capacidades em um modo que não prive outras pessoas, mas que as permita desenvolvimento e usos similares. A injustiça da divisão de classes não consiste somente no fato distributivo de que algumas pessoas tenham uma enorme riqueza enquanto a maior parte tenha muito pouco. A exploração determina relações estruturais entre os grupos sociais. As regras sociais a respeito do que é o trabalho, quem o faz e para quem, como se recompensa o trabalho e qual é o processo social pelo qual as pessoas se apropriam dos resultados do trabalho, operam para determinar as relações de poder e de desigualdade.

Para Pierre BOURDIEU<sup>154</sup>, o capital é trabalho acumulado, bem em forma de matéria, bem em forma interiorizada ou incorporada. É impossível dar conta da estrutura e do funcionamento do mundo social a não ser que reintroduzamos o conceito de capital em todas as suas manifestações e não somente na forma reconhecida pela teoria econômica. O conceito científico-econômico de capital reduz o universo das relações sociais de intercâmbio ao simples intercâmbio de mercadoria. Desta maneira, a teoria econômica define implicitamente todas as demais formas de intercâmbio social como relações não econômicas e desinteressadas. Fundamenta, então, que o capital pode apresentar-se de três formas, o

<sup>152</sup> Idem, p. 79-80.

<sup>153</sup> YOUNG, Íris Marion, op. cit., p. 86-93.

<sup>154</sup> BOURDIEU, Pierre. **Poder, derecho y clases sociales**, p. 131-164.

econômico, direta e imediatamente conversível em dinheiro e resulta espacialmente da institucionalização em forma de direitos de propriedade, o cultural que pode se converter sob certas condições em capital econômico e resulta apropriado para a institucionalização, sobretudo, em forma de títulos acadêmicos, e o social, que é um capital de obrigações e relações sociais, que resulta igualmente conversível, sob certas condições, em capital econômico e pode ser institucionalizado em forma de títulos mobiliários. No caso da prostituição, há total ausência de capital social, com discriminação e estigmatização da profissão, de forma que esta ausência de capital social anula a possibilidade de obtenção de capital econômico.

Devido ao sistema capitalista utilizado desde muito tempo, com o objetivo de lucro exacerbado e de não respeito à dignidade do ser humano é que se vivencia até hoje situações de escravidão contemporânea.

Até 1888, o trabalho escravo era reconhecido na legislação pátria e o escravo era considerado mero objeto, submetido ao comércio. A escravidão tradicional era configurada com a compra de seres humanos, sendo somente abolida formalmente pela Lei Áurea, depois da libertação gradativa por meio da lei do ventre livre e da lei dos sexagenários (escravos maiores de 65 anos tornavam-se livres).

Conforme ensina Cícero PEREIRA<sup>155</sup>:

se fizermos uma análise da história da humanidade, lembraremos que a escravidão por dívida ocorria quando o cidadão não dispunha de condições econômicas para saldar suas dívidas, sendo, portanto, empenhado seu corpo físico para trabalhar quantos anos fossem suficientes para saldar a dívida e seus acréscimos.

Séculos se passaram desta época e o que se vê hoje é a mesma inversão de valores e dos direitos humanos. Empresas ou fazendeiros negam a escravidão contemporânea ou a justificam pela falta de isenções fiscais, falta de apoio aos proprietários de terras, falta de incentivo às pequenas, médias e grandes empresas. Justificam a exploração sob o argumento de estarem concedendo melhores condições àqueles trabalhadores daquelas que os mesmos possuíam em suas residências<sup>156</sup>. Como se a pobreza justificasse a pobreza, como se a falta de

<sup>155</sup> PEREIRA, Cícero Rufino, op. cit., p. 109.

<sup>156</sup> Mapa de atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região – Vitória/ES – dos anos de 2005, 2006 e 2007 na área de trabalho escravo, onde há a indicação dos Procedimentos Administrativos que investigaram questões ligadas ao trabalho escravo, os quais, não se encontrando sob sigilo, podem ser consultados por qualquer pessoa na sede da aludida Procuradoria e foram objeto de análise por esta mestranda.



garantias justificasse a exploração, como se os direitos humanos somente existissem para os mais poderosos.

De acordo com Joaquín HERRERA FLORES<sup>157</sup>, o papel regulador do Estado mudou muito. O mesmo ocorre com o trabalho, como forma de ação humana criadora de valor social. Nesta mudança de contexto, o trabalho produtivo e todos os valores a ele associados passaram a ser algo secundário em relação à especulação financeira e ao afã predatório de empresas transnacionais que, amparadas pelo princípio liberal de que o que não está expressamente proibido está permitido, atuam mundialmente transtornando e impedindo qualquer política de redistribuição social de renda.

Surgem, estão, as explorações em massa do trabalhador, em troca de capital. As empresas multinacionais e geradoras de emprego tornam-se as garantidoras dos direitos humanos, invertendo-se a dignidade da pessoa humana na produção exacerbada do capital.

Neste sentido, Hélio GALLARDO<sup>158</sup> afirma que os indivíduos sem propriedade (obreiros, assalariados) veem seus direitos negados pelas instituições de acumulação de capital, seguindo a ideologia de que conseguem maiores benefícios por meio desta subordinação, devido à mais alta produtividade que procura a organização capitalista. A acumulação do capital pode aparecer assim como a matriz dos direitos humanos e as empresas individuais que personificam essa acumulação, ou seja, as que levam a cabo os melhores negócios, se transformam em portadoras de humanidade. Por definição, os setores sociais e culturas que obstaculizam, consciente ou inconscientemente, essa acumulação, podem ser determinadas, dentro da tradição econômica e filosófica liberal, como inimiga do gênero humano. Segundo ele, o âmbito privado se organiza mediante o masculinismo e o adultocentrismo e o âmbito econômico rege a lógica de acumulação de capital e o patriarcalismo. Mercado e Estado aparecem como inimigos explícitos dos direitos humanos, desalojados pela busca de um crescimento que beneficia a minorias e discrimina tanto a setores majoritários da população (em particular setores rurais, mulheres, jovens e idosos) como as condições de reprodução do habitat natural. A administração social da sexualidade é, talvez, o mais extenso e complexo dispositivo de controle social Na América Latina aparecem arraigados na família nuclear tradicional e a suas ideologias, a escola, a ação cultural da igreja

<sup>157</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinvencción de los derechos humanos**, p. 46, tradução nossa.

<sup>158</sup> GALLARDO, Hélio, op. cit., p. 22, 49, 54 e 60, tradução nossa.

católica e ao mercado e seus meios massivos, em particular a propaganda. O mercado e sua geopolítica potenciam vencedores, mas também perdedores, indivíduos humanos absolutos e indivíduos não humanos ou parcialmente humanos.

José Cláudio Monteiro de BRITO FILHO<sup>159</sup>,

Por superexploração do trabalho concebemos o trabalho que não reúne as mínimas condições necessárias para garantir os direitos do homem-trabalhador, ou seja, o que não é prestado em condições que denominamos de trabalho decente, e da forma mais digna possível. O trabalho em condições análogas às de escravo, então, é uma das formas, no caso a pior, de superexploração do trabalho.

De acordo com Luc BOLTANSKI e Éve CHAPELLO<sup>160</sup>, a ideia de exploração encaixa a duras penas com a nova forma de expressar a indignação ante a crescente miséria. Com efeito, na crítica marxista, estava ligado a relações entre classes no âmbito laboral, de forma que a exploração era, em primeiro lugar, a exploração pelo trabalho. Agora o conceito de exclusão designa prioritariamente diversas formas de distanciamento com respeito a esfera das relações laborais. Uma teoria sobre a exploração deve mostrar o êxito e a força de alguns se deve, de fato, ao menos parcialmente, a intervenção de outros atores cuja atividade não é nem reconhecida, nem valorizada. Para conectar exclusão e exploração é preciso, no mínimo, estar em condições de fundar um princípio de solidariedade entre a felicidade dos fortes (grandes) e a miséria dos fracos (pequenos). Esclarecem, também, que a rede compõe a forma que, centrando-se nas relações, permite compreender tanto os mais fracos como os mais fortes, reunindo também elementos mais ou menos ligados, conectados ou não em rede, incluídos que figuram no centro do diagrama e excluídos que são expulsos às suas margens. Assim, a exploração é definida por um grau de esgotamento tal que quem se submete a ela perde a possibilidade de existir plenamente em situações distintas das laborais. E para conservar sua capacidade de atração frente a esta resistência, o capitalismo e deve dotar de uma ideologia que atue, no mínimo, oferecendo justificativas, apontando em direção de critérios de justiça e permitindo responder às críticas que se despertem.

Como ensina Franz HINKELAMMERT<sup>161</sup>, diante das guerras, os direitos humanos se transformam em uma agressividade humanitária, ou seja, violar direitos humanos

<sup>159</sup> BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. **Trabalho decente**, fl. 70.

<sup>160</sup> BOLTANSKI, Luc; CHAPELLO, Ève. **El nuevo espíritu del capitalismo**, p. 445, 466 e 601.

<sup>161</sup> HINKELAMMERT, Franz J. **La inversión de los derechos humanos: el caso de John Locke**. In: HERRERA FLORES, Joaquín. (Org.). **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**, p. 79-113, tradução nossa.

daqueles que os violam, havendo uma clara convicção de que quem viola direitos humanos não tem direitos humanos, surgindo daí a inversão dos direitos humanos. E Franz HINKELAMMERT exemplifica com o caso de John LOCKE, em seu livro *“Segundo ensaio sobre o governo civil”*, explicando que nos séculos XVII e XVIII a Inglaterra buscava o monopólio do comércio mais lucrativo, que era o comércio dos escravos, cujo monopólio a Espanha possuía. Nesta época, a posição do direito divino dos reis havia sido defendida por Robert FILMER, contra a qual Locke escreve o seu livro *“Primeiro ensaio sobre o governo civil”*. O problema da legitimidade aparece então com o Habeas Corpus e a Bill of Rights, que estabeleceram direitos humanos do tipo liberal aos quais a burguesia não podia renunciar. Garantiam a vida física do ser humano e suas propriedades, convertendo a autoridade em um poder a serviço destes direitos. Esta igualdade excluía, ao pé da letra, o trabalho forçado por escravidão e a exploração forçada das terras dos indígenas na América do Sul. Locke ofereceu uma saída, invertendo por completo o conceito de direitos humanos. Diante da afirmação de que todos os homens são iguais por natureza, concluiu, portanto, que a escravidão era legítima, já que resultam da aplicação fiel da igualdade entre os homens. Ou seja, o estado natural é um estado de igualdade e de liberdade, mas existe uma ética do estado natural. Conclui, assim, que o adversário que luta em uma guerra injusta perde todos os seus direitos humanos como resultado de sua própria decisão de levantar-se contra o gênero humano. Assim, quem lê tira os seis direitos não é ninguém mais que ele mesmo. E assim, perde a sua liberdade, surgindo o poder despótico do vencedor, que resulta a autêntica condição de escravidão, conferindo o direito ao vencedor de matar, de usá-lo como escravo, de mutilá-lo e de torturá-lo por prazer seu. Reconhece aí o poder despótico de autêntica escravidão aos vencedores em uma guerra justa frente aos vencidos. Locke não concede direitos humanos a cultura não burguesa, aos povos que resistem às colonizações e a conquista, mesmo que assim o faça em defesa dos próprios direitos humanos.

Os direitos humanos passaram a estar vinculados à lógica de mercado, inclusive o não ter direitos. O Poder econômico, na sociedade em que vivemos, acaba por delimitar até mesmo a transformação do ser humano em mero objeto de compra e venda. Somente existem os direitos dos mais fortes, dos já incluídos na sociedade, e não daqueles excluídos, que podem ser usados e descartados como objeto de consumo. A lógica do mercado é incompatível com os direitos humanos, já que a primeira somente se fixa no desenvolvimento econômico do país (diga-se aqui dos considerados mais fortes), sem levar em conta a situação

---

de milhares e milhares de pessoas excluídas no mundo. A análise feita é somente local, com o estabelecimento de fronteiras territoriais, sem analisar a ótica global e de como garantir direitos da imensa população mundial que vive na extrema pobreza e miséria. A lógica de acumulação de capital anula o papel ativo das pessoas, como seres humanos que lutam e que merecem respeito.

Neste sentido, Franz HINKELAMMERT<sup>162</sup>, diz que o que ocorre com os direitos humanos no atual processo de globalização diz respeito à dignidade humana violada por um sistema que se desenvolve com alta dinâmica segundo suas próprias leis e que passam por cima dos seres humanos. Aparece um choque entre os direitos humanos e a lógica do processo de globalização. De forma que a empresa passa a aparecer como sujeito de direitos humanos tanto como os seres humanos e aparece a tendência de reduzir os direitos humanos a direitos que os seres humanos têm em comum com as coletividades privadas. . Ou seja, desde o ponto de vista das empresas que operam transnacionalmente, os direitos humanos como direitos dos seres humanos corporais não são mais que distorções do mercado. A exigência de abertura para os fluxos financeiros e de mercadorias, para a dissolução do estado em suas funções econômicas e sociais e a flexibilização do trabalho são consequências destas operações mundiais das empresas transnacionais. A eliminação indiscriminada das distorções do mercado desemboca com uma lógica implícita na distorção dos próprios direitos humanos. Portanto, a transformação da economia em guerra econômica e a seguinte transformação da competitividade em valor único e superior está destruindo e eliminando todos os direitos humanos em nome dos direitos humanos do mercado, que são direitos vigentes no mercado e somente nele. Assim, ao reduzir a pessoa humana a um indivíduo com os mesmos direitos que as pessoas jurídicas coletivas, esta pessoa perde o caráter de pessoa, ou seja, de um ser corporal feito pessoa. Por isso, os direitos deles, de eliminar as distorções do mercado e com eles os direitos humanos de pessoas corporais, é imposto como a essência de todos os direitos humanos. Temos que enfrentar o conflito entre direitos humanos e direitos coletivos de instituições e assegurar que os direitos humanos sejam respeitados por parte destas pessoas jurídicas e coletivas. Desta forma, todo processo de globalização consiste na imposição cega de uma lei, que por sua vez é a lei do mercado. Trata-se de uma lei que proporcionou a guerra econômica, a eliminação dos direitos humanos e sua substituição pela competitividade como

---

<sup>162</sup> HINKELAMMERT, Franz J. **El proceso actual de globalización y los derechos humanos**. In: HERRERA FLORES, Joaquín. (Org.). **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**, p. 117-127, tradução nossa.

valor supremo. Sacrifícios humanos, exploração e exclusão se realizam por meio de uma só lei: a lei do mercado. Se questionar esta lei, não há vida humana possível.

Segundo Franz HINKELAMMERT<sup>163</sup>, o conceito de sujeito surge em relação a sujeito-objeto, como formulado por Descartes. O sujeito é visto como uma instância, que se relaciona com o objeto, e um sujeito de pensamento, enfrentado ao mundo dos objetos. Este sujeito vê toda a corporalidade como seu objeto, não somente a corporalidade do outro, mas também do seu próprio corpo. É transcendental, porque pensa transcendentalmente o mundo objetivo dos sentidos. A relação sujeito-objeto é a relação na qual o indivíduo se dirige ao mundo para dominar e possuir. Portanto se interpreta como proprietário do seu próprio corpo e de todos seus pensamentos. Nos últimos 100 anos essa visão de sujeito foi abandonada. Como sujeito transcendental, o sujeito pensante pensou a si mesmo frente ao mundo dos objetos, concedendo a si mesmo existência (penso, logo existo), passando depois deste sujeito pensante por um sujeito atuante, que é proprietário e calculador de seus interesses, e se vê a si mesmo como uma essência calculadora, que se move em um mundo de puros objetos, e calcula sua possibilidade de aceder a este mundo consumindo-o e de acumular como propriedade partes crescentes dele. Tudo pode transformar-se em uma visão de capital e se fala inclusive de capital humano, enquanto o próprio ser humano é visto pela sua capacidade de acumular. Esta ação racional é a que prevalece no nosso sistema social, tendo-se eficiência e competitividade como os critérios máximos do atual sistema, de forma que todo ele se transforma em uma grande engrenagem, ou seja, tudo é insumo para um produto, e o produto tem que crescer com taxas máximas, educação e saúde se transformam em setores de criação de capital, a ética se transforma em uma ética funcional, que afirma as normas que regem o próprio funcionamento do sistema, como no caso do mercado são as normas de garantia da propriedade e do cumprimento dos contratos. Se o sistema como ordem se constitui a partir da persecução de interesses materiais calculados, aparece uma ordem que deixa de lado os efeitos que tem este tipo de ação sobre os conjuntos sociais e naturais, ou seja, é a típica ordem do mercado, que acaba por socavar os conjuntos reais dos quais a mesma acontece. Ou seja, a produção da riqueza subverte as fontes originais de toda a riqueza, que são o ser humano e a terra. Por isso, surge a necessidade de uma reação, não contra os interesses materiais assim considerados, mas para salvar a própria persecução dos interesses materiais de

---

<sup>163</sup> HINKELAMMERT, Franz J. **La vuelta del sujeto humano reprimido frente a la estrategia de la globalización**. In: HERRERA FLORES, Joaquín. (Org.). **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**, p. 203-214, tradução nossa.

sua autodestruição resultante de uma submissão irrestrita ao cálculo meio-fim destes mesmos interesses. Trata-se de questionar o próprio interesse calculado como última instância de todas as decisões sobre os interesses materiais, não somente a nível global, mas também em nível de todos os subsistemas. O ser humano como sujeito se enfrenta aos interesses materiais calculados e atua em nome desse interesse material e não de alguma ideia ou idealização. Atua em nome do interesse que cada um tem de que o conjunto seja respeitado para poder enfrentar as tendências autodestrutivas que derivam de um cálculo totalizado dos interesses particulares. Este sujeito tem um lugar real, ao saber que o respeito ao conjunto e condição de sua própria vida.

Daí surge a total exploração do ser humano, transformando em mero objeto de compra, sem resguardo de qualquer direito, sem dignidade, e a degradação do meio ambiente, inclusive meio ambiente do trabalho, onde os trabalhadores são expostos a todos os riscos em prol do capital, da produção exacerbada, do lucro incessante. A quantidade de acidentes do trabalho que ocorrem atualmente demonstra um total descaso da condição humana. Ou seja, não somente quando o ser humano é submetido a condições análogas a de escravo se verifica esta super-exploração, mas também no caso de empregados contratados formalmente, com condições físicas de trabalho, mas que sofrem tamanha pressão pela necessidade de produção, que acabam submetendo as suas vidas a risco extremo, em prol da acumulação exacerbada do capital.

No caso específico do tráfico de mulheres para exploração sexual, o comércio destas mulheres, como mero objeto e com o objetivo de lucro mostra esta exacerbação do capitalismo demonstrada até aqui. Não existe um ser humano, com dignidade, mas um objeto a ser comercializado.

Importante ressaltar que na ocorrência do tráfico de mulheres, o que está sendo objeto de venda é a própria pessoa, a própria mulher, que deixa de ser titular de direitos para ser mero objeto de compra e venda. Diferentemente ocorre no caso de mulheres que livremente desempenham o trabalho sexual. Neste caso, ao contrário do defendido por muitos autores, o objeto do trabalho é o prazer sexual proporcionado, e não a pessoa em si. Na prostituição livre, não é a mulher que é vendida, mas sim sua força de trabalho, igualmente como ocorre em outras profissões.

Diante da nefasta situação vista, faz-se necessário trabalhar com um critério que possa superar tais dificuldades e resgatar o humano, que é o critério da riqueza humana. Os direitos humanos são as formulações mais gerais da necessidade do humano como ser humano. Eles têm sido vistos como a exigência normativa mais abstrata e universal da exigência humana, por encontrar-se a si mesmo na luta histórica pela dignidade. Contudo, essa generalidade e esta pretensão de registrar as características básicas da humanidade conduziram, muitas vezes, a idealizações e fundamentações transcendentais dos mesmos. A mais abstrata é a que afirma que os seres humanos têm direito pelo simples fato de terem nascido, direitos que os pertencem além de sua inserção em contextos particulares. O objetivo é fugir de todo universalismo. O caminho é construir um critério de valor que permita distinguir processos. É necessário aproximar o que o ser humano exige e necessita de uma ordem social, econômico e cultural que possa satisfazer as suas necessidades, e não que traga a competitividade e o isolamento. Um critério que passe por cima das impossibilidades e dos silêncios, e possibilite a formulação de uma utopia e da conformação da práxis a ela dirigida. Uma utopia não é um sonho, ela abra caminho para o possível, para a comunicação. Já se viu como a apelação dos direitos é ambivalente, por um lado esteve vinculada ao vaivém dos interesses dos que possuem a hegemonia social e cultural, e por outro, esta apelação dos direitos humanos surge também da voz dos dominados, mesmo que tenha sido expressada com o receio próprio de culturas aprisionadas. A busca consiste em descobrir um critério que expresse a necessidade de caminhar em direção ao humano, à vida, à ação e à luta pela dignidade. Pensar os direitos unicamente desde uma de suas caras é deixá-los nas mãos dos mais fortes. Ver a outra face dos direitos humanos é dar voz aos excluídos, aos oprimidos e aos dominados. Deve-se, então, usar o critério da riqueza humana, para fugir de qualquer tendência ao relativismo cultural radical e considerar que todos os pontos de vistas são igualmente válidos. O critério da riqueza humana permite comparar questões de choque e conflito, estabelecer as bases de discussão e diálogo entre culturas, hierarquizar, não os direitos já que estes possuem a mesma importância, mas a prioridade de sua satisfação, e enfocar de um modo mais justo o conjunto de políticas sociais, econômicas ou culturais relacionados com eles. Ao invés de universalizar ou manter a posição de que todas as visões e práticas são igualmente válidas, deve-se ter em mente que os direitos não são algo prévio à construção de condições sociais, econômicas, políticas e culturais que propiciem o desenvolvimento das capacidades humanas, de sua apropriação e de seu despregue nos contextos onde se situam. Desde a riqueza humana, se afasta qualquer universalismo a priori que imponha critérios únicos. É preciso encher este critério de conteúdo no processo de

construção de condições sociais, econômicas, políticas e culturais que nos permitam lutar contra os processos que nos impedem de aceder igualitariamente os bens materiais e imateriais. Deve-se conquistar a maior quantidade possível de espaços sociais de democracia, espaços onde os grupos e os indivíduos encontrem possibilidades de formação e de tomada de consciência necessárias para combater a totalidade de um sistema caracterizado pelo formalismo e pela fragmentação. Não basta, por evidente, a democracia formalizada nos parlamentos, com a tese de um só partido, com regramentos restritivos de uma determinada forma institucional, mas democracia como um espaço público de fortalecimento, onde prevaleçam possibilidades de mudança e de transformação. Concluindo, é necessário construir um espaço público desde uma concepção participativa na democracia, podendo levar as contradições entre as formas produtivas e as relações de produção ao âmbito da cidadania, espaço onde o público e o privado se confundem. Deve-se criar espaços do a-legal, buscar transformações culturais críticas e potencializar o protagonismo popular da cidadania. É preciso recuperar ou apropriar-nos do centro de gravidade da ação política, de potência cidadã, de democracia como poder do povo, seja potência ontológica (a história como lugar, como espaço ontológico do ser em sociedade) a potência sociológica (pluralidade, multiplicidade real de opções vitais e formas de vida) e potência ética (de experimentar, de inventar hipóteses e formas novas de relação social). E por fim, recuperar a consciência do limite, da fronteira, do horizonte, ou seja, saber que estamos limitados, determinados por uma história, por umas possibilidades, por obstáculos é o primeiro passo para pensarmos na possibilidade de mudança<sup>164</sup>.

É necessário abandonar o conceito de utopia como algo impossível, e apostar no conceito de heterotopia. Trabalhar de forma crítica com a dignidade humana, levando-se sempre em consideração que o conceito de direitos humanos está permanentemente em reformulação, a depender das mudanças de contextos sociais, econômicos e culturais a que estão submetidos. Mudar a forma de ver o mundo, a cultura, a sociedade, de forma a garantir a eficácia dos direitos humanos.

Tem-se como inaceitáveis posições antigamente defendidas, de caráter liberal conservador, como, por exemplo, a exposta por NOZICK, que, ao sustentar um estado mínimo, dedicado exclusivamente a proteger as pessoas contra o robô, a fraude e a uso ilegítimo da força e a respaldar o cumprimento dos contratos celebrados entre tais indivíduos,

---

<sup>164</sup>

HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 158-187, tradução nossa



através de um processo de mão invisível, acaba por aceitar que um trabalhador possa realizar um contrato que seja totalmente desvantajoso para si, já que não haveria nada de moralmente reprovável, sendo o autêntico responsável pelos contratos celebrados. E como esclarece G. COHEN criticando a posição citada, não devemos conformar-nos com uma situação em que a pessoa crê estar obtendo algo de bom quando, em realidade, o que obtém é um resultado que ele mesmo não aceitaria se conhecesse as consequências últimas de sua ação <sup>165</sup>.

Como se viu, o trabalho sexual, e em especial o da mulher, é desde muito tempo desvalorizado. As questões de gênero, o patriarcalismo existente em nossa sociedade, a divisão do espaço público para o homem e do privado para a mulher, a divisão sexual do trabalho e a escravidão contemporânea são questões que, muito embora estejam em constante mudança, influenciam diretamente no tráfico de seres humanos, contribuindo para que desigualdades continuem existindo.

Desta forma, após analisar os elementos históricos que contribuem para que o tráfico de mulheres seja o que mais ocorre na atualidade, faz-se necessário examinar as garantias jurídicas hoje existentes relativas a esta problemática, tanto a nível internacional, como nacional, no Brasil e na Espanha, a fim de constatar se tais medidas são suficientes para combater o tráfico de seres humanos.

---

<sup>165</sup> GARGARELLA, Roberto. **Las teorías de la justicia después de Rawls: un breve manual de filosofía política**, p. 45-67.

## **CAPÍTULO 3- LEGISLAÇÃO RELATIVA AO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.**

### **3.1– Legislação internacional.**

O documento internacional referência em matéria de direitos humanos é a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual foi adotada e proclamada pela Assembleia Geral da ONU em 10 de dezembro de 1948, sendo que dos 58 (cinquenta e oito) Estados membros da ONU, 48 (quarenta e oito) votaram a favor, nenhum contra, 8 (oito) se abstiveram e 2 (dois) estavam ausentes. O plano inicial era a elaboração de uma Carta Internacional de Direitos Humanos, da qual a Declaração seria apenas a primeira parte, a ser complementada por convenções – posteriormente denominadas Pactos. O objetivo era incluir em um único pacto os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, mas diferenças quanto aos métodos de implementação de “distintas categorias” de direitos levaram à opção do projeto de dois Pactos distintos, reservando o sistema de petições ou reclamações apenas aos direitos civis e políticos (e incorporado em um Protocolo facultativo). Em 16 de dezembro de 1966, a Assembleia Geral da ONU adotou e abriu à assinatura, ratificação e adesão o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Pacto de Direitos civis e políticos e o Protocolo Facultativo desse último (por sessenta e seis votos favoráveis, dois contrário e trinta e oito abstenções)<sup>166</sup>.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos nasceu como resposta às barbáries do totalitarismo. Quando prevalecia a lógica da destruição humana foram fomentadas as discussões acerca da Declaração. É um produto histórico decorrente das duas grandes guerras mundiais. O pós-guerra teria que significar a reconstrução dos direitos humanos e a emergência do direito constitucional ocidental, aberto a princípios e a valores com ênfase à dignidade humana, que passou a ser o paradigma e o referencial ético a orientar o constitucionalismo contemporâneo. A proteção dos direitos humanos não se resumia à proteção do Estado, sendo um tema de interesse internacional, passando a soberania absoluta do Estado a ser relativizada.

---

<sup>166</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**, p. 29-38.

Forma-se, assim, o sistema normativo global de proteção dos direitos humanos, no âmbito das Nações Unidas, sendo este sistema integrado por instrumentos de alcance geral (a Declaração Universal de Direitos Humanos, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais) e de instrumentos de alcance específicos, como as Convenções Internacionais que buscam responder a determinadas violações de direitos humanos, como a tortura, a discriminação racial, a discriminação entre as mulheres, a violação dos direitos das crianças, dentre outras<sup>167</sup>.

Além do sistema normativo global, coexistem outros sistemas regionais de proteção, por sua vez, integrado pelos sistemas europeu, interamericano e africano de proteção aos direitos humanos. Os sistemas globais e regionais não são dicotômicos, mas complementares. Ao adotar o valor da primazia da pessoa humana, estes sistemas se complementam, somando-se ao sistema nacional de proteção, a fim de proporcionar a maior efetividade possível na tutela e promoção de direitos fundamentais. Em face deste complexo universo, cabe ao indivíduo que sofreu a violação a escolha do aparato mais favorável, tendo em vista que direitos idênticos são tutelados por dois ou mais instrumentos de alcance global ou regional, ou ainda, de alcance geral ou especial<sup>168</sup>. Estes sistemas são limitados, já que a maior parte do mundo não sofreu a regionalização, como, por exemplo, na Ásia, onde vivem 60% da população mundial e também para os árabes. Somente foram criadas a Carta Árabe dos Direitos Humanos de 1994 e a Carta Asiática de Direitos Humanos em 1997.

O Sistema Regional Interamericano tem como principal aparato a Convenção Americana de Direitos Humanos de 1969, que entrou em vigor em 1978 e estabeleceu a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana<sup>169</sup>. Dos 35 (trinta e cinco) Estados-membros da OEA, 25 (vinte e cinco) Estados são hoje parte da Convenção Americana. Esta Convenção somente prevê os direitos civis e políticos, deixando um vazio quanto aos direitos sociais, econômicos e culturais, limitando-se a determinar aos Estados que alcancem, progressivamente, a plena realização destes direitos, mediante a adoção de medidas legislativas e outras que se mostrem apropriadas, nos termos do artigo 26 da Convenção. Estes somente foram previstos depois, no Protocolo de San Salvador, com um nível de adesão

---

<sup>167</sup> PIOVESAN, Flávia. **Introdução ao Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos: a Convenção Americana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Org.). **Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**, p. 20.

<sup>168</sup> Ibidem, p. 20-28.

<sup>169</sup> Cf. PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**.

muito pequeno, em 1988, entrando em vigor somente em 1999. O grau de jurisdicionalização desses direitos sociais, econômicos e culturais é pequeno. As fragilidades e insuficiências do sistema revelam, sobretudo, as fragilidades e insuficiências da proteção dos direitos humanos no âmbito interno dos Estados. Até 2006 tiveram sessenta e oito casos contra o Brasil, havendo oito categorias de violação: terrorismo, trabalho escravo, exploração de crianças, povos indígenas, violência doméstica, etc. Como exemplo, cita-se o caso Jose Pereira sobre trabalho escravo e Maria da Penha, acerca de violência contra a mulher. A Corte possui duas competências distintas: judicial/contenciosa (proferindo sentenças) e consultiva (profere opiniões/consultas) <sup>170</sup>.

O Sistema Europeu de Direitos Humanos nasceu da memória viva dos horrores da segunda guerra mundial, que levou dez Estados europeus, reunidos em Londres em 05 de maio de 1949, e com base em propostas avançadas na Conferência de Haia de 08 a 10 de maio de 1948, a decidir pelo estabelecimento do Conselho da Europa, a sediar-se em Estrasburgo. A Convenção Europeia foi elaborada em um período de tempo relativamente breve. Ainda no mês de agosto de 1950, o projeto foi submetido à consideração da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e aprovado com pequenas modificações. A sua assinatura deu-se em Roma, em 04 de novembro de 1950, e sua entrada em vigor ocorreu em 03 de setembro de 1953. O sistema Europeu conta com a Convenção Europeia de Direitos Humanos de 1950, que estabeleceu originariamente a Comissão e a Corte Europeia de Direitos Humanos, sendo que, com o Protocolo n.11, em vigor em novembro de 1998, houve a fusão da Comissão com a Corte, com vistas a maior jurisdicionalização do sistema europeu, mediante uma Corte reformada e permanente. Até a data de hoje, existem mais 12 Protocolos adicionais à referida Convenção. São estabelecidos deveres, sobretudo de respeitar o previsto pela convenção e de harmonizar o direito interno a luz dos parâmetros da convenção. A Convenção consagra uma série de direitos, em quase sua totalidade, civis e políticos, embora ao longo dos anos o elenco de direitos protegidos tenha se expandido gradualmente, nos cinco primeiros Protocolos substantivos à Convenção, de modo a compreender também alguns poucos direitos econômicos, sociais e culturais. Como, no entanto, desde o início a Convenção voltou-se para os direitos civis e políticos, uma Conferência Tripartite europeia houve por bem preparar em

---

<sup>170</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**, p. 85-98. PIOVESAN, Flávia. **Introdução ao Sistema Interamericano de proteção dos direitos humanos: a Convenção Americana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Org.). **Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**, p. 29-52.

1959 a Carta Social Europeia, adotada em 1961 e em vigor a partir de 26 de fevereiro de 1965, dirigida aos direitos econômicos e sociais, com ênfase especialmente nos direitos ao trabalho, a condições de trabalho justas, à proteção e segurança e assistência sociais e à saúde<sup>171</sup>.

Por fim, o Sistema Regional da África é o mais novo e frágil existente, devido à grande diversidade vivenciada na África (apenas para exemplificar, há onze línguas faladas na Corte, porque são onze línguas oficiais). O seu principal instrumento é a Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos, que foi adotada por aclamação em junho de 1981, com entrada em vigor em 21 de outubro de 1986, sendo criado um órgão de supervisão, a Comissão Africana de Direitos Humanos e dos Povos. Referida Carta contribuiu decisivamente para situar os direitos dos povos no universo conceitual dos direitos humanos, tomando-os como complementares destes últimos, tendo uma perspectiva coletivista, diferente da perspectiva individualista dos outros instrumentos. Posteriormente, foi criada a Corte Africana de Direitos Humanos, mediante um Protocolo à Carta, que entrou em vigor em 2004. Há uma visão muito autêntica dos direitos dos africanos, havendo espaço para visibilidade dos valores culturais da civilização africana. A carta enfatiza a luta pela independência e a luta contra o colonialismo e o pós-colonialismo. Diversamente dos documentos americanos, possui um texto muito bom de integralidade dos direitos humanos, protegendo, em pé de igualdade, todos os direitos, sejam civis e políticos, sejam sociais, econômicos, culturais e ambientais<sup>172</sup>.

Em razão do fenômeno da coexistência de instrumentos de proteção dotados de bases jurídicas distintas (tratado e resoluções), todos os Estados (inclusive os que não ratificaram os tratados gerais de direitos humanos) encontram-se hoje sujeitos à supervisão internacional no tocante ao tratamento dispensado às pessoas sob sua jurisdição. Já se formou uma prática internacional a respeito, ilustrada, no plano global, pela operação dos mecanismos extra convencionais (baseados em resoluções) de monitoramento da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e, o plano regional, pela prática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Assim, nenhum Estado encontra-se hoje eximido de responder, por seus

---

<sup>171</sup> PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**, p. 63-72. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, **Tratado de direito internacional de direitos humanos**, v. 3, p. 119-147.

<sup>172</sup> PIOVESAN, Flávia, op. cit., p. 119-128. CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto, op. cit., p. 193-220.

atos ou omissões, a denúncias de violações de direitos humanos ante órgãos de supervisão internacional<sup>173</sup>.

O princípio básico da não-discriminação assume posição central no Direito Internacional dos Direitos Humanos. No plano normativo, a partir da Declaração Universal, o princípio da não-discriminação veio a encontrar expressão nos tratados gerais de direitos humanos (a exemplo do Pacto de Direitos Civis e Políticos (artigo 2 e 26); do Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (artigo 2); da Convenção Européia de Direitos Humanos (artigo 14), da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (artigo 1), da Carta Africana de Direitos Humanos e dos Povos (artigo 2), assim como em convenções setoriais, como a Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher. Sobre este ponto a doutrina contemporânea é unânime chegando inclusive a erigir o princípio da não-discriminação como um dos pilares do Direito Internacional dos Direitos Humanos, e mesmo como integrante do direito internacional consuetudinário<sup>174</sup>.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) também desempenha um papel importante na defesa dos direitos humanos. A OIT concentra a sua proteção na esfera da atividade econômica, em questões que dizem respeito aos “direitos humanos fundamentais”, como o trabalho forçado, a discriminação no emprego, o trabalho infantil e a liberdade de associação. Para a OIT, no tocante à regra da igualdade, não há país em que não exista o problema da discriminação, o qual, longe de retroceder, aumenta na medida em que se multiplicam situações de discriminação, originadas por diferenças tribais, étnicas ou religiosas. A discriminação da mulher no mercado de trabalho resulta em grande parte de fatores culturais que atribuem diferentes funções sociais ao homem e à mulher nas esferas tanto pública quanto privada, constituindo o grupo mais vulnerável ao desemprego. O trabalho da OIT no combate à discriminação contra a mulher tem se baseado em dois pontos: primeiro na garantia de igualdade de oportunidade e tratamento (no tocante a acesso a treinamento, emprego, organização de trabalho, promoção, processo decisório, assim como nas condições iguais de remuneração, benefícios, previdência social) e segundo na proteção em relação a condições de trabalho que possam acarretar riscos para a maternidade<sup>175</sup>. A

---

<sup>173</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**, p. 83-84.

<sup>174</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**, v. 2, p. 76-82.

<sup>175</sup> Idem, v. 1, p. 303-310.

Convenção nº 111 da OIT<sup>176</sup> de 1958, ratificada pelo Brasil em 1968, trata sobre discriminação em matéria de emprego, e considera discriminação, como se observa do seu artigo 1º:

a) toda a distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão;

b) Toda e qualquer distinção, exclusão ou preferência que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão, que poderá ser especificada pelo Estado Membro interessado depois de consultadas as organizações representativas de patrões e trabalhadores, quando estas existam, e outros organismos adequados.

A Convenção nº 117 da OIT<sup>177</sup> também traz, em sua parte V, disposições acerca da não discriminação em matéria raça, cor, sexo, crença, associação tribal ou filiação sindical, seja em matéria de legislação e convenções de trabalho, seja de admissão em emprego, público ou privado.

No tocante ao trabalho sexual, a OIT formulou recomendações, com base em estudos realizados sobre o exercício da prostituição e o comércio do sexo em alguns dos países mais afetados<sup>178</sup>. A OIT entende que é difícil para os governos adotarem uma posição legal nítida e promover políticas eficazes em relação ao setor do sexo, tendo, contudo, embora se encontre fora sua competência, expedido recomendações aos governos afetados<sup>179</sup>, tais como, propor a erradicação da prostituição infantil, reconhecer a variedade de circunstâncias que se dão entre as prostitutas e eliminar as abusivas, centrar-se nas estruturas que mantêm a prostituição e não nas prostitutas, realizar análises macroeconômicas oficiais para avaliar, por exemplo, a problemática sanitária no setor, decidir o alcance e a magnitude das políticas de mercado necessárias para tratar com as trabalhadoras, estudar as possibilidades de estender a fiscalização a muitas das lucrativas atividades associadas ao setor de sexo e examinar o aspecto sanitário, não somente entre as prostitutas, mas também entre os clientes.

<sup>176</sup> **Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.mte.gov.br/rel\\_internacionais/conv\\_111.pdf](http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/conv_111.pdf). Acesso em 05.07.2008.

<sup>177</sup> **Convenção nº 117 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.mte.gov.br/rel\\_internacionais/conv\\_117.pdf](http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/conv_117.pdf). Acesso em 05.07.2008.

<sup>178</sup> **Informe Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inf/magazine/26>. Acesso em 26.05.2008.

<sup>179</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 27, tradução nossa.

Após esta análise geral, passa-se a análise das Convenções que tratam especificamente da matéria em exame, relativa à discriminação da mulher e ao tráfico de mulheres para exploração sexual.

No sistema geral, a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**<sup>180</sup>, adotada e proclamada pela Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10.12.1948, e assinada pelo Brasil em 10.12.1948, prevê, em seus artigos I e II que todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidades de direito e que toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidas, sem distinção de qualquer natureza. Já o artigo IV prevê que ninguém será mantido em escravidão ou servidão e que a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. O artigo VII, a seu turno, prevê que todos são iguais perante a lei e tem direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei, contra qualquer discriminação que viole a Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação. O artigo XIII prevê que toda pessoa tem direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a ele regressar, tendo o direito ao trabalho, conforme dispõe o artigo XXIII, sem qualquer distinção.

O **Pacto dos Direitos Civis e Políticos**<sup>181</sup>, adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 16.12.1966, e ratificado pelo Brasil em 24.01.1992, garante, expressamente, em seu artigo 3º, a igualdade entre homens e mulheres no gozo de todos os direitos civis e políticos enunciados nesse Pacto. Em seu artigo 8º também prevê que ninguém será submetido à escravidão, ficando esta, o tráfico de escravos, a servidão e o trabalho forçado ou obrigatório proibidos em todas as suas formas. Já o artigo 26 garante a igualdade perante a lei e o direito a igual proteção legal, sem qualquer discriminação, que fica proibida.

O **Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais**<sup>182</sup>, adotado pela Resolução 2.200-A (XXI) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 16.12.1966, e ratificado pelo Brasil em 24.01.1992, prevê em seu artigo 2º que a garantia dos direitos nele enunciados se dará sem qualquer discriminação e, em seu artigo 3º, que os Estados-partes comprometem-se a assegurar entre homens e mulheres igualdade no gozo dos direitos

---

<sup>180</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direitos humanos: documentos internacionais**. Brasília: 2006, p. 41-44.

<sup>181</sup> Ibidem, p. 69-82.

<sup>182</sup> Ibidem, p. 86- 93.



econômicos, sociais e culturais enumerados no referido Pacto. Em seu artigo 7º, garante condições de trabalho justas, sem qualquer discriminação entre homens e mulheres.

O primeiro documento internacional específico contra o tráfico de pessoas foi o Acordo Internacional para Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, de 1904, mas o mesmo mostrou-se ineficaz, não somente porque não era propriamente universal, mas também porque revelava uma visão centrada na Europa. O segundo documento foi a Convenção Internacional para Supressão do Tráfico de Escravas Brancas, de 1910, que complementou o Acordo citado, incluindo provisões para punir os aliciadores, mas obteve apenas treze ratificações. Seguiram-se, até 1949, os seguintes documentos: em 1921, a Convenção Internacional para a supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças, em 1933 a Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres Adultas e em 1947 o Protocolo de Emenda da Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres e Crianças e Convenção Internacional para a Supressão do Tráfico de Mulheres Adultas <sup>183</sup>.

Em 02 de dezembro de 1949, foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas a **Convenção para a Repressão de Tráfico de Pessoas e de Exploração da Prostituição Alheia**<sup>184</sup>, que entrou em vigor em 1951. Esta convenção não traz distinção entre a prostituição livre e a prostituição forçada, prevendo, em seu artigo 1º, o compromisso dos Estados nos seguintes termos:

“castigar a toda pessoa que, para satisfazer às paixões de outra: 1) ajuste, combine ou regule a prostituição de outra pessoa, a induza à prostituição ou a corrompa com objetivo de prostituí-la, ainda que com o consentimento da mesma; 2) explore a prostituição de outra pessoa, ainda que o faça com o consentimento de tal pessoa” (art. 1º).

Ainda no sistema global, a **Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher**<sup>185</sup>, adotada pela Resolução nº 34/180 da Assembleia das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 1979, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 93, de 14.11.1983, ratificada pelo Brasil em 01.02.1984, conceitua, como discriminação contra a mulher, em seu artigo 1º:

toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da

<sup>183</sup> JESUS, Damásio de, op. cit., p. 27-38.

<sup>184</sup> Organização das Nações Unidas. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/>. Acesso em 28.08.2008.

<sup>185</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, op. cit., p. 94- 103.

mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo.

O artigo 2º da referida convenção, também deixa manifesto que os Estados-membros concordam em seguir uma política destinada a eliminar todas as formas de discriminação contra a mulher, comprometendo-se a:

§ 1. Consagrar, se ainda não o tiverem feito, em suas Constituições Nacionais ou em outra legislação apropriada, o princípio da igualdade do homem e da mulher e assegurar por lei outros meios apropriados à realização prática desse princípio.

§ 2. Adotar medidas adequadas, legislativas e de outro caráter, com as sanções cabíveis e que proíbam toda discriminação contra a mulher.

§ 3. Estabelecer a proteção jurídica dos direitos da mulher em uma base de igualdade com os do homem e garantir, por meio dos tribunais nacionais competentes e de outras instituições públicas, a proteção efetiva da mulher contra todo ato de discriminação.

§ 4. Abster-se de incorrer em todo ato ou prática de discriminação contra a mulher e zelar para que as autoridades e instituições públicas atuem em conformidade com esta obrigação.

§ 5. Tomar as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher praticada por qualquer pessoa, organização ou empresa.

§ 6. Adotar todas as medidas adequadas, inclusive de caráter legislativo, para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam discriminação contra a mulher.

§ 7. Derrogar todas as disposições penais nacionais que constituam discriminação contra a mulher.

Ora, diante da análise do texto legal acima, conclui-se que os países deverão adotar medidas apropriadas para modificar ou derrogar leis, inclusive disposições penais que reflitam discriminação contra a mulher, quer diretamente, quer indiretamente. No caso do trabalho sexual e da discriminação que vem sendo praticada contra a mulher, não se verifica, conforme se analisará abaixo, normas internas que garantam efetivamente tal respeito à sua dignidade.

Também o artigo 6º da aludida Convenção deixa claro que os Estados Membros tomarão as medidas apropriadas, inclusive de caráter legislativo, para suprimir todas as formas de tráfico de mulheres e exploração de prostituição da mulher.

Já o artigo 11 prevê expressamente a necessidade de adoção de medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos.

Conforme ensina Carlos ROMANI<sup>186</sup>, no que tange à convenção e ao protocolo, duas questões são objeto de uma atenta mirada por parte do Comitê de Eliminação da Discriminação sobre a mulher em relação à Espanha, a exploração sexual de mulheres imigrantes e a violência em razão do sexo. Há uma preocupação manifestada acerca do fato de a Espanha não ter ratificado a Convenção dos Direitos dos Migrantes das Nações Unidas, considerando o alto índice de pessoas africanas, em especial, mortas e desaparecidas. Considerando a gravidade de ambas as realidades, foi criada a figura do Fiscal contra a violência da mulher. Há uma clara preocupação do Comitê com a situação das trabalhadoras estrangeiras no serviço doméstico, das solicitantes de asilo e das mulheres que podem estar vivendo clandestinamente na Espanha, já que essas mulheres podem carecer de proteção suficiente contra a violência e os abusos. Assim, a Espanha tem respondido ao Comitê, visando demonstrar que tem atuado nesta questão, incentivando as vítimas de abusos e maus tratos a denunciarem, como ocorre com a *Ley de Extranjería*, que prevê, em seu artigo 59, conforme já citado, que os sujeitos que foram submetidos ao tráfico de pessoas que prestarem depoimento em juízo, poderão ser beneficiados, além de possível proteção de testemunhas e peritos em processos criminais, de concessão de assistência judiciária gratuita e de intérpretes. Quanto à regulamentação da prostituição, a Espanha afirma que promover e facilitar a prostituição, mediante o proxenetismo, é uma atividade delitiva, mas que dedicar-se a prostituição não o é, alegando que vem buscando reprimir as atividades de máfias clandestinas.

A **Declaração Sobre a Violência Contra as Mulheres**<sup>187</sup>, adotada em dezembro de 1993 pela Assembleia Geral da ONU definiu como uma das formas de violência a prostituição forçada e o tráfico de mulheres, distinguindo entre a prostituição livre e a forçada e condenando somente esta última.

### **O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de**

<sup>186</sup> ROMANI, Carlos Fernandez de Casadevante (org.). **Derecho internacional de los derechos humanos**, p. 383-386, tradução nossa.

<sup>187</sup> Organização das Nações Unidas, op. cit.

**Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo)**<sup>188</sup>, adotado em Nova York em 15 de novembro de 2000, trata especificamente acerca do tráfico de seres humanos. Foi adotado pelo Brasil por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004.

O objetivo deste Protocolo é conforme previsto em seu artigo 2º, prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e promover a cooperação entre os Estados-Partes de forma a atingir esses objetivos.

O conceito de tráfico de pessoas está previsto no artigo 3º do referido Protocolo, que prevê que:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

Conforme já referido, questiona-se a questão do consentimento, trazido no dispositivo legal acima transcrito, já que a submissão de qualquer pessoa a condições subumanas, independente do seu consentimento, constitui conduta a ser combatida, devendo-se entender que o consentimento dado encontra-se viciado.

De acordo com Damásio de JESUS<sup>189</sup>, o Protocolo reconhece a existência da prostituição voluntária e da prostituição forçada, não dando, intencionalmente, uma definição

---

<sup>188</sup> **Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo De Palermo).** DISPONÍVEL em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm). Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 265-278.

<sup>189</sup> JESUS, Damásio de, op. cit., P. 40-43.

para a frase “exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual” porque os delegados dos países não chegaram a um consenso. Todos concordaram que a participação involuntária na prostituição constitui tráfico, mas a maioria rejeitou a ideia que a participação voluntária, não-coercitiva, de adultos na prostituição possa constituir tráfico. Para garantir um grande número de assinaturas, os delegados concordaram em deixar a frase indefinida. Desta forma, o Protocolo expressamente permite que os Estados se voltem contra a prostituição forçada e outros crimes que envolvem a coerção, e não exige que os governos tratem toda participação de adultos na prostituição como tráfico. Os termos “trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas similares à escravidão, servidão” cobrem qualquer situação, inclusive a participação forçada na indústria do sexo. Ademais, trabalho forçado, escravidão e servidão são definidos na lei internacional, e tais noções podem ser incorporadas.

O artigo 6º do referido Protocolo também prevê medidas de assistência e proteção às vítimas de tráfico, que devem ser adotadas, em especial a obrigação de cada Estado-Parte assegurar que o seu sistema jurídico contenha medidas que ofereçam às vítimas de tráfico de pessoas a possibilidade de obterem indenização pelos danos sofridos.

O artigo 9º, a seu turno, traz medidas de prevenção do tráfico, estabelecendo que os Estados-Partes estabelecerão políticas abrangentes, programas e outras medidas para prevenir e combater o tráfico de pessoas e proteger as vítimas, especialmente as mulheres e crianças, de nova vitimização.

Já o artigo 10 prevê o intercâmbio de informações, com a cooperação entre si dos Estados-Partes, na medida do possível, mediante troca de informações em conformidade com o respectivo direito interno, com vistas a determinar:

- a) Se as pessoas que atravessam ou tentam atravessar uma fronteira internacional com documentos de viagem pertencentes a terceiros ou sem documentos de viagem são autores ou vítimas de tráfico de pessoas;
  - b) Os tipos de documentos de viagem que as pessoas têm utilizado ou tentado utilizar para atravessar uma fronteira internacional com o objetivo de tráfico de pessoas; e
  - c) Os meios e métodos utilizados por grupos criminosos organizados com o objetivo de tráfico de pessoas, incluindo o recrutamento e o transporte de vítimas, os itinerários e as ligações entre as pessoas e os grupos envolvidos no referido tráfico, bem como as medidas adequadas à sua detecção.
2. Os Estados Partes assegurarão ou reforçarão a formação dos agentes dos serviços competentes para a aplicação da lei, dos serviços de imigração ou de outros serviços

competentes na prevenção do tráfico de pessoas. A formação deve incidir sobre os métodos utilizados na prevenção do referido tráfico, na ação penal contra os traficantes e na proteção das vítimas, inclusive protegendo-as dos traficantes. A formação deverá também ter em conta a necessidade de considerar os direitos humanos e os problemas específicos das mulheres e das crianças bem como encorajar a cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações relevantes e outros elementos da sociedade civil.

3. Um Estado Parte que receba informações respeitará qualquer pedido do Estado Parte que transmitiu essas informações, no sentido de restringir sua utilização.

Esta disposição tem uma importância fundamental porque visa à troca de informações acerca das medidas adotadas pelas redes de tráfico, a fim de poderem ser detectados os mecanismos utilizados, visando a busca de meios mais efetivos para o combate ao tráfico.

O artigo 11 trata de medidas a serem adotadas nas fronteiras, trazendo como solução para o problema do tráfico o reforço, a medida do possível, dos controles fronteiriços necessários para prevenir e detectar o tráfico de pessoas. Ou seja, aqui há uma clara inversão de valores, porque se busca impedir e aumentar a burocracia e as exigências para entradas em um país, não se preocupando com o problema central que emerge da questão, que é a análise das causas que originam o tráfico de pessoas, sua motivação e os instrumentos que podem ser utilizados para combater tais causas, não somente mero controle migratório, de entrada e saída de um país.

Já o artigo 12 se preocupa com a segurança e controle dos documentos que autorizam a imigração e entrada em outros países, prevendo que cada Estado-Parte adotará as medidas necessárias, de acordo com os meios disponíveis para:

- a) Assegurar a qualidade dos documentos de viagem ou de identidade que emitir, para que não sejam indevidamente utilizados nem facilmente falsificados ou modificados, reproduzidos ou emitidos de forma ilícita; e
- b) Assegurar a integridade e a segurança dos documentos de viagem ou de identidade por si ou em seu nome emitidos e impedir a sua criação, emissão e utilização ilícitas.

O artigo 13, na mesma linha, prevê acerca da legitimidade e validade dos documentos:

A pedido de outro Estado Parte, um Estado Parte verificará, em conformidade com o seu direito interno e dentro de um prazo razoável, a legitimidade e validade dos documentos de viagem ou de identidade emitidos ou supostamente emitidos em seu nome e de que se suspeita terem sido utilizados para o tráfico de pessoas.

O que se conclui destas medidas propostas no referido Protocolo é que se passa a presumir que todo o turista ou imigrante é sujeito de tráfico de pessoas ou então tem o objetivo de permanecer ilegalmente no país de chegada. Assim, discrimina-se, independente de qualquer indício, estigmatizando pessoas de acordo com a nacionalidade, como, por exemplo, os africanos e os brasileiros na Espanha, devido a sua raça, a sua cor de pele, ao seu sexo, a sua forma de vestir, etc.

Relacionada com o tema em exame, também é importante citar a **Convenção Internacional para a proteção dos Direitos Humanos de todos os trabalhadores migrantes e membros de suas famílias**<sup>190</sup>, adotada pela Resolução 45/158 da Assembleia Geral da ONU em 18 de dezembro de 1990. Importante ressaltar que o Brasil ainda não aderiu à referida Convenção. Esta convenção prevê a garantia de direitos humanos e a não discriminação dos trabalhadores migrantes e de sua família, e o direito dos mesmos não serem submetidos à escravidão ou servidão ou a trabalho forçado ou obrigatório (artigos 2, 7, 8 e 11).

Também de substancial relevância é o **Protocolo contra Contrabando de Migrantes por terra, mar e ar, que é um complemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional**,<sup>191</sup> que entrou em vigor internacionalmente em 29 de setembro de 2003 e foi promulgado, no Brasil, pelo Decreto nº 5016/04. O objetivo do referido Protocolo é prevenir e combater o tráfico de migrantes, bem como promover a cooperação entre os Estados-Partes com esse fim, protegendo ao mesmo tempo os direitos dos migrantes, conforme previsto em seu artigo 2º.

Já o seu artigo 3º conceitua o tráfico de migrantes como sendo:

A expressão "tráfico de migrantes" significa a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente;

b) A expressão "entrada ilegal" significa a passagem de fronteiras sem preencher os requisitos necessários para a entrada legal no Estado de acolhimento.

c) A expressão "documento de viagem ou de identidade fraudulento" significa qualquer documento de viagem ou de identificação:

<sup>190</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, op. cit., p. 156-183.

<sup>191</sup> **Protocolo contra Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar, Complemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5016.htm). Acesso em 19.06.2008.

(i) Que tenha sido falsificado ou alterado de forma substancial por uma pessoa ou uma entidade que não esteja legalmente autorizada a fazer ou emitir documentos de viagem ou de identidade em nome de um Estado; ou

(ii) Que tenha sido emitido ou obtido de forma irregular, através de falsas declarações, corrupção ou coação ou qualquer outro meio ilícito; ou

(iii) Que seja utilizado por uma pessoa que não seja seu titular legítimo.

De acordo com Cícero PEREIRA<sup>192</sup>:

O que diferencia o tráfico de migrantes do tráfico de seres humanos (...) nacional ou internacional é o consentimento da vítima: enquanto que neste o consentimento nunca existiu (ou é viciado por coação, fraude e similares), naquele há o consentimento do sujeito passivo do crime. Fator determinante ainda é o momento da consumação do crime: no tráfico de pessoas, será, além da entrada da vítima em território estrangeiro, que a mesma seja explorada para fins sexuais, para o trabalho em regime de escravidão, adoção ilegal ou haja a venda de órgãos de seu corpo; já no tráfico de migrantes, basta a entrada ilegal de pessoa em território estrangeiro. Em ambos os crimes haverá o objetivo de lucro e as autoridades deverão respeitar tanto o Protocolo de Palermo, quanto o Protocolo contra Contrabando de Migrantes.

Contudo, verifica-se a existência de outras diferenças entre os referidos Protocolos. Primeiro, conforme já explicitado, entende-se que o consentimento é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas, acaso existam situações que afrontem a dignidade da trabalhadora. Não existindo estas situações, aí sim a diferenciação estará exatamente no consentimento da vítima. Outra questão é que o tráfico de migrantes pode ocorrer para qualquer fim, não somente trabalho, enquanto que o tráfico de seres humanos tem suas circunstâncias delimitadas, sendo necessário que a pessoa seja traficada, com uso de ameaça, força ou outras formas de coação, para a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. O tráfico de migrantes pode ocorrer por qualquer situação diversa das ora referidas, desde que haja um benefício financeiro ou material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado-Parte do qual não seja nacional ou residente permanente.

O artigo 5º traz a responsabilidade penal dos migrantes, prevendo que eles não estarão sujeitos a processos criminais nos termos do presente Protocolo, pelo fato de terem sido objeto dos atos enunciados no artigo 6º deste Protocolo, que prevê:

1. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que considere necessárias para caracterizar como infração penal, quando praticada

<sup>192</sup>

PEREIRA, Cícero Rufino, op. cit., p. 101.



intencionalmente e de forma a obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material:

- a) O tráfico de migrantes;
- b) Os seguintes atos quando praticados com o objetivo de possibilitar o tráfico ilícito de migrantes:
  - (i) Elaboração de documento de viagem ou de identidade fraudulento;
  - (ii) Obtenção, fornecimento ou posse tal documento;
- c) Viabilizar a permanência, no Estado em causa, de uma pessoa que não seja nacional ou residente permanente, sem preencher as condições necessárias para permanecer legalmente no Estado, recorrendo aos meios referidos na alínea b) do presente parágrafo ou de qualquer outro meio ilegal.

2. Cada Estado Parte adotará também medidas legislativas e outras que considere necessárias para caracterizar como infração penal:

- a) Sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a tentativa de praticar infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo;
- b) A participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com as alíneas a), b) (i) ou c) do parágrafo 1 do presente Artigo e, sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, a participação como cúmplice numa infração estabelecida em conformidade com a alínea b) (ii) do parágrafo 1 do presente Artigo;
- c) Organizar a prática de uma infração estabelecida em conformidade com o parágrafo 1 do presente Artigo ou dar instruções a outras pessoas para que a pratiquem.

3. Cada Estado Parte adotará as medidas legislativas e outras que entenda necessárias, para considerar como agravantes das infrações estabelecidas em conformidade com as alíneas a), b) (i) e c) do parágrafo 1 do presente Artigo e, sem prejuízo dos conceitos fundamentais do seu sistema jurídico, das infrações estabelecidas em conformidade com as alíneas b) e c) do parágrafo 2 do presente Artigo, as circunstâncias:

- a) Que ponham em perigo ou ameaçar pôr em perigo a vida e a segurança dos migrantes em causa; ou
- b) Que acarretem o tratamento desumano ou degradante desses migrantes, incluindo sua exploração.

4. Nenhuma disposição do presente Protocolo impedirá um Estado Parte de tomar medidas contra uma pessoa cuja conduta constitua uma infração nos termos do seu direito interno.

Da mesma forma que o Protocolo contra o tráfico de pessoas, este também preceitua medidas de informação, visando à troca de informações para que o combate ao tráfico possa ser mais efetivo e para que seja possível treinar melhor os agentes que trabalham nesta área. Assim dispõe o artigo 10 do referido Protocolo:

.Sem prejuízo do disposto nos Artigos 27 e 28 da Convenção, os Estados Partes, em especial aqueles com fronteiras comuns ou situados em itinerários utilizados para o tráfico de migrantes, trocarão entre si, para lograr os objetivos do presente Protocolo, e em conformidade com os respectivos sistemas jurídicos e administrativos internos, informações pertinentes, tais como:

a) Os pontos de embarque e de destino, bem como os itinerários, os transportadores e os meios de transporte, dos quais se tenha conhecimento ou suspeita de serem utilizados por um grupo criminoso organizado que pratique atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo;

b) A identidade e os métodos de organizações ou grupos criminosos organizados dos quais se tenha conhecimento ou suspeita de envolvimento na prática de atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo;

c) A autenticidade e as características dos documentos de viagem emitidos por um Estado Parte e o furto ou a utilização indevida de documentos de viagem ou de identidade em branco;

d) Os meios e métodos de dissimulação e transporte de pessoas, a modificação, a reprodução ou a aquisição ilícitas ou outra utilização indevida de documentos de viagem ou de identidade utilizados nos atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo e formas de detectá-los;

e) Elementos da experiência legislativa, bem como práticas e medidas para prevenir e combater os atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo; e

f) Questões científicas e tecnológicas úteis para a investigação e a repressão, a fim de reforçar mutuamente a capacidade de prevenir e detectar os atos enunciados no Artigo 6 do presente Protocolo, conduzir investigações sobre esses atos e processar os seus autores.

2. Um Estado Parte que tenha recebido informações respeitará qualquer pedido do Estado Parte que transmitiu essas informações, no sentido de restringir a sua utilização.

O artigo 11 trata também de medidas a serem adotadas nas fronteiras, trazendo como solução para o problema do tráfico o reforço, a medida do possível dos controles fronteiriços necessários para prevenir e detectar o tráfico de pessoas. Aqui, se faz a mesma crítica já feita quanto ao Protocolo de Palermo, devido a clara inversão de valores. Os artigos 12 e 13 se preocupam com a segurança e controle dos documentos que autorizam a imigração e entrada em outros países, prevendo que cada Estado Parte adotará as medidas necessárias, de acordo com os meios disponíveis para:

a) Assegurar a qualidade dos documentos de viagem ou de identidade que emitir, de forma a que não sejam indevidamente utilizados nem facilmente falsificados ou modificados, reproduzidos ou emitidos de forma ilícita; e

b) Assegurar a integridade e a segurança dos documentos de viagem ou de identidade emitidos pelo Estado Parte ou em seu nome e impedir a sua criação, emissão e utilização ilícitas.

No âmbito regional, destaca-se a **Convenção interamericana de 1988 sobre o tráfico internacional de menores**<sup>193</sup>, adotada na cidade do México, em 18 de março de 1994, assinada pelo Brasil em 18 de março de 1994 e ratificada em 08 de julho de 1997. Aludida Convenção tem por objetivo a prevenção e sanção do tráfico internacional de menores, bem como a regulamentação de seus aspectos civis e penais. Neste sentido o seu artigo 1º prevê a obrigação dos Estados-Partes a:

- a) garantir a proteção do menor, levando em consideração os seus interesses superiores;
- b) instituir entre os Estados Partes um sistema de cooperação jurídica que consagre a prevenção e a sanção do tráfico internacional de menores, bem como a adoção das disposições jurídicas e administrativas sobre a referida matéria com essa finalidade;
- c) assegurar a pronta restituição do menor vítima do tráfico internacional ao Estado onde tem residência habitual, levando em conta os interesses superiores do menor.

De acordo com a referida Convenção, menor é considerado aquela pessoa com idade inferior a 18 anos de idade. O artigo 2º conceitua o tráfico de menores, prevendo que:

- b) por “tráfico internacional de menores”, a subtração, a transferência ou retenção, ou a tentativa de subtração, transferência ou retenção de um menor, com propósitos ou por meios ilícitos;
- c) por “propósitos ilícitos”, entre outros, prostituição, exploração sexual, servidão ou qualquer outro propósito ilícito, seja no Estado em que o menor resida habitualmente, ou no Estado Parte em que este se encontre; e
- d) por “meios ilícitos”, entre outros, o sequestro, o consentimento mediante coação ou fraude, a entrega ou o recebimento de pagamentos ou benefícios ilícitos com vistas a obter o consentimento dos pais, das pessoas ou da instituição responsáveis pelo menor, ou qualquer outro meio ilícito utilizado seja no Estado de residência habitual do menor ou no Estado Parte em que este se encontre.

O conceito aqui trazido difere, em parte, do existente para o tráfico de seres humanos. No caso de menor de idade, o consentimento é irrelevante, porque por evidente, resta presumido. Também não existe a limitação de que o tráfico seja somente para a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, para o trabalho ou serviços forçados, para a escravidão ou práticas similares à escravidão, para a servidão ou para a remoção de órgãos, como ocorre com o tráfico de seres humanos. O essencial no tráfico de menores é que existam propósitos ou meios ilícitos. No conceito de “propósitos ilícitos” inclui-se a prostituição, exploração sexual, a adoção ilegal, a servidão **ou qualquer outro propósito ilícito**, seja no Estado em que o menor resida habitualmente, ou no Estado-

<sup>193</sup>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op. Cit*, p. 321-327.

Parte em que este se encontre. Por “meios ilícitos” abarca, entre outros, o seqüestro, o consentimento mediante coação ou fraude, a entrega ou o recebimento de pagamentos ou benefícios ilícitos com vistas a obter o consentimento dos pais, das pessoas ou da instituição responsáveis pelo menor, ou qualquer outro meio ilícito utilizado seja no Estado de residência habitual do menor ou no Estado-Parte em que este se encontre. Ou seja, no caso do tráfico de menores, o legislador procurou abarcar qualquer situação que possa vitimar a criança ou o adolescente.

Os artigos 7º e 8º trazem previsão expressa de que os Estados devem, em conformidade com seu direito interno, adotar medidas eficazes para prevenir e sancionar severamente a ocorrência de tráfico internacional de menores definido nesta Convenção, comprometendo-se:

- a) a prestar, por meio de suas autoridades centrais e observados os limites da lei interna de cada Estado Parte e os tratados internacionais aplicáveis, pronta e expedita assistência mútua para as diligências judiciais e administrativas, obtenção de provas e demais atos processuais necessários ao cumprimento dos objetivos desta Convenção;
- b) estabelecer, por meio de suas autoridades centrais, mecanismos de intercâmbio de informação sobre legislação nacional, jurisprudência, práticas administrativas, estatísticas e modalidades que tenha assumido o tráfico internacional de menores em seu territórios; e
- c) dispor sobre as medidas necessárias para a remoção dos obstáculos capazes de afetar a aplicação desta Convenção em seus respectivos Estados.

No que tange à competência para análise da questão criminal relativa ao tráfico, a Convenção traz uma inovação positiva, ao prever que, em seu artigo 9º, que:

Serão competentes para conhecer de delitos relativos ao tráfico internacional de menores:

- a) o Estado-Parte em que tenha ocorrido a conduta ilícita;
- b) o Estado-Parte em que o menor resida habitualmente;
- c) o Estado-Parte em que se encontre o suposto delinquente, no caso de não ter sido extraditado; e
- d) o Estado-Parte em que se encontre o menor vítima de tráfico.

Para os efeitos do parágrafo anterior, ficará prevento o Estado-Parte que haja sido o primeiro a conhecer do fato ilícito.

Ou seja, há clara competência concorrente entre os Estados-Partes, o que produz uma maior efetividade no combate do tráfico, já que na hipótese de um Estado não atuar,

caberá concorrentemente a adoção de medidas criminais visando a coibir tal prática ao outro. De igual forma quanto aos aspectos civis, já que o artigo 13 da referida Convenção prevê que são competentes para conhecer da solicitação de localização e de restituição, por opção dos reclamantes, as autoridades judiciais ou administrativas do Estado-Parte de residência habitual do menor ou as do Estado-Parte onde se encontrar ou se presume encontrar-se retido e que quando, a juízo dos reclamantes, existirem motivos de urgência, a solicitação também poderá ser submetida às autoridades judiciais ou administrativas do local onde tenha ocorrido o ato ilícito.

Outro aspecto substancial diz respeito à questão da extradição. O artigo 10 preceitua que:

O Estado Parte que, ao condicionar a extradição à existência de tratado, receber pedido de extradição de outro Estado Parte com a qual não mantenha tratado de extradição ou, se o mantiver, este não inclua o tráfico internacional de menores como delito que possibilite a extradição, poderá considerar esta Convenção como a base jurídica necessária para concedê-la no caso de tráfico internacional de menores.

Além disso, os Estados Partes que não condicionam a extradição à existência de tratado reconhecerão, entre si, o tráfico internacional de menores como causa de extradição.

Na inexistência de tratado de extradição, esta ficará sujeita às demais condições exigíveis pelo direito interno do Estado requerido.

Por fim, os artigos 18 a 20 tratam da adoção ilegal, originada de tráfico de menores, prevendo a possibilidade de sua anulação, sempre observando os interesses dos menores.

Cita-se, também, a **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher**<sup>194</sup> (Convenção de Belém do Pará). Foi adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em 06 de junho de 1994 e ratificada pelo Brasil em 27.11.1995. Aborda as temáticas nos âmbitos público e privado (artigos 1 e 3), a partir de uma visão integral que abarca os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais (artigos 4 a 6)<sup>195</sup>. Em seu artigo 1º, esclarece que se deve entender por violência contra a mulher qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano, sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público

<sup>194</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. *Op. Cit*, p. 328-333.

<sup>195</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**, v. 3, p. 88.

como no privado. Em seu artigo 4º, garante a toda mulher o direito do reconhecimento, gozo, exercício e proteção de todos os direitos humanos e às liberdades consagradas regionais e internacionais sobre direitos humanos. Já em seu artigo 6º, resta claro que toda mulher tem o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação. Em seu artigo 7º, condena toda a forma de violência contra a mulher, comprometendo-se os Estados-partes a adotar, por todos os meios apropriados e sem demora, políticas orientadas a prevenir, punir e erradicar dita violência

Além destas, cabe destacar a existência das seguintes convenções que tratam sobre os direitos das mulheres: Convenção interamericana sobre concessão de direitos civis à mulher de 1948, ratificado pelo Brasil em 19.03.1952, Convenção interamericana sobre concessão de direitos políticos à mulher de 1948, ratificada pelo Brasil em 21.03.1950, Convenção sobre os direitos políticos da mulher de 1952 (ratificada em 13.08.1963).

É importante ressaltar que ao ratificarem os tratados de direitos humanos, os Estados-partes contraem a par das obrigações convencionais atinentes a cada um dos direitos protegidos também obrigações gerais da maior importância, consignadas naqueles tratados, primeiro a de respeitar e assegurar o respeito dos direitos protegidos (o que requer medidas positivas por parte dos Estados) e em segundo adequar o ordenamento jurídico interno à normatividade internacional de proteção, requerendo que se adote a legislação necessária para dar efetividade às normas convencionais de proteção, suprimindo eventuais lacunas do direito interno, ou então que se alterem disposições legais nacionais com o propósito de harmonizá-las com as normas convencionais de proteção<sup>196</sup>.

A normativa internacional acerca do tráfico de pessoas e da proteção, não discriminação e não violência contra a mulher está posta no ordenamento jurídico. Contudo, de acordo com a realidade vivenciada, conclui-se que não são suficientes para combater o tráfico e para garantir os direitos das mulheres traficadas.

Passa-se, agora, a análise da legislação interna da Espanha e, após, do Brasil acerca da matéria.

---

<sup>196</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**, p. 137-138.

## 3.2 – Legislação da Espanha.

### 3.2.1- CONSTITUIÇÃO ESPANHOLA DE 1978.

A Constituição Espanhola<sup>197</sup>, em seu artigo 1º, prevê que a Espanha constitui um Estado social e democrático de Direito, que propugna como valores superiores de seu ordenamento jurídico a liberdade, a igualdade e o pluralismo político.

Já o seu artigo 9º<sup>198</sup> preceitua que corresponde aos poderes públicos promover as condições para que a liberdade e a igualdade do indivíduo e dos grupos sociais em que se integra sejam reais e efetivas, remover os obstáculos que impeçam ou dificultem sua plenitude e facilitar a participação de todos os cidadãos na vida política, econômica, cultural e social. O artigo 14<sup>199</sup> também prevê a igualdade dos espanhóis perante a Lei, sem distinção de qualquer natureza, seja em razão de nascimento, raça, sexo, religião, opinião ou qualquer outra condição ou circunstância pessoal ou social.

Desta forma, é fundamento constitucional da Espanha a promoção da igualdade, motivo pelo qual deve adotar medidas que promovam a não discriminação de qualquer natureza, não somente no aspecto formal, mas em especial material. Contudo, não é o que se verifica quando se trata de questões relativas ao tráfico de mulheres, à exploração sexual e ao trabalho sexual.

Por outro aspecto, em seu artigo 10<sup>200</sup>, há clara previsão do princípio da dignidade humana, com referência de que se constitui em fundamento da ordem política e da paz social e que as normas relativas aos direitos fundamentais devem ser interpretadas de acordo com a

---

<sup>197</sup> **Constituição Espanhola de 1978.** Disponível em: <http://www.gva.es/cidaj/pdf/constitucion.pdf>. Acesso em 18.06.2008. Artigo 1º: “España se constituye en un Estado social y democrático de Derecho, que propugna como valores superiores de su ordenamiento jurídico la libertad, la justicia, la igualdad y el pluralismo político”.

<sup>198</sup> Ibidem. Artigo 9º, 2: “2. Corresponde a los poderes públicos promover las condiciones para que la libertad y la igualdad del individuo y de los grupos en que se integra sean reales y efectivas; remover los obstáculos que impidan o dificulten su plenitud y facilitar la participación de todos los ciudadanos en la vida política, económica, cultural y social.”.

<sup>199</sup> Ibidem. Artigo 14: “Los españoles son iguales ante la ley, sin que pueda prevalecer discriminación alguna por razón de nacimiento, raza, sexo, religión, opinión o cualquier otra condición o circunstancia personal o social”.

<sup>200</sup> Ibidem. Artigo 10: “1. La dignidad de la persona, los derechos inviolables que le son inherentes, el libre desarrollo de la personalidad, el respeto a la ley y a los derechos de los demás son fundamento del orden político y de la paz social. 2. Las normas relativas a los derechos fundamentales y a las libertades que la Constitución reconoce, se interpretarán de conformidad con la Declaración Universal de Derechos Humanos y los tratados y acuerdos internacionales sobre las materias ratificados por España”.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e com os tratados e acordos internacionais sobre a matéria ratificados pela Espanha.

Tendo como marco o princípio da dignidade humana, as medidas adotadas pela Espanha deveriam buscar atingir o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais, sem qualquer discriminação. Contudo, não é o que se verifica na prática, que demonstra a total afronta a direitos mínimos das mulheres trabalhadoras envolvidas no tráfico de seres humanos, mesmo quando resgatadas pela polícia.

Por outro lado, o artigo 35 da referida Constituição<sup>201</sup> prevê que todos os espanhóis têm o dever de trabalhar e o direito ao trabalho, a livre eleição de profissão ou ofício, a promoção através do trabalho e a uma remuneração suficiente para satisfazer suas necessidades e de sua família, sem que em nenhum caso possa fazer-se discriminação por razão de sexo.

Por fim, o artigo 96<sup>202</sup> versa sobre os tratados internacionais, prevendo que aqueles validamente celebrados, uma vez publicados oficialmente na Espanha, formarão parte do ordenamento interno e suas disposições somente poderão ser derogadas, modificadas ou suspensas na forma prevista nos próprios tratados ou de acordo com as normas gerais do Direito Internacional. Ou seja, todos os tratados adotados pela Espanha são considerados leis e devem ser observados.

### **3.2.2- LEGISLAÇÃO PENAL ESPANHOLA.**

Até meados do século XX, a prostituição na Espanha constituiu-se em uma atividade mais ou menos regulamentada, a que se aplicava uma legislação higiênico-sanitária e policial, especialmente desenhada para controlar o exercício da atividade. Seguindo a tendência dos países vizinhos, por meio do Decreto-Lei de 03 de março de 1956, deu o primeiro passo para um corte abolicionista, extinguindo as casas de tolerância e adotando

---

<sup>201</sup> Ibidem. Artigo 35: “Todos los españoles tienen el deber de trabajar y el derecho al trabajo, a la libre elección de profesión u oficio, a la promoción a través del trabajo y a una remuneración suficiente para satisfacer sus necesidades y las de su familia, sin que en ningún caso pueda hacerse discriminación por razón de sexo”.

<sup>202</sup> Ibidem. Artigo 96: “1. Los tratados internacionales válidamente celebrados, una vez publicados oficialmente en España, formarán parte del ordenamiento interno. Sus disposiciones sólo podrán ser derogadas, modificadas o suspendidas en la forma prevista en los propios tratados o de acuerdo con las normas generales del Derecho internacional. 2. Para la denuncia de los tratados y convenios internacionales se utilizará el mismo procedimiento previsto para su aprobación en el artículo 94”.



outras medidas relativas à prostituição. Mais tarde, mediante instrumento de 18 de junho de 1962, a Espanha aderiu ao Convênio de 1950 para a repressão ao tráfico de pessoas. A Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher, aprovada pela Assembleia das Nações Unidas, também foi ratificada pela Espanha em 18 de dezembro de 1983. Nesta época, o Código Penal reformado em 1963 declarava sujeito ativo do delito de prostituição aquele que cooperava, protegia ou recrutava pessoas para introduzi-las, mediante engano, coação ou abuso, no exercício da prostituição. Tipificava estas mesmas condutas, sem a necessidade de consentimento, quando o sujeito passivo era menor de idade. Ou seja, até o ano de 1995, o Estado Espanhol foi considerado como uma variante do abolicionismo, na medida em que a prostituição não era delito, mas uma situação de periculosidade social. Em teoria, a partir do Decreto-Lei de 03 de março de 1956, a legislação do Estado passou a ser abolicionista (como resultado da adequação da legislação depois da assinatura em 18 de junho de 1952, do Convênio para repressão do tráfico de pessoas e da exploração da prostituição alheia de 21 de março de 1950). Esta legislação era mantida paralelamente à Lei 16/1970, sobre a periculosidade e a reabilitação social, propondo-se a proteger a sociedade de certas condutas individuais que, não sendo estritamente delitivas, eram perigosas para a sociedade e era preciso elaborar normas a margem do Código Penal para sancioná-las<sup>203</sup>.

As condutas previstas no Código Penal de 1973 eram tão variadas que não se sabia qual era o bem jurídico protegido, se a moral sexual coletiva, a dignidade da pessoa ou a liberdade sexual. Em relação aos maiores de vinte e três anos, havia a sanção do proxeneta (aquele que protegia ou cooperava com a prostituição de alguma pessoa), daquele que recrutava pessoas para exercer a prostituição, daquele que mediante engano, violência ou coação determinava a uma pessoa maior a satisfazer os desejos desonestos de outra, daquele que retivesse outra pessoa contra a sua vontade na prostituição, do proprietário, gerente ou administrador de um local dedicado a prostituição e daquele que alugava habitações ou locais para estes fins. Também sancionava o rufianismo, definido como o viver, no todo ou em parte, da exploração da prostituição de outra pessoa, independentemente do consentimento da meretriz. A reforma do Código Penal em 1989 modificou os delitos contra a honestidade e os tipificou de delitos contra a liberdade sexual, onde entra a prostituição. A partir de 1989 o bem jurídico que passou a ser protegido foi a liberdade sexual de cada pessoa, sendo as outras

---

<sup>203</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 27-33, tradução nossa. PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 68-70, tradução nossa.

mudanças mínimas, como também a alteração da idade de 23 para 18 anos para determinar se a prostituição é de maiores ou menores de idade.<sup>204</sup>

Já o Código Penal de 1995, aprovado mediante a Lei Orgânica 10/1995 de 23 de novembro, abandonou o tom moralista do texto anterior. O legislador não se preocupou com a questão do comércio sexual internacional, o que foi incorporado finalmente por meio da aprovação da Lei Orgânica 11/1999, de 30 de abril. Por esta lei, as possíveis vítimas do delito seriam os menores de idade e aquelas adultas que estejam exercendo a profissão contra a sua vontade<sup>205</sup>. Aludido Código tratava os delitos relativos à prostituição como delitos contra a liberdade sexual e os limita às situações extremas em que falta o consentimento. Separava claramente a prostituição de menores e incapazes. O proxenetismo sem coação e a figura do rufião desapareceram e passaram a ser delitivos unicamente quando efetivamente atentasse contra a liberdade sexual. Passou-se a exigir a coação, de forma que a maioria das condutas tornou-se impune. O artigo 188.1 previa que os terceiros que determinassem coativamente, mediante engano ou abuso de uma situação de superioridade ou necessidade, a uma pessoa maior de idade a prostituir-se ou manter-se na prostituição seriam castigados como proxenetas. Esta regulamentação não satisfaz aos abolicionistas, porque considerava, acima de tudo, a vontade contratual para justificar a intromissão do direito nas hipóteses em que a relação sexual é comercializada, salvo casos extremos<sup>206</sup>.

As reformas sofridas na legislação Penal em 1999 estavam relacionadas com as políticas para estrangeiros e com a materialização do enfoque trafiquista do Estado Espanhol, reduzindo o tráfico a toda migração que se realize a margem dos instrumentos que o Estado de recepção possui. A redução da migração autônoma ao conceito de tráfico criminalizou as migrações e permitiu legitimar políticas restritivas. O artigo 188.2 do Código Penal previu sanção a quem direta ou indiretamente favorecesse a entrada, permanência ou saída do território do Estado Espanhol de pessoas com o propósito de sua exploração sexual, empregando violência, intimidação ou engano, ou abusando de uma situação de superioridade, necessidade ou vulnerabilidade da vítima, referindo-se às redes de tráfico e não

---

<sup>204</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 89-90. MESTRE y MESTRE, Ruth. **Las caras de la prostitución en el Estado Español: entre la Ley de Extranjería y el Código Penal.** In OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 245-262.

<sup>205</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 27-33, tradução nossa. PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 68-70, tradução nossa.

<sup>206</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 91-92. MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 245-262.

à exploração sexual. As mulheres passaram a ser consideradas vítimas por terem adentrado no Estado desta forma. O problema do consentimento das mulheres, tal como defendem os abolicionistas, continua sendo irresolúvel porque esta mudança na legislação nega a capacidade individual da mulher de participar de sua própria vida e tomar as decisões que a afetam. Ou seja, há dois delitos diferentes quando se trata de mulheres estrangeiras, o primeiro quando uma mulher é introduzida na rede de tráfico com o propósito de exploração (artigo 188.2) e o segundo quando, uma vez neste estado, é obrigada a exercer a prostituição por essa rede ou por outra<sup>207</sup>.

Por fim, o vigente ordenamento espanhol não impõe sanção administrativa ou penal para quem exerce a prostituição, embora tipifique a conduta de quem se beneficia da exploração sexual alheia (rufianismo). Ou seja, a Espanha adota um sistema intermediário entre a total inibição punitiva, própria de sistemas abolicionistas, e o proibicionista, caracterizado pela sanção de terceiros que se beneficiam da prostituição alheia. Assim, os donos de clubes e empresários se empenham em negar a condição de trabalhadoras das prostitutas, não se responsabilizando por qualquer direito<sup>208</sup>.

O Código Penal Espanhol<sup>209</sup>, em seu capítulo V, quando trata dos delitos relativos à prostituição, à exploração sexual e à corrupção de menores, prevê, em seus artigos 187 e

<sup>207</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 93-97. MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 245-262.

<sup>208</sup> ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía, op. cit., p. 27-33, tradução nossa.

<sup>209</sup> **Código Penal Espanhol.** Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016: “Artigo 187.1: “El que, empleando violencia, intimidación o engaño, o abusando de una situación de superioridad o de necesidad o vulnerabilidad de la víctima, determine a una persona mayor de edad a ejercer o a mantenerse en la prostitución, será castigado con las penas de prisión de dos a cinco años y multa de doce a veinticuatro meses. Se impondrá la pena de prisión de dos a cuatro años y multa de doce a veinticuatro meses a quien se lucre explotando la prostitución de otra persona, aun con el consentimiento de la misma. En todo caso, se entenderá que hay explotación cuando concorra alguna de las siguientes circunstancias: a) Que la víctima se encuentre en una situación de vulnerabilidad personal o económica. b) Que se le impongan para su ejercicio condiciones gravosas, desproporcionadas o abusivas. 2. Se impondrán las penas previstas en los apartados anteriores en su mitad superior, en sus respectivos casos, cuando concorra alguna de las siguientes circunstancias: a) Cuando el culpable se hubiera prevalido de su condición de autoridad, agente de ésta o funcionario público. En este caso se aplicará, además, la pena de inhabilitación absoluta de seis a doce años. b) Cuando el culpable pertenezca a una organización o grupo criminal que se dedique a la realización de tales actividades. c) Cuando el culpable hubiere puesto en peligro, de forma dolosa o por imprudencia grave, la vida o salud de la víctima. 3. Las penas señaladas se impondrán en sus respectivos casos sin perjuicio de las que correspondan por las agresiones o abusos sexuales cometidos sobre la persona prostituida”. Artigo 188: “1. El que induzca, promueva, favorezca o facilite la prostitución de un menor de edad o una persona con discapacidad necesitada de especial protección, o se lucre con ello, o explote de algún otro modo a un menor o a una persona con discapacidad para estos fines, será castigado con las penas de prisión de dos a cinco años y multa de doce a veinticuatro meses. Si la víctima fuera menor de dieciséis años, se impondrá la pena de prisión de cuatro a ocho años y multa de doce a veinticuatro meses. 2. Si los hechos

188 que, quem induz, promove, favorece ou facilite a prostituição de uma pessoa menor de idade ou incapaz será penalizado com as penas de prisão e multa. Prevê que aquele que determine, empregando violência, intimidação ou engano, ou abusando de uma situação de superioridade ou vulnerabilidade da vítima, a pessoa maior de idade a exercer a prostituição ou manter-se nela será condenado a pena de prisão e multa. Ainda, dispõe que na mesma pena incide aquele que lucre explorando a prostituição de outra pessoa, mesmo com o seu consentimento.

Como se vê, na Espanha, o trabalho sexual não está nem autorizado nem penalizado, mas nenhuma mulher consegue um visto de trabalho ou uma permissão de residência como trabalhadora do sexo. Assim, a maioria das mulheres é considerada vítima de engano, de acordo com o Código Penal. Importante sinalar que a *Ley de Extranjería* fala somente de tráfico ilícito de seres humanos enquanto o Código Penal distingue claramente entre tráfico para a prostituição e exploração na prostituição.<sup>210</sup>

De outra parte, o artigo 312.2, inciso final, do Código Penal<sup>211</sup> prevê como delito praticado contra os trabalhadores, o tráfico ilegal de mão-de-obra, incorrendo na mesma pena aqueles que recrutem ou que determine aos trabalhadores abandonar o seu posto de trabalho, oferecendo emprego ou condições de trabalho enganosas ou falsas, bem como aqueles que

---

descritos en el apartado anterior se cometieran con violencia o intimidación, además de las penas de multa previstas, se impondrá la pena de prisión de cinco a diez años si la víctima es menor de dieciséis años, y la pena de prisión de cuatro a seis años en los demás casos. 3. Se impondrán las penas superiores en grado a las previstas en los apartados anteriores, en sus respectivos casos, cuando concurra alguna de las siguientes circunstancias: a) Cuando la víctima sea especialmente vulnerable, por razón de su edad, enfermedad, discapacidad o situación. b) Cuando, para la ejecución del delito, el responsable se haya prevalido de una relación de superioridad o parentesco, por ser ascendiente, descendiente o hermano, por naturaleza o adopción, o afines, con la víctima. c) Cuando, para la ejecución del delito, el responsable se hubiera prevalido de su condición de autoridad, agente de ésta o funcionario público. En este caso se impondrá, además, una pena de inhabilitación absoluta de seis a doce años. d) Cuando el culpable hubiere puesto en peligro, de forma dolosa o por imprudencia grave, la vida o salud de la víctima. e) Cuando los hechos se hubieren cometido por la actuación conjunta de dos o más personas. f) Cuando el culpable perteneciere a una organización o asociación, incluso de carácter transitorio, que se dedicare a la realización de tales actividades. 4. El que solicite, acepte u obtenga, a cambio de una remuneración o promesa, una relación sexual con una persona menor de edad o una persona con discapacidad necesitada de especial protección, será castigado con una pena de uno a cuatro años de prisión. Si el menor no hubiera cumplido dieciséis años de edad, se impondrá una pena de dos a seis años de prisión. 5. Las penas señaladas se impondrán en sus respectivos casos sin perjuicio de las que correspondan por las infracciones contra la libertad o indemnidad sexual cometidas sobre los menores y personas con discapacidad necesitadas de especial protección.”

<sup>210</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 98-100.

<sup>211</sup> **Código Penal Espanhol**, op. cit. Artigo 312: “1. Serán castigados con las penas de prisión de dos a cinco años y multa de seis a doce meses, los que trafiquen de manera ilegal con mano de obra. 2. En la misma pena incurrirán quienes recluten personas o las determinen a abandonar su puesto de trabajo ofreciendo empleo o condiciones de trabajo engañosas o falsas, y quienes empleen a súbditos extranjeros sin permiso de trabajo en condiciones que perjudiquen, supriman o restrinjan los derechos que tuviesen reconocidos por disposiciones legales, convenios colectivos o contrato individual”.

empregam a trabalhadores estrangeiros sem permissão de trabalho em condições que prejudiquem, suprimam ou restrinjam os direitos que teriam reconhecidos por disposições legais, convênios coletivos ou contratos individuais.

O artigo 313<sup>212</sup> do Código Penal penaliza quem promove ou favoreça a emigração de alguma pessoa a outro país, simulando contrato ou colocação ou usando outra forma de engano. Por migração clandestina deve ser entendida aquela feita à margem da normativa administrativa vigente na Espanha, estando implícito na situação penalmente relevante que a ação do sujeito ativo do delito deve causar dano ou colocar em grave perigo os direitos dos trabalhadores afetados<sup>213</sup>.

Por fim, o capítulo XV bis do Código Penal trata especificamente dos delitos contra os direitos dos cidadãos estrangeiros, prevendo, no artigo 318, penas para aqueles que intencionalmente ajudem a uma pessoa que não seja nacional de um Estado membro da União Europeia a entrar no território espanhol ou transitar através do mesmo, de forma a vulnerar a legislação relativa ao assunto. A disposição legal trata tanto da ajuda sem objetivo de lucro como com objetivo de lucro, podendo se incluir aqui caso de tráfico de pessoas<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016. Artigo 313: “*El que determine o favoreciere la emigración de alguna persona a otro país simulando contrato o colocación, o usando de otro engaño semejante, será castigado con la pena prevista en el artículo anterior*”.

<sup>213</sup> CARRASCO, Francisco Moreno, op. cit., p. 643, tradução nossa.

<sup>214</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016. Artigo 318 bis. Artículo 318 bis. 1. El que intencionadamente ayude a una persona que no sea nacional de un Estado miembro de la Unión Europea a entrar en territorio español o a transitar a través del mismo de un modo que vulnere la legislación sobre entrada o tránsito de extranjeros, será castigado con una pena de multa de tres a doce meses o prisión de tres meses a un año. Los hechos no serán punibles cuando el objetivo perseguido por el autor fuere únicamente prestar ayuda humanitaria a la persona de que se trate. Si los hechos se hubieran cometido con ánimo de lucro se impondrá la pena en su mitad superior. 2. El que intencionadamente ayude, con ánimo de lucro, a una persona que no sea nacional de un Estado miembro de la Unión Europea a permanecer en España, vulnerando la legislación sobre estancia de extranjeros será castigado con una pena de multa de tres a doce meses o prisión de tres meses a un año. 3. Los hechos a que se refiere el apartado 1 de este artículo serán castigados con la pena de prisión de cuatro a ocho años cuando concorra alguna de las circunstancias siguientes: a) Cuando los hechos se hubieran cometido en el seno de una organización que se dedicare a la realización de tales actividades. Cuando se trate de los jefes, administradores o encargados de dichas organizaciones o asociaciones, se les aplicará la pena en su mitad superior, que podrá elevarse a la inmediatamente superior en grado. b) Cuando se hubiera puesto en peligro la vida de las personas objeto de la infracción, o se hubiera creado el peligro de causación de lesiones graves. 4. En las mismas penas del párrafo anterior y además en la de inhabilitación absoluta de seis a doce años, incurrirán los que realicen los hechos prevaliéndose de su condición de autoridad, agente de ésta o funcionario público. 5. Cuando de acuerdo con lo establecido en el artículo 31 bis una persona jurídica sea responsable de los delitos recogidos en este Título, se le impondrá la pena de multa de dos a cinco años, o la del triple al quintuple del beneficio obtenido si la cantidad resultante fuese más elevada. Atendidas las reglas establecidas en el artículo 66 bis, los jueces y

O Parlamento Europeu aprovou dia 4 de fevereiro de 2009 a norma comunitária que estabelece sanções mínimas em toda a União Europeia (UE) para os empresários que contratem pessoas em situação irregular, parte de uma série de medidas para promover a imigração legal na Europa. A nova norma obrigará os países-membros da União Europeia a aplicar sanções mínimas às pessoas físicas ou jurídicas que contratem pessoas em situação irregular.

**As empresas terão a responsabilidade de comprovar que as pessoas de países extracomunitários que empregam possuem documentos dentro desta regra, e devem comunicar sua contratação às autoridades.**

**As sanções para quem contratar imigrantes ilegais abrangem desde multas, nas quais se incluiria o custo da repatriação do trabalhador, até a perda de subsídios e a impossibilidade de receber ajudas públicas em um prazo de cinco anos.** Além disso, o empresário terá que abonar uma soma igual à quantidade de impostos e cotizações que teria pago se o trabalhador tivesse um contrato legal e será obrigado a pagar automaticamente os salários atrasados.

A regra também prevê **sanções penais para os casos mais graves. Se o empresário for reincidente, se contrato for de um grande número de pessoas em situação irregular, se explorar os imigrantes, se a pessoa empregada for vítima do tráfico de seres humanos e se o empregador souber que se trata de um menor.** Os trabalhadores irregulares detectados poderão desfrutar de um período de estadia temporária até receberem as indenizações correspondentes, mas depois serão repatriados aos seus países de origem. Os países da UE terão um prazo de dois anos para adotar esta nova norma na sua legislação nacional. Calcula-se que nos 27 países da União Europeia haja entre 4 a 8 milhões de imigrantes ilegais<sup>215</sup>.

---

tribunales podrán asimismo imponer las penas recogidas en las letras b) a g) del apartado 7 del artículo 33. 6. Los tribunales, teniendo en cuenta la gravedad del hecho y sus circunstancias, las condiciones del culpable y la finalidad perseguida por éste, podrán imponer la pena inferior en un grado a la respectivamente señalada”.

<sup>215</sup> Notícia. Disponível em <http://pt.novopress.info/3018/nova-norma-europeia-de-combate-a-imigracao-ilegal%E2%80%8F/> Aceso em 03.11.2010.

### 3.2.3- ESTATUTO DE LOS TRABAJADORES DA ESPANHA. JURISPRUDÊNCIA.

O *Estatuto de Los Trabajadores* na Espanha, conforme prevê o seu artigo 1º, incisos 1 e 9<sup>216</sup>, é aplicado aos trabalhadores que voluntariamente prestem serviços retribuídos por contra alheia e dentro do âmbito de organização e direção de outra pessoa, física ou jurídica, denominada de empregador ou empresário. Também preceitua que os trabalhadores espanhóis contratados na Espanha por empresas espanholas no Estrangeiro, sem prejuízo das normas de ordem públicas aplicáveis no lugar do trabalho, terão, ao menos, os direitos econômicos que lhes corresponderiam ao trabalhar no território Espanhol.

O artigo 3º<sup>217</sup> do referido Estatuto prevê que os direitos e obrigações concernentes à relação laboral são regulados pela vontade das partes, manifestada no contrato de trabalho, sendo seu objeto lícito e sem que em nenhum caso possam estabelecer-se em prejuízo do trabalhador condições menos favoráveis ou contrárias às disposições legais e convênios coletivos antes expressados.

O artigo 4º<sup>218</sup> trata expressamente dos direitos dos trabalhadores, prevendo uma vasta categoria não aplicável, como se verá, às mulheres traficadas para exploração sexual e às prostitutas. Aqui há clara garantia da igualdade na relação laboral entre homens e mulheres.

---

<sup>216</sup> **Estatuto de los Trabajadores de España.** Disponível em: [http://www2.inem.es/legis/empleo/rdley1\\_95.htm](http://www2.inem.es/legis/empleo/rdley1_95.htm). Acesso em 20.06.2008. Artigo 1º: “*La presente Ley será de aplicación a los trabajadores que voluntariamente presten sus servicios retribuidos por cuenta ajena y dentro del ámbito de organización y dirección de otra persona, física o jurídica, denominada empleador o empresario*”. Artigo 9º: “*La legislación laboral española será de aplicación al trabajo que presten los trabajadores españoles contratados en España al servicio de empresas españolas en el extranjero, sin perjuicio de las normas de orden público aplicables en el lugar de trabajo. Dichos trabajadores tendrán, al menos, los derechos económicos que les corresponderían de trabajar en territorio español*”.

<sup>217</sup> Ibidem. Artigo 3º: “Fuentes de la relación laboral. 1. Los derechos y obligaciones concernientes a la relación laboral se regulan: (...) c) Por la voluntad de las partes manifestada en el contrato de trabajo, siendo su objeto lícito y sin que en ningún caso puedan establecerse en perjuicio del trabajador condiciones menos favorables o contrarias a las disposiciones legales y convenios colectivos antes expresados”.

<sup>218</sup> Ibidem. Artigo 4º: “Derechos laborales. 1. Los trabajadores tienen como derechos básicos, con el contenido y alcance que para cada uno de los mismos disponga su específica normativa, los de: a) Trabajo y libre elección de profesión u oficio. b) Libre sindicación. c) Negociación colectiva. d) Adopción de medidas de conflicto colectivo. e) Huelga. f) Reunión. g) Participación en la empresa. 2. En la relación de trabajo, los trabajadores tienen derecho: a) A la ocupación efectiva. b) A la promoción y formación profesional en el trabajo. c) A no ser discriminados para el empleo, o una vez empleados, por razones de sexo, estado civil, por la edad dentro de los límites marcados por esta Ley, raza, condición social, ideas religiosas o políticas, afiliación o no a un sindicato, así como por razón de lengua, dentro del Estado español. Tampoco podrán ser discriminados por razón de disminuciones físicas, psíquicas y sensoriales, siempre que se hallasen en condiciones de aptitud para desempeñar el trabajo o empleo de que se trate. d) A su integridad física y a una adecuada política de seguridad e higiene. e) Al respeto de su intimidad y a la consideración debida a su dignidad, comprendida la protección frente a ofensas verbales o físicas de naturaleza sexual. f) A la percepción puntual de la remuneración pactada o

O artigo 7º do referido Estatuto<sup>219</sup> traz disposições acerca da capacidade para contratar e da nulidade do contrato, prevendo que somente podem contratar aquelas pessoas que tenham plena capacidade de trabalhar, conforme previsão do Código Civil.

Por sua vez, o artigo 9º<sup>220</sup> trata das questões de nulidade do contrato, muito embora não faça referência expressa aos requisitos de validade, a doutrina<sup>221</sup> defende que o objeto do contrato laboral deve ser possível, lícito e determinável ou determinável, entendendo por lícito aquele contrato que não é contrário nem a uma lei nem aos bons costumes, considerando o contrato de uma prostituta ou de contrabando de drogas ilícitos.

Já o artigo 17 do *Estatuto de Los Trabajadores*<sup>222</sup> prevê a não discriminação das relações laborais, considerando nulos e sem efeitos os preceitos regulamentários, as cláusulas de convênios coletivos, os pactos individuais e as decisões unilaterais do empresário que contenham discriminações desfavoráveis por razão de idade ou quando contenha

legalmente establecida. g) Al ejercicio individual de las acciones derivadas de su contrato de trabajo. h) A cuantos otros se deriven específicamente del contrato de trabajo”.

<sup>219</sup> Ibidem. Artigo 7. “Capacidad para contratar. Podrán contratar la prestación de su trabajo: a) Quienes tengan plena capacidad de obrar conforme a lo dispuesto en el Código Civil. b) Los menores de dieciocho y mayores de dieciséis años, que vivan de forma independiente, con consentimiento de sus padres o tutores, o con autorización de la persona o institución que les tenga a su cargo. Si el representante legal de una persona de capacidad limitada la autoriza expresa o tácitamente para realizar un trabajo, queda ésta también autorizada para ejercitar los derechos y cumplir los deberes que se derivan de su contrato y para su cesación. c) Los extranjeros, de acuerdo con lo dispuesto en la legislación específica sobre la materia”.

<sup>220</sup> Ibidem. Artigo 9: “Validez del contrato. 1. Si resultase nula sólo una parte del contrato de trabajo, éste permanecerá válido en lo restante, y se entenderá completado con los preceptos jurídicos adecuados conforme a lo dispuesto en el número uno del artículo tercero de esta Ley. Si el trabajador tuviera asignadas condiciones o retribuciones especiales en virtud de contraprestaciones establecidas en la parte no válida del contrato, la jurisdicción competente que a instancia de parte declare la nulidad hará el debido pronunciamiento sobre la subsistencia o supresión en todo o en parte de dichas condiciones o retribuciones. 2. En caso de que el contrato resultase nulo, el trabajador podrá exigir, por el trabajo que ya hubiese prestado, la remuneración consiguiente a un contrato válido”.

<sup>221</sup> SIURANETA, David et al. **Todo lo que hay que saber sobre El derecho Del trabajo: derechos y obligaciones**, p. 36. tradução nossa.

<sup>222</sup> **Estatuto de los Trabajadores de España, op. cit.** Artigo 17: “No discriminación en las relaciones laborales. 1. Se entenderán nulos y sin efecto los preceptos reglamentarios, las cláusulas de los convenios colectivos, los pactos individuales y las decisiones unilaterales del empresario que contengan discriminaciones desfavorables por razón de edad o cuando contengan discriminaciones favorables o adversas en el empleo, así como en materia de retribuciones, jornada y demás condiciones de trabajo por circunstancias de sexo, origen, estado civil, raza, condición social, ideas religiosas o políticas, adhesión o no a sindicatos y a sus acuerdos, vínculos de parentesco con otros trabajadores en la empresa y lengua dentro del Estado español. 2. Podrán establecerse por ley las exclusiones, reservas y preferencias para ser contratado libremente. 3. No obstante lo dispuesto en el apartado anterior, el Gobierno podrá regular las medidas de reserva, duración o preferencia en el empleo que tengan por objeto facilitar la colocación de trabajadores demandantes de empleo. Cuando se utilice la contratación temporal como medida de fomento al empleo la duración del contrato no podrá exceder de tres años. La terminación de estos contratos dará derecho a la compensación económica que reglamentariamente se establezca. Asimismo, el Gobierno podrá otorgar subvenciones, desgravaciones y otras medidas para fomentar el empleo de grupos específicos de trabajadores desempleados que encuentren dificultades especiales para acceder al empleo. La regulación de las mismas se hará previa consulta a las organizaciones sindicales y asociaciones empresariales más representativas”.



discriminações favoráveis ou adversas no emprego, assim como me matéria de retribuições de jornada e demais condições de trabalho por circunstancia de sexo, origem, estado civil, raça condição social, idéias religiosas ou políticas, etc. O artigo 28<sup>223</sup>, a seu turno, também estabelece a igualdade de remuneração, sem discriminação alguma por causa do sexo.

Como se viu, muito embora reste garantida a igualdade das mulheres e diversos direitos aos trabalhadores, as mulheres traficadas com o fim de exploração sexual não têm seus direitos garantidos. Embora o Código Penal Espanhol preveja que o crime somente é cometido por aquele que determine, empregando violência, intimidação ou engano, ou abusando de uma situação de superioridade ou de necessidade ou vulnerabilidade da vítima, a pessoa maior de idade a exercer a prostituição ou manter-se nela e por aquele que lucre com a exploração da prostituição, mesmo com o consentimento da trabalhadora, esta situação é exatamente a encontrada no caso de tráfico de mulheres para exploração sexual. O contrato de trabalho que poderia ser firmado com a trabalhadora e os donos de clubes de alterne padeceria de nulidade quanto à licitude do objeto. Sendo o trabalho prestado por conta própria, o crime não se configura, já que não há a criminalização nem da prostituta, nem do cliente, mas neste caso não há como se falar em relação de emprego, já que o trabalho é prestado de forma autônoma e eventual.

Não obstante o disposto no artigo 9º do *Estatuto de Los Trabajadores*, que prevê que o trabalhador pode exigir o recebimento dos direitos pelo trabalho que já foi prestado, como se o contrato fosse válido, conforme previsão do artigo 36 do *Estatuto de los Extranjeros* de Espanha<sup>224</sup> (Lei Orgânica 04/2000, alterada pela Lei Orgânica 08/2000), **no caso de contrato de estrangeiro sem as formalidades legais não haverá a nulidade em**

<sup>223</sup> Ibidem. Artigo 28: “El empresario está obligado a pagar por la prestación de un trabajo de igual valor el mismo salario, tanto por salario base como por los complementos salariales, sin discriminación alguna por razón de sexo”.

<sup>224</sup> **Ley Orgánica Nº 4/2000 - Ley de Extranjería de España.** Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0963.pdf>. Acesso em 30.06.2008. Artigo 36: “Artículo 36. Autorización para la realización de actividades lucrativas. 1. Los extranjeros mayores de dieciséis años para ejercer cualquier actividad lucrativa, laboral o profesional, deberán obtener, además del permiso de residencia o autorización de estancia, una autorización administrativa para trabajar. 2. Cuando el extranjero se propusiera trabajar por cuenta propia o ajena, ejerciendo una profesión para la que se exija una titulación especial, la concesión del permiso se condicionará a la tenencia y, en su caso, homologación del título correspondiente. También se condicionará a la colegiación, si las leyes así lo exigiesen. 3. Los empleadores que deseen contratar a un extranjero no autorizado para trabajar deberán obtener previamente, conforme a lo dispuesto en el apartado 1 de este artículo, autorización del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. La carencia de la correspondiente autorización por parte del empleador, sin perjuicio de las responsabilidades a que dé lugar, no invalidará el contrato de trabajo respecto a los derechos del trabajador extranjero. 4. En la concesión inicial de la autorización administrativa para trabajar podrán aplicarse criterios especiales para determinadas nacionalidades en función del principio de reciprocidad”

**decorrência da ilicitude de objeto.** Contudo, não se verifica a aplicação deste dispositivo no caso de exploração sexual, de forma que, salvo algumas decisões, os direitos continuam não sendo garantidos.

A sentença da Audiência Nacional de 23 de dezembro de 2003<sup>225</sup>, posteriormente ratificada no ano de 2004 pelo Tribunal Supremo, trouxe uma importante contribuição na questão do trabalho sexual. Esta sentença diz respeito ao pedido de reconhecimento da associação de empresários Mesalina como associação empresarial no registro de Dirección Geral de Trabalho. Referida associação tem por atividade a gestão de estabelecimentos públicos hoteleiros destinados a dispensar produtos ou serviços a terceiras pessoas, alheias ao estabelecimento, que exerçam o alterne e a prostituição por conta própria. Os fins da associação se concretizam na defesa e promoção dos interesses econômicos e sociais próprios do setor empresarial a que pertencem os associados e em concreto na negociação coletiva laboral, na proposição de conflitos coletivos de trabalho, no diálogo social, na participação institucional nos organismos públicos das administrações laborais e quaisquer outros que derivem logicamente dos anteriores. O registro solicitado administrativamente à Dirección Geral do Trabalho foi denegado. Contudo, judicialmente foi reconhecido o direito ao referido registro, alegando o Tribunal que o nome a que se denomina a instituição pode ser por ela escolhido e que a questão da prostituição por conta própria ser uma atividade tolerada, embora não seja criminalizada no Código Penal espanhol, é uma discussão antijurídica, não sendo uma razão alegável perante o Tribunal. A sentença distinguiu entre tolerância, igualdade e liberdade, afirmando que se tolera quando se está em uma situação de poder e não de igualdade e que se tolera quando as pessoas não são livres e iguais. Fez referência de que em um Estado Constitucional de direito a tolerância não tem sentido e que se tem que falar em direitos e liberdades, e respeito e amparo obrigatório não potestativo para o Estado. Assim, concluiu que se deve reconhecer a liberdade de empresa sem fazê-la depender da maior ou menor diligência reguladora dos poderes públicos na hora de se reconhecer como atividade laboral. Reconheceu, assim, que a prostituição livre, desenvolvida por pessoas maiores de idade e sempre que o seu consentimento não se encontre viciado, é lícita na Espanha se exercida por conta própria.

---

<sup>225</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth, op. cit. , p 30-33. LÓPEZ Y MORA, Frederic. **Prostitución y estatuto profesional**. In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 164.

De outra parte, a Associação Nacional de Empresários de Locais de Alterne – ANELA<sup>226</sup> foi reconhecida pelo Ministério do Trabalho, restando garantida sua ação e defesa como associação empresarial no campo do trabalho assalariado. Esta associação é uma organização empresarial que associa diferentes empresários de clubes de alternes. Tem como objetivo geral dignificar sua atividade desde o mais absoluto respeito à legalidade vigente e em defesa de justos interesses empresariais. Esta associação se propõe à consecução de ordenanças locais nas Prefeituras, combinando ações de denúncia de competência ilegal, que se concretizam de forma clara na prostituição de rua e em apartamentos de forma autônomas. Segue produzindo os imaginários sociais estigmatizantes sobre as mulheres que exercem a prostituição de forma autônoma. Defendem os interesses dos empresários contra os interesses das trabalhadoras do setor que trabalha por conta própria, estando ligada a setores de extrema direita.

Em Bilbao, a Prefeitura aprovou em 12 de maio de 1999 uma Ordenança Municipal sobre estabelecimentos públicos dedicados a prostituição<sup>227</sup>, tendo por objetivo fixar as distâncias mínimas entre locais e o regime jurídico aplicado, ao menos no que se refere aos requisitos de higiene e sanitários, aplicando-se a todos os locais abertos ao público em que habitualmente se desenvolva uma atividade de prostituição declarada ou não, tanto se é exercida no local, como se o local servir de ponto de encontro, independente da atividade principal e do nome comercial do local.

Em Catalunha, no ano de 2003, também foi realizada uma Ordenança Municipal para regular os locais de pública concorrência onde se exerce a prostituição, por meio do Decreto do Governo Catalão 217/2002 de 01 de agosto. A este Decreto, seguiu-se a Ordem 335/2003, de 14 de junho, através do qual se aprovou a Ordenança Municipal sobre os locais de pública concorrência onde se exerce a prostituição<sup>228</sup>.

---

<sup>226</sup> HERRERO, Sylvia Gay. **Fórmulas jurídicas reconocedoras de los derechos profesionales de las trabajadoras sexuales.** In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p.128-129, tradução nossa. PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 26-30, tradução nossa.

<sup>227</sup> CUENCA, Encarna Carmona. **¿Es la prostitución una vulneración de derechos fundamentales?** In: SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 60. PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 75. tradução nossa.

<sup>228</sup> CUENCA, Encarna Carmona, op. cit., p. 60. PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 76 e 84, tradução nossa.

É importante citar a proposta de lei de reconhecimento dos direitos sociais das pessoas que exercem profissionalmente a atividade de alterne, do Parlamento de Navarra, de abril de 1999<sup>229</sup>, que prevê o reconhecimento do exercício de alterne remunerado, preceituando que tanto as pessoas trabalhadoras como os empresários envolvidos com o alterne estão sujeitos as obrigações derivadas do exercício de uma atividade lucrativa e terão direito a obter cobertura legal e prestações sociais derivadas do cumprimento de suas obrigações, dentro de um marco de normalização das relações sócio-laborais. Também há previsão neste projeto de que as pessoas estrangeiras terão direito a exigir um pré-contrato laboral e o empresário terá a obrigação de proporcioná-lo em dia para proporcionar a legalização de sua situação no país, aceder a uma vivenda digna ou qualquer outra medida que regularize sua situação. Há também preocupação e proteção contra o abuso e a exploração<sup>230</sup>.

O setor de alterne está em destaque, havendo diversas sentenças de diferentes transcendências, em que as demandantes são trabalhadoras assalariadas denominadas “chicas de alterne”. Algumas são provenientes de Juízes e Magistrados do Social que qualificam a atividade de alterne como laboral e declaram a existência de relação laboral para aqueles que prestam serviços de alterne de forma pessoal, voluntária, remunerada, por conta alheia e dentro de seu âmbito de direção, possuindo um contrato de trabalho, proteção laboral e seguridade social como qualquer outra trabalhadora. Outras, provenientes dos Magistrados do Contencioso-Administrativo, anulando as resoluções administrativas de expulsão de cidadãs estrangeiras, que desempenhavam a prostituição e careciam de meios lícitos de vida já que tinham sido encontradas em clubes de alternes. Também outras sentenças de natureza penal, escassas até o momento, pronunciaram-se no sentido de que é um delito contra o direito dos trabalhadores “contratar laboralmente mulheres estrangeiras que exercem prostituição em clube de alterne, carecendo de permissão de trabalho e de vistos e de direitos sociais”, ou “sem comunicar-se a autoridade laboral nem dar alta na Seguridade Social”, ou “induzir a mulheres estrangeiras a vir para a Espanha a exercer a prostituição prometendo-as melhores condições que as reais, para levá-las a exercer a prostituição em um local, com cujo o proprietário, conhecedor de sua condição de estrangeiras sem permissão de trabalho, dividiam as ganâncias pela metade”<sup>231</sup>.

---

<sup>229</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 82-83, tradução nossa.

<sup>230</sup> Disponível em <http://www.parlamento-navarra.es/castellano/boletines/1999/B1999015.pdf>. Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel, op. cit., p. 279-285, tradução nossa.

<sup>231</sup> HERRERO, Sylvia Gay, op. cit., p.129-130, tradução nossa.

O Tribunal Supremo, em um primeiro momento, não vinha reconhecendo a atividade desenvolvida em alternes como laboral até 1981, sendo que, após esta data, passou a ser observada uma mudança em relação ao enquadramento, passando a ser aceito, finalmente, a possibilidade de existência de um contrato de trabalho (Sentença do Tribunal Supremo de 03 de março de 1981, de 04 e 25 de fevereiro de 1988, de 13 de março de 1997, de 15 de junho e de 20 de outubro de 1998, e Sentença do Tribunal Superior de Justiça de Cataluña, de 17 de setembro de 2003)<sup>232</sup>.

A sentença de 20 de novembro do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias<sup>233</sup> – TJE, assunto c-268/99, Malgorzata Jany e outras, reconhece que a prostituição pode ser uma atividade econômica a ser exercida por conta própria e sob responsabilidade de cada trabalhadora.

Por fim, dentre muitas decisões, também é importante citar a sentença do Tribunal Superior de Justiça de Andalucia<sup>234</sup>, que obriga a reconhecer 12 camareiras de um clube de Córdoba, sentença que, conhecida e divulgada entre as mulheres que exercem a prostituição em clube de alterne, suporia uma melhora nas suas condições de trabalho.

### 3.3 - Legislação brasileira.

#### 3.3.1 - CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

A Constituição Federal de 1988 prevê, repetidamente, a garantia dos direitos humanos e da dignidade humana e a não discriminação, por qualquer motivo.

Em seu artigo 1º<sup>235</sup>, estabelece como fundamento da República Federativa do Brasil, a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

<sup>232</sup> LÓPEZ Y MORA, Frederic, op. cit., p. 164-166, tradução nossa.

<sup>233</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth, op. cit., p. 34, tradução nossa.

<sup>234</sup> Ibidem, p. 29, tradução nossa.

<sup>235</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Art. 1º da Constituição Federal: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Já em seu artigo 3º<sup>236</sup>, preceitua como objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

O artigo 4º<sup>237</sup> também é claro ao prever que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos princípios da prevalência dos direitos humanos.

Importante observar que os princípios e fundamentos constitucionais buscam o respeito à dignidade humana, com a erradicação da pobreza e da marginalização e com a promoção do bem de todos, sem qualquer discriminação. Tais fundamentos sempre devem ser observados ao aplicar a Carta Magna, já que na existência de conflitos, deve-se sempre buscar os seus fundamentos e objetivos principais, que não podem ser esquecidos no momento de dar efetividade às garantias jurídicas já estabelecidas.

Além de buscar o verdadeiro significado da norma e da harmonia do texto constitucional com sua finalidade, temos sempre que ter em mente que a dignidade humana é um fundamento da República Federativa do Brasil<sup>238</sup> (artigo 1, III), que dentre os seus objetivos fundamentais está construir uma sociedade livre, justa e solidária, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (artigo 3º, incisos I, III e IV) e que as suas relações internacionais tem por base o princípio da prevalência dos direitos humanos.

Assim, havendo um conflito na aplicação das normas, deve sempre prevalecer o entendimento que resguarde os direitos humanos e a dignidade da pessoa humana.

---

<sup>236</sup> Ibidem. Art. 3º da Constituição Federal: “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; II - garantir o desenvolvimento nacional; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

<sup>237</sup> Ibidem. Art. 4º da Constituição Federal: “A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I - independência nacional; II - prevalência dos direitos humanos; III - autodeterminação dos povos; IV - não-intervenção; V - igualdade entre os Estados; VI - defesa da paz; VII - solução pacífica dos conflitos; VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX - cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X - concessão de asilo político. Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

<sup>238</sup> BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988).**

A seu turno, o artigo 5º, caput, inciso I<sup>239</sup>, também é claro ao prever a igualdade de todos perante a lei, sem qualquer discriminação, estabelecendo que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Especificamente quanto aos direitos sociais, o artigo 7º, nos seus incisos XX e XXX, da Constituição Federal<sup>240</sup>, determina a proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei e a proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

No que tange à ordem econômica, a Constituição também preceitua, em seu artigo 170<sup>241</sup>, que ela está fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social.

Quanto aos tratados e convenções internacionais que versem sobre direitos humanos, a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, previu a possibilidade destas convenções serem incorporadas ao ordenamento jurídico nacional na qualidade ordinária (artigo 49, I, e 84, VIII, CF) ou constitucional (artigo 5º, parágrafo 3º, CF<sup>242</sup>). A alteração demonstra a intenção do legislador nacional de valorizar os tratados internacionais, tendo força de emenda à Constituição.

Desta forma, tendo por base os princípios constitucionais trazidos no ordenamento jurídico brasileiro, conclui-se que a garantia dos direitos das trabalhadoras e a ausência de

---

<sup>239</sup> Ibidem. Art. 5º da Constituição Federal: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

<sup>240</sup> Ibidem. Art. 7º da Constituição Federal: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: XX - proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei; XXX - proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil”.

<sup>241</sup> Ibidem. Art. 170 da Carta Magna: “A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: I - soberania nacional; II - propriedade privada; III - função social da propriedade; IV - livre concorrência; V - defesa do consumidor; VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais; VIII - busca do pleno emprego; IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei”.

<sup>242</sup> Ibidem. § 3º do artigo 5º da Carta Magna: “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais”.

qualquer discriminação deve ser prioridade quando da aplicação da lei, porque, caso contrário, afrontará diretamente os objetivos fundamentais trazidos na norma constitucional.

### **3.3.2- CÓDIGO PENAL. LEI CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).**

O Código Penal brasileiro traz diversas disposições acerca do tráfico de pessoas, da redução à condição análoga a de escravo e da prostituição sexual.

O artigo 149<sup>243</sup> conceitua o que se configura como reduzir alguém à condição análoga a de escravo, prevendo hipóteses alternativas para a configuração do crime. Desta forma, tanto quem submete alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, pratica o crime, respondendo por uma pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. A disposição legal inclui também, como autor do crime, aquela pessoa que cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho, sendo aumentada a pena de metade se praticada contra criança ou adolescente ou por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Já o crime previsto no artigo 197<sup>244</sup> do Código Penal também pode ser praticado pelas redes de tráfico de pessoas, já que dispõe acerca do atentado contra a liberdade de

---

<sup>243</sup> **Código Penal Brasileiro**, op. cit. Artigo 149: “Redução a condição análoga à de escravo - Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). § 1º Nas mesmas penas incorre quem: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003. I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). § 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). I – contra criança ou adolescente; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003). II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem. (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

<sup>244</sup> *Ibidem*. Artigo 197: “Art. 197 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça: I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinados dias: Pena - detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência; II -



trabalho, sendo crime constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça: I - a exercer ou não exercer arte, ofício, profissão ou indústria, ou a trabalhar ou não trabalhar durante certo período ou em determinado; e abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica. No caso daquelas mulheres traficadas que sequer tinham conhecimento que iriam desempenhar a prostituição, e chegando em outro país, são obrigadas a exercê-la, configura-se claramente o crime de atentado contra a liberdade de trabalho.

O disposto no artigo 203<sup>245</sup> é aplicável no caso em exame, já que prevê o crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, tipificando a conduta daquele que frustre, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho, incorrendo na mesma pena aquele que obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida e aquele que impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. No tráfico de mulheres esta conduta é quase sempre utilizada. Além da dívida existente pela viagem realizada, as mulheres são constrangidas a comprarem todas as mercadorias necessárias para o desempenho do seu trabalho do próprio empregador, como preservativos, roupas, lençóis, toalhas, além de permanecerem com uma dívida impagável quanto ao local em que prestam o serviço e em que vivem.

Os artigos 206<sup>246</sup> e 207<sup>247</sup> do Código Penal também são importantes no combate ao tráfico de pessoas, já que prevêm o aliciamento para fim de imigração, sendo crime

---

a abrir ou fechar o seu estabelecimento de trabalho, ou a participar de parede ou paralisação de atividade econômica: Pena - detenção, de três meses a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência.

<sup>245</sup> Ibidem. Artigo 203: “Frustração de direito assegurado por lei trabalhista. Art. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho: Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). § 1º Na mesma pena incorre quem: (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida; (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998).

<sup>246</sup> Ibidem. Artigo 206: “Aliciamento para o fim de emigração. Art. 206 - Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993). Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos e multa. (Redação dada pela Lei nº 8.683, de 1993)”.

<sup>247</sup> Ibidem. Artigo 207: “Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional. Art. 207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional: Pena - detenção de um a três anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). § 1º Incorre na mesma

recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro, e o aliciamento de trabalhadores de um lugar para outro, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional, incorrendo na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

Quanto ao tráfico de pessoas propriamente dito, o Código Penal brasileiro possui um capítulo específico tratando do tema, com seis artigos<sup>248</sup>.

O artigo 227<sup>249</sup> do Código Penal prevê a mediação para servir a lascívia de outrem, estabelecendo como crime a indução de alguém a satisfazer a lascívia de outrem, sendo aumentada a pena se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, e aplicada a pena também de multa se o crime é cometido com o fim de lucro.

O artigo 228<sup>250</sup>, a seu turno, prevê o crime do favorecimento da prostituição, tipificando a conduta daquele que induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone, sendo aumentada a pena se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, como, em regra, ocorre no caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, e aplicada também multa se for cometido com o fim de lucro.

---

pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998). § 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental. (Incluído pela Lei nº 9.777, de 29.12.1998)”.

<sup>248</sup> Ibidem. CAPÍTULO V. DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

<sup>249</sup> Ibidem. Artigo 227: “Mediação para servir a lascívia de outrem. Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de um a três anos. § 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005) Pena - reclusão, de dois a cinco anos. § 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa”.

<sup>250</sup> Ibidem. Artigo 228: “Favorecimento da prostituição. Art. 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição ou a outra forma de exploração sexual, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone: Pena - reclusão, de dois a cinco anos. § 1º - Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do artigo anterior: Pena - reclusão, de três a oito anos. § 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa”.

Já o artigo 229<sup>251</sup> criminaliza aquele que mantém, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Ou seja, mesmo sem o objetivo de lucro o crime se configura, o que difere da legislação espanhola.

O artigo 230<sup>252</sup> traz a figura do rufião, prevendo a prática de crime por aquele que tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça, havendo aumento de pena se há emprego de violência ou grave ameaça.

Por fim, o artigo 231<sup>253</sup> prevê, expressamente, a figura do tráfico internacional de pessoas, tipificando como crime quem promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de pessoa que venha exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro, incorrendo na mesma pena quem agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transporta-la, transferi-la ou aloja-la. Também há o aumento da pena no caso do emprego de violência, grave ameaça ou fraude e multa, além da pena correspondente à violência.

---

<sup>251</sup> Ibidem. Artigo 229: “Casa de prostituição. Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa”.

<sup>252</sup> Ibidem. Artigo 230: “Rufianismo. Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º - Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) § 2º - Se há emprego de violência ou grave ameaça: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à violência”.

<sup>253</sup> Código Penal Brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em 11 de julho de 2016. Artigo 231: “Tráfico internacional de pessoas. Art. 231. Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º A pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)”.

Também foi tipificado o tráfico interno de pessoas, com a penalização daquele que promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual<sup>254</sup>.

Conforme ensina Damásio de JESUS<sup>255</sup>, para a consumação do crime não é necessário o exercício efetivo da prostituição, bastando que o deslocamento da mulher tenha por propósito a prostituição. Contudo, Damásio de defende que nos casos em que há o consentimento da mulher para desempenhar a prostituição, o sujeito passivo do delito é a sociedade, em virtude da defesa da moral pública e dos bons costumes. *Data venia*, não se pode concordar com esta afirmação. A prostituição desempenhada autonomamente e com o consentimento da mulher, sem qualquer submissão a condições degradantes à dignidade humana, não ofende qualquer moral pública, sendo que o bem jurídico a ser protegido será sempre os direitos humanos destas trabalhadoras. A moral pública não pode ser tida como bem jurídico a ser protegido, porque o simples exercício da profissão, sem qualquer coação, não pode ser tido como ofensivo à sociedade.

Muito embora a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, tenha alterado o artigo 231 do Código Penal, substituindo o termo “mulher” por “pessoa”, o presente dispositivo ainda merece críticas, porque somente prevê o tráfico internacional no caso de exploração sexual, deixando desprotegidas as outras hipóteses de tráficos de seres humanos, como para adoção, transplante de órgãos e trabalho em condição análoga a de escravo ou mediante servidão.

<sup>254</sup> Ibidem. Artigo 231<sup>a</sup>: “Tráfico interno de pessoas (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005). Art. 231-A. Promover, intermediar ou facilitar, no território nacional, o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento da pessoa que venha exercer a prostituição: (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005) Pena – reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005). Parágrafo único. Aplica-se ao crime de que trata este artigo o disposto nos §§ 1o e 2o do art. 231 deste Decreto-Lei. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)”. Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1o Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) . § 2o A pena é aumentada da metade se: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3o Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)”.

<sup>255</sup> JESUS, Damásio de, op. cit. p. 81-85, 87-88 e 101.

A Lei nº 12015/2009 alterou o conceito de tráfico de pessoas acrescentando que o tipo penal é específico para o tráfico para fins de exploração sexual, fazendo expressa referência da necessidade de prostituição ou qualquer outro tipo de exploração sexual<sup>256</sup>.

O Código Penal de 1940, em sua redação original, previa no art. 231 o tráfico de mulheres que, com o advento da Lei nº 11.106/05 passou a ter dupla tipificação – tráfico internacional de pessoas (art. 231) e tráfico interno de pessoas (art. 231-A). Essa importante modificação legislativa, permitiu que não apenas as mulheres, como os homens passassem a ter a proteção penal, com a tutela da moralidade sexual e da própria dignidade humana. De fato, embora o mais comum seja o tráfico de mulheres, tem se tornado mais frequente o tráfico de homens (travestis, heterossexuais, bissexuais e homossexuais). Atualmente, com o advento da Lei nº 12.015, a redação do caput teve uma alteração não muito significativa, ao suprimir do núcleo do tipo, o verbo intermediar, substituir a palavra pessoa por alguém, e acrescentar a expressão outra forma de exploração sexual. No entanto, o agente que intermediar a entrada no território nacional de alguém que venha exercer a prostituição ou a saída de pessoa para exercê-la no estrangeiro, continuará a incorrer no delito em apreço, por

---

<sup>256</sup> Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º A pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009), § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 2º A pena é aumentada da metade se: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

força do novo §1º que prevê incorrer na mesma pena do caput, o agente que realizar uma das diversas condutas ali previstas, que englobam a intermediação. A mera substituição da palavra pessoa por alguém não altera em nada o dispositivo legal. Assim, a única alteração mais significativa no caput do art. 231 foi a utilização da fórmula genérica após o vocábulo prostituição, qual seja, outra forma de exploração sexual. O §1º, do art. 231, agora prevê uma série de condutas que se equiparam aquelas duas mencionadas no caput. Assim, estão sujeitos as mesmas penas quem agenciar, isto é, negociar. Aliciar (atrair, convidar, seduzir), e, finalmente, comprar a pessoa traficada. Ou ainda, tendo conhecimento que a pessoa será traficada, transportá-la (conduzi-la), transferi-la (mudá-la) ou alojá-la (abrigá-la, hospedá-la). Trata-se um tipo penal de conteúdo múltiplo, bastando a realização de uma única conduta descrita. Registre-se que é irrelevante que a vítima ingresse legalmente ou não no país. Portanto, é necessário que a conduta, por exemplo, de promover a saída de alguém, tenha como finalidade a exploração sexual, o que constitui o dolo específico do tipo, evidenciado inclusive, no título desse crime ao se usar a expressão "para fim de exploração sexual"<sup>257</sup>

Quanto à aplicação da lei brasileira aos casos de tráfico de pessoas, os artigos 5º a 8º do Código Penal<sup>258</sup> deixam claro que o crime será julgado no Brasil e que será aplicada a legislação brasileira, no caso de crimes cometidos no território nacional, sem prejuízo do processamento e julgamento na Espanha, no caso dos atos realizados naquele país. Além

<sup>257</sup> DELGADO, Yordan Moreira. **Comentários à Lei nº 12.015/09**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2289, 7 out. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13629>>. Acesso em: 2 nov. 2010.

<sup>258</sup> Ibidem. “**Art. 5º** - Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional. § 1º - Para os efeitos penais, consideram-se como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar. § 2º - É também aplicável a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou embarcações estrangeiras de propriedade privada, achando-se aquelas em pouso no território nacional ou em voo no espaço aéreo correspondente, e estas em porto ou mar territorial do Brasil. **Art. 6º** - Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado. **Art. 7º** - Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro. ... II - os crimes: a) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir; b) praticados por brasileiro; c) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e aí não sejam julgados. § 1º - Nos casos do inciso I, o agente é punido segundo a lei brasileira, ainda que absolvido ou condenado no estrangeiro. § 2º - Nos casos do inciso II, a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: a) entrar o agente no território nacional; b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. § 3º - A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior: a) não foi pedida ou foi negada a extradição; b) houve requisição do Ministro da Justiça. Pena cumprida no estrangeiro. **Art. 8º** - A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

disso, o Código Penal é expresso ao prever ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir e aqueles praticados por brasileiro, sendo que a aplicação da lei brasileira depende do concurso das seguintes condições: a) entrar o agente no território nacional; b) ser o fato punível também no país em que foi praticado; c) estar o crime incluído entre aqueles pelos quais a lei brasileira autoriza a extradição; d) não ter sido o agente absolvido no estrangeiro ou não ter aí cumprido a pena; e) não ter sido o agente perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável. A lei brasileira aplica-se também ao crime cometido por estrangeiro contra brasileiro fora do Brasil, se, reunidas as condições previstas no parágrafo anterior: a) não foi pedida ou foi negada a extradição; b) houve requisição do Ministro da Justiça.

Ainda é importante registrar a proteção penal brasileira no que tange aos menores de idade. De acordo com o disposto nos artigos 238, 239 e 244A do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)<sup>259</sup> é crime prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa, bem como promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. Por fim, a submissão de criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual também é previsto como crime, com pena de reclusão de quatro a dez anos, e multa.

No que tange à violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha materializa o resultado da luta de grupos sociais por seus direitos. É resultado de lutas sociais e demonstra a importância da atuação social para a criação de garantias efetivas. Referida Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir,

---

<sup>259</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 13 de julho de 2016. “Art. 238. Prometer ou efetivar a entrega de filho ou pupilo a terceiro, mediante paga ou recompensa: Pena - reclusão de um a quatro anos, e multa. Parágrafo único. Incide nas mesmas penas quem oferece ou efetiva a paga ou recompensa. Art. 239. Promover ou auxiliar a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro: Pena - reclusão de quatro a seis anos, e multa. Parágrafo único. Se há emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de 6 (seis) a 8 (oito) anos, além da pena correspondente à violência. Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa. § 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. § 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento”.

Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, nos termos do disposto em seu artigo 1º<sup>260</sup>.

Também preceitua em seu artigo 2º que toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. Devendo, na forma do seu artigo 3º, ser asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Em seu artigo 5º, conceitua violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

A Lei Maria da Penha não teve seu nome escolhido aleatoriamente, tratando-se de uma homenagem realizada a uma mulher que foi violentada pelo marido, o qual não foi punido pelas leis então vigentes. A mulher violentada ficou paraplégica. A repercussão foi de tal ordem que o Centro pela Justiça e o Direito Internacional – CEJIL e o Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher – CLADEM formalizaram denúncia à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Apesar de, por quatro vezes, a Comissão ter solicitado informações ao governo brasileiro, nunca recebeu nenhuma resposta. O Brasil foi condenado internacionalmente em 2001. O Relatório da OEA, além de impor o pagamento de indenização no valor de 20 mil

<sup>260</sup> **Lei nº 11340, de 07 de agosto de 2006.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em 22.7.08.



dólares em favor de Maria da Penha, responsabilizou o Estado brasileiro por negligência e omissão em relação à violência doméstica, recomendando a adoção de várias medidas, entre elas ‘simplificar os procedimentos judiciais penais a fim de que possa ser reduzido o tempo processual’. Foi em face da pressão sofrida por parte da OEA que o Brasil, finalmente, cumpriu as convenções e tratados internacionais dos quais é signatário. Daí a referência constante da ementa contida na Lei Maria da Penha à Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e à Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Ou seja, a Lei Maria da Penha surgiu como imposição da OEA ao Brasil para que cumprisse as convenções e os tratados internacionais dos quais faz parte no sentido de tomar as medidas legislativas (entre outras) para acabar com a discriminação sofrida pela mulher – em respeito à igualdade material, substancial, cumpre-me acrescentar<sup>261</sup>.

Importante acrescentar que uma das causas da ocorrência do tráfico de pessoas é a impunidade. Como se verifica em relevante levantamento realizado por Damásio de JESUS<sup>262</sup>, o número de casos que chegaram aos tribunais envolvendo tráfico de mulheres é muito pequeno, totalizando vinte e três julgados, e de redução a condição análoga a de escravo também, sendo encontrados dezesseis julgados.

Por fim, a competência para julgar o crime de tráfico internacional de pessoas é da Justiça Federal, conforme preceitua o artigo 109, inciso V, da Constituição Federal, quando prevê que os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente, a competência é dos juízes federais.

### **3.3.3-CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA.**

A Consolidação das Leis do Trabalho<sup>263</sup> estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, prevendo como empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviço, equiparando ao empregador, para os efeitos exclusivos da

<sup>261</sup> VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Da constitucionalidade e da conveniência da Lei Maria da Penha**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=11030>. Acesso em 25.07.08.

<sup>262</sup> JESUS, Damásio de, op. cit., p. 170-182.

<sup>263</sup> BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**.

relação de emprego, os profissionais liberais, as instituições de beneficência, as associações recreativas ou outras instituições sem fins lucrativos que admitirem trabalhadores e como empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário (artigos 1º, 2º e 3º da CLT).

O contrato de trabalho é nulo nos mesmos casos de nulidade do ato jurídico em geral (artigo 166 do Código Civil) ou quando concluído com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar as normas de proteção do trabalho (artigo 9º da CLT). Em geral, mesmo sendo nulo o contrato, há a produção de efeitos, já que, em tese, a nulidade opera efeitos *ex tunc*, retroagindo ao instante de sua formação. Contudo, o contrato de trabalho é um contrato de caráter sucessivo, cujos efeitos, uma vez produzidos, não podem desaparecer retroativamente. Assim, já que o empregador não pode devolver a prestação de trabalho, não se pode aplicar o princípio da retroatividade das nulidades, daí porque os salários que já foram pagos não devem ser restituídos, correspondendo como a contraprestação de uma prestação definitivamente realizada, e mesmo que não tenha sido pago, deve ser, porque não pode ocorrer o enriquecimento ilícito, em detrimento de outrem. Contudo, de acordo com Arnaldo SÜSSEKIND e outros, se a nulidade decorre da ilicitude de objeto do contrato, a menos que o empregado tenha agido de boa-fé, ignorado o fim a que se destinava a prestação de trabalho, já não poderá reclamar o pagamento do serviço prestado, sendo necessário distinguir entre trabalho ilícito e trabalho proibido. Este último é o que, por motivos vários, a lei impede seja exercido por determinadas pessoas ou em determinadas circunstâncias, sem que essa proibição decorra de disposição criminal, como, por exemplo, no caso do menor de idade. Se se trata de trabalho simplesmente proibido, o trabalhador pode reclamar o que lhe caiba pelos serviços prestados, ainda que o contrato seja nulo<sup>264</sup>.

No mesmo sentido, Maurício DELGADO<sup>265</sup> afirma que:

há situações, porém, em que o tipo de nulidade existente inviabiliza, de modo cabal e absoluto, a aplicação da teoria especial justralhista (prevalecendo, pois a teoria clássica do Direito Civil – negando-se, desse modo, a produção de qualquer efeito trabalhista à prestação laborativa efetivada). Em tais situações a nulidade percebida é tão intensa, afrontando bem social tão relevante, que o Direito do Trabalho cede espaço à regra geral do Direito Comum, também negando qualquer repercussão justralhista à prestação laborativa concretizada.

Na verdade, em tais situações sequer se configura o valor-trabalho tutelado pela CONSTITUIÇÃO – por ser este um valor sempre aferido sob a ótica social, mesmo

<sup>264</sup> SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições do direito do trabalho**, v. 1, p. 248-250.

<sup>265</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**, p. 513.

que individualmente apropriado pelas partes. É o que se passaria com o chamado “trabalho ilícito”. Aqui, não existe efetivo trabalho (à luz da perspectiva constitucional, que enfoca o labor como a produção humana de bens e serviços sob a ótica social), mas, sim, atividade que conspira francamente contra o interesse público, não merecendo, a qualquer fundamento, proteção qualquer da ordem jurídica. Nas situações de atividade ilícita (ilicitude criminal, evidentemente), afasta-se a incidência da teoria justralhista especial de nulidades, retornando-se ao império da teoria feral do Direito Comum, negando-se a qualquer repercussão trabalhista à relação socioeconômica entre as partes.

No caso da prostituição, como está tipificado o crime daquele que mantém casas de prostituição, vem sendo aplicado o mesmo entendimento adotado ao jogo do bicho, consubstanciado na Orientação Jurisprudencial nº 199 do Tribunal Superior do Trabalho<sup>266</sup>, qual seja: “199. JOGO DO BICHO. CONTRATO DE TRABALHO. NULIDADE. OBJETO ILÍCITO (título alterado e inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. É nulo o contrato de trabalho celebrado para o desempenho de atividade inerente à prática do jogo do bicho, ante a ilicitude de seu objeto, o que subtrai o requisito de validade para a formação do ato jurídico.”. Contudo, evidente que são situações distintas, principalmente porque a atividade desempenhada somente pela prostituta, mesmo com a legislação atual, não é considerada crime, ao contrário do que ocorre no jogo do bicho, segundo porque no caso da prostituta que desempenha livremente a sua profissão, não há qualquer prejuízo a outras pessoas, a ser alegado como prejudicial, e terceiro porque no caso do tráfico de pessoas, exatamente por haver a submissão do ser humano a situações não dignas, o não reconhecimento dos direitos trabalhistas somente irá contribuir com a impunidade das pessoas vinculadas à rede de tráfico.

Neste sentido é a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA - DESCABIMENTO. ATIVIDADE ILÍCITA DO EMPREGADOR. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. RECURSO DE REVISTA. DESCABIMENTO. Guarda pertinência com a Orientação Jurisprudencial 199 da SBDI-I do TST e com o disposto nos arts. 104, II, e 166, II, do Código Civil decisão regional que não reconhece a validade do contrato de trabalho, face à atividade ilícita do empregador. Incidência do art. 896, § 4º, da CLT e da Súmula 333 do TST. Agravo de instrumento conhecido e desprovido. ATIVIDADE ILÍCITA DO EMPREGADOR. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO. Ao fundamento de que a atividade ilícita do Reclamado implica a nulidade do contrato de trabalho, o Regional negou provimento ao recurso ordinário do Reclamante (fls. 42/45). Assim se pronunciou: O autor sustenta a necessidade de reforma da decisão de 1ª instância porque não houve prova da ilicitude do empreendimento reclamado. Aduz ainda que, mesmo que tivesse existido atividade ilegal, a ré é uma empresa regular, com documentação contábil e alvará de funcionamento, não havendo falar em invalidade do contrato de

<sup>266</sup>

Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ\\_SDI\\_1/n\\_s1\\_181.htm#TEMA199](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_181.htm#TEMA199). Acesso em 13 de julho de 2016.

trabalho. Data máxima vênia, a decisão objurgada não merece nenhuma espécie de reparo já que, de fato, o Poder Judiciário não pode legitimar uma atividade prevista no código penal como crime: a exploração da prostituição. O argumento de que não houve demonstração da atividade ilícita da reclamada é absolutamente inconsistente porquanto tal prova abunda nos autos, inclusive com participação direta do autor na exploração da atividade de prostituição. Há nos autos cópia do processo penal instaurado contra a proprietária da empresa-ré e o autor em face da exploração da prostituição de menor. Os depoimentos das partes são recheados de detalhes sobre a atividade ilícita da ré, tendo o autor gerenciado o negócio, inclusive com as chaves dos quartos para que os clientes pudessem valer-se da atividade por ele desenvolvida. Não é possível legitimar tal espécie de trabalho, dada a ilicitude do objeto, notadamente pela participação direta do autor que entregava as chaves dos quartos aos clientes da casa noturna. Em razão dessa participação foi denunciado pelo Ministério Público como incurso na pena prevista no artigo 230 do Código Penal. Art. 230. Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: O Colendo Tribunal Superior do Trabalho editou a Orientação Jurisprudencial nº 199 a fim de não permitir fossem as atividade ilícitas agasalhadas pela proteção do Poder Judiciário, verbis: Jogo do Bicho. Contrato de Trabalho. Nulidade. Objeto Ilícito. Arts. 82 e 145 do Código Civil. (08.11.2000). Esclareço, por último, que a existência de CTPS anotada em um período, regularidade contábil na constituição da empresa ré e a expedição de alvará para funcionamento não tornam lícita a atividade explorada, mas apenas demonstram que houve desvio da finalidade contratual da empresa, que por certo não traz como razão social a exploração da prostituição. Correta, portanto, a decisão que declarou nulo o contrato de trabalho haja vista a ilicitude do seu objeto. O Recorrente defende a regularidade do pacto laboral. Colaciona arestos. A decisão regional guarda pertinência com a compreensão da OJ 199 da SBDI-1 desta Corte e com os dispostos nos arts. 104, II, e 166, II, do Código Civil. Assim, sob a ótica ali posta e, considerando que os arestos transcritos tratam da hipótese de trabalho com jogo do bicho, não há especificidade (Súmula 296 do TST). Correto o r. despacho, nego provimento ao agravo de instrumento. ISTO POSTO ACORDAM os Ministros da Egrégia Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, conhecer do agravo de instrumento e, no mérito, negar-lhe provimento. Brasília, 27 de setembro de 2006. MINISTRO ALBERTO BRESCIANI, Relator (AIRR - 1006/2001-002-24-40, Relator GMALB, DJ - 20/10/2006).

De qualquer forma, o estudo realizado até então deixa claro que a prostituição não deve ser criminalizada, porque tal atitude afronta o direito das prostitutas de exercerem livremente uma profissão, além de contribuir com o trabalho ilegal e com o tráfico de mulheres para exploração sexual. Contudo, como a criminalização permanece no Brasil, os contratos de trabalho são quase que integralmente considerados nulos, não produzindo qualquer efeito, restando prejudicadas as mulheres, que além de serem traficadas e exploradas, não possuem os seus direitos garantidos. As redes de tráfico acabam se beneficiando duplamente, porque mesmo sendo descobertos, não necessitam arcar com os valores devidos pelos trabalhos prestados por essas mulheres.

O Ministério do Trabalho e Emprego, na classificação brasileira de ocupações, reconhece a prostituição como uma atividade profissional. A CBO é o documento que reconhece, nomeia e codifica os títulos e descreve as características das ocupações do

mercado de trabalho brasileiro. Sua atualização e modernização se devem às profundas mudanças ocorridas no cenário cultural, econômico e social do País nos últimos anos, implicando alterações estruturais no mercado de trabalho<sup>267</sup>. O item 5.198 descreve a prostituição como uma atividade profissional. Esse já é um grande começo para o reconhecimento do trabalho prestado como legal.

Por fim, também há disposições expressas na CLT acerca da proteção do trabalho da mulher, como se observa dos artigos 372 a 401 da CLT, especialmente no que tange a condutas não discriminatórias pelo fato da mulher contrair matrimônio ou engravidar, além da Lei nº 9029/95<sup>268</sup>, que proíbe a exigência de atestados de gravidez e esterilização, e outras práticas discriminatórias, para efeitos admissionais ou de permanência da relação jurídica de trabalho.

### **3.3.4 - POLÍTICA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS (DECRETO Nº 5.948, DE 26 DE OUTUBRO DE 2006) E PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO AO TRÁFICO DE PESSOAS – PNETP (DECRETO Nº 6.347, DE 08 DE JANEIRO DE 2008).**

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está prevista no Decreto nº 5948, de 26 de junho de 2006<sup>269</sup>, que instituiu inicialmente o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. O seu principal objetivo foi a criação de um grupo de trabalho para elaboração do plano nacional de enfrentamento do tráfico de pessoas, composto por diversos órgãos, tais como: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Justiça; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ministério da Saúde; Ministério do Trabalho e Emprego; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério da Educação; Ministério das Relações Exteriores; Ministério do Turismo; Ministério da Cultura; e Advocacia-Geral da

<sup>267</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <http://www.mtebo.gov.br/>. Acesso em 25.07.2008.

<sup>268</sup> Cf. KRIEGER, Carolina Kosma. **Discriminação da Mulher no Trabalho**. In PIOVESAN, Flávia (Org.). **Direitos humanos**, v. 1, p. 480-498..

<sup>269</sup> BRASIL. **Decreto nº 5948, de 26 de junho de 2006**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm). Acesso em 20.07.08.

União. **Os dispositivos legais referentes a este grupo foram revogados pelo Decreto nº 7.901, de 2013**<sup>270</sup>. Referido Decreto instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para coordenar a gestão estratégica e integrada da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, aprovada pelo Decreto no 5.948, de 26 de outubro de 2006, e dos Planos Nacionais de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, prevendo que a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas é integrada pelo Ministério da Justiça, pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República; e pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. De acordo com o referido Decreto, são atribuições da Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas: I - analisar e decidir sobre aspectos relacionados à coordenação das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas no âmbito da administração pública federal; II - conduzir a construção dos planos nacionais de enfrentamento ao tráfico de pessoas e coordenar os trabalhos dos respectivos grupos interministeriais de monitoramento e avaliação; III - mobilizar redes de atores e parceiros envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas; IV - articular ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas com Estados, Distrito Federal e Municípios e com as organizações privadas, internacionais e da sociedade civil; V - elaborar relatórios para instâncias nacionais e internacionais e disseminar informações sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas; e VI - subsidiar os trabalhos do Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, propondo temas para debates.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria. Para tanto, utiliza-se do conceito de tráfico de pessoas previsto no Protocolo de Palermo, que a define como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, que incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração

---

<sup>270</sup> Decreto nº 7.901, de 2013. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7901.htm#art10](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7901.htm#art10). Acesso em 13 de julho de 2016.

sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

Também explicita que o termo “criança” descrito no *caput* deve ser entendido como “criança e adolescente”, de acordo com a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente; que o termo “rapto” descrito no *caput* deste artigo deve ser entendido como a conduta definida no art. 148 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, referente ao sequestro e cárcere privado, e que a expressão “escravatura ou práticas similares à escravatura” deve ser entendida como a conduta definida no art. 149 do Decreto-Lei no 2.848, de 1940, referente à redução à condição análoga a de escravo; e a prática definida no art. 1º da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, como sendo o casamento servil.

De forma inovadora, em seu artigo 2º, conclui que a intermediação, promoção ou facilitação do recrutamento, do transporte, da transferência, do alojamento ou do acolhimento de pessoas para fins de exploração também configura tráfico de pessoas e que o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas, exatamente como defendido no primeiro capítulo do presente trabalho.

O artigo 3º também traz disposição de especial importância, ao prever os princípios norteadores da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas como de respeito à dignidade da pessoa humana; de não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status; de proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais; de promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; de respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos; de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; e de transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas.

Um dos princípios fundamentais trazidos é exatamente o de proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração

em processos judiciais. Como se viu, na legislação espanhola, a colaboração judicial com testemunhos é fundamental para que as mulheres traficadas não sejam processadas judicial e administrativamente, especialmente em face da *Ley de Extranjería*, muito rígida em matéria de imigração.

O Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas foi aprovado pelo Decreto nº 6347, de 08 de janeiro de 2008<sup>271</sup>, que também tem por objetivo instituir um Grupo Assessor de Avaliação e Disseminação do referido Plano, integrado por um representante, e respectivo suplente, dos seguintes órgãos: I - Ministérios: a) da Justiça, que o coordenará; b) do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; c) da Saúde; d) do Trabalho e Emprego; e) do Desenvolvimento Agrário; f) da Educação; g) das Relações Exteriores; h) do Turismo; i) da Cultura; II - da Presidência da República: a) Secretaria Especial dos Direitos Humanos; b) Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; e c) Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; e III - Advocacia-Geral da União, sendo que poderão ser convidados a participar das reuniões do Grupo Assessor representantes do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho e de outros órgãos e entidades da administração pública e da sociedade civil.

Possui três eixos estratégicos, quais sejam, prevenção ao tráfico, repressão e responsabilização dos seus autores e atenção às vítimas.

No âmbito da prevenção, a intenção é diminuir a vulnerabilidade de determinados grupos sociais ao tráfico de pessoas e fomentar seu fortalecimento, bem como engendrar políticas públicas voltadas para combater as reais causas estruturais do problema. Tem como prioridades: 1- levantar, sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas, informações e experiências sobre o tráfico de pessoas; 2- capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva dos direitos humanos; 3- mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidade em geral sobre o tema do tráfico de pessoas; 4- diminuir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas de grupos sociais específicos.

---

<sup>271</sup> BRASIL. Decreto nº 6347, de 08 de janeiro de 2008. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm). Acesso em 20.07.08.



Quanto à atenção às vítimas, foca-se no tratamento justo, seguro e não-discriminatório das vítimas, além da reinserção social, adequada assistência consular, proteção especial e acesso à Justiça. E se entende como vítimas não só os (as) brasileiros (as), mas também os (as) estrangeiros (as) que são traficados (as) para o Brasil, afinal este é considerado um país de destino, trânsito e origem para o tráfico. Tem como prioridade articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico.

Quanto ao terceiro eixo, repressão e responsabilização, o foco está em ações de fiscalização, controle e investigação, considerando os aspectos penais e trabalhistas, nacionais e internacionais desse crime. Tem como prioridades: 1- aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos; 2- Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores; 3- fomentar a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão do tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores; 4- criar e aprimorar instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 5- estruturar órgãos responsáveis pela repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores; 6- fomentar a cooperação internacional para repressão ao tráfico de pessoas.

Conclui-se, assim, que tanto a Política como o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas demonstram a preocupação do Brasil no combate efetivo a esta prática, encontrando-se em uma situação muito mais avançada que a Espanha. Contudo, ainda não são suficientes para combater, de fato, o tráfico de seres humanos. Há a clara necessidade de aplicar os dispositivos trazidos no Plano e também de aprimorá-los, conforme propostas que serão apresentadas ao final deste trabalho.

### **3.4 - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL ÀS TRABALHADORAS BRASILEIRAS QUE PRESTARAM SERVIÇOS NA ESPANHA.**

A Súmula 207 do Tribunal Superior do Trabalho previa que a relação jurídica trabalhista era regida pelas leis vigentes no país da prestação dos serviços e não por aquelas do local da contratação. Ou seja, para as trabalhadoras traficadas, deveria ser aplicada a legislação do país onde foram prestados os serviços, no caso da investigação em exame, o que

não era justo. Prevalecia então o chamado princípio "*lex loci executionis*", segundo o qual a lei que rege um contrato de trabalho é aquela do local da prestação de serviços e não do local de contratação. Esse dispositivo estabelecia que "*a relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação*".

No entanto, no dia 16 de abril de 2012, o TST, acertadamente, cancelou a referida súmula 207. Com o cancelamento da súmula, tende a tomar mais força o princípio de que um trabalhador que tenha sido contratado no Brasil para prestar serviços no exterior terá seu contrato de trabalho regido não pelo local de destino, mas pela própria lei brasileira.

Entretanto, é de fundamental importância verificar qual é a legislação mais favorável a estas trabalhadoras.

Antônio CANÇADO TRINDADE<sup>272</sup>, no que diz respeito à possível controvérsia entre a legislação interna de um país e a internacional reconhecida por ele, afirma que:

Não mais há pretensão de primazia do direito internacional ou do direito interno, como ocorria na polêmica clássica e superada entre monistas e dualistas. No presente contexto, a primazia da norma mais favorável às vítimas, que melhor as proteja, seja ela norma de direito internacional ou de direito interno. Este e aquele interagem em benefício dos seres protegidos. É a solução expressamente consagrada em diversos tratados de direitos humanos, da maior relevância por suas implicações práticas.

(...)

No plano global, o Pacto de Direitos Civis e Políticos proíbe expressamente qualquer restrição ou derrogação aos direitos humanos reconhecidos ou vigentes em qualquer Estado Parte, em virtude de outras convenções, ou de leis, regulamentos ou costumes, "sob pretexto de que o presente Pacto não os reconheça ou os reconheça em menor grau" (artigo 5 (2)). (...) A convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher adverte que nada do disposto nela prejudicará "qualquer disposição que seja mais propícia à obtenção da igualdade entre homens e mulheres e que esteja contida: a) na legislação de um Estado Parte; b) em qualquer outra convenção, tratado ou acordo internacional vigente nesse Estado" (artigo 23).

(...)

No plano regional, a mesma ressalva se encontra na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que proíbe a interpretação de qualquer de suas disposições no sentido de limitar o gozo e exercício de quaisquer direitos que "possam ser reconhecidos de acordo com as leis de qualquer dos Estados Partes ou de acordo com outra convenção em que seja Parte um dos referidos Estados" (artigo 29 (b)); proíbe, ademais, a interpretação de qualquer de suas disposições no sentido de excluir ou limitar "o efeito que possam produzir a Declaração Americana dos

<sup>272</sup> CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**, v. 1, p. 542-545.

Direitos e Deveres do Homem e outros atos internacionais da mesma natureza” (artigo 29 (d)). Da mesma forma o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) determina que “não se poderá restringir ou limitar qualquer dos direitos reconhecidos ou vigentes em um Estado em virtude de sua legislação interna ou de convenções internacionais, sob pretexto de que este Protocolo não os reconhece ou os reconhece em menor grau” (artigo 4).

No continente americano assim como no continente europeu a solução é a mesma. Estipula a Convenção Européia de Direitos Humanos que nenhuma de suas disposições será interpretada no sentido de limitar ou prejudicar os direitos humanos reconhecidos de acordo com as leis de qualquer Estado Parte ou com qualquer outra convenção em que este for Parte (artigo 60).

(...)

O critério da primazia da norma mais favorável às pessoas protegidas, consagrado expressamente em tantos tratados de direitos humanos, contribui em primeiro lugar para reduzir ou minimizar consideravelmente as pretensas possibilidades de “conflitos” entre instrumentos legais em seus aspectos normativos. Contribui, em segundo lugar, para obter maior coordenação entre tais instrumentos, em dimensão tanto vertical (tratados e instrumentos de direito interno) quanto horizontal (dois ou mais tratados). (...) Contribui, em terceiro lugar (...) para demonstrar que a tendência e o propósito de coexistência de distintos instrumentos jurídicos – garantindo os mesmos direitos – são no sentido de ampliar e fortalecer a proteção.

No Direito do Trabalho brasileiro vigem os princípios, dentre outros, da norma mais favorável e da condição mais benéfica ao trabalhador. Conforme ensina Arnaldo SÜSSEKIND<sup>273</sup>,

Os princípios jurídico-políticos e sociológicos do princípio protetor geram, sem dúvida, outros, que dele são filhos legítimos:

...

b) o princípio da norma mais favorável, em virtude do qual, independentemente da sua colocação na escala hierárquica das normas jurídicas, aplica-se, em cada caso, a que for mais favorável ao trabalhador;

c) o princípio da condição mais benéfica, que determina a prevalência das condições mais vantajosas para o trabalhador, ajustadas no contrato de trabalho ou resultantes do regulamento da empresa, ainda que vigore ou sobrevenha norma jurídica imperativa prescrevendo menor nível de proteção e que com esta não sejam elas incompatíveis.

Na hipótese do tráfico de seres humanos, e com o objetivo de delimitar qual a legislação trabalhista aplicável a estas trabalhadoras, conclui-se que sempre deve ser aplicada àquela mais favorável. Além dos princípios do direito do trabalho antes citados, o artigo 5º da Lei de Introdução ao Código Civil também estabelece que ao aplicar a lei, deve-se objetivar os fins sociais e as exigências do bem comum.

<sup>273</sup>

SÜSSEKIND, Arnaldo et al, op. cit., p. 145.

Sendo o trabalho prestado na Espanha, como é o objeto da presente pesquisa, conclui-se que, muito embora os contratos sejam nulos, tanto no Brasil, quanto na Espanha, por ilicitude de objeto (já que ambas as legislações criminalizam não o desempenho da prostituição em si, mas a sua exploração por outrem, com o objetivo de lucro (Espanha) ou mesmo sem lucro (Brasil)), a legislação espanhola, de fato, acaba sendo mais vantajosa, especialmente pelo disposto no artigo 9º, inciso II, do *Estatuto de Los Trabajadores*, já citado, que prevê que o trabalhador pode exigir no contrato nulo, em decorrência do trabalho já prestado, a remuneração devida a um contrato válido. Além disso, conforme previsão do artigo 36 do *Estatuto de los Extranjeros* de Espanha<sup>274</sup> (Lei Orgânica 04/2000, alterada pela Lei Orgânica 08/2000), **no caso de contrato de estrangeiro sem as formalidades legais não haverá a nulidade em decorrência da ilicitude de objeto.**

No Brasil, há clara distinção realizada pela doutrina e pela jurisprudência entre o contrato nulo por objeto proibido (caso do menor de idade que presta serviços) ou por ilicitude de objetivo (criminalizado). Na primeira hipótese, são reconhecidos os direitos trabalhistas de forma indenizada. No segundo, não é reconhecido qualquer direito, por se tratar de atividade criminalizada. De qualquer forma, não há sequer lei prevendo a produção de efeitos, seja em contrato nulo por objeto proibido ou por objeto ilícito, diferentemente da Espanha.

Desta forma, considerando que a sociedade tem o direito de resistência frente a uma lei injusta, como ensina Celso LAFER<sup>275</sup>, entende-se que se deve aplicar o disposto no

<sup>274</sup> **Ley Orgánica Nº 4/2000 - Ley de Extranjería de España.** Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0963.pdf>. Acesso em 30.06.2008. Artigo 36: “Artículo 36. Autorización para la realización de actividades lucrativas. 1. Los extranjeros mayores de dieciséis años para ejercer cualquier actividad lucrativa, laboral o profesional, deberán obtener, además del permiso de residencia o autorización de estancia, una autorización administrativa para trabajar. 2. Cuando el extranjero se propusiera trabajar por cuenta propia o ajena, ejerciendo una profesión para la que se exija una titulación especial, la concesión del permiso se condicionará a la tenencia y, en su caso, homologación del título correspondiente. También se condicionará a la colegiación, si las leyes así lo exigiesen. 3. Los empleadores que deseen contratar a un extranjero no autorizado para trabajar deberán obtener previamente, conforme a lo dispuesto en el apartado 1 de este artículo, autorización del Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales. La carencia de la correspondiente autorización por parte del empleador, sin perjuicio de las responsabilidades a que dé lugar, no invalidará el contrato de trabajo respecto a los derechos del trabajador extranjero. 4. En la concesión inicial de la autorización administrativa para trabajar podrán aplicarse criterios especiales para determinadas nacionalidades en función del principio de reciprocidad”

<sup>275</sup> LAFER, Celso, op. cit., p 223, tradução nossa: “o fim da segunda Guerra Mundial, que acarretou a caída do nazismo, não atenuou a importância do tema da resistência. Esta continuou na ordem do dia em relação a distintos tipos de opressão, como a opressão colonial no Terceiro Mundo, a opressão da presença militar soviética no Leste da Europa, a opressão econômica interna e internacional, a opressão de classe, etc. A percepção destes distintos tipos de opressão contribuiu a manter viva a crise da legalidade, ou seja, o processo de deslegitimação da identificação da justiça com a lei que caracteriza o positivismo jurídico”.

artigo 36 do *Estatuto de los Extranjeros* de Espanha, ao menos enquanto não há a alteração da legislação brasileira, considerando-se o contrato válido:

El fin de la segunda Guerra Mundial, que acarreó la caída del nazismo, no atenuó la importancia del tema de la resistencia. Ésta continuó en el orden del día en relación con distintos tipos de opresión, como la opresión colonial en el Tercer Mundo, la opresión de la presencia militar soviética en el Este de Europa, la opresión económica interna e internacional, la opresión de case, etc. La percepción de esos distintos tipos de opresión contribuyó a mantener viva la crisis de la legalidad, es decir, el proceso de deslegitimación de la identificación de la justicia con la ley que caracteriza al positivismo jurídico.

Após a análise da vasta legislação acerca do tema, surge a dúvida do porquê o tráfico de mulheres para exploração sexual é uma das principais fontes do crime organizado, mesmo havendo extensa garantia jurídica, tanto a nível nacional, como internacional, sobre esta problemática. Conclui-se, assim, com base na teoria crítica de direitos humanos, que outras medidas devem ser propostas, porque as atualmente existentes são insuficientes para a resolução ou pelo menos diminuição do alto índice de tráfico de mulheres para exploração sexual.

Portanto, passa-se para a apresentação de propostas multidisciplinares, visando à garantia dos direitos destas trabalhadoras, que sequer possuem os direitos trabalhistas resguardados, devido a uma visão discriminatória da sociedade. As propostas a serem apresentadas buscam dar uma maior efetividade às garantias hoje existentes e também a criação de novas garantias que possam efetivamente conceder a dignidade humana a estas trabalhadoras.

## **CAPÍTULO 4— PROPOSTAS EFETIVAS PARA O COMBATE AO TRÁFICO DE MULHERES PARA EXPLORAÇÃO SEXUAL.**

Conforme estudado no presente trabalho, não são suficientes proposições de garantias jurídicas para o combate do tráfico de mulheres e para a garantia dos direitos das trabalhadoras. São necessárias mudanças que traduzam garantias efetivas de acesso igualitário aos bens materiais e imateriais a fim de se buscar a dignidade humana das trabalhadoras traficadas.

No caso do tráfico de mulheres, resta evidente que a problematização vai muito mais além de tão-somente garantias jurídicas, devendo-se, principalmente, passar por uma mudança cultural e social, que ensejará uma mudança de atitude por parte de todos nós. Por este motivo, abaixo serão propostas garantias jurídicas, sociais, econômicas e culturais, a fim de garantir a resolução do problema ora enfrentado.

Também é importante ressaltar que embora o presente trabalho verse sobre o tráfico de mulheres para exploração sexual, as garantias ora propostas, especialmente no que tange a regularização da prostituição como um trabalho formalmente reconhecido perante o Estado, abarca também aquelas trabalhadoras não traficadas, mas que exercem por livre e espontânea vontade, esta profissão. Como já dito, o acesso deve sempre ser igualitário aos bens materiais e imateriais, buscando o empoderamento dos grupos sociais e da sociedade como um todo, para que possam lutar pelos seus ideais e direitos.

### **4.1- Garantias atuais ineficientes. Aplicação da teoria crítica.**

Como visto no terceiro capítulo, as garantias existentes no Brasil, na Espanha e a nível internacional não são suficientes para garantir efetivamente os direitos humanos deste grupo vulnerável de mulheres que, voluntária ou involuntariamente, são trabalhadoras do sexo.

Assim, é necessário questionar o que deve ser feito para mudar esta realidade cruel. Conforme estudado, a teoria crítica de direitos humanos possui fundamentos que levam

a um pensar emancipador e uma base teórica diferente da teoria tradicional, puramente dogmática, que embasou as garantias hoje existentes que são ineficientes. Assim, é fundamental a aplicação da teoria crítica para a proposição de novas garantias visando uma maior efetividade e proteção dos direitos das trabalhadoras do sexo.

De acordo com Antônio WOLKMER<sup>276</sup>,

o discurso, a produção e a prática jurídica reinante no Brasil, calcados na lógica da racionalidade técnico-formal e nos pressupostos de dogmática do cientificismo positivista, não respondem mais aos reclamos e às aspirações do atual estágio de desenvolvimento socioeconômico e dos parâmetros de modernização das instituições políticas da sociedade brasileira. Justifica-se, assim, colocar em discussão, articular e operacionalizar um pensamento crítico no Direito, ainda que se reconheçam as dificuldades de sua elaboração epistemológica.

O mesmo autor também afirma que<sup>277</sup>

Os modelos culturais e normativos que justificaram o mundo da vida, a organização social e os critérios de cientificidade tornaram-se inadequados e reduzidos, abrindo espaço para se repensar padrões novos de referência e legitimação. Isso transposto para o jurídico nos permite consignar que a estrutura normativa do moderno Direito positivo formal é pouco eficaz e não consegue atender à mundialidade competitiva das atuais sociedades periféricas que passam por distintas espécies de reprodução do capital, por acentuadas contradições sociais e por fluxos que refletem tanto crises de legitimidade quanto crises na efetivação da justiça.

Desta forma, é necessário repensar a estrutura jurídica, social, econômica e cultural em que vivemos, a fim de se estabelecer critérios para a construção de novos instrumentos de luta para a busca da dignidade humana. É necessário ter um pensamento plural, tendo em mente que não se trata de negar o direito, mas de reconhecer que este é apenas uma das diversas formas existentes para a garantia dos direitos humanos.

De acordo com David SANCHEZ RUBIO<sup>278</sup>, “vivemos em uma sociedade global, diferente de antigamente, por sua incrementada complexidade e integração”. Desesperança e esperança se unem para mostrar a contraditoriedade que mantém a comunidade internacional. Desesperança porque não somente o sistema econômico dominante não é aplicável a milhões de pessoas, mas também porque um grande número de conflitos e de catástrofes de distintas naturezas traz um clima de perturbação da comunidade internacional, ao multiplicar a crise humanitária, já que grande parte das situações provoca diretamente violações graves e

<sup>276</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**, p. 88.

<sup>277</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>278</sup> SANCHEZ RUBIO, David, op. cit., p. 39-44, tradução nossa.

sistemáticas dos direitos humanos, que atentam contra obrigações *erga omnes* do direito internacional. Assim, segundo referido autor, a luta pelos direitos humanos abre espaço para um mundo menos injusto, como mecanismo de enfrentamento contra a adversidade consciente ou inconscientemente provocada desde as múltiplas expressões de poder. A comunidade internacional deve, neste caso, posicionar-se e contra-atacar no momento em que os direitos humanos são vulnerados de maneira grave, massiva e sistemática. E aqui está a importância dos organismos internacionais na defesa dos direitos humanos em sentido lato.

Segundo Antônio WOLKMER<sup>279</sup>, “a teoria crítica provoca a autoconsciência dos agentes e dos grupos que estão em desvantagem e/ou desigualdade e sofrem as injustiças por partes dos setores dominantes, das classes ou elites privilegiadas”. Esta autoconsciência é de extrema importância para que os grupos sociais possam ter forças para lutar, sabendo identificar quais os seus reais interesses, ainda que contrários a determinadas normas e regras vigentes. Segue ainda referido autor esclarecendo que “o imaginário jurídico crítico tenta redefinir horizontes ..., objetivando propiciar meios instrumentais para a conscientização e a emancipação dos sujeitos históricos na sua condição de dominados e excluídos”. A quebra destes pré-conceitos de exclusão e dominação é necessária para que a realidade possa ser mudada, podendo haver a reconstrução de conceitos.

Continua Antônio WOLKMER<sup>280</sup>, na mesma obra, asseverando que:

a condição primeira para um processo contra-hegemônico de ruptura em sociedades do capitalismo periférico instáveis e conflituosas implica a reconstrução democrática da sociedade civil, a redefinição das funções do Estado e a implementação de um sistema de regulamentação identificado com as carências e necessidades de novos sujeitos de sociabilidades.

De acordo com Joaquín HERRERA FLORES<sup>281</sup> há quatro condições e cinco deveres básicos para a teoria realista e crítica de direitos humanos. As condições são 1- assegurar uma visão realista do mundo em que vivemos e sobre o que desejamos atuar utilizando os meios que nos proporcionam os direitos humanos; 2- desempenhar um forte papel de conscientização que ajude a lutar contra o adversário e a reforçar os próprios objetivos e fins, sendo eficaz com vistas a mobilização; 3- assegurar às coletividades sociais determinadas uma visão alternativa do mundo e segurança na hora de lutar pela dignidade. Ou

<sup>279</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, op. cit., p. 11, 87 e 183.

<sup>280</sup> Ibidem, p. 183.

<sup>281</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinvencción de los derechos humanos**, p. 50-58, tradução nossa.



seja, uma teoria crítica de direito deve sustentar-se em dois pilares: o reforço das garantias formais reconhecidas juridicamente, mas, também, no poder dos grupos mais desfavorecidos na hora de lutar por novas formas, mais igualitárias e gerais, de acesso aos bens protegidos pelo direito; 4- buscar permanentemente a exterioridade, não em relação ao mundo em que vivemos, mas em relação com o sistema capitalista dominante, saindo, quando possível, do marco hegemônico de ideias e valores.

Conforme ensina referido autor, os deveres são: 1- o reconhecimento de que devemos ter a possibilidade de reagir culturalmente frente ao ambiente de relações em que vivemos; 2- o respeito como forma de conceber o reconhecimento como condição necessária, mas não suficiente na hora de colocar em prática as lutas pela dignidade; 3- a reciprocidade, como base para saber devolver o que tomamos dos outros para construir nossos privilégios; 4- a responsabilidade na subordinação dos outros e de exigir responsabilidades aos que cometeram a destruição das condições de vida dos demais; 5- a redistribuição, ou seja, a fixação de regras jurídicas, fórmulas institucionais e ações políticas e econômicas concretas que possibilitem a todos não somente satisfazer as necessidades vitais primárias, mas também a reprodução secundária de vida, ou seja, a construção da dignidade humana não submetida aos processos depredadores do sistema imposto pelas necessidades de benefício imediato que caracterize o modo de relação baseado no capital.

Desta forma, de acordo com Joaquín HERRERA FLORES<sup>282</sup>, as bases para a teoria crítica seriam: 1- começar reconhecendo que nascemos e vivemos necessitando de satisfação de bens materiais e imateriais e que o primeiro não é o direito e sim os bens; 2- que temos que satisfazer nossas necessidades imersos em sistemas de valores e processos que impõe um acesso restrito, desigual e hierarquizado<sup>283</sup>, materializado ao longo da história através de história dos grupos marginalizados e oprimidos por esses processos de divisão do fazer humano é a história de esforço para levar adiante práticas e dinâmicas sociais de luta; 4- o objetivo principal destas lutas é poder viver com dignidade, que significa poder generalizar processos igualitários e não hierarquizados a priori de acesso aos bens materiais e imateriais

---

<sup>282</sup> Ibidem, p. 27-29, tradução nossa.

<sup>283</sup> Por exemplo, qual a efetividade que possui uma norma que garante, após o ajuizamento de uma ação civil coletiva pelo Ministério Público do Trabalho, órgão estruturado e criado para a defesa dos interesses sociais indisponíveis, em defesa de mulheres reduzidas a condição análoga a de escravo, que as próprias trabalhadoras tenham que pessoalmente buscar a execução desta sentença? A ausência de conhecimento cultural, econômico e social para estar em juízo para buscar a execução de uma sentença ajuizada por outro Órgão é quase que inexistente. Porque então não garantir o acesso aos bens destas trabalhadoras de uma forma mais efetiva, por meio do órgão criado constitucionalmente para esta função?

que conformam o valor da dignidade humana: 5- estabelecer, acaso tenhamos o poder político e legislativo necessário, sistemas de garantias (econômicas, políticas, sociais e sobretudo jurídicas) que comprometam as instituições nacionais e internacionais ao cumprimento do conseguido por essas lutas pela dignidade.

De acordo com Antônio WOLKMER<sup>284</sup>:

A presente retomada do pluralismo como um paradigma de juridicidade alternativa refere-se, por um lado, à superação das modalidades predominantes de pluralismo identificado com a democracia neoliberal e com as práticas de desregulamentação social e, de outro, à edificação de um projeto político-jurídico resultante do processo de práticas sociais insurgentes, motivadas para a satisfação de necessidades essenciais. A proposta deste pluralismo alternativo pressupõe a existência e articulação de determinados requisitos, 1) a legitimidade de novos sujeitos sociais; 2) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; 3) a democratização e descentralização de um espaço público participativo; 4) a defesa pedagógica de uma ética da alteridade; 5) a consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória.

Como ensina o mesmo autor supracitado<sup>285</sup>, a teoria crítica deve ser compreendida como o “instrumental operante que possibilita não só esclarecer, despertar e emancipar um sujeito histórico submerso em determinada normatividade repressora, mas também discutir e redefinir o processo de constituição do discurso legal mitificado e dominante”.

Assim, pretende-se propor novas medidas, baseadas nos fundamentos da teoria crítica de direitos humanos, que visem a dar maior efetividade aos direitos destas trabalhadoras estigmatizadas. Pretende-se trabalhar com um novo conceito de justiça, uma justiça e política da diferença, como ensina Iris YOUNG<sup>286</sup>. Segundo ela:

A política tradicional que exclui e desvaloriza algumas pessoas por seus atributos de grupo assume um significado essencialista da diferença; define os grupos como portadores de naturezas diferentes, enquanto uma política igualitária da diferença, ao contrário, define a diferença de maneira mais fluída e relacional, como o produto de processos sociais. Uma política emancipadora que afirme a diferença de grupo gera a recepção do significado de igualdade. O ideal de assimilação assume que a igual categoria social de todas as pessoas requer tratar a todas elas de acordo com os mesmos princípios, regras e critérios. Uma política da diferença, ao contrário, sustenta que a igualdade como participação e inclusão de todos os grupos requer as vezes um tratamento diferente para os grupos oprimidos ou desvantajados. Sustento que para promover a justiça social, as políticas sociais deveriam acordar às vezes um tratamento especial aos grupos ... A cegueira em relação à diferença põe em desvantagem grupos cuja experiência cultural e capacidades socializadas diferem daqueles que possuem os grupos privilegiados ... O ideal de humanidade universal sem diferenças de grupos sociais permite aos grupos privilegiados ignorar sua

<sup>284</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, op. cit., p. 192.

<sup>285</sup> Ibidem, p. 19.

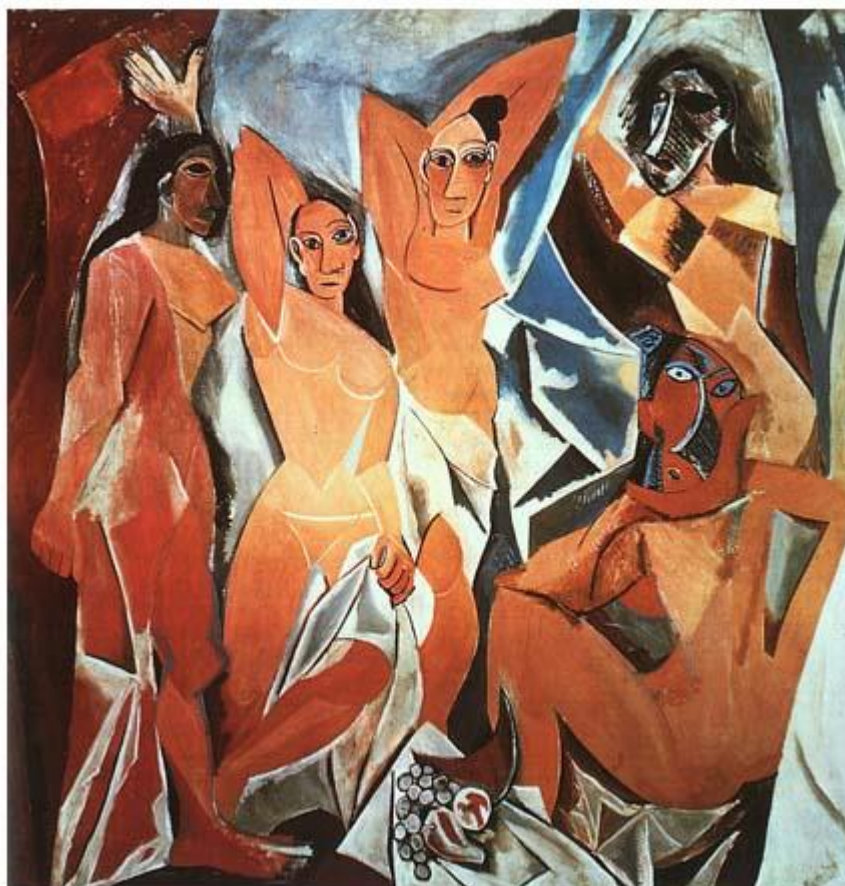
<sup>286</sup> YOUNG, Íris Marion, op. cit., p. 263-321, tradução nossa.

própria especificidade de grupo. A cegueira a respeito da diferença perpetua o imperialismo cultural ao permitir que as normas que expressam o ponto de vista e a experiência dos grupos privilegiados apareçam como neutras ou universais .... Este desprezo pelos grupos que se desviam de um critério supostamente neutral particularmente produz uma desvalorização internalizada por parte dos mesmos desse mesmo grupo .... Em um ideal conformista, as instituições e normas do *status quo* se assumem como dadas, e se espera que os grupos desvantajados que diferem destas normas se adéquem a elas. Por outro lado, um ideal de assimilação transformador reconhecer que as instituições dadas expressam os interesses e perspectiva dos grupos dominantes. Portanto, obter a assimilação requer mudar muitas instituições e práticas de acordo com regras neutras que verdadeiramente não estigmatizem nem coloquem ninguém em desvantagem, de modo que o pertencer a um grupo realmente seja irrelevante no trato com as pessoas. .... Dada esta circunstância, uma política que defenda o valor da diferença de grupo é libertadora e legitimadora, já que ao reclamar a identidade que a cultura dominante as ensinou a desprezar e ao defendê-la como uma identidade a ser celebrada, as pessoas oprimidas eliminam a dupla consciência. .... Esta política da diferença sustenta que os grupos oprimidos possuem distintas culturas, experiências e perspectivas sobre a vida social com um significado humanamente positivo, algumas das quais poderão ser superiores à cultura e perspectivas dominantes na sociedade.... Também promove uma noção de solidariedade de grupo contra o individualismo do humanismo liberal.

Apenas para exemplificar, analisar-se-á a obra de Pablo PICASSO<sup>287</sup> *Les Femmes d'Alger (O Jovem Oursi)* (1907) - Las Señoritas de Avignon, quando pintou mulheres prostitutas de uma Rua em Barcelona, a fim de verificar como esta obra é vista pela sociedade e como podemos vê-la de uma forma diferente, mudando a perspectiva da realidade que se tinha a priori, por meio de uma visão emancipadora e contra-hegemônica.

---

<sup>287</sup> Pablo Picasso. **Les Femmes d'Alger (O Jovem Oursi)** (1907). Disponível em: <http://www.spanisharts.com/reinasofia/picasso.htm>. Acesso em 09.06.2008.



Picasso surpreendeu com a sua obra de arte, ao trazer um novo estilo, o cubismo<sup>288</sup>:

Pintado em Paris, cerca de seis anos após a chegada do artista à cidade, *Les Femmes d'Alger* representa a adesão de Picasso à vanguarda dos movimentos artísticos europeus. Esta obra se constitui numa das primeiras ações de ruptura da arte moderna, interpretando o tema recorrente do banho feminino através de uma 'dureza' expressionista, integrando o espaço aos outros elementos da composição e retirando-o da função de fator harmonizador da cena retratada. O espaço, assim como as figuras femininas, deforma-se, embrutece-se, decompõe-se em inúmeros fragmentos, numa alusão visionária à fragmentação do mundo contemporâneo.

Em *As senhoritas de Avignon* (1907), Pablo PICASSO (1881 - 1973) inspirou-se em tradições distantes das europeias. As caras estilizadas se baseavam nas máscaras africanas, enquanto que a cara de perfil com um só olho que olha fixamente ao espectador recorda as tradições estilísticas egípcias. Picasso levou mais além suas experiências. Desenhando os objetos de diferentes pontos de vista, e incorporando estas perspectivas a suas pinturas, desenvolveu um estilo de pintura que se chamou Cubismo. Historicamente o Cubismo

<sup>288</sup>

OLIVEIRA, Carla Mary S. **História da Arte, Les Femmes d'Avignon**. Disponível em: <http://www.geocities.com/carlaoliveira.geo/picasso01.html>. Acesso em 09.06.2008.

originou-se na obra de Cézanne, pois para ele a pintura deveria tratar as formas da natureza como se fossem cones, esferas e cilindros. Entretanto, os cubistas foram mais longe do que Cézanne. Passaram a representar os objetos com todas as suas partes num mesmo plano. É como se eles estivessem abertos e apresentassem todos os seus lados no plano frontal em relação ao espectador. Na verdade, essa atitude de decompor os objetos não tinha nenhum compromisso de fidelidade com a aparência real das coisas, tentando representar os objetos em três dimensões, numa superfície plana, sob formas geométricas, com o predomínio de linhas retas. Não representa, mas sugere a estrutura dos corpos ou objetos. Representa-os como se movimentassem em torno deles, vendo-os sob todos os ângulos visuais, por cima e por baixo, percebendo todos os planos e volumes<sup>289</sup>.

A obra de Pablo PICASSO representa as prostitutas de um bairro de Barcelona. Quando se observa aludido quadro, qual o pensamento que vem à mente? Vemos cinco mulheres com suas formas corporais destacadas. Cinco prostitutas que são vistas pela sociedade de uma forma estigmatizada, não como mulheres com todos os direitos e obrigações de uma pessoa comum, mas como mulheres que devem ser sacadas da sociedade, que não podem conviver com as demais pessoas porque são mulheres de vida fácil, que não merecem ter direitos, que não merecem ser reconhecidas como cidadãs, que não podem viver no mesmo ambiente que àquelas consideradas de família.

Mediante esta visão, devemos ter capacidade de mudar a perspectiva desta realidade tão cruel. Temos que mudar a forma de ver o mundo, de maneira que ao contemplar a obra de arte em exame seja possível ver a condição de cidadãs e de trabalhadoras destas prostitutas, que estas mulheres sejam vistas como integrantes de uma sociedade justa, como titulares de direitos e deveres, como todos os homens e mulheres, sem qualquer estigma decorrente da profissão que exercem.

José SARAMAGO<sup>290</sup>, em seu livro *Ensaio sobre a Cegueira*, descreve a história de que, repentinamente, todos vão ficando cegos e mostra a responsabilidade daqueles que conseguem ver quando muitos não podem. É o que ocorre atualmente. A sociedade atual encontra-se cega quanto a muitos problemas vivenciados. A cegueira atinge milhares de pessoas que não conseguem ver as discriminações sofridas pelas mulheres, o poder simbólico

<sup>289</sup> GEOCITIES YAHOO. Disponível em <http://br.geocities.com/maritp31/desenho.html>. Acesso em 09.06.2008.

<sup>290</sup> SARAMAGO, José. **Ensayo sobre la ceguera**.

existente que preserva o patriarcalismo até os dias de hoje. Assim, as pessoas que conseguem ver possuem um papel importante e fundamental, de mudança e transformação da realidade, de dar visão às pessoas que não podem ver, demonstrando toda a problemática e as injustiças vividas e fazendo com que todos possam ser conscientes dessa realidade e serem capazes de tornar realidade esta transformação.

Como diz José SARAMAGO<sup>291</sup>, “penso que não cegamos, penso que estamos cegos, Cegos que vêem, Cegos que, vendo, não vêem”.

Assim, considerando que as garantias hoje existentes, já analisadas, são insuficientes para efetivamente garantir os direitos destas trabalhadoras e combater o tráfico de mulheres, cumpre-nos propor novas medidas que tragam a visão a todas as pessoas que não possuem consciência das injustiças perpetradas, em especial àquelas submetidas a estas situações de total desrespeito aos direitos humanos, dando poder para que possam lutar por seus direitos e buscar garantias efetivas que mudem a realidade hoje vivenciada.

O vídeo do Radiohead<sup>292</sup> que faz parte da campanha da MTV contra o tráfico humano demonstra claramente as consequências do tráfico de pessoas, mostrando, comparativamente, a vida de duas crianças, uma ocidental e outra oriental. O vídeo choca ao mostrar as diferentes vidas vividas por duas crianças, com idade aproximada. Aquela submetida a todos os tipos de exploração e a outra que possui os seus direitos resguardados. A conclusão vem acompanhada da mensagem "*algumas coisas custam mais do que você imagina*". E efetivamente as mudanças custam, mas são necessárias e urgentes, por isso cada um deve fazer a sua parte.

Daí a importância de se trabalhar não somente com garantias jurídicas, mas sociais, econômicas, culturais e políticas, a fim de proporcionar um conjunto que possa efetivar os direitos destas trabalhadoras.

Garantias jurídicas, com proposição de mudanças legislativas, no que tange: 1- ao reconhecimento da prostituição como uma profissão regulamentada, 2- à garantia de todos os

---

<sup>291</sup> Ibidem, p. 310.

<sup>292</sup> OMELETE.

Disponível em [http://www.omelete.com.br/musi/100012442/Radiohead\\_empresta\\_musica\\_a\\_campanha\\_contra\\_trafico\\_humano.aspx](http://www.omelete.com.br/musi/100012442/Radiohead_empresta_musica_a_campanha_contra_trafico_humano.aspx). Acesso em 23.05.2008.

direitos trabalhistas destas trabalhadoras, 3- à descriminalização da prostituição, mantendo-se, contudo, de forma mais efetiva e rígida, a penalização do tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual e da exploração sexual mediante fraude ou ameaça, 3- à alteração do Protocolo de Palermo no que tange à questão do consentimento, 4- à alteração do disposto no artigo 231 do Código Penal Brasileiro, a fim de abarcar todas as formas de tráfico de seres humanos e também criminalizar o tráfico de migrantes, 5- à alteração das normas de imigração rígidas existentes, que discriminam os imigrantes e contribuem com o tráfico de seres humanos, 6- e ao papel do Ministério Público do Trabalho no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual, de forma a poder atuar tanto na prevenção, fundamental neste problema, como na repressão.

Garantias sociais e econômicas, com a implementação de: 1- políticas públicas a serem adotadas pelo Poder Executivo, 2- projetos de geração de emprego e renda, 3- uma atuação mais efetiva das entidades sociais, dos sindicatos e das organizações não governamentais e 4- de programas sociais para reinserção de mulheres em situação de risco (aquelas submetidas ao tráfico de mulheres e não àquelas que exercem a prostituição por sua vontade, porque estas estariam inseridas no programas existentes para os trabalhadores em geral, por não se encontrarem em “situação de risco social”).

Garantias culturais, focando-se na questão da educação, base de toda a mudança social, e da quebra de estigmas, tão fortes e marcantes na questão da prostituição e do tráfico de mulheres para exploração sexual, com a necessária garantia de acesso igualitário aos bens materiais e imateriais por todos indistintamente.

E por fim, garantias políticas, que visem ao fortalecimento deste grupo discriminado, visando à passagem de uma ontologia da passividade para uma ontologia da potência. Explica-se. Joaquín HERRERA FLORES<sup>293</sup> cria a ideia da ontologia da passividade e da ontologia da potência. Segundo ele:

Ao considerar o político como algo separado das lutas sociais pela dignidade humana se deixou em suspenso tudo o que depende da política em sua dimensão de relações de força, de alteridade, de adversidade e de antagonismo. .... Se os direitos humanos pertencem a uma esfera transcendente a toda ação política se chega a assumir um mundo que nos toca viver. Existiria algo como uma realidade (**ontologia da passividade**) que não pode modificar, já que está por cima de nossa capacidade de atuar em sociedade. .... Para construir uma teoria crítica, é necessário entender de

<sup>293</sup>

HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 66-68, tradução nossa.

outra forma a ação social, denominando-a de **ontologia da potência**, da ação política cidadã sempre em tensão com as tendências que buscam transformar as relações sociais em coisa, objeto. Uma ontologia da potência que permita compreender e levar à prática o político-estratégico de um modo socialmente compatível com uma política democrática de textura aberta.

Estas propostas de mudanças serão analisadas detalhadamente a seguir, de forma a trazer com base na teoria crítica de direitos humanos soluções para o grande problema enfrentado na atualidade com relação ao tráfico de mulheres, a não garantia dos direitos das trabalhadoras e de sua dignidade.

## 4.2- Garantias jurídicas.

### 4.2.1 RECONHECIMENTO DO TRABALHO PRESTADO COMO LEGAL (PRAGMATISMO E DIREITOS SEXUAIS).

As garantias jurídicas são fundamentais para a efetividade dos direitos humanos. Como já analisado, não somente a legislação posta no ordenamento jurídico vigente é suficiente para a efetividade dos direitos humanos, mas, sem dúvida, ocupa um papel fundamental para que se possa exigir judicialmente o cumprimento de normas, regras e princípios anti-discriminatórios. Mediante a aplicação de garantias jurídicas, somadas às sociais, econômicas, culturais e políticas, será possível transformar a mentalidade hoje existente de restrição de direitos.

Para haver de fato a implementação de medidas que possam contribuir com o combate efetivo ao tráfico de seres humanos é fundamental haver uma cultura de direitos humanos. De acordo com Helio GALLARDO<sup>294</sup>:

Deve-se analisar e discutir seu caráter sócio histórico e assumir que em um mundo sem transcendência mística, como deveria ser o moderno, não se pode dar uma moral universal ou global que não passe pela resignificação das instituições jurídicas positivas e, com ele, dos direitos humanos, resignificação que se deve fazer desde as necessidades e particularidades sentidas e demandadas como liberadoras pelas maiorias, mesmo que elas se apresentem como múltiplas minorias. Direito alternativo que pode significar uma resignificação social ou popular dos códigos e procedimentos existentes ou formulação de novos códigos e procedimentos desde sua resignificação popular, feminina, de classe, ambiental, ou também liquidação do monopólio jurídico em mãos do Estado ou radical

<sup>294</sup>

GALLARDO, Hélio. **Teoría crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**, p. 84-86, tradução nossa.



recaracterização do Direito, de suas instituições e procedimentos a partir de sua compreensão sócio histórica, ou seja, política.

As propostas normativas em torno do trabalho sexual têm que ser avaliadas desde o impacto que gerariam no sistema total de gênero, ou seja, é necessário analisar qual, entre as diferentes propostas, não somente realiza um diagnóstico mais acertado, mas qual promove em maior medida o desenvolvimento da igualdade entre homens e mulheres, qual quebraria melhor o sistema de domínio. Segundo Ruth MESTRE Y MESTRE<sup>295</sup>, a base do princípio da igualdade tem que garantir que as pessoas afetadas participem na determinação do desenho de políticas públicas que são aplicadas para mascarar uma situação de necessidade. A participação evitaria criar necessidade e reproduzir outras formas de opressão e evitaria que se bloqueiem as possibilidades dessas pessoas de exercer atividades reconhecidas socialmente. Esta participação implica não somente exercer uma atividade, mas pedir que se reconheça uma atividade, ou seja, ser considerado agente social e interlocutor válido, ser considerado sujeito com capacidade para propor questões e políticas mais amplas que o desenvolvimento de sua própria vida (que é um dos muitos e possíveis conteúdos da cidadania). O reconhecimento dos direitos das trabalhadoras do sexo contribuiria a uma melhor distribuição dos recursos econômicos em maior medida que a abolição da prostituição, pois poderia paliar tanto a pobreza manifesta de muitas mulheres como a encoberta, ao estabelecer as responsabilidades de cada parte da relação comercial laboral. A medida que existem trabalhadoras do sexo que afirmam que esta é a estratégia que escolheram livremente, merecem respeito pela escolha feita, e socialmente reconhecemos que as opções são possíveis e respeitáveis estabelecendo um marco jurídico que possibilite as escolhas.

De acordo com Geraldo PISSARELO<sup>296</sup>:

É evidente que tanto por razões de fundo como instrumentais, o principal âmbito do desenvolvimento e proteção jurídica dos direitos sociais em uma democracia constitucional deve ser buscado na instância legislativa. As garantias legais, por serem garantias políticas, continuam sendo fundamentais para a vigência de um modelo extensivo dos direitos sociais. Contudo, seria pobre idealismo confiar a tarefa de generalização dos direitos sociais a simples reconstrução normativa de suas garantias institucionais, legislativas ou judiciais. Todo programa constitucional de garantias institucionais dos direitos, por mais exaustivo que seja, resultaria estéril

<sup>295</sup> MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual, igualdad y reconocimiento de derechos**. In: CRISTÓBAL, Rosário Serra (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**, p. 33-37, tradução nossa.

<sup>296</sup> PISSARELO, Geraldo. **Derechos sociales, democracia e inmigración en el constitucionalismo español: del originalismo a una interpretación setemática y evolutiva**. In: AÑÓN, María José (ed.). **La universidad de los derechos sociales: el reto de la inmigración**, p. 53 e 73-74, tradução nossa.

sem a existência e a permanente promoção de múltiplos e robustos espaços cidadãos em condições de garantir socialmente a eficácia de aludidas garantias institucionais e de evitar sua já provada tendência de autoprogramação.

Joaquín HERRERA FLORES<sup>297</sup>, ao falar acerca de complexidade jurídica, afirma que uma norma resume-se a um instrumento a partir do qual se estabelecem os procedimentos a serem adotados, para satisfazer, de um modo normativo, as demandas da sociedade. Contudo, este meio é insuficiente para a garantia dos direitos humanos, de forma que, além deste meio jurídico, também devem ser garantidos outros de maior alcance (políticos e econômicos) que dotem os indivíduos de suficiente poder na hora de exercer suas práticas sociais em busca da dignidade.

O reconhecimento de direitos das mulheres que exercem a prostituição, seja por vontade própria, seja sem esta voluntariedade, como ocorre no tráfico para exploração sexual, é necessário, porque é uma forma de romper com os mecanismos de exclusão, de desigualdade e de discriminação hoje existentes.

Magdalena Lopes PRECIOSO e Ruth MESTRE Y MESTRE<sup>298</sup>, esclarecem que vivemos em uma sociedade sexista e patriarcal, que conta com diversas instituições que asseguram o domínio dos homens sobre as mulheres e que a prostituição é uma destas instituições, juntamente com a ideia do amor romântico. E esta sociedade capitalista faz com que seja necessária a análise do mercado e a indústria do sexo no marco destas relações de produção concreta. Infelizmente, há a exclusão da cidadania daquelas pessoas que não tenham suas condições de trabalhadoras reconhecidas, o que confirma a necessidade de se reconhecer esta atividade como um trabalho que pode ser exercido em legítima lógica com o sistema econômico imperante, relacionando indústria e trabalho no âmbito do trabalho sexual, com estruturas dominação e, como contraponto, de resistência e redefinição.

Como se pode observar no Acordo Mundial em Favor dos Direitos das Prostitutas, elaborado em Amsterdam no ano de 1985, o desejo das mulheres que trabalham com a prostituição é o reconhecimento como uma profissão regulamentada, com a despenalização de todos os aspectos da prostituição adulta, mas com o cumprimento das leis penais contra a fraude, a coação, a violência, o abuso sexual de crianças, o trabalho infantil, a violação e o

<sup>297</sup> HERRERA FLORES, La **reinención de los derechos humanos**, p. 34-37, tradução nossa.

<sup>298</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos**, p. 127, tradução nossa.

racismo seja ou não no exercício da prostituição e pela erradicação das leis que podem negar a liberdade de associação ou a liberdade de viagem das prostitutas dentro e fora do país. Também a moção para que se garantam os direitos humanos e as liberdades de expressão, de imigração, de matrimônio e de maternidade, como o direito ao seguro desemprego, a um seguro saúde, a moradia e a condições de trabalho dignas<sup>299</sup>.

Neste sentido, é importante citar a proposta de lei de reconhecimento dos direitos sociais das pessoas que exercem profissionalmente a atividade de alterne, do Parlamento de Navarra, de abril de 1999, que prevê o reconhecimento do exercício de alterne remunerado, prevendo que tanto as pessoas trabalhadoras como os empresários envolvidos ao alterne estão sujeitos as obrigações derivadas do exercício de uma atividade lucrativa e terão direito a obter cobertura legal e prestações sociais derivadas do cumprimento de suas obrigações, dentro de um marco de normalização das relações sócio laborais<sup>300</sup>. Também há previsão neste projeto de que as pessoas estrangeiras terão direito a exigir um pré-contrato laboral e o empresário terá a obrigação de proporcioná-lo em ordem para poder optar a legalização de sua situação no país, aceder a uma vivenda digna ou qualquer outra medida que regularize sua situação<sup>301</sup>. Há também preocupação e proteção contra o abuso e a exploração<sup>302</sup>.

---

<sup>299</sup> OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 287-289.

<sup>300</sup> Artigo 2º: “*Se considerará el alterne como una actividad vinculada al sector de servicios. Tanto las personas trabajadoras como los empresarios vinculados al alterne estarán sujetos a las obligaciones derivadas del ejercicio de una actividad lucrativa y tendrán derecho a obtener la cobertura legal y prestaciones sociales derivadas del cumplimiento de sus obligaciones, dentro de un marco de normalización de las relaciones sociolaborales*”. Disponível em <http://www.parlamento-navarra.es/castellano/boletines/1999/B1999015.pdf>. Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 279- 285.

<sup>301</sup> Artigo 7º: “*Las personas extranjeras tendrán derecho a exigir un precontrato laboral y el empresario la obligación de proporcionarlo en orden a poder optar a la legalización de su situación en nuestro país, acceder a una vivienda o cualquier otra medida que regularice su situación*”. Disponível em <http://www.parlamento-navarra.es/castellano/boletines/1999/B1999015.pdf>. Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 279-285.

<sup>302</sup> Artigo 15: “*Las personas que ejercen el alterne, víctimas de malos tratos o de cualquier acto de coacción física o psíquica, serán atendidas dentro de la red de dispositivos existentes para asistir a las víctimas de la violencia y se beneficiarán de las mismas ayudas y prestaciones sociales disponibles para estas situaciones en el Estado*”. Artigo 16: “*Se actuará de forma diligente en todos los casos donde exista sospecha de abusos, engaño o explotación de una situación de necesidad o de vulnerabilidad*”. Artigo 17: “*Se adoptarán todos los procedimientos legales disponibles para anular los actos de expulsión de las personas extranjeras presuntas víctimas de delitos de violencia y malos tratos, posibilitando su permanencia hasta que terminen las diligencias judiciales*”. Disponível em <http://www.parlamento-navarra.es/castellano/boletines/1999/B1999015.pdf>. Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 279-285.

De acordo com Dolores JULIANO<sup>303</sup> e este aspecto é de fundamental importância para a discussão do tráfico de seres humanos, a não legalização da prostituição e os custos para a obtenção de um contrato de trabalho não reconhecido obrigam às trabalhadoras a buscar “proteção” de máfias ou proxenetas e obstaculizam suas possibilidades de apresentar denúncia. Na verdade, o problema da não legalização da prostituição também tem relação direta com a não legalização da imigração, com os mesmos efeitos prejudiciais. Neste sentido, resta claro que a ausência de regulamentação contribui, em muito, com o tráfico ilegal de mulheres para exploração sexual. É o que se pode constatar do estudo comparativo realizado entre os sistemas adotados no Brasil, na Espanha e na Holanda, e o reflexo no tráfico de pessoas.

No caso da migração, a Declaração dos Direitos Humanos, em seu artigo 13, estabelece que toda pessoa tem o direito de sair do país de origem, mas não dá a garantia de que lhe deixem entrar no país de opção. Dolores JULIANO<sup>304</sup> afirma que, com base neste vazio legal, os países têm estabelecido políticas restritivas que tornam quase impossível a migração legal e que, por conseguinte, favorecem a proliferação de negócios ilegais e criminosos em torno de projetos migratórios. Restam, então, poucas chances, já que a priorização é sempre feita de acordo com o ponto de vista masculino, já que se apoiam em um contrato de trabalho válido, o que somente é possível em algumas atividades e em alguns setores e empresas com capacidade econômica e cobertura legal, o que não é possível no caso dos trabalhos tradicionalmente femininos, como auxiliar doméstica, cuidadora de crianças, idosos e enfermos e como no caso do trabalho sexual.

O tráfico de mulheres e os direitos das prostitutas são duas questões diferentes, mas que estão fortemente conectadas, primeiro porque o tráfico obriga mulheres que não querem desempenhar esta profissão a trabalhar, sem ter o direito de dizer não, e segundo porque aquelas mulheres que querem realmente exercer este ofício não tem o direito de entrar em outros países e permanecer trabalhando sem serem exploradas ou deportadas<sup>305</sup>.

Assim, conclui-se que há a necessidade de regulamentar o exercício da prostituição, a fim de empoderar os sujeitos, garantindo a possibilidade de receberem os

---

<sup>303</sup> JULIANO, Dolores. *La prostitución: el espejo oscuro*, p. 12-13, tradução nossa.

<sup>304</sup> JULIANO, Dolores. *Derechos Humanos y género*. In BATLLERÍA, Rafael Lara et al. *La globalización y los derechos humanos*, p. 18-25, tradução nossa.

<sup>305</sup> OSBORNE, Raquel. *Las prostitutas: una voz propia (crónica de un encuentro)*, p. 37-39, tradução nossa.

mesmos direitos do trabalhador comum. Dentre todas as teorias acerca do trabalho sexual, entende-se que o regulamentarismo atual se apresenta como uma solução mista que permite lutar contra a exploração, a prostituição forçada e o proxenetismo, e ao mesmo tempo reconhecer a prostituição como um trabalho. Com o estabelecimento de obrigações laborais, sanitárias e fiscais nos locais onde se exerce a profissão, pode-se melhorar consideravelmente a situação das prostitutas<sup>306</sup>.

Conforme Ruth MESTRE Y MESTRE e Magdalena López PRECIOSO<sup>307</sup>:

Em realidade, exigir que se fale de trabalho sexual e do reconhecimento do trabalho sexual implica ter compreendido perfeitamente com base em que podemos pedir a esta sociedade que se reconheçam direitos. Implica ter entendido que a plataforma para pedir a inclusão segue sendo o trabalho. Mas também implica ser consciente de que a cidadania em termos laborais tem excluído o trabalho das mulheres e tem traçado uma linha divisória entre boas e más mulheres, onde as más são as mulheres autônomas sexual e economicamente

Tendo por fundamento a teoria crítica de direitos humanos, e depois da análise de todo o arcabouço jurídico, social, político e cultural envolvido nesta problematização, fácil concluir que com o reconhecimento do trabalho sexual como uma profissão, tanto no Brasil como na Espanha, haverá uma redução substancial no tráfico de mulheres, por diversos fundamentos. Primeiro porque as mulheres que querem desempenhar a profissão não mais precisarão chegar à Espanha de forma ilegal, já que esse país prevê a possibilidade de residência desde que haja uma oferta de emprego desde o país de origem, o que pode ser obtido no momento em que a prostituição for legalmente reconhecida. Hoje, todas as possibilidades legais de trabalho sexual no exterior estão afastadas, porque não há o reconhecimento do trabalho sexual como profissão. As mulheres, desta forma, para não serem mais penalizadas, no momento em que reconhecem que foram traficadas e testemunhas contra os atores do tráfico, podem conseguir inclusive autorização de residência na Espanha. Essa norma somente contribui para que, mesmo não havendo o tráfico de mulheres formal, conforme conceito utilizado neste trabalho, as mulheres reconheçam que o tráfico ocorreu, a fim de não serem também penalizadas com a prática ocorrida e receberem o benefício de autorização de viver na Espanha. Segundo, com o reconhecimento da prostituição como um trabalho formal, as redes de tráfico de pessoas perderiam a sua importância, já que não mais seriam meio para que as pessoas, que querem ou não desempenhar a prostituição, entrar em

<sup>306</sup> MESTRE Y MESTRE, Ruth. PRECIOSO, Magdalena López. Trabajo Sexual. **Reconocer Derechos**, p. 83-85, tradução nossa).

<sup>307</sup> Ibidem, p. 133 (tradução nossa)

outros países. A questão da imigração restritiva influencia diretamente na necessidade de se utilizar de terceiros para auxiliar na entrada de outros países. Ora, se todos os países adotarem o sistema regulamentarista, as redes de esvaziarão. Evidente que havendo opção de atuar em um país em que a legislação é mais rígida ou em outro em que a legislação é mais tolerante, a opção se dará pelo país mais tolerante. Contudo, este fato não demonstra que a melhor solução é a criminalização, já que se em todos os países as normas fossem as mesmas, abolicionistas, o tráfico de mulheres não seria extinto, seguramente, mas seriam utilizados outros mecanismos para sua realização. Ao contrário, se a prostituição fosse regulamentada em todos os países, as redes de tráfico não teriam porque existir, devido ao fato de o exercício da prostituição ser permitido. Não seria, assim, necessária a intermediação de redes criminosas para o exercício da profissão, não haveria coações e ameaças às trabalhadoras para que não fossem feitas denúncias, já que não haveria imigração ilegal ou um crime praticado também pelas mulheres, que gera o temor da própria polícia. Ou seja, esta opção das redes de tráfico não ocorre porque a melhor solução é a criminalização, mas porque dentre as opções existentes, esta é a menos perigosa para a sua atuação. Terceiro, porque há a necessidade, sob pena de locupletamento sem causa, de se remunerar as mulheres traficadas pelo trabalho prestado, garantindo a dignidade e a garantia dos direitos destas mulheres. No caso de ocorrência de tráfico, mesmo elas tendo realizado o trabalho de forma forçada, acaso não haja a regulamentação, tais mulheres não possuirão qualquer direito garantido, o que não é correto, já que os criminosos são beneficiados mais uma vez por sua própria torpeza. E naquelas hipóteses em que as mulheres elegeram voluntariamente desempenhar a profissão de prostituta, sua eleição é desconsiderada, sendo rotuladas como incapazes para tomar qualquer decisão, o que demonstra uma forte incidência da sociedade patriarcal. As mulheres, sendo livres, conscientes e autônomas, tem o direito de decidirem se esta profissão pode ou não ser desempenhada, e devem ser respeitadas na sua opção.

Desta forma, evidente que o reconhecimento da prostituição como trabalho formal é fundamental para o combate ao tráfico de mulheres, sendo insuficientes as garantias hoje existentes para preservar a dignidade destas trabalhadoras.

Busca-se aqui a regularização da prostituição e o seu reconhecimento como um trabalho. Para tanto, é necessário conceituar o que deve ser considerado trabalho sexual. O trabalho sexual não pode ser considerado a venda do corpo, já que a transformação da mulher

em objeto não se pode admitir, mas a venda da força de trabalho, como qualquer trabalho legalmente reconhecido. Há trabalhos intelectuais, outros artísticos, outros físicos.

Para R. Paula MEDEIROS<sup>308</sup>:

la prostitución puede ser entendida como um comercio de compra/venta de um servicio, em el que se produce uma correlación de fuerzas: el dinero, poder económico del cliente, y la seducción, poder de la prostituta a arte del saber sexual. La mercancía en circulación es el placer cuyo valor em esta transacción es diferente para cada uno de los sujetos: - dinero em mano para la prostituta, orgasmo visualizado em semen para le cliente.

Em verdade, o trabalho sexual inclui muitas atividades, desde telefonemas eróticos e pornografia até prostituição na rua ou em clubes, podendo ocorrer de forma livre ou obrigada. Para Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE Y MESTRE<sup>309</sup>, por trabalho cabe entender toda atividade humana dirigida a satisfazer as necessidades básicas para produzir e reproduzir a vida humana. Ou seja, as atividades sexuais ou que impliquem a utilização de energias sexuais são trabalho, já que estão dirigidas a cobrir as necessidades humanas de procriação e prazer. Assim, não se pode reduzir o trabalho sexual à exploração sexual, devendo-se ter esta diferenciação sempre em mente. Independente de haver ou não exploração, certo é que o importante é não somente modificar as condições de trabalho, mas também ressaltar a capacidade das mulheres de decidir e escolher o que pretendem para suas vidas, apoiando suas lutas e os seus desejos. É fundamental empoderar os grupos originalmente discriminados, e somente se alcançará este objetivo quando se respeitar a vontade das mulheres que trabalham com o sexo, que consideram esta a estratégia de melhora de vida, ao reivindicar que sua atividade econômica seja considerada trabalho. Ademais, também é importante este reconhecimento porque ao assumir que o trabalho sexual é trabalho, restará tão somente a discussão acerca da migração regular ou não destas mulheres, sempre respeitando o trabalho prestado, seja voluntário ou não. Assim, lutar pelos direitos das trabalhadoras do sexo significa reconhecer como válida a plataforma de igualdade a cidadania laboral.

O próprio Parlamento Europeu, na “Declaración de Ancona” - DOC. A2-44 a 86 (art. 54 a 58)<sup>310</sup> solicita às autoridades nacionais dos estados membros a dar passos tendentes a descriminalizar o exercício da profissão de prostituta, garantir às prostitutas os direitos que

<sup>308</sup> Ibidem, p. 17-18.

<sup>309</sup> Ibidem, p. 22, 101-102, 133).

<sup>310</sup> JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**, p. 134.

gozam os demais cidadãos, proteger a independência, saúde e seguridade de quem exerce a prostituição, reforçar medidas que poderiam tomar-se contra os responsáveis de coação ou violência contra as prostitutas e apoiar os grupos de autoajuda das prostitutas e exigir às autoridades policiais e judiciais que garantam maior proteção às prostitutas que querem apresentar denúncias.

Assim, a fim de garantir a dignidade destas trabalhadoras e contribuir para que o tráfico de seres humanos seja erradicado, impõe-se o reconhecimento da prostituição como trabalho, com o consequente reconhecimento dos direitos trabalhistas e sociais daí advindos.

#### **4.2.2 RECONHECIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS DAS PROFISSIONAIS DO SEXO.**

Mediante a análise das teorias acerca do trabalho sexual e do feminismo, bem como de todos os instrumentos jurídicos existentes, conclui-se que reconhecer a prostituição como trabalho sexual é o primeiro passo para garantir os direitos humanos das trabalhadoras traficadas com o fim de exploração sexual. Existem diversos motivos que indicam a necessidade de tal reconhecimento. Primeiro, porque as mulheres que trabalham com a prostituição por opção própria desejam o reconhecimento como um trabalho e o definem desta forma, sendo que o salário obtido é utilizado para seu sustento e de sua família e contribui com a melhoria de sua condição humana. Segundo, porque o reconhecimento da prostituição como trabalho faz com que hajam regras bem definidas acerca do tema, deixando expresso o que pode e o que não pode ser feito, quais as garantias e os direitos das trabalhadoras e quais os deveres e obrigações, havendo uma clara vinculação entre o trabalhador e seu beneficiário. Terceiro porque tal reconhecimento é fruto das lutas das trabalhadoras do sexo, que possuem uma história comum de trabalho, havendo chance de acabar com dualismos de boas ou más mulheres e de garantir cidadania e igualdade de direitos a todas elas. Pensar de forma diferente leva a aumentar a desigualdade, os estigmas, a exclusão social e a vulnerabilidade destas trabalhadoras. Importante frisar que a prostituição sempre existiu e sempre existirá, não sendo razoável mantê-la invisível e oculta<sup>311</sup>. Essa invisibilidade só benéfica aqueles que desejam lucrar com o crime, pois facilita a utilização das redes criminosas para intermediar o

---

<sup>311</sup> MESTRE Y MESTRE, Ruth. Precioso, Magdalena López. Trabajo Sexual. **Reconocer Derechos**, p. 101-105.



tráfico de mulheres ou a prostituição, já que esta é proibida, não havendo propostas de emprego nesta área, a não ser de forma obscura.

Conforme ensina Ruth Precioso MESTRE Y MESTRE<sup>312</sup>, “*afirmar que o trabalho sexual é trabalho nos permite posicionar-se como uma relação social capitalista*”, devendo as trabalhadoras terem todos os direitos trabalhistas garantidos. Como um trabalho igual a qualquer outro, claro que com suas especificidades, há a necessidade de regulação a fim de evitar a exploração, existente em todos os ramos e profissões. E para que isto ocorra, além da garantia legal de todos os direitos já previstos para os trabalhadores como um todo, tem-se que a auto-organização da categoria se mostra como um instrumento imprescindível para a correta garantia dos direitos trabalhistas. Para tanto, se faz necessário que os sindicatos permitam a inclusão destas trabalhadoras entre seus filiados, pois elas se autodenominam trabalhadoras do sexo e vindicam sua atividade como um trabalho laboral. Há a veemente necessidade das organizações sindicais clarificarem-se e posicionarem-se para lutar pela aquisição e manutenção de direitos sociais e laborais para essas pessoas, evitando a exploração e a degradação. Ora, as trabalhadoras devem ser ouvidas, a fim de que se garantam as condições mínimas de trabalho e ninguém melhor do que elas para ajudar na regulamentação da própria atividade<sup>313</sup>.

Desta forma, o primeiro passo para garantir os direitos das trabalhadoras traficadas é o reconhecimento do vínculo empregatício com o consequente reconhecimento dos direitos daí decorrentes, como salário mínimo, jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, recolhimento de contribuição previdenciária, dentre outros direitos já garantidos a todos os trabalhadores.

A análise acerca da existência ou não do vínculo de emprego deve sempre ser feita tendo por base os requisitos caracterizadores da relação de emprego. O trabalho sexual, como qualquer outro, pode ser realizado por conta própria, autonomamente, ou por conta alheia, por meio de uma verdadeira relação de emprego. Como ensina Maurício Godinho DELGADO<sup>314</sup>, “*a prestação de trabalho por uma pessoa física a outrem pode concretizar-se segundo fórmulas relativamente diversas entre si*”. Para que seja configurada uma relação de emprego, necessário o preenchimento de certos requisitos, quais sejam, que o trabalho seja

---

<sup>312</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>313</sup> Ibidem, p. 128.

<sup>314</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**, p. 285-303.

desenvolvido por pessoas física, com personalidade, de forma não eventual (essencial ao fim econômico do empregador), pessoalmente, com onerosidade e subordinação, sendo este o elemento que ganha maior importância na configuração da relação de emprego. Em verdade, o empregado compromete-se a acolher o poder diretivo do empregador no modo de realização da prestação de serviços, sendo o empregador quem determina as atividades a serem desenvolvidas. Claro que, tratando-se de trabalho sexual, a mulher não pode se ver afrontada em sua dignidade, sendo obrigada a praticar determinadas atividades que são contrárias à sua vontade. Assim, o contrato de emprego deve prever a existência de subordinação na prestação dos serviços, que serão realizados na forma predeterminada pela trabalhadora, com regras claras acerca do assunto. Desta forma, estando presentes os requisitos caracterizadores da relação de emprego, deve ser ela reconhecida. No caso no trabalho sexual, haverá muitos casos de trabalho autônomo, o que também é comum em outras profissões.

Mas a preocupação não deve limitar-se ao aspecto financeiro, sendo fundamental a garantia de ambientes de trabalho saudáveis e seguros, devendo haver a proteção das trabalhadoras contra a violência, devendo elas receberem, como qualquer trabalhador, a devida proteção e tutela judicial em caso de violência, agressões ou ofensas a dignidade humana. Também é indispensável o acesso destas trabalhadoras ao Sistema de Saúde e Previdência Social públicos, com direito a afastamento legais por motivo de saúde e de acidente de trabalho<sup>315</sup>.

De acordo com Bruna Surfistinha<sup>316</sup>, uma prostituta que contou sua história de vida em um livro, *“sem fazer jogos de palavras, esta vida fácil não é tão fácil, não. Fazer dez serviços por dia não é aconselhável nem saudável”*. E continua contando, quando fala de seu trabalho por conta própria em um apart hotel, que *“trabalhando desta forma posso me permitir descansar nos finais de semana. Como todo mundo, não? Porque deveria ser diferente para uma prostituta?”* E ainda que *“com o passar do tempo me dei conta de que era um trabalho muito cansativo, tanto física como psiquicamente”*. Desta forma, a regulamentação de horários e o direito a descanso é de fundamental importância no reconhecimento dos direitos destas trabalhadoras<sup>317</sup>. O efetivo controle da jornada de trabalho

---

<sup>315</sup> MESTRE Y MESTRE, Ruth. Precioso, Magdalena López. Trabajo Sexual. **Reconocer Derechos**, p. 103-104

<sup>316</sup> SURFISTINHA, Bruna. El dulce veneno del escorpión, p. 57; 123; 129.

<sup>317</sup> MESTRE Y MESTRE, Ruth. Precioso, Magdalena López. Trabajo Sexual. **Reconocer Derechos**, p. 119.

tem sido analisado, hodiernamente, em conjunto com questões relativas à medicina laboral, não sendo mais norma estritamente econômica, mas sim vinculada à saúde e segurança do trabalhador. Em verdade, o maior ou menor espaçamento da jornada de trabalho e duração semanal e mensal do trabalho atua diretamente na deterioração ou melhoria das condições internas de trabalho, de forma que a ampliação da jornada acentua drasticamente a possibilidade de ocorrência de doenças profissionais ou acidentes de trabalho. Sendo a prostituição ou o trabalho sexual também desgastante e penoso, com mais razão ainda deve atentar-se para este controle de jornada<sup>318</sup>.

Outra questão relevante é a possibilidade de inserção destas trabalhadoras no seguro desemprego. Como elas terão o vínculo de emprego devidamente reconhecido, com o pagamento de todos os encargos trabalhistas daí decorrentes, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, INSS, há a possibilidade, no caso de dispensa sem justa causa, do recebimento do seguro desemprego, observadas as regras específicas em relação a matéria. Como o tráfico de mulheres para exploração sexual em sua maioria ocorre com a configuração do trabalho escravo, é importante ressaltar que estas mulheres também devem ter direito ao seguro desemprego que é devido aos empregados escravizados que foram resgatados, a partir de 20 de dezembro de 2002, desde que cumpram os seguintes requisitos: ter sido comprovadamente resgatado de regime de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo; não estar recebendo nenhum benefício da Previdência Social, exceto auxílio-acidente e pensão por morte e não possuir renda própria para seu sustento e de sua família<sup>319</sup>.

Fator de primordial importância que também deve ser firmemente trabalhado é a ausência de discriminação de brasileiros na Espanha. De nada bastará a alteração legislativa do Brasil e da Espanha acerca do trabalho sexual, se as brasileiras que trabalharem, por sua livre vontade, na Espanha, não tiverem a sua condição de igualdade com os nacionais defendida. A atual política para estrangeiros adotada na Espanha é discriminatória, já que estabelece diversos requisitos para que o estrangeiro possa trabalhar em seu país<sup>320</sup>, muito embora haja clara previsão de proibição de discriminação contra os estrangeiros<sup>321</sup>. A

<sup>318</sup> DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**, p. 832-839.

<sup>319</sup> Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/seg\\_desemp/modalidades-seguro-desemprego-empregado-resgatado.htm](http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/modalidades-seguro-desemprego-empregado-resgatado.htm). Acesso em 25/10/2013.

<sup>320</sup> Ley de Extranjería (Ley Orgánica 8/2000, de 22 de diciembre), Disponível em <http://www.jrcasan.com/Noticias/prensa/estrajera.htm>. Acesso em 19.05.2008. Artigos 36- 42.

<sup>321</sup> Ley de Extranjería (Ley Orgánica 8/2000, de 22 de diciembre), Disponível em <http://www.jrcasan.com/Noticias/prensa/estrajera.htm>. Acesso em 19.05.2008. Artigo 23: “Actos

regularidade ou irregularidade da situação de uma pessoa de nacionalidade estrangeira que resida na Espanha determinará seu estatuto jurídico e os instrumentos que possui para fazer valer os seus direitos. Ou seja, estar ou não regular determinará o destino de sua vida. Em verdade, não se encontrar regular significa estar constantemente ameaçado a ser expulso do país, não ter direito a circular livremente dentro do país, não poder ter voz e ser ouvido pela administração nos assuntos que são de seu interesse, não poder exercer direito de reunião, manifestação e associação, não ter acesso à educação não obrigatória, não ter direito a trabalhar por conta própria ou alheia, nem ter acesso ao regime da Seguridade Social, não ter direito a filiar-se ou sindicalizar-se, não ter direito a exercer a greve, não ter direito sequer a vida familiar, já que não se permite a reagrupação familiar e não ter direito à assistência judiciária gratuita em casos ligados ao próprio processo de imigração <sup>322</sup>. Ou seja, o estrangeiro somente poderá ter direitos se tiver uma permissão de residência, mas esta somente é concedida se a pessoa demonstrar que tem condições financeiras para seu próprio sustento, o que significa dizer que somente aqueles que possuam vínculo de emprego legalmente formalizado poderão ser beneficiários das leis. No caso específico das mulheres estrangeiras trabalhadoras do sexo, como o trabalho sexual não é considerado uma atividade laboral, estas trabalhadoras não terão qualquer possibilidade de regularizar sua situação na Espanha, mantendo estas mulheres em condições de vulnerabilidade contrária ao que prevê a normativa internacional.

Com o reconhecimento dos direitos trabalhistas destas trabalhadoras, não haverá enriquecimento ilícito das redes de tráfico, o que irá contribuir para que os criminosos sejam penalizados, não somente no aspecto penal, mas também financeiramente.

#### **4.2.3 ALTERAÇÃO DO PROTOCOLO DE PALERMO NO QUE TANGE AO CONSENTIMENTO.**

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas,

---

discriminatorios. 1. A los efectos de esta Ley, representa discriminación todo acto que, directa o indirectamente, conlleve una distinción, exclusión, restricción o preferencia contra un extranjero basada en la raza, el color, la ascendencia o el origen nacional o étnico, las convicciones y prácticas religiosas, y que tenga como fin o efecto destruir o limitar el reconocimiento o el ejercicio, en condiciones de igualdad, de los derechos humanos y de las libertades fundamentales en el campo político, económico, social o cultural.

<sup>322</sup> ARELLA, Celeste; BESSA, Cristina Fernández; LAZO, Gemma Nicolás; VARTABEDIEN, Julieta. **Los pasos (in)visibles de la prostitución. Estigma, persecución y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona.** p. 100-112. tradução nossa.

em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo) trata especificamente acerca do tráfico de seres humanos.

O Brasil, por meio do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004, e a Espanha, em 25 de dezembro de 2003<sup>323</sup>, dentre outros, são signatários do referido protocolo<sup>324</sup>.

O Protocolo de Palermo, em seu artigo 3º, conceitua tráfico de seres humanos, dispondo que:

- a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
- b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
- c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;
- d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

Ou seja, sempre que houver o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, com o uso de ameaça, violência ou coação (seja esta direta, econômica ou decorrente de situações especiais de vulnerabilidade em que vivia a vítima) se configurará o tráfico de pessoas. O Protocolo inclui nestas hipóteses, **no mínimo**, a exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão contemporânea, a servidão ou a remoção de órgãos. No caso de criança, assim considerada aquela com menos de dezoito anos, qualquer fim ilícito caracteriza o tráfico.

O artigo 149 do Código Penal Brasileiro<sup>325</sup> tipifica o crime de redução à condição análoga a de escravo, prevendo que:

<sup>323</sup> Lexur Editorial. Disponível em <http://www.lexureditorial.com/boe/0312/22719.htm>. Acesso em 25.08.2008.

<sup>324</sup> Disponível em <http://estrecho.indymedia.org/newswire/display/3845/index.php>. Acesso em 25.08.2008.

<sup>325</sup> BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal 2008**.

Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho; (Incluído pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003).

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido: I – contra criança ou adolescente; II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

De acordo com a legislação atual brasileira, mesmo que não haja qualquer limitação à liberdade de locomoção, poderá restar configurado o trabalho em condições análogas a de escravo, desde que haja trabalho em condições degradantes.

A convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho<sup>326</sup> trata do trabalho forçado, prevendo que trabalho forçado ou obrigatório compreenderá todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. Já a Convenção nº 105 da OIT trata da abolição do trabalho forçado, estabelecendo o compromisso de todo País-membro da Organização Internacional do Trabalho que ratificar a Convenção de comprometer-se a abolir toda forma de trabalho forçado ou obrigatório e dele não fazer uso: a) como medida de coerção ou de educação política ou como punição por ter ou expressar opiniões políticas ou pontos de vista ideologicamente opostos ao sistema político, social e econômico vigente; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como meio de disciplinar a mão-de-obra; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa.

Tendo conhecimento de como o tráfico de mulheres ocorre, é importante analisar o texto legal previsto no Protocolo de Palermo acerca do consentimento dado pela vítima. Segundo o texto legal, somente havendo coação, ameaça, violência, é que o consentimento dado será tido por inexistente, e também no caso de menores de dezoito anos. O artigo 3º do

<sup>326</sup> **Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv\\_29.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_29.pdf). Acesso em 30.7.08.

Protocolo de Palermo prevê, expressamente, em sua alínea “b”, que: *“o consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea “a” do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea “a””*.

Contudo, deve-se fazer uma análise mais profunda do tema. Importante ressaltar que com relação ao trabalho sexual livre e voluntário não existe dúvida que a vontade destas mulheres deve prevalecer e que as suas lutas devem ser reconhecidas em termos de garantias, validando-se o consentimento dado. Entretanto, quando configurado o tráfico de mulheres para exploração sexual, com a submissão a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea, a situação difere em seu contexto.

Assim, cabe a análise de quatro situações distintas que podem ocorrer no caso de tráfico de seres humanos, já citadas anteriormente no presente trabalho:

Primeira, aquela de uma mulher que efetivamente não tem conhecimento de que irá para outro país desempenhar o trabalho de prostituta e é submetida a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea (seja por não haver liberdade de locomoção, seja pela servidão por dívida existente em face das despesas com passagens aéreas, hotéis, alimentação, seja por não poder retornar ao país de origem pelo fato de seu passaporte estar apreendido pelos responsáveis pelo tráfico, seja porque sequer possui condições financeiras de retornar ao seu país, já que o salário prometido nunca é remunerado). Nesta situação, o consentimento eventualmente dado efetivamente está viciado, configurando-se claramente o tráfico de mulheres para exploração sexual. A fraude e o engano estão claramente verificados.

Segunda situação a de uma mulher que, embora tenha conhecimento de que irá trabalhar em outro país como prostituta, é submetida a condições degradantes de trabalho e de escravidão contemporânea. Neste caso, o tráfico de mulheres também resta configurado, porque o consentimento somente existia para o desempenho da prostituição, mas não para a submissão a situações degradantes, restando configurados a fraude, o engano e a situação de vulnerabilidade.

Terceira situação a de uma mulher que tem conhecimento de que irá desempenhar a prostituição e que também conhece, seja por meio de noticiário, seja por meio de amigos que já passaram pela mesma situação, que o trabalho será prestado em condições degradantes à sua dignidade ou em condições análogas a de escravidão. Neste caso, também se entende que o tráfico de mulheres resta configurado. Ora, não obstante o consentimento dado pela vítima e a ciência acerca do trabalho e das condições de trabalho a serem desempenhadas, não se pode esquecer que havendo a submissão a condições de degradação do ser humano, de redução do mesmo a mero objeto, de submissão a condições não humanas, deve-se considerar a existência do tráfico. Muito embora o Protocolo de Palermo preveja como condição para sua configuração a ocorrência de ameaça ou uso da força ou outras formas de coação, presume-se a ausência de outra opção desta mulher - e não por ser mulher, por uma questão de gênero ou pelo fato de estar desempenhando o trabalho sexual, mas pelo fato de que a nenhum ser humano é dado o direito de submeter outro ser humano a condições de tamanha exploração e prejuízo físico, moral e social. Ou seja, o consentimento que é dado, na verdade, somente o foi por falta de qualquer outra opção de vida digna, a qual o Estado deveria proporcionar a todos os cidadãos. Há uma clara situação de vulnerabilidade, a qual o Protocolo se refere, que induz ao reconhecimento do tráfico de seres humanos.

É neste aspecto que há a proposta de alteração do texto legal do Protocolo de Palermo, para que, havendo ou não o consentimento da vítima, o tráfico de seres humanos se configure, acaso preenchidos os demais requisitos ali previstos.

Não é demais lembrar que a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, que tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria, de forma inovadora, em seu artigo 2º, conclui que a intermediação, promoção ou facilitação do recrutamento, do transporte, da transferência, do alojamento ou do acolhimento de pessoas para fins de exploração também configura tráfico de pessoas e **que o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas**, exatamente como defendido no primeiro capítulo do presente trabalho.



Aliás, neste sentido, ensina Ela Wieko CASTILHO<sup>327</sup>, afirmando que a Política Nacional diverge do Protocolo de Palermo na questão do consentimento dado pela vítima, já que naquele o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas.

Neste aspecto também é importante ressaltar que outros países, como a Argentina, também evoluiu neste aspecto, já que inicialmente adotava o conceito previsto no Protocolo de Palermo no que tange ao consentimento, mas modificou sua legislação, para prever que o consentimento é irrelevante<sup>328</sup>.

Importante ressaltar que é bastante comum o fato de a mulher ter consciência de que irá exercer a prostituição, mas não das condições em que, normalmente, se vê coagida a atuar, ao chegar no local do destino, o que, de qualquer forma, caracteriza a fraude<sup>329</sup>.

Quarta hipótese aquela em que uma mulher é recrutada para desempenhar a prostituição em outro país, com o seu consentimento, sendo as condições de trabalho, diferentemente das hipóteses anteriores, dignas (usa-se este termo embora seja de difícil conceituação o que seja uma vida digna), ou seja, estas mulheres não estão submetidas a qualquer tipo de servidão ou escravidão, não há a cobrança de dívidas, não há ameaças ou coação quanto à sua integridade física e de sua família, não há apreensão de documentos, enfim, as mulheres são efetivamente livres para desempenhar o trabalho que elegeram. Nesta hipótese, entende-se que não há a configuração do tráfico de pessoas, mas sim da figura do tráfico de migrantes, prevista no Protocolo contra Contrabando de Migrantes por terra, mar e ar, que é um complemento à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, que entrou em vigor internacionalmente em 29 de setembro de 2003 e foi promulgado, no Brasil, pelo Decreto nº 5016/04. O seu artigo 3º conceitua o tráfico de migrantes nos seguintes termos:

<sup>327</sup> CASTILHO, Ela Wieko V. de. Mudando o Foco: do crime de tráfico de pessoas para o direito à migração, p. 21-22, in *Tráfico de Pessoas: Reflexões para a compreensão do trabalho escravo contemporâneo*.

<sup>328</sup> Ley argentina nº 26.364/2008 – **PREVENCIÓN Y SANCION DE LA TRATA DE PERSONAS Y ASISTENCIA A SUS VÍCTIMAS. ARTICULO 2º** — *Trata de mayores de DIECIOCHO (18) años. Se entiende por trata de mayores la captación, el transporte y/o traslado —ya sea dentro del país, desde o hacia el exterior—, la acogida o la recepción de personas mayores de DIECIOCHO (18) años de edad, con fines de explotación, cuando mediere engaño, fraude, violencia, amenaza o cualquier medio de intimidación o coerción, abuso de autoridad o de una situación de vulnerabilidad, concesión o recepción de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre la víctima, aun cuando existiere asentimiento de ésta.*

<sup>329</sup> JESUS, Damásio de, op. cit., p. 95.

A expressão "tráfico de migrantes" significa a promoção, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, um benefício financeiro ou outro benefício material, da entrada ilegal de uma pessoa num Estado Parte do qual essa pessoa não seja nacional ou residente permanente;

b) A expressão "entrada ilegal" significa a passagem de fronteiras sem preencher os requisitos necessários para a entrada legal no Estado de acolhimento.

c) A expressão "documento de viagem ou de identidade fraudulento" significa qualquer documento de viagem ou de identificação:

(i) Que tenha sido falsificado ou alterado de forma substancial por uma pessoa ou uma entidade que não esteja legalmente autorizada a fazer ou emitir documentos de viagem ou de identidade em nome de um Estado; ou

(ii) Que tenha sido emitido ou obtido de forma irregular, através de falsas declarações, corrupção ou coação ou qualquer outro meio ilícito; ou

(iii) Que seja utilizado por uma pessoa que não seja seu titular legítimo.

Assim, é de fundamental importância que haja a alteração do texto legal do Protocolo de Palermo, a fim de que o consentimento dado pela vítima seja sempre, em qualquer hipótese, irrelevante.

Para que haja o combate efetivo ao tráfico de seres humanos, além de outras medidas sociais, políticas, econômicas e culturais, é essencial que as medidas jurídicas sejam rígidas e não deixem margem a interpretações.

#### **4.2.4 DESCRIMINALIZAÇÃO DA PROSTITUIÇÃO E ALTERAÇÃO DA TIPIFICAÇÃO PENAL DO TRÁFICO DE SERES HUMANOS.**

Não obstante o reconhecimento da prostituição como trabalho, a sua exploração deve continuar sendo objeto de criminalização, da mesma forma em que ocorre com o trabalho em condições análogas a de escravo. A prestação do trabalho, em condições normais, deve ser permitida, mas o que deve ser combatido, efetivamente, é a sua exploração, com clara coação dos trabalhadores e ofensa aos direitos humanos.

Uma das principais vulnerações dos direitos humanos das mulheres que prestam serviços sexuais é o caso de extorsão e coação pelas máfias de tráfico de seres humanos.

Assim, para o efetivo combate ao tráfico de seres humanos, primeiramente, será necessária a alteração legislativa no que tange à prostituição e em um segundo momento, no que tange à tipificação do crime de tráfico de pessoas.

Quanto ao tráfico de pessoas propriamente dito, o Código Penal brasileiro possui um capítulo específico tratando do tema, com seis artigos<sup>330</sup>.

O artigo 227<sup>331</sup> do Código Penal prevê a mediação para servir a lascívia de outrem, estabelecendo como crime a indução de alguém a satisfazer a lascívia de outrem, sendo aumentada a pena se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, e aplicada a pena também de multa se o crime é cometido com o fim de lucro.

O artigo 228<sup>332</sup>, a seu turno, prevê o crime do favorecimento da prostituição, tipificando a conduta daquele que induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone, sendo aumentada a pena se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude, como, em regra, ocorre no caso do tráfico de mulheres para exploração sexual, e aplicada também multa se for cometido com o fim de lucro.

No que tange aos artigos 227 e 228 do Código Penal, faz-se necessária a alteração legislativa, já que, tendo-se em mente que a prostituição livre não deve ser criminalizada, tais tipos penais somente devem ser mantidos no que tange especificamente à exploração sexual, retirando-se da criminalização o favorecimento à prostituição e a lascívia propriamente dita, as quais, de acordo com a proposta que ora se apresenta, não seriam mais criminalizadas, juntamente com a prostituição livre de pessoa maior de idade. No que tange às crianças e adolescentes, a criminalização deve ser mantida, inclusive com penas mais pesadas, visando a coibir tal prática.

---

<sup>330</sup> Código Penal Brasileiro, op. cit. CAPÍTULO V. DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

<sup>331</sup> Ibidem. Artigo 227: “Mediação para servir a lascívia de outrem. Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de um a três anos. § 1º Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda: (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005) Pena - reclusão, de dois a cinco anos. § 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa”.

<sup>332</sup> Ibidem. Artigo 228: “Favorecimento da prostituição. Art. 228 - Induzir ou atrair alguém à prostituição ou a outra forma de exploração sexual, facilitá-la ou impedir que alguém a abandone: Pena - reclusão, de dois a cinco anos. § 1º - Se ocorre qualquer das hipóteses do § 1º do artigo anterior: Pena - reclusão, de três a oito anos. § 2º - Se o crime, é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência. § 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa”.

Já o artigo 229<sup>333</sup> criminaliza aquele que mantém, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente. Ou seja, mesmo sem o objetivo de lucro o crime se configura.

No que tange a este artigo, entende-se que não há necessidade de alteração legislativa, já que o texto legal trazido com a Lei nº 12.015/2009 já modificou substancialmente tal tipo penal, criminalizando somente a **exploração sexual**, que sempre deve ser combatida.

O artigo 230<sup>334</sup> traz a figura do rufião, prevendo a prática de crime por aquele que tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça, havendo aumento de pena se há emprego de violência ou grave ameaça. Aqui também propõe-se a alteração legislativa para que somente haja a criminalização se houver a **exploração sexual**, o uso de crianças e adolescentes e o uso de violência ou ameaça, de forma que aquela pessoa ou empresa que ocupar a figura de empregador não deverá ser criminalizado. Evidente que sendo a prostituição legal, o empregador, assim como outro qualquer, se beneficiará com o trabalho prestado, lucrando como qualquer outro empregador.

Por fim, o artigo 231<sup>335</sup> prevê, expressamente, a figura do tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, tipificando como crime quem promover ou facilitar

---

<sup>333</sup> Ibidem. Artigo 229: “Casa de prostituição. Art. 229 - Manter, por conta própria ou de terceiro, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente: Pena - reclusão, de dois a cinco anos, e multa”.

<sup>334</sup> Ibidem. Artigo 230: “Rufianismo. Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. § 1º – Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) § 2º - Se há emprego de violência ou grave ameaça: Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da multa e sem prejuízo da pena correspondente à violência”.

<sup>335</sup> Ibidem. Artigo 231: “Tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual. Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º A pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). III - se o agente é

a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro, também aumentando a pena no caso do emprego de violência, grave ameaça ou fraude e multa, além da pena correspondente à violência.

Também foi tipificado o tráfico interno de pessoas, também para fins de exploração sexual, com a penalização daquele que promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual<sup>336</sup>.

Tais dispositivos legais já sofreram várias alterações, contudo não suficientes para alcançar todas as hipóteses de tráfico de pessoas, seja interno, seja internacional.

Muito embora a Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005, tenha alterado o artigo 231 do Código Penal, substituindo o termo “mulher” por “pessoa”, previu somente o tráfico internacional no caso de exploração sexual, deixando desprotegidas as outras hipóteses de tráficos de seres humanos, como para adoção, transplante de órgãos e trabalho em condição análoga a de escravo ou mediante servidão.

Já a Lei nº 12.015/2009, mais recente, alterou o conceito de tráfico de pessoas acrescentando que o tipo penal é específico para o tráfico para fins de exploração sexual,

---

ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)”.

<sup>336</sup> Ibidem. Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009), § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º A pena é aumentada da metade se: (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

fazendo expressa referência da necessidade de prostituição ou qualquer outro tipo de exploração sexual<sup>337</sup>.

Contudo, tais alterações não são suficientes para coibir o tráfico de seres humanos. Como se observa de tais dispositivos legais, somente houve a previsão de uma forma de tráfico de pessoas, deixando a descoberto o tráfico para outros fins, quais sejam, tráfico de órgãos, para fins de servidão ou escravidão, para adoção, nos termos já previstos no Protocolo de Palermo, sendo indispensável a modificação legislativa.

Ademais, é importante registrar que a legislação brasileira não faz referência ao consentimento dado pela vítima para caracterizar o tráfico de seres humanos, sendo relevante que o tipo penal registre expressamente que eventual consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico, a fim de se evitar discussões jurídicas a respeito do tema.

Ressalte-se que a prostituição e o tráfico de crianças e adolescentes deve ser devidamente penalizado, a fim de se coibir tal prática. Somente a partir do texto legal alterado com a Lei nº 12.015, de 2009 é que houve disposição específica de que a pena é aumentada da metade se a vítima for menor de 18 (dezoito) anos. Também não houve previsão quanto ao aumento da pena quando a vítima detiver outras incapacidades que a tornem totalmente incapaz, como por exemplo, no caso de doentes mentais<sup>338</sup>. Entende-se que a existência de um tipo penal específico sobre o tema também contribui para uma melhor visibilidade da problemática, dando mais força e efetividade ao combate de tal prática nefasta.

<sup>337</sup> Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la. (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009). § 2º A pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009) I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato; (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009) III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009), IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009). § 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa. (Incluído pela Lei nº 12.015, de 2009)

<sup>338</sup> Código Civil Brasileiro. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em 16.04.2014. “Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I - os menores de dezesseis anos; II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade”.

Neste aspecto, o Protocolo Opcional à Convenção sobre Venda de Criança, Prostituição e Pornografia Infantil, de 1999, oferece definições precisas acerca dos três tipos de exploração, diferenciando a venda de crianças, a prostituição infantil e a pornografia infantil. A legislação brasileira não trata destas questões, que merecem melhor detalhamento na legislação penal e maior punição.<sup>339</sup>

O Código Penal Espanhol<sup>340</sup>, ao contrário, não prevê um delito específico para o tráfico de seres humanos. Em seu capítulo V, quando trata dos delitos relativos à prostituição e a corrupção de menores, preceitua, em seus artigos 187 e 188 que, quem induz, promove, favorece ou facilite a prostituição de uma pessoa menor de idade ou incapaz será penalizado com as penas de prisão e multa. Prevê que aquele que determine, empregando violência, intimidação ou engano, ou abusando de uma situação de superioridade ou vulnerabilidade da vítima, a pessoa maior de idade a exercer a prostituição ou manter-se nela será condenado a pena de prisão e multa. Tipo penal que também deve ser mantido, já que prevê expressamente a exploração sexual e não a prática de prostituição livre por pessoa maior de idade.

Dispõe também o Código Penal Espanhol que na mesma pena incide aquele que lucre explorando a prostituição de outra pessoa, **mesmo com o seu consentimento**. Aqui a alteração legislativa se faz necessária, já que não poderá ser criminalizado o empregador, desde que a prostituição seja desenvolvida por pessoa maior de idade e de forma livre, sem qualquer coação ou exploração.

De outra parte, o artigo 312.2, inciso final, do Código Penal<sup>341</sup> prevê como delito praticado contra os trabalhadores, o tráfico ilegal de mão-de-obra, incorrendo na mesma pena aqueles que recrutem ou que determine aos trabalhadores abandonar o seu posto de trabalho, oferecendo emprego ou condições de trabalho enganosas ou falsas, bem como aqueles que empregam a trabalhadores estrangeiros sem permissão de trabalho em condições que prejudiquem, suprimam ou restrinjam os direitos que teriam reconhecidos por disposições

<sup>339</sup> JESUS, Damásio. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil, p. 136-141.

<sup>340</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Penal/lo10-1995.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Penal/lo10-1995.html). Acesso em 26.05.2008.

<sup>341</sup> **Código Penal Espanhol**, op. cit. Artigo 312: “1. Serán castigados con las penas de prisión de dos a cinco años y multa de seis a doce meses, los que trafiquen de manera ilegal con mano de obra. 2. En la misma pena incurrirán quienes recluten personas o las determinen a abandonar su puesto de trabajo ofreciendo empleo o condiciones de trabajo engañosas o falsas, y quienes empleen a súbditos extranjeros sin permiso de trabajo en condiciones que perjudiquen, supriman o restrinjan los derechos que tuviesen reconocidos por disposiciones legales, convenios colectivos o contrato individual”.

legais, convênios coletivos ou contratos individuais. Tal dispositivo legal deve ser mantido, porque combate o tráfico ilegal de mão-de-obra, mas é necessária a inclusão de novo tipo penal, prevendo expressamente o crime de tráfico ilegal de pessoas em todas as suas modalidades, ou seja, para fins de exploração sexual, para adoção, para remoção de órgãos, para servidão e escravidão.

O artigo 313<sup>342</sup> do Código Penal penaliza quem promove ou favoreça a emigração de alguma pessoa a outro país, simulando contrato ou colocação ou usando outra forma de engano. Por migração clandestina deve ser entendida aquela feita à margem da normativa administrativa vigente na Espanha, estando implícito na situação penalmente relevante que a ação do sujeito ativo do delito deve causar dano ou colocar em grave perigo os direitos dos trabalhadores afetados<sup>343</sup>.

Por fim, o capítulo XV bis do Código Penal trata especificamente dos delitos contra os direitos dos cidadãos estrangeiros, prevendo, no artigo 318, penas para aqueles que intencionalmente ajudem a uma pessoa que não seja nacional de um Estado membro da União Europeia a entrar no território espanhol ou transitar através do mesmo, de forma a vulnerar a legislação relativa ao assunto. A disposição legal trata tanto da ajuda sem objetivo de lucro como com objetivo de lucro, podendo se incluir aqui caso de tráfico de pessoas<sup>344</sup>.

---

<sup>342</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016. Artigo 313: “El que determine o favoreciere la emigración de alguna persona a otro país simulando contrato o colocación, o usando de otro engaño semejante, será castigado con la pena prevista en el artículo anterior”.

<sup>343</sup> CARRASCO, Francisco Moreno, op. cit., p. 643, tradução nossa.

<sup>344</sup> Código Penal Espanhol. Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016. Artigo 318 bis. Artículo 318 bis. 1. El que intencionadamente ayude a una persona que no sea nacional de un Estado miembro de la Unión Europea a entrar en territorio español o a transitar a través del mismo de un modo que vulnere la legislación sobre entrada o tránsito de extranjeros, será castigado con una pena de multa de tres a doce meses o prisión de tres meses a un año. Los hechos no serán punibles cuando el objetivo perseguido por el autor fuere únicamente prestar ayuda humanitaria a la persona de que se trate. Si los hechos se hubieran cometido con ánimo de lucro se impondrá la pena en su mitad superior. 2. El que intencionadamente ayude, con ánimo de lucro, a una persona que no sea nacional de un Estado miembro de la Unión Europea a permanecer en España, vulnerando la legislación sobre estancia de extranjeros será castigado con una pena de multa de tres a doce meses o prisión de tres meses a un año. 3. Los hechos a que se refiere el apartado 1 de este artículo serán castigados con la pena de prisión de cuatro a ocho años cuando concorra alguna de las circunstancias siguientes: a) Cuando los hechos se hubieran cometido en el seno de una organización que se dedicare a la realización de tales actividades. Cuando se trate de los jefes, administradores o encargados de dichas organizaciones o asociaciones, se les aplicará la pena en su mitad superior, que podrá elevarse a la inmediatamente superior en grado. b) Cuando se hubiera puesto en peligro la vida de las personas objeto de la infracción, o se hubiera creado el peligro de causación de lesiones graves. 4. En las mismas penas del párrafo anterior y además en la de inhabilitación absoluta de seis a doce años, incurrirán los que realicen los hechos prevaliéndose de su condición de autoridad, agente de ésta o funcionario público. 5. Cuando de acuerdo



Sem uma legislação dura e firme contra a exploração sexual e de crianças e adolescentes, bem como contra o tráfico ilegal de seres humanos, não será possível a coibição de tal prática.

Em verdade, o principal objetivo de uma rede de tráfico de pessoas é a obtenção de lucro. Então, mesmo que as trabalhadoras não estejam em situação degradante, certo é que ao menos houve a venda destas mulheres para prestar serviços em outro país. Nenhuma rede de tráfico irá intermediar o trabalho de uma prostituta para o exterior se não obtiver lucro. E o lucro, certamente, proverá desta negociação, que se torna ilegal, por transformar a pessoa em mero objeto. Diferentemente ocorre no caso de uma casa de prostituição criada para que as prostitutas desempenhem o seu trabalho. Neste caso, esta empresa poderá ser considerada empregadora, fornecer todos os instrumentos de trabalho necessários para o desempenho da função, o que se pretende defender neste trabalho, não havendo falar, nesta hipótese, de mercantilização de pessoas, mas de mera prestação de serviços sexuais.

Ademais, a legislação migratória restritiva é um dos fatores que contribui para que o tráfico ocorra. Tais restrições migratórias não impedem as pessoas de se deslocarem de um território para outro, mas fazem com que os migrantes se utilizem de estratégias migratórias mais complexas, mais custosas e clandestinas. Aqui a rede de tráfico atua livremente<sup>345</sup>.

Diferentes autores têm constatado o aumento significativo da participação das mulheres em relação aos homens nas migrações internacionais, podendo-se estimar que 48% dos migrantes internacionais são mulheres. As mulheres imigrantes sofrem dupla discriminação, a primeira por questões de gênero, e a segunda por serem migrantes. As migrações fazem parte de um modelo histórico e são provocados pela mudança nos sistemas produtivos e das relações sociais. Contudo, as políticas restritivas hoje existentes na Espanha contribuem demasiadamente para que as redes de tráfico de seres humanos atue<sup>346</sup>. A limitação ao direito à liberdade de ir e vir não impede a migração, mas faz com que os

---

con lo establecido en el artículo 31 bis una persona jurídica sea responsable de los delitos recogidos en este Título, se le impondrá la pena de multa de dos a cinco años, o la del triple al quintuple del beneficio obtenido si la cantidad resultante fuese más elevada. Atendidas las reglas establecidas en el artículo 66 bis, los jueces y tribunales podrán asimismo imponer las penas recogidas en las letras b) a g) del apartado 7 del artículo 33. 6. Los tribunales, teniendo en cuenta la gravedad del hecho y sus circunstancias, las condiciones del culpable y la finalidad perseguida por éste, podrán imponer la pena inferior en un grado a la respectivamente señalada”.

<sup>345</sup> ARELLA, Celeste; BESSA, Cristina Fernández; LAZO, Gemma Nicolás; VARTABEDIEN, Julieta. **Los pasos (in)visibles de la prostitución. Estigma, persecución y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona.** p. 113-125. tradução nossa.

<sup>346</sup> GIL, Carmen Gregorio. **Migración femenina: su impacto en las relaciones de género.** p. 15-39.

migrantes utilizem outros meios para adentrar no país de destino, atuando aqui as redes de tráfico humano, que se beneficia da situação de vulnerabilidade das vítimas, que buscam melhores condições de vida.

Portanto, a modificação da legislação migratória também é de fundamental importância para o combate ao tráfico de seres humanos.

São estas, pois, as propostas de alterações legislativas, tanto na legislação internacional, brasileira e espanhola, a fim de combater veementemente o tráfico ilegal de seres humanos.

### **4.3 - Garantias sociais e econômicas.**

#### **4.3.1 - POLÍTICAS PÚBLICAS A SEREM ADOTADAS PELO PODER EXECUTIVO.**

O combate ao tráfico de seres humanos é um desafio mundial para todos os órgãos públicos e privados que trabalham com a questão.

Sabe-se que causas históricas contribuem para que o mesmo ocorra e que a pobreza é um dos principais fatores que levam pessoas a buscarem melhores condições de vida.

Assim, a implementação de garantias sociais e econômicas é de fundamental importância, a fim de quebrar com o ciclo da pobreza e garantir melhores condições de trabalho e de vida à sociedade.

Neste aspecto, o Brasil, em sua Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas – Decreto nº 5.948/2006, em seus artigos 5º e 7º <sup>347</sup> preceitua a necessidade de

---

<sup>347</sup> Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm). Acesso em 16.04.2014. “Art. 5º São diretrizes específicas de prevenção ao tráfico de pessoas: I - implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura, direitos humanos, dentre outras; II - apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, considerando as diferentes realidades e linguagens; III - monitoramento e avaliação de campanhas com a participação da sociedade civil; IV - apoio à mobilização social e fortalecimento da sociedade civil; e V - fortalecimento dos projetos já existentes e fomento à criação de novos projetos de prevenção ao tráfico de pessoas. Art. 7º São diretrizes específicas de atenção às vítimas do tráfico de pessoas: I

implementação de medidas preventivas nas políticas públicas, de maneira integrada e intersetorial, nas áreas de saúde, educação, trabalho, segurança, justiça, turismo, assistência social, desenvolvimento rural, esportes, comunicação, cultura, direitos humanos, dentre outras; o apoio e realização de campanhas socioeducativas e de conscientização nos âmbitos internacional, nacional, regional e local, considerando as diferentes realidades e linguagens; monitoramento e avaliação de campanhas com a participação da sociedade civil; apoio à mobilização social e fortalecimento da sociedade civil; e fortalecimento dos projetos já existentes e fomento à criação de novos projetos de prevenção ao tráfico de pessoas.

A pobreza e a desigualdade social são fatores que contribuem com a ocorrência do tráfico de mulheres. Há a premente necessidade de resolver o problema desde sua base. O tráfico de pessoas acaba por ocorrer porque existem pessoas marginalizadas que não possuem oportunidades de viver a vida dignamente. Estas pessoas não têm acesso a condições dignas e por isso acabam sendo submetidas a escravidão e coisificadas como um objeto. A adoção de políticas públicas neste sentido se faz há muito tempo necessária. A Política de Enfrentamento acima citada traz boas propostas para a resolução do tema. Contudo, pouco se vê efetivamente implementado no Brasil. Portanto, há a necessidade de melhoria das condições sociais, da educação, da formação profissional, do combate ao trabalho infantil e à marginalidade, a fim de que se quebre com o ciclo da pobreza.

A Política Nacional de Enfrentamento também prevê a necessidade de proteção e assistência jurídica, social e de saúde às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas; assistência consular às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória e ocupação; acolhimento e abrigo provisório das vítimas de tráfico de pessoas; reinserção social com a garantia de acesso à educação, cultura, formação profissional e ao trabalho às vítimas de tráfico de pessoas; reinserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes vítimas de tráfico de pessoas; atenção às necessidades específicas das vítimas, com especial atenção a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social,

---

- proteção e assistência jurídica, social e de saúde às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas; II - assistência consular às vítimas diretas e indiretas de tráfico de pessoas, independentemente de sua situação migratória e ocupação; III - acolhimento e abrigo provisório das vítimas de tráfico de pessoas; IV - reinserção social com a garantia de acesso à educação, cultura, formação profissional e ao trabalho às vítimas de tráfico de pessoas; V - reinserção familiar e comunitária de crianças e adolescentes vítimas de tráfico de pessoas; VI - atenção às necessidades específicas das vítimas, com especial atenção a questões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional ou outro status; VII - proteção da intimidade e da identidade das vítimas de tráfico de pessoas; e VIII - levantamento, mapeamento, atualização e divulgação de informações sobre instituições governamentais e não-governamentais situadas no Brasil e no exterior que prestam assistência a vítimas de tráfico de pessoas”.

procedência, nacionalidade, raça, religião, faixa etária, situação migratória, atuação profissional ou outro status; proteção da intimidade e da identidade das vítimas de tráfico de pessoas; e levantamento, mapeamento, atualização e divulgação de informações sobre instituições governamentais e não-governamentais situadas no Brasil e no exterior que prestam assistência a vítimas de tráfico de pessoas.

O Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (Protocolo de Palermo)<sup>348</sup>, prevê em seu artigo 6º, a assistência e proteção às vítimas de tráfico de pessoas, prevendo medidas que permitam a recuperação física, psicológica e social das vítimas de tráfico de pessoas, incluindo, se for caso disso, em cooperação com organizações não-governamentais, outras organizações competentes e outros elementos de sociedade civil e, em especial, o fornecimento de a) Alojamento adequado; b) Aconselhamento e informação, especialmente quanto aos direitos que a lei lhes reconhece, numa língua que compreendam; c) Assistência médica, psicológica e material; e d) Oportunidades de emprego, educação e formação.

O artigo 6º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher<sup>349</sup> também prevê, em sua alínea “f”, que os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a proporcionar à mulher sujeitada a violência acesso a programas eficazes de reabilitação e treinamento que lhe permitam participar plenamente da vida pública, privada e social; Ressalte-se que tais medidas são necessárias para um maior apoio social e psicológico daquelas mulheres que foram submetidas ao tráfico para exploração sexual, independente de sua vontade.

As vítimas do tráfico de pessoas devem ser devidamente atendidas e encaminhadas para acompanhamento social, familiar e profissional<sup>350</sup>.

---

<sup>348</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm). Acesso em 19.06.2008. OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 265-278.

<sup>349</sup> BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direitos humanos: documentos internacionais**. Brasília: 2006, p. 328-333.

<sup>350</sup> OSBORNE, Raquel. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**, p. 265-278.

Como bem ensina Damásio de JESUS<sup>351</sup> o Brasil enfrenta dificuldades em combater o tráfico de pessoas e umas das principais barreiras é a falta de colaboração das famílias com a polícia. A família é conivente e por diversas causas sociais e psicológicas acaba não contribuindo com a polícia para o combate ao tráfico de pessoas, principalmente pelo temor de sofrer represálias.

Não se busca, neste trabalho, vitimar a mulher ou reduzi-la a uma condição de quem não tem capacidade e liberdade de escolha, mas sim dar o apoio necessário àquelas que efetivamente foram submetidas ao tráfico, nos exatos termos do conceito trazido no início deste trabalho.

Quanto à situação de risco social, é necessário deixar bem clara a diferença entre a mulher que exerce o trabalho sexual como profissão (não há qualquer medida social a ser adotada, já que não se encontra em situação de risco, porque é uma escolha profissional, mas somente de medidas jurídicas, como as já analisadas, e culturais, como se verá adiante. Quanto àquelas mulheres submetidas ao tráfico contra a sua vontade, até porque este elemento é inerente ao conceito de tráfico utilizado neste trabalho, além das garantias jurídicas e culturais, também serão necessárias garantias sociais por encontrarem-se em situação de risco social.

Também há a necessidade de garantir a segurança e o respeito dessas pessoas, que devido ao envolvimento com o tráfico, podem sempre ser molestadas e ameaçadas. O governo deve providenciar medidas de proteção e segurança às vítimas traficadas, bem como a seus familiares e amigos, inclusive com a sua inclusão em Programas de Proteção à Testemunha ou até mesmo de mudança de identidade, em casos mais graves.

Outro fator de extrema relevância é a proteção integral das pessoas que foram vítimas do tráfico de pessoas, o que afasta a possibilidade de as mesmas serem processadas por eventuais crimes praticados durante o período em que perdurou o tráfico internacional de pessoas, como por exemplo, em decorrência da entrada ilegal no país, do exercício da prostituição, da expedição de passaporte ilegal, dentre outros.

---

<sup>351</sup> JESUS, Damásio. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil, p. 132-133.

Também é de fundamental importância que estes trabalhadores explorados sejam resgatados e, visando a sua proteção integral, seja garantida a regularização de sua estada no país onde foi resgatado, acaso o trabalhador ali queira permanecer, não devendo os países providenciarem a extradição imediata do trabalhador, sem observância de sua vontade. Em verdade, deve ser feito um trabalho conjunto entre o país de origem e o país de destino<sup>352</sup>.

Ou seja, deve ser garantido a este grupo marginalizado o acesso igualitário aos bens materiais e imateriais para que possam lutar pelos seus direitos e interesses e viver com dignidade.

De acordo com Antônio WOLKMER<sup>353</sup>:

É com o aparecimento dos novos sujeitos sociais coletivos de juridicidade, internalizados nos movimentos sociais, que se justifica a existência de todo um complexo sistema de necessidades. (...) Em seu sentido genérico, as necessidades envolvem exigências valorativas, bens materiais e imateriais. O conjunto de “necessidades humanas”, que varia de uma sociedade para outra, propicia um amplo processo de socialização marcado por escolhas cotidianas sobre “modos de vida” e “valores”, tais como a liberdade, a vida, a justiça, etc.(...) As condições econômicas geradas pelo Capitalismo impedem a justa satisfação das necessidades, gerando um sistema de falsas necessidades que não podem ser completamente satisfeitas.

Antônio WOLKMER afirma que<sup>354</sup>:

O aprofundamento da questão permite constatar que a “estrutura das necessidades” refere-se tanto a falta ou privação de objetos determinados (bens materiais inerentes à produção humana em sociedade) quanto a ausência subjetiva de algo imaterial relacionado ao desejo, ações, normas, posturas, modo e formas de vida, valores, etc.

Como ensina Íris Marion YOUNG<sup>355</sup>, *“a igualdade social refere-se fundamentalmente a plena participação e inclusão de todas as pessoas nas principais instituições da sociedade”* e a oportunidade dada a estas pessoas de desenvolvimento e de exercício de suas capacidades para fazer suas escolhas.

Portanto, para implementação de todas estas medidas sociais e econômicas propostas, é primordial o investimento de orçamento público em todos os países em que há foco de tráfico de pessoas, devendo ser considerado investimento prioritário.

<sup>352</sup> JESUS, Damásio. **Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças** – Brasil, p. 183-201.

<sup>353</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**, p. 193.

<sup>354</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 243-244.

<sup>355</sup> YOUNG, Íris Marion. *La Justicia y la política de la diferencia*. p. 290-321.

### 4.3.2 - PAPEL DAS ENTIDADES SOCIAIS, DOS SINDICATOS E DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS.

Um dos objetivos principais deste trabalho é a proposição de medidas que visem ao fortalecimento dos grupos sociais envolvidos com a temática, para que possam lutar por melhorias em suas condições sociais. É preciso garantir uma gama de direitos indistintamente.

A universalidade dos direitos humanos, conforme bem ensina o saudoso Joaquín HERRERA FLORES<sup>356</sup>:

somente pode ser defendida em função da seguinte variante: o fortalecimento de indivíduos, grupos e organizações na hora de construir um marco de ação que permita a todos e a todas ir criando as condições que garantam de um modo igualitário seu acesso aos bens materiais e imateriais que fazem que a vida seja digna de ser vivida.

E como garantir a estes sujeitos uma vida digna de ser vivida? A sociedade atual exclui, discrimina, tipifica e dualiza pessoas e grupos. Assim, é necessária a modificação do nosso mundo atual. Neste aspecto, surge o ensinamento de Pierre BOURDIEU<sup>357</sup>:

O mundo social pode ser concebido como um espaço multidimensional que pode ser construído empiricamente descobrindo os principais fatores de diferenciação que dão razão as diferenças observadas em um determinado universo social, ou, em outras palavras, descobrindo os poderes ou formas de capital que são ou podem chegar a ser eficientes neste universo particular, ou seja, na luta pela apropriação dos bens escassos. De onde resulta que a estrutura deste espaço vem dada pela distribuição das propriedades que estão ativas no universo estudado, aquelas propriedades capazes de outorgar força, poder e, por conseguinte, proveito a seus possuidores.

Desta feita, é necessário trabalhar com novos conceitos, que tragam o empoderamento dos sujeitos sociais. Ou melhor, é preciso a criação de novos sujeitos sociais, conforme doutrina de Antônio WOLKMER<sup>358</sup>:

que polarizam e ocupam o papel central no novo paradigma. Não se trata mais do antigo sujeito privado, abstrato e metafísico. ... O enfoque agora é sobre um sujeito vivo, atuante e livre, que participa, autodetermina-se e modifica a mundialidade do processo histórico-social. O novo e o coletivo não devem ser pensados em termos de identidade humana que sempre existiu, segundo o critério de classe, etnia, sexo, idade, religião ou necessidades, mas em função de postura que permitiu que sujeitos inertes, dominados, submissos e espectadores passassem a sujeitos emancipados, participantes e criadores da própria história. ... Deve-se privilegiar os movimentos sociais recentes (campesinos, indígenas, negros, mulheres, minorias étnicas e

<sup>356</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. *La reinención de los derechos humanos*, p. 13, tradução nossa.

<sup>357</sup> BOURDIEU, Pierre. *Poder, derecho y clases sociales*, p. 105-106, tradução nossa.

<sup>358</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. *Introdução ao pensamento jurídico crítico*, p. 193.

outros). Os movimentos sociais são, hoje, os sujeitos de uma nova cidadania, revelando-se autênticas fontes de uma nova legitimidade.

Antônio WOLKMER também traz a ideia do novo sujeito histórico coletivo, que *“articula-se em torno do sofrimento e das exigências cada vez mais claras de dignidade, de participação, de satisfação mais justa e igualitária das necessidades humanas fundamentais de grandes parcelas sociais excluídas, dominadas da sociedade”*<sup>359</sup>.

As entidades sociais e as organizações não governamentais possuem um papel muito relevante na construção de políticas públicas voltadas ao tráfico de pessoas e à erradicação da pobreza e da marginalização. Para tanto, precisam atuar com um novo espírito, com novos projetos e objetivos. Ou seja, devemos criar agentes transformadores. Esta deve ser a nova cara dos sujeitos sociais que lutam por melhores condições de vida e por melhorias nas condições sociais, econômicas e políticas da sociedade.

Não podemos mais admitir sujeitos oprimidos e dependentes. É necessário o desenvolvimento e exercício das capacidades individuais, da comunicação coletiva e da cooperação, já que a injustiça está diretamente vinculada a opressão e à dominação<sup>360</sup>. Todas as pessoas oprimidas sofrem alguma limitação para exercer suas capacidades para expressar suas necessidades, pensamentos e sentimentos. Necessitamos de sujeitos livres, que não estejam oprimidos por normas, hábitos e símbolos que não se questiona. Os sujeitos sociais devem libertar-se das opressões, dos sujeitos opressores, para exercerem livremente sua luta por condições melhores para se viver com dignidade. Estes agentes devem expressar a vontade do grupo vulnerável, sem quaisquer estigmas.

Estes agentes sociais devem buscar o fim de todas as vertentes da opressão, como bem ensina Iris Marion YONG<sup>361</sup>, seja na exploração (já que a divisão de classes pressupõe a transferência dos resultados do trabalho de um grupo social em benefício de outro), na marginalização (talvez a forma mais perigosa da opressão, já que uma categoria completa de pessoas é expulsa da participação útil na sociedade, permanecendo potencialmente sujeita a graves privações materiais, causando injustiças e marginalização), na carência de poder (enquanto alguns possuem poder e riqueza, porque se beneficiam do trabalho alheio, outros

<sup>359</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 238.

<sup>360</sup> YOUNG, Íris Marion. *La Justicia y la política de la diferencia*, p. 71-76.

<sup>361</sup> Idem, p. 86-113.



tem cada vez menos poder e menos riqueza), no imperialismo cultural (as relações de poder e opressão decorrem da divisão sexual do trabalho, na análise de quem trabalha para quem, quem não trabalha e como o conteúdo do trabalho define a posição institucional que algumas pessoas ocupam em relação com as outras, formando um verdadeiro imperialismo cultural) e na violência (o que faz a violência uma forma de opressão não é tanto as ações individuais, mas o seu caráter sistemático e sua existência como prática social).

Para Antônio WOLKMER<sup>362</sup>:

Trata-se de extrair a constituição da normatividade não mais e apenas das fontes ou canais habituais clássicos representados pelo processo legislativo e jurisdicional do Estado, mas captar o conteúdo e a forma do fenômeno jurídico mediante a informalidade de ações concretas de atores coletivos, consensualizados pela identidade e autonomia de interesses do todo comunitário, num locus político, independentemente dos rituais formais de institucionalização. ... Sendo assim, a reflexão fixa a prioridade de novos movimentos sociais como símbolo maior e mais significativo de um novo sujeito histórico. ... Os novos movimentos sociais devem ser entendidos como sujeitos coletivos transformadores, advindos de diversos estratos sociais e integrantes de uma prática política cotidiana com certo grau de “institucionalização”, imbuídos de princípios valorativos comuns e objetivando a realização de necessidades humanas fundamentais. ... O desenvolvimento das forças produtivas e o aprofundamento da divisão social do trabalho acabam provocando novas e crescentes necessidades por parte da população, necessidades que o poder público não consegue equacionar. Diante das carências materiais e do aumento de demandas por direitos, os movimentos reivindicatórios se colocam como resposta para uma nova organização da sociedade. ... Os objetivos destes movimentos sociais ... passam obrigatoriamente pela satisfação das necessidades humanas fundamentais. ...

Estes movimentos sociais necessitam, ainda de acordo com Antônio WOLKMER<sup>363</sup> de identidade, que deve ser concebida “*como um processo de ruptura, de forma que possam ser sujeitos de sua própria história*”, e de autonomia, assim considerada a “*ação autônoma e independente desses sujeitos sociais coletivos quando seus interesses não são satisfeitos ou reconhecidos pelas instâncias oficiais do Estado*”. No que tange às formas de ação destes movimentos, é importante que haja “*um paradigma alternativo de cultura política, na medida em que rompem com as antigas formas de organização da sociedade*”.

Precisa-se de um espaço coletivo onde efetivamente haja a participação dos grupos sociais, não somente na criação de medidas e instrumentos aptos a conceder a

---

<sup>362</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 119-139.

<sup>363</sup> Idem, p. 119-139.

igualdade real e não meramente formal, mas também na sua execução e na tomada de decisões. Esses novos sujeitos coletivos devem atuar perante a sociedade, buscando uma participação comunitária nas tomadas de decisão, na elaboração das leis, na garantia dos direitos das classes oprimidas.

Segundo Antônio WOLKMER<sup>364</sup>:

Tendo presente a perspectiva de um pluralismo comunitário-participativo, há de se chamar atenção para o fato de que a insuficiência das fontes clássicas do monismo estatal determina o alargamento dos centros geradores de produção jurídica mediante outros meios normativos não-convencionais, sendo privilegiadas as práticas coletivas engendradas por sujeitos sociais.... A produção jurídica não pode deixar de retratar o que a própria realidade dimensiona, bem como de corresponder às reais necessidades da sociedade em dado momento histórico, moldando-se às flutuações cíclicas que afetam também os demais fenômenos do mundo cultural (aspectos sociais, econômicos, políticos, éticos, religiosos, linguísticos, etc.). As transformações da vida social constituem a formação primária de um jurídico que não se fecha exclusivamente em proposições genéricas e em regras estáticas e fixas formuladas para o controle e a solução dos conflitos, mas se manifesta como resultado do interesse e das necessidades de agrupamentos associativos e comunitários, assumindo um caráter espontâneo, dinâmico, flexível e circunstancial. ... O problema das fontes do direito ... não está mais na priorização de regras técnico-formais e na completude de ordenações teórico-abstratas, com a supremacia do direito legislado e escrito sobre o direito consuetudinário e o direito dos juristas e pelo sufocamento e exclusão de práticas informais vinculadas ao direito comunitário, mas na dialética de uma práxis do cotidiano e na materialização normativa comprometida com a dignidade de um novo sujeito social. ... Assim, as “vontades coletivas” organizadas, utilizando-se as práticas sociais que instrumentalizam suas exigências, interesses e necessidades, possuem a capacidade de instituir “novos” direitos, direitos ainda não contemplados e em sempre reconhecidos pela legislação oficial do estado. Com efeito, isso ocorre porque a produção jurídica não reside somente no Estado, mas pode surgir de outras instâncias sociais diferenciadas e independentes, mais exatamente do bojo complexo e do contingente de diversos espaços ocupados. A partir de interesses cotidianos concretos e necessidades históricas, internalizadas por sujeitos sociais ... emerge uma nova concepção de juridicidade que não se identifica com os direitos estatais consagrados nos códigos e na legislação dogmática. Impõe-se não mais um direito desatualizado, estático, ritualizado e equidistante das aspirações da coletividade, mas “direitos” vivos referentes à subsistência, à saúde, à moradia, à educação, ao trabalho, à segurança, à dignidade humana, etc.

Íris Marion YOUNG<sup>365</sup> traz a ideia da política da diferença, concluindo que os movimentos sociais devem emancipar-se, apostando na possibilidade de existência de uma sociedade sem diferenças de grupo, com liberdade e igualdade de tratamento como um princípio fundamental de justiça. Segundo ela, “*a política tradicional que exclui e desvaloriza algumas pessoas por seus atributos de grupo assume um significado essencialista da diferença; define os grupos como portadores de naturezas diferentes*”. Deve-se, assim,

<sup>364</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 151-158.

<sup>365</sup> YOUNG, Íris Marion. *La Justicia y la política de la diferencia*, p. 263-321.

trabalhar com uma política igualitária da diferença, que, ao contrário, “*define a diferença de maneira mais fluída e relacional, como um produto do processo cultural*”, “*uma política emancipadora, que afirma que a diferença de grupo gera a recepção do significado de igualdade*”.

Os sindicatos, para serem livres e poderem atuar na defesa da categoria que representam, devem ter em mente estes mesmos princípios. Podemos citar dois exemplos esclarecedores acerca do tema:

Na Espanha, o UGT constitui-se em um Sindicato que discute como núcleo do debate a liberdade para exercer a prostituição, entendendo que esta ausência de liberdade acaba por vulnerar o princípio da igualdade, já que a relação entre homens e mulheres não se encontra em uma relação igualitária. Segundo estudos em que o Sindicato se baseia, 95% das mulheres que se envolvem na prostituição não a exercem voluntária e livremente. Este sindicato trabalha com visões abolicionistas, deixando de diferenciar o tráfico do exercício livre da profissão, leva em conta uma visão de vítima das mulheres que se dedicam a esta atividade, buscando somente soluções penalizadoras e sancionadoras e aplicação de políticas sociais e de inserção social e laboral. Este Sindicato busca a não legitimação da prostituição e do tráfico de mulheres e pretende afastar a regulamentação da profissão e dos prostíbulos<sup>366</sup>. Tal ideia merece ser revista, porque o que deve ser combatido é o tráfico de mulheres, sem o seu consentimento, conforme ocorre com aqueles trabalhadores que são reduzidos a condição análoga de escravo, mas não a ausência de regulamentação da profissão de trabalho sexual, que deve sim ser defendido, visando o reconhecimento e a liberdade da mulher e de sua escolha. Ou seja, neste caso, não vemos um sujeito social que trabalhe com ideais emancipadores.

Também na Espanha atua a *Confederación de Cataluña* de CCOO, com uma visão muito mais aberta e real do problema não somente do trabalho sexual, mas também do tráfico de mulheres e da exploração sexual. Esta entidade trabalha com conceitos de direitos laborais e sociais e diferencia o trabalho sexual da problemática do tráfico de mulheres, pedindo o cumprimento das leis penais contra a coação, a violência e o abuso sexual de crianças e o tráfico de pessoas com o fim de exploração sexual<sup>367</sup>.

---

<sup>366</sup> Mestre y Mestre, Ruth. Precioso, Magdalena López. *Trabajo Sexual. Reconocer Derechos*, p. 35-36).  
<sup>367</sup> Idem, p. 38-42.

Assim, resta evidente que não somente os governantes, mas toda a população, com o auxílio de entidades não governamentais, sindicatos e entidades sociais devem fazer a sua parte no combate ao tráfico de seres humanos. Necessária a luta por condições melhores de vida, por espaços democráticos de discussões, por dignidade humana, a fim de evitar que milhares de pessoas sejam vítimas de promessas de emprego milagrosas e sejam enganadas e de certa forma forçadas a procurarem melhores condições de vida longe de sua casa, já que seu país de origem não lhe oferta a o mínimo para uma vida digna.

#### **4.4 - Garantias culturais.**

A sociedade atual é cheia de estigmas, preconceitos e discriminação, seja em decorrência de questões históricas, seja em virtude das condições de vida atuais porque passa a população.

As mulheres como um todo, em especial as trabalhadoras do sexo, são estigmatizadas e alijadas da vida em sociedade em desigualdade de condições se comparadas com os homens. Mesmo aquelas que não trabalham com a prostituição sofrem o mesmo estigma, a variar o grau de acordo com o seu comportamento, com a sua forma de vestir, com sua nacionalidade, com a sua idade, com a cor de sua pele, etc. Para que se possa quebrar com este estigma, a educação é o marco fundamental para este mal seja desenraizado da sociedade atual.

A sociedade patriarcal em que vivemos separa pessoas de acordo com sua condição social, com sua origem, com seu sexo. A prostituição, muito embora seja a profissão mais antiga do mundo, é cheia de estigmas. Atualmente, não importa que sistema legal se siga ou que país se trate, o estigma contra as prostitutas está sempre presente e não é somente direcionado às mulheres que exercem a prostituição, mas sim a qualquer mulher. É comum em viagens notarmos que mulheres que viajam sozinhas para outros países são discriminadas, pelo simples fato de estarem sozinhas. Em cada cultura há algumas mulheres mais vulneráveis ao estigma que outras, ou este estigma estará mais marcante em certos momentos ou em alguns lugares, como por exemplo quando em um país estrangeiro se assume que qualquer mulher que não fale a sua língua materna é uma prostituta<sup>368</sup>.

<sup>368</sup>

OSBORNE, Raquel. **Las prostitutas: una voz propia (crónica de un encuentro)**, p. 53, tradução nossa.

Assim, é de fundamental importância o combate a leis e atitudes que estigmatizam e criminalizam as prostitutas. Ao mesmo tempo, ao combatermos estas leis acabamos segmentando as mulheres prostitutas das não prostitutas, de forma que a prostituta acaba sendo considerada um bode expiatório suscetível de abuso, de ser marcada com o estigma que aguarda a toda mulher que transgrida ou desafie o controle masculino. Este problema não somente afeta aquelas mulheres que neste preciso momento de suas vidas estão trabalhando com a prostituição ou que já trabalharam nesta área, mas toda mulher que possa ser identificada, considerada suspeita ou acusada de ser uma prostituta, e a que por isso poderia lhe ter negada a custódia de seus filhos, ou um trabalho em um dado momento ou um seguro médico, por exemplo<sup>369</sup>.

Como é sabido, sobre a mulher que exerce a prostituição recai o estigma e a desvalorização. Por estigma entendemos uma marca ou sinal que é colocada sobre aquelas pessoas ou grupos que social e previamente foram designados para serem discriminados. Determinado grupo é rotulado de determinada forma, sendo discriminado por este motivo. Há evidente necessidade de quebra da visão patriarcal e de se falar em trabalho sexual sem moralismos que estão arraigados neste conceito. Somente assim, o grupo social das trabalhadoras do sexo poderá de fato expressar suas demandas, articulando-se com agentes sociais, o que por si só, ajudará no combate ao tráfico de mulheres e à exploração sexual hoje vivida. O estigma é tão marcante que uma vez exercida a atividade de prostituição não existe ponto de retorno, é um status social adquirido na vida, fortemente estigmatizado, dificilmente sendo retirado o rótulo da atividade de que: quem foi prostituta, sempre o será. E, muitas vezes, as mulheres não são desvalorizadas pelo fato de exercerem a prostituição, mas porque em algum momento de suas vidas ocorreu algo que as estigmatizou e as desvalorizou a ponto de serem retiradas de um convívio social e econômico e serem empurradas necessariamente à prostituição como estratégia econômica de subsistência. Ou seja, *“a desvalorização se produz em algumas circunstâncias previamente ao exercício da prostituição mas iniciada esta atividade, o estigma se faz permanente”*<sup>370</sup>.

Também há a necessidade de apoiar culturalmente as lutas destas mulheres que prestam o trabalho sexual porque através destas estratégias pode-se quebrar com o estigma e com a visão patriarcal da sociedade, desmascarando as estruturas de opressão.

<sup>369</sup> Idem, p. 29, tradução nossa.

<sup>370</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos.**, p 34-35, 47 e 50, tradução nossa.

De acordo com Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE Y MESTRE<sup>371</sup>:

este estigma plana sobre todas as mulheres, não somente sobre aquelas que exercem a prostituição. Com frequência, mulheres com conduta e, desacordo com o modelo dominante patriarcal são qualificadas de prostitutas. Nenhuma das mulheres se livra potencialmente de ser classificada como tal, porque a construção simbólica da prostituta é um mecanismo de controle sobre todas as mulheres suscetível de ser aplicada a qualquer situação em que uma mulher se encontre e que não agrade a autoridade masculina. ... Há a coexistência de dois modelos opostos de mulher, a mulher boa, que inclui dois polos, da “virgindade” e da “maternidade”, e a mulher má, “pecadora”, que pode seguir o caminho do arrependimento, seguindo o modelo de “Maria Madalena”. ... Este modelo de mulher boa é imaginário, é dizer, corresponde aos arquétipos, mantém seu valor simbólico pois é efetivo na manutenção do sistema patriarcal, mas não corresponde, na maioria das vezes, com o modelo real.

Desta forma, constata-se que o estigma está presente não somente em face das mulheres que desempenham a profissão do sexo, mas também recai em face de todas as mulheres que em determinado tempo desempenham atitudes que não correspondem com um padrão moral estabelecido pela sociedade patriarcal em que vivemos.

Outro fator importante a ser considerado é que o estigma não recai sobre os clientes. Segundo Dolores JULIANO<sup>372</sup>, a invisibilidade dos clientes é o que contribui para que a estigmatização recaia somente em um dos sujeitos da relação, a mulher. Aqui se opera uma das tantas dualidades existentes. O que se vende, a atividade sexual, é vista como vício e degradação, desde que relacionada com a vendedora do serviço, a mulher, que fica estigmatizada como prostituta, mas se transforma em uma mercadoria como qualquer outra quando se relaciona com o comprador, o homem, que é rotulado simplesmente como cliente, conceito que se aplica indistintamente ao demandante de qualquer produto ou serviço. Assim, tanto as políticas de repressão, como de reabilitação, centram-se nas mulheres e quase nunca na criminalização e na reeducação dos clientes. Ademais, o estigma que sofrem as mulheres também se estende aos locais onde trabalham, que são considerados lugares contaminados, proibidos para as mulheres “boas”. O homem, em verdade, é ensinado desde criança a frequentar prostíbulos, para ser estigmatizado como verdadeiro homem, enquanto que a mulher é aliada da sociedade por ser uma prostituta.

<sup>371</sup> Idem. p. 51, tradução nossa.

<sup>372</sup> JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**, p.95-115, tradução nossa.

O estigma também recai sobre o proxeneta que é aquele que, segundo Magdalena PRECIOSO e Ruth MESTRE Y MESTRE<sup>373</sup>:

aproveita-se economicamente do trabalho sexual de outra pessoa. Esta é uma das figuras mais complexas, de fato. Quando se fala de proxeneta, extra- juridicamente, normalmente, refere-se a um rufião (protetor, companheiro), mas juridicamente distingue-se claramente as duas figuras do proxeneta e do rufião. O proxenetismo é obrigar ou coagir outra pessoa a prostituir-se, e o rufianismo refere-se a viver em todo ou em parte da prostituição de outro, tenha ou não o consentimento dessa pessoa.

No mesmo sentido, Dolores JULIANO<sup>374</sup> afirma que o modelo estigmatizante de proxeneta existe sobre qualquer relação em que a mulher tenha maior êxito econômico que seu companheiro e é um elemento que desmotiva as mulheres a ocuparem lugar de destaque profissionalmente. Assim, a desvalorização extrema desta figura também tem função de manter as hierarquias de gênero.

Também Dolores JULIANO<sup>375</sup> entende que a forte desvalorização social da prostituição (como modelo e resumo de outras estigmatizações) serve como elemento de controle das mulheres não prostitutas, que devem ater-se rigidamente às normas de conduta assinadas para não serem confundidas com (ou tratadas como) se o fossem.

De acordo com G. PHETERSON<sup>376</sup>, os mesmos elementos que servem para construir a desonra das prostitutas são os elementos que servem para definir a honra de um homem; o que define o homem como um “homem de verdade”: ver a mulher como objeto sexual; desejar as mulheres como elemento de satisfação de suas próprias necessidades sexuais diferenciando-o do amor e das necessidades das mulheres; pagar por um corpo demonstrando seu poder econômico. Ou seja, a prostituição, vista do lado masculino, em uma sociedade patriarcal, é considerada normal, mas do ponto de vista feminino, é uma total afronta a princípios morais e sociais, sendo desvalorizada, estigmatizada e discriminada.

Também está fortemente presente o estigma que afeta as pessoas que moram e residem em bairros onde há prostituição. Estes, às vezes se confundem com os próprios clientes, pela mobilidade simbólica que possuem os homens em nossa sociedade. A

<sup>373</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos.**, p. 57, tradução nossa.

<sup>374</sup> JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**, p.107, tradução nossa.

<sup>375</sup> Idem, p. 41, tradução nossa.

<sup>376</sup> PEHERSON, G. **El prima de la prostitución**, p. 62.

problemática da prostituição passa a aparecer como uma problemática cidadã, gerando o discurso em torno do espaço público, no que diz respeito ao acesso as residências e aos estabelecimentos comerciais e problemas de segurança, não somente para as pessoas que exercem a prostituição, mas também para o grupo de pessoas que vivem nesses bairros, já que gera a insegurança e a presença de pessoas marginais atraídas pelo ambiente de rua. O problema principal, então, passa a ser a prostituição de rua, já que tais problemas não seriam vivenciados em clubes de alternes<sup>377</sup>.

Por todos estes fundamentos, há a clara necessidade de se implementar garantias culturais que trabalhem com uma mudança radical e efetiva da cultura do sexo, não somente pensando em medidas a serem colocadas à disposição das mulheres, mas também dos clientes. Sem os clientes não haveria prostituição, nem tráfico de mulheres para exploração sexual. Não basta somente preocupar-se com a quebra de estigma que sofrem as prostitutas, mas também com a mudança de pensamento dos homens, clientes, que pagam pela prestação de serviço. Tanto é assim, que as medidas sanitárias que são adotadas em alguns países somente obrigam às trabalhadoras do sexo, não incidindo sobre os clientes, que podem, inclusive, colocar em risco a vida das trabalhadoras e de suas famílias.

Outro fator importante é a visão discriminatória que as mulheres imigrantes sofrem. De acordo com Dolores JULIANO<sup>378</sup>, desde a antiguidade, diversas legislações, como a de Sólon na Grécia ou na Roma Republicana, relacionavam a prostituição com as mulheres estrangeiras, proibindo esse comércio a nativas. Esta divisão entre mulheres honestas (as próprias) e as desonestas (as que vêm de outra parte) permitia o controle sexual feminino sem interferir na liberdade assinada aos homens. Assim, se produz um fenômeno de distorção com as mulheres imigrantes, que faz com que, apesar da maioria delas desempenhar funções não relacionadas com a sexualidade, somente se visualizem aquelas cujas atividades se relacionam com o âmbito sexual.

Em verdade, todas as mulheres, sejam elas trabalhadoras do sexo ou não, são controladas socialmente por meio de um sistema informal e silencioso. O estigma de “puta” é aplicado também aquelas mulheres que usam roupas justas e muita maquiagem, aquelas que possuem relação sexual amorosa fora do casamento, aquelas que abandonam o marido,

<sup>377</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos.**, p. 61-65, tradução nossa,

<sup>378</sup> JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**, p. 118-120, tradução nossa.



aquelas que transitam por lugares perigosos sozinhas. Até mesmo quando se discute o crime de estupro, se fala na conduta da vítima, que utilizava roupas curtas ou que andava em lugares impróprios a determinada hora da noite, deixando claro que esse comportamento contribuiu para que o estupro ocorresse. Ou seja, o estigma está fortemente arraigado em nossa sociedade e a desvalorização socialmente construída afeta a todas as mulheres. A divisão entre a boa mulher e a má mulher somente aumenta a discriminação e o estigma. Toda dualidade é discriminatória por natureza e o estigma presente serve como uma forma de controle patriarcal e esconde uma forma de controle sexual de todas as mulheres com o intento de neutralizar o potencial questionador das trabalhadoras do sexo<sup>379</sup>.

Conforme ensina Pierre BOURDIEU<sup>380</sup>, de todos os fatores de mudança, os mais importantes estão vinculados à transformação da função da instituição escolar na reprodução da diferença entre os sexos, como o aumento das mulheres à instrução e, correlativamente, a independência econômica e a transformação das estruturas familiares. Ou seja, um dos fatores mais decisivos é o acesso das mulheres ao ensino secundário e superior, que transformam as estruturas produtivas e provocam uma modificação muito importante da posição das mulheres na divisão social do trabalho, muito embora elas ainda permanecem praticamente excluídas dos postos de mando e de responsabilidade, sobretudo, nas finanças, na economia e na política.

Esta mudança de realidade é essencial para o combate ao tráfico para fins de exploração sexual. Há a necessidade de se investir na educação, na quebra de estigmas ou como WOLKMER<sup>381</sup> ensina, apostar em uma ética da alteridade:

que não se prende a engenharias “ontológicas” e a juízos a priori universais, posto para serem aplicados a situações vividas, mas traduz concepções valorativas que emergem das próprias lutas, conflitos e interesses de novos sujeitos insurgentes em permanente afirmação. A ética da alteridade é uma ética antropológica da solidariedade que parte das necessidades dos segmentos excluídos e se propõe a gerar uma prática pedagógica capaz de emancipar os sujeitos oprimidos, injustiçados e expropriados. Por ser uma ética comprometida com a dignidade do “outro”, encontra seus subsídios teóricos tanto nas práticas sociais cotidianas quanto em pressupostos advindos da “filosofia da libertação”.

<sup>379</sup> ARELLA, Celeste; BESSA, Cristina Fernández; LAZO, Gemma Nicolás; VARTABEDIEN, Julieta. Los pasos (in)visibles de la prostitución. Estigma, persecución y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona. p. 159-164.

<sup>380</sup> BOURDIEU, Pierre. **La dominación masculina**, p. 112-113, tradução livre.

<sup>381</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**, p. 195.

O mesmo autor também traz como requisito para a articulação de um pluralismo comunitário a elaboração de uma racionalidade de caráter emancipatório, engendrada a partir da prática social e resultante de interesses, carências e necessidades vitais. Trata-se da construção de uma racionalidade como expressão de uma identidade cultural enquanto exigência e afirmação da liberdade, emancipação e autodeterminação. De acordo com o mesmo autor citado<sup>382</sup>:

os processos de racionalização não nascem dos *a priori*s fundantes universais, mas da contingência direta dos interesses e necessidades da pluralidade de ações humanas em permanente processo de interação e participação. Desse modo, o novo conceito de razão implica o abandono de todo e qualquer tipo de racionalização metafísica e tecno formalista equidistante da experiência concreta e da crescente pluralidade das formas de vida cotidiana. Somente com base na ideia de racionalidade proveniente da vida concreta é que se há de evoluir para a percepção de uma razão vital liberta, de uma razão emancipatória.

Para Boaventura de S. SANTOS<sup>383</sup>:

A ciência moderna constituiu-se em oposição ao senso comum, que considera superficial, ilusório e falso. A distinção entre a ciência e o senso comum ficou a dever-se à primeira ruptura epistemológica, que define dois tipos de conhecimento, o verdadeiro e o senso comum. Embora opostas entre si, estas duas entidades epistêmicas implicam-se reciprocamente, pois uma não existe sem a outra. Com efeito, fazem parte da mesma constelação cultural que hoje em dia dá sinal de exaustão e extinção.

Segundo referido autor<sup>384</sup>, deve-se fazer uma outra ruptura epistemológica, “*a fim de transformar o conhecimento científico num novo senso comum*”, ou seja, o conhecimento emancipatório “*deve romper com o senso comum conservador, não para criar uma forma autônoma e isolada de conhecimento superior, mas para se transformar a si mesmo num senso comum novo e emancipatório*”.

Boaventura de S. SANTOS traz a ideia da epistemologia da visão<sup>385</sup>:

A solidariedade como forma de conhecimento é o reconhecimento do outro como igual, sempre que a diferença lhe acarrete inferioridade, e como diferente, sempre que a igualdade lhe ponha em risco a identidade. Tendo sido sobre socializados por uma forma de conhecimento que conhece impondo ordem, tanto na natureza como na sociedade, é difícil pôr em prática, ou sequer imaginar, uma forma de conhecimento que conhece criando solidariedade, tanto na natureza como na sociedade....

<sup>382</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 273-283.

<sup>383</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**, p. 107-117.

<sup>384</sup> Idem, p. 107-117e 246-253.

<sup>385</sup> Ibidem, p. 246-253.

Conforme Boaventura de S. SANTOS<sup>386</sup>, a solução então estaria nos seguintes pontos: a epistemologia dos conhecimentos ausentes para identificar o que está faltando, é necessário recorrer a uma *“forma de conhecimento que não reduza a realidade àquilo que existe, ou seja, uma forma de conhecimento que aspire a uma concepção alargada de realismo, que inclua realidades suprimidas silenciadas ou marginalizadas, bem como realidades emergentes ou imaginadas”*; a epistemologia dos agentes ausentes visando a invenção de um novo senso comum emancipatório, *“assente numa constelação de conhecimentos orientados para a solidariedade...complementada pela invenção de subjetividades individuais e coletivas, capazes ... de fazerem depender a sua prática social dessa mesma constelação de conhecimentos”*; a revisitação dos limites de representação onde a epistemologia dos agentes ausentes é *“uma demanda de subjetividades sociais conformistas, rotinizadas e repetitivas e se deixam estimular por experiências de limiar, ou seja, por formas de sociabilidade excêntricas”* e a revisitação da representação e dos seus limites, onde a epistemologia das ausências, tanto de conhecimentos ausentes como de agentes ausentes, *“permite-nos visitar os limites de representação nas ciências sociais convencionais: os limites de representação da relevância, da identificação, da duração e da interpretação/avaliação”*.

Assim, urge a adoção de medidas que possam garantir padrões socioculturais compatíveis com uma sociedade democrática, livre de estigmas e preconceitos. Ademais, as normas internacionais já se preocupam com isso, bastando a sua real implementação.

Por exemplo, o artigo 5º da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, dispõe que:

Artigo 5º- Os Estados Membros tomarão todas as medidas apropriadas para:

§ 1. Modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na ideia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.

§ 2. Garantir que a educação familiar inclua uma compreensão adequada da maternidade como função social e o reconhecimento da responsabilidade comum de homens e mulheres, no que diz respeito à educação e ao desenvolvimento de seus filhos, entendendo-se que o interesse dos filhos constituirá a consideração primordial em todos os casos.

---

386

Ibidem, p. 246-253.

O artigo 10 da mesma Convenção também propõe a adoção de diversas medidas educativas, visando a educação e a mudança da cultura existente na sociedade no que tange às mulheres:

§ 1. Os Estados Membros adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres.

§ 2. As mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação Profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas; essa igualdade deverá ser assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional.

§ 3. Acesso aos mesmos currículos e mesmos exames, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade.

§ 4. A eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino.

§ 5. As mesmas oportunidades para a obtenção de bolsas de estudo e outras subvenções para estudos.

§ 6. As mesmas oportunidades de acesso aos programas de educação supletiva, incluídos os programas de alfabetização funcional e de adultos, com vistas a reduzir, com a maior brevidade possível, a diferença de conhecimentos existentes entre o homem e a mulher.

§ 7. A redução da taxa de abandono feminino dos estudos e a organização de programas para aquelas jovens e mulheres que tenham deixado os estudos prematuramente.

§ 8. As mesmas oportunidades para participar ativamente nos esportes e na educação física.

§ 9. Acesso a material informativo específico que contribua para assegurar a saúde e o bem-estar da família, incluída a informação e o assessoramento sobre o planejamento da família.

O artigo 6º da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher<sup>387</sup> também prevê que toda mulher tem o direito de ser valorizada e educada livre de padrões estereotipados de comportamento e práticas sociais e culturais baseadas em conceitos de inferioridade ou subordinação. E em seu artigo 8º, prevê, em suas alíneas “a”, “b” e “c”:

<sup>387</sup>

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direitos humanos: documentos internacionais**. Brasília: 2006, p. 328-333.

Os Estados Partes convêm em adotar, progressivamente, medidas específicas, inclusive programas destinados a:

a) promover o conhecimento e a observância do direito da mulher a uma vida livre de violência e o direito da mulher a que se respeitem e protejam seus direitos humanos;

b) modificar os padrões sociais e culturais de conduta de homens e mulheres, inclusive a formulação de programas formais e não formais adequados a todos os níveis do processo educacional, a fim de combater preconceitos e costumes e todas as outras práticas baseadas na premissa da inferioridade ou superioridade de qualquer dos gêneros ou nos papéis estereotipados para o homem e a mulher, que legitimem ou exacerbem a violência contra a mulher;

c) promover a educação e treinamento de todo o pessoal judiciário e policial e demais funcionários responsáveis pela aplicação da lei, bem como do pessoal encarregado da implementação de políticas de prevenção, punição e erradicação da violência contra a mulher;

(...)

e) promover e apoiar programas de educação governamentais e privados, destinados a conscientizar o público para os problemas da violência contra a mulher, recursos jurídicos e reparação relacionados com essa violência;

Ora, o artigo 2º da convenção das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação contra a mulher deixa claro que os estados membros deverão tomar medidas apropriadas para modificar ou derrogar leis, inclusive disposição penal, que constituam discriminação contra a mulher, quer diretamente, quer indiretamente. Contudo, no caso do trabalho sexual e da discriminação que vem sendo praticada contra a mulher, não se verifica, de fato, a efetividade de normas de forma a garantir efetivamente tal respeito à dignidade da mulher.

O artigo Artículo 27 da Constituição Espanhola<sup>388</sup> também prevê que a educação terá por objetivo o pleno desenvolvimento da personalidade humana em respeito aos princípios democráticos de convivência e aos direitos e liberdades fundamentais.

E a Constituição Federal Brasileira, chamada Constituição Cidadã, também verbera, em seu artigo 3º, que constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a construção de uma sociedade livre, justa e solidária; a garantia do desenvolvimento nacional; a erradicação da pobreza e a marginalização e a redução das desigualdades sociais e

---

<sup>388</sup> Artigo 27, 2, da Constituição Espanhola: “2. La educación tendrá por objeto el pleno desarrollo de la personalidad humana en el respeto a los principios democráticos de convivencia y a los derechos y libertades fundamentales”. Disponível em: <http://www.gva.es/cidaj/pdf/constitucion.pdf>. Acesso em 18.06.2008.

regionais; e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação<sup>389</sup>.

O art. 8º da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas também prevê que:

Art. 8º- Na implementação da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, caberá aos órgãos e entidades públicos, no âmbito de suas respectivas competências e condições, desenvolver as seguintes ações:

...

#### III - na área de Educação:

- a) celebrar acordos com instituições de ensino e pesquisa para o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados ao tráfico de pessoas;
- b) incluir a questão do tráfico de pessoas nas ações e resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação (FNDE/MEC);
- c) apoiar a implementação de programas e projetos de prevenção ao tráfico de pessoas nas escolas;
- d) incluir e desenvolver o tema do enfrentamento ao tráfico de pessoas nas formações continuadas da comunidade escolar, em especial os trabalhadores da educação;
- e) promover programas intersetoriais de educação e prevenção ao tráfico de pessoas para todos os atores envolvidos; e
- f) fomentar a educação em direitos humanos com destaque ao enfrentamento ao tráfico de pessoas em todas modalidades de ensino, inclusive no ensino superior;

...

#### XII - na área de Cultura:

- a) desenvolver projetos e ações culturais com foco na prevenção ao tráfico de pessoas; e
- b) fomentar e estimular atividades culturais, tais como programas regionais de rádio, peças e outros programas veiculados por radiodifusores, que possam aumentar a conscientização da população com relação ao tráfico de pessoas, trabalho escravo e exploração sexual, respeitadas as características regionais.

Algumas associações também já vêm trabalhando com estas questões, podendo-se citar, como exemplo, a associação HETAIRA, de Madrid, que possui sua atuação dirigida

---

<sup>389</sup> Constituição Federal do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm).

fundamentalmente às trabalhadoras do sexo, sendo um de seus eixos a luta contra o estigma social. Esta associação, inclusive, participou, como informante chave, do filme “Princesas”<sup>390</sup>.

Ou seja, a educação é fator primordial para a quebra de uma visão discriminatória e estigmatizada da sociedade. Educação em uma visão mais ampla, não somente de ensinar, mas de se fazer e dar o exemplo, para que a sociedade possa ver os resultados da prática de atitudes reais que garantam uma vida digna às pessoas, sem preconceitos.

De acordo com Hélio GALLARDO<sup>391</sup>:

Quando se ensina direitos humanos que não se praticam, e este ensino provem de “altas autoridades” como universidades, instâncias governamentais ou igrejas, se paga um alto preço moral, porque os valores fundamentalmente se adquirem por imitação do que foi vivido ou testemunhado por outros e que, ao ser praticado, contem ou significa gratificação pessoal ou social. Por exemplo, se ensina que o direito a vida é um direito fundamental, inerente a pessoa humana, mas, no entanto, a pena de morte existe na maior parte das sociedades atuais, sendo tão ou até mais legal que a legislação que protege a vida.

Segundo Hélio GALLARDO<sup>392</sup>, é necessária uma formação social cujas tramas sociais potenciem o sujeito humano na família, na escola, nas relações econômicas (propriedade/trabalho/apropriação), na sexualidade, na produção espiritual, no cotidiano, etc., ou seja, em todos os espaços e lógicas sociais, gerará pessoas com maior vontade e capacidade para agir com autonomia, podendo apoderar-se do controle dos espaços públicos, com o fim de buscar a garantia dos direitos.

Como ensina Íris YOUNG<sup>393</sup>:

o alcance da justiça não se limita a distribuição, mas inclui todos os processos sociais que sustentam a opressão, incluindo a cultura. A conduta e estereótipos que contribuem com a opressão dos grupos marcados corporalmente estão generalizados, são sistemáticos e se geram e reforçam mutuamente. Tais atitudes são elementos das práticas culturais dominantes e somente mudando os hábitos culturais em si mesmos fará mudar as opressões que eles produzem e reforçam, mas a mudança nos hábitos culturais somente pode acontecer se os indivíduos adquirirem consciência de seus hábitos individuais e os mudarem. Esta é a revolução industrial.

---

<sup>390</sup> PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE Y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos.**, p. 123, tradução nossa,

<sup>391</sup> GALLARDO, Hélio. **Teoria crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**, p. 21, tradução nossa.

<sup>392</sup> Idem, p. 21, tradução nossa.

<sup>393</sup> YOUNG, Íris Marion. **La Justicia y la política de la diferencia**, p. 255.

A educação é a base de toda a mudança. Por isso são necessárias escolas públicas de qualidade, com professores bem remunerados, que possam dedicar-se a atividade desenvolvida, sem serem pressionados a educar com parcialidade. A quebra dos estigmas existentes passa pela necessária mudança cultural, que demanda tempo para ser adquirida, mas os primeiros passos devem ser dados para que a mudança possa iniciar.

#### **4.5 - Garantias Políticas. De uma ontologia da passividade para uma ontologia da potência.**

O político atualmente encontra-se totalmente corrompido e deturpado. Podemos ver, como exemplo, o que vem ocorrendo no Brasil e em diversos outros países na atualidade, com práticas de corrupção, com lavagem de dinheiro e com desvios milionários de verbas públicas, que deveriam estar sendo usadas em benefício do povo, para contas particulares obscuras em outros países. É a cultura do político corrupto, independente de análise de preferências partidárias. A mudança deve ocorrer imediatamente. Há a clara necessidade de recuperação do político, que é essencial e integra qualquer mudança a ser realizada perante a sociedade.

Como ensina Joaquín HERRERA FLORES<sup>394</sup>:

A recuperação do político é uma das tarefas mais importantes em uma teoria crítica e complexa dos direitos humanos. Com ele romperíamos com as posições naturalistas que concebem os direitos como uma esfera separada e prévia da ação política democrática. Esta separação produz, pelo menos, duas consequências perversas, primeiro uma concepção separada da ação social: a de um lado a ação social dirigida a persecução dos interesses individuais e privados e de outro a ação social dirigida a construção de espaços sociais, econômicos e culturais coletivos, públicos e democráticos. Por outro lado, dita condição prévia dos direitos humanos nos conduz a uma visão estreita dos mesmos, pois parece que, ao não estar afetado pelo político, pelo polêmico, pelo que muda em função dos contextos e das relações de poder, devem considerar como um mundo de coisas imodificáveis e imutáveis.

A garantia dos direitos humanos é de extrema importância quando se trata de tráfico de seres humanos, envolvendo não somente questões econômicas, mas sociais, de garantia do mínimo que o ser humano precisa para sobreviver. E os direitos humanos não podem ser entendidos separados do político.

<sup>394</sup>

HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinvencción de los derechos humanos**, p. 66-68, tradução nossa.



Ao considerar o político como algo separado das lutas sociais pela dignidade humana, segundo Joaquín HERRERA FLORES<sup>395</sup>:

deixou-se em suspenso tudo o que depende da política em sua dimensão de relações de força, de alteridade, de adversidade e de antagonismo. Se os direitos humanos pertencem a uma esfera transcendente a toda ação política se chega a assumir um mundo que nos toca viver. Existiria algo como uma realidade (**ontologia da passividade**) que não pode modificar, já que esta por cima de nossa capacidade de atuar em sociedade. ... Para construir uma teoria crítica, precisamos entender de outra forma a ação social, denominando-a de **ontologia da potência**, da ação política cidadã sempre em tensão com as tendências que tendem a coisificar as relações sociais. Uma ontologia da potência que permita compreender e levar à prática o político-estratégico de um modo socialmente compatível com uma política democrática de textura aberta.

Joaquín HERRERA FLORES<sup>396</sup> ensina que devemos buscar uma política emancipadora que aposta em uma concepção integral das relações de liberdade e igualdade, em que a liberdade não fique reduzida ao âmbito pessoal e individual, mas ampliada ao trabalho político de criação de condições institucionais e políticas. É necessário pensarmos em um espaço social compartilhado e ampliado, alternativo ao patriarcal, comprometido com a pluralidade, a diferença e a luta contra a desigualdade.

Não podemos considerar uma democracia legítima apenas pela generalização do procedimento de voto, mas ir muito mais longe, com a construção de uma democracia que seja um espaço de luta para acesso aos bens necessários para se viver com dignidade.

De acordo com Antônio WOLKMER<sup>397</sup>, faz-se necessário:

Viabilizar condições para a implementação de uma política democrática que direcione e ao mesmo tempo reproduza um espaço comunitário descentralizado e participativo”. ... Importa igualmente reordenar o espaço público individual e coletivo, resgatando formas de ação humana que passam por questões como “comunidade”, “políticas democráticas de base”, “participação e controle popular”, “gestão descentralizada”, “poder local ou municipal” e “sistema de conselhos”. ... Daí a obrigatoriedade de se pensar a alternativa comunitária como espaço público pulverizado pela legitimação de novas forças sociais que, em permanente exercício de alteridade, implementem suas necessidades fundamentais e habilitem-se como instâncias produtoras de práticas jurídicas autônomas. ... Uma política democrática de base que tenha como meta a descentralização administrativa, o controle comunitário do poder e dos recursos, o exercício de mecanismos de co-gestão e autogestão local/setorial/municipal e o incremento das práticas de conselhos conjuntas consultivas, deliberativas e executivas. ...

<sup>395</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinención de los derechos humanos**, p. 69-73, tradução nossa.

<sup>396</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **De habitaciones propias y otros espacios negados: una teoría crítica de las opresiones patriarcales**, p. 91-114, tradução nossa.

<sup>397</sup> WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**, p. 248-261.

Necessária também é a participação e o controle popular, por meio da participação efetiva na política. Para que isto ocorra, é preciso fortalecer os grupos sociais discriminados, a fim de possibilitar a sua inserção na vida política, para poder lutar pelos direitos com igualdade<sup>398</sup>.

Diante disso, resta evidente que o político possui fundamental importância, por isso a proposição neste trabalho de garantias políticas, já que se converte em uma esfera complementar e paralela para a luta pela dignidade humana. A ontologia da potência detém aqui um papel fundamental, como forma de empoderar os movimentos sociais.

De acordo com Hélio GALLARDO<sup>399</sup>, *“o campo político não pode aceitar-se como um espaço sem conflito, sendo possível distinguir no âmbito político onde impera a razão de Estado, as razões politicamente subordinadas (submetidas) a este Estado e, também as razões antagônicas a esse Estado, as forças políticas alternativas em sentido forte”*.

Para Joaquín HERRERA FLORES<sup>400</sup>, precisamos trabalhar com o patriarcalismo e a divisão entre o público e o privado, demonstrando que o privado e público estão umbilicalmente interligados, de forma que o privado se encontra desde o início do público, ou seja, que o privado convive desde a origem da história institucional e da história de poder com o público. *“Precisamos estar atentos aos textos, as expressões, as narrações que construam e instituem o real desde o princípio de igual autoridade para falar, narrar e intervir ideologicamente na realidade”*.

É necessário viabilizar uma política democrática que crie um espaço comunitário descentralizado e participativo. Este objetivo não é muito fácil de ser alcançado em sociedades como a nossa, com alto grau de instabilidade. A ruptura com este tipo de estrutura demanda profundas transformações de práticas, de costumes, de moral, de cultura e dos valores como um todo.

---

<sup>398</sup> JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais: teoria e prática em questão** In: Ilse Scherer-Warren; Paulo Krischke (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 246-275.

<sup>399</sup> GALLARDO, Hélio. **Teoria crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**, p. 10, tradução nossa.

<sup>400</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **De habitaciones propias y otros espacios negados: una teoría crítica de las opresiones patriarcales**, p. 162-170, tradução nossa.

Para Iris Marion YOUNG<sup>401</sup>, a democracia participativa é um elemento e condição da justiça social, mas deve-se tomar cuidado com algumas ciladas que podem surgir, pois um espaço público unificado tende a excluir ou silenciar alguns grupos excluídos e a manter um certo privilégio para aqueles grupos materialmente privilegiados. Assim, “*alguns processos formalmente democráticos acabam por produzir experiências e perspectivas particulares dos grupos privilegiados, silenciando ou desprestigiando aqueles grupos oprimidos*”.

Veja-se que a Convenção das Nações Unidas contra todas as formas de discriminação da mulher, em seu artigo 7º<sup>402</sup>, prevê que:

Os Estados Membros tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens o direito a:

§ 1. Votar em todas as eleições e referendos públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas.

§ 2. Participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais.

§ 3. Participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país.

Neste caso, trabalhou-se com determinado grupo que é excluído pela sociedade historicamente, buscando-se dar igualdade de condições. Contudo, tais medidas, infelizmente, são insuficientes para a real inserção das mulheres e dos grupos discriminados nas formulações de políticas emancipatórias, motivo pelo qual deve-se adotar um novo modelo do político, conforme ora proposto, que não se baseia e nem se limita ao posto nas normativas nacionais e internacionais, mas sim na adoção de um conjunto de medidas sociais, políticas, culturais, econômicas e jurídicas aptas a produzir uma **ontologia da potência**, de ação política cidadã.

As medidas ora propostas embasaram-se em um estudo detalhado acerca do tema, analisando-se a origem do problema, bem como o que há atualmente de garantias, para assim poder chegar a conclusão do que ainda pode ser feito. As propostas foram apresentadas no

<sup>401</sup> YOUNG, Íris Marion. La Justicia y la política de la diferencia. p. 290-321.

<sup>402</sup> Convenção das Nações Unidas sobre todas as formas de discriminação contra a mulher. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>. Acesso em 24 de maio de 2014.

presente capítulo, mas necessitam ser implementadas, surgindo, então, a necessária atuação dos Órgãos públicos e entidades privadas que possuem atribuição para tanto.

Surge então a necessidade de análise de um dos órgãos envolvidos com este tema, o Ministério Público do Trabalho no Brasil, já que esta doutoranda é membro desta instituição. A fim de comparar com outros países, examina-se também o Ministério Público em países como França, Espanha, Itália, Portugal, Argentina e Estados Unidos.

O Ministério Público no Brasil é considerado por alguns doutrinadores o quarto Poder, ao lado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo relevante papel na busca de melhores condições de trabalho e na garantia dos direitos humanos e sociais, sendo de fundamental importância mostrar a forma de atuação desta instituição, seus mecanismos de atuação extrajudicial e judicial, bem como a análise de ações já adotadas.

## CAPÍTULO 5 – O MINISTÉRIO PÚBLICO E O PAPEL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NO BRASIL.

### 5.1 - Ministério Público.

Inicialmente, faz-se necessária uma breve análise do Ministério Público no Brasil e no Direito Comparado, com o objetivo de mostrar que a Instituição no Brasil detém prerrogativas inexistentes em outros países, como na Espanha.

No Brasil, o Ministério Público teve uma grande evolução institucional. De mero apêndice do Poder Executivo, até o ano de 1988, o *Parquet* foi alçado pela atual Constituição da República de 1988 a verdadeiro defensor dos interesses da coletividade, objetivando a construção de uma sociedade menos desigual e mais justa e solidária.

A Instituição desempenha importantíssimo papel na concretização de direitos e na promoção da democracia. Se, na expressão do Presidente da última Assembleia Nacional Constituinte brasileira, o Deputado Ulysses Guimarães, a Magna Carta de 1988 é uma “constituição cidadã”, o redesenho do Ministério Público pelo constituinte pós-ditadura brasileira o alçou a verdadeiro agente promotor da cidadania e da legalidade democrática: o *Parquet* é verdadeiro paladino da defesa dos direitos, liberdades e garantias e promotor dos direitos fundamentais<sup>403</sup>.

Não é pacífico o entendimento doutrinário quanto à origem do Ministério Público. No entanto, a mais aceita é que tenha sido na França da Idade Média o nascedouro do Ministério Público como instituição organizada para a defesa do interesse público.

A influência da doutrina francesa na história do Ministério Público pode ser observada, por exemplo, na utilização da expressão “parquet” como referência ao Ministério Público, isso porque os procuradores do rei (daí “les gens du roi”), antes de adquirirem a condição de magistrados e de terem assento ao lado dos juízes, tiveram inicialmente seus assentos dispostos sobre o assoalho (“parquet”) da sala de audiências, em vez de os terem

---

<sup>403</sup> MAIA, Rodrigo de Almeida. EM NOME DA SOCIEDADE: O MINISTÉRIO PÚBLICO NOS SISTEMAS CONSTITUCIONAIS DO BRASIL E DE PORTUGAL. Disponível em <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/634-951.pdf>. Acesso em 18.09.2014

sobre o estrado, lado a lado com a chamada ‘magistratura sentada’<sup>404</sup>. Além de “parquet”, também provêm da tradição francesa, as expressões “magistrature débout”(magistratura de pé) e “les gens du roi” (as pessoas do rei).

Durante o período em que o Brasil esteve na condição de colônia portuguesa e de Império, não havia a formalização do Ministério Público como instituição independente e autônoma, uma vez que o Procurador-Geral centralizava o ofício e os promotores eram meros agentes do Poder Executivo.

É na República que o Ministério Público ganha corpo de instituição, por meio do Decreto n.º 1.030, de 14 de novembro de 1890, ao estabelecer no “caput” do art. 164: “*O ministério público é perante as justiças constituídas o advogado da lei, o fiscal de sua execução, o procurador dos interesses geraes do Districto Federal e o promotor da acção publica contra todas as violações do direito.*”<sup>405</sup>

Vale notar que dentre à tradicional atribuição criminal do Ministério Público, o referido Decreto já previa em seu art. 174 que: “*É também dever do ministério público visitar as prisões, os asylos de orphãos, alienados e mendigos, requerendo o que for a bem da justiça e dos deveres de humanidade.*”

Certa independência do Ministério Público brasileiro com relação aos Poderes Públicos só foi prevista no Decreto 16.273, de 20 de dezembro de 1923<sup>406</sup>, no art.125, prevendo que: “*o Ministério Público é o órgão da lei e fiscal de sua execução, nos termos deste regulamento*” e que, “*no exercício de suas funções, ha reciproca independência entre os órgãos do Ministério Público e os membros da magistratura*”.

Contudo, foi a Constituição Democrática de 1934<sup>407</sup>, promulgada em 16 de julho de 1934, a primeira a dotar o MP de perfil constitucional, situando-o no Capítulo IV reservado aos “Órgãos de Cooperação nas Atividades Governamentais”, em seção destinada

<sup>404</sup> GOYET, Francisque. “Le Ministère Public em matière civile ET em matière répressive et l’exercice de l’action publique”. Paris, Recueil Sirey, 1953, p.2 e 3)

<sup>405</sup> Decreto n.º 1.030, de 14 de novembro de 1890, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D1030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D1030.htm), acessado em 20/02/2015.

<sup>406</sup> Decreto 16.273, de 20 de dezembro de 1923, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16273.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>407</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1934. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 20.02.2015.

exclusivamente ao Ministério Público. O art. 95 desvinculou o Ministério Público do Poder Judiciário, dispondo sobre a sua organização em nível estadual e nacional; forma de nomeação do Procurador Geral da República; concedendo importantes garantias aos membros como estabilidade para os membros do Ministério Público Federal (garantia de somente serem nomeados mediante concurso e de perderem os cargos “por sentença judiciária, ou processo administrativo, no qual lhes será assegurada ampla defesa” – conforme dicção do §3º do art. 95 da CR de 34).

Já a Constituição de 1937<sup>408</sup>, por sua vez, representou um retrocesso à Instituição, na medida em que não mais a tratou como Órgão autônomo de cooperação, restringindo-se a dispor sobre aspectos pontuais do MP no capítulo destinado ao Poder Judiciário, tais como, a forma de escolha do Procurador-Geral da República e a competência do STF para processar e julgar ministros de Estados e o Procurador-Geral da República (art. 99).

O Ministério Público, no entanto, recuperou o seu status constitucional na Constituição de 1946<sup>409</sup>, passando a receber um tratamento autônomo, em título próprio (Título III, arts. 125 a 128), com previsão de importantes garantias aos seus membros, como estabilidade, inamovibilidade e a necessidade de prévia aprovação em concurso público para ingresso na carreira. Estabeleceu, também, que a representação da União em juízo era atribuição dos Procuradores da República e, nas comarcas do interior, aos Promotores de Justiça (membros do MP Estadual).

Imposta pela força militar ao Congresso Nacional, a Constituição de 1967<sup>410</sup> inovou ao inserir o MP no capítulo destinado ao Poder Judiciário, muito embora, na prática, permanecesse ligado diretamente ao Poder Executivo<sup>411</sup>.

Na “Emenda Constitucional n.º 1”, de 17 de outubro de 1969<sup>412</sup>, também, considerada Constituição de 1969, o MP novamente retornou a integrar o capítulo relativo ao Poder Executivo (arts. 94 a 96 da Seção VII do Capítulo VII).

<sup>408</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1937. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>409</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1946. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>410</sup> CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA DE 1967. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>411</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. “O mundo do trabalho e os direitos fundamentais: o Ministério Público e a representação funcional dos trabalhadores”. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011, p. 127

No âmbito infraconstitucional, foi a partir do Código de Processo Penal de 1941 que o MP passou a ter atribuição para requisitar diligências e conduzir inquéritos policiais, como também a possuir a titularidade para propor ação penal<sup>413</sup>, ao passo que, no Código de Processo Civil de 1939, o MP passou a deter atribuições para atuar como parte e como “custos legis”.

Em 1951, por meio da Lei 1.341, de 30 de janeiro<sup>414</sup>, denominada de Lei Orgânica do MP, foi criado o Ministério Público da União, composto pelos Ministérios Públicos Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho.

No entanto, foi em 1981 com a publicação da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981<sup>415</sup> -, que houve importante progresso para a Instituição, pois passou a ser considerada permanente e essencial à função jurisdicional, regida pelos princípios da unidade, indivisibilidade e autonomia funcional, administrativa e financeira, muito embora ainda estivesse inserida na estrutura do Poder Executivo. A Lei Orgânica 40/81 instituiu, também, garantias, atribuições e vedações para os membros do “Parquet”, além de organizar o Ministério Público nacionalmente, atribuindo unidade e uniformidade na disciplina.

Foi a partir dos anos 80 que começou a ser desenhada pela legislação infraconstitucional a nova configuração institucional do Ministério Público no Brasil.

Em verdade, a LC 40/81 constitui um importante marco na trajetória do MP, na medida em que traçou as linhas da função institucional do *Parquet*, na qualidade de defensor da ordem jurídica e dos interesses indisponíveis da sociedade, prevendo, inclusive, a ação civil pública como instrumento de atuação.

---

<sup>412</sup> Emenda Constitucional n.º 1”, de 17 de outubro de 1969. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>413</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. “Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática”. 5ª ed.- São Paulo: LTr, 2011, pag. 33

<sup>414</sup> Lei 1.341, de 30 de janeiro de 1951. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1341.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>415</sup> Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp40.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp40.htm). Acesso em 20.02.2015.



Em 1985, outra importante conquista foi obtida pelo MP brasileiro com a Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85)<sup>416</sup> pois, além de conferir ao *Parquet* titularidade para a defesa dos interesses difusos relativos ao meio ambiente; ao consumidor e a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, regulamentou o manejo da ação civil pública; criou o inquérito civil, instaurado e presidido exclusivamente por um membro do MP; previu a figura do Termo de Ajustamento de Conduta, como instrumento de resolução extrajudicial dos conflitos, com fixação de obrigações e multas no caso de descumprimento.

Seguindo a linha da legislação infraconstitucional na construção do ‘novo’ Ministério Público, a Constituição da República de 1988<sup>417</sup> representou a solidificação do MP como defensor dos interesses públicos primários, ou seja, defensor dos direitos fundamentais que a sociedade escolheu como mais importantes na Carta Política; defensor da ordem jurídica democrática, dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Nessa Carta, o *Parquet* deixou de integrar o Poder Executivo para se transformar uma instituição autônoma, independente e essencial à função jurisdicional do Estado – arts. 127 a 130 da Seção I do Capítulo IV -, totalmente desvinculado dos demais Poderes do Estado (Executivo, Legislativo e Judiciário), chegando, inclusive, a ser classificado pela doutrina como um quarto Poder.

Não significa que o *Parquet* seja um quarto Poder propriamente dito, mas, tão somente, constitui uma instituição, de natureza constitucional, independente e autônoma, a serviço da sociedade e do interesse público, totalmente, desvinculado da função de defender os interesses do Estado. Aliás, vale notar que o MP brasileiro possui várias investigações e ações propostas em face da administração pública direta e indireta.

Após, quase cinco anos da promulgação da Constituição de 1988, havia ainda muita resistência com relação à autonomia e à independência do Ministério Público da União, mas com a edição da Lei Complementar n.º 75/93, dispondo sobre a organização, as

---

<sup>416</sup> Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17347orig.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>417</sup> Constituição da República de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 20.02.2015.

atribuições e o estatuto do MPU, todas as dúvidas que pairavam à época sobre a independência, autonomia, direitos e prerrogativas foram afastadas<sup>418</sup>.

A Carta Magna de 1988 conferiu autonomia institucional ao MP. Essa autonomia possui quatro vertentes: a administrativa, a funcional, a financeira e a orçamentária.

Aliás, há previsão expressa nos §§ 2º a 6º do art. 127 do Texto Constitucional de 1988 da autonomia administrativa, funcional, financeira e orçamentária do MP brasileiro. O §5º do referido artigo constitucional estabelece que leis complementares federais e estaduais estabeleceriam acerca da organização, das atribuições e do estatuto de cada ramo do MP, de modo que, é a Constituição da República e a referida legislação infraconstitucional é que dão o norte para a administração do MP brasileiro.

Segundo Sandra Lia Simón<sup>419</sup>, ex-Procuradora-Geral do Trabalho ao refletir sobre o MPT na atualidade, ensina que a autonomia administrativa compreende atos genéricos de gestão e de administração, que atingem tanto a aquisição de bens e a contratação de serviços, até a elaboração de suas folhas de pagamento, passando pela organização de suas unidades administrativas e de seus serviços auxiliares, bem como pela definição da composição de seus órgãos de administração superior, com elaboração de seus regimentos internos, dentre outros atos.

A autonomia orçamentária, por sua vez, envolve apenas a elaboração da proposta orçamentária, devendo sempre respeitar os trâmites constitucionais e legais, como também os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias (§3º do art. 127 da CR/88).

A autonomia financeira consiste, basicamente, a capacidade de gerir e aplicar os recursos orçamentários destinados à Instituição, como também a de administrar o emprego das dotações orçamentárias.

---

<sup>418</sup> **CAVALCANTI**, Tiago Muniz. “Aspectos Gerais do Ministério Público da União sob a Perspectiva da Lei Complementar 75/1993” in MIESSA, Élisson (org). Estudos Aprofundados MPT Ministério Público do Trabalho. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2ªed, 2013, pag. 121.

<sup>419</sup> **SIMÓN**, Sandra Lia. “Reflexões sobre o Ministério Público do Trabalho na Atualidade” in MIESSA, Élisson (org). Estudos Aprofundados MPT Ministério Público do Trabalho. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2ªed, 2013, pag. 96-100.

Por fim, a autonomia funcional do MP significa que a Instituição não está subordinada a nenhum órgão ou poder – nem ao Poder Executivo, nem ao Poder Judiciário, tampouco ao Poder Legislativo. Dessa forma, autonomia funcional é a liberdade que cada Ministério Público brasileiro (MPU e seus ramos, MPE) possui de tomar decisões próprias, subordinando-se apenas à Constituição da República e às leis.

O Ministério Público brasileiro possui uma estrutura diferenciada dos Ministérios Públicos de outros países. Em geral, podemos agrupar os sistemas previstos para o Ministério Público em dois grandes grupos. Em primeiro lugar, os países de Direito anglo-saxônico, que seguem a *common law*. Nestes países, a organização do Ministério Público é composta de escritórios recrutados, indicados ou eleitos dentre os profissionais liberais ou dentre funcionários do governo para o exercício das atribuições ministeriais por período de tempo delimitado (geralmente é fixado um mandato), com predomínio de atuação na área criminal. Num segundo grupo de países, de Direito romano-germânico, a organização ocorre em escritórios com chefia e funcionários de carreira, cuja seleção se dá normalmente através de concurso público ou escolas preparatórias.

Ao comparar o Ministério Público brasileiro com as instituições estrangeiras similares, o doutrinador e Procurador do Trabalho Rodrigo Carelli<sup>420</sup> explica a diferença entre o nacional e os alienígenas é justamente a presença de duas características: 1ª) a de constituir uma instituição organizada com garantias de independência interna e externa, detentora de instrumentos aptos à realização das atividades; 2ª) de atuar em defesa do interesse público primário.

O Ministério Público Francês, por exemplo, segundo o referido autor, muito embora tenha servido de inspiração para as legislações ocidentais quanto à instituição, é diferente do nosso MP, porque o *Parquet* francês, além de ser considerado um órgão da magistratura, está diretamente vinculado ao Poder Executivo, cujo chefe da instituição é o Ministro da Justiça, com poder hierárquico sobre os demais membros.

Já o Ministério Público Espanhol, apesar de possuir praticamente as mesmas funções que o modelo brasileiro na defesa do interesse público primário e de ser dotado de

---

<sup>420</sup> CARELLI, Rodrigo de Lacerda. “O mundo do trabalho e os direitos fundamentais: o Ministério Público e a representação funcional dos trabalhadores”. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011, pág. 133.

autonomia funcional, o Espanhol possui autonomia externa limitada, na medida em que integra o Poder Judiciário, sendo o chefe da instituição indicado e destituído pelo Rei da Espanha a qualquer momento. Por outro lado, o modelo espanhol é totalmente destituído de autonomia interna, pois os procuradores são submetidos à dependência hierárquica e atuam por ‘delegação do respectivo chefe’.

O Português, por sua vez, não possui qualquer semelhança com o modelo nacional, pois realiza a representação do Estado.

O modelo Italiano integra o Poder Judiciário, existindo uma carreira única composta por membros do MP e do Judiciário e tem por atribuição a defesa do Estado e tendência, segundo a doutrina, de defesa da coletividade<sup>421</sup>.

O Ministério Público Argentino atua basicamente no âmbito penal na defesa do interesse público primário.

Por fim, há semelhanças interessantes entre o Ministério Público norte-americano com o *Parquet* nacional, dentre elas, a atuação com independência externa, principalmente quando se trata dos Ministérios Públicos Estaduais, contudo os respectivos chefes são eleitos diretamente pela população. A defesa do interesse público é mais ampla que o modelo nacional, pois não há diferença entre interesse da sociedade, coletividade ou do Estado, de modo que, o MP americano defende, inclusive, o Estado em juízo<sup>422</sup>.

Diante da análise feita, pode-se concluir que o Ministério Público no Brasil é um órgão independente, possuindo diversas prerrogativas e instrumentos postos a sua disposição que facilitam a atuação na defesa do interesse público primário. Um dos instrumentos postos à sua disposição, a Ação Civil Pública, inexistente na Espanha, é de fundamental importância para o combate ao tráfico de seres humanos e para a garantia dos direitos humanos da coletividade.

---

<sup>421</sup> VIGLIAR, José Marcelo Menezes. “A Participação do Ministério Público no Processo Civil” in CAMARGO FERRAZ, Antônio Augusto Mello de (org.). Ministério Público. São Paulo: Atlas, 1999, pag. 183/184.

<sup>422</sup> *Op. Cit*, pag. 204.

Em verdade, a Ação Civil Pública é um instrumento político de participação da sociedade para obter a realização de fins de interesse público, possibilitando a participação social para que o interesse público seja concretizado<sup>423</sup>. A fonte mais próxima da Ação Civil Pública brasileira é a *Class Action*, a qual surgiu do reconhecimento, pela sociedade estadunidense, de que as coletividades necessitam se proteger não só dos atos estatais e dos particulares *contra legem*, mas também das omissões administrativas ou dos particulares, que impossibilitem a concretização dos direitos assegurados constitucionalmente. Desta forma, foi nos Estados Unidos que ocorreram as primeiras experiências pioneiras de implementação de direitos sociais prestacionais através da atividade judicial.

## **5.2 – Papel do Ministério Público do Trabalho no Brasil.**

### **Exploração sexual de crianças e adolescentes. Competência da Justiça do Trabalho.**

Segundo a Constituição Federal do Brasil, o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

O Ministério Público do Trabalho é um ramo especializado do Ministério Público da União, possuindo atribuição para atuar em defesa dos interesses dos trabalhadores. No âmbito trabalhista, o Ministério Público do Trabalho possui como principal atribuição a defesa dos direitos indisponíveis dos trabalhadores, tendo por função institucional, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, vedada a consultoria a órgãos públicos. É uma instituição autônoma, totalmente independente do Poder Judiciário e dos Poderes Executivo e Legislativo, desempenhando suas funções com independência e autonomia. Os membros devem submeter-se a concurso público de provas e títulos, com total impessoalidade, sendo um dos concursos mais difíceis e exigentes.

O Ministério Público do Trabalho integra a organização do Ministério Público da União. Enquanto instituição, pode-se visualizar o Ministério Público em dois planos. No

---

<sup>423</sup> MOUSINHO, Ileana Neiva. Paineis Efetivação dos Direitos Fundamentais Mediante Ação Civil Pública para Implementar Políticas Públicas, In “O MPT como Promotor dos Direitos Sociais”. São Paulo: Editora Ltr, 2006, pag. 130-154.

plano externo, o MP integra a estrutura organizacional do Estado, na qualidade de instituição permanente e essencial à Justiça, com atuação extrajudicial e judicial em defesa do interesse público. No que diz respeito ao plano interno, o MP nacional está dividido em vários Ministérios Públicos, conforme dicção do §5º do art. 128 da CR/88, o Ministério Público da União, que compreende o Ministério Público Federal (MPF), o Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Militar (MPM) e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDF), e Ministérios Públicos dos Estados (MPE).

São frequentes os questionamentos em torno da possível violação aos princípios constitucionais da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público, a partir da sua divisão em vários Ministérios Públicos.

A resposta para esses questionamentos é única, pois não há violação aos princípios constitucionais da unidade e da indivisibilidade do Ministério Público, haja vista que essa divisão não é orgânica, mas meramente administrativa e tem por objetivo, exclusivamente, que as funções institucionais junto a cada órgão do Judiciário, perante os quais oficiem seus membros, ocorra da forma mais eficiente.

O conceito de unidade deve se restringir ao âmbito de cada Ministério Público, por exemplo, apenas no âmbito do Ministério Público de cada Estado da Federação; do Ministério Público Federal; do Ministério Público do Trabalho; do Ministério Público Militar e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Assim, cada unidade do Ministério Público constitui um só órgão, sob uma só direção, no caso do MPT, o Procurador-Geral do Trabalho.

Indivisibilidade, por sua vez, significa que os membros do MP, ainda que se sucedam nos mesmos autos, estão a exercer a mesma função, podendo, assim, ser substituídos uns pelos outros, mas não arbitrariamente, mas apenas na forma estabelecida em lei<sup>424</sup>. Vale notar que os atos praticados pelo órgão substituto só podem ser aproveitados se não violarem o princípio do Promotor Natural.

---

<sup>424</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. “Introdução ao Ministério Público”. 7ª ed.rev.e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 36.

Em 1951, a Lei Federal nº 1.341<sup>425</sup> criou o Ministério Público da União, ramificando-o em Ministério Público Federal, Militar, Eleitoral e do Trabalho. Nessa época, o MPU ainda fazia parte do Poder Executivo.

Eis a redação do art. 1º da LOMPU de 1951:

“Art. 1º. O Ministério Público da União tem por função zelar pela observância da Constituição Federal, das leis e atos emanados dos poderes públicos.

Parágrafo único. Os órgãos do Ministério Público da União, junto à justiça comum, à militar, à eleitoral e a do trabalho são independentes entre si, no tocante as respectivas funções.”

De acordo com a Lei Complementar nº 75/1993<sup>426</sup>, as funções institucionais do Ministério Público da União encontram-se exemplificadas no extenso rol do art. 5º, lembrando sempre que a sua função primordial é a defesa do interesse público primário, ou seja, do interesse cujo destinatário final é a própria sociedade. Dentre as funções institucionais, pode-se destacar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, zelar pela observância dos princípios constitucionais, bem como a defesa dos bens e interesses relativos ao patrimônio nacional, público e social, cultural brasileiro, o meio ambiente e os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.

As funções expressamente previstas na LC 75/93 referem-se, sempre, à tutela da ordem jurídica constitucional (quais sejam: direitos políticos, objetivos fundamentais da República, princípios constitucionais, entre outros); do regime democrático (representatividade popular, independência e harmonia entre os Poderes da União, entre outros); dos interesses sociais (zelar pelos serviços de relevância pública e defender os patrimônios nacionais, público, social, cultural brasileiro e o meio ambiente) e os interesses individuais indisponíveis (comunidades indígenas, família, criança, adolescente e idoso).

---

<sup>425</sup> Lei Federal nº 1.341. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1341.htm). Acesso em 20.02.2015.

<sup>426</sup> Lei Complementar nº 75/1993. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm). Acesso em 20.02.2015.

Em verdade, basta ter conhecimento da extensão das definições das incumbências constitucionais (ordem jurídica, regime democrático, interesses sociais e interesses individuais indisponíveis) para saber as funções institucionais do MPU previstas na LC 75/93<sup>427</sup>.

Necessário observar que o Ministério Público, como instituição nacional, está perdendo as funções atípicas, ou seja, aquelas que não lhe são próprias, enquanto cada vez mais vem se concentrando para a realização das suas funções típicas, ou seja, aquelas que dizem respeito diretamente com a defesa da sociedade em busca do interesse público.

Em termos práticos, o Ministério Público gradualmente deixou de ser o representante jurídico das pessoas de direito público interno, especializando-se em suas atividades finais e primordiais, quais sejam: a promoção da ação penal pública e da ação civil pública; a defesa dos interesses constitucionais do cidadão, dos interesses difusos e coletivos, do patrimônio público, entre outras.

Como já destacado, o Ministério Público brasileiro obteve sua verdadeira configuração como agente político em virtude do regramento que lhe foi reservado pelo Constituinte de 1988. Com a Carta Magna de 1988, o MP deixou de integrar o Poder Executivo, passando a atuar com independência funcional e autonomia administrativa no exercício da importante missão de salvaguarda a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CR). O MP assumiu a feição de verdadeiro defensor da sociedade.

De todos os ramos do Ministério Público, o que teve a atuação mais modificada pelo constituinte de 1988 foi o Ministério Público do Trabalho, na medida em que passou de uma atividade meramente interventiva em processos judiciais em trâmite no 2º grau de jurisdição (*custos legis*), para uma atividade preponderantemente ativo, de agente, investigativa, em defesa dos direitos humanos decorrentes das relações de trabalho.

O Ministério Público do Trabalho é o ramo do MPU que exerce suas relevantes missões constitucionais junto aos órgãos da Justiça do Trabalho. A estrutura do *Parquet* no Brasil colabora em muito para que os resultados das ações por ele propostas sejam muito

---

<sup>427</sup> CAVALCANTI, Tiago Muniz. “Aspectos Gerais do Ministério Público da União sob a Perspectiva da Lei Complementar 75/1993” in MIESSA, Élisson (org). Estudos Aprofundados MPT Ministério Público do Trabalho. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2ªed, 2013, pag. 126.



positivos. Em virtude da independência, poderá atuar até mesmo em face de órgãos públicos e do próprio Poder Judiciário.

A competência material da Justiça do Trabalho para o processamento e julgamento das demandas propostas decorre da própria disposição constante nos artigos 114 da Magna Carta e 83, inciso III, da Lei Complementar nº 75/93, pois a ação versa sobre direitos trabalhistas, decorrendo diretamente da relação de emprego mantida entre trabalhador e empregador.

O artigo 114 da Constituição Federal<sup>428</sup> estabelece que:

“competete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores... e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho”.

Já o artigo 83 da Lei Complementar nº 75/93, em seu inciso III<sup>429</sup>, prevê que:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

...

III- promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para a defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Ora, a Constituição Federal é clara ao estabelecer a competência da Justiça do Trabalho para julgar os dissídios entre trabalhadores e empregadores e, na forma da lei, outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho. E a Lei Complementar nº 75/93, como acima transcrito, traz expressa a competência para o julgamento de Ação Civil Pública para a defesa dos interesses sociais coletivos dos trabalhadores.

Este é o entendimento da jurisprudência atual, consoante arestos abaixo transcritos:

COMPETÊNCIA - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CONDIÇÕES DE TRABALHO. Tendo a ação civil pública como causas de pedir disposições trabalhistas e pedidos voltados à preservação do meio ambiente de trabalho e, portanto, aos interesses dos empregados, a competência para julgá-la é da Justiça do Trabalho (STF - RE

<sup>428</sup> Constituição Federal do Brasil. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 23.02.2015.

<sup>429</sup> Lei Complementar nº 75/1993. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm). Acesso em 23.02.2015.

206.220-1 (MG) - Ac. 20 T., 16.3.99 - Rel. Ministro Marco Aurélio - Recorrentes: Banco do Estado de Minas Gerais S/A - BEMGE e outros e Recorrido: Ministério Público Estadual - Publ. na Revista LTr. Nº 63, Maio/1999, pág. 628).

No que concerne à competência funcional das Varas do Trabalho da capital deste Estado, resta a mesma evidente ante a dicção do artigo 2º da Lei nº 7.347/85, uma vez que o dano causado pela conduta ilícita do réu ocorre em área sujeita à jurisdição destes Órgãos da Justiça do Trabalho.

Outrossim, são as Varas do Trabalho, salvo expressa disposição legal em contrário, que no caso inexistente, o juízo originário natural de todas as ações trabalhistas.

De se ressaltar que a Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação civil pública, em seu artigo 2º, estabelece a competência no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

No que tange especificamente à Ação Civil Pública, a Orientação Jurisprudencial nº 130 da SDI2 do Egrégio TST<sup>430</sup> preceitua que:

OJ-SDI2-130 AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. LOCAL DO DANO. LEI Nº 7.347/1985, ART. 2º. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ART. 93 (redação alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) – Res. 186/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012

I – A competência para a Ação Civil Pública fixa-se pela extensão do dano.

II – Em caso de dano de abrangência regional, que atinja cidades sujeitas à jurisdição de mais de uma Vara do Trabalho, a competência será de qualquer das varas das localidades atingidas, ainda que vinculadas a Tribunais Regionais do Trabalho distintos.

III – Em caso de dano de abrangência supra regional ou nacional, há competência concorrente para a Ação Civil Pública das Varas do Trabalho das sedes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

IV – Estará prevento o juízo a que a primeira ação houver sido distribuída.

Histórico:

Redação original - DJ 04.05.2004 130 - Ação civil pública. Competência territorial. Extensão do dano causado ou a ser reparado. Aplicação analógica do art. 93 do código de defesa do consumidor (DJ 04.05.2004). Para a fixação da competência territorial em sede de ação civil pública, cumpre tomar em conta a extensão do dano causado ou a ser reparado, pautando-se pela incidência analógica do art. 93 do Código de Defesa do Consumidor. Assim, se a extensão do dano a ser reparado limitar-se ao âmbito regional, a competência é de uma das varas do trabalho da

<sup>430</sup> Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em <http://www.tst.jus.br/documents/10157/63003/Livro-Internet.pdf>. Acesso em 02 de agosto e 2016.

capital do estado; se for de âmbito supra regional ou nacional, o foro é o do Distrito Federal.

Por fim, a competência da Justiça do Trabalho também para julgar e analisar o pedido de dano moral coletivo já se encontra pacificada pela jurisprudência iterativa dos Tribunais Superiores:

DANO MORAL - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. A competência da Justiça do Trabalho, prevista no artigo 114 da Constituição Federal de 1988, estende-se aos conflitos decorrentes da relação de trabalho, entre os quais se encontra a indenização por dano moral. Precedente do Colendo STF (RE 238737/SP, DJU de 5-2-99) (TST B RR N.1 763443, 40 Turma, Relator Ministro Milton de Moura França, DJ 26.04.02).

DANO MORAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Segundo se extrai do entendimento lançado pelo Excelso Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo n1 RE 238737 - SP (decisão publicada no DJ de 5-2-99), compete à Justiça do Trabalho dirimir controvérsia acerca de pedido de indenização por dano moral que guarda pertinência com a relação de emprego (TST B ERR N.1 653760/00, Turma D1, Relator Ministro José Luciano de Castilho Pereira, DJ 14.12.01).

No que tange especificamente ao tráfico de seres humanos, entende-se que o Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para ajuizar as ações cabíveis em defesa dos direitos dos trabalhadores vítimas do tráfico e da exploração sexual, em defesa dos interesses indisponíveis dos trabalhadores, exceto na questão criminal, já que a competência específica é da Justiça Federal. Sendo assim, as ações propostas pelo MPT deverão ser julgadas pela Justiça do Trabalho.

É de fundamental importância ressaltar que, tendo por função primordial a defesa dos direitos coletivos dos trabalhadores e tratando de temas ligados ao tráfico de seres humanos e imigração ou emigração de trabalhadores, deve-se pensar qual é, de fato, a função do Ministério Público do Trabalho. Seria a defesa indistinta de todos os trabalhadores que se encontram no Brasil, independentemente de sua nacionalidade, visando a garantir o direito ao trabalho digno e o direito de escolher livremente em que país quer fixar sua residência, ou a defesa somente dos trabalhadores brasileiros, dentro ou fora do Brasil, sem a garantia dos direitos dos estrangeiros que aqui permanecem, seja regularmente, seja irregularmente. Para se chegar a esta conclusão, deve-se analisar o conceito de cidadania, de forma inclusiva, no

sentido de que cabe ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos direitos dos trabalhadores, indistintamente de sua nacionalidade<sup>431</sup>.

Qualquer coalizão de pessoas com o objetivo de criar as condições que permitam dominar/expulsar outras pessoas tidas por não pertencentes ao grupo é ruim, porque movimentos que pretendem a afirmação do grupo têm natureza excludente, muito embora possam ser originados como resposta a agressões ilegítimas.

Os membros do Ministério Público têm por atribuição a defesa da ordem jurídica. E essa defesa implica integrar todos os cidadãos no sistema de seguridade social, que pressupõe a contribuição de todos para o financiamento das necessidades decorrentes do exercício dos direitos sociais: educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados (art. 6º da CF). É intuitivo que esse sistema precisa ser equilibrado, e por isso a intensa atuação do Ministério Público do Trabalho nos combates às fraudes laborais, às iniciativas precarizantes que, a médio e longo prazo, estão subvertendo a higidez do sistema de solidariedade social. A própria existência do direito do trabalho é uma representação da solidariedade social. Há que se provocar a formação de postos de trabalho para todos, e esses postos devem ser dignos e igualitários. As jornadas de trabalho devem ser razoáveis, tanto para preservar a saúde do trabalhador individualmente considerado (lembrando que os gastos com a saúde pública seriam supostamente custeados por todos), quanto para gerar o pleno emprego. Enfim, integra a missão do Ministério Público do Trabalho velar pelo direito do trabalho, combatendo estratégias precarizantes e desestruturantes que tanto se repetem nessa nova fase do capitalismo triunfante (ou da crise do Estado Social).

Nesse contexto, a entrada de imigrantes pode ser vista como um fato que venha a desestabilizar o mercado de trabalho e o precário equilíbrio do Estado Social, e por isso, até mesmo sem pretender adotar uma perspectiva a priori excludente, pode-se novamente a atuação dos bem-intencionados voltar-se "contra a imigração".

---

<sup>431</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. In PRADO. Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, pags. 223 a 232.

Porém, nem assim, a atuação do MPT não seria coerente se apoiasse a discriminação dos (i)migrantes.

Se o MPT se somar aos que combatem a imigração como um princípio, estará se afastando de seu dever maior de velar por esse mesmo Estado Social que vem sendo duramente atacado, pois a imigração é antes consequência do que causa da falta do Estado Social. O papel do MPT é, portanto, resistir, lutar pela manutenção do Estado Social, e não capitular ao modelo desregulado das relações de trabalho.

Ao MPT cabe, então, a defesa dos direitos dos trabalhadores genericamente considerados, sejam brasileiros, sejam estrangeiros, sempre tendo por base a garantia irrestrita dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana.

No que tange especificamente às questões ligadas à exploração sexual de crianças, adolescentes ou até mesmo de maiores de idade, tem-se que havendo a prestação de serviços, mesmo que sem o reconhecimento de relação de emprego ou de direitos trabalhistas, haverá a atribuição do Ministério Público do Trabalho. Em casos específicos e exclusivos de abuso sexual e violência familiar, entende-se que a atribuição seria restrita ao Ministério Público Estadual.

Exemplifica-se: O pais colocam as filhas menores para serem exploradas sexualmente por terceiros. Neste caso a atribuição do MPT é patente, já que há a exploração sexual com fins comerciais. O abuso sexual é cometido pelos próprios pais, com violência e negligência do pátrio poder. Neste caso específico, a atribuição seria restrita do Ministério Público Estadual, por não se tratar de relação sexual comercial.

No que tange especificamente ao tráfico de seres humanos, a natureza comercial é patente, a violação a direitos humanos e a direitos assegurados pela legislação constitucional e trabalhista também o é, motivo pelo qual resta evidente a atribuição do Ministério Público do Trabalho e a competência da Justiça do Trabalho para exame da matéria.

## 5.3 – Instrumentos de atuação do Ministério Público do Trabalho extrajudicial e judicial.

### 5.3.1- INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA. TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.

O Ministério Público possui instrumentos postos à sua disposição, a fim de garantir o exercício de suas funções constitucionais. Instrumentos de atuação são os mecanismos processuais e/ou extraprocessuais por meio dos quais o Ministério Público desempenha suas funções.

Segundo os ensinamentos de Hugo Nigro MAZILLI<sup>432</sup>, a Lei Complementar nº 75/93 bem fez em distinguir as funções dos instrumentos, cautela que não teve a Constituição. Ainda de acordo com o Doutrinador, tudo aquilo que o Ministério Público faz, com objeto ou finalidade de seu ofício, são suas funções; instrumentos são os mecanismos processuais ou extraprocessuais por meio dos quais o Ministério Público desempenha suas funções.

A Lei da Ação Civil Pública – Lei nº 7347/85 – prevê instrumento de natureza extrajudicial, em seu artigo 8º, parágrafo 1º<sup>433</sup>, estabelecendo que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

A Constituição Federal também prevê expressamente, em seu artigo 129, inciso III, VI, VIII e IX <sup>434</sup>, a figura do Inquérito Civil e mecanismos de atuação, encontrando-se expresso no texto constitucional que são funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações

<sup>432</sup> MAZILLI, Hugo Nigro. “Introdução ao Ministério Público”. 7ª ed. Rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008, pag. 275.

<sup>433</sup> Lei da Ação Civil Pública – Lei nº 7347/85. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 23 de junho de 2015.

<sup>434</sup> CF/1988. Artigo 129. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 23 de junho de 2015.

e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais; exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Especificamente no âmbito do Ministério Público do Trabalho, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, utilizando-se do seu poder regulamentar, editou, em especial, as Resoluções 69/2007 de 86/2009, a primeira disciplina a instauração e a tramitação do Inquérito Civil e a segunda trata da distribuição de procedimentos e processos no âmbito do Ministério Público do Trabalho.

Foram postos à disposição do Ministério Público instrumentos de investigação de natureza administrativa, visando a garantir a sua atuação imparcial e independente.

Os procedimentos administrativos são de fundamental importância para o exercício da missão constitucional do MP, pois grande parte das denúncias recebidas são solucionadas por meio de tais procedimentos.

Resumidamente, pode-se relatar o iter procedimental que tais procedimentos seguem. Havendo a denúncia da ocorrência de fato ilegais, tal Notícia de Fato é transformada em procedimento de natureza administrativa, tendo como primeira nomenclatura NF- Notícia de Fato. A partir de então, haverá a devida distribuição imediata e impessoal, na forma prevista na Constituição Federal, artigo 129, parágrafo 5º<sup>435</sup>, devendo o membro do MP decidir se é caso de atribuição do Ministério Público e, em caso afirmativo, transformar a referida Notícia de Fato em Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, que poderá perdurar por 90 dias, podendo ser prorrogado por mais 90 dias, ou diretamente ou após este prazo em Inquérito Civil.

A Lei Orgânica do Ministério Público da União prevê diversos outros mecanismos que podem ser utilizados no âmbito do Inquérito Civil, que contribuem em muito

---

<sup>435</sup> CF/1988. **Art. 129.** São funções institucionais do Ministério Público: § 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 23 de junho de 2015.

com a resolução mais eficaz dos problemas que são postos à sua análise<sup>436</sup>, tais como instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos; requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas; requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

Outro aspecto importante é que para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União detém de diversos instrumentos que foram postos à sua disposição<sup>437</sup>, a fim de contribuir e possibilitar o seu poder investigatório, podendo, por exemplo, nos procedimentos de sua competência, notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada; requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta; requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas; requisitar informações e documentos a entidades privadas; realizar inspeções e diligências investigatórias; ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio; expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar; ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública; requisitar o auxílio de força policial.

Pode-se constatar, mediante a análise dos dispositivos legais citados, que o poder investigatório do Ministério Público é amplo. Importante ressaltar que sequer pode ser oposta qualquer natureza de sigilo, já que os documentos com esta natureza, se requisitados por membro do Ministério Público, deverão ser apresentados, possuindo o Procurador obrigação legal de manter o sigilo dos referidos documentos. O membro do Ministério Público é civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar. Acaso não haja o cumprimento das notificações ou requisições, a Lei prevê que a falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

---

<sup>436</sup> Lei Complementar nº 75/93. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm). Acesso em 24 de junho de 2015.

<sup>437</sup> Lei Complementar nº 75/93. Art. 8º. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm). Acesso em 24 de junho de 2015



Outro aspecto importante é que a fim de viabilizar as investigações, o membro do Ministério Público poderá realizar audiências públicas que visam a discutir temas de relevância social com a comunidade envolvida, dentre outras prerrogativas de suma importância.

No que tange especificamente às audiências públicas, a Resolução nº 82/2012<sup>438</sup> do Conselho Nacional do Ministério Público regulamenta a matéria, trazendo importantes subsídios para a sua utilização. As audiências públicas, conforme diz a própria Resolução, são um mecanismo pelo qual o cidadão e a sociedade organizada podem colaborar com o Ministério Público no exercício de suas finalidades institucionais ligadas ao zelo do interesse público e à defesa dos direitos e interesses difusos e coletivos de modo geral.

De acordo com Antônio WOLKMER<sup>439</sup>:

Dentro da teoria dos direitos humanos, esta aproximação com a sociedade é fundamental, a fim de proporcionar o conhecimento contra hegemônico e pluralista. É essencial provocar a autoconsciência dos agentes e dos grupos que estão em desvantagem e/ou desigualdade e sofrem as injustiças por partes dos setores dominantes, das classes ou elites privilegiadas, objetivando propiciar meios instrumentais para a conscientização e a emancipação dos sujeitos históricos na sua condição de dominados e excluídos. A condição primeira para um processo contra hegemônico de ruptura em sociedades do capitalismo periférico instáveis e conflituosas implica reconstrução democrática da sociedade civil, a redefinição das funções do Estado e a implementação de um sistema de regulamentação identificado com as carências e necessidades de novos sujeitos de sociabilidades.

Necessária e fundamental a discussão com os sujeitos envolvidos, visando a buscar soluções não somente casuais e momentâneas, mas que possam combater com veemência as irregularidades encontradas e garantir os direitos humanos dos trabalhadores envolvidos.

De acordo com Joaquín HERRERA FLORES<sup>440</sup> é necessário assegurar uma visão realista do mundo em que vivemos e sobre o que desejamos atuar utilizando os meios que nos proporcionam os direitos humanos; 2- desempenhar um forte papel de conscientização que ajude a lutar contra o adversário e a reforçar os próprios objetivos e fins, sendo eficaz com vistas a mobilização; 3- assegurar às coletividades sociais determinadas uma visão alternativa

<sup>438</sup> Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/Resolucoes/Resolucao\\_n\\_82\\_audiencias\\_publicas\\_no\\_MP.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/Resolucoes/Resolucao_n_82_audiencias_publicas_no_MP.pdf). Acesso em 25 de junho de 2015.

<sup>439</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, op. cit., p. 11, 87 e 183.

<sup>440</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. **La reinvencción de los derechos humanos**, p. 50-58, tradução nossa.

do mundo e segurança na hora de lutar pela dignidade. Ou seja, uma teoria crítica de direito deve sustentar-se em dois pilares: o reforço das garantias formais reconhecidas juridicamente, mas, também, no poder dos grupos mais desfavorecidos na hora de lutar por novas formas, mais igualitárias e gerais, de acesso aos bens protegidos pelo direito; 4- buscar permanentemente a exterioridade, não em relação ao mundo em que vivemos, mas em relação com o sistema capitalista dominante, saindo, quando possível, do marco hegemônico de ideias e valores.

Conforme ensina Antônio WOLKMER<sup>441</sup>:

a retomada do pluralismo como um paradigma de juridicidade alternativa refere-se, por um lado, à superação das modalidades predominantes de pluralismo identificado com a democracia neoliberal e em as práticas de desregulamentação social e, de outro, à edificação de um projeto político-jurídico resultante do processo de práticas sociais insurgentes, motivadas para a satisfação de necessidades essenciais. Assim, a proposta deste pluralismo alternativo pressupõe a existência e articulação de determinados requisitos, 1) a legitimidade de novos sujeitos sociais; 2) fundamentação na justa satisfação das necessidades humanas; 3) a democratização e descentralização de um espaço público participativo; 4) a defesa pedagógica de uma ética da alteridade; 5) a consolidação de processos conducentes a uma racionalidade emancipatória.

Nas audiências públicas pode-se trabalhar com todos estes pressupostos, discutindo temas de fundamental importância para a garantia dos direitos humanos, fomentando as discussões e fortalecendo os agentes sociais envolvidos, para que possam lutar com mais efetividade pela garantia de seus direitos.

Conforme ensina Hugo MAZZILI<sup>442</sup>:

O Ministério Público não se submete a uma assembleia popular, nem nelas se votam opções ou linhas de ação para a instituição, e sim por meio delas intenta o Ministério Público obter informações, depoimentos e opiniões, sugestões, críticas e propostas, para haurir com mais legitimidade o fundamento de sua ação institucional.

Carlos LEITE<sup>443</sup> bem esclarece que a audiência pública é uma forma democrática que permite a participação do cidadão no espaço público e que é na função de articulador social que o Ministério Público do Trabalho atua incentivando e orientando, como instituição observadora, os setores governamentais e não governamentais na execução de políticas

<sup>441</sup> WOLKMER, Antônio Carlos, op. cit., p. 192.

<sup>442</sup> MAZZILLI, Hugo Nigro. O Inquérito Civil. São Paulo: Saraiva, 1999, p. 327.

<sup>443</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática. 6ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014, p. 260-262.

públicas de elevado interesse social, motivo pelo qual este instrumento deve ser bem utilizado pelo *Parquet* Laboral.

Por outro aspecto, o trabalho em conjunto com outros órgãos também cumpre um papel importante no cumprimento da missão constitucional do Ministério Público. Em vários temas, muitas vezes a atribuição é conjunta de mais de um órgão público, cabendo a cada Órgão desempenhar o seu papel na sua esfera de atuação. Pode-se citar diversos exemplos de atuação conjunta. O Ministério Público do Trabalho, por exemplo em investigações relativas a trabalho escravo, realiza inspeções conjuntas com o Ministério do Trabalho e Emprego, com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal, dentre outros. Em casos como de irregularidades na contratação sem concurso público, o trabalho conjunto com o Ministério Público Estadual também é exemplar. Em casos de exploração sexual, também há o trabalho conjunto do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público Estadual, dos Conselhos Tutelares e da Criança e do Adolescente, da Polícia Civil, etc.

Após a realização da investigação pelo Ministério Público do Trabalho, surgem três opções para finalização da investigação. Primeira delas, inexistindo irregularidades ou tendo elas sido corrigidas pelo investigado, caberá ao Membro do Ministério Público arquivar o Inquérito Civil, devendo tal arquivamento ser submetido à homologação da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na forma prevista no artigo 9º da Lei da Ação Civil Pública<sup>444</sup>:

Art. 9º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil, promoverá o arquivamento dos autos do inquérito civil ou das peças informativas, fazendo-o fundamentadamente.

§ 1º Os autos do inquérito civil ou das peças de informação arquivadas serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2º Até que, em sessão do Conselho Superior do Ministério Público, seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as associações legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou anexados às peças de informação.

§ 3º A promoção de arquivamento será submetida a exame e deliberação do Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispuser o seu Regimento.

---

<sup>444</sup> Lei nº 7347/85. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LeIs/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LeIs/L7347orig.htm). Acesso em 25 de junho de 2015.

§ 4º Deixando o Conselho Superior de homologar a promoção de arquivamento, designará, desde logo, outro órgão do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

No âmbito do Ministério Público do Trabalho, o Conselho Superior do MPT regulamentou a matéria, prevendo, nos artigos 10 e 10 A da Resolução 69/2007, o iter procedimental a ser observado no caso de arquivamento<sup>445</sup>.

Ou seja, todo o arquivamento, que não seja liminar, deverá ser submetido a reanálise da Câmara de Coordenação e Revisão. Em caso deste Órgão Superior concluir que não é caso de arquivamento, a promoção não será homologada e retornará à Origem para prosseguimento por outro membro do Ministério Público.

A segunda possibilidade é a assinatura de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta pelo investigado. Ou seja, havendo comprovadas irregularidades, o membro do Ministério Público poderá propor a solução da controvérsia ainda no âmbito administrativo, com a assinatura de um compromisso com o investigado, onde ele comprometer-se-á a adequar a sua conduta aos termos legais, sob pena de pagamento de multa no caso de descumprimento. Referido Termo de Compromisso consubstancia-se em título

---

<sup>445</sup> Resolução nº 69/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Disponível em <http://www.mpt.gov.br/camaraArquivos/resolucoesCSMPT/resolu69.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2015: Art. 10. Esgotadas todas as possibilidades de diligências, o membro do Ministério Público do Trabalho, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de ação civil pública, promoverá, em peça autônoma e fundamentada, o arquivamento do Inquérito civil ou do procedimento preparatório. (Redação dada pela Resolução nº 87/2009 do CSMPT). § 1º Os autos do inquérito civil ou do procedimento preparatório, juntamente com a promoção de arquivamento, deverão ser remetidos à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, no prazo de três dias, contados da comprovação da efetiva cientificação pessoal dos interessados, por via postal ou correio eletrônico, ou da lavratura de termo a ser afixado em quadro de aviso no Ministério Público do Trabalho, quando não localizados os que devem ser cientificados. § 2º A promoção de arquivamento será submetida, se estiverem presentes todos os atos imprescindíveis à sua decisão, a exame e deliberação da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na forma do seu Regimento Interno. (Redação dada pela Resolução nº 87/2009 do CSMPT). § 3º Até a sessão da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos do inquérito ou do procedimento preparatório. § 4º Deixando a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho de homologar a promoção de arquivamento, tomará uma das seguintes providências: I – converterá o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo ao órgão competente para designar o membro do Ministério Público do Trabalho que irá atuar; II – deliberará pelo prosseguimento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, indicando os fundamentos de fato e de direito de sua decisão, adotando as providências relativas à designação, em qualquer hipótese, de membro do Ministério Público do Trabalho para atuação. Art. 10 - A. Da Promoção de Arquivamento caberá recurso administrativo com as respectivas razões, no prazo de dez (10) dias, assegurado aos interessados igual prazo, após a notificação, para, querendo, oferecer contrarrazões. (Incluído pela Resolução nº 87/2009 do CSMPT). Parágrafo Único. As razões de recurso serão protocoladas junto ao órgão que promoveu o arquivamento, devendo ser autuadas e remetidas, caso não haja reconsideração em despacho motivado, juntamente com a certidão constante do anexo desta Resolução, no prazo de três dias à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho para apreciação. (Incluído pela Resolução nº 87/2009 do CSMPT).

executivo extrajudicial, podendo ser executado perante a Justiça do Trabalho a qualquer tempo, em caso de descumprimento, na forma da previsão contida no artigo 876 da CLT<sup>446</sup>. A execução deverá exigir tanto o cumprimento das obrigações de fazer e não fazer nele previstas, como o pagamento da multa pelo seu descumprimento.

Como bem ensina Carlos LEITE<sup>447</sup>, no termo de compromisso firmando perante o Ministério Público do Trabalho não há lugar para transação, porque o seu objeto é extremamente restritivo, qual seja, tomar do infrator o compromisso de ajustar a sua conduta às exigências legais, possuindo caráter impositivo ao órgão público legitimado, não se confundindo com o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados transatores, de que cogita o inciso II do artigo 585 do CPC<sup>448</sup>.

A Resolução nº 69/2007 do CSMPT<sup>449</sup> traz regulamento específico acerca do tema. Em seu artigo 14 estabelece que o Ministério Público do Trabalho poderá firmar termo de ajuste de conduta, nos casos previstos em lei, com o responsável pela ameaça ou lesão aos interesses ou direitos mencionados no artigo 1º desta Resolução (fato que possa autorizar a tutela dos interesses ou direitos a cargo do Ministério Público do Trabalho, nos termos da legislação aplicável), visando à reparação do dano, à adequação da conduta às exigências legais ou normativas e, ainda, à compensação e/ou à indenização pelos danos que não possam ser reparados.

---

<sup>446</sup> Art. 876 da CLT - As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executada pela forma estabelecida neste Capítulo. (Redação dada pela Lei nº 9.958, de 12.1.2000). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/De15452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De15452.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

<sup>447</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática. 6ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014, p. 244-246.

<sup>448</sup> Artigo 585, inciso II, CPC: São títulos executivos extrajudiciais:(Redação dada pela Lei nº 5.925, de 1º.10.1973) ... II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores; (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

<sup>449</sup> Resolução nº 69/2007 do CSMPT. Disponível em <http://www.mpt.gov.br/camaraArquivos/resolucoesCSMPT/resolu69.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2015.

O Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 80778/90<sup>450</sup> também traz dispositivo específico acerca do tema. O artigo 113, parágrafo 6º, acrescentou o parágrafo 6º ao artigo 5º da Lei nº 7347/85, preceituando que:

Os órgãos públicos legitimados poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante combinações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial

O Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta é um importante instrumento de atuação do Ministério Público, sendo utilizado com muita frequência para a solução dos problemas submetidos à análise do referido Órgão.

É possível, no referido termo, prever obrigações de fazer e não fazer, sob pena de pagamento de multa no caso de descumprimento. A multa deverá possuir valor elevado, que iniba o investigado de praticar novamente o ato ilegal. Em casos muito graves, como de redução à condição análoga a de escravo, o referido instrumento também tem sido utilizado com frequência e efetividade. Deve ser, contudo, analisada com cautela a possibilidade de sua proposição em casos em que estão envolvidas redes internacionais de tráfico de pessoas, considerando que se trata de crime organizado, devendo o membro do Ministério Público avaliar a conveniência e oportunidade de sua proposição a depender do caso que está sendo investigado. Importante ressaltar que o Termo de Compromisso a ser proposto pelo Ministério Público do Trabalho abará, tão somente, as matérias de cunho trabalhistas, em especial o pagamento pelo trabalho desenvolvido e indenizações por dano material e moral, tanto de natureza individual, como coletiva.

Em não havendo concordância do investigado e restando claramente comprovada a conduta ilegal, deverá o membro do Ministério Público judicializar a questão, interpondo a correspondente ação judicial, no caso, a Ação Civil Pública, com natureza e pressupostos específicos, que serão estudados no próximo subtítulo.

---

<sup>450</sup> Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 80778/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 25 de junho de 2015.

### **5.3.2- INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. *DUMPING SOCIAL*.**

Passa-se, neste momento, à análise dos instrumentos judiciais de atuação do Ministério Público.

A tutela coletiva assume especial relevância na repressão do trabalho em condição análoga a de escravo e ao próprio tráfico de pessoas, de forma a promover o respeito à dignidade da pessoa humana.

A efetividade da solução dos conflitos sob a ótica individualista não traz a resposta solicitada pela sociedade, sendo posta em xeque, devendo-se priorizar, assim, as ações de natureza coletiva, o que também facilita uma atuação do Judiciário de dar pronta e razoável resposta à grande demanda por solução de conflitos.

Nesse sentido, espera-se que o Judiciário e o Ministério Público tomem parte do processo histórico-cultural de identificação e compreensão da dignidade da pessoa humana, desempenhando sua missão constitucional e contribuindo para a evolução das relações social-trabalhistas.

Neste contexto, a ação civil pública adquire um papel relevante para a realização da cidadania e para a implementação dos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 fez questão de deixar claro que *"nenhuma lei excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"* (art. 5.º, XXXV, CF). Ora, se a própria Constituição afirma a inviolabilidade de determinados direitos e, ao mesmo tempo, diz que nenhuma lei poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário *"ameaça a direito"*, não pode restar qualquer dúvida de que o direito de acesso à justiça (art. 5.º, XXXV, CF) tem como corolário o direito à tutela efetivamente capaz de impedir a violação do direito.

Na verdade, há direito fundamental à efetividade da tutela jurisdicional e, assim, direito fundamental à tutela preventiva, o qual incide sobre o legislador - obrigando-o a instituir as técnicas processuais capazes de permitir a tutela preventiva - e sobre o juiz - obrigando-o a interpretar as normas processuais de modo a delas retirar instrumentos processuais que realmente viabilizem a concessão de tutela de prevenção.

A Constituição Federal prevê, em seu art. 129<sup>451</sup>, como funções institucionais do Ministério Público, dentre outras, promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas. A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei. A fim de garantir a imparcialidade na atuação do membro do Ministério Público, a Constituição prevê expressamente que as funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição, bem como que o ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. Aos membros do Ministério Público são aplicados os princípios da magistratura, no que couber.

O art. 6º da LC 75/93<sup>452</sup> apresenta um extenso rol de instrumentos de atuação, dentre eles, deixando expresso que compete ao Ministério público, dentre diversas atribuições ali arroladas, promover a ação direta de inconstitucionalidade e o respectivo pedido de medida cautelar; promover a ação direta de inconstitucionalidade por omissão; promover a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal; promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei; impetrar habeas corpus e mandado de segurança; promover o inquérito civil e a ação civil pública para a) a proteção dos direitos constitucionais; b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico; c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor; d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, incluídos os relativos às terras por elas tradicionalmente habitadas, propondo as ações cabíveis; propor ação civil coletiva

<sup>451</sup> CF de 1988. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

<sup>452</sup> Lei Complementar nº 75/93. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm). Acesso em 01 de julho de 2015.



para defesa de interesses individuais homogêneos; promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, à probidade administrativa; ao meio ambiente; manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção;

Todas as medidas acima citadas são instrumentos judiciais que podem ser utilizados pelo Ministério Público.

Neste trabalho, tem-se por objetivo demonstrar o cabimento da ação civil pública e o benefício desta ação na implementação dos direitos sociais dos trabalhadores.

Um dos principais instrumentos de atuação judicial do Ministério Público para a defesa do interesse público primário é a ação civil pública. Essa importante ferramenta serve ao MP não só para a defesa dos interesses transindividuais, sejam difusos, coletivos e individuais homogêneos, de larga abrangência ou expressão social, como também para a defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis.

Vale observar que o Ministério Público não é o único titular da ação. A ação civil pública (principal e cautelar) poderá ser proposta, também, pelos demais legitimados, elencados no art. 5º da Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85)<sup>453</sup>, quais sejam o Ministério Público; a Defensoria Pública; a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; a autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista; a associação que, concomitantemente: a) esteja constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil; b) inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente, ao consumidor, à ordem econômica, à livre concorrência, aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos ou ao patrimônio artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

De qualquer forma, é importante ressaltar que de acordo com a previsão constante no § 1º do citado dispositivo legal, o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei. Ou seja, sempre deverá participar das ações

---

<sup>453</sup> Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 01 de julho de 2015.

civis públicas, considerando a importância desta ação para a implementação dos direitos humanos.

A Ação Civil Pública terá sempre por objeto a defesa dos interesses e direitos coletivos *lato sensu*, estando neles compreendidos os interesses difusos, coletivo *estricto sensu* e individuais homogêneos. Os interesses ou direitos difusos são os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato (artigo 81, inciso I, da Lei nº 8078/90<sup>454</sup>). Já os coletivos são também transindividuais, de natureza indivisível, tendo como titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica de base (artigo 81, inciso II, da Lei nº 8078/90). E os individuais homogêneos são aqueles decorrentes de origem comum (artigo 81, inciso III, da Lei nº 8078/90). Muitas vezes tornar-se difícil identificar a natureza do direito protegido. Importante registrar que o interesse meramente individual não pode ser objeto de Ação Civil Pública, exceto nos casos previstos em lei, como para a tutela de direitos relativos à infância e à adolescência, previsto no artigo 201, inciso V, da Lei nº 8069/90<sup>455</sup>.

Embora ainda se divirja quanto ao conteúdo próprio da ACP, especialmente no que tange à possibilidade de sua utilização para defesa dos interesses individuais homogêneos, há interessante sinalização doutrinária e jurisprudencial no sentido de que direitos coletivos *lato sensu* estão inseridos no âmbito das pretensões nela deduzíveis.

Entende-se ser necessária a ampliação do objeto da ação civil pública (leia-se: ação coletiva), quando ajuizada na defesa de direitos ou interesses individuais homogêneos, principalmente quando o bem tutelado é a liberdade, a saúde e a vida de cidadãos reduzidos a condições análogas às de escravos, pois submetidos a regime de trabalho forçado e/ou trabalho degradante.

Desta forma, a utilização da ação civil pública para os direitos coletivos traz maior racionalidade no uso das ações coletivas, em benefício dos trabalhadores, contribuindo para

---

<sup>454</sup> CDC – Lei nº 8078/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>455</sup> Lei nº 8069/90, artigo 201: Art. 201. Compete ao Ministério Público: ... V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º inciso II, da Constituição Federal. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

que se evitem decisões díspares no que tange à própria configuração do labor em condições análogas à de escravo, uma, em sede de ação civil pública, e a outra, em ação civil coletiva.

Por exemplo, é importante ressaltar que as naturais dificuldades encontradas pelos trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo para levarem ao Judiciário suas pretensões – já que comprometida sua cidadania política e social – exigem o tratamento coletivo da questão, a fim de buscar a efetividade da tutela jurisdicional e a garantia da dignidade da pessoa humana.

Ou seja, imprimir a maior efetividade possível aos direitos fundamentais concernentes à igualdade, à não-discriminação, à proibição de tratamento degradante, ao trabalho digno, passa pelo reconhecimento do caráter de fundamentalidade do acesso à Justiça, o que, no que diz com os trabalhadores submetidos a condições análogas à de escravo, guarda relação umbilical com a ação civil pública.

A legislação material e processual do trabalho não possuem normas próprias para regulamentar a Ação Civil Pública, devendo ser aplicadas as disposições previstas na Constituição Federal, na Lei da Ação Civil Pública, no Código de Defesa do Consumidor - CDC, da Lei Orgânica do Ministério Público, no Estatuto do Ministério Público, fazendo-se, apenas, algumas adaptações ao procedimento próprio do processo laboral. O art. 84 do CDC<sup>456</sup> foi instituído para servir às relações de consumo e à tutela de quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. É certo que há um sistema processual próprio, composto pela Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85) e pelo Título III do CDC. Como preceitua o art. 90 do CDC, às ações fundadas no Código de Defesa do Consumidor aplicam-se as normas da Lei da Ação Civil Pública. Por outro lado, complementa o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública<sup>457</sup> que as disposições processuais que estão no Código de Defesa do Consumidor são aplicáveis à tutela dos direitos que nela estão previstos. Essa interligação entre a Lei da Ação Civil Pública e o Código de Defesa do Consumidor faz surgir, como já dito, um sistema processual para a tutela dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Como o art. 84 está inserido no Título III do CDC, e assim dentro desse sistema processual, ele se aplica à tutela de quaisquer direitos difusos, coletivos e individuais

---

<sup>456</sup> CDC – Lei nº 8078/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>457</sup> Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7347 de 24 de julho de 1985). Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

homogêneos, sendo a base processual para as ações coletivas inibitória e de remoção do ilícito.

Em verdade, como a Ação Civil Pública visa à responsabilização de qualquer pessoas física ou jurídica, de direito público ou privado, por danos morais ou patrimoniais causados ao meio ambiente ao consumidor, a bens e direitos de valor estético, artístico, histórico, paisagístico ou a qualquer outro interesse difuso e coletivo (Lei nº 7347/85, artigo 1º<sup>458</sup>), objetivando sua condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (artigo 3º), não há dúvida de que, abstraindo-se o conceito genérico de que toda a ação possui conteúdo declaratório, trata-se em princípio, de uma ação com pedido imediato de natureza condenatória. O artigo 11 da mesma Lei citada prevê que na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer e não fazer, o juiz determinará o cumprimento da prestação da atividade devida ou a cessação da atividade nociva, sob pena de execução específica, ou de cominação de multa diária, se esta for suficiente ou compatível, independentemente de requerimento do autor. Trata-se de clara tutela inibitória, que se volta para o futuro, tendo sido admitido tal tutela em sede de Ação Civil Pública<sup>459</sup>.

A ação inibitória pode atuar de três maneiras distintas. Em primeiro lugar para impedir a prática de ilícito, ainda que nenhum ilícito anterior tenha sido produzido pelo réu, a segunda que visa inibir a repetição e a terceira que objetiva inibir a continuação. A primeira delas foi a que encontrou maior resistência na doutrina italiana. Isso é explicável em razão de que essa modalidade de ação inibitória, por atuar antes de qualquer ilícito ter sido praticado pelo réu, torna mais árdua a tarefa do juiz, uma vez que é muito mais difícil constatar a probabilidade do ilícito sem poder considerar qualquer ato anterior do que verificar a probabilidade da sua repetição ou da continuação da ação ilícita.

Como se vê, o problema das três formas de ação inibitória é ligado diretamente à prova da ameaça. Enquanto que duas delas – a que visa inibir a repetição e a que objetiva inibir a continuação –, ao se voltarem para o futuro, e assim para a probabilidade da repetição ou da continuação, podem considerar o passado, ou seja, o ilícito já ocorrido, a outra não pode

---

<sup>458</sup> Lei nº 7347/85. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>459</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática. 6ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014, p. 173-228.

enxergar ilícito nenhum no passado, mas apenas atentar para eventuais fatos que constituam indícios de que o ilícito será praticado.

No caso de ilícito já praticado, torna-se muito mais fácil demonstrar que outro ilícito poderá ser praticado, ou mesmo que a ação ilícita poderá prosseguir. Nesses casos, levando-se em conta a natureza da atividade ou do ato ilícito, não é difícil concluir a respeito da probabilidade da sua continuação ou da sua repetição.

Note-se que as três ações se diferenciam na medida em que se distingue o que nelas deve ser provado. Isso não quer dizer, como é óbvio, que a necessidade de ação inibitória possa ser vista de forma diferenciada diante das três hipóteses elencadas. A necessidade de ação inibitória não tem nada a ver com a questão da prova. A dificuldade da prova não pode constituir obstáculo à ação inibitória, seja ela qual for.

Lembre-se que a modalidade mais pura de ação inibitória, que é aquela que interfere na esfera jurídica do réu antes da prática de qualquer ilícito, vem sendo aceita em vários países preocupados com a efetividade da tutela dos direitos, como por exemplo, no direito alemão, italiano e anglo-americano.

Quando se pensa em repetição do ilícito, supõe-se um intervalo entre um ato e outro, e assim na possibilidade de se impedir a prática de um novo ilícito, independente do primeiro. Porém, a questão se complica quando a atenção se volta para o ilícito continuado. Isso porque é possível supor uma ação com eficácia ilícita continuada e uma ação continuada ilícita.

Na primeira hipótese há apenas uma ação, cujo efeito ilícito perdura no tempo, enquanto que, no segundo caso, há uma ação continuada (ou uma atividade) ilícita. Nessa última situação, a ilicitude continua na medida do prosseguimento da ação ou da atividade, ao passo que na primeira a ilicitude não é relacionada com a ação, mas sim com o efeito que dela decorre e se propaga no tempo.

Se é correto inibir a continuação de uma ação ou de uma atividade, o ilícito, cujos efeitos são continuados, deve ser removido. Quando o ilícito se relaciona com os efeitos da

ação que se exauriu, basta remover o ato que ainda produz efeitos, pois não se teme uma ação futura.

Portanto, a ação inibitória deve atuar quando se teme a continuação de ação ilícita, enquanto que a ação de remoção de ilícito deve se preocupar com o ilícito de eficácia continuada.

Dessa forma, torna-se fácil compreender que a ação inibitória não visa somente impor uma abstenção, contentando-se, assim, com um não-fazer. O seu objetivo é evitar o ilícito, seja ele comissivo ou omissivo, razão pela qual pode exigir um não-fazer ou um fazer, conforme o caso.

Quanto às obrigações de fazer e não fazer na defesa de interesses difusos e coletivos *stricto sensu*, sua inserção em ações civis públicas pelo Ministério Público do Trabalho, embora mediante cláusulas quase sempre voltadas para o cumprimento do disposto no ordenamento legal, têm a relevante finalidade de prevenção de futuros danos aos referidos direitos, em regra tratando-se de impedir a repetição ou a continuidade do ato ilícito. As ações do MPT, em regra são voltadas para reprimir uma conduta que já ocorreu ou que está ocorrendo, sendo rara a atuação no caso de impedir a prática sem que ela tenha sido verificada anteriormente.

No plano exclusivamente processual, considerando-se as normas dos arts. 461 do CPC<sup>460</sup> e 84 do CDC<sup>461</sup>, verifica-se que foi conferido ao juiz o poder de adequar a medida

---

<sup>460</sup> Artigo 461 do CPC: Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. (Redação dada pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994). § 1º A obrigação somente se converterá em perdas e danos se o autor o requerer ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994). § 2º A indenização por perdas e danos dar-se-á sem prejuízo da multa (art. 287). (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994). § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu. A medida liminar poderá ser revogada ou modificada, a qualquer tempo, em decisão fundamentada. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994). § 4º O juiz poderá, na hipótese do parágrafo anterior ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando-lhe prazo razoável para o cumprimento do preceito. (Incluído pela Lei nº 8.952, de 13.12.1994). § 5º Para a efetivação da tutela específica ou a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial. (Redação dada pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002). § 6º O juiz poderá, de ofício, modificar o valor ou a periodicidade da multa, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva. (Incluído pela Lei nº 10.444, de 7.5.2002). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869compilada.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

executiva ao caso concreto e, assim, conferir uma ordem de fazer, ainda que o direito material preveja somente a abstenção. Contudo, quando é o próprio direito material que exige um dever positivo para proteger um direito, a violação da regra deixa ver que um ilícito omissivo foi produzido, e assim, que um fazer, necessário para a prevenção, deixou de ser praticado.

Imaginar que a tutela inibitória somente pode impor um não-fazer é esquecer que o próprio direito processual dá ao juiz o poder de impor um fazer quando foi pedido um não fazer com o objetivo de viabilizar uma tutela jurisdicional mais efetiva, e, mais do que isso, que existem normas de direito de material que, com o objetivo de prevenção, impõem condutas positivas.

É importante frisar que na maioria dos casos faz-se necessária a utilização da antecipação da tutela do provimento final, visando a evitar o perecimento do direito. A técnica antecipatória é imprescindível para a estruturação de um procedimento efetivamente capaz de prestar a tutela inibitória. Ora, tanto o art. 461 do CPC<sup>462</sup>, quanto o art. 84 do CDC<sup>463</sup>, permitem "*ao juiz conceder a tutela liminarmente ou mediante justificação prévia, citado o réu*", na "*ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer*".

A tutela antecipatória não requer, nesses casos, a probabilidade de dano irreparável ou de difícil reparação. A ideia de subordinar a tutela antecipatória ao dano provável está relacionada a uma visão das tutelas que desconsidera a necessidade de tutela dirigida unicamente contra o ilícito. Se há necessidade de tutela destinada a evitar ou a remover o ilícito, independentemente do dano que eventualmente possa por ele ser gerado, a

---

<sup>461</sup> Artigo 84 do CDC: Art. 84. Na ação que tenha por objeto o cumprimento da obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. § 1º A conversão da obrigação em perdas e danos somente será admissível se por elas optar o autor ou se impossível a tutela específica ou a obtenção do resultado prático correspondente. § 2º A indenização por perdas e danos se fará sem prejuízo da multa (art. 287, do Código de Processo Civil). § 3º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. § 4º O juiz poderá, na hipótese do § 3º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente de pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito. § 5º Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>462</sup> Código de Processo Civil - Lei nº 5869/73. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869compilada.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>463</sup> Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8078/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

tutela antecipatória, seja de inibição ou de remoção, também não deve se preocupar com o dano. No caso de inibição, basta a probabilidade de que venha a ser praticado ato ilícito. Porém, tratando-se de ação inibitória nada impede que o autor invoque a probabilidade do dano nos casos em que há identidade cronológica entre o ilícito e o dano, até porque esse último, apesar de não ser sintoma necessário, constitui sintoma concreto do ilícito.

Contudo, além da probabilidade de que venha a ser praticado (inibição) um ilícito, exige-se o que as normas dos arts. 461, §3º, do CPC<sup>464</sup> e 84, §3º, do CDC<sup>465</sup>, denominam *"justificado receio de ineficácia do provimento final"*. Esse *"justificado receio de ineficácia do provimento final"* quer indicar, diante da ação inibitória, *"justificado receio"* de que o ilícito seja praticado antes da efetivação da tutela final. Perceba-se que, quando se demonstra que provavelmente foi praticado um ilícito, evidencia-se, por consequência lógica, que provavelmente poderá ocorrer um dano.

Por outro lado, diante dos termos do art. 273, § 2º, do CPC<sup>466</sup>, que afirma que *"não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado"*, discute-se se a tutela antecipatória pode ser concedida diante do risco de causar prejuízo irreversível ao demandado. Entretanto, por uma simples questão de lógica, não há como deixar de conceder tutela antecipatória a um direito provável sob o argumento de que há risco de dano irreparável ao direito do réu. Isso porque essa modalidade de tutela antecipatória já parte do pressuposto de que um direito provável pode ser lesado. Portanto, não admitir a tutela antecipatória, com base no referido argumento, é o mesmo que deixar de dar tutela ao direito provável para não colocar em risco o direito improvável.

Para a concessão da tutela antecipatória, nesses casos, requer-se que a atuação do juiz, na proteção do direito do autor, seja justificável diante do risco de dano imposto ao réu. Não se trata de verificar qual é o dano maior, como se estivéssemos frente a uma operação aritmética, mas sim de analisar se é justificável, em face dos valores dos direitos em conflito e das circunstâncias do caso concreto, a proteção do direito do autor mediante a imposição de um risco de dano irreversível ao réu. No caso em que a concessão da tutela antecipada causa

<sup>464</sup> Código de Processo Civil - Lei nº 5869/73. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869compilada.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>465</sup> Código de Defesa do Consumidor - Lei nº 8078/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>466</sup> Código de Processo Civil - Lei nº 5869/73. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869compilada.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.



risco de dano irreversível ao réu, exige-se a ponderação dos direitos em conflito de acordo com as circunstâncias do caso concreto para concluir-se se é justificável a atuação do juiz mediante a imediata proteção do direito do autor.

Por último, é importante analisar o objeto da prova em face da tutela antecipatória, conforme a ação seja inibitória ou ressarcitória. O art. 273 do CPC citado, ao tratar da tutela antecipatória, diz que o juiz poderá antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela, desde que, *"existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação"*.

Como um dos principais responsáveis pelo gasto de tempo no processo é a produção da prova, muitas vezes admite-se a antecipação da tutela antes que todas elas tenham sido produzidas. Afirma-se, então, que a tutela é concedida com a postecipação da produção da prova ou com a postecipação do contraditório. Nesses casos, prova inequívoca significa prova formalmente perfeita, cujo tempo para produção não é incompatível com a imediatidade em que a tutela deve ser concedida, para que o direito não seja frustrado.

No caso em que o procedimento deve prosseguir para que outras provas sejam produzidas, o juízo formado, no seu curso, deve ser denominado de juízo provisório, muito embora seja designado, pelo referido art. 273 do CPC, de *"juízo de verossimilhança"*. Afirmar que a prova deve formar um *"juízo de verossimilhança"*, porém, é dizer o óbvio. Isso porque toda prova, esteja finalizado ou não o procedimento, apenas pode permitir a formação de um juízo de verossimilhança, uma vez que a verdade é algo absolutamente inatingível. Ao que parece, o legislador, ao aludir a juízo de verossimilhança, pretendeu expressar a ideia de juízo não formado com base na plenitude de provas e argumentos das partes, e assim não deveria ter se valido da expressão juízo de verossimilhança, mas sim da de *"juízo-provisório"*.

Na hipótese de tutela antecipada em ação ressarcitória, o juízo provisório deve estar centrado sobre o dano já ocorrido (*fumus boni iuris*) e na necessidade de a tutela ser prestada antecipadamente para que não ocorra a sua potencialização ou para que não venha a ocorrer outro dano (*periculum in mora*), diverso daquele que se deseja reparar através da tutela final. É o caso, por exemplo, da tutela antecipada de soma em dinheiro requerida em ação ressarcitória sob o argumento de que há necessidade imediata dessa tutela para que sejam supridas necessidades primárias. Nessa situação, importa, além da probabilidade do

dano e da responsabilidade do réu, o fundado receio de que, se o ressarcimento não ocorrer – ao menos em parte - na forma antecipada, outro dano possa acontecer.

O MPT, eleito pela sociedade para a defesa dos direitos sociais constitucionalmente assegurados aos trabalhadores, tem procurado fazer valer os comandos constitucional e legal que nesse sentido apontam, utilizando-se, para tanto, de instrumentos de natureza coletiva, nomeadamente da ação civil pública.

É costumeiro, assim, ao MPT, ajuizar ações civis públicas com pedidos inibitórios, tais como: abster-se de cercear a liberdade de ir e vir dos trabalhadores e de reter a pessoa do empregado no local de trabalho por conta de eventuais dívidas ou em face de vigilância armada; abster-se de reter documentos, em especial passaportes, no caso do tráfico de pessoas; abster-se de exigir assinatura dos trabalhadores em documentos em branco; não coagir e/ou agredir os trabalhadores; não fornecer bebidas alcoólicas, cigarros e substâncias entorpecentes aos trabalhadores, tão pouco permitir a sua comercialização dentro do local de trabalho; fornecer alojamentos adequados; fornecer água potável; não praticar o *truck system*, exigindo que os trabalhadores adquiram alimentação e produtos necessários para o desempenho de suas funções do próprio empregador, com valores superfaturados, dentre outros.

Outro ponto de fundamental importância a ser discutido é o ressarcimento pelos danos morais e materiais causados aos trabalhadores, surgindo, assim, a figura jurídica do dano moral individual e do dano moral coletivo.

A Constituição Federal Brasileira preceitua, em seu artigo 5º, que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

Surge, então, do próprio mandamento constitucional, o dever de indenizar, seja o dano individual, seja o de natureza coletiva.

O ressarcimento pleiteado nas ações não pode resumir-se ao mero restabelecimento da situação anterior à do ilícito. Ressarcir é estabelecer o que deveria existir caso o dano não houvesse ocorrido. O dano deve ser sancionado com a sua integral eliminação, ou mediante a correção da totalidade do prejuízo cometido.

Se há casos em que é impossível o estabelecimento de uma situação equivalente àquela que existiria caso o dano não tivesse ocorrido, certamente será possível gerar uma situação que satisfaz, em parte, à necessidade de sua reparação. Assim, por exemplo, se somente é possível, no caso de limitação da liberdade de ir e vir, o estabelecimento de uma situação parcialmente equivalente àquela que existia antes, apenas parcela do dano será ressarcida por meio da tutela ressarcitória na forma específica. A outra parcela do dano, que não poderá ficar sem sanção, terá que ser ressarcida por meio do pagamento de dinheiro.

Nesse contexto, destacam-se, como objeto das ações civis públicas, ao lado das obrigações de fazer e não fazer, o dano moral individual (entre as pretensões de caráter individual homogêneo) e o dano moral coletivo.

A discussão em torno do dano moral individual, sob a ótica de sua inclusão em ações de natureza coletiva, ou mesmo em Termos de Compromisso de Conduta, é relativamente recente no âmbito do Ministério Público do Trabalho, especialmente no que diz respeito ao trabalho em condições análogas à de escravo. Ponderam, os procuradores do trabalho, de um lado, a já repisada dificuldade individual de acesso ao Judiciário por parte dos trabalhadores escravizados e, do outro, a percepção muito particular do atingimento de seu moral a partir do labor indigno a que submetidos. A constatação, entretanto (artigos 103 e 104 do CDC<sup>467</sup>), de que a atuação do legitimado coletivo não prejudicará pretensões individuais

---

<sup>467</sup> Artigo 103 do CDC: Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81; II - ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, salvo improcedência por insuficiência de provas, nos termos do inciso anterior, quando se tratar da hipótese prevista

em patamares mais elevados do que os valores consignados em Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta, ou mesmo obtidos via ação coletiva - especialmente nas hipóteses que envolvam trabalho em condições análogas à de escravo e ao tráfico de trabalhadores, quando praticamente não há intervenção dos trabalhadores -, tem impulsionado a atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho, com interessantes conquistas.

Juntamente com o Cadastro Nacional de Empregadores que submeteram trabalhadores a condições análogas à de escravo (Portaria nº 540/04-MTE<sup>468</sup>), o dano moral coletivo é apontado como uma das grandes vitórias da sociedade brasileira no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo, com reconhecimento internacional.

Dúvidas não mais existem quanto ao cabimento da indenização por dano moral decorrente da relação de trabalho, tampouco acerca da competência da Justiça do Trabalho para apreciá-lo.

A indenização pelo dano moral coletivo tem objetivo claramente punitivo, preventivo e pedagógico, com vistas a brear de forma efetiva, a reiteração da conduta ilícita e a ocorrência de maiores danos sociais dela decorrentes, não se confundindo, assim, com as reparações individuais.

Para melhor compreensão do dano moral coletivo, Carlos Alberto Bittar Filho<sup>469</sup>, estudioso do tema, ensina que:

---

no inciso II do parágrafo único do art. 81; III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81. § 1º Os efeitos da coisa julgada previstos nos incisos I e II não prejudicarão interesses e direitos individuais dos integrantes da coletividade, do grupo, categoria ou classe. § 2º Na hipótese no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual. § 3º Os efeitos da coisa julgada de que cuida o art. 16, combinado com o [art. 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985](#), não prejudicarão as ações de indenização por danos pessoalmente sofridos, propostas individualmente ou na forma prevista neste código, mas, se procedente o pedido, beneficiarão as vítimas e seus sucessores, que poderão proceder à liquidação e à execução, nos termos dos arts. 96 a 99. § 4º Aplica-se o disposto no parágrafo anterior à sentença penal condenatória. Art. 104 do CDC: As ações coletivas, previstas nos incisos I e II e do parágrafo único do art. 81, não induzem litispendência para as ações individuais, mas os efeitos da coisa julgada erga omnes ou ultra partes a que aludem os incisos II e III do artigo anterior não beneficiarão os autores das ações individuais, se não for requerida sua suspensão no prazo de trinta dias, a contar da ciência nos autos do ajuizamento da ação coletiva. Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>468</sup> Portaria nº 540/04 do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p\\_20041015\\_540.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>469</sup> Revista de Direito do Consumidor, n. 12, out/dez-94, p. 45-61, São Paulo: Revista dos Tribunais.

“Dano moral coletivo é a injusta lesão da esfera moral de uma dada comunidade, ou seja, é a violação antijurídica de um determinado círculo de valores coletivos. Quando se fala em dano moral coletivo, está-se fazendo menção ao fato de que o patrimônio valorativo de uma certa comunidade (maior ou menor), idealmente considerado, foi agredido de maneira absolutamente injustificável do ponto de vista jurídico: quer isso dizer, em última instância, que se feriu a própria cultura, em seu aspecto imaterial” .

O Procurador do Trabalho Xisto Tiago MEDEIROS NETO<sup>470</sup> aprofundou perfilhar idêntico entendimento:

Afirma-se, então, que o reconhecimento do dano moral coletivo e da imperiosidade da sua adequada reparação traduz a mais importante vertente evolutiva, na atualidade, do sistema da responsabilidade civil, em seus contínuos desdobramentos, a significar a extensão do dano a uma órbita coletiva de direitos, de essência tipicamente extrapatrimonial, não subordinada à esfera subjetiva do sofrimento ou da dor individual. São direitos que traduzem valores jurídicos fundamentais da coletividade e que refletem, no horizonte social, o largo alcance da dignidade dos seus membros.

O Enunciado nº 76<sup>471</sup>, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em Brasília/DF, em 23 de novembro de 2007, reconhece o cabimento do pedido de condenação em danos morais em ação civil pública, prevendo o seguinte entendimento:

**76. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. REPARAÇÃO DE DANO MORAL COLETIVO. TRABALHO FORÇADO OU EM CONDIÇÕES DEGRADANTES. LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.**

I – Alegada a utilização de mão-de-obra obtida de forma ilegal e aviltante, sujeitando o trabalhador a condições degradantes de trabalho, a trabalho forçado ou a jornada exaustiva, cabe Ação Civil Pública de reparação por dano moral coletivo.

II – Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para o ajuizamento da ação civil pública na tutela de interesses coletivos e difusos, uma vez que a referida prática põe em risco, coletivamente, trabalhadores indefinidamente considerados.

Noutro giro, o parágrafo único do art. 927 do Código Civil Brasileiro<sup>472</sup> determina a responsabilidade objetiva quando a atividade desenvolvida pelo autor do dano implicar riscos para os direitos de outrem, em razão de sua própria natureza, sendo norma muito importante para a defesa dos interesses dos trabalhadores, que em sua maioria são expostos a trabalhos em condições de risco extremo, facilitando, assim, o reconhecimento do dano moral,

<sup>470</sup> MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. Dano moral coletivo. 2ª ed. São Paulo: Ltr, 2007.

<sup>471</sup> Enunciados da 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em Brasília/DF, em 23 de novembro de 2007, Disponível em <http://trabalhoeconcurso.blogspot.com.br/2010/12/enunciados-aprovados-na-1-jornada-de.html>. Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>472</sup> Código Civil Brasileiro – [Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

já que não há que se perquirir a existência de culpa, sendo esta presumida. A denominada Teoria do Risco sustenta que a pessoa é responsável por riscos ou perigos que sua atuação promova, ainda que seja diligente na tentativa de evitar o dano. Isto porque se o sujeito obtém vantagens em razão dessa atividade, deve indenizar os danos que ocasiona. Em síntese, trata-se da responsabilidade sem culpa em várias situações onde sua comprovação inviabilizaria a indenização da parte mais vulnerável da relação.

Apenas para exemplificar, transcreve-se a jurisprudência<sup>473</sup> abaixo acerca do tema:

DOENÇA OCUPACIONAL. MEIO AMBIENTE DO TRABALHO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. A doença ocupacional adquirida pelo empregado no exercício de suas funções em razão da degradação do meio ambiente de trabalho tem natureza de violação de direito metaindividual, gerando, por consequência, a responsabilidade objetiva do empregador pela reparação dos danos materiais e morais, pois o empregado tem direito ao meio ambiente de trabalho ecologicamente equilibrado, em conformidade com a interpretação sistemática dos arts. 7º, VIII, 200, VIII, e 225, § 3º, da Constituição da República, restringindo-se a responsabilidade subjetiva prevista no inciso VIII do art. 7º ao caso de acidente de trabalho tipo individual.

As primeiras pretensões relativas a dano moral coletivo foram deduzidas a partir do ano de 2001, influenciadas por debates havidos na cidade de Belém – PA, por ocasião do Seminário Internacional Trabalho Forçado – Realidade a ser combatida, realizado em novembro de 2000.

Especificamente no que tange às indenizações decorrentes da submissão de trabalhadores a condições análogas à de escravo, a jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho tem sido positiva, abarcando a tese lançada nas Ações Cíveis Públicas do Ministério Público do Trabalho, encorajando a luta pelo estabelecimento de maior respeito à dignidade dos trabalhadores brasileiros.

Se considerarmos o primeiro pedido formalizado pelo MPT e julgado procedente, no Estado do Pará - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) -, e a maior condenação observada até o presente momento, também no âmbito da 8ª Região – R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de

---

<sup>473</sup> ACÓRDÃO. 8ª Câmara (Quarta Turma). RECURSO ORDINÁRIO. Processo TRT 15ª Região n. 00999-2003-126-15-00-7 RO. RECURSO ORDINÁRIO. Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE PAULÍNIA. Relator Desembargador JOÃO BATISTA DA SILVA. Juíza sentenciante: DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/decisoes-gsa>. Acesso em 02 de julho de 2015.

reais) -, não será difícil perceber o relevante papel que a evolução do pensamento jurisprudencial assume a respeito do tema.

O crescente valor das indenizações impostas pela Justiça do Trabalho atenta à extensão, natureza, gravidade e repercussão do ato lesivo, à capacidade econômica do infrator e à eventual reincidência, contribui, paulatinamente, para a prevenção de novas infrações, dado seu caráter sancionador e pedagógico.

Outro importante ponto de discussão é a **destinação da multa prevista nos Termos de Compromisso ou nas próprias Ações Civis Públicas interpostas pelo Ministério Público e aquelas oriundas das condenações de dano moral coletivo.**

A Lei da nº 7347/85 (Lei da Ação Civil Pública) prevê, em seu artigo 13<sup>474</sup>, que havendo condenação em dinheiro na referida ação, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstrução dos bens lesados. Por sua vez, a Lei nº 9008/95 criou, no âmbito da estrutura organizacional do Ministério da Justiça, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos, ampliando a finalidade dos recursos arrecadados pelo Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD não apenas para a reconstituição dos bens lesados, como também para a promoção de eventos educativos, científicos e na edição de material informativos especificamente relacionados com a natureza da infração do dano causado, vem como na modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução das políticas relativas à proteção dos bens e valores tuteláveis pela ação civil pública. Nas ações civis públicas ajuizadas perante a Justiça do Trabalho, tem-se destinado as multas e/ou *astreintes* ao Fundo de Amparo ao Trabalhador, instituído pela Lei nº 7.998/90, à míngua de outro Fundo mais específico, por ser um fundo mais próximo à defesa e à garantia dos direitos trabalhistas genericamente considerados<sup>475</sup>.

Contudo, sob a ótica difusa e coletiva há de se questionar a efetividade da reversão dos valores a título de dano moral coletivo, consignados em ACP, ou mesmo nos

<sup>474</sup> Lei nº 7347/85. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>475</sup> LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática**. 6ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014, p. 241-243.

Termos de Compromisso para o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos - FDD ou até mesmo para o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, instituído pela Lei nº 7.998/90.

No que tange especificamente ao FAT, a sua principal fonte de recursos é oriunda dos programas PIS/PASEP. Embora as multas decorrentes do inadimplemento dos Termos de Ajuste de Conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho e as “multas, juros ou indenizações decorrentes de decisões do Poder Judiciário” disponham de números de referência específicos para recolhimento ao FAT, mediante Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, não foi possível obter junto à Secretaria de Políticas Públicas de Emprego do Ministério do Trabalho e Emprego, ou mesmo, ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, informações exatas acerca do montante revertido ao FAT a partir das ACP ou TAC, o que compromete a exata compreensão sobre sua efetividade nesse propósito.

Dados fornecidos por Procuradorias Regionais do Trabalho dão uma ideia dos valores referentes a dano moral coletivo inseridos em ação civil pública ou ação civil coletiva voltadas para o combate ao trabalho escravo, com destinação prevista para o FAT. Assim, no bojo das 98 (noventa e oito) ações civis públicas ajuizadas no âmbito da 8ª Região, os pedidos do MPT giraram em torno de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais; na 10ª Região, 16 (dezesesseis) ações civis públicas geraram pretensões superiores a R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais); na 23ª Região, foram ajuizadas 14 (quatorze) ações civis públicas e 02 (duas) ações civis coletivas, com pedidos que extrapolam a marca dos R\$ 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais)<sup>476</sup>.

Ainda que as condenações impostas pela Justiça do Trabalho em referidas ações, ou mesmo os acordos judiciais entabulados, estejam distantes dos valores pleiteados, as cifras sugerem que sua utilização diretamente voltada somente para os trabalhadores libertos da condição de escravidão contemporânea, poderia ter grande eficácia no resgate de sua cidadania, cuja retomada tem início com as operações do Grupo Móvel de Fiscalização do MTE.

---

<sup>476</sup> Dados obtidos junto à pesquisa realizada internamente no âmbito do Ministério Público do Trabalho. Dados disponíveis somente mediante cadastramento prévio, mediante acesso do programa MPT digital. Disponível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br)



Apenas para exemplificar, o art. 10 da Lei nº 7.998/90<sup>477</sup> preceitua destinar-se o FAT ao pagamento do abono salarial, ao financiamento de programas de desenvolvimento econômico e ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego. O abono salarial, considerados seus requisitos fixados no art. 9º da mesma Lei, dificilmente alcançará os trabalhadores resgatados da condição análoga à de escravo e do tráfico de seres humanos, que, em sua maioria, apenas a partir de seu resgate têm reconhecida a primeira formalização de relação de emprego. Os programas de desenvolvimento econômico inserem-se no contexto de geração de emprego e renda, alguns voltados para a área urbana e outros, para o meio rural. Tais projetos, no entanto, também não se mostram capazes de atender diretamente os trabalhadores escravizados, porquanto destinados a micro e pequenos empresários, ou à agricultura familiar<sup>6</sup>, realidades afastadas do contexto socioeconômico em que situadas tais pessoas. O programa do Seguro-Desemprego, por sua vez, tem por finalidade prover assistência temporária ao trabalhador desempregado, inclusive àqueles resgatados da condição análoga à de escravo, além de promover ações visando à sua orientação, recolocação e qualificação profissional.

Com o advento da Lei nº 10.608/02<sup>478</sup>, garantiu-se aos trabalhadores retirados da condição análoga à de escravo o pagamento de três parcelas de seguro-desemprego. A legislação não assegura, todavia, a necessária qualificação profissional com o objetivo de dar início ao processo de efetiva inserção social dos resgatados a partir do trabalho em condição análoga a de escravo ou do tráfico de seres humanos. Não há projetos de orientação, recolocação ou qualificação profissional, financiado por recursos do FAT, destinado especificamente a estes trabalhadores.

Em contrapartida, setores da sociedade civil desenvolvem projetos de orientação e qualificação profissional precipuamente voltados para a causa destes trabalhadores, havendo inúmeras opções de ações a serem implementadas que revertam realmente em benefício da comunidade lesada.

---

<sup>477</sup> Art. 10 da Lei nº 7.998/90: É instituído o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, destinado ao custeio do Programa de Seguro-Desemprego, ao pagamento do abono salarial e ao financiamento de programas de educação profissional e tecnológica e de desenvolvimento econômico. (Redação dada pela Lei nº 12.513, de 2011). Parágrafo único. O FAT é um fundo contábil, de natureza financeira, subordinando-se, no que couber, à legislação vigente. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7998.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm). Acesso em 03 de julho de 2015.

<sup>478</sup> Lei nº 10.608 de 20 de dezembro de 2002. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10608.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

A título de exemplo, o Projeto “Escravo, nem pensar!”, promovido pela ONG Repórter Brasil, cuja finalidade é a capacitação de professores, educadores e líderes comunitários para a introdução do tema concernente ao trabalho escravo e ao tráfico de pessoas junto a suas comunidades, em especial nas escolas<sup>479</sup>.

Assim, embora, a partir de suas destinações legais, possa-se concluir que o FAT está direcionado à redução das desigualdades regionais e sociais e à busca do pleno emprego como um dos princípios da ordem econômica nacional, não se evidencia correspondência aos anseios que sobre ele pesam no combate ao trabalho escravo e ao tráfico de seres humanos.

Portanto, resta patente a necessidade de se dar maior efetividade possível para as indenizações a título de dano moral coletivo oriundas dos Termos de Compromisso de Conduta e das Ações Cíveis Públicas.

Vislumbra-se, dessa maneira, a possibilidade de constituição de um Fundo de Defesa dos Direitos Difusos e Coletivos dos Trabalhadores e a possibilidade da aplicação dos recursos para ele revertidos em medidas diretamente relacionadas com a natureza da infração e com o dano causado.

Também é necessário citar a possibilidade de se adotar outras obrigações (de fazer, por exemplo) de índole reparatória, que, em alguns casos, até melhor traduziriam a compensação e o sancionamento buscados, tendo em conta, respectivamente, a situação do lesado (a própria coletividade) e do lesante.

Sendo assim, é dever buscar-se sempre e abertamente a opção mais adequada e justa para se reparar o dano moral, em quaisquer de suas ocorrências e à vista das suas peculiaridades, não se restringindo apenas às hipóteses de reparação *in natura* ou por compensação pecuniária.

Inúmeras têm sido as situações em que juízes e procuradores do trabalho, em busca da melhor e mais adequada reparação possível aos danos causados à coletividade, têm

---

<sup>479</sup> Projeto “Escravo, Nem Pensar!”. ONG Repórter Brasil. Disponível em <http://www.escravonempensar.org.br/tipos-de-material/publicacoes/>. Acesso em 02 de julho de 2015.

optado pela conversão, em obrigação de fazer, da imposição de recolhimento ao FAT de valores relativos a dano moral coletivo. A título exemplificativo, seguem alguns exemplos<sup>480</sup>:

- Acordo judicial envolvendo não só obrigações de fazer e não fazer, mas também, o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) estipulado como reparação moral à coletividade. A quantia foi empregada na aquisição de equipamentos destinados ao Ministério do Trabalho e Emprego, tais como veículos, computadores e rádios-comunicadores, os quais vêm sendo utilizados também pelas equipes do Grupo Móvel no combate ao trabalho em condições análogas à de escravo. Apenas o saldo remanescente foi destinado ao FAT.

- Termo de Conciliação judicial no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) arbitrado a título de dano moral coletivo. Foram impostas à ré diversas obrigações, tais como: instalação de posto de saúde, em sua propriedade, com capacidade para atendimento ambulatorial e primeiros socorros de seus empregados, dotado de equipamentos voltados para as áreas de clínica médica, odontologia e fisioterapia; aquisição de ambulância para serviços junto ao posto de saúde; aquisição de ônibus para o transporte escolar de trabalhadores e seus dependentes; construção de duas quadras poliesportivas, vestuários e espaço para desenvolvimento de atividades culturais e de recreação; construção de casas para os profissionais da área de saúde que venham a trabalhar no posto de saúde criado, bem assim, de vinte moradias para trabalhadores e suas famílias; aquisição de diversos equipamentos e sua destinação ao hospital público do município em que situado o empreendimento rural.

- inclusão de cláusula específica em Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta sobre o dano moral coletivo voltada para a construção de uma unidade escolar na zona rural do Município de Nova Bandeirantes, com capacidade mínima para trinta alunos. Estipulou-se investimento não inferior a R\$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), com previsão também de aquisição dos móveis e equipamentos necessários ao funcionamento da escola. Na hipótese de descumprimento do acordado, anuiu-se com o depósito, junto ao FAT, da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

---

<sup>480</sup> Dados obtidos junto à pesquisa realizada internamente no âmbito do Ministério Público do Trabalho. Dados disponíveis somente mediante cadastramento prévio, mediante acesso do programa Mpt Digital. Disponível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br).

- Elaboração de cartilhas a serem distribuídas aos trabalhadores e campanhas publicitárias, esclarecendo os direitos dos trabalhadores e as formas de prevenção do trabalho escravo.

- Compra de materiais visando equipar o único hospital da localidade com instrumentos indispensáveis para dar assistência aos trabalhadores no caso de acidente de trabalho e assistência à saúde como um todo à comunidade local, visando resguardar o direito à vida

- Construção da estrutura física para instalação de um Centro de Referência ao Trabalhador.

Nesta ótica, os Procuradores do MPT tem revertido os valores da indenização por dano moral que inicialmente se destinariam ao FDD ou ao FAT em obrigações alternativas, que efetivamente reconstituam o bem lesado, na exata forma prevista na Lei da Ação Civil Pública, com benefício direto aos trabalhadores, podendo representar o atendimento de importantes demandas de razoável número de cidades brasileiras, marcadas pelo isolamento geográfico, político e econômico, condizendo, ainda, com a expectativa social "da reparação, que é a reeducação do ofensor, além do exemplo pedagógico para outros potenciais ofensores.

Em recente decisão, o Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região manteve a validade de acordo formalizado nos autos de Ação Civil Pública, em que se destinou os valores para um projeto social, relativo a pessoas com deficiência, visando utilizar a condenação em dano moral coletivo e decorrente do descumprimento das obrigações de fazer em um Censo de Pessoas com Deficiência, a fim de facilitar a sua inserção no mercado de trabalho. Segue a ementa da decisão<sup>481</sup>:

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MACROLESÕES A DIREITOS FUNDAMENTAIS METAINDIVIDUAIS. ACORDO HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS.** O Fundo de Defesa de Direitos Difusos, criado pela Lei 7.347/85, gerido por um Conselho Federal vinculado ao Ministério da Justiça, possui natureza precipuamente contábil. Seus recursos financeiros são distribuídos para a efetivação das medidas atinentes à atuação de seu Conselho Gestor e aplicados na recuperação dos bens lesados que tenham pertinência temática com a natureza da infração ou do dano causado. No entanto, podem ocorrer

---

<sup>481</sup> Acórdão 4420/2014. Processo : 0110000-96.2006.5.17.0151 RO. Gabinete : Secretaria da 2ª Turma. Data Publicação : 02/09/2014. Relator : CARLOS HENRIQUE BEZERRA LEITE. Disponível em <http://www.trtes.jus.br/sic/sicdoc/DocViewer.aspx?id=257&sq=243612945&pq=KHtzYWlhcmNvfSAmlHtmZGR9ICYge2ZhdH0p&fmt=2>. Acesso em 02 de julho de 2015.

situações concretas em que a finalidade desse Fundo não atinja resultados efetivos, adequados e tempestivos para a coletividade destinatária da tutela jurisdicional postulada na respectiva ação civil pública. De tal arte, adotando-se interpretação teleológica do art. 13 da Lei n. 7.347/1985, torna-se factível inferir que os recursos oriundos de indenização contemplada em ação civil pública podem ser destinados diretamente à comunidade lesada, mormente quando a empresa-ré fica obrigada a desenvolver projetos e serviços de altíssima relevância social e diretamente vinculados aos bens jurídicos tutelados na demanda coletiva. No caso, o acordo entabulado entre o MPT e a empresa responsável pela lesão, convertendo o valor da condenação em pecúnia (obrigação de pagar) em realização de projeto social destinado à identificação de pessoas com deficiência no Estado do Espírito Santo, mediante a unificação dos cadastros públicos e privados, guarda estreita correlação com a obrigação de fazer (cumprimento do art. 93 da Lei 8.213/91 - preenchimento de cotas de empregados reabilitados e pessoas com deficiência).

Por fim, incumbe a análise de outra forma de indenização, que também vem sendo utilizada pelo Ministério Público do Trabalho, visando a garantia dos direitos sociais.

As agressões reincidentes aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “*dumping social*”, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la, mesmo por atuação “*ex officio*”.

A questão foi regulamentada no Brasil inicialmente pelo Decreto nº. 1.602/1995<sup>482</sup>, revogado pelo Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013<sup>483</sup>, que trata dos procedimentos administrativos relativos à investigação e à aplicação de medidas antidumping. De acordo com o artigo 7º do último Decreto citado, considera-se prática de *dumping* a introdução de um produto no mercado doméstico brasileiro, inclusive sob as modalidades de *drawback*, a um preço de exportação inferior ao seu valor normal.

As medidas antidumping no Brasil estavam, até então, limitadas à área comercial. Recentemente, porém, a Justiça do Trabalho inovou ao demonstrar que o conceito de *dumping* pode ser estendido ao direito laboral, não apenas como forma de reparar direitos lesados dos empregados, mas também para penalizar empresas que obtenham vantagem indevida no seu mercado de atuação por conta dos danos que causem aos trabalhadores.

<sup>482</sup> Decreto nº. 1.602 de 23 de agosto de 1995. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1602.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>483</sup> Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8058.htm#art201](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8058.htm#art201). Acesso em 02 de julho de 2015.

Segundo essa nova corrente, empresas que deixam de pagar direitos aos seus empregados, acabam auferindo mais lucro e, conseqüentemente, possuem muito mais recursos para enfrentar as empresas concorrentes, podendo colocar seus produtos no mercado a um preço menor.

Sob essa ótica, a prática de concorrência desleal, baseada na ausência de cumprimento de direitos trabalhistas, configuraria uma espécie de lesão social, a qual estaria não apenas ligada aos prejuízos sofridos pelos trabalhadores, mas também a toda coletividade. Daí a expressão *dumping social*.

A jurisprudência trabalhista foi impulsionada a partir de Enunciados aprovados na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, uma realização da Associação Nacional de Magistrados do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho (em 23 de novembro de 2007). Um deles tem a seguinte redação<sup>484</sup>:

4. “DUMPING SOCIAL”. DANO À SOCIEDADE. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. As agressões reincidentes e inescusáveis aos direitos trabalhistas geram um dano à sociedade, pois com tal prática desconsidera-se, propositalmente, a estrutura do Estado social e do próprio modelo capitalista com a obtenção de vantagem indevida perante a concorrência. A prática, portanto, reflete o conhecido “dumping social”, motivando a necessária reação do Judiciário trabalhista para corrigi-la. O dano à sociedade configura ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil. Encontra-se no art. 404, parágrafo único do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, como, aliás, já previam os artigos 652, “d”, e 832, § 1º, da CLT.

O dano à sociedade configura-se ato ilícito, por exercício abusivo do direito, já que extrapola limites econômicos e sociais, nos exatos termos dos arts. 186, 187 e 927 do Código Civil<sup>485</sup>. Encontra-se no artigo 404, parágrafo único, do Código Civil, o fundamento de ordem positiva para impingir ao agressor contumaz uma indenização suplementar, revertendo-se esta indenização a um fundo público. Conforme dispõe o citado art. 404 do Código Civil, a indenização por perdas e danos, em casos de obrigações de pagar em dinheiro (caso mais comum na realidade trabalhista) abrangem atualização monetária, juros, custas e honorários, sem prejuízo de indenização suplementar, a ser fixada *ex officio* pelo juiz, no caso de não haver pena convencional ou serem insuficientes os juros para reparar o dano.

<sup>484</sup> Enunciados da 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho, realizada em Brasília/DF, em 23 de novembro de 2007, Disponível em <http://trabalhoeconcurso.blogspot.com.br/2010/12/enunciados-aprovados-na-1-jornada-de.html>. Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>485</sup> Código Civil Brasileiro – Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

O valor da indenização, na forma do disposto no art. 944 do Código Civil<sup>486</sup>, mede-se pela extensão do dano. Alguns autores têm interpretado este dispositivo no sentido de que ele representou uma restrição do alcance da indenização, impedindo que se pudesse pela indenização conferir caráter punitivo ao agente. Entretanto, o que se fez foi, simplesmente, pôr o disposto no artigo 944 em conformidade com os artigos 186 e 187 do mesmo Código Civil, que permitem a fixação da responsabilidade civil também quando o dano seja medido segundo os limites sociais e econômicos, isto é, quando extrapoladas as fronteiras do individualismo. Neste sentido, um ato ilícito tanto pode representar um dano a um indivíduo, quanto pela sua importância, pode significar, ao mesmo tempo, um dano à sociedade e, neste caso, a reparação do dano deve ter em mente a “extensão” do dano experimentado.

Assim, reconhecendo-se a existência de níveis diversos do ilícito civil, em conformidade com a “extensão da perturbação social”, o ordenamento jurídico passa a agasalhar duas espécies de responsabilidade civil: a responsabilidade por dano individual e a responsabilidade civil por dano social.

Em se tratando de práticas ilícitas que tenham importante repercussão social, a indenização, visualizando esta extensão, fixa-se como forma de desestimular a continuação da prática do ato ilícito, especialmente quando o fundamento da indenização for a extrapolação dos limites econômicos e sociais do ato praticado, pois sob o ponto de vista social o que importa não é reparar o dano individualmente sofrido, mas impedir que outras pessoas, vítimas em potencial do agente, possam vir a sofrer dano análogo.

A pertinência desses dispositivos no direito do trabalho é gritante, pois, normalmente, as agressões ao direito do trabalho acabam atingindo uma grande quantidade de pessoas, sendo que destas agressões o empregador muitas vezes se vale para obter vantagem na concorrência econômica com outros empregadores.

Com relação às empresas que habitam o cotidiano das Varas, valendo-se da prática inescrupulosa de agressões aos direitos dos trabalhadores, para ampliarem seus lucros, a mera aplicação do direito do trabalho, recompondo-se a ordem jurídica, com pagamento de

---

<sup>486</sup> Código Civil Brasileiro – Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

juros de 1% ao mês, não capitalizados, e correção monetária, por óbvio, não compensa de forma integral, nem o dano sofrido pelo trabalhador, individualmente considerado, quanto mais o dano experimentado pela sociedade.

Portanto, as reclamações trabalhistas em face uma mesma empresa que apresenta agressões reincidentes devem resultar em condenação de uma indenização, por dano social, arbitrada *ex officio* pelo juiz, pois a perspectiva não é a da proteção do patrimônio individual.

A título de exemplo, recentemente a Vara do Trabalho de Parauapebas, no Para, nos autos do processo nº 0068500-45.2008.5.08.0114, perante o TRT da 8ª Região, condenou a Companhia Vale do Rio Doce a pagar R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) por danos morais coletivos e R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) por *dumping social*, em face da prática de não pagamento habitual de horas *in itinere*<sup>487</sup>. Também recentemente a empresa Brookfield, nos auto do processo nº Processo nº 0000827-86.2014.5.10.0011 perante o TRT 10ª Região, também foi condenada em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) a título de *dumping social*, já que utilizada empresas terceirizadas inidôneas para sonegar direitos e obter vantagens comerciais<sup>488</sup>.

Assim, as condenações a título de *dumping social* são um grande avanço na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, devendo ser utilizado com mais frequência pelo Ministério Público e pelo próprio Poder Judiciário, em especial no que tange ao tráfico de seres humanos.

## **5.4 – Casos Práticos de Atuação no Combate ao Tráfico de Seres Humanos.**

Importante analisar formas de atuação que vem sendo adotadas no Brasil para o combate ao tráfico de trabalhadores e ao trabalho ilegal de estrangeiros, que contribuem em muito para que o tráfico de seres humanos seja evitado.

---

<sup>487</sup> Disponível em [http://reporterbrasil.org.br/documentos/sentenca\\_vale.pdf](http://reporterbrasil.org.br/documentos/sentenca_vale.pdf). Acesso em 02 de julho de 2015.

<sup>488</sup> Disponível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br). Acesso em 02 de julho de 2015.



O Ministério Público do Trabalho tem realizado diversas investigações na defesa de trabalhadores vindo de outros países, tais como bolivianos, haitianos, chineses, que eram submetidos ao tráfico de pessoas e a condições de trabalho análogas a de escravo e de exploração sexual, bem como de brasileiros para países como Espanha, Itália, Portugal, Reino Unido, Holanda, Suíça, França, Alemanha e Estados Unidos, mas também em destinos mais distantes como o Japão.

Os principais casos de atuação e os encaminhamentos dados pelo Ministério Público do Trabalho foram estudados por Cristiane Maria Sbalqueiro LOPES, em seu artigo Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho, oriundo de palestra proferida no Seminário Migrações e Trabalho, ocorrido em Brasília/Brasil <sup>489</sup>: a) Trabalho indocumentado; b) Tráfico de pessoas para redução análoga à de escravo; c) Tráfico de pessoas para o trabalho desportivo; d) Exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes; e) Aliciamento para trabalho em condições degradantes/de risco no exterior; f) Trabalho na cadeia têxtil; g) Trabalho em frigoríficos; h) Trabalho na construção civil; i) Trabalho doméstico e em condomínios residenciais; j) Trabalho em embarcações e navios de cruzeiro e Nacionalização do trabalhador embarcado; l) Trabalho dos haitianos. Veja-se, resumidamente, cada um deles.

**A - Trabalho indocumentado:** O Ministério Público do Trabalho tem recebido denúncias de que empresas contratam trabalhadores estrangeiros na informalidade, sem o devido registro. Nestes casos, poderá o Procurador do Trabalho propor a assinatura de Termo de Compromisso de Conduta, reproduzindo literalmente a necessidade de observar as normas que impõem a obrigatoriedade de contratação de estrangeiro em situação regular, sob pena de pagamento de multa, no caso de descumprimento. No entanto, além desta obrigação, é de fundamental importância incluir cláusulas com conteúdo também educativo, orientando a respeito dos procedimentos adequados para a contratação de estrangeiros, podendo até citar os regulamentos que disciplinam a obtenção de vistos específicos. Em todos os casos, a perspectiva do MPT é invariavelmente a culpabilização exclusiva do empregador, que responderá exclusivamente pela aplicação da multa, caso reincida nas contratações informais, que prejudicam os direitos sociais dos trabalhadores e implicam concorrência desleal.

---

<sup>489</sup> LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. In PRADO. Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, pags. 223 a 232.

**B- Tráfico de pessoas para redução análoga à de escravo.** O Ministério Público do Trabalho tem uma atuação já tradicional no combate aos casos de trabalho em condição análoga a de escravo, participando não somente do ajuizamento das ações civis públicas, mas também, pessoalmente, das forças-tarefa dos grupos móveis que realizam os flagrantes de trabalho escravo e a libertação dos trabalhadores encontrados em cativeiro ou em situação degradante. Nos flagrantes, atua para garantir a pronta reparação dos créditos trabalhistas e do dano moral individual a cada trabalhador, enquanto colhe as provas necessárias à propositura da ação civil pública para reprimir novas condutas e pleitear o dano moral coletivo. Mas também é possível que os empregadores infratores celebrem Termos de Compromisso de Conduta com o compromisso de não mais persistir na conduta irregular, realizar ações de adequação do meio ambiente de trabalho e ainda pagar o valor acordado a título de danos morais individuais e coletivos. A atuação do Ministério Público do Trabalho é a mesma, independentemente da nacionalidade do trabalhador encontrado em situação de escravidão, podendo haver desdobramentos caso o trabalhador manifeste desejo de regressar a seu país (caso em que o dever de custear os gastos com o retorno é imposto ao empregador) ou manifeste o desejo de permanecer no Brasil. No entanto, a falta de previsão normativa da regularização obrigatória dos migrantes submetidos ao tráfico dificulta a atuação do Ministério Público para encaminhar o trabalhador resgatado ao gozo de benefícios sociais, como o seguro-desemprego, a expedição de Carteira de Trabalho, representando um ponto que desafia as gestões políticas deste Órgão para o aprimoramento da legislação e práticas nacionais.

**C - Combate ao “tráfico desportivo”** ou a contratação de atletas para formação desportiva com uso do engano ou fraude, em desrespeito ao que preconiza a Lei Pelé. Durante a última década, vem crescendo o interesse de estrangeiros realizarem atividades de formação desportiva, notadamente do futebol, no Brasil. A tradição futebolística e a imagem internacional do país, vinculada ao futebol, contribuem para aumentar o interesse de adolescentes por praticar e viver o futebol aqui. No entanto, alguns empreendimentos atraem atletas ao país mediante uso de verdadeira propaganda enganosa, divulgando pela internet fotos de supostos "centros de treinamento" que não existem, e inclusive cobrando dos pais de atletas pela manutenção mensal dos mesmos no país. No entanto, ao chegar no país, os adolescentes encontram outra realidade. Os passaportes e cartões de crédito são retidos pelos "treinadores", as instalações não são aquelas que lhes foram mostradas pela internet, não há qualidade do serviço, mas mesmo assim, os atletas permanecem ludibriados sob a promessa

de uma futura inserção em algum clube local. Tratando-se de menores de idade, a atuação do MPT tem sido de interromper os programas de formação e promover o imediato retorno dos adolescentes ao convívio parental. As empresas responsáveis são instadas a celebrar Termos de Compromisso de Ajustamento de Conduta para que deixem de realizar atividades do tipo, tendo em vista que a formação profissional desportiva no Brasil só pode ser realizada pelos clubes formadores regularmente constituídos, e empreendimentos verdadeiramente educacionais (que poderiam admitir adolescentes na condição de estudantes) não podem ser organizados desta forma. A falta de tipificação do crime de tráfico desportivo dificulta a punição mais severa dos responsáveis. Por fim, o Ministério Público do Trabalho, por meio da COORDINFÂNCIA – Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho do Adolescente -, tem realizado ações coordenadas para fiscalização das condições de trabalho de adolescentes na formação desportiva, incluindo gestões com vista a modificação dos procedimentos de visto para prática intensiva.

**D - Combate à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes.** O Ministério Público do Trabalho vem incessantemente adotando medidas para combater a exploração sexual e comercial de crianças e adolescentes, dado o consenso de que se trata de uma das piores formas de trabalho infantil. Assim, a repressão trabalhista soma-se à necessária repressão criminal de práticas odiosas dessa estirpe. O objetivo principal da atuação é sufocar a prática, com enfoque de responsabilização de todos os envolvidos. Apesar de não constar registro no âmbito do Ministério Público do Trabalho do resgate de crianças e adolescentes de nacionalidade estrangeira na exploração sexual no Brasil, é importante deixar consignado, pela gravidade do caso e pela possibilidade de atingir meninos e meninas estrangeiros, que a mesma estratégia é aplicada, independente de nacionalidade da vítima.

**E – Aliciamento de trabalhadores para trabalho degradante ou de risco no exterior.** Há algumas investigações relativas a casos em que trabalhadores estavam sendo arregimentados para trabalhar como vigilantes (na verdade para compor milícias) no Iraque recém-saído da guerra com os Estados Unidos, que foram prontamente reprimidos, dado que em nenhuma circunstância a oferta de trabalho poderia ser segura. A estratégia foi exigir Termo de Compromisso para que a empresa definitivamente se abstinhasse de aliciar pessoas no Brasil. Outros casos, mais frequentes, tem envolvido a contratação de brasileiros para prestar serviços a empresas sediadas em Angola, porém, sem respeito as garantias legais mínimas para contratação de profissionais para trabalhar no exterior, e às vezes até sem proceder aos

trâmites burocráticos legais para permitir a entrada regular do trabalhador contratado no país em que seria realizado o contrato de trabalho. O Ministério Público do Trabalho tem celebrado Termos de Compromisso para que as empresas observem as garantias da Lei nº 7064/82<sup>490</sup>, que versa sobre a situação de trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior (celebrar o contrato no Brasil, com garantias de salário mínimo, jornada regular, direito a férias no Brasil, custeio de ida e volta das viagens necessárias, inclusive nas férias, visto de trabalho no país a ser recebido). Conforme a dicção da própria lei, replicada no TAC, a ausência de observância dessas garantias implica automaticamente crime de aliciamento. E vale lembrar que se o trabalhador não possuir o visto correto para trabalhar no estrangeiro, pode vir a ser criminalizado dependendo do teor da legislação do país de destino.

**F - Trabalho na cadeia têxtil.** Trata-se da situação de trabalho das facções existentes preponderante no Estado de São Paulo, pelo qual empresas varejistas subcontratam a produção de peças de vestuário. As subcontratadas, por sua vez, subcontratam a produção a facções, que se valem do trabalho de bolivianos e paraguaios (dentre outras nacionalidades menos representadas) em condições indignas: informalidade, jornadas abusivas, condições inseguras. O trabalho é, em regra, degradante, mas por vezes, há restrição à liberdade de circulação, caracterizando o trabalho escravo típico. A atuação do Ministério Público do Trabalho visa a regularização das relações de trabalho, com a devida formalização dos vínculos, tendo em vista que o trabalho legal dos bolivianos e paraguaios é admitido pelos Acordos de Regularização Migratória e de Residência do Mercosul (aos quais a Bolívia aderiu). Os trabalhadores libertados têm tido acesso ao seguro desemprego e indenização trabalhista imediata, ante à concertação dos órgãos envolvidos na repressão: Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, Poder Judiciário por meio da Vara itinerante da Justiça do Trabalho, ONGs, Órgãos Governamentais, dentre outros. No entanto, a atuação do MPT não mais se limita a regularizar os flagrantes pontuais. Busca-se a responsabilização das cadeias produtivas, até a grande rede varejista contratante. Nesse prisma, o MPT insere os contratantes no polo passivo do Inquérito Civil e propõe a celebração de TACs para que os mesmos adotem modelos responsáveis de produção de peças de vestuário e, em não havendo sucesso, ajuíza as respectivas Ações Cíveis Públicas.

---

<sup>490</sup> Lei nº 7064/82. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7064.htm). Acesso em 15.08.2015.

**G - Trabalho em frigoríficos.** A forma de trabalho em frigoríficos é uma das mais degradantes ainda em uso no Brasil. Jornadas abusivas, excesso de frio, esforços repetitivos, cenário deprimente são alguns dos problemas que centenas de milhares de trabalhadores brasileiros vêm enfrentando. O Ministério Público do Trabalho vem realizando forças-tarefa rotineiras para modificar o sistema de trabalho no setor, além de gestões políticas para mudança das normas que o regem. Nesse estado de coisas, é comum haver falta de trabalhadores dispostos a encarar as condições do setor, que abre suas portas para trabalhadores estrangeiros. Diante das precárias condições desse segmento, refugiados e outros imigrantes estão sendo vítimas de exploração, com especial destaque para a peculiaridade do abate Halal. Trata-se de uma forma de abate de animais com destino a exportação para países de costume muçulmano, que supostamente exige que os trabalhadores que realizam a matança sejam muçulmanos e realizem o ato manualmente, em constrição, pronunciando determinadas palavras. Esta suposta exigência tem justificado a preferência de contratação de trabalhadores supostamente muçulmanos e provenientes de países com mais presença muçulmana, como Bangladesh, Senegal, Iraque, dentre outros. O MPT tem combatido as más condições de trabalho no setor, independentemente da qualidade de imigrante ou refugiado das vítimas, porém, com especial atenção para a situação de vulnerabilidade vivenciada pelos imigrantes ou refugiados encaminhados para trabalhar nesse setor.

**H - Trabalho na construção civil.** O trabalho em grandes obras da construção civil exige com frequência a contratação de trabalhadores provenientes de localidades distantes do local da obra, nem sempre com observância dos deveres contratuais tradicionais e tampouco com os deveres inerentes às contratações dessa estirpe, como provisão de alojamentos adequados e condições seguras de trabalho. Ultimamente, ainda, trabalhadores estrangeiros (especialmente haitianos) vem sendo submetidos a essas situações. O MPT vem lutando pela contratação de pessoas em localidade diversa (independentemente da nacionalidade) em condições transparentes, bem como defendendo o direito ao custeio das despesas e do alojamento, sem admitir que fraudulentamente as empresas aleguem que a contratação ocorreu no local da obra.

**I - Trabalho doméstico e em condomínios residenciais:** Trata-se de uma iniciativa localizada na região de Foz do Iguaçu, mas que merece ser citada pelo expressivo alcance (praticamente uma centena de condomínios e empregadores foram investigados) e a

peculiaridade da atuação do Ministério Público do Trabalho. Na região da tríplice fronteira, mulheres paraguaias de ascendência indígena, muitas delas adolescentes, estavam sendo recrutadas para o trabalho doméstico informal. Diante da conhecida limitação da Inspeção do Trabalho, que por costume, invocando a inviolabilidade domiciliar, não empreende fiscalizações em domicílios, o Ministério Público do Trabalho tomou a frente das iniciativas do setor e notificou os empregadores e condomínios para que os mesmos adequassem suas condutas, impondo aos primeiros contratação regular de empregadas domésticas, e aos segundos o dever de adotar uma atitude proativa no controle do trabalho informal.

**J - Trabalho em embarcações e navios de cruzeiro - nacionalização do trabalho embarcado** - A atuação do Ministério Público do Trabalho vem de longa data, buscando a adequação da conduta para garantir a observância de normas mínimas de trabalho no setor: remuneração, jornada e descansos, bem como garantia de contratação de um percentual de pelo menos 25% de vagas para brasileiros, enquanto os navios laborarem em costa brasileira. Os Termos de Compromisso de Conduta celebrados também dispõem sobre o combate ao trabalho marítimo irregular (abuso de visto de turista para marítimos), com foco também no trabalho embarcado de pessoas que não exercem funções eminentemente técnicas, mas sim serviços de hotelaria (navios de cruzeiro) ou serviços gerais (navegação off shore), que estão especialmente submetidos a abusos na gestão do trabalho (assédio moral), excesso de jornada, ausência de descansos e trabalho confinado (impossibilidade de desembarque), atuando com vista à regulamentação mais adequada do setor, empreendendo fiscalizações e somando esforços pela ratificação da Convenção da OIT sobre trabalho marítimo e pela sua aplicação nos navios em solo brasileiro, independentemente da bandeira ostentada pela embarcação e da nacionalidade dos trabalhadores envolvidos.

**L - Trabalho dos haitianos.** Sem pretender qualquer tratamento especial ou discriminatório por motivo de nacionalidade, o Ministério Público do Trabalho vem empreendendo ações de acompanhamento da inserção dos haitianos no país, considerando a situação de vulnerabilidade decorrente das condições de vida no Haiti, sem pretender fiscalização ostensiva sobre aqueles que ofertarem empregos, mas sim velar por uma inserção ordenada, resguardando a população imigrante de situações de abuso. A intenção não é o fechamento das fronteiras, mas a busca de uma mudança de cenário de imigração no Brasil. Acreditando que a imigração irá aumentar, e que este fator pode ser fonte de conflitos, criou-se o Grupo de Trabalho “Trabalho e Migrações” dentro da CONAETE – Coordenadoria Nacional de

Combate ao Trabalho Escravo no âmbito do Ministério Público do Trabalho, avaliar e estudar estratégias de atuação a respeito do trabalho dos migrantes. A par disso, intensificam-se as ações para criação de um fundo de emergência para resgatados da situação de trabalho escravo em oficinas de costura, notadamente no Estado de São Paulo, que beneficiará majoritariamente bolivianos e paraguaios, além de prosseguir avançando na responsabilização dos beneficiários finais.

Como se pode observar, a postura do Ministério Público é de integrar os imigrantes e resguardar sempre os direitos dos trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, tornando-se interlocutor confiável para tais grupos, por não adotar posturas de criminalização da imigração, por defender a regularização migratória das vítimas de tráfico, por defender o princípio da não discriminação, por reconhecer o valor da diversidade, enfim, por lutar por um país com condições adequadas para todos, independentemente da nacionalidade.

Assim, com o intuito de enfrentar o tráfico de pessoas de modo sistematizado, diversas iniciativas passaram a ser desenvolvidas no Brasil, visando ao fortalecimento do tripé onde estão fundamentadas as ações: prevenção, punição dos criminosos com celeridade e justiça e proteção à vítima. Trata-se de uma questão prioritária para o resguardo dos direitos humanos e que requer a conscientização e empenho de toda a sociedade.

E tendo por base este objetivo, o Brasil, por meio da Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012<sup>491</sup>, disciplinou a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil. O Ministério do Trabalho e Emprego poderá conceder autorização de trabalho para obtenção de visto temporário, previsto no art. 13, inciso V, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, ao estrangeiro que venha ao Brasil com vínculo empregatício, respeitado o interesse do trabalhador brasileiro.

No Brasil, de acordo com as leis brasileiras, o trabalhador que for submetido a condições análogas a de escravo deverá necessariamente ser resgatado, terá direito ao seguro desemprego.

---

<sup>491</sup> Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248530>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

Também há a possibilidade de inclusão dos empregadores da chamada “Lista Suja” do Ministério do Trabalho e Emprego, ficando o empregador impedido de adquirir empréstimos. A Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2, de 12 de maio de 2011<sup>492</sup>, disciplina o Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas às de escravo. O Cadastro possui atualmente 609 (seiscentos e nove) nomes de empregadores flagrados na prática de submeter trabalhadores a condições análogas às de escravo, sejam pessoas físicas ou jurídicas. Desse total, o estado do Pará apresenta o maior número de empregadores inscritos na lista, totalizando cerca de 27%, sendo seguido por Minas Gerais com 11%, Mato Grosso com 9% e Goiás com 8%. A pecuária constitui a atividade econômica desenvolvida pela maioria dos empregadores (40%), seguida da produção florestal (25%), agricultura (16%) e indústria da construção (7%). Os procedimentos de inclusão e exclusão são determinados pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2/2011, a qual dispõe que a inclusão do nome do infrator no Cadastro ocorrerá após decisão administrativa final relativa ao auto de infração, lavrado em decorrência de ação fiscal em que tenha havido a identificação de trabalhadores submetidos ao “trabalho escravo”. Por sua vez, as exclusões derivam do monitoramento, direto ou indireto, pelo período de 2 (dois) anos da data da inclusão do nome do infrator no Cadastro, a fim de verificar a não reincidência na prática do “trabalho escravo”, bem como do pagamento das multas decorrentes dos autos de infração lavrados na ação fiscal.

Contudo, referida Lista Suja está com sua eficácia suspensa, por decisão liminar<sup>493</sup> e individual do Ministro Ricardo Lewandowski, do Excelso Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5209, durante o recesso do Judiciário, em dezembro de 2014. A referida suspensão foi alvo de denúncia no Conselho de Direitos Humanos da ONU, em Genebra.

Em nível do Governo Brasileiro, a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas está prevista no Decreto nº 5948, de 26 de junho de 2006, a qual instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas - PNETP. O seu principal objetivo foi a criação de um grupo de trabalho para elaboração do plano nacional de enfrentamento do tráfico de pessoas,

---

<sup>492</sup> Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2, de 12 de maio de 2011. <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=282591>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

<sup>493</sup> Decisão do Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5209. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/1/art20150115-13.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2015.



composto por diversos órgãos. Hoje tal dispositivo referente ao Grupo de Trabalho foi revogado pelo Decreto 7901/2013.

A Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas tem por finalidade estabelecer princípios, diretrizes e ações de prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e de atenção às vítimas, conforme as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos e a legislação pátria. Para tanto, utiliza-se do conceito de tráfico de pessoas previsto no Protocolo de Palermo, que a define como o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração, que incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.

Também explicita que o termo “criança” descrito no caput deve ser entendido como “criança e adolescente”, de acordo com a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente; que o termo “rapto” descrito no caput deste artigo deve ser entendido como a conduta definida no art. 148 do Código Penal Brasileiro, referente ao sequestro e cárcere privado, e que a expressão “escravatura ou práticas similares à escravatura” deve ser entendida como a conduta definida no art. 149 do Código Penal, referente à redução à condição análoga a de escravo; e a prática definida no art. 1º da Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, como sendo o casamento servil.

De forma inovadora, em seu artigo 2º, conclui que a intermediação, promoção ou facilitação do recrutamento, do transporte, da transferência, do alojamento ou do acolhimento de pessoas para fins de exploração também configura tráfico de pessoas e que o consentimento dado pela vítima é irrelevante para a configuração do tráfico de pessoas, exatamente como defendido no primeiro capítulo do presente trabalho.

O artigo 3º também traz disposição de especial importância, ao prever os princípios norteadores da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas como de respeito à

dignidade da pessoa humana; de não-discriminação por motivo de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, raça, religião, faixa etária, situação migratória ou outro status; de proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais; de promoção e garantia da cidadania e dos direitos humanos; de respeito a tratados e convenções internacionais de direitos humanos; de universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; e de transversalidade das dimensões de gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça e faixa etária nas políticas públicas.

Um dos princípios fundamentais trazidos é exatamente o de proteção e assistência integral às vítimas diretas e indiretas, independentemente de nacionalidade e de colaboração em processos judiciais.

Possui três eixos estratégicos, quais sejam, prevenção ao tráfico, repressão e responsabilização dos seus autores e atenção às vítimas.

No âmbito da prevenção, a intenção é diminuir a vulnerabilidade de determinados grupos sociais ao tráfico de pessoas e fomentar seu fortalecimento, bem como engendrar políticas públicas voltadas para combater as reais causas estruturais do problema. Tem como prioridades: 1- levantar, sistematizar, elaborar e divulgar estudos, pesquisas, informações e experiências sobre o tráfico de pessoas; 2- capacitar e formar atores envolvidos direta ou indiretamente com o enfrentamento ao tráfico de pessoas na perspectiva dos direitos humanos; 3- mobilizar e sensibilizar grupos específicos e comunidade em geral sobre o tema do tráfico de pessoas; 4- diminuir a vulnerabilidade ao tráfico de pessoas de grupos sociais específicos.

Quanto à atenção às vítimas, foca-se no tratamento justo, seguro e não-discriminatório das vítimas, além da reinserção social, adequada assistência consular, proteção especial e acesso à Justiça. E se entende como vítimas não só os (as) brasileiros (as), mas também os (as) estrangeiros (as) que são traficados (as) para o Brasil, afinal este é considerado um país de destino, trânsito e origem para o tráfico. Tem como prioridade articular, estruturar e consolidar, a partir dos serviços e redes existentes, um sistema nacional de referência e atendimento às vítimas de tráfico.

Quanto ao terceiro eixo, repressão e responsabilização, o foco está em ações de fiscalização, controle e investigação, considerando os aspectos penais e trabalhistas, nacionais e internacionais desse crime. Tem como prioridades: 1- aperfeiçoar a legislação brasileira relativa ao enfrentamento ao tráfico de pessoas e crimes correlatos; 2- Ampliar e aperfeiçoar o conhecimento sobre o enfrentamento ao tráfico de pessoas nas instâncias e órgãos envolvidos na repressão ao crime e responsabilização dos autores; 3- fomentar a cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas para atuação articulada na repressão do tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores; 4- criar e aprimorar instrumentos para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 5- estruturar órgãos responsáveis pela repressão ao tráfico de pessoas e responsabilização de seus autores; 6- fomentar a cooperação internacional para repressão ao tráfico de pessoas.

Conclui-se, assim, que tanto a Política como o Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas demonstram a preocupação do Brasil no combate efetivo a esta prática, encontrando-se em uma situação muito mais avançada que outros países. Contudo, ainda não são suficientes para combater, de fato, o tráfico de seres humanos. Há a clara necessidade de aplicar os dispositivos trazidos no Plano e também de aprimorá-los.

Importante acrescentar que uma das causas da ocorrência do tráfico de pessoas é a impunidade. Como se verifica em relevante levantamento realizado, o número de casos que chegaram aos tribunais envolvendo tráfico de mulheres é muito pequeno, totalizando vinte e três julgados, e de redução a condição análoga a de escravo também, sendo encontrados dezesseis julgados. Alguns exemplos de condenações relativas ao tráfico internacional de seres humanos encontram-se no Anexo 1 deste trabalho<sup>494</sup>.

Importante também citar a realização de uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito - pela Câmara dos Deputados do Brasil. Conforme se observa do relatório final da referida CPI<sup>495</sup>, durante o período de elaboração do referido relatório, cinco criminosos de tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual foram condenados em um caso

<sup>494</sup> Jurisprudência. Disponível em <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23094594/apelacao-criminal-acr-1188-ac-0001188-9820114013000-trf>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

<sup>495</sup> Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo. (CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/54a-legislatura/cpi-trafico-de-pessoas-no-brasil/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

envolvendo brasileiras traficadas para a Suíça, com penas variando de um a seis anos de prisão. Esses resultados representam uma redução das condenações quando comparado com 22 condenações por tráfico sexual durante o período de elaboração do relatório anterior. Não houve relatos de condenações por tráfico sexual interno, embora várias pessoas tenham sido presas por esse crime. As autoridades colaboraram com governos estrangeiros em vários casos de tráfico transnacional envolvendo vítimas traficadas para Itália, Espanha, Portugal, Canadá, Suíça, México, Argentina e Estados Unidos. Um banco de dados integrado sobre tráfico sexual, que reunirá informações referentes à aplicação da lei, do Poder Judiciário e de centros de combate ao tráfico em todo o país, continuou na fase de testes.

O Ministério do Desenvolvimento Social forneceu abrigo, aconselhamento e ajuda médica em geral para mulheres e meninas vítimas de tráfico sexual por meio de sua rede de 400 centros para atendimento a vítimas de violência doméstica e abuso sexual. Durante o período de elaboração do relatório, o governo criou um centro de atendimento a mulheres vítimas de violência, inclusive de tráfico humano, por meio de um acordo de parceria com os governos paraguaio e argentino em um centro de assistência ao imigrante na área da tríplice fronteira.

A polícia brasileira continuou a encaminhar crianças vítimas de tráfico sexual para atendimento ao Serviço de Enfrentamento à Violência, ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, administrado pelo governo. Embora o governo tenha relatado a capacitação de trabalhadores em mais de 600 centros e unidades de saúde em todo o país para auxiliar as vítimas do tráfico, ONGs observaram que muitos centros não estavam preparados para lidar com casos de tráfico nem contavam com recursos suficientes. ONGs forneceram serviços adicionais às vítimas, às vezes com recursos limitados do governo, no geral sem disponibilidade de abrigo de longo prazo. O governo brasileiro, com assistência do UNODC, continuou a financiar escritórios regionais de combate ao tráfico em conjunto com os governos estaduais, em São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Pernambuco, Ceará e Pará, e abriu dois novos escritórios, no Acre e na Bahia, embora o último ainda não esteja em funcionamento. Esses escritórios são responsáveis por fornecer assistência às vítimas, além de prevenir e combater o tráfico de pessoas, embora segundo relatos de ONGs a qualidade do serviço varie e alguns centros concentrem-se na conscientização pública e não no atendimento às vítimas.

As autoridades também administraram um posto de assistência no aeroporto de Belém para ajudar cidadãos repatriados que possam ser vítimas do tráfico. No início de 2010, o governo assumiu a responsabilidade por um posto de assistência no aeroporto de São Paulo anteriormente gerido por uma ONG. Durante 2009, o posto prestou assistência a 444 pessoas, 9 delas identificadas como vítimas de tráfico. Em 2010, as autoridades planejam criar outros postos em aeroportos de Fortaleza, Salvador e Rio de Janeiro.

Durante o ano, as unidades móveis do Ministério do Trabalho identificaram e libertaram 3.769 vítimas de trabalho escravo por meio de 156 operações em 350 propriedades. Em 2008, foram 5.016 vítimas de trabalho forçado libertadas por meio de 154 operações em 290 propriedades. O Ministério do Trabalho concedeu às vítimas de trabalho forçado parte dos recursos provenientes de multas aplicadas contra proprietários de terra ou empregadores identificados durante as operações. No entanto, as vítimas de trabalho forçado, normalmente homens adultos brasileiros, embora não se qualificassem para o atendimento em abrigos do governo, receberam três meses de salário mínimo, capacitação para o trabalho e ajuda para viagens quando disponível. Algumas ONGs forneceram esses serviços a vítimas do sexo masculino. Segundo ONGs, alguns trabalhadores escravos resgatados foram traficados novamente, devido a falta de processos eficazes contra recrutadores de trabalho escravo, poucas formas alternativas de emprego para os trabalhadores resgatados e falta de assistência jurídica para ajudá-los fazer suas próprias denúncias contra empregadores exploradores.

O governo incentivou as vítimas de tráfico sexual a participar de investigações e processos penais referentes ao tráfico, embora quase sempre as vítimas tenham se mostrado relutantes em testemunhar por medo de represálias de traficantes e funcionários corruptos responsáveis pela aplicação da lei. ONGs alegam que a polícia muitas vezes arquivou processos envolvendo vítimas de tráfico sexual, e algumas vítimas relataram discriminação ou tratamento prejudicial devido ao fato de trabalharem na prostituição antes de serem traficadas e, portanto, não serem consideradas vítimas. De modo geral, o governo não incentivou as vítimas de trabalho escravo a participar de investigações criminais ou de processos penais. A algumas vítimas de tráfico sexual foi oferecida proteção de curto prazo pelo programa de proteção a testemunhas, ativo em dez estados e normalmente considerado como tendo recursos insuficientes.

O governo não deteve, multou nem penalizou de outra maneira vítimas identificadas de tráfico por atos ilegais cometidos como resultado direto do fato de terem sido traficadas. No entanto, o governo não oferece às vítimas estrangeiras de tráfico alternativas legais à sua remoção para países onde poderão enfrentar dificuldades ou represálias, e os responsáveis pela aplicação da lei observaram que vítimas estrangeiras sem documentos são quase sempre deportadas antes que possam ajudar nos processos contra aqueles que as traficaram. Funcionários consulares brasileiros receberam orientação sobre como relatar casos de tráfico e auxiliar as vítimas.

Um disque-denúncia nacional para comunicar casos de abuso e exploração sexual de crianças recebeu aproximadamente 12 mil ligações referentes a exploração sexual de crianças, incluindo um total de 200 ligações sobre tráfico de crianças.

O governo adotou medidas para reduzir a demanda pela exploração sexual comercial de crianças realizando uma campanha multimídia durante o Carnaval de 2010, alcançando um público estimado de 600 mil pessoas. Brigadas de ação distribuíram grande variedade de material de conscientização; anúncios de rádio foram ao ar diariamente; e companhias aéreas disponibilizaram as informações em seus voos.

O governo também procurou reduzir a demanda por atos sexuais comerciais nas rodovias do Brasil. Em parceria com uma empresa de energia brasileira e uma organização internacional, autoridades capacitaram policiais rodoviários e envolveram motoristas de caminhão na luta contra a exploração sexual comercial de crianças. Por fim, autoridades brasileiras contaram com parcerias operacionais com governos estrangeiros para extraditar e processar turistas sexuais estrangeiros, embora não tenha havido relatos de processos ou condenações por turismo sexual infantil no Brasil. As Forças Armadas brasileiras utilizaram os módulos de treinamento antitráfico e de trabalho forçado do Escritório de Manutenção da Paz da ONU para treinar seus soldados antes do destacamento no exterior como parte de missões internacionais de manutenção da paz.

Autoridades brasileiras descobriram indícios de que redes do crime organizado de outros países, em particular da Rússia e da Espanha, estão envolvidas no tráfico sexual de brasileiras. Há indícios de que alguns transexuais brasileiros foram submetidos à prostituição forçada no exterior. Mulheres e crianças brasileiras também são submetidas à prostituição

forçada em países vizinhos como Suriname, Guiana Francesa, Venezuela e Paraguai. Em menor escala, mulheres de países vizinhos foram identificadas em servidão sexual no Brasil. Mais de 25 mil homens brasileiros são submetidos a trabalho escravo no país, em geral em fazendas de gado, acampamentos de mineração e extração de madeira, plantações de cana-de-açúcar e grandes fazendas produtoras de milho, algodão, soja e carvão. A maioria dos trabalhadores forçados vítimas do tráfico interno é originária dos estados do Maranhão e do Piauí, ao passo que os estados do Pará e do Mato Grosso recebem o maior número de trabalhadores escravos. Vítimas do tráfico de mão de obra também são encontradas no Cerrado, na Mata Atlântica e no Pantanal. Crianças em servidão doméstica involuntária, em especial envolvendo meninas adolescentes, também constituem um problema no Brasil. Em menor escala, o Brasil é destino do tráfico de homens, mulheres e crianças provenientes da Bolívia, do Paraguai e da China para trabalho forçado em confecções e fábricas clandestinas de tecidos em centros metropolitanos como São Paulo. O turismo sexual infantil continua sendo um problema grave, em especial nas áreas costeiras e em complexos turísticos do Nordeste do Brasil. Turistas em busca de sexo com crianças normalmente vêm da Europa e, em menor escala, dos Estados Unidos. O governo brasileiro não está em total conformidade com os padrões mínimos para a eliminação do tráfico, embora esteja envidando esforços significativos para tanto. No ano passado, o governo deu continuidade aos firmes esforços para resgatar milhares de vítimas de trabalho escravo por meio de operações de fiscalização móvel do trabalho e intensificou o fornecimento de serviços às vítimas de tráfico sexual atendidas em um número cada vez maior de centros de combate ao tráfico. No entanto, as condenações de contraventores por crime de tráfico sexual diminuíram em relação ao ano anterior, e os serviços de abrigo fornecidos pelo governo e as proteções às vítimas continuaram insuficientes.

Especificamente quanto às agências de recrutamento de trabalhadores no Brasil, é importante citar a Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico de Pessoas que foi instaurada para investigar principalmente as falsas agências de modelos na internet. Em maio de 2014 foi aprovado o relatório final da CPI. O objetivo foi examinar indícios de envolvimento de agências de recrutamento que na verdade atuam na prostituição de mulheres, apurando indícios de que estejam usando a internet para fins de exploração sexual na modalidade tráfico. O foco foi a investigação de anunciantes e sites, havendo uma lista de 700 sites de recrutamento de modelos que, de forma anônima, foram denunciados à SaferNet. Segundo ele, as falsas agências de modelo não possuem sede nem endereço fixo - só operam

pela internet, havendo contas de e-mail suspeitas de serem usadas pelas supostas agências para aliciar jovens tanto para o tráfico interno quanto internacional associado à exploração sexual. Os anúncios na internet costumam utilizar o código "ficha rosa" quando querem indicar que estão recrutando modelos para participar de eventos (feiras, congressos e festas fechadas, por exemplo) que, ao mesmo tempo, fiquem disponíveis para programas sexuais. Jovens que desconhecem o sentido da expressão 'ficha rosa' são atraídas pelos anúncios acabam se tornando vítimas de situações inesperadas e abusos. O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico de Pessoas na Câmara dos Deputados descreveu dezenas de casos nacionais e internacionais envolvendo bebês e “jogadores de futebol”, adoções clandestinas de crianças, trabalho escravo e exploração sexual de adolescentes e mulheres. Entre os casos marcantes investigados pela CPI do Tráfico de Pessoas está o de quatro crianças retiradas de uma família de Monte Santo, no interior baiano, para serem adotadas no estado de São Paulo. Nessas situações, assinalou, o indiciamento é difícil, uma vez que na legislação brasileira não há dispositivos que tratem de adoções clandestinas dentro do país. “Só há previsão quando a fraude envolve uma adoção internacional”. Os casos de tráfico de bebês têm um perfil de demanda de zero a três anos. Numa tentativa de “blindar” os menores nessa faixa etária, a CPI vai propor a obrigatoriedade de o juizado se reportar aos cadastros nacional ou regionais. Atualmente há apenas uma orientação nesse sentido. Por isso, os processos nem sempre se valem das listas, mas das exceções previstas na lei, que consideram a formação de vínculos da criança com a família. Também foram propostas mudanças na legislação que tratam do tráfico de “jogadores de futebol” e de “modelos”, que são cooptados no país para o exterior para o trabalho escravo ou exploração sexual. A proposta é que as intermediações para as agências de modelo e as que trabalham com esportistas não possam mais ser feitas por pessoas físicas. Essas agências devem ser credenciadas e habilitadas para o recrutamento. A CPI também sugeriu aos órgãos públicos uma campanha de prevenção e divulgação dessa prática de aliciamento de “modelos” e “atletas”, recomendando, por exemplo, que cada trabalhador procure saber as condições em que outros trabalhadores foram recrutados por uma agência privada e se os documentos dos trabalhadores foram retidos e se eles têm acesso a estes documentos. Foi lançado um site recomendando especial cuidado com as agências de trabalho temporário clandestinas que atuam juntamente com redes de tráfico de seres humanos e exploração laboral e alertando para que não sejam aceitas propostas de trabalho veiculadas por agências que não estejam devidamente licenciadas. O candidato deve certificar-se de alguns aspectos antes de aceitar uma proposta. Eis um exemplo: “Ao responder a um anúncio, não deve enviar informações ou



fotocópias dos meus documentos de identificação e de viagem, nem sobre as suas contas ou cartões bancários - Fornecer estas informações, que são sigilosas, pode colocá-lo numa situação de risco, pois as podem ser divulgadas a terceiras pessoas sem o seu consentimento ou utilizadas de forma indevida. ” Num contexto de fortes fluxos migratórios, há que ser cauteloso até com empregadores que se comprometem a pagar as despesas de deslocação: O fato de o empregador arcar com estes custos pode criar uma relação de maior dependência e ensejar situações de exploração - posteriormente o empregador poderá usar esta dívida como forma de coação, cobrando um valor superior àquele que despendeu ou juros que crescem a cada mês, descontando estes valores diretamente do ordenado e impedindo que o trabalhador cesse as funções antes de pagar o total da dívida.

Neste aspecto, a CPI concluiu pela necessidade de adequação da legislação brasileira, com inclusão legal das seguintes obrigações:

- Os contratos de modelo e manequim só poderão ser feitos por pessoa jurídica devidamente constituída, com registro nos órgãos competentes, vedado o agenciamento.
- A empresa que contratar modelo ou manequim no Brasil ficará responsável pelo cumprimento do contrato no exterior e pela assistência necessária ao profissional contratado, incluindo as despesas com o retorno.
- É vedado o contrato de risco, em que o profissional contratado tenha de arcar com os prejuízos decorrentes da não execução contratual a que não deu causa.
- Em caso de desfazimento ou impossibilidade de execução do contrato, as despesas com viagens, alimentação, moradia e gastos médicos correrão por conta exclusiva do contratante.

Seguem alguns exemplos dos casos avaliados pela referida CPI:

#### **A- CASO DA ONG LIMIAR, INTERMEDIADORA DE ADOÇÕES INTERNACIONAIS NO PARANÁ.**

Trata-se de caso de adoções internacionais supostamente irregulares, intermediadas pela ONG LIMIAR, cuja sede tem endereço no estado de São Paulo. Há notícias de que tenham sido intermediadas pela ONG referida diversas adoções nos estados de Paraná e Santa

Catarina, cujos números são maiores nas cidades de São José do Triunfo e Gaspar, respectivamente. No curso das investigações realizadas pela CPI, revelou-se também que a ONG intermediou adoções internacionais de crianças oriundas do Estado de São Paulo.

O caso veio à tona após a veiculação, pela imprensa, de uma série de denúncias acerca de irregularidades nos processos de adoções. Há um vídeo hospedado no site da [www.limiar.org](http://www.limiar.org), onde supostamente AUDELINO DE SOUZA aparece confirmando que cobraria valores em torno de US\$9.000,00 (nove mil dólares) por criança adotada e encaminhada para lares substitutos no exterior.

#### **B- CASO DAS MODELOS LUDMILA E LUANA, ENVIADAS PARA A ÍNDIA.**

O caso se resume, pelo noticiário de jornais e pelas informações que foram obtidas junto ao Procurador, o Dr. Jefferson Aparecido Dias, da denúncia de que três modelos brasileiras saíram do Brasil para seguir carreira de modelo internacional, conforme matéria publicada na imprensa, de uma maneira geral, sob o título “Modelos foram vítimas de tráfico de pessoas para a Índia”. Elas, segundo a notícia, acabaram sendo submetidas a assédio moral e a assédio sexual, além de cárcere privado e servidão por dívida, de acordo com a acusação feita pelo Dr. Jefferson, Promotor da República do Ministério Público Federal.

Esta denúncia, de acordo com a acusação feita pelo Ministério Público Federal, foi acolhida pelo Juiz Federal João Batista Gonçalves, da 6ª Vara Cível de São Paulo, que determinou que as agências brasileiras Agency Model's e Raquel Management parassem imediatamente de enviar modelos ao exterior.

Em entrevista ao Repórter Brasil, o proprietário dessa agência, o Sr. Benedito, negou que tivesse algum envolvimento com essa prática, e a Sra. Raquel Felipe, proprietária, não se manifestou, pelo menos, à imprensa até o momento.

As brasileiras, duas irmãs de 15 e 19 anos, de São José do Rio Preto, e uma jovem de 19 anos, de Passos, em Minas Gerais, deixaram o País com contratos para fotografar em Mumbai, na Índia. A jovem de Passos, de Minas, assinou contrato com a Dom Model's em dezembro de 2010. Ao chegarem à Índia, as três jovens, segundo a matéria, acabaram submetidas a condições degradantes e tiveram a liberdade cerceada.

De acordo com o depoimento que prestaram ao Ministério Público, elas eram impedidas de deixar o apartamento em que viviam, em um edifício localizado em uma zona de exploração sexual, e só conseguiram escapar porque o pai das duas irmãs denunciou a situação ao Consulado brasileiro em Mumbai.

As jovens foram resgatadas e conseguiram voltar ao Brasil no dia 26 de dezembro. O agente da K Models Management chegou a ser preso pela polícia indiana na ocasião. Para as autoridades brasileiras as jovens relataram que ele pagou para que vigias do edifício as impedissem de deixar o local.

Além da liminar para que as agências parassem imediatamente de enviar modelos ao exterior, o Dr. Jefferson Aparecido Dias, Procurador-regional, esperava que os proprietários fossem condenados a indenizar as três por danos materiais, além dos inequívocos danos morais. O pedido da Promotoria é de ressarcimento à União de 2.116 dólares, que foi o valor gasto pelo Consulado da Índia durante o processo de resgate e recondução das modelos ao Brasil.

A notícia dos fatos gerou Requerimentos regimentais formulados pelos Deputados Arnaldo Jordy (18 e 19/2012); Paulo Freire (30/2012 e 71/2013), todos cumpridos.

Os fatos foram apurados no bojo dos Inquéritos Policiais n.º 622/2011, instaurado pela Delegacia de Polícia Federal de São José do Rio Preto/SP, e n.º 156/2011, instaurado pela Delegacia de Polícia Federal de Divinópolis/MG, relatado sem indiciamentos.

Muito embora o caso possa servir de subsídio para alterações na legislação nacional, de forma a incluir a finalidade de “exploração laboral” como elementar do tipo penal do crime de tráfico de pessoas (que atualmente só ocorre se a finalidade é exploração sexual, segundo o Código Penal), foi sugerido o seu arquivamento no âmbito da CPI, pela ausência de correspondência entre o caso e o objeto da Comissão.

Os depoimentos colhidos pela CPI passam a ser transcritos de forma sucinta:

**DEPOIMENTO DA SRA. RAQUEL FELIPE** – Agenciadora de modelos, na modalidade scouter: A depoente explicou que trabalha como autônoma, em casa, e que é auxiliada pelo marido. Há as empresas mãe, que contratam as modelos e a função da depoente é indicar as modelos para as agências e ministrar-lhes um curso de treinamento antes, pelo qual cobra cerca de duzentos reais, de acordo com o seu

depoimento. Disse que existem três tipos de contrato feitos com as modelos: contrato de risco, de garantia, e contrato salário. Os contratos são de dois, três e, no máximo, seis meses. Explicou que, quando se trata de modelo ainda não conhecida, o contrato feito é de risco. Neste caso, a modelo recebe uma ajuda de custo que será cobrada quando ela começar a ganhar pelos trabalhos realizados. O contrato feito com a Luana foi de risco. Explicou que o risco depende do país e da agência. Na Europa, a agência paga trinta por cento para a modelo e fica com setenta por cento. Disse ainda que, quando não há agência cuidando das modelos, a depoente ganha dez por cento do faturamento das modelos, quando há a participação de uma agência, ela recebe apenas cinco por cento do pagamento feito à modelo por ela indicada. Relatou que houve quebra do contrato, que tal contrato não foi cumprido pelas partes. Segundo a depoente, no caso de Ludmila e Luana, se o trabalho tivesse dado certo, as modelos receberiam cinquenta por cento, a agência, quarenta por cento, e a depoente, dez por cento. Comentou também que as passagens das modelos são sempre de ida e volta e que ela, depoente, nunca trabalhou com passagem só de ida. Mencionou que Ludmila e Luana procuraram a agência por indicação de outra modelo, com a qual a depoente já havia trabalhado e que essa mesma modelo foi quem lhe indicou o agente de modelos Vivek. Mencionou que prestava atendimento devido às depoentes, inclusive pelo SKYPE.

**DEPOIMENTO DO SR. BENEDITO APARECIDO BASTOS-** Proprietário da Agência Dom Agency Model's: A esta CPI o Sr. Benedito Bastos, dono da Dom Agency Model's, diz que foi responsável pelo envio de apenas uma das modelos envolvidas no processo e alega que em nenhum momento ela relatou abusos ou contou ter sido submetida a condições de exploração na Índia. Segundo também o Sr. Benedito, em depoimento prestado à imprensa, as outras duas modelos teriam se desentendido com a agência local pela falta de demanda de trabalho e fizeram a denúncia ao Consulado para conseguirem passagens de volta ao Brasil. Alguns anos mais tarde, a Dom começou a enviar modelos para o exterior, sendo estes através de parcerias com as grandes agências e os scouters, que são agentes internacionais. E o vem fazendo até hoje de uma forma clara, honesta, transparente, sem enganação e com muito profissionalismo. A Dom não trabalha com muitos modelos, mas aos que têm no seu casting, ou mailing, procura dar uma atenção especial e tenta fazer acontecer algo bacana com cada um deles, pois sabe que isso mexe com os sentimentos, egos de pessoas, modelos e pais. A agência é do interior de Minas Gerais, onde não se tem tantas opções de trabalho nesse segmento, sendo, então, os modelos, depois de preparados, são encaminhados para o mercado de São Paulo, Rio de Janeiro ou exterior. Também disse que a Dom Agency Model's não enviou, não envia e nunca enviará modelos para a prostituição, tráfico internacional de pessoas. Mencionou a responsabilidade no caso da agência Raquel Management, que é uma parceira há mais de 12 anos. Raquel, a proprietária, já foi modelo, trabalhou no Japão por 7 anos, e, enfim, resolveu ser uma agente internacional, pela experiência como modelo que ela. Disse que acredita que o problema com essas duas modelos se deu mais devido a diferenças culturais. Acrescentou que o contrato da Índia foi feito com a modelo. No Brasil, a modelo me contrata para tomar conta dela, pra correr atrás das possibilidades pra ela. Quando vem o contrato internacional, quem está negociando é considerado como agência-mãe. Ele consta no contrato. A agência-mãe tem os deveres e as obrigações. Cinco por cento de tudo o que essa modelo faturar é devido a sua agência. Perguntado sobre quanto a modelo paga para ser enviada ao exterior no caso de não conseguir trabalho, o Depoente afirmou que não paga nada, é um investimento da empresa, pois ela ganha em experiência para próximas atividades internacionais.

## **C- CASO DA MODELO MONIQUE MENEZES DA SILVA, ENVIADA PARA A ÍNDIA.**

De acordo com o relatório da CPI, a modelo Monique é mais um caso aparente de tráfico de mulheres para o exterior, com a situação de aliciamento para trabalhar como modelo.

Monique foi contratada pelo scouter Júnior Pelicano, que a agenciou para trabalhar como modelo na Índia. O trabalho deveria girar em torno de fotos para revistas, com a duração de seis meses e um salário de dois mil e cem dólares fixos, valores estes que seriam depois descontados dos valores obtidos com os trabalhos realizados pela modelo.

Ocorre que, ao chegar à Índia, Monique enfrentou outra realidade, sendo obrigada a trabalhar como garçonne em festas, onde sofria constantes assédios sexuais, inclusive com convites para fazer programas sexuais.

Com ela, moravam mais duas modelos que já estavam lá quando ela chegou. Moravam as três na casa da gerente da agência de modelos “Be One” na Índia, de nome Anne Sabrina.

Monique passou fome e sofreu muitas humilhações, além de ter sido obrigada a trabalhar doente. Dos dois mil e cem dólares prometidos por mês, apenas cento e sessenta eram efetivamente repassados para ela.

A casa onde habitava também tinha cachorros e gatos, que, por vezes, comiam as comidas das modelos, comiam nas mesmas panelas em que as refeições das modelos eram preparadas e deitavam em suas camas, chegando até mesmo a urinar em seus cobertores.

O agenciador Júnior Pelicano não lhe deu assistência, não tomou nenhuma providência e, depois de algum tempo, não atendia sequer as ligações que ela fazia.

Para fugir dessa situação, Monique teve de recorrer ao Consulado brasileiro na Índia e à polícia. A gerente da agência de modelos cancelou sua passagem de volta ao Brasil, diante do que ela teve de recorrer à ajuda de terceiros para obter a passagem de volta.

A notícia dos fatos gerou Requerimento regimental nº 42/2012, formulado pelo Deputado Paulo Freire, aprovado em 01/08/2012. As providências previstas no requerimento foram todas cumpridas, tendo sido a convidada ouvida perante a CPI na data de 04/12/2012.

Foram colhidos depoimentos acerca do tráfico de pessoa para a Índia. Passa-se a transcrever de forma sucinta as informações aqui trazidas pelos depoentes:

**DEPOIMENTO DA SRA. MONIQUE MENEZES DA SILVA** – Modelo: Disse que começou como modelo aos treze anos e sempre foi bem tratada, até que conheceu o scouter Júnior Pelicano, que a agenciou para trabalhar na Índia. O trabalho consistia basicamente em fotos para revistas, tinha a duração de seis meses e deveria render-lhe um salário de dois mil e cem dólares, além dos valores obtidos com os trabalhos realizados. Ao chegar à Índia, conheceu mais duas modelos agenciadas pelo Júnior Pelicano. Essas modelos realizavam trabalhos juntamente com a depoente e moravam no mesmo lugar, uma casa pertencente à gerente da agência de modelos que firmou contrato com a depoente. Essa gerente era uma francesa de nome Anne Sabrine, que, segundo a depoente, maltratava constantemente as modelos, deixando-as inclusive com fome. Ressaltou ainda, que, ao chegar à Índia, descobriu que o contrato feito com as modelos não previa assistência médica, despesa esta a ser arcada por elas. Nas primeiras duas semanas, fez alguns trabalhos próprios de modelo, porém, após esse prazo, começou a ser enviada para atuar em festas como garçonne, servindo bebidas a convidados, ocasião em que sofria muito assédio sexual. A gerente Sabrine vivia chamando as modelos de gordas e as proibia de comer. Nessas festas, trabalhava até a madrugada e, no dia seguinte, era obrigada a acordar cedo para trabalhar novamente. Relatou que a casa onde habitava era cheia de cachorros e gatos, que, por vezes, comiam as comidas das modelos, eram colocados para comerem nas mesmas panelas em que as refeições das modelos eram preparadas e também os gatos deitavam em suas camas e até chegaram a urinar em seus cobertores. Disse que ligou várias vezes para o Júnior Pelicano e que este não tomou nenhuma providência e, depois de algum tempo, sumiu e ela não mais conseguiu fazer contato com ele, tendo que se virar sozinha. A agência que assinou o seu contrato na Índia chama-se “Be One” e pertence a Abshek e Anka, segundo a depoente, também franceses. Comentou que o Júnior Pelicano se referia ao dono da agência como sendo Chirag, pessoa que ela nunca conheceu nem sabe se existe ou se se trata de uma figura fictícia. Disse que foi indicada para o Júnior Pelicano por uma colega modelo que trabalhara com ela em outra agência, mas descobriu posteriormente que essa colega não ficou também satisfeita com os trabalhos para os quais o Júnior Pelicano a agenciou. Relatou ainda que, em duas ocasiões, teve de recorrer à polícia para fugir do quarto onde estava sendo assediada sexualmente. A depoente, para fugir dessa situação, teve de recorrer ao consulado brasileiro na Índia, onde disse ter sido muito bem tratada. A passagem de volta ao Brasil foi cancelada pela Sabrine e a modelo teve de contar com a ajuda de um empresário para o qual tinha realizado trabalhos, o qual a doou a passagem de volta ao Brasil. Disse que vivia em uma situação semelhante a de escravo e sofria constantes humilhações por parte de Sabrine. Relatou ainda que, por conta desses acontecimentos, ficou bastante traumatizada e que tem muita dificuldade em trabalhar.

O caso serviu de subsídio para alterações na legislação nacional, o que foi feito no Projeto apresentado pela Comissão, para exigir que essas contratações sejam feitas por pessoas jurídicas devidamente registradas, e também para incluir a finalidade de “exploração laboral” como elementar do tipo penal do crime de tráfico de pessoas.

Foi sugerido seu arquivamento no âmbito da CPI, pela ausência de correspondência entre o caso e o objeto de investigação da Comissão, por não se tratar de tráfico de seres humanos, mas de irregularidades contratuais a serem resolvidas na esfera cível.

#### **D- CASO DOS ADOLESCENTES RECRUTADOS COMO JOGADORES DE FUTEBOL PELO SR. REGINALDO PINHEIRO DOS ANJOS**

De acordo com o relatório da CPI, o Sr. Reginaldo Pinheiro foi acusado de ter envolvimento com o aliciamento de menores, que ele recrutava e encaminhava para clubes de futebol.

O acusado recebia entre cem e quatrocentos reais das famílias dos adolescentes, que seriam supostamente para fazer frente a despesas de alimentação e transporte dos jogadores.

De acordo com depoimentos e notícias colhidas pela Comissão, o Sr. Reginaldo Pinheiro usava remédios para dopar os adolescentes com o fim de explorá-los sexualmente. Além disso, havia denúncias de que ele dividia uma cama de casal com os rapazes que moravam no alojamento.

A CPI tomou depoimentos sobre o caso, conforme passa-se a transcrever de forma resumida:

**DEPOIMENTO DO SR. REGINALDO PINHEIRO DOS ANJOS** – Acusado de crime contra a dignidade sexual de adolescentes: Negou ter envolvimento com o aliciamento de menores. Disse que encaminhava jogadores para clubes de futebol com o intuito de ajudá-los. Alegou que a denúncia de crime contra a dignidade sexual se deu em vista de ter chamado a polícia para atuar no furto de um celular praticado pelo menor de nome William, no alojamento dos jogadores. Disse que havia um outro amigo do William de nome Murilo que lhe ameaçou, dizendo que o depoente iria se arrepender cada vez que ouvisse o seu nome e que, logo depois, houve a denúncia e ele foi preso. O depoente relatou que Vando e Joel eram pessoas que lhe mandavam os jogadores para que ele os encaminhasse para os clubes e que as famílias pagavam a ele entre cem e quatrocentos reais referentes a despesas de alimentação e transporte dos jogadores. Disse que começou trabalhando no Clube Confiança como massagista e que fez o curso de Técnico de Enfermagem, mas não o concluiu porque não conseguiu fazer o estágio. Disse que os remédios em grande estoque pertencentes a ele, que foram apreendidos pela polícia, destinavam-se a uso próprio e para o caso de alguém necessitar deles. Explicou que é diabético, tem pressão alta e que toma remédio para dormir. Confirmou que não tinha qualquer tipo de contrato com os jogadores e com os clubes. Disse que se arrepende de ter exercido essa tarefa de “olheiro”, pois gastou tudo que ganhou e ainda está com dívidas. Confirmou que dividia uma cama de casal com os rapazes que moravam no alojamento, mas negou qualquer envolvimento sexual com eles.

**DEPOIMENTO DO SR. LUIZ GUSTAVO VIEIRA DE CASTRO** - Representante da Confederação Brasileira de Futebol – CBF: Disse que a CBF já está tomando providências em relação à transferência de jogadores para o exterior, que as exigências são muito grandes e que não há como transferir menores para exterior. Lembrou o caso do jogador Pato, que tentou ir para o Milan com apenas dezessete anos, mas não obteve êxito. Explicou ainda que a transferência de jogadores profissionais de um lugar para outro deve ser registrada na CBF, o que hoje pode ser feito por meio eletrônico. Mencionou ainda que os clubes são

fiscalizados rigorosamente, mas que os olheiros escapam a esse tipo de fiscalização. Ainda explicou que os clubes têm uma série de exigências no que diz respeito à assistência e proteção dos jogadores.

A CPI, em virtude dessa investigação, indiciou o Sr. REGINALDO PINHEIRO DOS ANJOS, como incurso na pena prevista no art. 215 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pelo crime de violação sexual mediante fraude, consistente em ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima. A pena para este crime é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Na forma do parágrafo único desse artigo, se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

#### **E- CASO DA SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO.**

Conforme relatório da CPI, A Sra. Telma Rodrigues do Nascimento foi acusada de chefiar esquema de aliciamento de travestis para serem explorados no Estado de São Paulo. A acusada possui uma pensão, na esquina da Santa Efigênia, onde, segundo as denúncias, é exercida a exploração de travestis, inclusive menores de idade.

Foi acusada também de envolvimento com as chamadas “bombadeiras” e de indicar médico para realizar cirurgia superfaturadas nos travestis, participando dos lucros dessa atividade ilegal. Também foi acusada de manter pessoas em cárcere na pensão até que elas pagassem o aluguel atrasado.

Seguem os depoimentos colhidos pela CPI:

**DEPOIMENTO DA SRA. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO** - Acusada de chefiar esquema de aliciamento de travestis para serem explorados no Estado de São Paulo: Disse que tem uma pensão, na esquina da Santa Efigênia, e que aluga vagas, mas não alicia travestis e que os menores que foram encontrados no estabelecimento tinham documento falso. Disse que teve outra pensão situada na Rua Hermínio Lemos, número 340 e faz três meses que está no atual endereço. Disse ser inocente e que a única coisa que faz é alugar vagas e que há cerca de sete pessoas hospedadas lá, sendo a capacidade do local para oito ou nove pessoas. Indagada sobre se sua pensão só hospeda travestis, negou o fato, porém confirmou que todos os sete hóspedes no momento são travestis. Na pensão anterior, os hóspedes também eram travestis. Ainda que tem dois filhos e que não tem conhecimento das chamadas “bombadeiras” e do que elas fazem. Também negou que os hóspedes façam programa dentro da pensão. Sobre a indicação de médico para realizar cirurgia nos travestis, disse que não encaminha ninguém para o médico, mas apenas indicou um médico que fez uma cirurgia no seu nariz. O médico, segundo o depoente, é o Dr. Jair. Disse que foi presa sob a acusação de rufianismo e facilitação à prostituição. Disse que a antiga pensão era de alguém conhecido por “Alemão”, que ela diz ter conhecido quando procurava casa para alugar, mas acabou



comprando a casa. Disse que pagou dois mil por quarto, à época. A casa tinha três quartos segundo a depoente. Disse que passou quatro meses nessa casa. Explicou que o local era invadido, quando ela comprou os quartos do Alemão, e que depois ela abandonou a casa. Indagada sobre o verdadeiro nome do Alemão, disse não saber. Disse que cobrava vinte reais por dia, na casa anterior, e, na atual, cobra trinta reais por dia. Falou ainda que é costureira e que vive das costuras. Negou o recebimento de gratificação resultante das cirurgias superfaturadas, realizadas nos travestis pelo Dr. Jair indicado por ela. Também negou ter qualquer gerente que tome de conta da pensão. Disse que tinha apenas uma cozinheira, de nome Pérola. Negou ter conhecimento do assassinato da Pérola. Negou que mantinha pessoas em cárcere na pensão até pagar o aluguel atrasado. Disse que foi denunciada pelo Juan e que não consegue entender o porquê.

**DEPOIMENTO DE RUAN GUILHERME PASSOS FERREIRA** – Menor explorado pela Sra. Telma, em São Paulo: Disse que frequentou a boate da Sra. Telma, em São Paulo, desde os 14 anos, onde era explorado sexualmente, como travesti. Chegou à boate já com uma dívida em torno de seiscentos reais e tinha de pagar diária de trinta reais, além de garantir um lucro mínimo para a proprietária da boate. Relatou que havia vários outros menores, meninos e meninas, na boate, com idade entre catorze e dezessete anos. Disse que sofreu agressões físicas por parte da Sra. Telma e que as outras meninas e meninos que trabalhavam na boate também eram espancados. Contou que chegou a ir à Polícia para fazer a ocorrência de sua agressão, mas que nada aconteceu com a Sra. Telma. Foi obrigado a fazer modificações clandestinas no seu corpo, colocando substâncias proibidas para atender às exigências do mercado sexual. Essa intervenção foi feita, segundo o depoente, pela Sra. Isadora, sócia da Sra. Telma na exploração sexual de mulheres, travestis e menores. Disse o depoente que, depois de denunciar a Sra. Telma, passou a sofrer ameaças de morte, mesmo quando se encontrava no Pará, pois a Sra. Telma tem um irmão que mora no Pará. Relatou ainda que a Sra. Telma tinha capangas e que mandava matar quem invadia seu território. O depoente disse que chegou a trabalhar para uma Sra. Chamada Michele, mas que esta a tratava melhor, não fazia muita pressão, nunca lhe agrediu e lhe cobrava vinte reais pela diária do quarto em que morava.

Em face dessa investigação, a CPI indiciou a Sra. TELMA RODRIGUES DO NASCIMENTO, como incurso nas penas previstas nos arts. 229, 231-A, §§1º e 2º, I, do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pela prática dos seguintes crimes:

- Manter, por conta própria ou de terceiros, estabelecimento em que ocorra exploração sexual, haja, ou não, intuito de lucro ou mediação direta do proprietário ou gerente, cuja pena é de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

- Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual, cuja pena é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. O § 1º desse artigo prevê que “incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la”. Já o § 2º, inciso I, dispõe que a pena é aumentada da metade se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

Foram estas as investigações e providências tomadas pela Comissão em relação a esse caso.

#### **F- CASO DAS GAROTAS DO PANTANAL – MS**

Este caso também foi analisado pela CPI em exame. Trata-se de Inquérito Policial instaurado pela Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso da Polícia Civil do Mato Grosso, em função de ter a autoridade policial tomado conhecimento, por meio de expediente oriundo da Procuradoria Geral de Justiça daquele Estado, que adolescentes entre 13 e 18 anos estariam sendo expostas indevidamente em site da internet com o objetivo de promover concurso para escolher a “Garota da Copa do Mundo no Pantanal”. O Inquérito Policial nº 103/2012/DDMCI/MT foi instaurado por suposta infração ao artigo 244 – A, da Lei nº 8069/90 (ECA), pela PC/MT para apurar os fatos na pasta do caso.

A CPI sugeriu o arquivamento do caso por incompatibilidade do mesmo com o objeto da CPI, eis que não há nos autos do inquérito policial em questão qualquer indício do delito de tráfico de pessoas dos artigos 231 ou 231 – A do CP.

#### **G- O CASO DO SITE GAROTA COPA 2014 NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL.**

Trata-se de Inquérito Policial instaurado pela Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança e Idoso da Polícia Civil do Mato Grosso, em função de ter a autoridade policial tomado conhecimento, por meio de expediente oriundo da Procuradoria Geral de Justiça daquele Estado, que adolescentes entre 13 e 18 anos estariam sendo expostas indevidamente em site da internet com o objetivo de promover concurso para escolher a “Garota da Copa do Mundo no Pantanal”. O Inquérito Policial nº 103/2012/DDMCI/MT foi aberto, para investigar suposta infração ao artigo 244 – A, da Lei nº 8069/90 (ECA), instaurado pela PC/MT.

Foi colhido o depoimento que se passa a transcrever:

DEPOIMENTO DO SR. REINALDO LUÍS AKERLEY CAVALCANTE – Agente Penitenciário do Estado do Mato Grosso e responsável pelo site Garota Copa 2014: Comentou seu trabalho com eventos comunitários, o que o levou a organizar o evento Garota Copa 2013, do qual participavam, de acordo com o depoente, homens

e mulheres de todas as idades, inclusive menores com autorização dos pais. Negou ser proprietário de qualquer empresa de eventos e disse que desenvolve essas atividades sem objetivo de lucro, tirando do seu próprio salário para pagar as despesas. Confirmou que contrata modelos para divulgar o evento Garota Copa 2014 e que paga cem reais por dia de trabalho, com dinheiro do seu salário de agente penitenciário. Negou qualquer financiamento por parte de órgãos públicos. Também disse não ter nenhum site internacional com foto de menores em cenas eróticas.

Não houve conclusão do presente caso pela CPI.

## **H. TRÁFICO DE PESSOAS PARA SALAMANCA – ESPANHA**

Trata-se de suposto caso de tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual objeto da “Operação Planeta”, deflagrada pela Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, com a colaboração internacional da Polícia espanhola. As vítimas eram aliciadas em Salvador/BA e transportadas para locais de exploração sexual na Espanha, onde permaneciam alojadas em situação de cerceamento de liberdade em virtude de suposta dívida contraída perante os aliciadores (despesas de passagem e etc). De acordo com a CPI, a Organização Criminosa era composta por DENISON COSTA PEREIRA, ELIZÂNIA DOS SANTOS EVANGELISTA, RENATA GOMES NUNES e ANGEL BERMUDEZ MOTO.

O caso foi objeto de investigação no bojo do Inquérito Policial n.º 1464/2012-SR/DPF/BA). Foram colhidos os seguintes depoimentos:

**DEPOIMENTO DO SR. DENÍLSON COSTA PEREIRA REIS:** Relatou que, no mês de setembro, estava trabalhando com a campanha do Deputado ACM Neto, quando recebeu uma ligação da filha de sua prima, Renata, que estava na Espanha, dizendo que precisava de alguém para acompanhar um estrangeiro que se encontrava em viagem na Bahia. Disse que essa pessoa lhe pediu para leva-lo a umas boates e que a Renata lhe telefonou pedindo que arranjasse umas meninas para trabalhar lá na Espanha com contrato. O depoente afirmou que contactou uma menina por nome Márcia que lhe indicou algumas amigas interessadas em ir para a Espanha. O encontro do estrangeiro, conhecido por Cigano, e as meninas se deu em uma churrascaria em frente à estação de trem. Estavam lá a Márcia, a Lidiane, a Marcela e outras. Disse o depoente que apenas Lidiane e Marcela se interessaram em ir para a Espanha. Disse que Renata lhe prometeu que ele receberia dois mil para ficar como motorista do Cigano, que lhe pagou apenas mil reais.

**DEPOIMENTO DA SRA. ELIZÂNIA DOS SANTOS EVANGELISTA REIS:** Relatou a conversa da Renata com seu marido e negou qualquer tipo de envolvimento com o tráfico de pessoas, confirmando a proposta da Renata de indicação de meninas para trabalhar na Espanha. Disse que essas meninas acabaram sendo deportadas, pois o passaporte estava vencido e elas se encontravam ilegalmente no País, mas que não teria havido nenhuma hipótese de cárcere privado dessas moças na Espanha.

O Ministério Público Federal denunciou os investigados, instaurando a ação penal nº 880-64.2013.4.01.3300, em trâmite na 2ª Vara Federal da Seção Judiciária da Bahia.

#### **I- CASO DELIVERY, NO ESTADO DO ACRE.**

Trata-se de operação deflagrada pela Polícia Civil do Acre para desbaratar uma rede de prostituição e exploração sexual de mulheres em Rio Branco (AC), tendo como vítimas, inclusive, adolescentes. O Ministério Público do Acre participou da Operação que foi deflagrada no dia 17 de outubro de 2012. A denúncia foi protocolada na 2ª Vara de Infância e Juventude da Comarca de Rio Branco em 21 de novembro de 2012. Os 22 envolvidos foram divididos entre aliciadores e clientes.

O *modus operandi* dos denunciados consistia em identificar mulheres, homens e adolescentes, economicamente desfavorecidos, induzi-los à prostituição ou à exploração sexual, incitando-os, convencendo-os e atraindo-os, mediante promessas de vantagens econômicas, para realizar programas sexuais com os clientes, que na sua maioria, eram pessoas pertencentes aos mais elevados estratos sociais.

Foram realizadas as seguintes diligências:

- Juntada de Reclamação Disciplinar ajuizada pelo MP/AC contra o Desembargador do TJ/AC Francisco Djalma da Silva e contra o Diretor Judiciário do TJ/AC Emerson Vieira Cavalcante, por supostas irregularidades na distribuição de habeas corpus impetrados em favor de pacientes presos na operação (acompanhada de diversos documentos);
- Juntada de parecer do MP/AC sobre o mérito da reclamação mencionada no item anterior;
- Juntada de ofício oriundo do Gabinete do Desembargador Francisco Djalma (TJ/AC), endereçado à Deputada Antônia Lúcia, no qual solicita o encaminhamento de cópias de todos os dados ou escritos que envolvam referido Desembargador, para exercício do contraditório, bem como

encaminha cópias de todos os despachos e decisões prolatadas pelo Desembargador (autuadas na sequência do ofício);

- Oitivas de ELSON SANTIAGO (Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Acre), MARIA DA CONCEIÇÃO MAIA DE OLIVEIRA (Secretária de Política de Mulheres do Estado do Acre), MARCELA CRISTINA OZÓRIO (Promotora de Justiça do Estado do Acre), JOANA D'ARC VALENTE SANTANA (Advogada), ILCELENA DE SOUZA QUEIROZ (Defensora Pública Federal, representante da Defensoria Pública da União), NILSON MOURÃO (Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre), ALMIR FERNANDES BRANCO (Promotor de Justiça), MARCELO SÁLVIO REZENDE VIEIRA (Delegado de Polícia Federal), CARLOS ALBERTO DA SILVA MAIA (Procurador de Justiça e Coordenador da Defesa da Infância e da Juventude do Estado do Acre), FÁBIO FABRÍCIO PEREIRA SILVA (Representante da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social de Rio Branco, Maria das Dores de Sousa), ANTÔNIA SALES (Deputada Estadual do Acre), WALTER PRADO (Deputado Estadual do Acre), MARILEIDE SERAFIM (Deputada Estadual), MARIANO JORGE DE SOUZA MELO (Promotor de Justiça) e JOCIVAN SANTOS (Representante do Movimento dos Direitos Humanos no Acre), em Audiência Pública realizada em 28/02/2013, na Assembleia Legislativa do Estado do Acre;
- Autuadas cópias dos autos de n.º 0500808-75.2012.8.01.0081 (Operação Delivery), tais como cópia da denúncia e cópias de relatórios de análise e de vigilância (Volume n.º 4 do processo RESERVADO);
- Autuadas cópias do inquérito policial n.º 11/2012-DECCO (Operação Delivery) – (Volume n.º 5 do processo RESERVADO);
- Juntadas cópias de petições da defesa dos acusados na operação Delivery e de habeas corpus impetrados em seu favor (Volumes n.º 6 e 7 do processo RESERVADO);

- Juntados os depoimentos sigilosos de BARBELA (travesti) e JOANA D'ARC VALENTE SANTANA (Advogada) - Volume n.º 8 do processo RESERVADO;
- Oitiva de ADRIANO MACEDO NASCIMENTO FILHO (preso no Acre), em Audiência Pública realizada 09/04/2013 na Superintendência Regional da Polícia Federal em Brasília/DF.

Muito embora algumas notícias de fontes abertas indiquem a prática de tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual, indicando que supostamente mulheres seriam levadas da Bolívia para o Acre para aquela finalidade, não há, nos documentos autuados pela CPI, qualquer indício da prática da conduta tipificada no artigo 231 do Código Penal; tanto é que, se fosse o caso, a denúncia teria sido oferecida ao Juízo Federal de Rio Branco/AC.

Assim sendo, foi sugerido o arquivamento do caso no âmbito da CPI, por ausência de correspondência entre os fatos investigados na operação Delivery e o objeto desta Comissão.

Além destes trazidos de forma exemplificativa, foram realizadas investigações de diversos outros casos.

Ao final da CPI e após a análise de todos os casos e denúncias, foram apresentadas as seguintes recomendações para o Brasil: aumentar os esforços para investigar e processar crimes de tráfico e condenar e sentenciar contraventores por crime de tráfico, inclusive autoridades públicas que teriam sido cúmplices de crimes de tráfico; alterar a legislação para aplicar sentenças mais rigorosas para os que cometem tráfico de mão de obra e para alinhar as leis de tráfico sexual com o Protocolo TIP da ONU; considerar o aumento das penas para crimes de recrutamento fraudulento para que se possa detectar e punir com mais eficácia recrutadores inescrupulosos de trabalho forçado; intensificar a colaboração entre entidades governamentais envolvidas no combate de diferentes formas de tráfico; continuar a melhorar e aumentar os recursos para assistência e proteção às vítimas, em especial às vítimas de trabalho escravo mais vulneráveis a recorrências; e ampliar as parcerias entre o governo e o

setor privado para estimular esforços voluntários de empresas visando eliminar o trabalho forçado.

## **5.5 – Atuação do Ministério Público do Trabalho no Combate ao Tráfico de Seres Humanos.**

Especificamente quanto à atuação do Ministério Público do Trabalho, há vários procedimentos administrativos e processos judiciais com o objetivo de investigar a prática de tráfico de seres humanos. Apenas para exemplificar, analisa-se cinco casos recentes que dizem respeito ao tráfico de seres humanos, para fins de trabalho em condição análoga a de escravo e para fins de exploração sexual, os quais demonstram as medidas que vem sendo adotadas, tanto pelo Ministério Público do Trabalho, como pelo Poder Judiciário Brasileiro em situações como estas.

O primeiro caso foi oriundo de Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho, ACP nº 0000384-81.2015.5.14.0402, em face da União Federal, visando a adoção de políticas públicas para efetivo acolhimento das pessoas que ingressam no país mediante solicitação de refúgio, e principalmente, pela fronteira do Brasil no Acre, bem como para adoção de medidas efetivas ao combate ao tráfico de pessoas, trabalhadores migrantes haitianos, senegaleses, dominicanos e de outras dez nacionalidades africanas e asiáticas que tem sido submetido à ação de coites na rota. A decisão liminar condenou a União Federal as seguintes medidas, determinando que a União Federal cumpra as obrigações abaixo: a) assuma a gestão financeira e institucional do(s) abrigo(s) social(is) localizado(s) no Estado do Acre e atualmente destinado(s) a albergar contingente de trabalhadores imigrantes de diversificadas nacionalidades, sobretudo caribenhos (haitianos e dominicanos), africanos (senegaleses) e asiáticos, e garantia de condições materiais de subsistência e acomodação dignas, salubres e não degradantes, enquanto permanecerem em situação de documentação e trânsito neste Estado; b) Garanta atendimento médico por profissionais especializados com conhecimento das doenças endêmicas das regiões de procedência dos trabalhadores que acedem ao Brasil pela rota do Acre; c) assuma por meio dos órgãos públicos (Força Aérea Brasileira, por exemplo) ou através do fretamento de ônibus, nos termos da Lei 8.666/1993 e legislação pertinente, o transporte destes trabalhadores de Brasília e Assis Brasil até Rio Branco, bem como o transporte interestadual de trabalhadores migrantes para outros Estados da Federação; d) assuma o serviço de encaminhamento para o emprego (Sistema Nacional de

Emprego – SINE), mediante a criação de unidades de atendimento que realizem as atividades necessárias à prevenção da vitimização dos trabalhadores e empregos de qualidade duvidosa, como medida para diminuir o tempo de permanência do trabalhador migrante nos abrigos, o que se defere dada a dificuldade de comunicação destes trabalhadores, que os coloca em situação de vulnerabilidade. O prazo para o cumprimento das obrigações foi de 15 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por obrigação descumprida, a ser investida nas cidades que sofreram as lesões de forma mais direta, quais sejam, Brasileia, Epitaciolândia, Assis Brasil e Rio Branco, em projetos escolhidos sob o crivo do Ministério Público do Trabalho. Determinou-se a comprovação do cumprimento das ordens emanadas nas alíneas “a” e “b” acima, pela União, no prazo de 90 dias, sob pena de conclusão dos autos para análise do pedido sucessivo contido no item “5” da petição inicial. A decisão foi prolatada pela Exma. Juíza do Trabalho, Dra. SILMARA NEGRETT, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco-Acre. O conteúdo integral da referida decisão liminar encontra-se no Anexo 2<sup>496</sup>:

O segundo caso que também é muito interessante é a condenação pela Justiça do Trabalho brasileira da construtora Odebrecht e duas de suas subsidiárias, por promover tráfico de pessoas e manter trabalhadores em condições análogas à escravidão na construção de uma usina de açúcar e etanol em Angola<sup>497</sup>. Na decisão, o juiz Carlos Alberto Frigieri, da 2ª Vara do Trabalho de Araraquara (SP), afirmou que operários brasileiros que ergueram a usina Biocom, na Província de Malanje, foram submetidos a um regime de trabalho *"prestado sem as garantias mínimas de saúde e higiene, respeito e alimentação, evidenciando-se o trabalho degradante, inserido no conceito de trabalho na condição análoga à de escravo"*. Frigieri ordenou que a empresa indenize em R\$ 50 milhões os trabalhadores afetados - cerca de 500, segundo a acusação. São rés na ação a Construtora Norberto Odebrecht (CNO), a Odebrecht Serviços de Exportação (antiga Olex) e a Odebrecht Agroindustrial (antes chamada ETH Bionergia). O grupo nega irregularidades na obra e diz que vai recorrer. A empresa afirmou que nunca *"existiu qualquer cerceamento de liberdade de qualquer trabalhador nas obras de Biocom"*, que as condições de trabalho foram *"adequadas às normas trabalhistas e de saúde e*

<sup>496</sup> Decisão Liminar ACP nº 0000384-81.2015.5.14.0402. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/uniao-assumir-gestao-financeira.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

<sup>497</sup> Notícia. Disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831\\_odebrecht\\_angola\\_condenacao\\_pai\\_jf](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_odebrecht_angola_condenacao_pai_jf). Acesso em 08 de outubro de 2015.



*segurança vigentes em Angola e no Brasil*" e que não tinha responsabilidade sobre a obra por ser dona de participação minoritária na usina.

A ação teve início após a BBC Brasil publicar, em 2013, uma reportagem em que operários relatavam ter sofrido maus-tratos na usina entre 2011 e 2012. Com base na reportagem, o Procurador do Trabalho, Rafael de Araújo Gomes, do Ministério Público do Trabalho (MPT) do Brasil determinou a abertura de inquérito civil, que deu origem a uma Ação Civil Pública contra a companhia.

Boa parte dos processos tramitou na Justiça trabalhista do interior de São Paulo, onde as empresas recrutaram muitos dos operários enviados a Angola. Maior construtora da América Latina, a brasileira Odebrecht é uma das maiores empresas também em Angola, onde atua desde 1984 em vários setores. A derrota ocorre em um mau momento para o grupo: seu presidente-executivo, Marcelo Odebrecht, e três executivos estão presos desde junho, acusados de envolvimento no escândalo de corrupção investigado pela operação Lava Jato. Eles negam envolvimento em corrupção.

Na decisão, de 28 de agosto de 2015, o Exmo. Magistrado, Dr. Carlos Alberto Frigieri diz que as empresas denunciadas deixaram de proporcionar aos operários meio ambiente de trabalho adequado, condições mínimas de higiene nos banheiros e refeitórios, tornando o trabalho mais penoso e mais sofrida a estadia, um verdadeiro calvário, com a agravante de que muitos trabalhadores adoeceram no local. O juiz afirma que as condições de higiene nos banheiros usados pelos funcionários - registradas em fotos e vídeos apresentados pela acusação - obrigaram alguns trabalhadores, que não queriam correr o risco de contaminação por bactérias, a utilizarem o matagal próximo ao alojamento. Segundo o magistrado, além de violar normas trabalhistas, a postura das companhias causou aos operários humilhação e sofrimento íntimo, especialmente porque tais obreiros se encontravam longe de suas casas. O juiz diz que as condições degradantes de trabalho enquadram as empresas no crime de redução à condição análoga à de escravos. Segundo o Código Penal, o crime pode ser cometido de três maneiras: submetendo alguém a trabalhos forçados ou a jornada excessiva; sujeitando-o a condições degradantes de trabalho; ou restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto. Em nota à BBC Brasil, a Odebrecht disse que as condições no canteiro de obra foram adequadas e aderentes às normas trabalhistas e de saúde e segurança vigentes em Angola e no Brasil,

incluindo quanto às condições de alojamento, transporte, sanitárias, de alimentação e saúde, incluindo presença de serviço médico local e ambulatório. Em sua decisão, o juiz afirmou ainda que a Odebrecht **promoveu aliciamento de trabalhadores e tráfico de pessoas** ao transportar os operários a Angola com vistos ordinários, que não dão o direito de trabalhar, em vez de vistos de trabalho. Segundo o juiz, o objetivo da empresa era contar com mão de obra especializada cativa, completamente dominada, com pouca ou nenhuma capacidade de resistência, eis que mantidos de forma ilegal em país estrangeiro. Já a Odebrecht afirmou que nunca existiu qualquer cerceamento de liberdade de qualquer trabalhador nas obras de Biocom, que a expatriação de trabalhadores sempre foi realizada observando a legislação brasileira e angolana, que os trabalhadores tinham ampla liberdade de locomoção dentro de Angola e para retornar ao país a qualquer momento, incluindo em datas festivas nas quais diversos trabalhadores voltaram ao Brasil e depois retornaram para Angola, bem como os trabalhadores tinham acesso gratuito à internet. A Odebrecht afirmou ainda que não tinha responsabilidade sobre a obra e que é dona de uma participação minoritária na Biocom. No processo, a companhia afirmou que, por ser uma empresa angolana, a Biocom não poderia ser julgada no Brasil. Segundo a Odebrecht, as obras na usina foram realizadas por empresas subcontratadas pela Biocom, entre as quais a Planusi e a Pirâmide, ambas com sede no interior paulista. O Exmo. Juiz afirmou, porém, que provas apresentadas pela acusação - entre as quais contratos assinados entre as empresas envolvidas - revelam que a Odebrecht era a verdadeira dona da obra, concluindo que a Biocom/Odebrecht de Angola também é uma empresa do poderoso Grupo Odebrecht, justificando a responsabilidade solidária por eventuais condenações. Além dos R\$ 50 milhões de indenização (um décimo do valor pedido pelo MPT na acusação), Dr. Frigieri condenou a empresa a pagar uma série de multas caso não mude suas práticas. O Exmo. Juiz negou, porém, o pedido do Ministério Público do Trabalho para que a construtora deixasse de receber empréstimos do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social). O banco financia boa parte das operações da empresa no exterior.

A íntegra da referida decisão consta do Anexo 3<sup>498</sup>.

Outro caso muito interessante relativo ao tráfico de seres humanos para fins de exploração sexual foi o ocorrido na Paraíba. Depois de nove anos que um esquema de

---

<sup>498</sup> Decisão. PROCESSO Nº 10230-31.2014.5.15.0079. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/09/sentencaOdebrecht.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

aliciamento de adolescentes e jovens homossexuais paraibanos para a prostituição na Europa foi denunciado no Jornal Correio, a Justiça da Paraíba determinou o bloqueio de todos os bens (móveis, imóveis e veículos) e a quebra de sigilos fiscal e bancário de seis acusados de integrar essa rede de tráfico internacional de pessoas. A Justiça bloqueou os bens de Isnard Alves Cabral, a “Diná”, natural do município de Mulungu e o italiano Paolo Simi (acusados de liderar o esquema) e, ainda, dos paraibanos José Fernandes Gorgonho Neto, Sérgio Inocência da Costa, Luciano de França Costa e José de Arimateia Farias Duarte Júnior. Em março de 2011, o Procurador do Trabalho Dr. Eduardo Varandas Araruna, do Ministério Público do Trabalho na Paraíba (MPT), ingressou com Ação civil Pública, com pedido de tutela de urgência, em face de Isnard Alves Cabral, a “Diná”, do italiano Paolo Simi, acusados de liderar esse esquema, bem como em face de mais quatro paraibanos acusados de envolvimento. Conforme a denúncia, a rede aliciava jovens de várias cidades da Paraíba e os exportava, principalmente, para a Itália, onde têm os documentos retidos e são submetidos às piores formas de exploração sexual em condições de trabalho escravo. O Exmo. Magistrado do Trabalho, Dr. Rômulo Tinoco dos Santos, em um trecho da liminar, afirma que o pedido foi indeferido em outras oportunidades, ou por se acreditar que não havia indícios suficientes, ou por se encontrar no aguardo da realização de diligências, o que impediu uma solução mais rápida do processo. Mesmo posteriormente ao ajuizamento desta demanda, foram muitas as notícias colhidas de jornais escritos e televisionados, matérias especiais e com destaque na mídia nacional e local, acerca do permanente tráfico de pessoas, mesmo aquelas que se submetem voluntariamente, sem ter noção dos riscos que correm em outro País, expostos a uma situação completamente diversa da que lhes é prometida. O Magistrado ainda acrescentou que a Justiça não pode ficar à mercê da prática de atos burocráticos quando está em discussão um sem número de valores sociais, muito mais importantes. Tanto mais ao se aferir risco à vida e a incolumidade física de brasileiros, ludibriados com falsas ofertas de vida fácil e lucrativa. Este foi o primeiro caso de bloqueio liminar de bens em uma ação não criminal (ação civil pública), em um processo do MPT no País, representando uma sensibilidade maior da Justiça para esta grave violação dos direitos humanos e tendo um efeito pedagógico para as autoridades. De acordo com o Exmo. Procurador Eduardo Varandas que atuou no caso, é preciso a implantação de ações e políticas públicas efetivas para a prevenção, de nada adiantando se não houver políticas de geração de emprego e renda, ações de combate ao preconceito e a discriminação, além de um núcleo de enfrentamento ao tráfico de pessoas. Há uma dificuldade em se combater gangues internacionais de tráfico de seres humanos. De acordo com o referido Procurador, *“há um despreparo do Brasil para lidar com*

*o problema, ausência de núcleos de assistência às vítimas. Esse tipo de crime é difícil de combater, porque as vítimas não têm assistência e nem existem políticas de prevenção. As travestis preferem continuar escravizadas na Europa. No caso das travestis, elas não conseguem emprego no Brasil. É uma questão social grave”.*

A íntegra da decisão proferida a respeito deste caso encontra-se no Anexo 4<sup>499</sup>.

Importante também trazer à tona outro caso e atuação do Ministério Público do Trabalho no tráfico de pessoas para fins de exploração sexual. Este caso ocorreu no Rio de Janeiro. Trata-se de uma investigação iniciada em outubro de 2015, que se encontra sob sigilo, quando o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho receberam denúncias, devidamente comprovadas de que o Sr. AJBS, por volta de 2010, passou a, mediante fraudes, ameaças e falsas promessas a aliciar mão de obra de trabalhadores arregimentados, principalmente por meio do Orkut e Facebook, com a suposta finalidade de investimento nas carreiras desses trabalhadores como modelos, atores e cantores. Para tanto, o Sr. AJBS dava falsas informações, levava-os para restaurantes, teatros, cinemas como se estivesse investindo no progresso cultural desses trabalhadores. Inicialmente, esses trabalhadores eram alojados na sua própria residência. Como forma de suposta inserção desses trabalhadores no meio artístico, o acusado atuava como intermediador de mão de obra, levando-os a trabalhar como figurantes em um Projeto de Televisão, uma das maiores emissoras do Brasil, através de empresas interpostas, e empresas de organização de eventos, exigindo dos trabalhadores absoluta lealdade e submissão para que as carreiras desses trabalhadores pudessem ser alavancadas. Com uma vida exterior de suposta riqueza, distribuição de presentes e ostentação, o Sr. AJBS dava a esses trabalhadores a expectativa e esperança de que efetivamente encontravam-se sob as ordens de um vitorioso empresário do ramo de entretenimento. Os trabalhadores, além de entregar ao Sr. AJBS os cartões de contas correntes ou poupança em seus nomes, com as respectivas senhas, também eram obrigados a entregar os telefones para monitoramento das conversas de Whatsapp Web, contas de Facebook e suas senhas, bem como os e-mails e, principalmente, os números IMEI dos aparelhos celulares, numeração essa que possibilita a realização de grampos telefônicos. Como forma de pressão, apresentava-se como integrante de um grupo de ex-policiais, dizendo que tinha relações com milicianos para “serviços sujos”. Diante de tal aparato, conseguindo

---

<sup>499</sup> Decisão. PROCESSO Nº 0029500-68.2011.5.13.0025. Disponível em <http://mpt.mp.br/intranet>. Acesso em 12 de agosto de 2016 (acesso restrito a membros do Ministério Público do Trabalho, mediante senha).

dos trabalhadores tais informações, passava a exigir, inclusive, que os mesmos se submetessem às suas investidas sexuais. Tais relações sexuais eram obtidas, inclusive, por meio de uso de remédio controlados, levando trabalhadores ao entorpecimento e posterior abuso, sempre com a condição de ser condição para o investimento em suas carreiras. O Ministério Público do Trabalho atuou de forma efetiva no combate a esta prática, inclusive ajuizando Ação Civil Pública em face da grande emissora de TV brasileira.

No Anexo 5 consta a íntegra a Ação Civil Pública ajuizada, bem como a Ação Cautelar de Busca e Apreensão de Bens, Valores e Bloqueio de Bens, Valores e Ativos Financeiros, processo nº Número: 0011471-16.2015.5.01.0040<sup>500</sup>, que se encontra sob sigredo de justiça, motivo pelo qual todos os nomes constantes nas referidas ações foram abreviados para manter o sigilo. Até a data da finalização da presente tese, não havia decisão prolatada referente a este caso.

Novo caso de atuação do Ministério Público do Trabalho no tocante a questões relacionadas ao tráfico é este outro caso, ocorrido no Estado de Goiás, relativo ao tráfico interno de seres humanos, mais especificamente de travestis, que eram submetidos a todos os tipos de discriminação e exploração. O processo encontra-se sob sigredo de justiça. No Anexo 6 será possível acesso a decisão na íntegra, na qual somente constarão, na transcrição, as iniciais das pessoas e empresas envolvidas<sup>501</sup>.

Assim, vê-se que o Ministério Público tem atuado incansavelmente na luta contra todos os tipos de exploração da pessoa humana, seja contra o trabalho escravo, o trabalho infantil e o tráfico de pessoas para todos os fins, em especial para fins de exploração sexual. Certo é que o Brasil está em muito avançado do que outros países, principalmente pela possibilidade de utilização da Ação Civil Pública, inexistente em outros países. Contudo, verifica-se que a atuação ainda é muito incipiente, necessitando aprimoramento, principalmente visando à garantia dos direitos dos trabalhadores do sexo envolvidos no tráfico de seres humanos, sob pena dos agenciadores e criminosos serem beneficiados com o tráfico, já que acabam por não indenizar os direitos legais a que estas pessoas têm direito.

---

<sup>500</sup> MPT DELPHOS (acesso restrito a membros do Ministério Público do Trabalho, mediante senha. Acessível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br) .

<sup>501</sup>

Como já ressaltado em todo o presente estudo, não bastam medida jurídicas. Há a clara necessidade de se trabalhar de forma interligada e multidisciplinar, com bases em princípios diferentes da teoria tradicional de direitos humanos, que como se viu, não é suficiente para efetivamente solucionar este grave problema.

Assim, entende-se que as medidas a serem adotadas perpassam por garantias jurídicas, sociais, econômicas, culturais e políticas, sempre tendo em mente todos os princípios e fundamentos da teoria crítica de direitos humanos. Necessário, portanto, empoderar os sujeitos envolvidos com esta luta, garantir direitos em normas legais, mas não somente aí, mudar a cultura atual existente, alterar as bases políticas, mudar a realidade existente, transformando os sujeitos desta luta em indivíduos livres e fortes para conquistarem seus objetivos são somente alguns exemplos. E nesta luta, é indiscutível a importância do Ministério Público do Trabalho, juntamente com a atuação efetiva de entidades governamentais e não governamentais, a fim de possibilitar o combate efetivo a este tipo de exploração, mediante a utilização de diversos instrumentos já existentes, mas que são utilizados com parcimônia, como por exemplo, as ações com pedidos relativos ao *dumping* social. A atuação da sociedade também é de fundamental importância, em especial dos trabalhadores envolvidos que devem lutar pelo seu empoderamento. Tratando-se de problema de tamanha gravidade e proporção, são necessárias medidas multidisciplinares, a fim de que algo possa ser feito, para que a realidade possa ser mudada, para que os trabalhadores envolvidos possam adquirir as condições mínimas necessárias para viver com dignidade.

O tráfico de seres humanos no Brasil foi tema da Campanha da Fraternidade do ano de 2014 da Igreja Católica, finalizando essa tese com a imagem da referida campanha<sup>502</sup>:

---

<sup>502</sup> Campanha da Fraternidade de 2014. Disponível em <http://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade2014>. Acesso em 12 de agosto de 2016.



**É PARA A LIBERDADE  
QUE CRISTO NOS  
LIBERTOU**

(Gl 5,1)

Campanha da Fraternidade 2014

**Fraternidade e Tráfico Humano**

Coleta Nacional da Solidariedade - dia 13 de abril



## CONCLUSÃO

O tráfico de seres humanos, em especial de mulheres para exploração sexual, é uma realidade presente em nossa sociedade. As mulheres são as principais vítimas desta situação, já que, como relatado, 98% (noventa e oito por cento) do tráfico com fins sexuais é de pessoas do sexo feminino, sendo uma das principais fontes do crime organizado, rendendo mais de 32 (trinta e dois) bilhões de dólares por ano.

Os números deixam claro que se trata de um problema a ser enfrentado com urgência e efetividade, motivo pelo qual foi escolhido este tema para a presente tese doutoral. Surge então o presente trabalho, visando, com base na teoria crítica de direitos humanos, trazer propostas efetivas para o combate a tamanha atrocidade aos direitos humanos.

A teoria tradicional de direitos humanos não foi considerada hábil a combater o tráfico de mulheres e a garantir os direitos destas trabalhadoras, havendo a necessidade de se trabalhar com outro parâmetro, qual seja, a teoria crítica de direitos humanos, fundamentada na figura do diamante ético, construída pelo professor Joaquín HERRERA FLORES.

Passou-se, portanto, a analisar a teoria crítica de direitos humanos, base deste trabalho, seu conceito e seus fundamentos, comparando-a com a teoria tradicional, a fim de se constatar se a sua aplicação poderia alterar a perspectiva hoje vivenciada.

E a conclusão é de que as garantias hoje existentes de fato não são suficientes para combater o tráfico de mulheres e para garantir os direitos e a dignidade das trabalhadoras, porque estão embasadas em uma teoria tradicional de direitos humanos, onde o foco maior está limitado nas garantias jurídicas, sem observância das demais garantias, quais sejam, sociais, econômicas, culturais e políticas, que devem ser implementadas em conjunto com as jurídicas para que a realidade possa ser alterada.

Há a necessidade, desta forma, de se trabalhar com um novo critério que possa romper com estas barreiras. Este critério está fundamentado na teoria crítica de direitos humanos, onde os direitos humanos não são somente aqueles previstos nas legislações internacionais, mas sim resultado de processos de luta pelo acesso igualitário aos bens



materiais e imateriais para uma vida digna. Um critério que resgate a riqueza humana e que resguarde garantias sociais, econômicas, culturais e políticas, além é claro das jurídicas.

Desta forma, foi feita também uma análise comparativa entre as teorias acerca do trabalho sexual (proibicionismo, regulamentarismo e abolicionismo), as teorias adotadas no Brasil, Espanha, Alemanha, Holanda e Suécia, e os respectivos resultados no tráfico de mulheres e na garantia de direitos das trabalhadoras.

Os Estados Unidos, Grã Bretanha e China adotam o proibicionismo, enquanto a Alemanha, Áustria, México e Holanda o regulamentarismo, e a França, Bélgica, Espanha, Itália e Suécia o abolicionismo.

Muito embora os números tenham demonstrado que o sistema abolicionista contribui melhor para o combate do tráfico de mulheres, em especial no caso da Suécia, que é extremamente rígida na criminalização de todas as partes envolvidas com a prostituição, não é o que se conclui mediante uma análise crítica e mais aprofundada do tema. Explica-se. Acaso os países adotassem o sistema regulamentarista, observassem a escolha realizada por essas mulheres, garantissem os direitos como trabalhadoras e cidadãs, não limitassem a entrada e saída do país com medidas radicais de fechamento de fronteiras, a situação de informalidade diminuiria e, por consequência, o tráfico, porque não haveria mais a criminalização e, por conseguinte, a coação destas mulheres a não denunciarem ofensas à sua dignidade. A situação, neste caso, passaria a ser semelhante a do trabalho em condição análoga a de escravo, ou seja, não haveria mais causas de gênero ou criminais voltadas aos trabalhadores, mas somente econômicas e sociais a serem superadas. Conclui-se, então, que a teoria crítica de direitos humanos deve ser a base para o combate ao tráfico de mulheres.

Assim, se fez necessário o exame das causas e da origem deste problema, havendo duas motivações fundamentais para que o tráfico de mulheres seja o que mais ocorre na perspectiva do tráfico de seres humanos.

Primeira a questão ligada ao gênero, à sociedade patriarcal, à divisão sexual do trabalho e às dualidades existentes em nossa sociedade, em especial entre o público e o privado. As mulheres desde há muito tempo são discriminadas perante esta sociedade patriarcal, gerando sua exclusão em determinadas funções no mercado de trabalho, seu

afastamento dos espaços públicos de reconhecimento e sua submissão a situações degradantes e de total desrespeito a dignidade humana, como é o caso do tráfico para exploração sexual. Estas situações estão tão arraigadas na cultura predominante em nossa sociedade que são utilizados diversos instrumentos, até mesmo de forma inconsciente, para manter tal dominação, citando, apenas como exemplo, o poder simbólico, muito bem conceituado por Pierre BOURDIEU<sup>503</sup>.

A segunda causa detém origem econômica, ligada à questão da escravidão contemporânea, do ser humano como mero objeto, devido à lógica de mercado que vigora no sistema capitalista. A pobreza, a miséria, a falta de educação, a falta de emprego, a ausência de uma posição política emancipadora vivenciadas no sistema capitalista geram a total desconsideração do ser humano. As mulheres traficadas com o fim de exploração sexual são, inclusive, submetidas a diversas situações também comuns aos trabalhadores que prestam serviços em condições análogas a de escravidão. A lógica de mercado apenas vê a necessidade de lucro exacerbado, com a total desconsideração do ser humano. Por isso a necessidade de se trabalhar com o resgate do humano, utilizando-se de critérios como o da riqueza humana, defendido por Joaquín HERRERA FLORES<sup>504</sup>.

Após o estudo acerca do conceito de tráfico de mulheres, das suas causas e da sua origem, fez-se uma análise da legislação nacional e internacional existente acerca do tema, a fim de verificar se a mesma é suficiente para combater tamanha atrocidade aos direitos humanos.

A legislação internacional a respeito do assunto, bem como as internas do Brasil e da Espanha, analisadas detalhadamente neste trabalho, não são suficientes para erradicar o tráfico de pessoas, já que a prática deste crime permanece ocorrendo em grande quantidade. As convenções internacionais sobre o tema também não conseguem atingir o objetivo para os quais foram propostas. De igual forma, as legislações brasileira e espanhola também reprimem o tráfico de pessoas, mas de forma ineficiente. O reduzido número de condenações gera um ar de impunidade, também contribuindo para que o tráfico de seres humanos continue ocorrendo. Por exemplo, no Brasil o tipo penal que trata do tráfico de pessoas somente criminaliza o tráfico para fins de exploração sexual, não prevendo as demais formas de tráfico

<sup>503</sup> BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico.

<sup>504</sup> HERRERA FLORES, Joaquín. La reinención de los derechos humanos.

de pessoas, havendo muito a ser feito, tanto é que as pesquisas analisadas no decorrer deste trabalho mostram que o número de pessoas submetidas a estas situações é grande e a falta de garantias é evidente.

Como já ressaltado, analisando-se os elementos de uma teoria crítica e as dificuldades encontradas para o combate ao tráfico de mulheres e para a garantia dos direitos das trabalhadoras e de sua dignidade, verifica-se que é necessário trabalhar não somente com garantias jurídicas, mas sociais, econômicas, culturais e políticas, a fim de criar uma alternativa que possa modificar esta realidade.

Desta forma, com base na teoria crítica de direitos humanos, propõe-se a adoção de diversas garantias, de forma multidisciplinar, a fim de que seja possível discutir o problema desde sua origem, e não de forma isolada.

Jurídicas, com proposição de mudanças legislativas, no que tange: 1- ao reconhecimento da prostituição como uma profissão regulamentada, 2- à garantia de todos os direitos trabalhistas destas trabalhadoras, 3- à descriminalização da prostituição, mantendo-se, contudo, de forma mais efetiva e rígida, a penalização do tráfico de mulheres e crianças para exploração sexual e da exploração sexual mediante fraude ou ameaça, 3- à alteração do Protocolo de Palermo no que tange à questão do consentimento, 4- à alteração do disposto no artigo 231 do Código Penal Brasileiro, a fim de abarcar todas as formas de tráfico de seres humanos e também criminalizar o tráfico de migrantes, 5- à alteração das normas de imigração rígidas existentes, que discriminam os imigrantes e contribuem com o tráfico de seres humanos, 6- e ao papel do Ministério Público do Trabalho no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual, de forma a poder atuar tanto na sua prevenção, fundamental neste problema, como na sua repressão.

Garantias sociais e econômicas, com a implementação de: 1- políticas públicas a serem adotadas pelo Poder Executivo, 2- projetos de geração de emprego e renda, 3- uma atuação mais efetiva das entidades sociais, dos sindicatos e das organizações não governamentais e 4- de programas sociais para reinserção de mulheres em situação de risco (aquelas submetidas ao tráfico de mulheres e não àquelas que exercem a prostituição por sua vontade, porque estas estariam inseridas no programas existentes para os trabalhadores em geral, por não se encontrarem em “situação de risco social”).

Garantias culturais, focando-se na questão da educação, base de toda a mudança social, e da quebra de estigmas, tão fortes e marcantes na questão da prostituição e do tráfico de mulheres para exploração sexual, com a necessária garantia de acesso igualitário aos bens materiais e imateriais por todos indistintamente.

E por fim, garantias políticas, que visem ao fortalecimento deste grupo discriminado, visando à passagem de uma ontologia da passividade para uma ontologia da potência. Explica-se. Ao considerar o político como algo separado das lutas sociais pela dignidade humana se deixou em suspenso tudo o que depende da política em sua dimensão de relações de força, de alteridade, de adversidade e de antagonismo. Se os direitos humanos pertencem a uma esfera transcendente a toda ação política se chega a assumir um mundo que nos toca viver. Existiria algo como uma realidade (**ontologia da passividade**) que não pode modificar, já que está por cima de nossa capacidade de atuar em sociedade. Para construir uma teoria crítica, é necessário entender de outra forma a ação social, denominando-a de **ontologia da potência**, da ação política cidadã sempre em tensão com as tendências que buscam transformar as relações sociais em coisa, objeto. Uma ontologia da potência que permita compreender e levar à prática o político-estratégico de um modo socialmente compatível com uma política democrática de textura aberta<sup>505</sup>.

As medidas ora propostas embasaram-se em um estudo detalhado acerca do tema, analisando-se a origem do problema, bem como o que há atualmente de garantias jurídicas, para assim poder chegar a conclusão do que ainda pode ser feito. As propostas foram apresentadas, mas necessitam ser implementadas, surgindo, então, a necessária atuação dos Órgãos públicos e entidades privadas que possuem atribuição para tanto.

Dentre os diversos Órgãos Públicos que trabalham com esta problemática, analisou-se a atuação do Ministério Público do Trabalho brasileiro no combate ao tráfico de mulheres para exploração sexual. O Ministério Público no Brasil é considerado por alguns doutrinadores o quarto Poder, ao lado dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo relevante papel na busca de melhores condições de trabalho e na garantia dos direitos humanos e sociais de todos os trabalhadores, independentemente de sua nacionalidade, por ser defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais indisponíveis.

---

<sup>505</sup>

HERRERA FLORES, Joaquín, op. cit., p. 66-68, tradução nossa.

No âmbito extrajudicial, a função de interlocutor social é de notória relevância, porque objetiva conversar com a sociedade e, por meio de audiências públicas, ouvir a voz de todos os envolvidos, devendo agir sempre com imparcialidade na busca de melhores soluções. Também os procedimentos investigatórios têm importante papel na efetividade dos direitos, porque por meio de investigações das denúncias recebidas (os membros possuem diversas prerrogativas para que possam investigar com imparcialidade) podem ser adotadas medidas extrajudiciais, como o Termo de Compromisso de Conduta, ou judiciais, como a Ação Civil Pública, inexistente em outros países, atuando o Ministério Público do Trabalho como defensor da sociedade.

A possibilidade de se requerer em uma Ação Civil Pública a condenação a prática de determinado ato ou a abstenção do mesmo, bem como requerer condenação por dano moral coletivo ou pela prática de *dumping* social, faz o diferencial. A repressão é essencial, bem como as condenações em indenizações, para que haja o aspecto pedagógico da pena.

A atuação do Ministério Público no Trabalho no tráfico de pessoas ainda é muito tímida, considerando o grande número de casos existentes e o pequeno número de procedimentos, investigações e condenações acerca do tema. A atuação que vem sendo realizada tem trazido excelentes resultados, já que busca não somente a penalização dos criminosos envolvidos, seja criminalmente, seja civilmente, mas também a recolocação dos trabalhadores no mercado de trabalho, a inserção em projetos de geração de emprego e renda, bem como a conscientização da sociedade, por meio de audiências públicas e da realização de palestras, visando à mudança da cultura existente. É feito constantemente um trabalho preventivo, buscando sempre evitar que situações semelhantes não mais ocorram, além da atuação política, com o acompanhamento de todos os projetos de lei relacionados aos temas correlatos com a atuação do MPT.

Concedendo-se às mulheres as garantias acima citadas, certamente se estará outorgando o acesso livre e igualitário de todos indistintamente aos bens necessários a viver com dignidade e se estará dando poder a este grupo social, para que possa lutar de uma forma emancipadora por seus direitos. A realidade poderá então ser vista de uma outra forma, sob uma outra perspectiva, nova, emancipadora, libertadora.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, Víctor; COURTIS, Christian. **Los derechos sociales como derechos exigibles**. 2. ed. Madrid: Trotta, 2004.

AÑÓN, Maria José (ed.). **La universidad de los derechos sociales: el reto de la inmigración en València**, Tirant lo Blanch, 2004.

ARELLA, Celeste; BESSA, Cristina Fernández; LAZO, Gemma Nicolás; VARTABEDIEN, Julieta. **Los pasos (in)visibles de la prostitución. Estigma, persecución y vulneración de derechos de las trabajadoras sexuales en Barcelona**. 1 ed. Barcelona: Virus Editorial, 2007.

BATLLERÍA, Rafael Lara et al. **La globalización y los derechos humanos**. Sevilla: Talasa2003.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo Sexo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 5. reimpressão. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOLTANSKI, Luc; CHAPELLO, Ève. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **La Dominación Masculina**. Barcelona: Anagrama, 2000.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

\_\_\_\_\_. **Poder, derecho y clases sociales**. 2.ed. Bilbao: desclée, 2001.

BRASIL. **Código Penal e Constituição Federal 2008**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho**. 31 ed. São Paulo: LTr, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 5948, de 26 de junho de 2006**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5948.htm). Acesso em 20.07.08.

BRASIL. **Decreto nº 6347, de 08 de janeiro de 2008**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6347.htm). Acesso em 20.07.08.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Classificação Brasileira de Ocupações**. Disponível em <http://www.mtecbo.gov.br/>. Acesso em 25.07.2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Direitos humanos: documentos internacionais**. Brasília: 2006.

BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro. **Trabalho decente**. São Paulo: LTr, 2004.

CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. **A proteção internacional dos direitos humanos e o Brasil**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

\_\_\_\_\_. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2003. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 1999. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Tratado de direito internacional de direitos humanos**. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris, 2003. v. 3.

**Campanha da Fraternidade de 2014**. Disponível em <http://campanhas.cnbb.org.br/campanha/fraternidade2014>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

CARELLI, Rodrigo de Lacerda. **“O mundo do trabalho e os direitos fundamentais: o Ministério Público e a representação funcional dos trabalhadores”**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2011.

CAVALCANTI, Tiago Muniz. **Aspectos Gerais do Ministério Público da União sob a Perspectiva da Lei Complementar 75/1993**, in MIESSA, Élisson (org). Estudos Aprofundados MPT Ministério Público do Trabalho. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2ªed, 2013.

**Código Civil Brasileiro**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em 16.04.2014.

**Código Civil Brasileiro – Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10406.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 25 de junho de 2015.

**Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8078/90**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8078.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8078.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Código de Processo Civil – Lei nº 5869/73**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5869.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5869.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

**Código de Processo Civil - Lei nº 5869/73**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5869compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5869compilada.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Código Penal Brasileiro**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm). Acesso em 11 de julho de 2016.

**Código Penal Espanhol.** Disponível em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Penal/lo10-1995.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Penal/lo10-1995.html). Acesso em 26.05.2008.

**Código Penal Espanhol.** Disponível em [https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038\\_Codigo\\_Penal\\_y\\_legislacion\\_complementaria&modo=1](https://boe.es/legislacion/codigos/codigo.php?id=038_Codigo_Penal_y_legislacion_complementaria&modo=1). Acesso em 11 de julho de 2016.

COLARES, Marcos. **I Diagnóstico sobre o tráfico de seres humanos: São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás e Ceará.** Brasília: Secretaria Nacional de Justiça, 2004. Disponível em [http://www.unodc.org/pdf/brazil/Pesquisa\\_Colares\\_Diagramamda.pdf](http://www.unodc.org/pdf/brazil/Pesquisa_Colares_Diagramamda.pdf). Acesso em 20.08.2008.

Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – Decreto-Lei nº 5452/1943. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

**Constituição Federal Brasileira De 1934.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Constituição Federal Brasileira De 1937.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Constituição Federal Brasileira De 1946.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Constituição Federal Brasileira De 1967.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Constituição Federal do Brasil de 1988.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm). Acesso em 30 de junho de 2015.

**Constituição Espanhola de 1978.** Disponível em: <http://www.gva.es/cidaj/pdf/constitucion.pdf>. Acesso em 18.06.2008.

**Convenção das Nações Unidas sobre todas as formas de discriminação contra a mulher.** Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/mulher/lex121.htm>. Acesso em 24.05.2014.

**Convenção Nº 29 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv\\_29.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_29.pdf). Acesso em 30.7.08.

**Convenção Nº 111 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.mte.gov.br/rel\\_internacionais/conv\\_111.pdf](http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/conv_111.pdf). Acesso em 05.07.2008.

**Convenção Nº 117 da Organização Internacional do Trabalho.** Disponível em [http://www.mte.gov.br/rel\\_internacionais/conv\\_117.pdf](http://www.mte.gov.br/rel_internacionais/conv_117.pdf). Acesso em 05.07.2008.



COLBERT, Nancy Qualls. **A prostituta Sagrada. A face eterna do feminismo**. 4 ed. São Paulo: Paulus, 2002.

CUARDENOS DE GEOGRAFIA N° 72. **La dinámica inmigratoria: perspectivas sociogeográficas**. Valência: Universitat de València, 2002.

**Decisão.** PROCESSO N° 10230-31.2014.5.15.0079. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/09/sentencaOdebrecht.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

**Decisão.** Acórdão 8ª Câmara (Quarta Turma). Processo TRT 15ª Região n. 00999-2003-126-15-00-7 RO. RECURSO ORDINÁRIO. Origem: 2ª VARA DO TRABALHO DE PAULÍNIA. Relator Desembargador JOÃO BATISTA DA SILVA. Juíza sentenciante: DANIELA MACIA FERRAZ GIANNINI. Disponível em <http://portal.trt15.jus.br/decisoes-gsa>. Acesso em 02 de julho de 2015.

**Decisão.** Acórdão 4420/2014. Processo : 0110000-96.2006.5.17.0151 RO. Gabinete : Secretaria da 2ª Turma. Data Publicação : 02/09/2014. Relator: CARLOS HENRIQUE BEZERRA LEITE. Disponível em <http://www.trtes.jus.br/sic/sicdoc/DocViewer.aspx?id=257&sq=243612945&pq=KHtzYWlhcmNvfSAmIHtmZGR9ICYge2ZhdH0p&fmt=2>. Acesso em 02 de julho de 2015.

**Decisão do Supremo Tribunal Federal.** Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5209. Disponível em <http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/1/art20150115-13.pdf>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

**Decisão Liminar** ACP nº 0000384-81.2015.5.14.0402. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/uniao-assumir-gestao-financeira.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em [http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em 23.07.08.

**Decreto n.º 1.030, de 14 de novembro de 1890,** em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D1030.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D1030.htm), Acesso em 20.02.2015.

**Decreto n.º 1.602 de 23 de agosto de 1995.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1995/D1602.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1995/D1602.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Decreto nº 7.901, de 2013.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7901.htm#art10](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7901.htm#art10). Acesso em 13 de julho de 2016.

**Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8058.htm#art201](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8058.htm#art201). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Decreto nº 16.273, de 20 de dezembro de 1923,** disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D16273.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D16273.htm). Acesso em 20.02.2015.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Yordan Moreira. **Comentários à Lei nº 12.015/09**. Jus Navigandi, Teresina, ano 14, n. 2289, 7 out. 2009. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/13629>>. Acesso em 02 de novembro de 2010.

DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

EKBERG, Gunilla. **Informe sobre la Ley Sueca que prohíbe la compra de servicios sexuales: las mejores prácticas para la prevención de la prostitución y la trata con fines de explotación sexual**. Disponível em [www.aboliciondelaprostitucion.org/documentosinternacionales .htm](http://www.aboliciondelaprostitucion.org/documentosinternacionales.htm). Acesso em 23.06.2008.

**Emenda Constitucional n.º 1, de 17 de outubro de 1969**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Emendas/Emc\\_anterior1988/emc01-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Enunciados da 1ª Jornada de Direito Material e Processual do Trabalho**, realizada em Brasília/DF, em 23 de novembro de 2007. Disponível em <http://trabalhoeconcurso.blogspot.com.br/2010/12/enunciados-aprovados-na-1-jornada-de.html>. Acesso em 02 de julho de 2015.

ESPANHA. Defensor del Pueblo de Andalucía. **La prostitución: realidad y políticas de intervención pública en Andalucía**. Sevilla, abril de 2002.

**Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 13 de julho de 2016.

**Estatuto de los Trabajadores de Espanha**. Disponível em: [http://www2.inem.es/legis/empleo/rdley1\\_95.htm](http://www2.inem.es/legis/empleo/rdley1_95.htm). Acesso em 20.06.2008.

ESTÉS, Clarisse Pinkola. **Mulheres que correm com lobos: mitos e histórias do arquétipo da mulher selvagem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FERRAJOLI, Luigi. **Derechos y garantías: la ley del más debil**. 5. ed. Madrid: Trotta, 2006.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade do saber**. 18. ed. São Paulo: Graal, 2007. v. 1.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: o cuidado de si**. 9. ed. São Paulo: Graal, 2007. v. 3.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade: o uso dos saberes**. 11. ed. São Paulo: Graal, 2006. v. 2.

GALLARDO, Hélio. **Teoría crítica: matriz y posibilidad de derechos humanos**. Múrcia: David Sánchez Rubio, s.d.

GARGARELLA, Roberto. **Las teorías de la justicia después de Rawls: un breve manual de filosofía política**. Barcelona: Paidós, 1999.

GEOCITIES YAHOO. Disponível em <http://br.geocities.com/maritp31/desenho.html>. Acesso em 09.06.2008.

GIL, Carmen Gregorio. **Migración femenina: su impacto en las relaciones de género**. Madrid: Nancea, s.d.

GOMES, Luiz Flávio; PIOVESAN, Flávia (Org.). **Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos e o direito brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

GOSDAL, Thereza Cristina. **Discriminação da Mulher no Emprego**. Curitiba: Genesis, 2003.

GOYET, Francisque. **“Le Ministère Public em matière civile ET em matière répressive et l’exercice de l’action publique”**. Paris, Recueil Sirey, 1953.

HERRERA FLORES, Joaquín. **De habitaciones propias y otros espacios negados: una teoría crítica de las opresiones patriarcales**. Bilbao: Universidad de Deusto, 2005.

\_\_\_\_\_. (Org.). **El vuelo de anteo: derechos humanos y crítica de la razón liberal**. Bilbao: Desclee de Brouwer, 2000.

\_\_\_\_\_. **La reinención de los derechos humanos**. Andalucía: Atrapasueños, 2008.

**Informe Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em <http://www.ilo.org/public/spanish/bureau/inf/magazine/26>. Acesso em 26.05.2008.

JACOBI, Pedro Roberto. **Movimentos sociais: teoria e prática em questão**. In: Ilse Scherer-Warren; Paulo Krischke (org.). **Uma revolução no cotidiano? Os novos movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

JESUS, Damásio de. **Tráfico Internacional de Mulheres**. São Paulo: Saraiva, 2003.

JULIANO, Dolores. **La prostitución: el espejo oscuro**. Barcelona: Icaria, 2002.

**JURISPRUDÊNCIA**. Disponível em <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23094595/apelacao-criminal-acr-451-ba-0000451-3520114013311-trf1>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

**JURISPRUDÊNCIA**. Disponível em <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23094594/apelacao-criminal-acr-1188-ac-0001188-9820114013000-trf>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

KLETHUS. **É preciso mudar**. Composição Ellen Carmaine, Junior Max e Guto. Disponível em: <http://vagalume.uol.com.br/klethus/e-preciso-mudar.html>. Acesso em 21.05.08.

LAFER, Celso. **La reconstrucción de los derechos humanos: un diálogo con el pensamiento de Hannah ARENDT**. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

**Lei nº 1.341, de 30 de janeiro de 1951**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L1341.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1341.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Lei nº 7064, de 06 de dezembro de 1982**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7064.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7064.htm). Acesso em 15.08.2015.

**Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7998.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7998.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Lei nº 8069 de 13 de julho 1990.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Lei nº 10.608 de 20 de dezembro de 2002.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/2002/L10608.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10608.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em 22.7.08.

**Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85).** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7347orig.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Lei da Ação Civil Pública (Lei n.º 7347/85).** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 01 de julho de 2015.

**Lei da Ação Civil Pública (Lei nº 7347 de 24 de julho de 1985).** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm). Acesso em 02 de julho de 2015.

**Lei Complementar nº 75/1993.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp75.htm). Acesso em 20.02.2015.

**Lei Complementar nº 75/93.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LCP/Lcp75.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp75.htm). Acesso em 01 de julho de 2015.

**Lei Orgânica Nacional do Ministério Público - Lei Complementar n.º 40, de 14 de dezembro de 1981.** Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/Lcp40.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp40.htm). Acesso em 20.02.2015.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática.** 5ª ed.- São Paulo: LTr, 2011.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. **Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática.** 6ª ed.- São Paulo: Saraiva, 2014.

Ley Argentina nº 26.364, de 09 de abril de 2008. **Prevencion y Sancion de la Trata de Personas y Asistencia a sus Victimas.** Disponível em <http://www.infoleg.gov.ar/infolegInternet/anexos/140000-144999/140100/norma.htm> Acesso em 07.4.2014.

**Ley Orgánica 4/2000 - Ley de Extranjería.** Disponível em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Anterior/r5-lo4-2000.t3.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Anterior/r5-lo4-2000.t3.html). Acesso em 07.07.2016.

**Ley Orgánica nº 8/2000 - Ley de Extranjería da España.** Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/0963.pdf>. Acesso em 30.06.2008.

**Lexur Editorial.** Disponível em <http://www.lexureditorial.com/boe/0312/22719.htm>. Acesso em 25.08.2008.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Migrações, mundo do trabalho e atuação do Ministério Público do Trabalho. In PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). Migrações e Trabalho. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

MAIA, Rodrigo de Almeida. **Em Nome da Sociedade: O Ministério Público nos Sistemas Constitucionais do Brasil e de Portugal.** Disponível em <http://www.icjp.pt/sites/default/files/media/634-951.pdf>. Acesso em 18.09.2014

**Mapa de atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 17ª Região – Vitória/ES, na área de trabalho escravo.**

MAZZILLI, Hugo Nigro. **O Inquérito Civil.** São Paulo: Saraiva, 1999.

MAZZILLI, Hugo Nigro. **Introdução ao Ministério Público.** 7ª ed. Rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2008.

MEDEIROS, Paula. **Blog.** Disponível em <http://paulamedeiros.wordpress.com/tag/uniao-europeia/>. Acesso em 20.06.2009.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago. **Dano Moral Coletivo.** 2ª ed. São Paulo: Ltr, 2007.

MESTRE Y MESTRE, Ruth. Precioso, Magdalena López. Trabajo Sexual. **Reconocer Derechos.** Ediciones la Burbuja. 2006.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [http://www.mte.gov.br/trab\\_escravo/grupo\\_fisc.asp](http://www.mte.gov.br/trab_escravo/grupo_fisc.asp). Acesso em 28.08.2008.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/seg\\_desemp/modalidades-seguro-desemprego-empregado-resgatado.htm](http://portal.mte.gov.br/seg_desemp/modalidades-seguro-desemprego-empregado-resgatado.htm). Acesso em 25/10/2013.

Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em <https://www.ecodebate.com.br/2015/05/14/mte-apresenta-balanco-do-trabalho-escravo-nos-20-anos-de-atuacao-do-grupo-movel/>. Acesso em 07 de julho de 2016.

MOUSINHO, Ileana Neiva. **Painel Efetivação dos Direitos Fundamentais Mediante Ação Civil Pública para Implementar Políticas Públicas,** In “O MPT como Promotor dos Direitos Sociais”. São Paulo: Editora Ltr, 2006.

MPT DELPHOS. Acessível em [www.mpt.gov.br/intranet](http://www.mpt.gov.br/intranet).

NOGUEIRA, Christiane V.; NOVAES, Marina; BIGNAMI, Renato (Org.). **Tráfico de Pessoas: Reflexões para a compreensão do trabalho escravo contemporâneo.** Paulinas, 2014.

Notícias Ipcdigital.com.br. Disponível em [http://www.ipcdigital.com/ver\\_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368](http://www.ipcdigital.com/ver_noticiaA.asp?descrIdioma=br&codNoticia=3112&codPagina=3261&codSecao=368). Acesso em 20.08.2008.

Notícias UOL. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2005/12/02/ult1808u54492.jhtm>. Acesso em 25.08.2005.

Notícia. Disponível em [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831\\_odebrecht\\_angola\\_condenacao\\_pai\\_if](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150831_odebrecht_angola_condenacao_pai_if). Acesso em 08 de outubro de 2015.

Notícia. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/07/maioria-das-vitimas-do-traffic-de-pessoas-e-mulher-e-negra-diz-relatorio.html>. Acesso em 05 de julho de 2016.

Notícia. Disponível em <https://nacoesunidas.org/onu-lanca-relatorio-global-sobre-o-traffic-de-pessoas-em-evento-em-brasilia-com-ivete-sangalo/>. Acesso em 05 de julho de 2016.

Notícia. Disponível em <http://pt.novopress.info/3018/nova-norma-europeia-de-combate-a-imigracao-ilegal%E2%80%8F/> Acesso em 03.11.2010.

OLIVEIRA, Carla Mary S. **História da Arte, Les Demoiselles d'Avignon**. Disponível em: <http://www.geocities.com/carlaoliveira.geop/picasso01.html>. Acesso em 09.06.2008.

OLMEDA, Alberto Palomar (Org.). **El tratamiento del género en el ordenamiento español: una visión multidisciplinar del tratamiento de la mujer en los distintos ámbitos sociales**. Valência: Tirante lo blanch, 2005.

OMELETE. Disponível em [http://www.omelete.com.br/musi/100012442/Radiohead\\_empresta\\_musica\\_a\\_campanha\\_cont\\_ra\\_traffic\\_humano.aspx](http://www.omelete.com.br/musi/100012442/Radiohead_empresta_musica_a_campanha_cont_ra_traffic_humano.aspx). Acesso em 23.05.2008.

**Organização das Nações Unidas**. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/>. Acesso em 28.08.2008.

**Organização Internacional do Trabalho**. Disponível em [http://www.unodc.org/pdf/brazil/Cartilha\\_MJ\\_72%20dpi.pdf](http://www.unodc.org/pdf/brazil/Cartilha_MJ_72%20dpi.pdf). Acesso em 20.07.08.

**Organização Internacional do Trabalho**. Tráfico humano é negócio bilionário. In: Jornal do Senado. Brasília, 18 a 24 de set. de 2006.

**Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em [http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ\\_SDI\\_1/n\\_s1\\_181.htm#TEMA199](http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/OJ_SDI_1/n_s1_181.htm#TEMA199). Acesso em 13 de julho de 2016.

**Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho**. Disponível em <http://www.tst.jus.br/documents/10157/63003/Livro-Internet.pdf>. Acesso em 02 de agosto de 2016.

OSBORNE, Raquel. **Las prostitutas: una voz propia (crónica de un encuentro)**. Barcelona: Icaria, 1991.

\_\_\_\_\_. **Trabajadoras del sexo: derechos, migraciones y trafico en el siglo XXI**. Barcelona: Bellaterra, 2004.

PEREIRA, Cícero Rufino. **Efetividade dos direitos humanos trabalhistas: o Ministério Público do Trabalho e o tráfico de pessoas**. São Paulo: LTr, 2007.

PEHERSON, G. **El prima de la prostitución**. Madrid: Talasa, 2000.



PICASSO, Pablo. **Les Demoiselles D'avignon (1907)**. Disponível em: <http://www.spanisharts.com/reinasofia/picasso.htm>. Acesso em 09.06.2008.

PIOVESAN, Flávia (Org.). **Direitos humanos**. Curitiba: Juruá, 2007. v. 1.

\_\_\_\_\_. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. São Paulo: Saraiva, 2006.

**Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2, de 12 de maio de 2011**. <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=282591>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

**Portaria nº 540/04 do Ministério do Trabalho e Emprego**. Disponível em [http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p\\_20041015\\_540.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE914E6012BF2B6EE26648F/p_20041015_540.pdf). Acesso em 02 de julho de 2015.

PRADO, Erlan José Peixoto do; COELHO, Renata (Org.). **Migrações e Trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.

PRECIOSO, Magdalena López; MESTRE y MESTRE, Ruth. **Trabajo sexual: reconocer derechos**. Valencia: La Burbuja, 2006.

**Projeto “Escravo, Nem Pensar!”**. ONG Repórter Brasil. Disponível em <http://www.escravonempensar.org.br/tipos-de-material/publicacoes/>. Acesso em 02 de julho de 2015.

PRONER, Carol. **Os direitos humanos e seus paradoxos: análise do sistema americano de proteção**. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 2002.

**Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Protocolo De Palermo)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5015.htm). Acesso em 19.06.2008.

**Protocolo Contra Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar, Complemento à Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional**. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5016.htm). Acesso em 19.06.2008.

**Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas, Consolidação dos Dados de 2005 a 2011**. Disponível em [https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08\\_Publicacao\\_diagnostico\\_ETP.pdf](https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil/noticias/2013/04/2013-04-08_Publicacao_diagnostico_ETP.pdf). Acesso em 08 de julho de 2016.

**Relatório Final Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, suas causas, consequências e responsáveis no período de 2003 a 2011, compreendido na vigência da Convenção de Palermo**. (CPI – TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL). Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/54a-legislatura/cpi-traffic-de-pessoas-no-brasil/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao/relatorio-final-aprovado-e-parecer-da-comissao>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

**Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=248530>. Acesso em 05 de outubro de 2015.

**Resolução nº 69/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.** Disponível em <http://www.mpt.gov.br/camaraArquivos/resolucoesCSMPT/resolu69.pdf>. Acesso em 25 de junho de 2015.

**Resolução nº 82/2012 do Conselho Nacional do Ministério Público.** Disponível em [http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/Resolucoes/Resoluo\\_n\\_82\\_audencias\\_publicas\\_no\\_MP.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Normas/Resolucoes/Resoluo_n_82_audencias_publicas_no_MP.pdf). Acesso em 25 de junho de 2015.

**Revista de Direito do Consumidor**, n. 12, out/dez-94, São Paulo: Revista dos Tribunais.

ROMANI, Carlos Fernandez de Casadevante (org.). **Derecho internacional de los derechos humanos**. 3. ed. Madrid: Dilex, S. L., s.d.

ROSA, Juliana Grebe. CALEGARO, Marco Montarroyos. **Homens e mulheres afinal, somos iguais ou diferentes?** Revista de divulgação 77 técnico-científica do ICPG, v.1, n. 4. jan-mar 2004. Disponível em: [www.icpg.com.br/hp/revista/download.exec.php?rpa\\_chave=392a6b05fdeb6d1a6dc1](http://www.icpg.com.br/hp/revista/download.exec.php?rpa_chave=392a6b05fdeb6d1a6dc1) -. Acesso em 26.08.2008.

SALAS, Antonio. **Um ano no tráfico de mulheres**. Lisboa: Livros d'hoje, 2004.

SANCHEZ RUBIO, David. **Repensar derechos humanos: de la anestesia a la sinestesia**. Sevilla: Mad, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 1.

SARAMAGO, José. **Ensayo sobre la ceguera**. Madrid: Santillana, 1996.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Eficácia dos direitos fundamentais**. 3. ed. Porto Alegre: Livraria dos Advogados, 2003.

SERRA CRISTÓBAL, Rosário (coord.). **Prostitución y trata: marco jurídico y régimen de derechos**. Valência: Tirant lo Blanch, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23 ed. São Paulo, Cortez, 2007.

SIMÓN, Sandra Lia. **Reflexões sobre o Ministério Público do Trabalho na Atualidade**, in MIESSA, Élisson (org). Estudos Aprofundados MPT Ministério Público do Trabalho. Salvador: Ed. JusPODIVM, 2ªed, 2013.

SIURANETA, David et al. **Todo lo que hay que saber sobre El derecho Del trabajo: derechos y obligaciones**. Barcelona: Studio Book, s.d.

SÜSSEKIND, Arnaldo et al. **Instituições do direito do trabalho**. 21. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2003. v. 1.



VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. **Da constitucionalidade e da conveniência da Lei Maria da Penha**. Disponível em <http://jus2.uol.com.br/Doutrina/texto.asp?id=11030>. Acesso em 25.07.08.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. **A Participação do Ministério Público no Processo Civil**, in CAMARGO FERRAZ, Antônio Augusto Mello de (org.). Ministério Público. São Paulo: Atlas, 1999.

YOUNG, Íris Marion. **La Justicia y la política de la diferencia**. Madrid: Cátedra, 1990.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 5. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2006.

WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no direito**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Alfa-Omega, 2001.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Vindicación de Los Derechos de la Mujer**. Madrid: Istmo, 2005.

## ANEXOS

**ANEXO 1-** Jurisprudência. Disponível em <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23094594/apelacao-criminal-acr-1188-ac-0001188-9820114013000-trf>. Acesso em 08 de outubro de 2015.

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES. ARTIGO [231](#), [2º](#), DO [CÓDIGO PENAL](#).

1. O crime de tráfico de pessoas - Lei [11.106](#), de 28.03.2005, que alterou a redação do art. [231](#) do [Código Penal](#), de tráfico de mulheres para tráfico internacional de pessoas - consuma-se com a entrada ou a saída da pessoa, homem ou mulher, seja ou não prostituída, do território nacional, independentemente do efetivo exercício da prostituição - basta o ir ou vir exercer a prostituição -, e ainda que conte com o consentimento da vítima.

2. O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, que suplementa a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em novembro de 2000, trouxe a primeira definição internacionalmente aceita de tráfico de seres humanos: "a) 'Tráfico de pessoas' deve significar o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. Exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos; b) O consentimento de uma vítima de tráfico de pessoas para a desejada exploração definida no subparágrafo (a) deste artigo deve ser irrelevante onde qualquer um dos meios definidos no subparágrafo (a) tenham sido usados".

3. "O tráfico pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O ilícito começa com o aliciamento e termina com a pessoa que explora a vítima (compra-a e a mantém em escravidão, ou submete a práticas similares à escravidão, ou ao trabalho forçado ou outras formas de servidão). O tráfico internacional não se refere apenas e tão-somente ao cruzamento das fronteiras entre países. Parte substancial do tráfico global reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país, observando-se que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, nem limita o direito que ela tem à proteção oficial" (Damásio de Jesus, in Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças - Brasil, São Paulo: Saraiva, 2003, p. XXIV). (Processo: ACR 451 BA 0000451-35.2011.4.01.3311. Relator(a): DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO. Julgamento: 26/03/2013. Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA. Publicação: e-DJF1 p.293 de 05/04/2013)<sup>506</sup>

PENAL E PROCESSO PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE SERES HUMANOS. EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MULHERES. ARTIGO 231 DO CÓDIGO PENAL. (ART. 239 DO ECA). CONSENTIMENTO DAS VÍTIMAS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS.

<sup>506</sup> Jurisprudência. Disponível em <http://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/23094595/apelacao-criminal-acr-451-ba-0000451-3520114013311-trf1>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

1. O consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, pois que o requisito central do tráfico é a presença do engano, da coerção, da dívida e do propósito de exploração. É comum que as mulheres, quando do deslocamento, tenham conhecimento de que irão exercer a prostituição, mas não têm elas consciência das condições em que, normalmente, se vêem coagidas a atuar ao chegar no local de destino. Nisso está a fraude.
2. O crime de tráfico de pessoas - foi a Lei 11.106, de 28.03.2005, que alterou a redação do art. 231 do Código Penal, de tráfico de mulheres para tráfico internacional de pessoas - consuma-se com a entrada ou a saída da pessoa, homem ou mulher, seja ou não prostituída, do território nacional, independentemente do efetivo exercício da prostituição - basta o ir ou vir exercer a prostituição - , e ainda que conte com o consentimento da vítima.
3. O Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, Especialmente Mulheres e Crianças, que suplementa a Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional, adotada em novembro de 2000, trouxe a primeira definição internacionalmente aceita de tráfico de seres humanos: "a) 'Tráfico de pessoas' deve significar o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. Exploração inclui, no mínimo, a exploração da prostituição ou outras formas de exploração sexual, trabalho ou serviços forçados, escravidão ou práticas análogas à escravidão, servidão ou a remoção de órgãos; b) O consentimento de uma vítima de tráfico de pessoas para a desejada exploração definida no subparágrafo (a) deste artigo deve ser irrelevante onde qualquer um dos meios definidos no subparágrafo (a) tenham sido usados".
4. "O tráfico pode envolver um indivíduo ou um grupo de indivíduos. O ilícito começa com o aliciamento e termina com a pessoa que explora a vítima (compra-a e a mantém em escravidão, ou submete a práticas similares à escravidão, ou ao trabalho forçado ou outras formas de servidão). O tráfico internacional não se refere apenas e tão-somente ao cruzamento das fronteiras entre países. Parte substancial do tráfico global reside em mover uma pessoa de uma região para outra, dentro dos limites de um único país, observando-se que o consentimento da vítima em seguir viagem não exclui a culpabilidade do traficante ou do explorador, nem limita o direito que ela tem à proteção oficial" (Damásio de Jesus, in Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças - Brasil, São Paulo: Saraiva, 2003, p. XXIV).
5. O crime disposto no art. 239 do ECA configura-se quando se promove ou auxilia a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com inobservância das formalidades legais ou com o fito de obter lucro. (Processo: ACR 1188 AC 0001188-98.2011.4.01.3000. Relator(a) DESEMBARGADOR FEDERAL TOURINHO NETO. Julgamento: 26/03/2013. Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA. Publicação: e-DJF1 p.291 de 05/04/2013).

**ANEXO 2-** Decisão Liminar ACP nº 0000384-81.2015.5.14.0402. Disponível em <http://s.conjur.com.br/dl/uniao-assumir-gestao-financeira.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016:

PROCESSO Nº 0000384-81.2015.5.14.0402

#### DECISÃO DE LIMINAR EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA

O Ministério Público do Trabalho ajuizou Ação Civil Pública em face da União Federal, fundamentando que a partir de 2010 tem se intensificado a entrada de trabalhadores imigrantes no Brasil, notadamente haitianos, que deixaram sua pátria de origem, assolada por extrema pobreza, em razão de catástrofes ambientais e instabilidade institucional, e que acedem o território nacional pelo Estado do Acre, chegando ao número de 36.000 trabalhadores desde então, que entram no País com visto permanente por razões humanitárias, concedido nos termos da Resolução Normativa 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Explica que em solo brasileiro a questão passou a ser gerida pelo Estado do Acre, que encaminhava estes trabalhadores imigrantes a abrigos, primeiramente na cidade de Brasília e depois na capital Rio Branco, cuidando ainda em destiná-los a outras cidades de outros Estados da Federação com potencial empregatício, assumindo tais despesas com o apoio do Governo Federal, asseverando, contudo, que estas medidas deixaram de ser praticadas a partir de 2/5/2015, conforme ofícios 182 e 183, de 16 de abril de 2015, enviados pelo governo acriano à Casa Civil da Presidência da República e ao Ministério da Justiça. Argui o MPT que em tais abrigos passou a ocorrer práticas perversas de contratação destes trabalhadores imigrantes, que eram submetidos à seleção pela espessura da canela, pela genitália e pela idade, o que provocou a constituição de um Grupo Permanente de Trabalho com vistas a avaliar e estudar estratégias de atuação a respeito do trabalho dos imigrantes, conforme Portaria 218/2014, tendo já o Parquet empreendido Reunião Técnica Intergovernamental no intuito de debater a situação destes trabalhadores imigrantes, exortando os Poderes Públicos a adotarem medidas de regular gerenciamento da situação migratória, compreendendo ser da União, e não dos Estados Membros, o dever fundamental de promover políticas públicas de assistência ao trabalhador imigrante. Ressalta que os abrigos que comportavam 200 pessoas atualmente contam com quase 1.000, fato que revela a completa deficiência da assistência humanitária inicialmente ofertada pelo Brasil aos trabalhadores haitianos e de outras nacionalidades, verificada na extrema precariedade do alojamento, cujos imigrantes permanecem no chão, fazendo refeições ao relento, sem nenhuma assistência médica e hospitalar, abrindo a porta para situações de óbito, como a morte recente de uma haitiana de 27 anos, com diagnóstico de pneumonia. Enfatiza que a Resolução 97/2012 do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) terá como data final de vigência o dia 30/10/2015, conforme deliberação ocorrida no dia 9/12/2014, abrindo caminho para o agravamento futuro da questão, já tão sensível ante à geração de verdadeiros depósitos de trabalhadores imigrantes nos mencionados abrigos. Assim, destaca o MPT que a presente Ação Civil Pública tem como objeto central a promoção de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos humanos e fundamentais do trabalhador imigrante e em defesa de direitos difusos e coletivos de toda sociedade brasileira, agindo na conformidade de sua função constitucional preceituada nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal. À luz da competência estabelecida pelo art. 114 da Constituição Federal, que após a Emenda Constitucional 45/2004 cuidou em contemplar questões relacionadas ao contexto sociojurídico da relação de trabalho em sentido amplo, bem como enfatizando ser o Brasil signatário da Convenção 97 da Organização Internacional do Trabalho, “que expressamente impõe ao Estado Brasileiro diretrizes para as políticas de emprego destinadas a esse especial contingente de trabalhadores”, bem como igualmente signatário do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea (Decreto 5.016/2004) e do Protocolo adicional referente à Prevenção, Repressão e Punição do

Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças (Decreto nº 5.017/2004), ambos subscritos na Convenção de Palermo, enfatiza o Parquet o dever do Estado Brasileiro em combater o tráfico de pessoas para fins de ocupação, “competindo ao Ministério Público do Trabalho e à Justiça do Trabalho conjugarem esforços nesse sentido, visto que tais pessoas migraram e migram para o Brasil em busca de trabalho e emprego, normalmente vítimas de organizações voltadas para o tráfico internacional de pessoas, “coiotes” e aliciadores. Ao albergue dos artigos 3º e seguintes da Constituição Federal, bem como do valor social do trabalho (CF, art. 1º, IV), traz causa de pedir e pedidos relacionados com a política nacional de trabalho e emprego ofertada ao trabalhador imigrante requerida da União, pessoa política a quem atribui ter sido constitucionalmente eleita para responder pelas questões federais relacionadas ao contexto migratório trabalhista, ressaltando que neste processo migratório de subsistência, atrelado ao elemento motriz do trabalho, o trabalhador migrante é sujeito de direitos humanos e fundamentais nas ordens interna e externa, acobertado também pela proteção do direito e do Estado em que se encontrar, conforme dispõe a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, iluminando os artigos 2º, 6º, 13, 15, 23, 25, 28 e 29, como fundamentos jurídicos dos pedidos da presente ação. Acrescenta que à Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, somasse o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos da ONU, de 1966, ratificado pelo Brasil em 1992, destacando os artigos 2º, 5º, 9º e 26, bem como o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, que prevê o dever dos Estados de assegurar a homens e mulheres igualdade no gozo de direitos econômicos, sem estabelecer distinção quanto à condição do trabalhador imigrante, reconhecendo em seu art. 6º o direito ao trabalho, compreendido como o direito de toda pessoa de ter a possibilidade de ganhar a vida mediante um trabalho livremente escolhido ou aceito, devendo tomar medidas apropriadas para salvaguardar esse direito, com a elaboração de programas, normas e técnicas apropriadas, reconhecendo ainda no art. 7º o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas. Ao mencionado ordenamento jurídico, acrescenta o MPT a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, aprovada pela Organização das Nações Unidas por meio da Resolução 45/158, de 18/12/1990, que, embora ainda não tenha sido ratificada pelo Brasil, segundo o Parquet é aplicável ao arcabouço jurídico-trabalhista pátrio em razão de seu conteúdo principiológico e por traduzir jus cogens em matéria de regulação humanitária do trabalho do migrante (Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, nos artigos 53 e 64), e que prevê no art. 7º o dever dos Estados de respeitar e garantir os direitos humanos titularizados pelos trabalhadores imigrantes e os membros das correspondentes famílias que se encontrem em seu território e sujeitos à sua jurisdição, assegurando, ainda, conforme o art. 16, o direito à proteção efetiva dos trabalhadores imigrantes contra a violência, maus tratos físicos, ameaças e intimidação, e, também, no art. 43 a igualdade de tratamento entre o trabalhador imigrante e o nacional, devendo os Estados Partes implementarem esforço para criar as condições necessárias para que esta garantia seja efetiva. Registra ainda o Autor que a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 1969, preceitua o respeito aos direitos e liberdades dos seres humanos, sem discriminação de nenhuma origem, incluindo a de nacionalidade e nascimento, ressaltando o compromisso dos Estados-Partes de adotarem providências, no âmbito interno e externo, de ordem econômica e técnica, a fim de assegurar progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas. Nesta esteira, menciona também o Protocolo de San Salvador (Protocolo Adicional à Convenção Americana de Direitos Humanos), de 1998, que estabelece o propósito de consolidar um regime de liberdade pessoal e justiça social, o que somente se revela possível com a criação de condições que permitam o devido gozo dos direitos econômicos, dentre outros. Especificamente em relação ao ordenamento jurídico-trabalhista, destaca a Convenção nº 97 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Estado Brasileiro, em virtude da qual, segundo o art. 2º, “Todo Membro para o qual se ache em vigor a presente Convenção obriga-se a manter um serviço gratuito adequado incumbido de prestar auxílio aos trabalhadores migrantes”, encontrando-se ainda no art. 6º que o Estado

Membro cuidará para que os trabalhadores migrantes que se encontrem em seu território não tenham tratamento inferior ao aplicado aos nacionais em relação às garantias de ordem trabalhista listadas no item I, da alínea “a”. Destaca também o MPT o texto da Convenção 143 da Organização Internacional do Trabalho estabelece no art. 10 o compromisso dos Estados Membros de formular e aplicar uma política nacional que se proponha a promover e garantir a igualdade de oportunidades e de tratamento em matéria de emprego e de profissão, aplicável, segundo o Autor, ao direito brasileiro não obstante não tenha sido ainda ratificada, à luz do princípio da não-discriminação trazido nas Convenções 100 e 111 da OIT, e por ser o Brasil um dos Estados membros, devendo respeitar, promover e tornar realidade os princípios relativos aos direitos fundamentais objeto de suas convenções. Enfatiza ainda a Recomendação 198 da OIT, que no art. 7º preceitua a adoção, pelos Estados Membros, de medidas para proteção efetiva e prevenção de abusos em face de trabalhadores migrantes que podem ser afetados pela incerteza da existência de uma relação de emprego. Aduz que neste mesmo sentido encontram-se os dispositivos constitucionais da Carta Magna de 1988, ao dispor sobre os direitos sociais e individuais, preconizando que a República Federativa do Brasil é um Estado Democrático de Direito, que tem como fundamentos, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (art. 1º), e como objetivos a erradicação da pobreza e marginalização, a redução das desigualdades sociais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, garantindo, no art. 5º, aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País o direito da igualdade e ao exercício livre do trabalho, dentre outros, condenando a prática de racismo como crime inafiançável e imprescritível, estendendo-se, ainda ao trabalhador imigrante, a gama de direitos fundamentais trabalhistas dispostos no art. 7º, assegurando-se a todos existência digna e na conformidade dos ditames da justiça social (art. 170), o que não se alcança com a denegação estatal dos direitos fundamentais do trabalhador migrante em solo brasileiro. Enfatiza que nos termos da Declaração da Cúpula do Milênio das Nações Unidas, de 2000, foi estabelecido o princípio da solidariedade, e preceituado que os “Desafios globais devem ser administrados de um modo que distribua custos e responsabilidades justamente de acordo com os princípios básicos da igualdade e justiça social”, de maneira que “Aqueles que sofrem, ou são menos beneficiados, merecem ajuda daqueles que mais se beneficiam” (I-6-c), destacando que no item V- 24-e consta o compromisso de “Tomar medidas para assegurar o respeito e proteção dos direitos humanos dos migrantes, trabalhadores migrantes e suas famílias, eliminar os crescentes atos de racismo e xenofobia em muitas sociedades, e promover maior harmonia e tolerância em todas as sociedades”. Ressalta que o Governo Brasileiro, não obstante admita os trabalhadores migrantes que acedem ao território nacional pela rota do Acre, descumpra o ordenamento retromencionado ao deixar estes trabalhadores submetidos ao completo abandono em abrigos improvisados e em condições degradantes, sem perspectiva de inserção no mercado de trabalho, omitindo-se em promover/implementar “medidas úteis e necessárias ao correto gerenciamento das condições procedimentais, operacionais e materiais de admissão, recepção, acolhida e integração dos trabalhadores migrantes”, encontrando-se estes trabalhadores atualmente em alojamentos em vias de despejo. Dando ênfase à maneira como os trabalhadores imigrantes chegam e adentram em solo brasileiro, aduz o MPT que vige no Brasil o Decreto 5948/2006 que estabelece Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta de Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETP). Acrescenta ainda que também vige o Decreto 7.901/2013, que instituiu a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, CONATRAP, que integra o Ministério da Justiça, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, vindo, que formulou o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (II PNETP) para o período de 2013 a 2016, disciplinado pela Portaria Interministerial nº 634/2013, que traça objetivos específicos, em seu art. 2º, no sentido de coibir o tráfico de pessoas. Neste mesmo sentido, destaca que o Brasil promulgou o Acordo sobre Tráfico Ilícito de Migrantes entre os Estados Partes do Mercosul, com o propósito de prevenir e

combater o tráfico ilícito de migrantes, bem como constitui no ordenamento pátrio tal prática como crime contra a humanidade, tipificado no art. 231 do Código Penal. Enfatiza que não obstante este ordenamento, no plano concreto a política pública de combate ao tráfico de pessoas é deficitária ou inexistente, o que entende demonstrar a noticiada entrada no Brasil de mais de 36.000 imigrantes à margem de medidas de gestão, requerendo, desta forma, que seja imposto à União o “dever de adotar providências imediatas com vistas à efetiva implementação dos propósitos estatais elencados na normatização nacional e internacional obstativas do tráfico internacional de trabalhadores migrantes”. Nesse viés, ressalta que atualmente a questão migratória é de responsabilidade de três pastas governamentais, a saber, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), o Ministério da Justiça (MJ) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacando a atuação do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), que é um órgão colegiado, quatripartite, composto por representantes do Governo Federal, dos Trabalhadores, dos Empregadores e da Sociedade Civil, vinculado ao MTE, sendo responsável por formular a política migratória, normatizando as questões através da edição de Resoluções Administrativas, endereçando-as aos ministérios vinculados. Enfatiza também que vinculado ao Ministério da Justiça, atua o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE). Salienta que a estes trabalhadores é concedido o visto especial humanitário, e que a facilitação da entrada em território nacional é a única política migratória existente, sendo, contudo, insuficiente, porque acolher o imigrante não se limita a abrir-lhe a entrada, sem nenhuma medida de gestão posterior, omitindo-se, inclusive o Sistema Nacional de Emprego (SINE), construindo um cenário no qual estes trabalhadores imigrantes são destinados para outros Estados da Federação como se fossem objetos de descarte, submetidos à aceitação de recebimento pelos governantes locais, de forma improvisada, em completo descompasso com o que estabelece a Convenção 88 da OIT, da qual o Brasil é signatário, e que prevê a atuação do Serviço de Emprego, que no caso brasileiro, é prestado então pelo mencionado SINE, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, pertencente à União Federal. Enfatiza que neste cenário, os trabalhadores imigrantes estão sendo vítimas de aliciamento para condução à condições de trabalho análogas à de escravo, apontando 5 operações no Brasil, em diversos Estados da Federação, para libertação destes trabalhadores. Aponta que neste cenário de omissão, faz-se necessária a intervenção do Poder Judiciário, colacionando na íntegra a decisão do ADPF 45/DF, pelo STF, de relatoria do Ministro Celso de Mello, da qual destaca que: “(...) Não obstante a formulação e a execução de políticas públicas dependam de opções políticas a cargo daqueles que, por delegação popular, receberam investidura em mandato eletivo, cumpre reconhecer que não se revela absoluta, nesse domínio, a liberdade de conformação do legislador, nem a de atuação do Poder Executivo. É que, se tais Poderes do Estado agirem de modo irrazoável ou procederem com clara intenção de neutralizar, comprometendo a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, afetando, como decorrência causal de uma injustificável inércia estatal ou de um abusivo comportamento governamental, aquele núcleo intangível consubstanciador de um conjunto irredutível de condições mínimas necessárias a uma existência digna e essencial à própria sobrevivência do indivíduo, aí, então, justificar-se-á, como precedentemente já enfatizado – e até mesmo por razões fundadas em um imperativo ético-jurídico –, a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, em ordem a viabilizar a todos, o acesso aos bens cuja fruição lhes haja sido injustamente recusada pelo Estado. (...)”. Feitas todas estas ponderações, nos termos dos artigos 4º e 12 da Lei 7.347/87, e com fundamento nos artigos 273 e 461, ambos do CPC, em razão da necessidade de se obter um provimento jurisdicional célere e efetivo, máxime por tratar-se de tutela coletiva, e asseverando estarem presentes o fundamento da demanda (*fumus boni juris*) e o justificado receio de ineficácia do provimento final (*periculum in mora*), pugna pelo deferimento de liminar, condenando a União Federal a: 1) a instituição, no prazo de 5 dias, de serviço gratuito adequado incumbido de prestar auxílio aos trabalhadores migrantes e, especialmente, assumir a gestão financeira e institucional do(s) abrigo(s) social(is) localizado(s) no Estado do Acre e atualmente destinado(s) a albergar contingente de trabalhadores imigrantes de diversificadas nacionalidades, sobretudo caribenhos (haitianos e dominicanos), africanos (senegaleses) e asiáticos, e garantia de

condições materiais de subsistência e acomodação dignas, salubres e não degradantes, enquanto permanecerem em situação de documentação e trânsito neste Estado; 2) Garantia, no prazo de 5 dias, de atendimento médico por profissionais especializados com conhecimento das doenças endêmicas das regiões de procedência dos trabalhadores que acedem ao Brasil pela rota do Acre; 3) Que a União, no prazo de 5 dias, assumira por meio dos órgãos públicos (Força Aérea Brasileira, por exemplo) ou através do fretamento de ônibus, nos termos da Lei 8.666/1993 e legislação pertinente, o transporte interestadual de trabalhadores migrantes para que possam reestruturar suas vidas em nossa sociedade e em grandes centros onde haja demanda por mão-de-obra, contribuindo para a proteção e promoção de seus direitos fundamentais, e de modo a evitar a superlotação do(s) Abrigo(s) de Estrangeiros existente(s) no Estado do Acre; 4) Que a União, no prazo de 5 dias, assumira o serviço de encaminhamento para o emprego (Sistema Nacional de Emprego – SINE), que neste caso alega ser de alçada federal, porque conexo com a política migratória humanitária brasileira, mediante a criação de unidades de atendimento que realizem as atividades necessárias à prevenção da vitimização dos trabalhadores e empregos de qualidade duvidosa; 5) A comprovação em Juízo, no prazo de 90 dias, da assunção plena de ações estatais de recepção, documentação, inserção no mercado de trabalho, assim como capacitação e disponibilização de pessoal técnico e correspondentes estruturas operacionais destinados ao atendimento do trabalhador imigrante. Sucessivamente, caso a ré não cumpra a obrigação descrita no sobredito item “4”, postula-se a fixação judicial, segundo prudente arbítrio e sob critérios de razoabilidade e proporcionalidade, da universalidade das sobreditas ações político-administrativas, inclusive instituindo-se os executores das precitadas ações/tarefas, sob a vigilância do Ministério Público do Trabalho; 6) Que seja destacado nas subseqüentes Leis Orçamentárias Anuais, percentual mínimo de recursos do orçamento público federal, que deverá ser destinado às ações de acolhimento de trabalhadores migrantes em situação de vulnerabilidade e seus familiares; 7) Realização de ações concretas para coibir o tráfico internacional de pessoas (trabalhadores imigrantes), mediante efetiva mobilização da Polícia Federal e dos órgãos responsáveis pela cooperação jurídica internacional, para a concretização de ações de investigação e punição dos responsáveis (“coiotes”, traficantes e contrabandistas) pela gestão da(s) rota(s) terrestre(s); 8) Realização de ações concretas para coibir o tráfico internacional de pessoas (trabalhadores imigrantes), mediante efetiva mobilização nos serviços diplomáticos, para coibir a consolidação ou criação de novas rotas de entrada no país que impliquem a vulneração da dignidade do trabalhador migrante; 9) Indenização no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões reais) por dano moral coletivo, na forma do artigo 13 da Lei de Ação Civil Pública, cujo montante será destinado futuramente à promoção de políticas públicas de acolhimento para trabalhadores migrantes portadores de visto humanitário, a serem indicadas oportunamente pelo Ministério Público do Trabalho, no decorrer da tramitação desta ação civil; 10) Fixação, pelo descumprimento da decisão antecipatória e da decisão definitiva, o pagamento de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por obrigação descumprida, cuja destinação deverá atender, na máxima medida possível, a reconstituição dos bens jurídicos lesados, a critério do Ministério Público do Trabalho.

Analisa-se.

Nos termos do art. 273 do CPC, para a concessão da liminar requerida, exige-se cumulativamente a construção denominada de “fumaça do bom direito”, que é a conjugação do ordenamento jurídico a uma situação de fato, demonstrada com nível de probabilidade tal que possa convencer o juízo da verossimilhança das alegações, harmonizada com o receio fundado de dano irreparável ou de difícil reparação. No caso dos autos, o Autor juntou farta documentação, em quase duas mil páginas. A par da robusta prova documental, é histórico que o Haiti é um País que desde o início dos anos 90 atraiu missões da Organização dos Estados Americanos (OEA) e das Nações Unidas (ONU), cujas políticas visavam à diminuição da miséria e da violência que assolavam a nação haitiana. Contudo, o fruto, ainda incipiente, deste imenso esforço foi consumido em 2010, quando o Haiti sofreu um gravíssimo



terremoto, que matou mais de 200 mil haitianos, feriu em torno de 300.000 e deixou em torno de três milhões de desabrigados no País, que até hoje vive a reconstrução e conta com milhares de haitianos vivendo em acampamentos em torno da capital Porto Príncipe, enfrentando dificuldades como a escassez de recursos para a reconstrução e a epidemia de cólera, cenário que gerou o êxodo de haitianos rumo ao Brasil em busca de trabalho e sustento, sendo, a maioria de homens, conforme o relatório do CNIg id 2290a7d, recebidos no Brasil ao albergue da Resolução Normativa nº 97 do CNIg, com visto concedido por razões humanitárias nos termos do art. 16 da lei 6.815/80, com validade de 5 anos. O quadro criado no Estado do Acre com a chegada dos trabalhadores imigrantes está descrito no Ofício enviado pela Secretaria de Estado de justiça e Direitos Humanos do Estado do Acre ao Ministério Público do Trabalho, juntado aos autos como id f5dd8fb, demonstrando a dificuldade da União em gerir a questão. Insta salientar que esta Magistrada, como moradora da cidade de Rio Branco, presencia todos os dias o fervilhar da questão migratória destes trabalhadores, tendo presenciado um grupo caminhando à pé pela BR 317 fazendo a distância entre Brasileia e Rio Branco (cerca de 219 km!), verificando que estes trabalhadores se acumulam em pontos da capital aos montões, aguardando o destino incerto de serem encaminhados para outros Estados da Federação, de maneira que, no Estado do Acre, em especial nas cidades de Brasileia, Epitaciolândia e Rio Branco, é público e notório que tais trabalhadores, bem como os demais de outras nacionalidades, entram no Brasil em busca de Trabalho. Toda sociedade acriana, em especial aquelas das cidades mencionadas, vivenciam a precariedade da gestão dada ao problema, de resto, estampada nos ofícios encaminhados pelo Excelentíssimo Governador do Estado do Acre, Sr. Tião Viana, que enfatizou que as medidas tomadas pela União “estão longe de fazer frente às necessidades” e “executadas com muito atraso e desconsiderando a gravidade do problema humanitário enfrentado” (id c2630f7). Também restou demonstrado nos autos que até estas medidas, embora tímidas e executadas com atraso, deixaram de ser implementadas pelo Estado do Acre, que concluiu pela impossibilidade de manutenção do quadro “por conta da ausência da devida atenção por parte de alguns órgãos federais”, registrando que a situação dos abrigos é insustentável e declarando-se sem condições de garantir de forma permanente a continuidade das ações humanitárias então implementadas, comunicando, assim, a suspensão destas ações a partir do dia 2/5/2015, deixando a questão, classificada como um “desafio”, ao encargo da União. O desdobramento desta caótica situação atinge também outras partes do País, como se observa no Ofício Emitido pela Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul (id eac858d), que noticia a preocupação do governo gaúcho com o destino dos trabalhadores trazidos de Brasileia, em razão das denúncias à Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa sobre condições precárias de trabalho e inclusive análogas à de escravo a que estavam sendo submetidos os trabalhadores haitianos trazidos para o sul do Brasil por diversas empresas, tendo constatado que efetivamente havia “condições muito precárias e limítrofes com condições análogas a de trabalho escravo”. Enfim, mesmo esta análise preliminar revela a gênese do problema, que é a diáspora destes trabalhadores rumo ao Brasil, bem como o desdobramento inicial surgido, que é a recepção destes trabalhadores no Estado do Acre, depois a segunda etapa que é o caminho percorrido em solo brasileiro até o emprego, geralmente em outros Estados da Federação, e ainda, no final desta cadeia, a condição de trabalho de muitos deles de forma degradante e até análoga à condição de escravo. O arcabouço jurídico existente para subsumir-se à situação relatada foi minudentemente abordado na petição inicial, instando mencionar a Declaração Universal dos Direitos do Homem (arts. 2º, 6º, 13, 15, 23, 25, 28 e 29), as Convenções 88 e 97 da OIT (art. 2º e 6º), a Recomendação 198 da OIT, a Convenção americana dos Direitos Humanos, o Protocolo de San Salvador, o Pacto Internacional dos direitos Civis e Políticos da ONU (arts. 2º, 5º, 9º e 26), o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (arts. 6º e 7º) e a Constituição Federal (arts. 1º, 3º, 5º, 7º e 170) à luz dos termos da Resolução 97/2012 do CNIg, sem adentrar, nesse momento, no mérito da aplicação da Convenção 143 da OIT. Presente, pois, a relevância jurídica da demanda, ou *fumus boni juris*. As questões singelamente sintetizadas acima, contudo, comportam medidas de urgência, e, possivelmente, após a ampliação do

debate, medidas de médio e longo prazo, de maneira que, em sede liminar, ao albergue do perigo da demora, encaixam-se tão somente as primeiras, seguindo-se o trâmite do processo, com a instauração do contraditório e da ampla defesa, para a necessária discussão sobre eventuais medidas a serem tomadas posteriormente. Ressalte-se que estas medidas de urgência visam, além de proteger os trabalhadores imigrantes, estende-se como medida protetiva de todos os brasileiros acrianos, ante à devida recepção e encaminhamento destes trabalhadores, bem como em face da regular manutenção de suas necessidades enquanto perdurar a estadia nos abrigos, desonerando o Estado do Acre, já tão penalizado por suas dificuldades particulares, de gerir uma questão nacional, com viés internacional, cuja responsabilidade suportou por tantos anos, com restrito apoio. Protege também a todos os brasileiros de outros Estados da Federação, que receberão estes trabalhadores devidamente encaminhados, para vagas de trabalho disponíveis, sem nenhum viés de precarização de direitos trabalhistas, cujo mal, uma vez instalado, atinge, inexoravelmente, imigrantes e nacionais. Desta forma, defere-se liminarmente, porque preenchido o requisito do perigo da demora, as seguintes medidas, determinando que a União Federal cumpra as obrigações abaixo: a) assuma a gestão financeira e institucional do(s) abrigo(s) social(is) localizado(s) no Estado do Acre e atualmente destinado(s) a albergar contingente de trabalhadores imigrantes de diversificadas nacionalidades, sobretudo caribenhos (haitianos e dominicanos), africanos (senegaleses) e asiáticos, e garantia de condições materiais de subsistência e acomodação dignas, salubres e não degradantes, enquanto permanecerem em situação de documentação e trânsito neste Estado; b) Garanta atendimento médico por profissionais especializados com conhecimento das doenças endêmicas das regiões de procedência dos trabalhadores que acedem ao Brasil pela rota do Acre; c) assuma por meio dos órgãos públicos (Força Aérea Brasileira, por exemplo) ou através do fretamento de ônibus, nos termos da Lei 8.666/1993 e legislação pertinente, o transporte destes trabalhadores de Brasília e Assis Brasil até Rio Branco, bem como o transporte interestadual de trabalhadores migrantes para outros Estados da Federação; d) assuma o serviço de encaminhamento para o emprego (Sistema Nacional de Emprego – SINE), mediante a criação de unidades de atendimento que realizem as atividades necessárias à prevenção da vitimização dos trabalhadores e empregos de qualidade duvidosa, como medida para diminuir o tempo de permanência do trabalhador migrante nos abrigos, o que se defere dada a dificuldade de comunicação destes trabalhadores, que os coloca em situação de vulnerabilidade. O prazo para o cumprimento das obrigações é de 15 dias, sob pena de multa diária no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por obrigação descumprida, a ser investida nas cidades que sofreram as lesões de forma mais direta, quais sejam, Brasília, Eritaciolândia, Assis Brasil e Rio Branco, em projetos escolhidos sob o crivo do Ministério Público do Trabalho. Determina-se a comprovação do cumprimento das ordens emanadas nas alíneas “a” e “b” acima, pela União, no prazo de 90 dias, sob pena de conclusão dos autos para análise do pedido sucessivo contido no item “5” da petição inicial. Intime-se o MPT, na forma dos arts. 18, II, “h”, e 84, IV, ambos da Lei 75/1993. Intime-se a União Federal na Advocacia Geral da União em Rio Branco-Acre, por oficial de justiça. Inclui-se o feito na pauta de audiência do dia 26 de junho de 2015, às 8h30min, ficando as partes intimadas de que deverão comparecer, nos termos do art. 844 da CLT. Nesta audiência, deverá o MPT apresentar os Cds e DVDs mencionados na alínea “c” do rol de requerimentos, sob pena de preclusão. Defere-se a intimação, via postal, do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Justiça, do Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, do Conselho Nacional de Imigração – CNIg e do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, para, querendo, participarem da primeira audiência, na data acima designada. Da mesma forma, de ofício, determina-se a intimação, por Oficial de Justiça, do Estado do Acre, na pessoa do Excelentíssimo Governador Tião Viana e da Vice- Governadora Nazareth Mello Araújo Lambert, desta decisão, e para, querendo, participarem da audiência acima designada. Rio Branco, 5 de junho de 2015. SILMARA NEGRETT MOURA Juíza do Trabalho Titular da 2ª Vara do Trabalho de Rio Branco-Acre

**ANEXO 3-** Decisão. PROCESSO Nº 10230-31.2014.5.15.0079. Disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/wp-content/uploads/sites/41/2015/09/sentencaOdebrecht.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2016.

2ª VARA DO TRABALHO DE ARARAQUARA

PROCESSO Nº 10230-31.2014.5.15.0079

SENTENÇA

Relatório

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara, reclamante, ajuizou AÇÃO CIVIL PÚBLICA em face de 1ª- CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. ("CNO"), 2ª- ODEBRECHT SERVIÇOS DE EXPORTAÇÃO S.A. (nova denominação social de OLEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A - "OSE"), 3ª- ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL S.A. - "OAI" (antes denominada ETH BIOENERGIA), Reclamadas, todos devidamente qualificados, aduzindo que as reclamadas, pertencentes ao mesmo grupo econômico, arregimentaram de forma irregular (aliciamento, marchandage e tráfico internacional de seres humanos) e mantiveram trabalhadores prestando serviços em Angola, na Biocom - Companhia de Bioenergia de Angola Lda., em condições degradantes e indignas, desrespeitando a direitos trabalhistas e cerceando a liberdade de ir e vir dos obreiros mediante violência (redução à condição análoga à de escravo), além de se beneficiar de forma irregular de financiamento do BNDES para aplicar nas obras de Angola em que os direitos trabalhistas e sociais dos trabalhadores eram violados. Formula os pedidos contidos na inicial, em especial obrigações de não fazer e de fazer, indenizações por danos morais coletivos, dando à causa o valor de R\$ 500.000.000,00 (S. 71 do TST).

Contestaram as Reclamadas (fls. 338 e ss), asseverando não serem verídicas as alegações, sendo as contratações e a prestação de serviços, bem como suas condições, perfeitamente regulares, em observância às normas protetivas do trabalho, e, com as cautelas de praxe, requereu a improcedência dos pedidos contidos na inicial.

Documentos foram juntados pelos litigantes, que apresentaram manifestação sobre a contestação e resposta da ré.

Decisão de fls. 767/768 rejeitando a intervenção de terceiros.

Foram ouvidos depoimentos pessoais e testemunhais.

Sem mais provas, encerrou-se a instrução processual, com razões finais escritas, sendo que as propostas conciliatórias foram rejeitadas.

Decido.

Fundamentação

Do valor da causa (L. 5.584/70)

Rejeita-se a impugnação ao valor da causa atribuído, já que corresponde à expressão econômica aproximada das pretensões, ou seja, guarda correspondência com os pedidos, além de garantir o duplo grau de jurisdição.

Da competência (art. 114 da CF)

A Justiça do Trabalho tem sua competência delimitada pelo art. 114 da CF, alterado pela EC 45/04, com ênfase às controvérsias decorrentes ou oriundas da relação de trabalho (fonte) - S. 363 STJ, OJ 205 da SDI-I, e S. 389 TST, independentemente de o pedido estar relacionado com a legislação civil, não importando, assim, a natureza da matéria, mas sua origem (relação de emprego).

No que se refere às ações coletivas, como a Ação Civil Pública, a origem do pedido - a relação de emprego - ainda é o cerne da fixação da competência, exigindo-se que essa relação empregatícia tenha como parte um indivíduo ou um grupo identificável ou não, conforme previsão expressa do art. 83, inciso III da LC 75/93:

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

III - promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos.

Assim, conjugando tais dispositivos e utilizando-se a teoria hilemórfica de Aristóteles, tanto o vínculo do empregado em ato (que atualmente se encontra vinculado a um empregador), quanto o vínculo do empregado em potência (trabalhador desempregado que tem a possibilidade de ser empregado) estão no raio de alcance da competência material desta Justiça, daí a dicção da Constituição Federal que permite aos interesses difusos de natureza trabalhista, ligados à defesa de trabalhadores que postulem a sua entrada no mercado de trabalho, serem apreciados pela Justiça do Trabalho.

Em relação à caracterização do crime de redução à condição análoga à de escravo, é preciso considerar que o autor não postula o reconhecimento de tal ilícito para fins penais e nem a imposição de qualquer pena privativa de liberdade ou análoga, que naturalmente não seria atribuição Desta Especializada, mas utiliza tal argumento como causa de pedir para o requerimento de indenização por dano moral coletivo e outros pedidos.

Não se pode deixar de reconhecer que a L. 12.849/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, representa importante avanço ao prever a responsabilização objetiva, no âmbito civil e administrativo, de empresas que praticam atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Além de atender a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, a nova lei finalmente fecha uma lacuna no ordenamento jurídico do país ao tratar diretamente da conduta dos corruptores.

Como cediço, um só fato pode gerar inúmeras consequência, penais, civis, tributárias e trabalhistas, sendo que cada consequência específica será analisada por cada ramo especializado ou não do Poder Judiciário, embora nada impeça que se analise o fato de forma incidental, apenas como argumento para estabelecer eventuais "punições" econômicas.

Por isso, razão assiste às rés no que se refere à incompetência, já que não está entre as atribuições da Justiça do Trabalho julgar questões relacionadas ao pagamento de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração desta ação civil pública (art. 6º, inc. I, da Lei n. 12.846/2013); de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público (art. 19, inc. IV, da Lei n. 12.846/2013); de proibição ao recebimento de concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES (art. 4º da Lei 11.948/2009), encargo afeto à Justiça Comum Federal Cível e Criminal (inteligência

dos arts. 109, inciso III da CF), eis que não decorrentes ou oriundas da relação de trabalho.

Assim, a Justiça do Trabalho não tem competência material (ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido objetivo do processo) para apreciar e julgar os pedidos de pagamento de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração desta ação civil pública (art. 6º, inc. I, da Lei n. 12.846/2013), de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público (art. 19, inc. IV, da Lei n. 12.846/2013) e de proibição ao recebimento de concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES (art. 4º da Lei 11.948/2009) que, considerando-se os pedidos múltiplos, julgo tais pedidos extintos sem resolução do mérito, na forma do art. 267, inciso IV do CPC.

Da carência da ação

Carecedor da ação é quem não apresenta interesse, é parte ilegítima ou postula algo defeso em lei (art. 267, inciso VI do CPC).

O interesse é subjetivo, identificando-se com o caráter autônomo, incondicionado e abstrato do direito de agir (teoria da asserção) e constitucionalmente assegurado (direito à jurisdição independentemente de ter razão), bastando, ademais, a existência de lide (pretensão resistida) para que se configure o interesse da prestação jurisdicional a solver o conflito (necessidade e adequação).

O autor não postula nada que seja vedado em lei, não se verificando impossibilidade jurídica do pedido, eis que a eventual postulação de algo não previsto no ordenamento jurídico constitui lacuna, suprível pelos métodos de integração da norma e do sistema jurídico (art. 4º, LICC).

Legítimas são as pessoas do presente processo, chamadas a participarem da relação jurídica processual, identificando-se com as partes qualificadas nos polos da ação, independentemente da titularidade do direito material (caráter autônomo ou incondicionado do direito de ação), bastando que a pessoa que se identifica como autor assevere que a pessoa identificada como réu deve se submeter a uma pretensão de direito material, independentemente de o ser, fato a ser solucionado apenas no mérito.

Dessa forma, não se confunde relação jurídica material com relação jurídica processual, vez que nesta a legitimidade deve ser apurada apenas de forma abstrata.

No caso particular, os legitimados para promover a ação civil pública, estão elencados no art. 5º, I, 7347/85, que não faz referência à pessoa individualmente considerada, em face da natureza indivisível, metaindividual dos direitos a serem defendidos, só podendo se utilizar da ação popular, quando for o caso previsto em lei.

Para agir como parte ativa na ação civil pública, exige-se do autor: a capacitação técnica; a independência para agir; a vontade política.

O MPT é dotado das três condições, fundamentando sua legitimidade no art. 129, III, CF, combinado com art. 83, III e 84, V e art. 6º, VII, alíneas "a" a "d" (interesses difusos e coletivos); na Lei Complementar 75/93, que informam as espécies de direitos e interesses que o MP foi incumbido de defender, além dos artigos 127 e 128, CF.

Essas normas, compreendidas sistematicamente, demonstram que são bastante amplas as atribuições do MP (defesa de direitos e interesses públicos, difusos, coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos).

Na ação civil pública, o interesse de agir do MPT é presumido (art. 127 e 129, CF 5º, L. 7.347/85), decorrente de suas funções institucionais, ao contrário dos demais legitimados, que devem demonstrar esse interesse.

O MPT tem o poder-dever de agir em defesa dos interesses metaindividuais indicados neste processo.

Sendo assim, rejeito a arguição.

Da intervenção coacta de terceiros sugerida pelas reclamadas (fls. 368)

Cabe ao titular do direito de ação direcionar sua pretensão a quem entender ser o responsável pela satisfação de seus débitos.

Além disso, há problema de competência na Justiça do Trabalho para a pretensão da defesa, eis que não poderá haver formação de título exequível no Processo do Trabalho, malgrado a maior abrangência promovida pela EC 45/04, ampliando as modalidades de intervenção de terceiros, mas não de forma ilimitada.

São razoáveis as ponderações do autor às fls. 732 quanto ao risco muito elevado de ausência de efetividade quanto ao cumprimento de qualquer obrigação e demora na tramitação (cartas rogatórias).

Sendo assim, ratificando a decisão de fls. 767/768, como decorrência do princípio da incindibilidade da sentença trabalhista, rejeito o pedido.

No mérito

Do valor probatório do Inquérito Civil Público

O inquérito civil público é procedimento facultativo que visa a colher elementos probatórios e informações para o ajuizamento de ação civil pública, tendo caráter inquisitorial e escopo investigatório, visando à coleta de dados a respeito de fatos que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Não é da sua natureza observar o princípio do contraditório, embora possa o investigado levar aos autos elementos de convicção, oportunidade que foi dada às reclamadas.

Isso não significa, porém, que ele não tem valor probante.

Ao revés, sendo conduzido pelo Ministério Público, órgão defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127 da CF), as provas aí produzidas têm poder de convencimento e se não forem desconstituídas pela contraprova feita no curso da ação judicial, devem prevalecer, não se sustentando a alegação genérica e abstrata de falsidade feita pela defesa às fls. 751.

Da valoração da prova testemunhal

Como cediço, a instrução processual exhibe-se, na prática, como uma atividade investigatória de fatos produtores de efeitos jurídicos a serem demonstrados (provas) para estabelecer a verdade de seu significado jurídico e impedir a atividade perpétua da jurisdição, ou seja, tenta-se reconstruir a verdade, como um historiador, mas com menos tempo e menos recursos, já que a sentença será justa se for dada a oportunidade de a verdade ser reconstruída, ainda que pouco se tenha descoberto em

relação a ela, motivo pelo qual a produção da prova causa um risco, devendo-se saber quem está exposto a ele, não se admitindo que se onerem simultaneamente ambas as partes com o mesmo risco.

Por isso, o legislador idealizou o sistema do ônus subjetivo da prova (quem precisa sustentar a afirmação feita), competindo ao autor a prova dos fatos constitutivos de seu direito, e ao réu a prova dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor (art. 333, do CPC).

Não basta, porém, que a prova seja verdadeira, é preciso, também, que seja segura. Segura é a prova que traz sinais de autenticidade. O depoimento testemunhal, para que seja seguro e confiável, com a robustez necessária para servir de fundamentação da sentença, deve ser claro, harmônico, despidido de fragilidades e contradições, além de trazer as "razões da ciência", devendo o depoente explicar de forma lógica, coerente e razoável como teve conhecimento direto dos fatos que narrou (conhecimento não adquirido por intermédio de terceiros), as circunstâncias em que se encontrava no momento dos fatos que possibilitaram a presença (de visu) ou o conhecimento sensorial, por isso, na valoração da prova, salvo situações específicas, só oferece credibilidade ao Juízo, o depoimento de testemunha presencial, eis que testemunha não presencial desserve ao propósito de infirmar prova documental ou presunção relativa.

O número de testemunhas também é irrelevante, prevalecendo a coerência do depoimento em si e com os demais elementos dos autos, conferindo credibilidade ao testemunho.

Neste processo observo que as testemunhas trazidas pelas rés ocupam cargos de confiança nas suas respectivas empregadoras e certamente tiveram conhecimento prévio, pelas reclamadas, dos depoimentos dos processos individuais ajuizados na Justiça do Trabalho de várias localidades, especialmente os daqui de Américo Brasiliense, dos quais, inclusive, redundaram a presente ACP, o que compromete seus testemunhos sob vários aspectos, especialmente quanto ao trabalho desenvolvido em Angola.

É possível notar, por exemplo, que a primeira testemunha trazida pela ré (fls. 827) ocupava uma posição hierárquica mais elevada dentro da empresa Pirâmide (está obrigada contratualmente a defender a contratante Odebrechet), gozando de confiança mais elevada do empregador, tanto assim, que era o responsável pela contratação dos trabalhadores para as obras da Pirâmide, inclusive daqueles que trabalhariam em Angola (item 5 das fls. 827 dos autos); a segunda testemunha deixou de esclarecer, como deveria ter feito quando lhe foi perguntado logo no início do depoimento, que ainda era empregada da Odebrechet Agroindustrial, como informou o autor às fls. 835, com base no Caged apresentado no rol de documentos que acompanham a inicial; a terceira testemunha, um angolano que ocupa cargo de destaque (confiança) na empresa Africana, declarou que o povo angolano sente orgulho da Biocom (fls. 831/832 itens 2/3), evidenciando uma afetação/interesse/simpatia pela causa do empregador, havendo claro comprometimento, além de ser o encarregado dos alojamentos, não sendo crível que reconheceria qualquer irregularidade no setor sob sua responsabilidade.

Por tudo isso, considero que os depoimentos das testemunhas trazidas pela ré não tem o valor que a defesa pretende lhes dar, não infirmando algumas convicções deste magistrado, formadas a partir do julgamento dos processos individuais, a grande maioria utilizada como prova documental e digital (vídeos e fotos) pelo autor.

Receberão o valor que merecerem.

Não é verdadeira a afirmação da defesa de que não teve oportunidade de se defender nos processos individuais, já que a grande maioria destes foi instruída e julgada por

este magistrado, sendo um dos componentes do grupo das rés chamada na condição de devedora subsidiária (subempreiteira), apresentando defesa fundamentada, formulando perguntas pertinentes que em nenhum momento foram indeferidas na audiência (vide atas dos processos individuais) e até recorrendo, não podendo falar em cerceamento ou falta de oportunidade de defesa, inclusive no presente processo, em que se concedeu várias dilações de prazos para que as rés exercitassem de forma plena seu sagrado direito ao contraditório (fls. 215/217), além de agendamento de audiência de forma a permitir tempo suficiente para que reunisse suas provas e trouxesse suas testemunhas, sendo-lhe permitido em audiência a oitiva de 3 testemunhas (art. 821 da CLT), sem que nenhuma pergunta fosse indeferida.

Do grupo econômico (parágrafo 2º do art. 2º, da CLT, S. 129 do TST)

No âmbito civil, considera-se grupo Econômico o conjunto de sociedades empresariais ou empresários que, sob controle político de um indivíduo ou grupo, atuem em sincronia para lograr maior eficiência em suas atividades.

Trata-se da constituição de diversas pessoas jurídicas que atuam de forma coordenada ou subordinada entre si, havendo controle acionário total ou parcial de uma só delas, com vistas a obtenção/aumento do lucro.

A responsabilidade das empresas do grupo tem previsão expressa em vários dispositivos, tais como o arts. 7º, § único, 14, 22 e 28 do CDC; Art. 17 da Lei 8.884/94 (direito de defesa da concorrência); art. 30, IX, da Lei 8.212/91 (créditos previdenciários); artigo 124, inciso I, do Código Tributário Nacional.

A responsabilidade solidária das empresas do grupo é mais uma forma protetiva posta à disposição, não só do trabalhador, mas de toda a sociedade, para evitar que a ficção da pessoa jurídica seja usada para fugir à aplicação da lei ou para lesar direitos.

Neste sentido, o Código Civil estabelece em seu art. 50 que, se houver a utilização da personalidade jurídica da empresa como escudo para realização de fraudes e blindagem do patrimônio dos sócios, poderá a mesma ser desconsiderada, a fim de que possam ser alcançados os bens dos sócios.

Não obstante a exposição de motivos da Lei 6.404/76 conclua pela ausência de regras acerca da responsabilidade do grupo, sendo que tal lacuna significaria a ausência de responsabilidade solidária entre as empresas e ainda sob o pretexto simplório da presunção de que os credores a exigiriam em contrato travado com o grupo econômico ou empresa agrupada, levantando-se também o argumento de que a imposição de responsabilidade solidária desvirtuaria o instituto do grupo econômico, pois transformaria as empresas agrupadas em "departamentos" da mesma "sociedade", tais justificativas parecem ser ingênuas, pois não se pode esperar que os credores de um grupo econômico exijam, de fato, via contrato, a responsabilidade solidária das empresas agrupadas, até porque muitas vezes não possuem conhecimento da existência de agrupamento. Por outro lado, mesmo nos grupos de direito, que são raros no Brasil, é difícil acreditar que contratos reconhecendo responsabilidade solidária seriam firmados.

Quanto ao segundo argumento - departamentalização das sociedades agrupadas - o que o legislador defendeu que desvirtuaria o grupo econômico é exatamente o que ocorre na realidade fática, primordialmente nos grupos de fato, tornando o argumento, ao contrário do que pretendido, o mais forte a favor da necessidade de previsão legislativa acerca da responsabilidade solidária ou, ao menos, subsidiária de todas as integrantes do grupo.

Portanto, a "departamentalização" das sociedades agrupadas já existe na prática e não pode ser utilizada para causar lesão a terceiros.



No Direito do Trabalho, a noção de grupo econômico, mesmo para os casos de Ação Civil Pública, decorre da centralização de interesses, dispensando formalidades, na medida em que empresas, com personalidades jurídicas diversas se unem e se interligam pelos fins de domínio de mercado e sistemas operativos, bastando que atuem sob controle, direção, administração (grupo hierarquizado) ou mesmo em coordenação de uma a outra e que explorem atividade econômica dos mais variados aspectos, conforme parágrafo 2º do art. 2º da CLT, com o objetivo de reforçar o polo passivo para a efetiva satisfação de créditos de natureza alimentar e, portanto, privilegiados - basta a simples identidade societária entre as empresas. A comunhão de interesses que as vincula revela, assim, a existência de grupo econômico, a atrair a responsabilidade solidária (CLT, art. 2º, § 2º).

A solidariedade subsiste mesmo que cada uma das integrantes do grupo tenha personalidade distinta ou tenha objeto social diverso, permanecendo a relação de dominação (administração, direção, controle), ou de coordenação, o que é seria suficiente.

Na doutrina de HOMERO BATISTA MATEUS DA SILVA, Juiz do Trabalho e Professor Titular da USP - Universidade de São Paulo, verbis: "Existem incontáveis cenários para a configuração de um grupo econômico por direção compartilhada. As situações mais simples são aquelas em que, da rápida leitura do contrato social de cada uma das empresas apontadas como integrantes do grupo econômico, já se extrai a informação de que o sócio-gerente, no caso das sociedades por quotas de responsabilidade limitada, ou as acionistas majoritários, no caso das sociedades anônimas, sejam coincidentes, no todo ou em parte. Será muito difícil que a coincidência dos sócios não corresponda à prática de um trabalho conjunto entre duas empresas distintas. De qualquer forma, o ônus de demover a presunção favorável à ocorrência do grupo recairá sobre as empresas, que tentarão demonstrar, por provas documentais ou orais, que tudo não passou de mera coincidência. Em casos análogos, na verdade, em que a própria prova documental previamente constituída, como contratos sociais ou estatutos, demonstre a identidade de sócios, nem ao menos costuma haver divergência a respeito da matéria de fato" (In Responsabilidade patrimonial no processo do trabalho, ed. Campus jurídico, p. 50).

Assim, sendo chamadas mais de uma empresa com comunhão de interesses e com o mesma ou até ligeira variação do grupo societário, sem prova de autonomia na gestão das envolvidas, caracteriza-se o grupo econômico, justificando a permanência de todas no polo passivo da ação para responderem solidariamente pelos eventuais créditos decorrentes da condenação, sendo certo, ainda, que os trabalhadores inseridos em empreendimentos dessa natureza despendem suas energias, de maneira indissociável, em favor de todas as componentes (empregador único), contribuindo com seu trabalho para a ampliação da importância da marca de modo a influenciar nos resultados do negócio.

E mesmo que não tenham sido chamadas todas as integrantes do grupo para o processo de conhecimento, estarão sujeitas a responder em execução pelo débito qualquer componentes, conforme se depreende do cancelamento da S. 205, TST e do entendimento decorrente de uma interpretação lógica da S. 129 do TST, pois se há um único contrato de trabalho, ainda que o obreiro preste serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, (empregador único), maior razão ainda quando se trata de garantir ao empregado, individual, coletiva ou difusamente considerado, o recebimento do crédito trabalhista em face de uma empresa solvente do grupo, para suprir a insolvência de sua coligada, que não podem ser consideradas empresas distintas, "para efeito de relação processual", já que se encontram geneticamente vinculada à obrigação reconhecida pelo título executivo judicial.

E isso decorre da simples existência da empresa, pois, como cediço, entre outras vantagens, a pessoa jurídica, especialmente na forma de sociedade, proporciona a possibilidade de ocultação do nome do verdadeiro proprietário dos bens e a

limitação de sua responsabilidade, circunstância que pode provocar abuso, não podendo prevalecer.

Nos termos dos dispositivos acima, o abuso da personalidade se dá por desvio da finalidade e por confusão patrimonial, já que neste último caso há o risco de determinada empresa agrupada ser praticamente esvaziada, lesando seus credores ou nos casos em que imóveis são transferidos inúmeras vezes entre os entes agrupados, impossibilitando penhoras e satisfação de direitos creditórios.

Em ambas as hipóteses está implícita a figura da fraude, a qual invariavelmente lesará os credores.

Se a personalidade jurídica de qualquer das empresas do grupo econômico impuser qualquer obstáculo, inclusive ausência de bens, as demais empresas do grupo responderão com seu patrimônio (inteligência do art. 596 do CPC).

É o que ocorre na hipótese dos autos, como se depreende do depoimento do preposto da primeira ré, às fls. 824, itens 1 a 3 e 4, ao declarar que a Construtora Norberto Odebrecht, primeira ré, é controladora "indireta" da segunda ré, ou seja, detém 100% das ações da empresa (Empresa Belgrávia) que, por sua vez, detém 100% das ações da Odebrecht Serviços Exportação (OSE), antiga OLEX, responsável, no Brasil, pela tramitação dos vistos dos trabalhadores que seriam enviados a Angola e que a primeira reclamada constituiu uma empresa em Angola, da qual detém 100% do controle acionário, a Odebrecht Angola Projetos e Serviços (OAL), que é uma das sócias (40% das ações), segundo a preposta, da Biocom.

Nos itens 7 e 8 o depoente afirmou, também, que a Sra. Mônica Torbey Pereira é funcionária da primeira reclamada (CNO) e tinha entre suas atribuições, poderes de assinar solicitação de visto ordinário, ao Consulado de Angola no Brasil, função que, segundo se viu, era da segunda ré (OSE).

A reclamada reconhece que a OAL (Odebrecht América Latina) é detentora de 40% da Biocom (fls. 386) e que a CNO atua no ramo da construção civil em Angola por meio de sua própria sucursal lá constituída (fls. 849).

Na declaração enviada pela Construtora Norberto Odebrecht, primeira ré, ao Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil (MTE), esta se declara solidariamente responsável com a Biocom com relação às obrigações decorrentes da contratação de trabalhadores brasileiros para prestar serviços no exterior na forma do Referida declaração, segundo o artigo 19 da Lei n. 7.064/ 1982.

Como bem identificou a inicial às fls. 133, com ratificação da preposta da OSE, segunda ré (fls. 825, item 1), os códigos presentes em todos os 39 contratos, juntados com a inicial, relativos à construção da usina em Angola apresentados ao MPT pela segunda ré, celebrados formalmente pela Biocom (como contratante, presente a Olex como interveniente pagadora) não apenas com W. Líder e Pirâmide, mas com todas as demais contratadas, todos contém a informação "OLEX - CNO - ANG - ETHBIO", seguindo-se a isso um número e o ano da celebração, códigos práticos e úteis do ponto de vista administrativo e gerencial, particularmente para fins de gestão de contratos e pagamentos, que correspondem, respectivamente à "OLEX", interveniente pagadora, segunda reclamada, "CNO", como Construtora Norberto Odebrecht, primeira ré e "ETHBIO" é ETH Bioenergia, nome que possuía a empresa do grupo Odebrecht dedicada à produção de açúcar e etanol, alterado em 2013 para Odebrecht Agroindustrial, terceira ré. "ANG" é o país a que se refere a obra sob contratação, ou seja, Angola.

Assim, verifica-se ser verdadeira a assertiva de que a funcionária Mônica Torbey Pereira ocupa papel destacado no grupo das rés, respondendo, com poderes de direção, por tudo o que diz respeito à obra da Biocom, ocupando a mesma posição pelo menos em três pessoas jurídicas diferentes, embora fosse empregada de apenas

uma delas, revelando a existência de confusão de patrimônio e de empregador único, circunstância ratificada pelo fato de as duas primeira reclamadas manterem sede no mesmo endereço.

Não é difícil concluir que as empresas do grupo, especialmente as rés, funcionam em sintonia e coordenadas, fazendo contratação de mão de obra, subempreitada, compras, pagando as despesas, administrando os serviços contratados além de outras atividades nos mais diversos tipos de negócios (da construção civil ao comércio, passando pela mineração), bem como socorrerem-se mutuamente em caso de dificuldade econômica, evidenciando tratar-se de uma só empresa multinacional, comandada pela primeira ré (nem há controvérsia sobre isso), cindida em várias segmentos (departamentalização das sociedades agrupadas), atuando em vários ramos econômicos nacionais e internacionais, inclusive no setor sucroalcooleiro, como se depreende do depoimento do sócio-proprietário da CML, Enoque Pedro de Alcântara, ao Ministério Público do Trabalho (fls. 5.152 do Inquérito Civil).

Não obstante figurar, pelo menos aparentemente, como detentora de 40% das ações da Biocom/Odebrecht Angola (que, assim, é integrando do Grupo Odebrecht), não considero coerente que as reclamadas, que mantêm em seu grupo empresas especializadas no ramo sucroenergético e de Engenharia e Construção Civil, como já dito, não teriam a atribuição de comandar a construção e os trabalhos na unidade de Angola e, neste sentido, mesmo que houvesse dúvida quanto ao desvio de finalidade dessas pessoas jurídicas do conglomerado, a confusão/promiscuidade patrimonial é evidente (uma empresa firma contratos impondo obrigações a outras, faz pagamentos de contas de outras etc.), justificando a permanência das empresas indicadas pelo autor no polo passivo para responderem solidariamente entre si por eventuais condenações.

#### Da responsabilidade das rés

Na análise de uma controvérsia, não é lícito ao juiz desconhecer as conquistas da ciência e a evolução tecnológica, por isso a Rede Mundial de Computadores (Internet), na qual a decisão do presente tópico se fundamenta, é uma fonte de prova que não será ignorada.

As reclamadas afirmam que não contrataram as empresas Planusi, Pirâmide e W. Líder, alegando que estas firmaram contrato diretamente com a Biocom de Angola para executarem serviços especializados de sua expertise, o que de fato demonstram os contratos juntados com a inicial.

A empresa Planusi fabricava equipamentos e máquinas, mas repassava os serviços de montagem à W. Líder, como reconhecem as rés (fls. 461).

Primeiro, não obstante a formalidade documental (aparência), não me parece crível que, necessitando de serviços relacionados à engenharia e construção civil, embora específicos (montagens industriais), a Biocom, que tem o Grupo Odebrecht como sócia (entre as empresas desse grupo está a Construtora Norberto Odebrecht, primeira ré, a maior empresa na área de engenharia e indústria da construção na América Latina e a quinta maior empresa brasileira, uma das 25 maiores empresas de construção internacionais, com um volume de negócios médio anual de 6 bilhões de Reais - [https://pt.wikipedia.org/wiki/Construtora\\_Norberto\\_Odebrecht](https://pt.wikipedia.org/wiki/Construtora_Norberto_Odebrecht)), transferiria os serviços a outra construtora. Além disso também integra o grupo Odebrecht empresas ligadas ao setor sucroalcooleiro/sucroenergético, não sendo razoável aceitar a afirmação de que foi a Biocom/Odebrecht Angola que contratou diretamente empresas brasileiras para os serviços de fabricação de máquinas, equipamentos e principalmente mão de obra especializada em montagens industriais, já que poderia a empresa angolana buscar essa tecnologia, serviços e mão de obra, com evidente redução de custos, em um país mais próximo, no próprio continente africano, como a África do Sul, que está entre os 15 maiores produtores mundiais de açúcar e álcool.

Contrariando essa alegação defensiva e revelando a verdade real, está o depoimento do sócio proprietário da CML - Caldeiraria, Mecânica e Locação Ltda., Sr. Enoque Pedro de Alcântara ao Ministério Público do Trabalho, afirmando que a Construtora Norberto Odebrecht foi responsável por todas as obras de construção civil na Usina (de Angola), reconhecendo, ainda, que recebeu a informação de um representante do alto escalão de comando, Sr. Bruno Marcos (nome identificado, também, pelo proprietário da Planusi, conforme fls. 4.325 do Inquérito Civil Público), sendo que a ETH, atualmente denominada Odebrecht Agroindustrial S.A. (OAI), terceira ré, era detentora de cerca de 70% da Biocom Angola e por isso pôde assumir a administração da usina, como de fato assumiu, tanto assim que substituiu todo o pessoal envolvido com a Biocom, inclusive os diretores e gerentes brasileiros contratados no início e que o saldo devedor do primeiro contrato firmado pela CML com a Biocom foi reduzido, sendo necessário firmar-se um novo contrato para receber parte dos valores decorrentes dos serviços prestados anteriormente, cujo pagamento seria feito, agora, pela empresa Olex, atual Odebrecht Serviços de Exportação S.A. (OSE), segunda ré, e não pela Biocom fls. 5.153 do Inquérito Civil Público.

Qual razão haveria para que a OSE assumisse a responsabilidade de negociar e fazer o pagamento dos serviços já prestados pela empresa brasileira à Biocom que não fosse o fato de ela ter assumido o controle da usina?

Como já se decidiu nos processos individuais, apurou-se no site [http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_Odebrecht](http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_Odebrecht) que o Grupo Odebrecht, é um conglomerado brasileiro que atua em grande partes do mundo nas áreas de engenharia, construção, produtos, petroquímicos e químicos, entre outros, e que, segundo o site <http://biocomangolabr.blogspot.com.br/> a Biocom, Usina de cana-de-açúcar que foi construída em Angola, na África, tem o grupo atuando, ao mesmo tempo, como um de seus empreiteiros e acionistas, ao lado de Sonangol e Damer, apurando-se, também, pelo site <http://www.oplop.uff.br/boletim/1749/presenca-da-odebrecht-em-angola>, que a "...gigante Odebrecht, empresa brasileira do setor de construção civil, realiza inúmeros projetos, com investimentos anuais de R\$ 1 bilhão e 20 mil funcionários somente em Angola, sendo a maior empregadora privada do país, exercendo atividades nos setores imóveis, hidrelétricas, de diamantes, supermercados, petróleo, biocombustíveis e aeroportos".

Assim, em relação à Biocom Angola, o Grupo Odebrecht é, ao mesmo tempo, dono da obra (sócio), administrador e empreiteiro, aplicando-se a regra dos arts. 1207 do CC e 455 da CLT, cujo objetivo é impedir que empreiteiros saudáveis financeiramente contratem subempreiteiros com o fito de afastar de si qualquer responsabilidade trabalhista, transferindo-a para alguém economicamente débil, incapaz de proporcionar dignidade humana e valorização social do trabalho (art. 1º, inciso III e IV) e até mesmo desaparecendo após explorar o obreiro, submetendo-o a meio ambiente de trabalho insalubre, perigoso, penoso ou aviltante, sem se preocupar, entre outras coisas, com regras de medicina, saúde e segurança do trabalho (arts. 154 a 201 da CLT e Nrs do Ministério do Trabalho e Emprego).

Como empreiteira principal e ao mesmo tempo dona da obra, impõe-se a responsabilidade ao grupo econômico em que as rés está inserido.

Na qualidade de dona da obra, a possibilidade de terem eximida sua responsabilidade em relação às obrigações trabalhistas (em sentido lato, abrangendo as regras constitucionais e derivadas de lei ordinária, como a CLT, bem com as Nrs do MTE) contraídas pelo empreiteiro, constitui uma exceção à regra geral da responsabilização e, portanto, deve ser interpretada e aplicada da forma mais restritiva possível, conforme princípio elementar de Hermenêutica Jurídica.

Neste sentido, a experiência demonstra que diante da flagrante debilidade das prestadoras de serviços que tem deixado muitos trabalhadores desamparados,

inclusive sem recebimento de salário, fonte alimentar e malgrado a OJ 191 da SDI-1 do TST, ressalvada a hipótese do proprietário pessoa física individual, de capacidade econômica débil (exceto se for incorporador pessoa física), que contrata pequenas obras (construção e reforma) que merece tratamento diferenciado, a responsabilidade da ré tomadora dos serviços (subempreiteira) e dona da obra tem fundamento no inciso III do art. 932 do CC, que declara ser também responsável pela reparação aquele que, por culpa "in vigilando" e "in eligendo" escolhe ou indica mal seu preposto e não o fiscaliza, além da incidir sobre a hipótese, de forma analógica, ao já citado art. 455 da CLT.

Além disso, as reclamadas foram destinatárias dos serviços do grupo de trabalhadores, beneficiando-se com o dispêndio da energia laboral, não podendo se eximir de responsabilidades legalmente impostas pelo conjunto normativo brasileiro, acima mencionado (segurança e medicina do trabalho e quanto a verbas trabalhistas), que são de ordem pública, merecendo tratamento privilegiado até da legislação falimentar, sob pena de se facilitar e estimular a fraude em detrimento da comunidade como um todo e, assim, fazendo prevalecer indevidamente um interesse particular do dono da obra/empreiteiro principal sobre o interesse público de ver as condições de trabalho e dos créditos trabalhistas satisfeitos.

Por outro lado, não há dúvida de que as prestadoras de serviços atuaram como prepostas da tomadora, coordenando e executando as obras que redundaram na construção da Usina da Biocom em Angola, assumindo os riscos decorrentes de tal atividade, que não pode ser transferido aos obreiros e muito menos à sociedade brasileira, especialmente diante da debilidade econômica das prestadoras diante do vulto do empreendimento no país africano.

A responsabilidade das rés é direta, já que, segundo o contrato que mantiveram com as prestadoras, eram elas (o grupo econômico) responsáveis pelo transporte de ida e volta, pelo alojamento e alimentação dos trabalhadores no país estrangeiro, estando ainda inserida entre suas obrigações, de forma implícita, a segurança, em sentido amplo e o resguardo da dignidade dos obreiros, por quem, assumindo o risco da atividade econômica e o risco econômico da atividade, tinham obrigação de tutelar.

Conclui-se, assim, que não é lógico invocar o entendimento sedimentado na OJ n.º 191 da SBDI-I, especialmente se a controvérsia diz respeito à responsabilização civil do dono da obra incorporador de grande porte que também era o empreiteiro, sob a alegação, a ser apurada, de não ter adotado medidas necessárias à proteção à dignidade do obreiro no território estrangeiro.

De qualquer forma, a responsabilidade das rés pelos trabalhadores das prestadoras de serviço não é novidade, já que sempre houve cláusula contratual expressa impondo à Biocom/Odebrecht e posteriormente às empresas do grupo das rés, a obrigação de fornecimento do visto de entrada e de trabalho em Angola e ao fornecimento de passagens aéreas, alimentação, transporte, hospedagem, lavanderia, água potável, assistência médica, seguro, alojamentos e serviços de comunicação aos trabalhadores da W. Líder, conforme se observa dos documentos de fls. 1.143 e ss.

Na verdade, diante de tanta confusão e promiscuidade empresarial dentro do grupo, sem distinção patrimonial clara, como se viu no item anterior, com umas empresas pagando dívidas, firmando contratos que impõe obrigações e direitos a outras do conglomerado, é possível afirmar, inclusive, que a Biocom/Odebrecht de Angola também é uma empresa do poderoso Grupo Odebrecht, justificando a responsabilidade solidária por eventuais condenações.

Neste contexto, na eventualidade de se apurar a ocorrência de qualquer infração a direitos coletivos, difusos ou mesmo individuais homogêneos ocorridos no local de trabalho e no alojamento dos trabalhadores brasileiros em Angola, contratados pelas rés (donas da obra ou subempreiteira ou simplesmente tomadoras dos serviços) por

intermédio de outras empresas, independentemente da modalidade contratual, responderão solidariamente entre si por eventuais condenações, como grupo econômico.

Da marchandage e da subordinação estrutural A evolução humana mostrou que a impossibilidade de separação do trabalho de sua fonte constitui uma das principais causas dos abusos provindos da sujeição de um contratante a outro, surgindo a noção de que o trabalho não é mercadoria ou coisa, porque esta é produto daquele, havendo, assim, impossibilidade de separar a força de trabalho (verdadeira causa de contratar pelo empregador) de sua fonte humana, esta considerada em seu valor moral, social e espiritual.

Sendo assim, o trabalho é um modo de expressão direta da pessoa, tornando-se a fonte (normalmente única) para obtenção dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família e, portanto, fonte de dignidade.

O patrimônio, o dinheiro, a produtividade, o lucro, a despeito de ditarem as regras das relações privadas de trabalho, são fatores e valores secundários que jamais podem sobrepujar a importância do ser humano com sua inseparável força laboral, já que tudo se volta para o homem, existe pelo homem e tem no homem sua finalidade essencial.

A inicial acusa as reclamadas de terem praticado "Marchandage" quando firmaram contrato com as empresas Planusi, W. Líder e Pirâmide, entendendo-se por "marchandage" a ação do "merchandeur" (intermediário de mão de obra) que obtém lucro oferecendo o único elemento de que "dispõe": a mão de obra alheia, transformando o trabalhador em mercadoria. Seu "lucro" constitui a diferença retirada do que lhe paga o tomador dos serviços ao que paga ao trabalhador explorado.

Neste sentido é o brilhante ensinamento do Advogado e Professor Nelson Mannrich que, por coincidência, é o patrono das rés, "in" "<http://www.conjur.com.br/2013-out-20/nelson-mannrich-regulamentar-terceirizacao-fortalece-relacoes-trabalho>", "...chamamos de marchandage onde não há atividade econômica, apenas exploração do homem pelo próprio homem, cujo intuito resume-se na fraudulenta intermediação de mão-de-obra."... "O marchandagem ocorre quando alguém, denominado marchandeur, assume determinada obra ou empreitada e incumbe a outros sua execução. Portanto, o marchandagem corresponde à modalidade de exploração de mão-de-obra por interposta pessoa, que se apresenta como empregador e se apropria da diferença entre o preço cobrado e o salário pago aos trabalhadores. Este tipo de relação que provoca danos a empregados subcontratados deve ser combatido."

Na hipótese dos autos, em relação ao trabalho prestado pela empresa Pirâmide, ocorrido já na segunda fase das obras, tanto em razão das provas aqui produzidas como do conjunto dos processos individuais, o Juízo mantém a convicção de ter se tratado de um contrato de subempreitada, como repetidamente reconhecido nas várias sentenças das mencionadas reclamações trabalhistas ajuizadas junto ao Posto Avançado de Américo Brasiliense, havendo prova específica de que os trabalhadores recebiam ordens apenas de superiores vinculados à própria Pirâmide, empresa especializada em montagens industriais.

Nos demais casos, cujos contratos foram anteriores aos da Pirâmide, pelas provas documentais produzidas com a inicial e não infirmadas pela defesa, especialmente os depoimentos dos proprietários das empresas contratadas Planusi e W. Líder (fls. 4.325 4.348 do Inquérito Civil Público), constatou-se que os vínculos com elas firmado pela Biocom, das quais uma empresa do grupo das rés é sócia, revelam que a primeira, Planusi Equipamentos Industriais Ltda., cujo objeto social é a fabricação, comercialização e exportação de máquinas, equipamentos e acessórios industriais e prestação de serviços de assistência técnica, montagens e serviços de engenharia, conforme cláusula 3ª do contrato social nas fls. 1.128 do Inquérito Civil, foi

contratada para produzir equipamentos, além de ser "contratada" para coordenar e orientar a execução dos serviços dos empregados de outra empresa (cláusula 1.3 do contrato - fls. 1.135 e ss do ICP), na instalação de equipamentos na Biocom, em Angola (vide fls. 1.128 do Inquérito Civil Público), mantendo trabalhadores (de 3 a 4) que ocupavam cargos de "superiores hierárquicos" dos trabalhadores contratados pela empresa que antes era denominada Líder, passando posteriormente a se chamar W. Líder P. Locação de Máquinas, Montagem e Manutenção Industrial Ltda., cujo objeto social é a locação de máquinas, montagens e manutenção industrial (fls. 1.163 e 1.298 do ICP), conforme, inclusive, depoimento do Sr. Cássio José Carvalho, sócio proprietário da Planusi, ao afirmar às fls. 4.326 que sua empresa, além de fornecer as máquinas e equipamentos adquiridos, tinha a obrigação de "fornecer" informações técnicas ao projeto de montagem e realizar a "coordenação" da obra de montagem por intermédio de seu coordenador que dizia "o quê e como fazer" aos trabalhadores vinculados à W. Líder, envolvidos na instalação, conforme contrato de prestação de serviços fls. 1.135 do Inquérito Civil Público em que, de forma extravagante, a Planusi figura como Interveniente Anuente e a OLEX como Interveniente Pagadora.

De acordo com o que informou o Sr. Paulo José da Silva um dos sócios da W. Líder, esta foi instituída para executar serviços na Biocom de Angola (fls. 4.321 do Inquérito Civil) e, embora figurasse como empregadora formal/aparente, não tinha poder de mando sobre seus contratados, que estavam subordinados por força contratual aos 3 ou 4 empregados da Planusi, tendo, assim, a única função de contratar e fornecer mão de obra para montagem do sistema de tratamento de caldo e fabricação de açúcar da Biocom, conforme cláusulas 1.1 e 1.3 do contrato (fls. 1.302/1303), com previsão contratual expressa de que a W. Líder, fornecendo mão de obra, aceitaria a condição de que a Planusi (interveniente anuente) seria responsável pela coordenação e orientação na execução dos serviços, bem como responsável pela representação da Biocom (fls. 1.302 do Inquérito Civil Público), podendo a Biocom, por intermédio da Planusi, exigir a contratação de mais empregados se houvesse atraso na conclusão dos serviços, conforme cláusula 3.3 (fls. 1.303 do Inquérito Civil Público).

Quem vende máquinas e equipamentos, como a Planusi, normalmente oferece a instalação desses itens (quem melhor do que o fabricante para saber como e onde instalar o equipamento que fabrica?), não sendo normal ou razoável imaginar o contrário, considerando-se inusitada a situação da W. Líder que renunciou contratualmente ao seu direito de comandar com subordinação jurídica seus empregados, já que o verdadeiro empregador não delega a terceiros esse seu principal poder (o de comando e controle).

Tudo isso é muito suspeito, já que pelo contrato firmado entre Biocom, acompanhada pelas empresas do grupo das rés e as várias prestadoras de serviços, inclusive a Pirâmide, há uma cláusula em que estas (as rés) se obrigam a obtenção do visto de entrada em Angola e ao fornecimento de passagens aéreas, alimentação, transporte, hospedagem, lavanderia, água potável, assistência médica, seguro, alojamentos e serviços de comunicação aos trabalhadores da W. Líder, retirando do empregador aparente tais obrigações como exigiria o arts. 3ª, 8º, 21 e 22 da Lei 7.064/82.

Da mesma forma, imaginar que cláusulas contratuais criadas para a implementação das obras da Biocom/Odebrecht Angola, envolvendo milhões de dólares, tenham sido redigidas com descuido e, assim, com equívocos, não corrigidos em contratos posteriores, como quer fazer crer a defesa, apoiada nos depoimentos de seus prepostos e testemunhas, configura-se verdadeiro menosprezo à inteligência alheia.

Verifico, assim, que a Biocom e a OLEX impuseram contratualmente à empresa Planusi não só a obrigação de fabricação de equipamentos, mas principalmente a de intermediar mão de obra fornecida pela W. Líder, empresa que, neste contrato, era empregador de fachada, confessadamente constituída para ser contratada para

fornecer mão de obra na prestação de serviços em Angola, inclusive com reconhecimento de fraude fiscal pelo sócio proprietário, caracterizando-se a marchandage, da qual as rés tiraram proveito.

Em resumo a CNO assumiu obra ou empreitada da Biocom e incumbiu a execução, por intermédio de empresas de seu grupo, a outros - Planusi e W. Líder.

Ainda que assim não fosse, é certo que o Direito do Trabalho, criado para proteger o trabalhador (a CLT e o restante da legislação trabalhista são voltadas exclusivamente à proteção dos direitos dos empregados, individualmente ou coletivamente considerados), precisa estar em constante reformulação, acompanhando a dinâmica da sociedade, para atingir seu objetivo (produzir justiça social), com base no pressuposto necessário de que ele tem sentido na lógica do modelo de produção capitalista.

Neste sentido, seus intérpretes precisam estar atentos para perceber as novas formas de exploração do trabalho, de violação coletiva e difusa de direitos sociais, vislumbrando e tornando efetivas novas fórmulas, mais extensivas, de proteção da classe trabalhadora e da sociedade como um todo, ampliando, de modo constante, o conceito de dignidade humana.

Tendo em vista tal objetivo, é preciso reconhecer que a vida contemporânea já não se conforma com o conceito monolítico de subordinação jurídica funcional ou hierárquica, calcado na submissão do empregado à direta influência do poder diretivo patronal (empregado tem limitada a sua autonomia de vontade por força do contrato de emprego, transferindo ao empregador o poder de direção sobre a atividade a desempenhar - Fordismo/Taylorismo).

Com efeito, diante dos novos parâmetros da empresa pós-industrial e flexível (modelo Toyotista/Ohminista) que trouxeram grande transformação no mundo do trabalho, torna-se necessária a adesão ao instituto da subordinação estrutural, a partir de uma visão objetiva, caracterizada pelo atrelamento do trabalhador ao escopo empresarial e à dimensão estrutural ou reticular ou integrativa, pela qual há a inserção do obreiro na dinâmica do tomador de serviços, sem a clássica verificação do recebimento de ordens pelo superior hierárquico, bastando que se demonstre estar o trabalhador inserido na estrutura do empreendimento, ou seja, ainda que não recebesse suas ordens diretas, integrava, como colaborador dependente e habitual, o processo produtivo e a dinâmica estrutural de funcionamento do tomador de serviços, que ordena a produção como um todo, até porque as ordens de serviço cumpridas pelo obreiro só podiam mesmo emanar, ainda que indiretamente, do centro de produção do tomador final dos serviços. Além disso, a nova organização do trabalho, pelo sistema da acumulação flexível, imprime uma espécie de cooperação competitiva entre os trabalhadores que prescinde do sistema de hierarquia clássica.

A identificação dessa subordinação tem em vista a efetividade do Direito do Trabalho, bem como à ampliação de sua base de incidência.

Mesmo que se considerasse irrelevante a discussão sobre a ilicitude da marchandage/intermediação /subempreitada, há inequívoca prova da subordinação estrutural dos trabalhadores da W. Líder ao empreendimento empreitado à Construtora Norberto Odebrecht, beneficiária final do trabalho humano, por isso a existência de empresa interposta não impediria a configuração da subordinação estrutural em relação à tomadora de serviços.

Percebe-se, na hipótese vertente, o acúmulo de ilicitudes, pois além da intermediação ilícita de mão de obra (marchandage) que a empresa Planusi foi "obrigada" contratualmente a fazer com os empregados contratados pela empregadora aparente - W. Líder (foram usadas para intermediar mão de obra especializada), houve colaboração dependente e habitual desses trabalhadores na



atividade-fim da tomadora Planusi (verdadeira testa de ferro da CNO para o fim de contratação de empregados da W. Líder), que é uma empresa com objeto social, vinculado a um ramo especializado da categoria econômica da construção civil (montagens industriais) à qual está inserida pelo menos uma das empresas do grupo econômico que as rés integram (Construtora Norberto Odebrecht, primeira reclamada), sócia e empreiteira da obra na Biocom, havendo, dessa forma, subordinação estrutural que, ao lado dos demais elementos dos arts. 2º e 3º da CLT (onerosidade, não eventualidade, alteridade, pessoalidade e prestação pessoal) revelam a existência do vínculo de emprego entre os empregados contratados pela W. Líder e a primeira reclamada, Construtora Norberto Odebrecht.

Da submissão de trabalhadores à condição análoga à de escravo e a condição indigna ou trabalho degradante Reduzir alguém à condição análoga à de escravo é explorar o trabalho alheio, impondo qualquer forma de restrição da liberdade (não apenas da locomoção, mas de qualquer meio de interagir com outra pessoa), valendo-se da necessidade premente de subsistência dessa pessoa humana ou, também, fazendo com que ela se ative em condições degradantes, desumanas que ferem a dignidade da pessoa (ex. jornadas exaustivas), transformando-o em um objeto, no qual perde sua vontade e personalidade.

O consentimento do ofendido é irrelevante, uma vez que a situação de liberdade do homem constitui interesse preponderante do Estado.

A forma mais eficiente para impedir que a vítima saia do local de trabalho escravo é tirando seus documentos e proibindo o uso de transporte.

Mais recentemente, o chamado trabalho degradante, caracterizado por péssimas condições de labor, inclusive sem a observância das normas de segurança e medicina do trabalho, também é visto como uma das modalidades do trabalho análogo à condição de escravo.

Assim, o trabalho escravo ou análogo à condição de escravo passou a ser um gênero, tendo como modalidades, ou espécies: o trabalho forçado e o trabalho degradante, ambos considerados atentatórios à dignidade da pessoa humana, representando a própria essência dos direitos humanos fundamentais.

Portanto, pode-se dizer que trabalho em condições degradantes é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da ausência de condições mínimas de trabalho, de moradia, higiene, respeito e alimentação, tudo devendo ser garantido em conjunto. A falta de uma dessas condições, que são inclusive asseguradas pelo art. 6º da CF, impõe o reconhecimento do trabalho em condições degradantes.

O conceito mais amplo de trabalho escravo (dando interpretação extensiva ao art. 2º da Convenção 29 da OIT, de 1930, aprovada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 41.721, de 25.6.1957), abrangendo não apenas o trabalho forçado (voltado à restrição da liberdade do trabalhador), mas também o trabalho degradante, atualmente tem fundamento expresso no próprio Direito positivo.

Efetivamente, o art. 149 do Código Penal, com redação determinada pela Lei nº 10.803/03, assim tipifica o crime de redução à condição análoga à de escravo:

"Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada excessiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto." (grifei)

De acordo com o art. 1º da Convenção 105 da OIT, de 1957, sobre a abolição do trabalho forçado (ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto nº 58.822, de 14.7.1966): "Qualquer Membro da Organização Internacional do Trabalho que

ratifique a presente convenção se compromete a suprimir o trabalho forçado ou obrigatório e a não recorrer ao mesmo sob forma alguma; a) como medida de coerção, ou de educação política ou como sanção dirigida a pessoas que tenham ou exprimam certas opiniões políticas ou manifestem sua oposição ideológica, à ordem política, social ou econômica estabelecida; b) como método de mobilização e de utilização da mão-de-obra para fins de desenvolvimento econômico; c) como medida de disciplina de trabalho; d) como punição por participação em greves; e) como medida de discriminação racial, social, nacional ou religiosa."

O membro da OIT que ratificar a referida Convenção também se compromete a "adotar medidas eficazes, no sentido da abolição imediata e completa do trabalho forçado ou obrigatório, tal como descrito no art. 1º da presente convenção" (art. 2º).

Ainda no plano internacional, cabe destacar a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, segundo a qual "ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas" (art. IV).

Além disso, "toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego" (art. XXIII, item 1).

Na hipótese dos autos, pela experiência comum, subministrada pelo que ordinariamente acontece, parece-me certo que, embora prestem serviços em localidades diversas das suas (trabalham onde há obra em que seus serviços sejam necessários em cidades e até Estados diversos dos seus), poucos trabalhadores se arriscariam a deixar a segurança de seu país, onde estão sua família e seus amigos, para trabalharem num país desconhecido, distante e que tenha saído recentemente de uma guerra civil, a não ser que houvesse a promessa de ganhos vantajosos, além de segurança em múltiplos aspectos.

Conclui-se, portanto, que os trabalhadores brasileiros que prestaram serviços em favor do grupo das rés, que tem a Biocom/Angola como uma de suas integrantes, foram atraídos pelas condições, explícitas ou implícitas, oferecidas pelos empregadores, entre elas as de que providenciariam os documentos necessários para que os trabalhadores se ativassem de forma legal e regular no país estrangeiro, observando rigorosamente sua legislação, proporcionando segurança física e psicológica e um mínimo de conforto, transporte adequado e gratuito, direito de ir e vir pelo porte de documentação idônea, local de trabalho em que fossem observados com rigor os parâmetros da legislação mais benéfica quanto a medicina e segurança do trabalho, local adequado para pernoite, banheiros limpos para higiene pessoal e necessidades fisiológicas, além de refeitório asseado e alimentação compatível com os hábitos brasileiros, tudo objetivando a cumprir as promessas fundamentais da Constituição quanto à "dignidade da pessoa humana" e dos "...valores sociais do trabalho..." (art. 1º, incisos III e IV da CF).

Entretanto, a prova demonstrou que as rés não cumpriram integralmente essas obrigações, que estão inseridas no risco desta atividade que decidiram implementar.

Neste sentido, foram ajuizadas dezenas de reclamações trabalhistas em face da primeira ré e de outras prestadoras de serviço, denunciando as más condições de trabalho a que os obreiros foram submetidos em Angola, sendo que na maioria dos processos foram juntadas fotos retratando as condições que existentes no período.

As imagens gravadas nos documentos juntados com as iniciais dos processos individuais e especialmente os vídeos juntados pelo autor neste processo (vídeo banheiro 1 do CD de documentos juntados com a inicial), demonstram que num determinado período da obra da longínqua Angola (no início e na fase intermediária), as condições de trabalho eram degradantes, com banheiros sujos e alagados, vasos sanitários sujos e alguns entupidos, falta de papel higiênico em

todos os boxes de vaso sanitário e alguns com a caixa de água de descarga danificada, não parecendo verdadeira a afirmação das testemunhas trazidas pela ré de que na época em que as imagens foram captadas havia as 3 equipes de limpeza trabalhando por 24h.

A condição dos banheiros obrigou alguns trabalhadores, que não queriam correr o risco de contaminação por bactérias, a utilizarem o matagal próximo ao alojamento, como demonstra o vídeo "fezes no mato" do CD de documentos juntados pelo autor, não parecendo completo o depoimento da segunda testemunha trazida pela ré (fls. 830, item 8 dos autos), pelo menos quanto ao período do início e intermediário dos trabalhos em Angola.

Também não parece harmônico com o contexto das provas a alegação defensiva de que alguns trabalhadores teriam promovido maliciosamente a desordem, já que todos os vasos captados nas imagens estão sujos, sendo possível visualizar crostas de sujeira que só se acumulam quando permanecem sem higiene por um longo período.

Pelo vídeo "0080rato no restaurante" do CD de documentos do autor, que contradiz o depoimento da primeira testemunha trazida pela ré (fls. 829, item 34 dos autos), percebe-se nitidamente que os refeitório não tinham condições mínimas de higiene, havendo moscas e ratos, não socorrendo o autor a alegação de que a Biocom estava instalada no meio da floresta/selva angolana, já que se insere no risco econômico da atividade e no risco da atividade econômica da empresa tomar medidas eficientes para que o ambiente de repouso, preparação e consumo da refeições seja asseado e descontaminado, inclusive como medida preventiva de doenças.

As fotos juntadas pela defesa, todas tiradas no mesmo dia, 16 de junho de 2014 (período da Copa do Mundo de Futebol no Brasil), além de não refletirem as reais condições do início dos trabalhos, com já se disse, retratam, aparentemente, trabalhadores do setor administrativo, que talvez não se alimentassem no mesmo horário ou até no mesmo local dos trabalhadores da obra, que normalmente usam uniforme tipo macacão que, na maioria das vezes está sujo, podendo ser visualizado nas fotos que os obreiros usavam roupas sociais limpas. Cogitei tratar-se, o momento captado pelas fotos, o do horário de jantar, mas percebi a angulação solar e me convenci de que se tratava da metade do dia, parecendo-me, ainda, que o ambiente foi montado para que a fotos fossem feitas.

De qualquer forma, as referidas fotos, contrariando o depoimento da primeira testemunha ouvida (fls. 829, item 35), demonstram a reduzida dimensão do refeitório, insuficiente para receber mais de 300 trabalhadores para três refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar), ressaltando-se que a grande maioria cumpria os mesmos horários de entrada e de saída, como evidenciam os controles de ponto juntados com as iniciais dos processos individuais.

O vídeo "mudança água", também do CD de documentos do autor, demonstra que havia uma situação persistente quanto às más condições da água potável, tornando evidente que houve uma revolta dos trabalhadores durante uma reunião com o superior hierárquico, que, como preposto das empregadoras e das tomadoras de serviço, prometeu melhorias, inclusive com o fornecimento de copos descartáveis, percebendo-se, ainda, que em tal concentração de trabalhadores foi relatada a preocupação com a atitude da médica do local que, aparentemente, estaria deixando de comunicar à chefia o número elevado de pessoas que estavam adoecendo, provavelmente vítimas das precárias condições de higiene dos alojamentos (vide fls. 324/456 do arquivo "inquérito civil 680.2013" que indica o aumento significativo de Febre Tifoide de trabalhadores que retornaram de Angola para Américo Brasiliense, segundo documentos oficiais, com cópia de exames feitos junto ao Instituto Adolfo Lutz), não nos parecendo que o depoimento da segunda testemunha tenha se referido a este período da obra (fls. 830, item 10 dos autos).

Como já explicitado nas decisões das ações individuais, de tudo que foi demonstrado, concluiu-se que as condições de alojamento como um todo, foram posteriormente melhoradas, como mostram as fotos juntadas pela defesa, isso, provavelmente, por força das próprias ações ajuizadas no Brasil, mas sem o condão de elidir o prejuízo individual, coletivo e difuso já causado.

Reiterando minha convicção formada pelo conjunto probatório dos processos individuais, entendo que as reclamadas não se organizaram adequadamente para o significativo número de trabalhadores que transportaram para Angola, deixando de proporcionar, como lhes competia, meio ambiente de trabalho adequado, condições mínimas de higiene nos banheiros e refeitórios, tornando o trabalho mais penoso e mais sofrida a estadia, um verdadeiro calvário, com a agravante de que muitos trabalhadores adoeceram no local.

Como já se ressaltou anteriormente, o trabalho degradante deve ser entendido pela conjugação de dois fatores: um factual, outro axiológico. O factual decorre da adequação de uma relação de trabalho concreta à disciplina legal incidente sobre tal relação, ou seja, o cumprimento pelo empregador dos direitos mínimos fixados pela legislação nacional, mesmo para trabalho no estrangeiro; o axiológico decorre do respeito ao conceito de dignidade humana, entendida como a conjunção dos valores de liberdade e de igualdade e vida.

O inciso II do art. 3º da Lei 7.064 de 06/12/1982 que regula a situação de trabalhadores contratados no Brasil ou transferidos por seus empregadores para prestar serviço no exterior, estabelece que a empresa responsável pelo contrato de trabalho do empregado transferido assegurar-lhe-á, independentemente da observância da legislação do local da execução dos serviços: I - os direitos previstos nesta Lei; II – a aplicação da legislação brasileira de proteção ao trabalho, naquilo que não for incompatível com o disposto nesta Lei, quando mais favorável do que a legislação territorial, no conjunto de normas e em relação a cada matéria.

Na esteira do que afirma a inicial, tem-se como certo que, ao conduzir trabalhadores para laborar em outro país, todas as empresas envolvidas na atividade (proprietárias, tomadoras de serviço, empregadoras diretas etc.) assumiram o ônus (risco da atividade econômica) de proporcionarem um ambiente de trabalho condizente e com um mínimo de conforto, de modo a preservar a dignidade dos trabalhadores.

Neste contexto, é evidente que a conduta (omissão/negligência) das reclamadas ao não oferecerem condições adequadas de alojamento (higiene e saúde) no local de trabalho para cidadãos brasileiros que conduziu para Angola e em relação aos quais tinha ampla responsabilidade de guarda e de segurança, importou não apenas em descumprimento das normas mínimas de higiene, saúde e segurança do trabalho, em ofensa à NR-31, causando, também, humilhação e sofrimento íntimo, especialmente porque tais obreiros se encontravam longe de suas casas, provocando uma sensação de abandono, implicando em violação aos direitos fundamentais de um grupo de trabalhadores, atingindo princípios basilares do Estado Democrático de Direito preceituados na Constituição da República, dentre eles, os da dignidade da pessoa humana e dos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF).

A NR-24, que trata das condições sanitárias e do conforto nos locais de trabalho, estabelece onde as instalações sanitárias devem se encontrar, além de serem submetidas a processo permanente de higienização, de forma que permaneçam limpos e sem odores, o que não ocorreu em determinados momentos, conforme fotos e vídeos chocantes juntadas com a inicial (fls. 559/582 do Inquérito Civil).

Houve, portanto, trabalho, prestado sem as garantias mínimas de saúde e higiene, respeito e alimentação, evidenciando-se o trabalho degradante, inserido no conceito de trabalho na condição análoga à de escravo.

Do aliciamento de trabalhadores e do tráfico de pessoas

A legislação nacional veda o aliciamento de trabalhadores tanto para emigração quanto para deslocamento em território nacional, assim considerada a ação dolosa (intenção de iludir) de recrutamento, sedução, atração ou convencimento de trabalhadores (pelo menos 2 para deslocamento em território nacional e 3 para emigração), mediante ardil, artifício ou fraude induzindo os trabalhadores a erro ou cobrança de qualquer quantia ou sem assegurar-lhes condições de retorno ao local de origem, para o fim de saírem de suas regiões ou do país, independentemente de o agente ser o responsável pelo traslado, para trabalharem em outras regiões (por exemplo, convencimento mediante falsas informações ou promessas de remuneração, vantagens pessoais) conforme inteligência dos arts. 206 e 207 do CP.

Entretanto, é permitido ao trabalhador deslocar-se por sua iniciativa a outras regiões para tentar emprego ou nela permanecer.

Segundo o site do CNJ (<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/trafico-de-pessoas>), "A Organização das Nações Unidas (ONU), no Protocolo de Palermo (2003), define tráfico de pessoas como 'o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo-se à ameaça ou ao uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração' ... 'Há tráfico de pessoas quando a vítima é retirada de seu ambiente, de sua cidade e até de seu país e fica com a mobilidade reduzida, sem liberdade de sair da situação de exploração sexual ou laboral ou do confinamento para remoção de órgãos ou tecidos. A mobilidade reduzida caracteriza-se por ameaças à pessoa ou aos familiares ou pela retenção de seus documentos, entre outras formas de violência que mantenham a vítima junto ao traficante ou à rede criminoso'".

Na hipótese dos autos, as empresas Planusi (fabricação de equipamentos na área de açúcar segundo <http://www.planusi.com.br/home/index.php>), W. Líder (locação de máquinas, montagem e manutenção industrial, conforme <http://trade.nosis.com/pt/W-LIDER-P-LOCACAO-DE-MAQUINAS-MONTAGEM-E-MANUTENCAO-INDUSTRIAL-LTDA/106690592/315/p#.Vc0BKJNe4uM>) e Pirâmide (montagens industriais segundo <http://www.gruposantini.com.br/empresa.php?e=piramide-3>) são ligadas ao setor de fabricação, manutenção e montagem industrial, mantendo obras em várias cidades do território nacional, onde se ativam profissionais especializados, sendo que boa parte dos trabalhadores que se ativaram em Angola já tinha prestado algum tipo de serviço às empresas mencionadas, como informou a primeira testemunha trazida pela ré no item 6 das fls. 827.

Essa situação provavelmente se repetiu com as demais prestadoras de serviço, como confirma o depoimento do sócio proprietário da empresa W. Líder (fls. 4.322 do Inquérito Civil Público), que devem manter dados e endereços desses profissionais, especialmente os mais qualificados, para serem contratados em obras próximas à seus domicílios, e, assim, voltaram a ser procurados ou foram informados pelos próprios colegas de trabalho ("rádio peão") quando surgiu o contrato para os serviços em Angola, o que parece ser coerente, já que, como se disse, as empresas Pirâmide, Planusi e W. Líder, que estão ativas no ramo da produção de equipamentos e montagens industriais, mantiveram e ainda mantêm obras em várias cidades brasileiras, como se pode deduzir da afirmação da primeira testemunha (fls. 827 item 12) que retornou de uma obra que estava sendo executada pela Pirâmide no Pará, para providenciar documentos necessários para a viagem internacional até Angola.

Por isso reconheço como razoável a conclusão do autor de que os trabalhadores não saíam de seus Estados para viajarem até Américo Brasiliense ou qualquer outro município distante de sua residência, mesmo que por conta própria, sem terem a certeza de que seriam contratados, parecendo-me que realmente havia um ajuste

prévio para contratação, permanecendo os obreiros alojados ou hospedados em casas ou hotéis, à disposição das empresas prestadoras de serviço, para obtenção da documentação necessária para a viagem internacional.

As contratações pela W. Líder tiveram início em 2010, como informou o sócio desta empresa no depoimento pessoal prestado ao MPT (fls. 4.322 do Inquérito Civil), sem a utilização da certidão declaratória de contratação fora do local de residência expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego", que só se tornou exigível a partir de 28/04/2011, não havendo, no período, irregularidade nesta movimentação de obreiros, sendo impossível aplicar efeito retroativo à regra ministerial.

Assim, quanto às questões acima referidas, não houve qualquer violação legal por parte das rés. Por outro lado, em relação aos vistos, a reclamada reconhece às fls. 346 que os trabalhadores saíam do Brasil com vistos ordinários, como também reconheceu o sócio-proprietário da CML, Enoque Pedro de Alcântara, em depoimento prestado ao MPT em 09/06/2014 (fls. 4.348 do Inquérito Civil), tendo a defesa afirmado que tais vistos seriam convertidos em vistos de trabalho quando chegassem em Angola.

Não há prova convincente nos autos de que a obtenção de vistos ordinários era antecedente necessário para obtenção do visto de trabalho, não havendo previsão desta excepcionalidade em qualquer documento juntado pela defesa.

O mesmo depoente acima nominado relatou ao Ministério Público do Trabalho (fls. 5.152 do Inquérito Civil) que a maioria dos trabalhadores permaneceu cerca de 120 dias em Angola sem obterem o visto de trabalho (fls. 5.153 do Inquérito Civil Público).

Na instrução processual deste e de vários processos individuais, (vide, por exemplo o processo 731-60.2012.5.15.0154, juntado com a inicial) demonstrou-se que os trabalhadores tinham seus passaportes recolhidos quando chegavam em Angola (vide depoimento da primeira testemunha trazida pela ré - fls. 828, itens 13 e 14), fato confirmado pelo proprietário da W. Líder (fls. 4.323 do Inquérito Civil Público) e da Pirâmide (fls. 4.350 do Inquérito Civil). Na sequência esses passaportes eram repassados a um representante da Biocom, relatando os depoentes que alguns obreiros passaram por situação tensa, quanto aos passaportes, necessitando, inclusive, de salvo-conduto para deixar o país, bem como a não disponibilidade de condução aos trabalhadores da W. Líder.

O proprietário da CML - Caldeiraria, Mecânica e Locação Ltda., Sr. Enoque Pedro de Alcântara declarou às fls. 5.154 do Inquérito Civil Público, que a polícia angolana parava com frequência os estrangeiros, exigindo passaporte.

O vídeo "apreensão passaporte suborno" do CD de documentos juntados pelo autor demonstra que não era tranquilo o tráfego dos trabalhadores fora do alojamento, sendo que um deles, que não recebeu seu passaporte enquanto estava em território angolano, ficou retido quando retornava ao aeroporto para voltar ao Brasil, sendo necessário que o grupo de obreiros que o acompanhava arrecadasse entre si o valor de duzentos dólares para pagar a propina exigida pelo policial angolano para liberá-lo, conforme vídeos "suborno e suborno 1" do CD de documentos do autor, demonstrando o desconhecimento dos fatos por parte da primeira testemunha ouvida (fls. 829, item 40).

Pelo vídeo "motorista sem habilitação" do CD de documentos do autor, foi possível constatar que a reclamada não disponibilizava sequer motorista com habilitação válida no território Angolano para transportar os trabalhadores, colocando-os em risco, sem contar o transtorno e a tensão pela qual passaram no posto policial.

Não bastasse tudo o que já foi demonstrado, verifica-se que não há prova nos autos de que os trabalhadores que se ativaram em Angola com vistos ordinários,

receberam ou tiveram liberados em algum momento, mesmo posteriormente, seus vistos de trabalho, havendo total silêncio da defesa quanto a esse fato, evidenciando que uma coletividade de obreiros se ativou de forma irregular em país estrangeiro, como se depreende, inclusive, do depoimento do sócio da Planusi (fls. 4.327 do Inquérito Civil Público), ao afirmar que o trabalhador não obtinha visto de trabalho e quando vencia o prazo de validade do visto ordinário, tinha que retornar ao Brasil para obter novo visto, ordinário, imagina-se, ao contrário da promessa ratificada pela primeira testemunha ouvida (fls. 828, item 19 dos autos).

Há, assim, dúvidas que permanecem sem respostas: sendo a Biocom uma obra que o Governo Angolano considerava de interesse público, como várias vezes ressaltou a contestação, sem contar o bom relacionamento dos representantes do Grupo Odebrecht com os dirigentes daquele país, por quê o órgão responsável não agilizou a concessão dos vistos de trabalho aos profissionais brasileiros especializados, cujos serviços se destinavam a colaborar na execução de uma obra de interesse público que auxiliaria na reconstrução do país destruído por uma Guerra Civil? Por quê o visto ordinário foi solicitado pelas rés sob o argumento de que os trabalhadores tratariam de negócios, como evidenciam os documentos juntados com a inicial, com duração de apenas 30 dias? Do total que se ativou, quantos trabalhadores tiveram o visto de trabalho concedido pelo Estado Angolano?

Essas indagações, até aqui sem respostas plausíveis, somadas aos fatos acima comprovados nos levam a aceitar as conclusões da inicial de que a única razão que emerge das condutas acima descritas era a de que era proposital a manutenção de trabalhadores brasileiros em território estrangeiro em situação precária quanto a vistos, circunstância que, por certo, proporcionava maior poder sobre esta fonte de trabalho, parecendo haver interesse de a Biocom/Odebrecht ter permanentemente à disposição mão-de-obra especializada cativa, completamente dominada, com pouca ou nenhuma capacidade de resistência, eis que mantidos de forma ilegal em país estrangeiro, em ofensa ao art. 20 e a todo o princípio protetivo da Lei 7.064/82.

Neste contexto, analisando-se os fatos em relação à premissa legislativa, conclui-se que as reclamadas, por intermédio de suas subempresas/prepostas (Planusi, W. Líder e Pirâmide), atraíram os trabalhadores dos mais variados Estados do país, mediante promessas explícitas de remuneração diferenciada, que, ao que tudo indica, até se concretizaram, ao contrário de outras promessas contratuais, sendo algumas explícitas e outras implícitas, estas aderindo automaticamente aos contratos de emprego (ex.: status de trabalho e de permanência no país estrangeiro em situação regular, inclusive com liberdade de locomoção; local de pernoite, de asseio pessoal e de alimentação limpos e confortáveis, entre outros), já que deixou de oferecer condições ambientais dignas além de não fornecer documento imprescindível para que os obreiros permanecessem em Estado estrangeiro como trabalhadores regulares, caracterizando aliciamento de trabalhadores e tráfico de pessoas.

Das obrigações de fazer, de não fazer e do dano moral coletivo

Os direitos fundamentais surgem como resposta às atrocidades e aos horrores cometidos durante a guerra e fruto do compromisso firmado pela humanidade para que se pudesse produzir, concretamente, a justiça social como um pacto para a preservação da paz mundial.

Não obstante, o avanço predatório do capitalismo globalizado, sem limites de exploração, dos séculos XX e XXI não priorizou - e ainda não prioriza - soluções para as questões sociais e humanitárias, apenas prezando e dando suporte à busca insaciável pelo lucro, violando de diversas formas o conjunto de valores sociais, morais, éticos inerentes aos seres humanos, não obstante a exigência de responsabilidade social por parte desse fator da produção.

Esse capitalismo socialmente responsável perfaz-se tanto na perspectiva da produção de bens e oferecimento de serviços quanto na ótica do consumo, como faces da mesma moeda.

No âmbito laboral, dada a necessidade de subsistência e o desconhecimento, o trabalhador vem sofrendo abusos, com a supressão cada vez mais acentuada de direitos por imposição do Capital.

Mesmo os reconhecidos direitos irrenunciáveis acabam atingidos diante da força do poder econômico, que se potencializa mais e mais, submetendo o trabalhador às condições perversas de trabalho, impondo-lhe uma condição de miserabilidade que exige que o Estado tome a missão de auxiliar no seu sustento.

E a situação se agrava, pois os Sindicatos, que surgiram como instrumento de proteção com vistas à redução de desigualdades, estão decadentes, pulverizados e fragilizados pelas intermináveis brigas políticas por poder e dinheiro, não conseguindo sequer mobilizar os membros de sua categoria que, exposta e vulnerável, empobrece com a perda de capacidade de negociação na busca de conquistas sociais

([http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/03/05/interna\\_mundo,474195/decadencia-de-sindicatos-agrava-desigualdades-sociais-diz-estudo-do-fmi.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/03/05/interna_mundo,474195/decadencia-de-sindicatos-agrava-desigualdades-sociais-diz-estudo-do-fmi.shtml)), causando, inclusive, perplexidade a postura de uma organização que se auto identifica como central sindical, que assim se intitulando ao invés de defender interesses dos trabalhadores, inusitadamente apoiada pelo empresariado, atua em favor do Capital, fazendo proposições altamente prejudiciais à sociedade laboral, como a da "flexibilização" da CLT para que prevaleça o acordado sobre o legislado além de defender a ampliação da terceirização de forma ilimitada.

Resta, pois, à Justiça do Trabalho a função primordial de tutelar os direitos sociais decorrentes do trabalho humano, fonte geradora da riqueza da sociedade, impedindo que se reduza o ser humano a mero fator coisificado da produção.

Logo, qualquer ofensa aos valores fundamentais individuais ou compartilhados pela coletividade que refletem o alcance da dignidade dos seus membros, como é, por exemplo, o valor social do trabalho, deve receber a tutela da Justiça do Trabalho.

Como se sabe, o dano moral coletivo decorre de violação injusta e intolerável a interesses transindividuais dos direitos da personalidade, de modo que a potencialidade de um fato extrapole os limites de uma relação jurídica base colocando em risco os membros de uma coletividade ou grupo, podendo atingir qualquer pessoa ou pessoas indiscriminadamente, presentes ou a ingressar no ambiente laboral, atingindo, assim, a coletividade e não apenas um indivíduo, causando sentimento de repúdio, desagrado, insatisfação, vergonha ou outro sentimento psico-físico, não se limitando, dessa forma, às hipóteses de violações a direitos fundamentais dos trabalhadores, mas, também de questões de relevância social, como agressões ao meio ambiente do trabalho, à segurança, à vida, etc., ou seja, pode ser verificado em qualquer abalo no patrimônio moral de uma coletividade, assim considerada como massa amorfa de pessoas que convivam no seio de uma comunidade social, a merecer algum tipo de reparação à violação a direitos difusos, coletivos ou eventualmente direitos individuais homogêneos, tendo surgido em face dos novos interesses e direitos da sociedade moderna de massa, que exige uma efetiva tutela jurídica a direitos moleculares, conduzindo a uma justa indenização, visando a compensar a coletividade pelo prejuízo causado, além de sancionar pedagogicamente o causador da lesão.

Possuem natureza extrapatrimonial, refletindo valores e bens fundamentais para a sociedade.

Tem seu fundamento de validade no artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal de 1988, considerando os próprios dizeres do título do Capítulo I da



Constituição (DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS) e no aspecto infraconstitucional, o dano moral coletivo, de natureza objetiva, tem por fundamento o parágrafo único do art. 927 do mesmo Código Civil, de forma que não se exige, no plano fático, que haja necessidade de se perquirir sobre a culpabilidade do agente. Basta que se realize, no plano dos fatos, uma conduta que vilipendie normas de ordem pública, tais como o não atendimento das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego no meio ambiente laboral, de aprendizes (arts. 428 e seguintes da CLT e Decreto nº 9.558/2006), discriminação, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, atos antissindicaais, fraudes trabalhistas, agressões à vida privada, à intimidade, à honra, trabalho forçado ou degradante, trabalho de crianças e menores em situações de vilipêndio à dignidade humana (piores formas de trabalho infantil) e, ainda, no não cumprimento de cotas sociais de inserção no mercado de trabalho (aprendizes, estagiários e empregados com deficiência, conforme art. 93 da Lei nº 8.213/91) etc.

Neste sentido, as agressões ao Direito do Trabalho acabam atingindo uma grande quantidade de pessoas, como foi o caso vertente, sendo que o empregador se vale dessas agressões para obter vantagem na concorrência econômica com relação a vários outros empregadores não identificados que inadvertidamente cumprem a legislação trabalhista e, assim, são lesados, vendo-se desestimulados a cumprir a lei e até mesmo forçados a agirem da mesma forma predadora para manterem o nível de concorrência, em prejuízo de toda comunidade de trabalhadores e da sociedade como um todo.

Na maioria das vezes as lesões aos direitos sociais dos trabalhadores se materializam mediante o fenômeno do "dumping social", que no âmbito da Justiça do Trabalho pode ser entendido como a transgressão deliberada, consciente e reiterada dos direitos sociais dos trabalhadores e aos princípios da livre concorrência e da busca do pleno emprego, causando dano não só aos interesses individuais, como também aos interesses metaindividuais (pertencentes a toda a sociedade).

Óbvio que a prática do "dumping social" prejudica toda a coletividade e por certo, igualmente, o aparato Judiciário, que não será nunca suficiente para dar vazão às inúmeras demandas em que se busca a mera recomposição da ordem jurídica na perspectiva individual, o que representa, por um lado, um desestímulo para o acesso à justiça que, sobrecarregada, torna-se morosa e ineficaz e, por outro, um incentivo ao descumprimento da ordem jurídica.

O Enunciado n. 4, aprovado na 1ª Jornada de Direito Material e Processual na Justiça do Trabalho, prevê a indenização suplementar por dano à sociedade em virtude da prática de "dumping social".

Analisando os autos, concluo que a circunstância de as reclamadas induzirem suas contratadas (W. Líder e Planusi) à intermediação ilícita de mão de obra, impondo-lhes contratualmente a marchandage, com evidência de subordinação estrutural, além de manter trabalhadores ambiente degradante (inserido no conceito de trabalho na condição análoga à de escravo), promovendo o aliciamento de trabalhadores e tráfico de pessoas, lesões que transcendem o interesse individual, como reconhecido nos itens anteriores, afetando não só a coletividade de trabalhadores interessada em manter vínculo com as rés e suas subempreiteiras para prestar serviços no exterior e no Brasil, como a própria coletividade de empregadores do mesmo ramo, que sofrem concorrência desleal em razão das omissões das reclamadas.

A omissão do Poder Judiciário Trabalhista na situação ora analisada poderia custar muito caro aos direitos sociais prometidos pela Constituição Federal, eis que, impune, iniciativas como as do grupo das reclamadas serviriam de (mau)exemplo a ser imediatamente seguido pelas concorrentes e por outros segmentos, instalando-se o caos.

O desrespeito deliberado, inescusável e reiterado da ordem jurídica trabalhista, portanto, representa inegável dano à sociedade e deve ser exemplarmente rechaçado pelo sistema político-jurídico, concretizando-se por meio de imposição de obrigações de fazer e de não fazer, além de reparação pecuniária, tudo com caráter pedagógico, punitivo, exemplar e inibitório, sem, contudo, objetivar a ruína do grupo ofensor, um dos maiores empregadores da América Latina, sendo importante frisar que o desestímulo não implica admitir a imposição de "vingança", pois quem se vinga não quer, primordialmente, educar o agressor, mas apenas retrucar-lhe o mal causado com um outro que o aflija. Desestimular, como aqui se pretende, é fazer perder o incentivo ou ao menos esmaecer a incitação ou propensão às atividades aptas a causar danos morais a outrem. Embora deva haver reparação e punição, o desestímulo é o fim maior almejado e, assim, pune-se o ofensor para desestimulá-lo da prática infracional.

Há que se reconhecer, por outro lado, o fato de que no final das obras as condições do alojamento (banheiro, refeitório, alimentação) foram melhoradas, como demonstraram as fotos e vídeos juntadas com a defesa, além das fotos produzidas nos processos individuais julgados, tanto assim, que trabalhadores contratados nos primeiros períodos retornaram a Angola (alguns várias vezes), mesmo parcela daqueles que ajuizaram reclamação trabalhista pela condição precária existente no momento inicial e intermediário da obra, circunstância que deve ser considerada na imposição das obrigações.

Sendo assim, ACOLHENDO EM PARTE os pedidos formulados pelo autor, condeno solidariamente as reclamadas, integrantes do mesmo grupo, donas da obra, empreiteira e empregadoras, às seguintes obrigações:

A- Não realizar, promover, estimular ou contribuir à submissão de trabalhadores à condição análoga à de escravo, sob pena de cominação diária de R\$ 100.000,00 (duzentos mil reais);

B- Não realizar, promover, estimular ou contribuir ao aliciamento nacional e/ou internacional de trabalhadores, portanto ao tráfico de seres humanos, sob pena de cominação diária de R\$ 100.000,00 (duzentos mil reais);

C- Não utilizar, em seus empreendimentos no exterior, mão de obra contratada no Brasil, mediante contrato de trabalho, enviada ao país estrangeiro sem o visto de trabalho já concedido pelo governo do local, sob pena de cominação diária de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

D- Não realizar, promover, contribuir ou se aproveitar da intermediação de mão de obra (marchandage), com o envolvimento de aliciadores, intermediadores ou "gatos", não abrangidas as hipóteses de trabalho temporário com os contornos admitidos pela Lei n. 6.019/1974 e de serviços de facilitação à colocação no mercado de trabalho realizados pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego) e órgãos afins, sob pena de cominação diária de R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

E- Indenizar o dano moral coletivo decorrente das condutas ilícitas descritas nesta sentença, mediante o pagamento de quantia de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com atualização monetária a partir da data da decisão de arbitramento além de juros, também incidentes desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT, valor que deverá ser destinado a projetos, iniciativas e/ou campanhas que revertam em benefício dos trabalhadores coletivamente considerados, a serem especificados em liquidação, mediante prévia e especificada indicação pelo Ministério Público do Trabalho e aprovação por este Juízo;

F- Em até 30 dias após o trânsito em julgado (art. 6º, inc. II, da Lei n. 12.846/2013 e art. 7º c/c art. 78, inciso II, do CDC, art. 75, caput, da Lei de Imprensa e art. 461 do CPC), publicar esta sentença condenatória pelo menos uma vez, na forma de extrato, em dois meios de comunicação de grande circulação no território abrangido pela

jurisdição do TRT da 15ª Região e nos sítios eletrônicos na rede mundial de computadores dos réus, dando neles destaque à informação, sob pena de cominação diária, a partir do 31º dia, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na forma do art. 461 do CPC.

É indiscutível o efeito pedagógico dessas condenações que, quando percebidas sob a expressão de penalizações indenizatórias, forçam as rés a agirem preventivamente, pois obrigam-nas a dedicarem maior atenção e respeito às normas de proteção e saúde do trabalhador, à qualidade do meio ambiente do trabalho e a necessidade de conservar relações mais respeitosas à dignidade do trabalhador.

Da tutela antecipada (art. 273, CPC)

Só seria cabível nos casos de o recurso ordinário possuir efeito suspensivo, impedindo a execução provisória, o que não ocorre no Processo do Trabalho, no qual o eventual recurso só terá efeito devolutivo, viabilizando-se a execução provisória por iniciativa do autor (art. 899, CLT). Indefere-se, pois, a tutela antecipada, eis que há uma tutela definitiva mais favorável e útil ao reclamante, permitindo-lhe a execução provisória, se pendente de recurso.

Dispositivo

Posto isso, acolhendo a preliminar de incompetência material para extinguir sem resolução do mérito os pedidos de pagamento de multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração desta ação civil pública, excluídos os tributos, em patamar a ser arbitrado por este Juízo (art. 6º, inc. I, da Lei n. 12.846/2013), de proibição de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos ou entidades públicas e de instituições financeiras públicas ou controladas pelo poder público, pelo prazo que for arbitrado por este Juízo, dentro do patamar mínimo de 1 (um) ano e máximo de 5 (cinco) anos (art. 19, inc. IV, da Lei n. 12.846/2013) e Proibição ao recebimento de concessão ou renovação de quaisquer empréstimos ou financiamentos pelo BNDES (art. 4º da Lei 11.948/2009) e rejeitando as demais preliminares, acolho parcialmente os pedidos formulados por MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - Procuradoria do Trabalho no Município de Araraquara, reclamante, para condenar 1ª- CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A. ("CNO"), 2ª- ODEBRECHT SERVIÇOS DE EXPORTAÇÃO S.A. (nova denominação social de OLEX IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S.A - "OSE"), 3ª- ODEBRECHT AGROINDUSTRIAL S.A. - "OAI" (antes denominada ETH BIOENERGIA), reclamada, a pagar: 1- Não realizar, promover, estimular ou contribuir à submissão de trabalhadores à condição análoga à de escravo, sob pena de multa diária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); 2- Não realizar, promover, estimular ou contribuir ao aliciamento nacional e/ou internacional de trabalhadores, portanto ao tráfico de seres humanos, sob pena de cominação diária de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); 3- Não utilizar, em seus empreendimentos no exterior, mão de obra contratada no Brasil, mediante contrato de trabalho, enviada ao país estrangeiro sem o visto de trabalho já concedido pelo governo do local, sob pena de cominação diária de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); 4- Não realizar, promover, contribuir ou se aproveitar da intermediação de mão de obra (marchandage), com o envolvimento de aliciadores, intermediadores ou "gatos", não abrangidas as hipóteses de trabalho temporário com os contornos admitidos pela Lei n. 6.019/1974 e de serviços de facilitação à colocação no mercado de trabalho realizados pelo SINE (Sistema Nacional de Emprego) e órgãos afins, sob pena de multa cominação de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); 5- Indenizar o dano moral coletivo decorrente das condutas ilícitas descritas nesta sentença, mediante o pagamento de quantia de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), com atualização monetária a partir da data da decisão de arbitramento além de juros, também incidentes desde o ajuizamento da ação, nos termos do art. 883 da CLT, valor que deverá ser destinado a projetos, iniciativas e/ou campanhas que revertam em benefício dos trabalhadores coletivamente considerados, a serem especificados

em liquidação, mediante prévia e especificada indicação pelo Ministério Público do Trabalho e aprovação por este Juízo; 6- Em até 30 dias após o trânsito em julgado (art. 6º, inc. II, da Lei n. 12.846/2013 e art. 7º c/c art. 78, inciso II, do CDC, art. 75, caput, da Lei de Imprensa e art. 461 do CPC), publicar esta sentença condenatória pelo menos uma vez, na forma de extrato, em dois meios de comunicação de grande circulação no território abrangido pela jurisdição do TRT da 15ª Região e nos sítios eletrônicos na rede mundial de computadores dos réus, dando neles destaque à informação, sob pena de cominação diária, a partir do 31º dia, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), na forma do art. 461 do CPC. Tudo na forma da fundamentação, que contém todos os parâmetros a serem observados no presente dispositivo, não se justificando questionamentos posteriores, especialmente se não tiverem como objetivo sanarem vícios (omissões/contradições/obscuridade), quando não serão conhecidos e não interromperão o prazo recursal, sendo o montante apurado em regular liquidação de sentença com atualização segundo o Sistema Único de Cálculos da Justiça do Trabalho e de acordo com os índices das tabelas aprovadas pelo CSJT, do modo que seja o mais eficaz para fixação do valor do título, exceto se a decisão já estiver com os valores liquidados, com acréscimo de juros de mora e correção monetária na forma da lei (S. 187, 200, 368 e 381 do TST, art. 459, parágrafo 1º-A do art. 879, todos da CLT). Correção monetária com base no índice do primeiro dia do mês subsequente, conforme S. 381 do TST. Também em liquidação de sentença deverão ser deduzidas as incidências previdenciárias e tributárias, no que couber, comprovando-se posteriormente nos autos os recolhimentos. Natureza das verbas contempladas nesta decisão na forma do art. 28 da L. 8.212/91 (observando-se a Instrução Normativa SRF nº 1.127, que regulamentou a Lei nº 12.350/2010), sendo a comprovação dos recolhimentos previdenciários de responsabilidade da parte empregadora, autorizada a dedução dos valores cabíveis da parte do empregado, na forma da OJ 363 da SDI-1 do TST (o art. 33, §5º da lei 8.212/91 não repassa ao empregador a responsabilidade pelo pagamento do valor relativo ao empregado, mas tão somente a responsabilidade pelo recolhimento) e os recolhimentos fiscais na forma do disposto no art. 46 da Lei 8.541/92, bem como a retenção da parcela do empregado relativa ao imposto de renda sobre o total da condenação das verbas de natureza salarial, no momento do pagamento ao credor (fato gerador da obrigação), tudo na forma dos incisos I a III da S. 368 do C. TST, com observância do regime de caixa, conforme interpretação sistemática do Provimento CGJT 001/1996, art. 46 da lei 8541/92 e art. 12 a lei 7713/88, sendo a base de cálculo definitiva estabelecida por ocasião da declaração anual, tudo em consonância com a jurisprudência dominante, observando as normas editadas pela Receita Federal. Em relação às contribuições previdenciárias (CF, art. 195, I, "a" e II), de natureza tributária, o momento mais adequado de se vislumbrar a ocorrência do fato gerador é quando as verbas trabalhistas de natureza salarial, que integram o salário-de-contribuição (art. 28, da lei 8.212/91), deveriam ter sido pagas pelo empregador aos seus empregados ou prestadores de serviço. Considerando-se que os juros moratórios não implicam ganho de capital e não se confundem com os juros compensatórios e nem com os remuneratórios, sobre eles não incidirá tributação (INSS e IR), na forma do que prescrito na legislação aplicável à espécie (art. 404 do CC, OJ 228 SDI-1 e inteligência da OJ 400, ambas da SDI-1 do TST). Custas processuais, no valor de R\$ 1.000.000,00, pelo reclamado, calculadas sobre o valor arbitrado de R\$ 50.000.000,00 (arts. 789 e seguintes da CLT), aplicando-se a S. 25, 128 do C. TST e OJ 186 SDI-1 do TST. Notifiquem-se as partes. Cumpra-se. CARLOS ALBERTO FRIGIERI Juiz do Trabalho Assinado eletronicamente. A Certificação Digital pertence a: CARLOS ALBERTO FRIGIERI.

**ANEXO 4 – Decisão. PROCESSO Nº 0029500-68.2011.5.13.0025.** Disponível em MPT DELPHOS, em <http://mpt.mp.br/intranet>. Acesso em 12 de agosto de 2016 (acesso restrito a membros do Ministério Público do Trabalho, mediante senha).

Espécie: Ação Civil Pública

Autor: Ministério Público do Trabalho

Réu: Isnard Alves Cabral e outros

## S E N T E N Ç A

Vistos, etc.

### I. RELATÓRIO:

Ação Civil Pública c/c Pedidos de Tutela de Urgência ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO contra ISNARD ALVES CABRAL, PAULO SIMI, JOSE FERNANDES GORGONHO NETO, SERGIO INOCENCIO DA COSTA, LUCIANO DE FRANÇA COSTA e JOSE DE ARIMATEIA FARIAS DUARTE JUNIOR, alegando que estes exploravam uma rede organizada de exploração sexual de travestis para fins comerciais, mediante tráfico internacional de pessoas, fraude e condições análogas à de escravo. Pleiteia, ao final, a condenação dos Réus na obrigação de pagar indenização por danos morais coletivos, no importe de R\$ 1.000.000,00.

O Autor instruiu a petição inicial com documentos (Seq. 2/8).

O pedido de tutela cautelar foi indeferido (Seq. 18), mas reconsiderado posteriormente (Seq. 187).

Após inúmeras intercorrências e diligências para notificação dos Réus, foi realizada audiência no último dia 15 de janeiro, ocasião em que o Autor requereu e teve deferida a exclusão do Réu PAULO SIMI, tendo em vista a impossibilidade de citação pelas vias ordinárias (carta rogatória).

Os Réus presentes à audiência requereram o prazo complementar de 05 dias para apresentar defesas escritas. O advogado JOSE MELLO CAVALCANTE JUNIOR compareceu dizendo-se advogado do Réu LUCIANO DE FRANÇA COSTA e comprometendo-se a apresentar procuração e defesa no prazo requerido. O pedido foi deferido em caráter excepcional, tendo em vista a complexidade da matéria, e apenas em relação aos réus SERGIO INOCENCIO DA COSTA, LUCIANO DE FRANÇA COSTA e JOSE DE ARIMATEIA FARIAS DUARTE JUNIOR, que manifestaram animus de defesa. Os demais – ISNARD ALVES CABRAL e JOSE FERNANDES GORGONHO NETO – não compareceram e não manifestaram qualquer intuito de defesa.

Os Réus apresentaram defesas (Seq. 341, 344, 346 e 348).

Restou prejudicada a realização da instrução na data designada, tendo em vista frustração na notificação das testemunhas.

Foi encerrada a instrução.

Razões finais orais pelo Autor.

Frustrada a segunda proposta de conciliação.

É o relatório.

Decido.

### II. FUNDAMENTAÇÃO:

De início, declaro a competência da Justiça do Trabalho, ressaltando que a competência deve ser aferida de modo abstrato e “in status assertionis”, ou seja, apenas com base nas alegações da petição inicial e mediante uma simples leitura desta. Deve o julgador se comportar como se admitisse, hipoteticamente e em juízo provisório, a veracidade da versão apresentada na petição inicial, deixando para o exame de mérito a respectiva apuração. Então, os elementos de convicção obtidos a partir da resposta do Réu e ao longo da instrução processual dizem respeito ao mérito e, por isso, são irrelevantes para a análise da competência.

Assim, tendo o Autor alegado que a indenização pleiteada decorre dos danos morais coletivos oriundos/decorrentes da exploração do trabalho de travestis, concluo que esta Justiça Especializada é competente para processar e julgar este feito, tudo conforme o art. 114, I e VI, da Constituição Federal.

Destaco, no particular, o seguinte trecho da petição inicial, em que o Autor descreve a forma de exploração sexual comercial mediante tráfico internacional de pessoas e o seu caráter mercantil e laboral: “No caso dos autos, as vítimas são vistas como prestadoras de serviços, com a utilização do seu corpo em benefício de outras pessoas (no caso, os clientes que agem como tomadores de serviços) que, até quitar a vultosa dívida perante os fornecedores de mão de obra (os réus), proveniente de valores superfaturados das despesas com viagens, transporte, hospedagem, alimentação, aluguel de “pontos de prostituição”, entre outros, submetem-se a condições desumanas e degradantes análogas à de escravo, tendo inclusive privada a sua liberdade de locomoção ante a retenção de passaporte e documentos pessoais da vítima pelos fornecedores de mão de obra, como forma de forçar o integral adimplemento da dívida.”

Tudo isso, ao meu sentir, é suficiente para caracterizar a competência da Justiça do Trabalho.

Por esses motivos, declaro a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar o presente feito.

Ainda, a título de preliminar, rejeito o pedido de suspensão do processo até julgamento final da Ação Penal n.º 0000489-21.2008.05.8200, em trâmite perante a 16ª Vara da Justiça Federal, tendo em vista a independência das instâncias cível/trabalhista e penal (art. 935 do Código Civil).

Registro, para concluir a análise das questões processuais, que os autos estão aptos para julgamento, o que justificou o encerramento da instrução processual, já que desnecessárias outras provas.

Passo ao exame do mérito.

E de logo ressalto que não vislumbro a ocorrência do alegado dano moral coletivo a justificar o deferimento da indenização pleiteada pelo Autor.

Ora, ainda que comprovada a ilicitude das condutas relatadas na petição inicial (que são reprováveis, registre-se), entendo que os ilícitos repercutiram apenas na esfera de interesses das supostas vítimas.

Não vislumbro reflexos na coletividade ou comunidade. A conduta dos Autores, supostos aliciadores, não repercutiu de forma a acarretar prejuízo de ordem extra patrimonial aos demais cidadãos das cidades de Araçagi, Guarabira, Rio Tinto, Mulungu e Baía da Traição.

Ora, conforme a petição inicial, os Réus aliciaram 21 pessoas ao longo de 9 anos (sendo 3 em 1999, 2 em 2001, 2 entre 2002 e 2003, 9 em 2004, 1 em 2005, 4 em 2007) e, ainda, em 5 cidades distintas.

Essa atividade teve início, em 1999, com o aliciamento de Vademir Rodrigues Soares, vulgo “MIREIA”, Emanuel Ozildo Alves da Silva, vulgo “DIDO”, e José Lopes da Silva. Ou seja, o universo de vítimas foi bastante reduzido (menos de 3 pessoas por ano) e distribuídas em 5 municípios do Estado da Paraíba.

A população dos referidos municípios totalizava 113.007 habitantes em 2010, o que significa que o universo afetado foi de apenas 0,02%, insuficiente para gerar dano moral coletivo.

Isso significa que a suposta conduta ilícita dos Réus afetou apenas pontualmente e individualmente alguns cidadãos, aos quais é possível e viável a reparação individual. Não houve, entretanto, ofensa a valores imateriais de um grupo considerável de trabalhadores ou de uma determinada comunidade a justificar a reparação coletiva.

Nesse sentido, inclusive, sinaliza a jurisprudência do e. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região:

**DANO MORAL COLETIVO. LESÕES PONTUAIS. INEXISTÊNCIA DE DANO À COLETIVIDADE. INDENIZAÇÃO INDEVIDA.** Os fatos espelhados nos autos mostram muito mais violações pontuais e individuais do que uma política empresarial voltada a suprimir o intervalo dos empregados, desautorizando a conclusão de que houve uma ofensa a valores imateriais de um grupo considerável de trabalhadores, de uma “MARIA LUÍSA”. Em 2001, “DINÁ” aliciou Juarez Leonel do Nascimento, vulgo “CAMILA” ou “JÚNIOR DE JUAREZ”, e Marcelo Félix da Costa, vulgo “MARCELA SPANIK”. Já em 2002 e 2003, foram por ele aliciados Orlando de Cuitegi – PB, vulgo “SHEILA”, e Alexandro da Rocha Crispim, vulgo “SANDRA”. Mais tarde, em 2004, Isnard Alves Cabral e Paolo Simi, auxiliados por Sérgio Inocêncio da Costa, Luciano de França Costa, Maria Aparecida Cabral Rodrigues, Cristino José Gomes, Alexandro da Rocha Crispim e Orlando de Cuitegi – PB, aliciaram e promoveram as saídas das seguintes pessoas do território nacional, para fins de prostituição na Itália: João Kléber Alves de Oliveira, vulgo “KÊNIA”, Naldinho, vulgo “RAÍSSA”, Willison José Paulino, vulgo “WILLIANA”, Moisés Fidelis da Silva, vulgo “PÂMELA”, Gladson Gonçalo Xavier, vulgo “MELISSA”, Welton Francisco do Nascimento, vulgo “SABRINA”, André de Sapé – PB, vulgo “SABRINA”, Elísio Alves da Cunha e Itamar Costa de Oliveira, vulgo “SABRINA”. Em 2005, Isnard Alves Cabral e Paolo Simi, promoveram o aliciamento e a saída do território nacional, para idêntico fim, de Erivaldo Maximino Alves que, na época, tinha 17 anos de idade, e teria sido repassado como mercadoria para outra cafetina conhecida como CARLA LOIRA. Dando-se continuidade à prática criminosa, sobretudo em razão do lucro daí resultante, em 2007, Isnard Alves Cabral e Paolo Simi, desta vez, auxiliados por Sérgio Inocêncio da Costa, Luciano de França Costa e José Fernandes Gorgonho Neto, aliciaram e promoveram a saída do território nacional para fins de prostituição na Itália, das seguintes pessoas: Marcos Frederico de Oliveira Carvalho, Andson Oliveira da Costa, Rosenildo Alves da Silva e Glesson Silva. Percebendo a vultosa lucrativa da atividade ilícita, Emanuel Ozildo Alves da Silva, vulgo “DIDO”, e Alfredo Sabatini aliciaram e promoveram a saída do território nacional das seguintes pessoas, para o mesmo fim, conforme declarações prestadas por Jean Carlos da Cruz Batista e José Orange Viana Neto: José Orange Viana Neto, vulgo “SHEILA ORANGE”, Wilton, vulgo “JAMILE”, Rafaela, José Fernandes Gorgonho Neto, vulgo “MELISSA” e Juca.”

Não se quer, com isto, desprezar a importância das normas protetivas da jornada de trabalho e dos períodos de descanso, mas daí a afirmar que qualquer descumprimento de tais normas assume uma gravidade tal que representa um dano moral coletivo vai uma distância muito grande. É temerário banalizar as condenações em reparar danos morais coletivos sem que se estabeleça exatamente a conduta do agente, a coletividade afetada ou a extensão do dano alegado. (PROC. Nº

0000800-74.2013.5.13.0005, Desembargador UBIRATAN MOREIRA DELGADO, Revisor Designado para Redigir Acórdão)

Diante do exposto JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na petição inicial.

Mantenho, no entanto, a tutela cautelar deferida no Seq. 187, notadamente em relação ao bloqueio cautelar de todos os bens encontrados (móveis e imóveis), até o limite do pedido, ficando todos eles afetos à presente demanda até o efetivo trânsito em julgado.

Custas, pelo Autor, no valor de R\$ 20.000,00, mas dispensadas em razão da isenção (art. 18 da Lei n.º 7.347/85 e art. 790-A da CLT).

Intimem-se as partes, sendo o Autor por Oficial de Justiça.

ADRIANO MESQUITA DANTAS Juiz do Trabalho

**ANEXO 5-** DECISÃO PROCESSO N. 0011471-16.2015.5.01.0040 . Disponível em MPT DELPHOS (acesso restrito a membros do Ministério Público do Trabalho, mediante senha. Acessível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br) .

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA MM. VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – RJ:

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho signatário, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da Primeira Região, com sede na Av. Churchill n.º 94 – 7º ao 11º andares, Castelo, CEP 20020-050, Rio de Janeiro – RJ, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 127, “caput” e 129, III da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, combinado com o art. 83, III da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, vem, perante V. Exa., propor a presente

AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO DE DOCUMENTOS E COISAS, com pedido de liminar, inaudita altera pars

em face de:

AJBS, nascido em 04.03.1971, filho de MCB, CPF..., com endereço ...

E da empresa GAJHLTDA...

#### I. DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho tomou conhecimento por intermédio das Auditoras Fiscais do Trabalho, Marcia Albernaz de Miranda (Matrícula 217.3916) e Anna Christina Teixeira de Lucena (Matrícula 18.96121), que um grupo de 11 (onze) pessoas, todos homens, estaria sendo submetidos a condições análogas às de escravo pelo empregador ora demandado.

Segundo constou na Representação, os trabalhadores teriam sido arregimentados em diversos estados para laborarem como modelos e músicos e que estariam sendo cerceados da sua liberdade de comunicação e do seu direito de ir e vir.

Com efeito, ressaltou a denúncia, que os mencionados trabalhadores teriam sido instalados em uma casa em Curicica, nesta Cidade, mais precisamente na Rua Hipólito, nº 21, Fundos. Além disso, estariam tendo os seus documentos retidos,



inclusive cartões bancários, não lhes havendo, ainda, a possibilidade de qualquer comunicação ou recebimento de valores por seus parentes. Evidenciou, também, que os trabalhadores não poderiam utilizar livremente computadores, páginas em redes sociais e celulares, bem como estariam sofrendo restrições à liberdade ir e vir.

Sob essa mesma ótica, narrou ainda que tais trabalhadores estariam sendo controlados pelo preposto Maycon, o qual, em algumas oportunidades, os levava para um apartamento, obrigando-os a manterem relações sexuais.

Saliente-se, por oportuno, que a situação envolvendo os trabalhadores foi propagada em rede nacional no programa da TV Bandeirantes.

Conforme fotos, vídeos e áudios anexos foram mantidos diversos contatos com familiares dessas pessoas, que demonstraram o grande perigo ao qual estão submetidos.

Assim, em virtude de tudo o que foi exposto, mostra-se necessária a concessão de medida cautelar de busca e apreensão de documentos com intuito de provar em ação principal as violações trabalhistas denunciadas.

## II – DO DIREITO

### II.I – DO CABIMENTO DA BUSCA E APREENSÃO

Certo é que o Ministério Público tem amplo poder de investigação, não necessitando do Poder Judiciário, em muitos casos, para expedir notificações, proceder a diligências, requisitar condução coercitiva, documentos ou a prestação de informações, entre outras atividades previstas na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

Por outro lado, o Órgão Ministerial não tem poder de realizar diretamente a busca e apreensão de documentos que não sejam públicos e/ou estejam fora de prédios públicos, pois a Constituição Federal, dentre outras garantias, prevê a da inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI da CF), razão pela qual, em casos tais, deve o Ministério Público obter através do Poder Judiciário a concretização material do objeto da requisição.

Vale observar, também, que o art. 110 da Lei nº 8.078/90, ao acrescentar mais um inciso ao art. 1º da Lei nº 7.347/85, alargou consideravelmente o objeto da ação civil pública, tornando-a instrumento idôneo à apuração de responsabilidades e reparação de danos causados não apenas ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, mas também, a teor do seu inciso IV, a "qualquer outro interesse difuso ou coletivo", inclusive a defesa do Erário, razão pela qual perfeitamente admissível a aplicação dos artigos 4º e 5º da Lei nº 7.347/85.

Neste ponto, deve-se destacar que é perfeitamente cabível o manejo das ações cautelares com objetivo de assegurar direito que será futuramente objeto de Ação Civil Pública, conforme autorizam o art. 84, § 5º, do Código de Defesa do Consumidor e o art. 21 da Lei da Ação Civil Pública, nestes termos:

“Art. 84. (...)

§ 5º. Para a tutela específica ou para a obtenção do resultado prático equivalente, poderá o juiz determinar as medidas necessárias, tais como busca e apreensão, remoção de coisas e pessoas, desfazimento de obra, impedimento de atividade nociva, além de requisição de força policial. (CDC)” Assim, inegável o cabimento da busca e apreensão pretendida, que poderá serve como medida preparatória ao ajuizamento de Ação Civil Coletiva, a ser proposta no interesse dos trabalhadores.

## II.II – DA NECESSIDADE DA MEDIDA

O périplo das irregularidades praticadas pelo réu caracteriza, indubitavelmente, como prática de trabalho análogo ao de escravo.

Assim, destina-se a ação cautelar à apreensão de documentos capazes de garantir à reparação dos danos morais e patrimoniais provocados aos trabalhadores encontrados em situação irregular.

Além disso, os documentos a serem apreendidos poderão subsidiar pedido em eventual ação civil pública, a ser ajuizada por este Órgão Ministerial.

## III- DA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS

É cediço que para a concessão de toda e qualquer medida cautelar faz-se necessário que o requerente demonstre, de modo satisfatório, a aparência do direito que visa acautelar, bem como a existência de condições de fato capazes de por em risco a satisfação desse direito.

Na espécie, os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora estão suficientemente demonstrados.

Além disso, o deferimento da liminar inaudita altera pars faz-se necessário, tendo em vista que tais documentos estão na posse exclusiva dos requeridos e são os únicos documentos necessários para apuração dos fatos, além do que o conhecimento prévio da presente medida poderia inviabilizar os objetivos a serem alcançados.

## III.I – DO FUMUS BONI IURIS

A fumaça do bom direito, no caso, está amparada nos próprios fatos e documentos apresentados pelo Parquet, que demonstram, de modo seguro, a ocorrência de trabalho análogo ao de escravo.

A matéria publicada na mídia demonstra indícios de seriíssima violação a direitos coletivos dos trabalhadores.

## III.II DO PERICULUM IN MORA

O perigo da demora, a seu turno, também é evidente.

Os fundamentos fáticos acima citados por si só demonstram o perigo da demora da tutela jurisdicional.

Com efeito, conforme demonstrado, há direitos sendo lesados de forma grave e com claro intuito fraudulento, motivo pelo qual a busca e apreensão ora requerida é medida urgente.

## IV - DO PEDIDO

Diante do exposto, requer o Ministério Público do Trabalho:

a concessão de liminar inaudita altera pars de busca e apreensão de recibos de pagamento de salário, livros contábeis, planilhas, dinheiro, talões de cheque, comprovantes de depósito, computadores, envelopes e quaisquer outros documentos que possam comprovar as irregularidades denunciadas, nos endereços domiciliares e na seguinte ordem, respectivamente: 1º) ... 2º) ... 3º) ...

Requer ainda sejam apreendidos bens móveis, tais como veículos, que possam ter o bloqueio determinado por esse juízo e, após o ajuizamento e decisão de mérito, tal

bloqueio possa ser convertido em penhora para garantia dos direitos trabalhistas, inclusive danos morais individual e coletivo.

Requer a requisição de auxílio à Polícia Federal e a autorização para arrombamento de portas e armários, se necessário for;

A notificação do Ministério Público do Trabalho da data a ser realizada a diligência, para acompanhamento do Oficial de Justiça por este Procurador do Trabalho e pelos auditores fiscais do trabalho acima mencionados;

A procedência, em definitivo, do pedido cautelar ora formulado, confirmando o deferimento da liminar em todos os seus termos;

A condenação das requeridas ao pagamento das despesas processuais.

Por fim informa que tão logo seja distribuída a ação em tela, o Parquet encaminhará ao MM. Juízo competente as cópias dos áudios e vídeos que instruem a presente inicial.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

Termos em que pede deferimento.

Rio de Janeiro, 02 de outubro de 2015.

MARCELO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

Procurador do Trabalho

REQUERENTE: PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 1 REGIAO -  
COP REQUERIDO: AJBS e outros

SENTENÇA PJe-JT

Vistos, etc.

Tendo em vista o prazo decorrido, reconsidero o despacho anterior para prolação da sentença:

Ministério Público do Trabalho interpôs medida cautelar de busca e apreensão em face de AJBS e GAJHLTDA, alegando que a busca e apreensão é necessária para garantir à reparação dos danos morais e patrimoniais provocados aos trabalhadores encontrados em situação irregular.

Como se trata de medida cautelar preparatória, deveria o MPT observar o disposto no art. 803, III, do CPC, pois assim o estabelece o parágrafo único do mesmo dispositivo legal.

Na causa de pedir, o MPT esclarece que esclarece que a busca e apreensão é necessária para ingressar com possível Ação Civil Pública.

A medida cautelar de busca e apreensão pressupõe a existência de pessoas ou coisa que possam ser apreendidas, bem como sua preexistência quando da interposição da ação (CPC, art. 839 e seguintes).

Todavia, para obtenção do requerido via ação cautelar, nos moldes em que formulado, deveria o Ministério Público vir com elementos fáticos, vez que o

procedimento exige ampla dilação probatória para deferimento das postulações, o que é impraticável pelos documentos acostados.

Considerando o tempo decorrido sem a complementação dos documentos, pelo exposto, e considerando o mais que dos autos consta, decido EXTINGUIR a medida cautelar de busca e apreensão intentada por Ministério Público do Trabalho contra AJBS e GAJHLTDA, sem resolução do mérito, com substrato nos incisos III e IV, do art. 267, do CPC, nos termos da fundamentação.

Publique-se, decorrido o prazo legal, arquivem-se os autos.

RIO DE JANEIRO, 10 de Novembro de 2015

MIRIAM VALLE BITTENCOURT DA SILVA

Juiz(a) Titular de Vara do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 40 VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – RJ:

Por dependência à ação cautelar nº 0011471-16.2015.5.01.0040

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho que esta subscreve, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na Av. Churchill, 94, 11º andar, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 127, *caput* e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; no art. 6º, inciso VI, alíneas "a" e "d", c/c o art. 83, incisos I e III, da Lei Complementar n.º 75/93, nas Leis 7.347/75 e 8.078/90, nos arts. 2º, 3º, 9º, 442 e ss. da CLT, propor a presente

AÇÃO CAUTELAR BUSCA E APREENSÃO DE BENS, VALORES E BLOQUEIO DE BENS, VALORES E ATIVOS FINANCEIROS INAUDITA ALTERA PARS – COM ORDEM DE ARROMBAMENTO

## I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

### I.1 DA UTILIDADE E DA NECESSIDADE

O Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho receberam, no início do mês de outubro de 2015, denúncia, inicialmente, em face de AJBS e MRC, que noticiavam supostas práticas ilícitas, tais como: aliciamento de trabalhadores, retenção de documentos (em especial cartões de movimentação bancária e senhas), atuação como mero intermediador de mão de obra, retenção de salários, submissão a abuso sexual e outros.

Em razão da denúncia e de sua verossimilhança, este Procurador ajuizou a ação de busca e apreensão de nº 0011471-16.2015.5.01.0040, uma vez que, naquele momento dispunha de poucas provas, fazendo-se necessária a busca e apreensão de documentos, mídias eletrônicas (computadores, etc), bens e valores.

Ocorre que, depois de ajuizada a referida ação, tanto o Parquet Laboral quanto o Ministério do Trabalho e Previdência Social, por meio da Auditora Márcia Albernaz, deram continuidade às investigações, cujas conclusões serão abaixo resumidas e foram objeto da lavratura de dois autos de infração: o de nº 208288562, por trabalho em condições análogas à de escravo, e o de nº 208174541, por ausência de registros de contrato de trabalho (documentos anexos).

Em razão das conclusões, MPT e MTPS resolveram, no uso de suas atribuições legais, dar por encerrada a relação de trabalho, pelas graves violações legais, constituições e normas internacionais, ou seja, nos termos da Lei nº 7889/, art. 2], alínea “c”, os órgãos mencionados realizam o resgate de tais trabalhadores e, conforme já acertado com a Pastoral do Migrante, serão, inicialmente alojados em estabelecimento por ela indicado.

Tal diligência ocorrerá no dia 12/11/2015.

Para a garantia útil de tal ato administrativo e das ações civis públicas a serem ajuizadas posteriormente pelo MPT na defesa dos direitos da coletividade, lato sensu, e em defesa dos direitos dos trabalhadores lesados, a presente demanda cautelar apresenta-se devidamente necessária e útil, por envolver pessoas físicas, sendo o primeiro requerido, com mais de 10 passagens na polícia por estelionato, que muda de endereço constantemente e que se vale de ardis e ameaças para manutenção da situação descrita.

## I.2 DA RATIFICAÇÃO DA CAUTELAR PRINCIPAL

O Ministério Público do Trabalho por meio da presente ação cautelar ratifica os pedidos da Ação Cautelar principal, distribuída sob número n.º 0011471-16.2015.5.01.0040, por considerar que os trabalhadores estão sob visível situação constrangedora. A referida ação destina-se à apreensão de documentos capazes de garantir a reparação dos danos morais e patrimoniais provocados aos trabalhadores encontrados em situação irregular.

Além disso, os documentos a serem apreendidos poderão subsidiar pedido em eventual ação civil pública, a ser ajuizada por este Órgão Ministerial. Razão pela qual o *Parquet* ratifica os seus termos e protesta pelo deferimento.

## DOS FATOS

Conforme Relatório da Fiscalização do Trabalho, já em caráter conclusivo, baseado em diligências e informações obtidas com acompanhamento deste Procurador signatário, foram devidamente comprovadas as seguintes irregularidades no âmbito do Direito Laboral:

AJBS, primeiro-réu, tem diversas passagens pela Polícia (mais de 10), sempre por estelionato em concurso com outros crimes, desde 2003, fls. 14, 41, 42, 44 e 45;

No início do mês de outubro de 2015, o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho receberam denúncias, devidamente comprovadas de que o SR. AJBS, por volta de 2010, passou a, mediante fraudes, ameaças e falsas promessas a aliciar mão de obra de trabalhadores arregimentados, principalmente por meio do Orkut e Facebook, com a suposta finalidade de investimento nas carreiras desses trabalhadores como modelos, atores e cantores, conforme depois depoimentos anexos e alguns transcritos no relatório, quais sejam VF, VB, WG, conversas telefônicas gravadas com o Sr. IDMA, e depoimentos filmados no dia inspeção, CONFORME CD QUE SERÁ ANEXO;

Para tanto, o SR. AJBS dá-lhes falsas informações, leva-os para restaurantes, teatros, cinemas como se estive investindo no progresso cultural desses trabalhadores;

Inicialmente, esses trabalhadores eram alojados na própria residência do sr. AJBS;

Como forma de suposta inserção desses trabalhadores no meio artístico, o Sr. AJBS atuava como intermediador de mão de obra, levando-os a trabalhar como figurantes no Projeto... (através de empresas interpostas: D, V, etc) e empresas de organização de eventos (THB, por ex), fotos das fls. 113 do relatório de fiscalização e registros das carteiras de trabalho;

Conforme farto material em anexo, o SR. AJBS exigia dos trabalhadores absoluta “lealdade” e submissão para que as carreiras desses trabalhadores pudessem ser “alavancadas”;

Com uma vida exterior de suposta riqueza, distribuição de presentes e ostentação, o SR. AJBS dá a esses trabalhadores a expectativa e esperança de que efetivamente encontram-se sob as ordens de um vitorioso empresário do ramo de entretenimento;

Tal submissão é exigida e, sobretudo, por meio de demonstrações;

Para demonstrar tal submissão, esses trabalhadores além de entregar ao Sr. AJBS os cartões de contas correntes ou poupança em seus nomes, com as respectivas senhas, que no dia da inspeção encontravam-se de posse do Sr. M, fl. 51/53;

0. Também foram obrigados a entregar os telefones para monitoramento das conversas de Whatsapp Web, contas de Facebook e suas senhas, bem como os e-mails e, principalmente, os números IMEI dos aparelhos celulares, numeração essa que possibilita a realização de grampos telefônicos;

1. Como forma de pressão, apresenta-se como integrante de um grupo de expoliciais, apresentando uma suposta carteira de autoridade pública e dizendo que tinha relações com milicianos para “serviços sujos” (depoimento de VV e outros);

2. Também, para pressionar e impressionar os trabalhadores, durante as entrevistas exibia a Ficha de Antecedentes Criminais dos candidatos, informava que além disso possui conhecimento sobre a vida de cada um deles, apresentando fotos das fachadas de suas residências e relação de eventuais dívidas que o trabalhador tivesse no mercado;

3. Diante de tal aparato, conseguindo dos trabalhadores tais informações, passava a exigir, inclusive, que os mesmos se submetessem às suas investidas sexuais (depoimento de VB e de IMA);

4. Que tais relações sexuais eram obtidas, inclusive, por meio de uso de remédio controlados, levando trabalhadores ao entorpecimento e posterior abuso, conforme depoimentos, conversas e receituário médico de fls. 49/50;

5. Sempre com a condição de ser condição para o investimento em suas carreiras;

6. Que a partir de 2011/2012, mais ou menos, o senhor AJBS, com o aumento do número de trabalhadores, passou a ter como sócio de suas atividades o SR. MRC, segundo réu;

7. Que o senhor AJBS passou a controlar os trabalhadores que a ele se submeteram sexualmente e, por intermédio do sr. M, constituíram um segundo

núcleo, que passou a ser formado por aqueles que não aceitaram ou passaram a se inconformar à submissão sexual, como forma de punição, dizendo-lhes que não tinham talento para o suposto projeto musical ou artístico e que teriam que trabalhar para seu sustento. Que também passaram a fazer parte desse segundo núcleo, os trabalhadores aliciados pelo primeiro e segundo réus, que por eles eram considerados não compatíveis com o projeto;

8. Que esses trabalhadores laboram, sob comando de MRC, cedidos para diversas empresas, em jornadas exaustivas, fl. 114 e documentos anexos (conversas de Whatsapp), sendo que suas remunerações são recolhidas para as contas indicadas pelo sr. M, contas essas que abastecem financeira o primeiro núcleo;

9. Que esse núcleo tinha o controle direto de ambos os réus, mas fica sob o comando físico do Sr. M que com eles dividia os locais onde foram ao longo do tempo alojados;

0. Que os integrantes do primeiro núcleo, em razão de seus interesses próprios, submissão sexual, etc, acabam por, juntamente com os sr. AJBS e MC, a se beneficiar do trabalho executado pelos trabalhadores que compõem o segundo núcleo;

1. Que, ao contrário do que diz, conforme fotos, o senhor M tem estreita ligação com o sr. AJ (fotos em anexo);

2. Que, atualmente, fazem parte do núcleo que vive às custas do segundo núcleo, os Senhores LF e JCFJ, que nesta demanda figuram também como réus, pois se beneficiam financeiramente de tal exploração, inclusive, fornecendo seus CPFs, CPFs de familiares e contas correntes próprias, descritas no relatório (fls. 144/146), para que AJ E M façam as movimentações financeiras, esvaziando as contas dos trabalhadores do segundo núcleo, inclusive para pagamento de dívidas contraídas pelos trabalhadores, a exemplo de IMA, fls. 23/24 e 38/39;

3. Que esses senhores LF e JCFJ, inclusive, fazem saques diários de cerca de mil reais, conforme fl. 58;

4. Que, no núcleo de trabalho, atualmente situado em Curicica, conforme documento de fl. 115 do relatório e depoimentos, os trabalhadores chegam a tirar, em valores líquidos e médios, cerca de R\$ 5.000,00 (cerca 11 trabalhadores), valores esses a que não têm acesso, sob a alegação de que estão em sendo objeto de investimentos;

5. Que, esse núcleo de trabalho, também é convencido de que terão alguma carreira na área artística, de forma que, além dos valores decorrentes do trabalho de cada um deles, são convencidos a pedirem a seus familiares outras quantias para que sejam aportadas ao suposto investimento nas carreiras, conforme ocorreu com a senhora VVCVA, mãe de RVC, fl. 72 e no BO 03197/2010;

6. Tais fatos também ocorreram com os trabalhadores WG VF, fl. 85 e depoimento anexo;

7. Os laranjas, CPFs de familiares e respectivas contas bancárias são de DC, mãe de JCFJ, MUC, irmão de MRC

Tudo conforme provas, relatório de fiscalização em anexo e mídias entregues fisicamente na Secretaria dessa Vara.

DO DIREITO

DA FUMAÇA DO BOM DIREITO

Das Normas Proibitivas do Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.

É cediço que a Constituição da República Federativa do Brasil está fundada na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF). Do mesmo modo, a ordem econômica baseia-se na valorização do trabalho humano com vistas a assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170, *caput*, da CF), que se concretiza, especialmente, pela efetiva implementação dos direitos trabalhistas, estatuídos na Constituição Federal e legislação ordinária.

*“A Constituição declara que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho e na iniciativa privada. Que significa isso? Em primeiro lugar, quer dizer precisamente que a Constituição consagra uma economia de mercado, de natureza capitalista, pois a livre iniciativa, que, especialmente, significa a garantia da iniciativa privativa, é um princípio básico da ordem capitalista. Em segundo lugar, significa que, embora capitalista, a ordem econômica dá prioridade aos valores do trabalho humano sobre todos os demais valores da economia de mercado. Conquanto se trate de declaração de princípio, essa prioridade tem o sentido de orientar a intervenção do Estado na economia, a fim de fazer valer os valores sociais do trabalho, que, ao lado da livre iniciativa, constitui um dos fundamentos não só da ordem econômica, mas da própria República Federativa do Brasil (art. 1º, IV).”* (José Afonso da Silva, *Comentário Contextual à Constituição*, 7ª edição, 2010, p. 723)

E uma das piores violações à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e à justiça social, consiste na sujeição dos trabalhadores a condições análogas às de escravo.

O moderno conceito de trabalho análogo à de escravo passou a significar uma variedade de lesões a direitos humanos. Isso porque a legislação brasileira acerca do assunto foi alterada, como se depreende do novo teor do art. 149 do Código Penal, introduzido pela Lei n. 10.803/2003; confira-se:

*“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:*

*Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além de pena correspondente à violência.*

*§1º Nas mesmas penas incorre quem:*

- 1. – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;*
- 2. mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.*

*§2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:*

*I- contra criança ou adolescente;*

*II – por motivo de preconceito de raça; cor; etnia; religião ou origem.”*

Da análise do artigo acima, percebe-se que a abrangência do conceito de trabalho análogo ao de escravo foi sobremaneira ampliada, já que, no tipo penal, não está albergada apenas a prática do trabalho forçado, mas também a de trabalho



degradante, a jornada exaustiva e as duas hipóteses constantes do parágrafo primeiro, como formas equiparadas.

Na dicção do *caput* do citado artigo 149 do Código Penal verifica-se que, de forma simplificada, o trabalho análogo ao de escravo é tipificado desdobrando-se em quatro condutas autônomas e/ou conjuntamente consideradas, a saber: 1) sujeição da vítima a trabalhos forçados; 2) sujeição da vítima a jornada exaustiva; 3) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; e 4) restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Acrescente-se, ainda, que não é necessária a conjunção do trabalho degradante com a supressão da liberdade ou trabalho forçado, para que haja sua configuração, bastando que uma das espécies (trabalho degradante ou trabalho forçado) esteja presente.

A propósito, cabe transcrever trecho do artigo publicado na revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, referente a Julho/Dezembro de 2006, da autoria do magistrado Francisco Milton Araújo Júnior:

*“A norma penal, ao consagrar o trabalho em condição análoga à de escravo caracteriza-se pela ocorrência do trabalho forçado ou pelas condições degradantes de trabalho, demonstra que a definição jurídica moderna de trabalho escravo não se limita apenas à restrição da liberdade de locomoção e da liberdade de utilização das potencialidades do obreiro (físicas e mentais), podendo ocorrer também quando o obreiro é submetido a condições laborais degradantes que possibilitem a afetação da dignidade do ser humano.*

Continua o autor, *verbis*:

*Assim, com base nos parâmetros legais fixados no art. 149, do Código Penal, pode-se definir trabalho em condição análoga à de escravo como o desempenho de atividade profissional mediante a restrição da liberdade de locomoção e da liberdade de utilização das potencialidades do obreiro (físicas e mentais), e/ou mediante a submissão do obreiro a condições inadequadas de higiene, saúde e segurança que afetem a dignidade do trabalhador”.* (ARAÚJO JÚNIOR, Francisco Milton. Dano moral decorrente do trabalho em condição análogo à de escravo: âmbito individual e coletivo. In Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, v. 39, n. 77, Jul/Dez/2006, pp. 104/105).

Portanto, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo representa violação direta e brutal ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art.1º, III), posto que sonega ao homem trabalhador o patamar existencial mínimo garantido pelo ordenamento jurídico apto a preservar a sua dignidade.

Portanto, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo representa violação direta e brutal ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art.1º, III), posto que sonega ao homem trabalhador o patamar existencial mínimo garantido pelo ordenamento jurídico apto a preservar a sua dignidade.

Como se sabe o trabalho forçado se dá quando há a supressão da liberdade do trabalhador, muito embora este possa se apresentar espontaneamente ao trabalho ou mesmo aliciado pelos conhecidos “gatos”, e razão de falsas promessas de uma vida melhor.

Por outro lado, o trabalho degradante configura-se pelas péssimas condições de trabalho e remuneração. Ou seja, é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da ausência de condições mínimas de trabalho.

Acerca do trabalho degradante, Luís Antônio Camargo de Melo escreveu:

*“A constatação do trabalho em condições degradantes no meio rural terá que ter sempre em conta as condições de alojamento e moradia do trabalhador. A qualidade da água colocada à disposição dos trabalhadores será um outro elemento relevante na caracterização do trabalho em condições degradantes.”* (trecho extraído da Dissertação *“Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema”*).

No caso em apreço, trata-se de caso clássico de trabalho em condições análogas às de escravo: jornadas exaustivas, alojados precários, com retenção de remuneração e documentos, sob falsas promessas e graves ameaças.

#### Do Aliciamento dos Trabalhadores

A figura do aliciamento de trabalhadores possui tipificação legal, especificamente no art. 207 do CP, *in verbis*:

Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

Segundo a doutrina juspenalista, aliciamento significa “a sedução dos trabalhadores para saírem de uma localidade do território nacional para outra, dentro do país”

A tipificação criminal se justifica diante do grave impacto negativo que o aliciamento causa no Estado Brasileiro, já que ocasiona a iniciação de fluxo migratório intenso de um local para outro no País, alterando a realidade socioeconômica das regiões envolvidas.

Destacam-se as palavras do penalista Luiz Regis Prado sobre o bem jurídico protegido pelo tipo penal:

O bem jurídico tutelado é o interesse no não êxodo de trabalhadores. Busca-se evitar que uma região fique despovoada enquanto outra aumente desmedidamente, criando um problema social e econômico para as mesmas e para o país. Sujeito Ativo do delito é o agente que alicia ou recruta trabalhadores, com ou sem fraude, de um local para outro do território nacional, podendo ser qualquer pessoa (delito comum). Sujeito passivo são o Estado e os trabalhadores aliciados ou recrutados. (PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Especial – Arts. 121 a 249. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 761).

Do mesmo modo, muitas vezes tal conduta está associada à realização de falsas promessas relacionadas ao contrato de trabalho e às condições de labor, cuja realidade é constatada apenas no local em que irá trabalhar.

Assim, longe de casa, e diante da completa dependência da empresa contratante, o obreiro acaba se submetendo às condições existentes, mesmo que desfavoráveis.

Ressalte-se que até no plano internacional já há legislação sobre o aliciamento, consubstanciada principalmente no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo (acolhida pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 5.017/2004), que trata da figura do tráfico de pessoas, conceituada no art. 3º do referido diploma legal:

### Artigo 3

#### Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

1. A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;
2. O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);
3. O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos na alínea a) do presente Artigo; (...).

Destaca-se que o consentimento da vítima é irrelevante, dados os artifícios utilizados pelos aliciadores, além das ameaças realizadas.

Ademais, também integra o rol de bens jurídicos protegidos pelo tipo do artigo 207 do Código Penal o interesse da coletividade no não êxodo de trabalhadores, dado o aliciamento fazer com que milhares de pessoas de uma localidade acabem por ocupar os empregos existentes em outra região, normalmente em condições salariais mais baixas, como já restou constatado em julgados, exemplificados a seguir:

III - O crime de aliciamento de trabalhadores é da competência da Justiça Federal (CF, artigo 109, VI), definido como tal por sua inserção no Título IV da Parte Especial do Código Penal - que trata Dos Crimes contra a Organização do Trabalho, por outro lado considerando que o objeto de tutela jurídica deste tipo penal é precisamente evitar fatores de desajuste econômico e social nas diversas regiões, o que caracteriza a proteção de um interesse coletivo na organização geral do trabalho em nosso País. IV - Além disso, no caso dos autos, o aliciamento de um número elevado de trabalhadores (a denúncia menciona 374 indígenas aliciados) de um Estado da Federação, para levá-los ao trabalho em outro Estado, com prejuízo também a um número indeterminado de trabalhadores desta última região, considerando também que os autos relatam ter havido a contratação de indígenas para burlar o piso salarial dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, mediante a conduta de frustrar direitos trabalhistas, não efetivar os devidos registros em CTPS e manter os silvícolas em condições subhumanas de trabalho, todas estas circunstâncias consideradas em seu conjunto revelam inegavelmente a suposta violação ao sistema de órgãos e institutos destinados à preservação coletiva do trabalho, aplicando-se então o entendimento da Súmula nº 115 do extinto TFR e pacífica jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça. (TRF 3ª - HC 12517,

Processo: 200203000043510/SP - 2ª T., j. 23/04/2002, DJU 27/05/2002, p. 305 - Rel. Juiz Souza Ribeiro). (Destaques acrescidos).

Da Ausência dos Registros dos Trabalhadores e das Anotações nas Carteiras de Trabalho.

Constitui direito do empregado o contrato de trabalho anotado pelo empregador na sua CTPS, bem como, estar devidamente registrado nas fichas, livros ou sistema eletrônico da empresa. É o que estipula a Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 13, 29 e 41.

É bem verdade que a primeira ré procedeu ao registro de seus empregados, nos termos do relatório de fiscalização. Contudo, segundo o mesmo relatório, esta deixou de proceder o registro dos contratos de trabalho.

A simples leitura dos dispositivos legais supramencionados evidencia que a legislação brasileira adotou a Carteira de Trabalho e Previdência Social, como o mais importante documento probatório do contrato de trabalho. A anotação na CTPS do empregado é de fundamental necessidade para todos os trabalhadores, maiores ou menores, posto que:

1. Constitui documento de identificação e qualificação profissional do trabalhador;
2. Possibilita ao Governo, de posse de dados estatísticos obtidos através da emissão das carteiras, adotar diretrizes no tocante ao planejamento do mercado de trabalho nacional;
3. Destina-se a ser meio de prova do contrato de trabalho;
4. Tem repercussões previdenciárias, dentre outras.

Já o Livro de Registro de Empregados é relevante à Fiscalização do Trabalho, sendo meio para que as autoridades responsáveis verifiquem se estão sendo cumpridas as normas trabalhistas.

Ressalte-se que a falta de registro dos empregados torna a relação clandestina, acarretando duplo prejuízo. Primeiro sofrido por todos os empregados do Réu que deixam de gozar os direitos assegurados constitucionalmente no artigo 7º, bem como a todos os direitos decorrentes do recolhimento regular das verbas destinadas ao FGTS, à Previdência Social, ao PIS – Programa de Integração Social – ao Seguro-Desemprego, dentre outros. O segundo prejuízo é arcado por toda a sociedade, posto que, a existência de contratos de trabalho informais acarreta o não-recolhimento pela empresa do percentual destinado à manutenção da Seguridade Social (Lei nº 8.213/91), ao FGTS para fins de financiamento de habitações populares, dada a natureza de ordem pública das normas trabalhistas de proteção ao trabalhador violadas pelo Réu.

Daí, inclusive, decorre a atribuição do Ministério Público do trabalho para a propositura da presente demanda, nos termos do artigo 83, inciso IV, da lei Complementar 75/93.

Portanto, a gravidade da conduta da primeira ré decorre não somente da violação direta aos dispositivos consolidados acima mencionados, como também da possibilidade de outras normas de tutela ao trabalhador serem infringidas.

### DO PERIGO DA DEMORA

Como dito anteriormente, os réus são pessoas físicas, atuando na clandestinidade, de forma vil, lesando direitos fundamentais dos trabalhadores, conforme farta prova e extensa fundamentação jurídica.

O presente momento, apresenta-se o ideal para a concessão da medida, em razão das características pessoais réus (pessoas físicas, que mudam constantemente de endereço,), bem como da informação de que os mesmos encontram-se motivados a saírem do país.

Por outro lado, com o resgate mencionado, estar-se-á garantindo a integridade física dos trabalhadores, entretanto, os direitos patrimoniais e morais lesados precisam de garantia por meio da presente demanda, sob pena da ineficácia do ato administrativo e das futuras demandas judiciais a serem ajuizadas.

### DOS PEDIDO CAUTELARES

#### DA NECESSIDADE DA MEDIDA

O périplo das irregularidades praticadas pelo réu caracteriza, indubitavelmente, como prática de trabalho análogo ao de escravo.

Assim, destina-se a ação cautelar de bloqueio de bens, valores e ativos financeiros.

#### DA LIMINAR *INAUDITA ALTERA PARS*

É cediço que para a concessão de toda e qualquer medida cautelar faz-se necessário que o requerente demonstre, de modo satisfatório, a aparência do direito que visa acautelar, bem como a existência de condições de fato capazes de por em risco a satisfação desse direito.

Na espécie, os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora estão suficientemente demonstrados.

Além disso, o deferimento da liminar *inaudita altera pars* se faz necessário, tendo em vista que, tendo ciência da demanda ajuizada, os réus podem esvaziar seus patrimônios.

Com efeito, conforme demonstrado, há direitos sendo lesados de forma grave e com claro intuito fraudulento, motivo pelo qual a busca e apreensão ora requerida é medida urgente.

1. A busca e apreensão de valores (dinheiro em espécie), com ordem arrombamento de cofres, gavetas e armários, de AJBS...;
2. A apreensão dos carros Fusion (em nome de LF – FUSION branco, 2013/2013, RENAVAL ...., placa ...- e de JCFJ, FUSION preto, RENAVAL ..., 2010/2010 e placa ...) como garantia de parte do pagamento dos obreiros, no mesmo endereço;
- 3) Bloqueio dos bens, valores acima indicados, com formalização em depósito judicial e com comunicação ao DETRAN/RJ;
- 4) Bloqueio de ativos financeiros abaixo indicados e outros, por meio do Sistema BACENJUD, com a respectiva quebra de sigilos Bancários dos réus, laranjas e pessoas físicas adiante relacionadas, retroagindo a cinco anos, bem como aplicações na Bolsa valores, conforme documentos em anexo, sendo que em relação a esta última parte do pedido (bloqueio de ações em bolsas);

5) Quebra do sigilo telefônico e de dados dos réus envolvidos, incluído dos dados do aplicativo WhatsApp.

#### EMPREGADORES

- 1) AJBS, primeiro réu, - na Avenida ... e todos os sócios constantes dos documentos às fls 19 e 20;
- 2) MRC, segundo réu ...;
- 3) LF, terceiro réu, ...;
- 4) JFSJ, quarto réu, ... E FAMÍLIA

#### LARANJA

DC, laranja, mãe do quarto réu, CPF ...;

#### EMPREGADOS:

1. PBA (presente no momento da inspeção, ...) – CPF ...;
2. PTR (exames odontológicos na sua cama) – não estava no dia da inspeção, mas dizem ser um braço de M (dois anos) - SP;
3. RLF, CPF ... (presente no momento da inspeção), foi filmado e também foi hospedado em hotel antes de ir para casa;
4. WG (3 anos)- SP (presente e no momento da inspeção) – CNH ..., CPF ..., MASTERCARD ...;
5. MUC, (dois anos) Paraná estava presente no momento da inspeção) – CPF ...  
(conforme depoimento em anexo).
6. sendo irmão de M apontado como laranja deste, MASTERCARD ...;
7. SAMYR MOREIRA (3 anos) RJ;
8. JLL– RS (não estava presente no momento da inspeção, mas foi de sua conta que saiu o valor para pagamento do boleto da TIM) – Agência Bradesco N. ..., Conta corrente ...- e na posse de M estava o cartão VISA parece ser seu: ..., mas o nome ficou apagado na foto, só identificamos os dois últimos nomes);
9. LPG – SP
10. MVM (não estava na casa, mas o cartão estava com M que diz que o referido trabalhador está na ativa) CPF ..., AG ..., CEF. CONTA ... E AG ..., CEF CONTA ...;
11. IMA, CPF ... – que já saiu da Vila do Pan e fez BO na 33ª DPC, mas acha que seu cartão de crédito é de dependente de AJ: cartão Mastercard PLATINUM N. ... (há dúvida quanto à sequência de dígitos ser ... ou ... , pois a foto em anexo está apagada).

Pelo exposto, pugna o Ministério Público do Trabalho:

Pela citação dos réus, após o cumprimento da ordem judicial liminar, para que, se desejarem, contestem a presente demanda.

A procedência final do pedido.

Requer, ainda, citação das rés, na pessoa dos respectivos representantes legais, para, querendo, contestarem a ação, sob pena de revelia;

Requer, por fim, a produção de todos os meios de prova, conforme o art. 332, CPC, em especial, prova documental e testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2015.

MARCELO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

Procurador do Trabalho

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 40 VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO – RJ:

Por dependência à ação cautelar nº 0011650-47.2015.5.01.0040

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho que esta subscreve, lotado na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região, com sede na Av. Churchill, 94, 11º andar, Castelo, Rio de Janeiro/RJ, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 127, caput e 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil; no art. 6º, inciso VI, alíneas "a" e "d", c/c o art. 83, incisos I e III, da Lei Complementar n.º 75/93, nas Leis 7.347/75 e 8.078/90, nos arts. 2º, 3º, 9º, 442 e ss. da CLT, propor a presente

AÇÃO CIVIL PÚBLICA CUMULADA COM PEDIDOS CAUTELARES E DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA INAUDITA ALTERA PARS

Em face de AJBS, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da carteira de identidade com RG sob o nº ... e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº ..., residente e domiciliado na Avenida ..., MRC, segundo réu, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da carteira de identidade com RG sob o nº ... e CPF nº ..., residente e domiciliado na Rua ..., LF, brasileiro, solteiro autônomo, portador da carteira de identidade com RG sob nº ... expedida pela ... e CPF nº ..., residente e domiciliado no mesmo endereço do primeiro réu, sendo ..., JCFJ, brasileiro, solteiro, autônomo, portador da carteira de identidade com RG sob o nº ... expedida pela ... e CPF nº ... residente na Avenida ... e DC, brasileira, solteira, autônoma, portadora da carteira de identidade sob o RG de nº ..., emitida pela ... e CPF de nº ..., residente e domiciliada na Rua ....

#### I. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nos dias 15 e 16 do presente mês compareceram a esta Procuradoria as Sras. MTR, identidade Nº ... e inscrita no CPF sob nº ... e GWRF, identidade ... e inscrita no CPF sob nº ..., respectivamente, mãe e cunhada do Sr. LF.

Após tentativas de comunicação deste Procurador e de seus familiares para com o réu, este não demonstrou para os seus familiares qualquer sinal de arrependimento ou que se encontra na referida situação, muito devido em razão de

artimanhas do sr. Antônio José, motivo pelo qual o mesmo continua a integrar o polo passivo da presente ação como réu e coautor das ilicitudes trabalhistas e criminais adiante apontadas.

Ocorre que por diversas vezes fora impedido de efetuar contato por impedimento de ordens advindas dos advogados.

## II. DOS FATOS

Conforme Relatório da Fiscalização do Trabalho, já em caráter conclusivo, baseado em diligências e informações obtidas com acompanhamento deste Procurador signatário, foram devidamente comprovadas as seguintes irregularidades no âmbito do Direito Laboral:

1- AJBS, primeiro-réu, tem diversas passagens pela Polícia (mais de 10), sempre por estelionato em concurso com outros crimes, desde 2003, fls. 14, 41, 42, 44 e 45;

2- No início do mês de outubro de 2015, o Ministério do Trabalho e Previdência Social e o Ministério Público do Trabalho receberam denúncias, devidamente comprovadas de que o SR. AJBS, por volta de 2010, passou a, mediante fraudes, ameaças e falsas promessas a aliciar mão de obra de trabalhadores arregimentados, principalmente por meio do Orkut e Facebook, com a suposta finalidade de investimento nas carreiras desses trabalhadores como modelos, atores e cantores, conforme depois depoimentos anexos e alguns transcritos no relatório, quais sejam VF, VB, WG, conversas telefônicas gravadas com o Sr. IMA, e depoimentos filmados no dia inspeção, CONFORME CD QUE SERÁ ANEXAO;

3- Para tanto, o SR. AJBS dá-lhes falsas informações, leva-os para restaurantes, teatros, cinemas como se estive investindo no progresso cultural desses trabalhadores;

4- Inicialmente, esses trabalhadores eram alojados na própria residência do sr. AJBS;

5- Como forma de suposta inserção desses trabalhadores no meio artístico, o Sr. AJBS atuava como intermediador de mão de obra, levando-os a trabalhar como figurantes no Projeto ... - TV (através de empresas interpostas: D, V, etc) e empresas de organização de eventos (THB, por ex), fotos das fls 113 do relatório de fiscalização e registros das carteiras de trabalho;

6- Conforme farto material em anexo, o SR. AJBS exigia dos trabalhadores absoluta “lealdade” e submissão para que as carreiras desses trabalhadores pudessem ser “alavancadas”;

7- Com uma vida exterior de suposta riqueza, distribuição de presentes e ostentação, o SR. AJBS O dá a esses trabalhadores a expectativa e esperança de que efetivamente encontram-se sob as ordens de um vitorioso empresário do ramo de entretenimento;

8- Tal submissão é exigida e, sobretudo, por meio de demonstrações;

9- Para demonstrar tal submissão, esses trabalhadores além de entregar ao Sr. AJBS os cartões de contas correntes ou poupança em seus nomes, com as respectivas senhas, que no dia da inspeção encontravam-se de posse do Sr. M, fl. 51/53;

10- Também foram obrigados a entregar os telefones para monitoramento das conversas de Whatsapp Web, contas de Facebook e suas senhas, bem como os e-mails e, principalmente, os números IMEI dos aparelhos celulares, numeração essa que possibilita a realização de grampos telefônicos;



11- Como forma de pressão, apresenta-se como integrante de um grupo de expoliciais, apresentando uma suposta carteira de autoridade pública e dizendo que tinha relações com milicianos para “serviços sujos” (depoimento de VV e outros);

12- Também, para pressionar e impressionar os trabalhadores, durante as entrevistas exibia a Ficha de Antecedentes Criminais dos candidatos, informava que além disso possui conhecimento sobre a vida de cada um deles, apresentando fotos das fachadas de suas residências e relação de eventuais dívidas que o trabalhador tivesse no mercado;

13- Diante de tal aparato, conseguindo dos trabalhadores tais informações, passava a exigir, inclusive, que os mesmos se submetessem às suas investidas sexuais (depoimento de VB e de IMA);

14- Que tais relações sexuais eram obtidas, inclusive, por meio de uso de remédio controlados, levando trabalhadores ao entorpecimento e posterior abuso, conforme depoimentos, conversas e receituário médico de fls. 49/50;

15- Sempre com a condição de ser condição para o investimento em suas carreiras;

16- Que a partir de 2011/2012, mais ou menos, o senhor AJBS, com o aumento do número de trabalhadores, passou a ter como sócio de suas atividades o SR. MRC, segundo réu;

17- Que o senhor AJBS passou a controlar os trabalhadores que a ele se submeteram sexualmente e, por intermédio do sr. M, constituíram um segundo núcleo, que passou a ser formado por aqueles que não aceitaram ou passaram a se inconformar à submissão sexual, como forma de punição, dizendo-lhes que não tinham talento para o suposto projeto musical ou artístico e que teriam que trabalhar para seu sustento. Que também passaram a fazer parte desse segundo núcleo, os trabalhadores aliciados pelo primeiro e segundo réus, que por eles eram considerados não compatíveis com o projeto;

18- Que esses trabalhadores laboram, sob comando de MRC, cedidos para diversas empresas, em jornadas exaustivas, fl. 114 e documentos anexos (conversas de Whatsapp), sendo que suas remunerações são recolhidas para as contas indicadas pelo sr. M, contas essas que abastecem financeira o primeiro núcleo;

19- Que esse núcleo tinha o controle direto de ambos os réus, mas fica sob o comando físico do Sr. M que com eles dividia os locais onde foram ao longo do tempo alojados;

20- Que os integrantes do primeiro núcleo, em razão de seus interesses próprios, submissão sexual, etc, acabam por, juntamente com os sr. AJBS e MC, A se beneficiar do trabalho executado pelos trabalhadores que compõem o segundo núcleo;

21- Que, ao contrário do que diz, conforme fotos, o senhor M tem estreita ligação com o sr. AJ (fotos em anexo);

22- Que, atualmente, fazem parte do núcleo que vive às custas do segundo núcleo, os Senhores LF e JCFJ, que nesta demanda figuram também como réus, pois se beneficiam financeiramente de tal exploração, inclusive, fornecendo seus CPFs, CPFs de familiares e contas correntes próprias, descritas no relatório (fls. 144/146), para que AJ E M façam as movimentações financeiras, esvaziando as contas dos trabalhadores do segundo núcleo, inclusive para pagamento de dívidas contraídas pelos trabalhadores, a exemplo de IMA, fls. 23/24 e 38/39;

23- Que esses senhores LF e JCFJ, inclusive, fazem saques diários de cerca de mil reais, conforme fl. 58;

24- Que, no núcleo de trabalho, atualmente situado em Curicica, conforme documento de fl. 115 do relatório e depoimentos, os trabalhadores chegam a tirar, em valores líquidos e médios, cerca de R\$ 5.000,00 (cerca 11 trabalhadores), valores esses a que não têm acesso, sob a alegação de que estão em sendo objeto de investimentos;

25- Que, esse núcleo de trabalho, também é convencido de que terão alguma carreira na área artística, de forma que, além dos valores decorrentes do trabalho de cada um deles, são convencidos a pedirem a seus familiares outras quantias para que sejam aportadas ao suposto investimento nas carreiras, conforme ocorreu com a senhora VCVA, mãe de RVC, fl. 72 e no BO 03197/2010;

26- Tais fatos também ocorreram com os trabalhadores WG e VF, fl. 85 e depoimento anexo;

27- Os laranjas, CPFs de familiares e respectivas contas bancárias são de DC, mãe de JCFJ, MUC, irmão de MRC.

Tudo conforme provas, relatório de fiscalização em anexo e mídias entregues fisicamente na Secretaria dessa Vara.

Há que se dizer também que os réus descumprem também as obrigações impostas a eles já que cabia aos trabalhadores providenciarem sua própria alimentação, assim como a higienização do ambiente sendo configurado assim desvio de função e quebra contratual do contrato de trabalho.

Os alojamentos não apresentam o menor distanciamento entre as camas, conforme fotos, assim como não dispõem de armários ao contrário do que prevê a NR 24 que deve ser cumprida integralmente.

Após o ajuizamento das ações cautelares o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho e Emprego mantiveram-se dirigentes e nenhum fato ocorreu que pudesse infirmar todos os elementos já anunciados na demanda cautelar, valendo ressaltar que conforme documentos em anexo três guias de seguro desemprego foram expedidas em razão da constatação inequívoca de que os réus são coautores da prática de trabalho escravo.

Inclusive, na petição inicial do Mandado de Segurança, id “fc21038” , os próprios impetrantes reconhecem a condição de empregados dos trabalhadores ao afirmarem o seguinte:

“Em ato absolutamente singular, a autoridade coatora, acolhendo o pedido do MPT, reconsiderou parcialmente a decisão de antecipação de tutela e ordenou o bloqueio na conta dos empregados citados na peça de ingresso da medida cautelar”

No Mandamus, não conseguiram explicar onde o dinheiro do labor de anos dos trabalhadores foi parar, pois conforme respostas do BACENJUD praticamente todas as contas foram completamente esvaziadas. Sendo certo que os trabalhadores em seus depoimentos apontam que repassavam suas remunerações mensais médias de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para essas contas e durante todo o período, só receberam diariamente entre R\$ 20,00 e 30,00 reais para despesas como alimentação e transporte.

Tanto é assim, que o Excelentíssimo Senhor Desembargador em sua decisão nos autos do referido Mandado de Segurança asseverou:

“Pois bem, o quadro denunciado pelo MPT se mostra bastante grave e, se vier a ser confirmado, deverá resultar na punição dos perpetradores das ilegalidades combatidas, bem como no ressarcimento das suas vítimas. Evidentemente, tudo isso passará pelo crivo do due process of law (...)

(...) Observo, neste momento, que a decisão impugnada está embasada especialmente em relatório e auto de infração lavrados pela fiscalização trabalhista, documentos que gozam de fé pública e que deveriam ter sido apresentados pelos impetrantes. A ausência dessa prova nestes autos não permite avaliar os respectivos conteúdos e adequação do ato judicial ao que neles está contido. Então, por enquanto, prevalece a descrição feita pela magistrada, cujo pronunciamento não pode ser desconstituído sem evidência do seu equívoco. E Sua Excelência se refere a constatação de “cadernos com anotações de dívidas contraídas pelos trabalhadores”, “servidão por dívida”, e péssimas condições de higiene a que estavam submetidos os trabalhadores na propriedade do réu.” Ilícitudes, que justificam a adoção das medidas cautelares em questão, para libertar as vítimas e garantir o resultado útil do processo principal a ser movido em sua defesa, em face da presença da fumaça do bom direito e do perigo da demora na entrega da prestação jurisdicional. (...)

(...) No caso das pretensas vítimas (PTR, WRG, MUC, SMCF, JLL e MVM) essa liberação, no importe de até um salário mínimo e meio (1,5) por mês, deverá ser feita por meio de alvará entregue a cada um deles, pessoalmente, ou a advogado constituído neste processo, para evitar o acesso dos indicados aliciadores a esse montante por meio dos cartões que eventualmente retenham (...)

### III) Dos Documentos

Por absoluta necessidade nesta demanda principal o MPT juntará apenas documentos complementares aos que já foram apresentados nos autos da ação cautelar.

### III.2- DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Tendo em vista as características do processo judicial eletrônico, o Ministério Público do Trabalho junta à presente apenas os documentos do Inquérito Civil mais relevantes para o desenvolvimento da ação (tais como denúncia, ata de audiência e termos de depoimento de empregados das rés) deixando de apresentar documentos consistentes em atos meramente ordinatórios ou de mero expediente, os quais, todavia, ficam à disposição desde juízo.

### DO DIREITO

Como ficou devidamente estabelecido na respeitável decisão do Desembargador Rildo Albuquerque Mousinho de Brito, os presentes autos foram devidamente instruídos com provas cabais e em relação as quais militam todas as presunções em favor dos atos administrativos praticados, em especial pela Auditoria Fiscal do Trabalho.

Restou demonstrado a submissão dos trabalhadores a condição análoga a de escravo, com retenção de documentos, com senhas bancárias, vigilância constante por intermédio do Sr. MC, retenção salarial de uma média de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mensais por trabalhador.

Também ficaram demonstrados elementos acerca de que os réus vivem de forma luxuosa explorando o trabalho e o suor daqueles que estão alojados em Curicica, os quais não dispõem sequer de condições minimamente aceitáveis de habitação.

A absurda submissão dos trabalhadores ultrapassa a noção jurídica de subordinação, razão pela qual, como é cediço, os trabalhadores cuja mão-de-obra é intermediada pelos réus devem ter vínculo jurídico de emprego reconhecido.

Ante a presença dos elementos da concessão da cautelar e demonstram-se os requisitos para a antecipação de tutela, como se segue;

### DA FUMAÇA DO BOM DIREITO

### Das Normas Proibitivas do Trabalho em Condições Análogas às de Escravo.

É cediço que a Constituição da República Federativa do Brasil está fundada na dignidade da pessoa humana e nos valores sociais do trabalho (art. 1º, III e IV, da CF). Do mesmo modo, a ordem econômica baseia-se na valorização do trabalho humano com vistas a assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (art. 170, caput, da CF), que se concretiza, especialmente, pela efetiva implementação dos direitos trabalhistas, estatuídos na Constituição Federal e legislação ordinária.

“A Constituição declara que a ordem econômica é fundada na valorização do trabalho e na iniciativa privada. Que significa isso? Em primeiro lugar, quer dizer precisamente que a Constituição consagra uma economia de mercado, de natureza capitalista, pois a livre iniciativa, que, especialmente, significa a garantia da iniciativa privativa, é um princípio básico da ordem capitalista. Em segundo lugar, significa que, embora capitalista, a ordem econômica dá prioridade aos valores do trabalho humano sobre todos os demais valores da economia de mercado. Conquanto se trate de declaração de princípio, essa prioridade tem o sentido de orientar a intervenção do Estado na economia, a fim de fazer valer os valores sociais do trabalho, que, ao lado da livre iniciativa, constitui um dos fundamentos não só da ordem econômica, mas da própria República Federativa do Brasil (art. 1º, IV).” (José Afonso da Silva, Comentário Contextual à Constituição, 7ª edição, 2010, p. 723)

E uma das piores violações à dignidade da pessoa humana, aos valores sociais do trabalho e à justiça social, consiste na sujeição dos trabalhadores a condições análogas às de escravo.

O moderno conceito de trabalho análogo à de escravo passou a significar uma variedade de lesões a direitos humanos. Isso porque a legislação brasileira acerca do assunto foi alterada, como se depreende do novo teor do art. 149 do Código Penal, introduzido pela Lei n. 10.803/2003; confira-se:

“Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou à jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, e multa, além de pena correspondente à violência.

§1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – Cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – Mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I- Contra criança ou adolescente;

II – Por motivo de preconceito de raça; cor; etnia; religião ou origem. ”

Da análise do artigo acima, percebe-se que a abrangência do conceito de trabalho análogo ao de escravo foi sobremaneira ampliada, já que, no tipo penal, não está albergada apenas a prática do trabalho forçado, mas também a de trabalho degradante, a jornada exaustiva e as duas hipóteses constantes do parágrafo primeiro, como formas equiparadas.

Na dicção do caput do citado artigo 149 do Código Penal verifica-se que, de forma simplificada, o trabalho análogo ao de escravo é tipificado desdobrando-se em quatro condutas autônomas e/ou conjuntamente consideradas, a saber: 1) sujeição da vítima a trabalhos forçados; 2) sujeição da vítima a jornada exaustiva; 3) sujeição da vítima a condições degradantes de trabalho; e 4) restrição, por qualquer meio, da locomoção da vítima em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto.

Acrescente-se, ainda, que não é necessária a conjunção do trabalho degradante com a supressão da liberdade ou trabalho forçado, para que haja sua configuração, bastando que uma das espécies (trabalho degradante ou trabalho forçado) esteja presente.

A propósito, cabe transcrever trecho do artigo publicado na revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, referente a Julho/Dezembro de 2006, da autoria do magistrado Francisco Milton Araújo Júnior:

“A norma penal, ao consagrar o trabalho em condição análoga à de escravo caracteriza-se pela ocorrência do trabalho forçado ou pelas condições degradantes de trabalho, demonstra que a definição jurídica moderna de trabalho escravo não se limita apenas à restrição da liberdade de locomoção e da liberdade de utilização das potencialidades do obreiro (físicas e mentais), podendo ocorrer também quando o obreiro é submetido a condições laborais degradantes que possibilitem a afetação da dignidade do ser humano.

Continua o autor, verbis:

“Assim, com base nos parâmetros legais fixados no art. 149, do Código Penal, pode-se definir trabalho em condição análoga à de escravo como o desempenho de atividade profissional mediante a restrição da liberdade de locomoção e da liberdade de utilização das potencialidades do obreiro (físicas e mentais), e/ou mediante a submissão do obreiro a condições inadequadas de higiene, saúde e segurança que afetem a dignidade do trabalhador”. (ARAÚJO JÚNIOR, Francisco Milton. Dano moral decorrente do trabalho em condição análogo à de escravo: âmbito individual e coletivo. In Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, v. 39, n. 77, Jul/Dez/2006, pp. 104/105).

Portanto, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo representa violação direta e brutal ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art.1º, III), posto que sonega ao homem trabalhador o patamar existencial mínimo garantido pelo ordenamento jurídico apto a preservar a sua dignidade.

Portanto, a redução do trabalhador à condição análoga a de escravo representa violação direta e brutal ao princípio da dignidade da pessoa humana (CF, art.1º, III), posto que sonega ao homem trabalhador o patamar existencial mínimo garantido pelo ordenamento jurídico apto a preservar a sua dignidade.

Como se sabe o trabalho forçado se dá quando há a supressão da liberdade do trabalhador, muito embora este possa se apresentar espontaneamente ao trabalho ou mesmo aliciado pelos conhecidos “gatos”, em razão de falsas promessas de uma vida melhor.

Por outro lado, o trabalho degradante configura-se pelas péssimas condições de trabalho e remuneração. Ou seja, é aquele em que há a falta de garantias mínimas de saúde e segurança, além da ausência de condições mínimas de trabalho.

Acerca do trabalho degradante, Luís Antônio Camargo de Melo escreveu:

“A constatação do trabalho em condições degradantes no meio rural terá que ter sempre em conta as condições de alojamento e moradia do trabalhador. A qualidade da água colocada à disposição dos trabalhadores será um outro elemento relevante

na caracterização do trabalho em condições degradantes.” (trecho extraído da Dissertação “Trabalho análogo ao de escravo rural no Brasil do século XXI: novos contornos de um antigo problema”).

No caso em apreço, trata-se de caso clássico de trabalho em condições análogas às de escravo: jornadas exaustivas, alojados precários, com retenção de remuneração e documentos, sob falsas promessas e graves ameaças.

#### Do Aliciamento dos Trabalhadores

A figura do aliciamento de trabalhadores possui tipificação legal, especificamente no art. 207 do CP, in verbis:

Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena: detenção de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

Segundo a doutrina juspenalista, aliciamento significa “a sedução dos trabalhadores para saírem de uma localidade do território nacional para outra, dentro do país”

A tipificação criminal se justifica diante do grave impacto negativo que o aliciamento causa no Estado Brasileiro, já que ocasiona a iniciação de fluxo migratório intenso de um local para outro no País, alterando a realidade socioeconômica das regiões envolvidas.

Destacam-se as palavras do penalista Luiz Regis Prado sobre o bem jurídico protegido pelo tipo penal:

O bem jurídico tutelado é o interesse no não êxodo de trabalhadores. Busca-se evitar que uma região fique despovoada enquanto outra aumenta desmedidamente, criando um problema social e econômico para as mesmas e para o país. Sujeito Ativo do delito é o agente que alicia ou recruta trabalhadores, com ou sem fraude, de um local para outro do território nacional, podendo ser qualquer pessoa (delito comum). Sujeito passivo são o Estado e os trabalhadores aliciados ou recrutados. (PRADO, Luiz Regis. Curso de Direito Penal Brasileiro. Parte Especial – Arts. 121 a 249. Vol. 2. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 761).

Do mesmo modo, muitas vezes tal conduta está associada à realização de falsas promessas relacionadas ao contrato de trabalho e às condições de labor, cuja realidade é constatada apenas no local em que irá trabalhar.

Assim, longe de casa, e diante da completa dependência da empresa contratante, o obreiro acaba se submetendo às condições existentes, mesmo que desfavoráveis.

Ressalte-se que até no plano internacional já há legislação sobre o aliciamento, consubstanciada principalmente no Protocolo Adicional à Convenção de Palermo (acolhida pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 5.017/2004), que trata da figura do tráfico de pessoas, conceituada no art. 3º do referido diploma legal:

## Artigo 3

### Definições

Para efeitos do presente Protocolo:

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;

(...).

Destaca-se que o consentimento da vítima é irrelevante, dados os artifícios utilizados pelos aliciadores, além das ameaças realizadas.

Ademais, também integra o rol de bens jurídicos protegidos pelo tipo do artigo 207 do Código Penal o interesse da coletividade no não êxodo de trabalhadores, dado o aliciamento fazer com que milhares de pessoas de uma localidade acabem por ocupar os empregos existentes em outra região, normalmente em condições salariais mais baixas, como já restou constatado em julgados, exemplificados a seguir:

III - O crime de aliciamento de trabalhadores é da competência da Justiça Federal (CF, artigo 109, VI), definido como tal por sua inserção no Título IV da Parte Especial do Código Penal - que trata Dos Crimes contra a Organização do Trabalho, por outro lado considerando que o objeto de tutela jurídica deste tipo penal é precisamente evitar fatores de desajuste econômico e social nas diversas regiões, o que caracteriza a proteção de um interesse coletivo na organização geral do trabalho em nosso País. IV - Além disso, no caso dos autos, o aliciamento de um número elevado de trabalhadores (a denúncia menciona 374 indígenas aliciados) de um Estado da Federação, para levá-los ao trabalho em outro Estado, com prejuízo também a um número indeterminado de trabalhadores desta última região, considerando também que os autos relatam ter havido a contratação de indígenas para burlar o piso salarial dos trabalhadores rurais da região de Ribeirão Preto, mediante a conduta de frustrar direitos trabalhistas, não efetivar os devidos registros em CTPS e manter os silvícolas em condições subhumanas de trabalho, todas estas circunstâncias consideradas em seu conjunto revelam negavelmente a suposta violação ao sistema de órgãos e institutos destinados à preservação coletiva do trabalho, aplicando-se então o entendimento da Súmula nº 115 do extinto TFR e pacífica jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça. (TRF 3ª - HC 12517, Processo: 200203000043510/SP - 2ª T., j. 23/04/2002, DJU 27/05/2002, p. 305 - Rel. Juiz Souza Ribeiro). (Destaques acrescidos).

Da Ausência dos Registros dos Trabalhadores e das Anotações nas Carteiras de Trabalho.

Constitui direito do empregado o contrato de trabalho anotado pelo empregador na sua CTPS, bem como, estar devidamente registrado nas fichas, livros ou sistema eletrônico da empresa. É o que estipula a Consolidação das Leis do Trabalho nos artigos 13, 29 e 41.

É bem verdade que a primeira ré procedeu ao registro de seus empregados, nos termos do relatório de fiscalização. Contudo, segundo o mesmo relatório, esta deixou de proceder o registro dos contratos de trabalho.

A simples leitura dos dispositivos legais supramencionados evidencia que a legislação brasileira adotou a Carteira de Trabalho e Previdência Social, como o mais importante documento probatório do contrato de trabalho. A anotação na CTPS do empregado é de fundamental necessidade para todos os trabalhadores, maiores ou menores, posto que:

- a) constitui documento de identificação e qualificação profissional do trabalhador;
- b) possibilita ao Governo, de posse de dados estatísticos obtidos através da emissão das carteiras, adotar diretrizes no tocante ao planejamento do mercado de trabalho nacional;
- c) destina-se a ser meio de prova do contrato de trabalho;
- d) tem repercussões previdenciárias, dentre outras.

Já o Livro de Registro de Empregados é relevante à Fiscalização do Trabalho, sendo meio para que as autoridades responsáveis verifiquem se estão sendo cumpridas as normas trabalhistas.

Ressalte-se que a falta de registro dos empregados torna a relação clandestina, acarretando duplo prejuízo. Primeiro sofrido por todos os empregados do Réu que deixam de gozar os direitos assegurados constitucionalmente no artigo 7º, bem como a todos os direitos decorrentes do recolhimento regular das verbas destinadas ao FGTS, à Previdência Social, ao PIS – Programa de Integração Social – ao Seguro-Desemprego, dentre outros. O segundo prejuízo é arcado por toda a sociedade, posto que, a existência de contratos de trabalho informais acarreta o não-recolhimento pela empresa do percentual destinado à manutenção da Seguridade Social (Lei nº 8.213/91), ao FGTS para fins de financiamento de habitações populares, dada a natureza de ordem pública das normas trabalhistas de proteção ao trabalhador violadas pelo Réu.

Daí, inclusive, decorre a atribuição do Ministério Público do trabalho para a propositura da presente demanda, nos termos do artigo 83, inciso IV, da lei Complementar 75/93.

Portanto, a gravidade da conduta da primeira ré decorre não somente da violação direta aos dispositivos consolidados acima mencionados, como também da possibilidade de outras normas de tutela ao trabalhador serem infringidas.

#### DA RESCISÃO INDIRETA DO CONTRATO DE TRABALHO

Comumente denominada na doutrina e jurisprudência trabalhistas de “justa causa do empregador”, o instituto da rescisão indireta, previsto no artigo 483 da Consolidação das Leis Trabalhistas, tem sua aplicação in casu, pelos motivos a seguir aduzidos.

O instituto contempla um rol de hipóteses às quais incide a rescisão indireta, e nesse diapasão há de se verificar que no caso de redução de um ser humano a condição análoga a de escravo, se observa mais de uma alínea aplicável.



É o caso de ser tratado por superior hierárquico, quem explora sua força de trabalho, com rigor excessivo. Ora, os trabalhadores estavam sob constante vigilância o que afeta não somente mas principalmente a liberdade de locomoção o que não impede seu enquadramento nesta hipótese.

Considerando as péssimas condições de habitação que se inseriam os trabalhadores, descumprindo regulamentação própria da NR 24 do MTE, estes estavam correndo risco de mal considerável no tocante a saúde, eis que não dispunham de condições mínimas de higiene pessoal.

E fundamentalmente o não cumprimento das obrigações pelo empregador das obrigações do contrato, já que estes se valiam de ilusões, promessas vazias, ludibriando os modelos.

Além disso, há que se considerar a incorrência em crimes, pelos dispositivos nos artigos 149, 203 e 207 do Código Penal brasileiro, que guardam relação com o exposto acima e relação com as hipóteses do artigo 483 da CLT.

#### DA SOLIDARIEDADE

Pelo dispositivo legal no direito civil que regula a temática, a solidariedade resulta da lei ou da vontade das partes conforme dispõe o artigo 265 do Código Civil.

Como é cediço e previsto em lei, há solidariedade quando em decorrência de ato ilícito. É o que dispõe os artigos 186 e 927 do Código Civil.

Quem causa dano a outrem, fica obrigado a repará-lo. Assim como entende a jurisprudência pela aplicação da solidariedade em decorrência de ato ilícito.

#### DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA

É imperioso que sejam antecipados os efeitos da tutela em relação às obrigações de natureza coletiva e difusa, pois tais obrigações visam impedir que as práticas acima narradas voltem a ocorrer, com fulcro nos arts. 273 e 461 do Código de Processo Civil, na Lei 7347/85 e na Lei 8078/90.

#### DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA E OBRIGAÇÃO DE DAR – DA EFETIVAÇÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA

Com relação às obrigações de dar: pagamento das verbas rescisórias, recolhimento do FGTS de todo o período e da indenização compensatória, bem como a expedição da guia que permita o respectivo saque, são obrigações que devem ser satisfeitas de plano.

Como dito, anteriormente, e cabalmente demonstrado por diversos documentos comprobatórios, tais verbas são devidas em razão de que os trabalhadores perfazem de forma patente a relação de emprego, consubstanciando assim, a pessoalidade, habitualidade, onerosidade e a subordinação jurídica.

Mas a efetivação da antecipação dos efeitos da tutela pretendida não se dá para satisfação do crédito em si, mas em razão do receio de que a demora do processo possa inviabilizar o recebimento dos montantes.

O aliciamento de trabalhadores é prática criminosa e repudiável já que iludem trabalhadores que por muitas vezes saem de sua região com promessas inverídicas e terminam se sujeitando a exploração, como no caso em tela.

Nesse sentido, deve-se coibir tal prática além de considerar que estão presentes os requisitos da antecipação de tutela como assim delineia a doutrina.

É o que se depreende da lição de Marinoni, in ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, 10ª Edição, REVISTA DOS TRIBUNAIS:

“Atualmente, diante das novas regras dos arts. 273, § 3º, e 475-O, II e § 2º do Código de Processo Civil, não pode haver mais dúvida de que a decisão que concede a tutela antecipada pode levar à integral realização do direito e, assim, a uma “execução completa”, embora fundada em cognição sumária ou exauriente e não definitiva. É bom frisar, porém, justamente pela razão de que isto faz parte da idéia de “pesos e contrapesos” inerente ao sistema, que a efetivação da tutela antecipada pode ser suspensa ou limitada, nos termos do art. 558 do Código de Processo Civil.

...

...a execução da tutela antecipatória não pode se submeter às regras da execução da sentença condenatória. Isto porque a execução da tutela antecipada, diante da natureza dessa tutela, não pode se realizar nos moldes da execução da sentença condenatória.

... Não faz parte do espírito desta modalidade de execução a necessidade de atuação célere do comando judicial.

...

Como frisa o art. 273, § 3º, do Código de Processo Civil, a efetivação da tutela antecipada observará, no que couber e conforme sua natureza, as normas previstas nos arts. 475-O... Ou seja, além de tal parágrafo ter substituído a expressão “execução” por “efetivação” com a nítida intenção de evidenciar que a tutela antecipada não se realiza segundo as regras que servem à sentença condenatória, aludiu expressamente aos meios executivos que servem às ditas obrigações de não fazer, de fazer e de entrega da coisa.” (pag. 208)

E continua o doutrinador, à pag. 229: “há casos de fato, em que a realização do direito de crédito é imprescindível para permitir um direito fundamental, como o direito à saúde ou o direito à educação”.

Nesse sentido conclui que as ações civis decorrentes de ato ilícito, que é o caso em debate, a antecipação de tutela e sua satisfação tem natureza alimentar (pag. 233).

### III - DA LESÃO GENÉRICA E DA REPARAÇÃO DO DANO/ DANO MORAL INDIVIDUAL E COLETIVA

É inegável a violação à dignidade dos trabalhadores.

A primeira ré tratou com indiferença a dignidade da pessoa humana, vilipendiando os paradigmas mínimos que devem presidir as relações de trabalho. É inegável que a conduta adotada pelo réu causou, e causará, lesão aos interesses difusos de toda a coletividade de trabalhadores, uma vez que propicia a negação dos direitos trabalhistas aos atuais trabalhadores flagrados trabalhando nas condições apontadas, bem como toda a categoria de trabalhadores que, no futuro, possa vir a laborar.

Afora isso, há de se levar em conta a afronta ao próprio ordenamento jurídico que, erigido pelo legislador como caminho seguro para se atingir o bem comum, é flagrantemente aviltado pela ré, que visando à obtenção de lucro fácil, favorece a inobservância dos ditames constitucionais atinentes às normas mínimas de proteção ao trabalhador.

Como tais lesões amoldam-se na definição do artigo 81, incisos I e II, da Lei n. 8.078/90, cabe ao Ministério Público, com espeque nos artigos 1º, caput, e inciso IV e 3º da Lei n. 7.347/85, propor a medida judicial necessária à reparação do dano e à interrupção da prática.

Em se tratando de danos a interesses difusos e coletivos, a responsabilidade deve ser objetiva, porque é a única capaz de assegurar proteção eficaz a esses interesses. De outra parte, a violação da dignidade dos trabalhadores não pode ficar impune.

Saliente-se, assim, que, de modo algum e jamais, o montante pecuniário relativo à indenização genérica aqui mencionada será deduzido de condenações judiciais que venham a imputar reparação individual pelo dano causado a alguém, por idênticos fatos. De igual forma, a indenização genérica aqui acordada não quita, nem parcialmente, nem muito menos, integralmente, qualquer indenização conferida, ou a conferir, aos lesados efetivamente, pelos mesmos danos e fatos correlatos.

Justifica-se a reparação genérica, não só pela dificuldade de se reconstituir o mal já impingido à coletividade, mas também, por já ter ocorrido a transgressão ao Ordenamento Jurídico vigente.

Necessário, portanto, um meio que, a um só tempo, não permita que o transgressor se exima da obrigação de reparar o mal causado sob o argumento de que seria impossível individualizar os lesados e permita, ao menos de forma indireta, que todos os atingidos pela conduta transgressora sejam ressarcidos pelos danos sofridos.

Com o fim de solucionar esses inconvenientes é que o legislador inseriu no artigo 13 da Lei 7.347/85 a possibilidade de ser cobrada indenização reversível a um fundo criado com a finalidade de proteção dos bens lesados. Assim determina o citado artigo:

Art. 13. Havendo condenação em dinheiro, a indenização pelo dano causado reverterá a um fundo gerido por um Conselho Federal ou por Conselhos Estaduais de que participarão necessariamente o Ministério Público e representantes da comunidade, sendo seus recursos destinados à reconstituição dos bens lesados.

Nesse passo, afigura-se cabível a reparação da lesão à coletividade dos trabalhadores, não só pelos danos causados, mas, igualmente, para desestimular tais atos.

Oportuno se torna dizer que:

“Não somente a dor psíquica pode gerar danos morais; devemos ainda considerar que o tratamento transindividual aos chamados interesses difusos e coletivos origina-se justamente da importância destes interesses e da necessidade de uma efetiva tutela jurídica. Ora, tal importância somente reforça a necessidade de aceitação do dano moral coletivo, já que a dor psíquica que alicerçou a teoria do dano moral individual acaba cedendo lugar, no caso do dano moral coletivo, a um sentimento de despreço e de perda de valores essenciais que afetam negativamente toda uma coletividade. (...) Assim, é preciso sempre enfatizar o imenso dano moral coletivo causado pelas agressões aos interesses transindividuais, afeta-se a boa imagem da proteção legal a estes direitos e afeta-se a tranquilidade do cidadão, que se vê em verdadeira selva, onde a lei do mais forte impera.

Tal intranquilidade e sentimento de despreço gerado pelos danos coletivos, justamente por serem indivisíveis, acarretam lesão moral que também deve ser reparada coletivamente. Ou será que alguém duvida que o cidadão brasileiro, a cada notícia de lesão a seus direitos, não se vê desprestigiado e ofendido no seu sentimento de pertencer a uma comunidade séria, onde as leis são cumpridas? Omissis.

A reparação moral deve se utilizar dos mesmos instrumentos da reparação material, já que os pressupostos (dano e nexo causal) são os mesmos. A destinação de eventual indenização deve ser o Fundo Federal de Direitos Difusos, que será responsável pela utilização do montante para a efetiva reparação deste patrimônio moral lesado. Com isso, vê-se que a coletividade é passível de ser indenizada pelo abalo moral, o qual, por sua vez, não necessita ser a dor subjetiva ou estado anímico negativo, que caracterizariam o dano moral na pessoa física...” In, André de Carvalho Ramos, *A Ação Civil Pública e o Dano Moral Coletivo*.

Destarte, através do exercício da Ação Civil Pública, pretende o Ministério Público do Trabalho a definição da responsabilidade por ato ilícito que causou danos morais e patrimoniais a interesses difusos ou coletivos.

A questão está assim definida pelo artigo 1º da Lei n. 7.347/85:

“Art. 1º. Regem-se pelas disposições desta lei, sem prejuízo da ação popular, as ações de responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados: (...)

V – a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.”

Busca-se, aqui, a reparação do dano jurídico social emergente da conduta ilícita da ré, cuja responsabilidade pode e deve ser apurada através de ação civil pública (Lei n. 7.347/85, art. 1º, IV), bem como – e especialmente – a imediata cessação do ato lesivo (art. 3º), através da imposição de obrigação de não fazer.

Observe-se que atualmente vem se flexibilizando a ideia de “reconstituição dos bens lesados” referida na parte final do artigo 13, para se considerar como objetivo da indenização e do fundo não somente a reparação daquele bem específico lesado, mas de bens a ele relacionados.

No presente caso, por exemplo, revertida a indenização para quaisquer dos fundos destinados à reparação de direitos difusos e/outras destinações que o Juízo entenda convenientes (instituição sem fins lucrativos, de notória prestação de serviços sociais e ou instituições pública e privadas que tenham como objetivo a defesa e fiscalização dos direitos sociais), não será reparada especificamente o dano moral causado à totalidade de trabalhadores, mas estará o transgressor da Ordem Jurídica beneficiando de forma indireta a classe operária, a qual fora atingida pela sua conduta. Com essa indenização o referido fundo terá maiores recursos para proporcionar benefícios aos obreiros, em contrapartida pelos danos sofridos.

Nesse sentido se posiciona Hugo Nigro Mazzilli ao comentar o objetivo do fundo a que se refere o artigo 13 da Lei da Ação Civil Pública, a cuja lição nos reportamos:

“O objetivo inicial do fundo era gerir recursos para a reconstituição dos bens lesados. Sua destinação foi ampliada: pode hoje ser usado para a recuperação dos bens, promoção de eventos educativos e científicos, edição de material informativo relacionado com a lesão e modernização administrativa dos órgãos públicos responsáveis pela execução da política relacionada com a defesa do interesse desenvolvido.

(...) A doutrina se refere ao fundo de reparação de interesses difusos como fluid recovery, ou seja, alude ao fato de que deve ser usado com certa flexibilidade, para uma reconstituição que não precisa ser exatamente à da reparação do mesmo bem lesado. O que não se pode é usar o produto do fundo em contrariedade com sua destinação legal, como para custear perícias.

(...)

Ao criar-se um fundo fluído, enfrentou-se o problema de maneira razoável. Mesmo nas hipóteses acima exemplificadas, sobrevivendo condenação, o dinheiro obtido será

usado em finalidade compatível com sua causa. Assim, no primeiro exemplo, poderá ser utilizado para reconstituição, manutenção ou conservação de outras obras de arte, ou para conservação de museus ou lugares onde elas se encontrem...” (A defesa dos interesses difusos em juízo. 9ª ed. Ver. E atual. São Paulo: Saraiva, 1997. pp. 153 e 154).

O restabelecimento da ordem jurídica envolve, além da suspensão da continuidade da lesão, a adoção de uma medida tendente a impedir que as rés parem de se utilizar do trabalho humano como se mercadoria fosse, em burla aos direitos sociais mais basilares.

Entende o Ministério Público que é bastante razoável a fixação da indenização pela lesão a direitos difusos no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais).

Esta indenização é simbólica, considerando-se os malefícios causados pelos réus com a conduta ilegal, privando os trabalhadores da liberdade e direitos legalmente conferidos além de todas as suas garantias trabalhistas e previdenciárias.

Esses valores deverão ser revertidos em prol de um fundo destinado à reconstituição dos bens lesados, conforme previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85. No caso de interesses difusos e coletivos na área trabalhista, existem diversos fundos destinados à reparação de direitos difusos e/outras destinações que o Juízo entenda convenientes (instituição sem fins lucrativos, de notória prestação de serviços sociais e ou instituições públicas e privadas que tenham como objetivo a defesa e fiscalização dos direitos sociais), o que propicia, de forma adequada, a reparação dos danos sofridos pelos trabalhadores, aqui incluídos os desempregados que buscam uma colocação no mercado.

A fundamentação supra enseja da mesma forma a indenização a título de dano moral individual a cada trabalhador prejudicado pelos réus, o que importa dizer que caberá uma indenização no valor base de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) por trabalhador.

## DOS PEDIDOS

A) Considerando que as contas apresentaram poucos recursos a serem bloqueados, o Ministério Público do Trabalho reitera em caráter Cautelar, os seguintes pedidos feitos em ação própria de mesma natureza:

### DA LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS

É cediço que para a concessão de toda e qualquer medida cautelar faz-se necessário que o requerente demonstre, de modo satisfatório, a aparência do direito que visa acautelar, bem como a existência de condições de fato capazes de por em risco a satisfação desse direito.

Na espécie, os requisitos da fumaça do bom direito e do perigo da demora estão suficientemente demonstrados.

Além disso, o deferimento da liminar inaudita altera pars se faz necessário, tendo em vista que, tendo ciência da demanda ajuizada, os réus podem esvaziar seus patrimônios.

Com efeito, conforme demonstrado, há direitos sendo lesados de forma grave e com claro intuito fraudulento, motivo pelo qual a busca e apreensão ora requerida é medida urgente.

A.1) A busca e apreensão de valores (dinheiro em espécie), com ordem arrombamento de cofres, gavetas e armários, de AJBS (CPF ..., Identidade N. ... – SSP SP – CNH com N. de Registro: ...) - Avenida ...;

A.2) Bloqueio dos bens, valores acima indicados, com formalização em depósito judicial e com comunicação ao DETRAN/RJ;

A.3) Bloqueio de ativos financeiros abaixo indicados e outros, por meio do Sistema BACENJUD, com a respectiva quebra de sigilos Bancários dos réus, laranjas e pessoas físicas adiante relacionadas, retroagindo a cinco anos, bem como aplicações na Bolsa valores, conforme documentos em anexo, sendo que em relação a esta última parte do pedido (bloqueio de ações em bolsas);

A.4) Quebra do sigilo telefônico, bancário e de dados dos réus envolvidos, incluído dos dados do aplicativo WhatsApp.

#### EMPREGADORES

1) AJBS, primeiro réu, - na Avenida ... e todos os sócios constantes dos documentos às fls 19 e 20;

2) MRC, segundo réu ...;

3) LF, terceiro réu, ...;

4) JFSJ, quarto réu, ... E FAMÍLIA

#### LARANJA

DC, laranja, mãe do quarto réu, CPF ...;

#### EMPREGADOS:

1. PBA (presente no momento da inspeção, ...) – CPF ...;
2. PTR (exames odontológicos na sua cama) – não estava no dia da inspeção, mas dizem ser um braço de M (dois anos) - SP;
3. RLF, CPF ... (presente no momento da inspeção), foi filmado e também foi hospedado em hotel antes de ir para casa;
4. WG (3 anos)- SP (presente e no momento da inspeção) – CNH ..., CPF ..., MASTERCARD ...;
5. MUC, (dois anos) Paraná estava presente no momento da inspeção) – CPF ... (conforme depoimento em anexo).
6. sendo irmão de M apontado como laranja deste, MASTERCARD ...;
7. SAMYR MOREIRA (3 anos) RJ;
8. JLL– RS (não estava presente no momento da inspeção, mas foi de sua conta que saiu o valor para pagamento do boleto da TIM) – Agência Bradesco N. ..., Conta corrente ...- e na posse de M estava o cartão VISA parece ser seu: ..., mas o nome ficou apagado na foto, só identificamos os dois últimos nomes);
9. LPG – SP

10. MVM (não estava na casa, mas o cartão estava com M que diz que o referido trabalhador está na ativa) CPF ..., AG ..., CEF. CONTA ... E AG ..., CEF CONTA ...;
11. IMA, CPF ... – que já saiu da Vila do Pan e fez BO na 33ª DPC, mas acha que seu cartão de crédito é de dependente de AJ: cartão Mastercard PLATINUM N. ... (há dúvida quanto à sequência de dígitos ser ... ou ... , pois a foto em anexo está apagada).

B) Em caráter de antecipação de Tutela, pede-se que:

B.1) Seja declarada a existência de relação jurídica de emprego na função de modelos, com remuneração mensal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

B.2) Na forma do artigo 95, da lei 8.078/90, que estabelece que as ações coletivas desafiam condenação genérica, sejam os réus solidariamente a pagar as verbas rescisórias, decorrentes da rescisão indireta do contrato de trabalho, abrangendo salários retidos de todo o período laborado numa média cinco mil reais por mês; pagamento das férias vencidas em dobro, simples e proporcionais de todo o período laborado; pagamento da gratificação natalina vencidas e proporcionais, recolhimento de FGTS e todos os demais direitos previstos na legislação e em normas coletivas que abranjam as categorias dos trabalhadores não só em relação aos trabalhadores mencionados mas em relação a quaisquer outros que tenham laborado no período, observado as prescrições quinquenal e bienal;

B.3) Imediato pagamento das obrigações de Dar expostas no item anterior de forma a possibilitar o exercício do direito fundamental e conexo da própria manutenção, conforme doutrina de Luiz Guilherme Marinoni;

B.4) Seja expedido alvará para fruição do seguro-desemprego nos termos da lei 7.998/90 alterada pela lei 10.608/2002 que acrescentou o artigo 2º “c” a referida lei, a seguir in verbis:

“Art. 2o-C. O trabalhador que vier a ser identificado como submetido a regime de trabalho forçado ou reduzido a condição análoga à de escravo, em decorrência de ação de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, será dessa situação resgatado e terá direito à percepção de três parcelas de seguro-desemprego no valor de um salário mínimo cada, conforme o disposto no § 2o deste artigo.”

C) Em caráter definitivo:

- 1) Confirmação dos pedidos cautelares e de antecipação de tutela, constantes nos itens A.1, A.2,A.3, A.4 e B.1,B.2,B.3e B.4
- 2) Não mais se utilizarem de ardis, falsas promessas, para iludir trabalhadores para as atividades artísticas, de modelagem ou quaisquer outras atividades.
- 3) Não mais aliciarem trabalhadores no território nacional para aqui ou no exterior trabalharem; não mais atuarem como meros intermediadores de mão-de-obra;
- 4) Observarem em caso de contratação mediante o fornecimento de alojamento os termos constantes na NR 24 do Ministério do Trabalho, fornecendo-lhes nos termos da lei alimentação e higienização do local sem que os trabalhadores sejam utilizados para tais atividades.
- 5) Fornecerem o auxílio transporte nos termos da legislação, bem como alimentação ou respectivo auxílio para casos de trabalhadores alojados pelos réus, uma vez que ficou demonstrado que os trabalhadores recebiam pequenos valores diários em espécie para essas despesas;

6) Não mais submeter trabalhadores a condição análoga a de escravo quer por meio de ameaças, ardis, artimanhas, retenção de documentos, senhas bancárias, senhas de redes sociais, de vigilância ostensiva que era exercido pelo Sr. Maycon Cunha, jornada exaustiva, condições degradantes de trabalho em razão de condições de alojamentos e quaisquer outras.

7) Tudo sob pena de pagamento de multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por cláusula descumprida, por trabalhadores prejudicado e pela quantidade de meses que trabalhadores permanecerem nessas condições;

8) Sejam condenados a pagarem indenização a título de dano moral individual no importe base de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) para cada trabalhador que tenha laborado para os réus nessas circunstâncias.

9) Sejam condenados a pagarem indenização a título de dano moral coletivo no valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais)

Pelo exposto, pugna o Ministério Público do Trabalho:

Pela citação dos réus, após o cumprimento da ordem judicial liminar, para que, se desejarem, contestem a presente demanda.

A procedência final do pedido.

Requer, ainda, citação das rés, na pessoa dos respectivos representantes legais, para, querendo, contestarem a ação, sob pena de revelia;

Requer, por fim, a produção de todos os meios de prova, conforme o art. 332, CPC, em especial, prova documental e testemunhal.

Dá-se a causa o valor de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 2015.

MARCELO JOSÉ FERNANDES DA SILVA

Procurador do Trabalho

**ANEXO 6-** DECISÃO PROCESSO N. ACP 0002526-85.2012.5.18.0003. Disponível em MPT DELPHOS (acesso restrito a membros do Ministério Público do Trabalho, mediante senha. Acessível em [www.mpt.gov.br](http://www.mpt.gov.br)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DO TRABALHO TITULAR DA MM. VARA DO TRABALHISTA DE GOIÂNIA-GO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, com sede na Av. T-63, n. 984, 1º Andar, Setor Bueno, Goiânia, Goiás, onde funciona a PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª. REGIÃO, através do Procurador subscritor desta, vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no art. 127 da Constituição



Federal; no art. 6º, inciso XII, da Lei Complementar n. 75, de 20/5/93; no art. 82, inciso I, da Lei n. 8.078/90, e nos arts. 837/852, da CLT, propor a presente

#### AÇÃO CIVIL PÚBLICA, COM PEDIDO DE LIMINAR

em face de L. F. DE M. , brasileiro, solteiro, profissão ignorada, portador do RG n. , expedido pela SSP-MG, inscrito no CPF/MF n.º , residente e domiciliado à , Cep n.º e J. DO N. P., brasileiro, solteiro, profissão ignorada, portador da RG n. , expedida pela SSP-GO, inscrito no CPF/MF n.º , com endereço na , Goiânia-GO, ambos podendo ser citados na AGÊNCIA PRISIONAL – CEPAIGO – COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, com endereço na BR-153, Km 611, Área Industrial - Aparecida de Goiânia – GO, Cep- 74.923-650, conforme fatos e fundamentos de direito a seguir aduzidos:

#### I - DOS FATOS

O Ministério Público do Trabalho da 18ª Região recebeu denúncia do Comitê Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Goiás sobre a existência de tráfico de pessoas e exploração comercial de prostituição de adolescentes e adultos perpetrados pelo travesti L. F. M., vulgo LW, solicitando a intervenção para garantir a proteção dos direitos das vítimas.

Destarte, o Ministério Público do Trabalho instaurou o Inquérito Civil n. 001025.2012.18.000/0 para apuração dos fatos e tomada de providências, pelo que após a instrução probatória chegamos a conclusão de que todos os requisitos para o enquadramento jurídico dos fatos apurados são no sentido de que houve exploração de pessoas em condições análoga a de escravo, aliciamento e tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho na prostituição foram configurados.

E considerando que a Delegacia da Polícia Civil de Proteção da Criança e do Adolescente em Goiânia, com força do Inquérito Policial n. 317/2010, estourou o verdadeiro cativo, denominado “Casa das Bonecas”, resultando na prisão dos Requeridos, L. F. M. e J. DO N. P., solicitamos cópia integral para verificar a apuração das provas realizada a fim de decidir sobre a necessidade de produzir novas provas sobre os fatos ocorridos.

Por outro lado, também fomos cientificados de que a Polícia Federal no Estado de Goiás já tinha efetuado no ano de 2006 a prisão preventiva do Requerido L. F. M. pelo crime de tráfico internacional de pessoas, consoante se verificou dos termos do Inquérito Policial n. 621/2005, pelo que mesmo assim o senhor L. F. M. modificou seu modo de operar a exploração de seres humanos, passando ao tráfico interno, com exploração de adolescentes reduzindo-os à condição análoga à de escravo.

Assim, após a instrução do Inquérito Civil n.º 001025.2012.18.000/0, ficou comprovado que os Requeridos que L. F. M. , utilizando de ardil, falsas promessas dirigidas a menores de 18 (dezoito) anos, explorava-os sexualmente e comercialmente, sendo que a como manobra para conseguir o seu intento, aproveitando do intelecto em desenvolvimento dos mesmos, prometia a transformação do corpo dos adolescentes para o sexo feminino.

E sob a desculpa de que estava acolhendo os travestis adolescentes em sua casa, inclusive porque diversos desses não possuíam moradia no Município de Goiânia, e sob o pretexto de abrir cobrava explorava prostituição, fazendo com que os adolescentes e outros pagassem preços aviltantes para hospedagem e comida por apenas um quarto, com colchão para dormir, anotando no caderninho de dívidas de cada travesti.

Exigia, então, que todos os moradores do verdadeiro cativo realizassem “programas sexuais”, onde o pagamento deveria ser entregue para o travesti L. F. M.

ou também para o travesti J. DO N. P. que cuidava da contabilidade da casa das bonecas.

Eis o extrato dos depoimentos colhidos pela autoridade policial, conforme se verifica do relatório policial final:

“K. M. DA S. – Declarou que “L.W.” lhe chamou para almoçar na casa dele e depois lhe chamou para “fazer programas” e o depoente ficou morando na casa do mesmo, mas teria que ir para as ruas todas as noites e pagar R\$ 30,00 (trinta reais) em troca de ficar na rua que pertence a ela... Que passou uns seis meses fazendo estes programas para poder pagar o que “ela” exigia... Que após deixar de fazer os programas passou a receber ameaças de morte” (...) QUE sabe informar que “LW”, oferece para “emprestar” dinheiro para suas vítimas colocarem silicone nos seios, ficando mais ou menos R\$ 1.500,00 por pessoa mas depois a pessoa que colocou o silicone tem que pagar com juros o valor para ela, sendo que este silicone é colocado por uma travesti chamada “J”, que vai até a casa de “LW” onde ela coloca este silicone “COM INJEÇÃO”, nas nádegas com “SUPERBONDER” (...) QUE há uns dois meses, “LW” lhe procurou e lhe deu “um monte de tapas”, mas não ficou lesão, pois disseram para ela que o declarante estava “fazendo programas” sem pagar a ela o que ela exige e depois disso, no mês passado o declarante disse para “LW” que queria parar de “fazer programas” e voltar a estudar, motivo pelo qual ela lhe espancou com pauladas no braço e nas costas; (...) QUE pelo que sabe, se alguém não obedecer ela espanca; QUE após deixar de “fazer programas” após esta agressão, a acusada está ligando em sua casa, e na casa de sua avó, fazendo ameaças de morte se não pagar R\$ 175,00 que ela diz que o declarante lhe deve, caso contrário diz que o declarante vai “AMANHECER COM A BOCA CHEIA DE FORMIGAS NA PORTA DO COLÉGIO DELE, PORQUE CAGUETA MORRE”, estando sua família com medo dele...

“WAS (G ) – Declarou que se prostitui na rua e pagava R\$ 50,00 para LW. Que o depoente era da cidade de Porangatu e conheceu a adolescente L que também veio de Porangatu para trabalhar na casa de LW, mas Larissa fugiu da casa do investigado (...) QUE na casa de LW quem tem dívida não vai embora e a mesma ameaça as “meninas” para não saírem; Que LW ameaça quem quiser sair da casa e se alguém conseguir sair tem que morar em outra cidade porque em Goiânia não mora mais (...); QUE a depoente já fez cirurgia plástica paga por LW, sendo a cirurgia de mama no valor de R\$ 8.000,00 e a de nariz R\$ 7.000,00; Que a depoente ficou devendo estes valores para L e pagava por dia, fora da diária; Que a depoente chega a fazer uns dez programas por dia. (...) Que sabe que J bomba os “travestis” com a aplicação de silicone industrial (óleo de avião) e a depoente já colocou silicone no bumbum por duas vezes”.

“MMQ (C ) – Declarou que veio pra Goiânia trabalhar com prostituição e ficou na casa de LW; Que paga diária de R\$ 50,00 (cinquenta reais) e muitas vezes ficava na própria casa da Linda arrumando cabelo das meninas que moram na casa; Que conheceu vários adolescentes na casa da LW, inclusive que vieram da cidade da depoente; (...) Que a depoente está pretendendo sair da casa de LW, mas deve uma peruca de R\$ 500,00 e só vai sair quando pagar; Que já pagou por esta peruca o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais); Que o tempo que está na casa apenas viu como moradores as “meninas” que foram trazidas a esta DP; Que a depoente já presenciou brigas de LW, mas apenas de falar; Que a depoente não fez nenhuma cirurgia plástica; Que a depoente chega a fazer uns quinze programas por dia; Que já chegou a ser agredida fisicamente em alguns destes programas, tendo inclusive levado uma facada em SP (...); Que o depoente recebe uns R\$ 8.000,00 (oito mil reais) mensais com seus programas”.

“PFM (PM) – Declarou que a depoente perguntou para L se a mesma conhecia algum lugar onde morava “travestis” e a mesma informou à depoente que possuía uma pensão onde morava “travestis”; Que na semana seguinte o depoente afirma que foi morar na casa de L e começou trabalhando com prostituição e pagava

diárias; Que prostitui na rua e afirma ter começado este trabalho quando ainda era menor de idade; Que trabalha na região dos motéis da BR 153 em Goiânia e cobra de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 100,00 (cem reais) por programa; Que paga para LW, mas esta quantia “vareia”, pois tem dias que ela faz compras e dias são valores fixos de R\$ 100,00 (cem reais) por dia; Que sabe que na casa de LW não sai quem estiver devendo, pois a mesma prende as roupas das pessoas que lhes prestam serviços; Que a depoente sabe também que L manda motoqueiros bater ou ameaçar os “travestis” de morte caso tentem sair da casa sem pagar; Que a depoente se recorda de um fato ocorrido ainda este ano em que um adolescente “travesti” de nome L quis sair da casa da L e esta prendeu suas roupas, tendo o Conselho Tutelar ido ao local buscar as coisas desta “travesti”; Que neste dia L não estava em casa e a secretária da casa entregou os objetos da menor; Que os moradores da casa tem a LW como Cafetina; Que a depoente já presenciou brigas de LW com alguns colegas por conta da falta de pagamento, bem como a própria depoente afirma já ter levado “tapas” por conta de dinheiro de programa; Que a LW não pagou cirurgia para a depoente, mas já quis pagar porque por conta de micaria ela já cria problema e a depoente ficou com medo de fazer conta mais alta com a Linda; Que a depoente chega a fazer uns dez programas por dia; Que já chegou a ser agredida fisicamente por clientes em alguns destes programas; Que gosta de ser travesti e de prostituir (...); Que sabe que os “travestis” são “bombados” por Joice e a depoente já realizou procedimento com a mesma, colocando silicone industrial (óleo de avião) no bumbum e na coxa; Que pagou à J a quantia de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) (...); Que a depoente recebe mais de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) mensais com seus programas, mas não mora em um lugar melhor porque tem medo de sair da casa de LW e ela fazer alguma coisa com a depoente; Que LW chega a ficar com uns R\$ 6.000,00 (seis mil reais); Que LW obriga a depoente a residir na casa e a mesma já foi presa pela Polícia Federal e fazia questão de dizer a todos da casa que cadeia foi feita para pobre porque ela tem dinheiro e não fica presa; Que a casa da L é uma prisão que a pessoa só tem o direito de entrar; Que a depoente se sente uma escrava que trabalha para LW; Que nunca manifestou para LW intenção de sair da casa da mesma por medo; Que certo dia a depoente foi na Parada Gay em Brasília sem avisar a LW e a mesma cobrou uma multa de R\$1.000,00 (um mil reais) à depoente apenas porque a mesma saiu sem avisar, mesmo tendo pago a diária do dia, ao retornar; Que a depoente pagou apenas R\$200,00 desta multa e sabia que estava correndo o risco de sofrer agressões; Que a depoente já chegou a presenciar LW agredir adolescentes e sabe que alguns fugiram para Ribeirão Preto; Que a depoente vive há cinco anos na casa, mas indo e voltando; Que já chegou na casa da L adolescente sem peito e esta pagou para colocar, mas cobrando valores bem mais altos do que o médico havia cobrado”.

“ALDS (P) – Declarou que foi o próprio depoente quem procurou por L com a intenção de se prostituir, pois sabia que na residência desta funcionava uma casa de prostituição porque o depoente reside no mesmo setor; Que há quatro anos reside na casa de L e paga diárias desde o início do período em que começou a morar na residência; Que se prostitui na rua e nega que tenha começado este trabalho quando ainda era menor de idade; Que trabalha na região dos Motéis em Goiânia e cobra R\$ 50,00 (cinquenta reais) por programa; Que paga para LW a quantia de R\$ 70,00 (setenta reais) por dia, incluindo neste valor R\$ 20,00 (vinte reais) da corrida de táxi, pois a depoente é levada da casa da L para o setor dos motéis de táxi; Que conheceu vários adolescentes na casa da LW, mas L falava para a depoente que eles eram maiores de idade; (...) Que na casa de LW só não sai quem estiver devendo, pois a mesma prende as roupas das pessoas que lhes prestam serviços; Que a depoente já presenciou brigas de LW com alguns colegas por conta de falta de pagamento; Que a depoente já fez cirurgia plástica em São Paulo para por LW, sendo a cirurgia de mama no valor de R\$ 4.000,00 e a de nariz R\$ 5.000,00; Que a depoente ficou devendo estes valores para L e pagava por dia, fora da diária; Que a depoente chega a fazer mais de dez programas por dia; (...) Que sabe que os “travestis” são bombados por J; Que sabe que J bomba os travestis com aplicação de silicone industrial (óleo de avião); (...) Que a depoente recebe mais de R\$ 5.000,00 (cinco

mil reais) mensais com seus programas e já chegou a ter vontade de sair da casa da LW, mas não manifestou para a mesma esta intenção”.

“JGML (T) – Declarou que LW chegou a perguntar se o depoente trabalhava na rua e perguntou se queria trabalhar para ela, mas o depoente respondeu que não; Que LW entregou um cartão de contato para o depoente; Que o depoente possuía 17 anos, na época; Que estava na boate na companhia de PH, que na época tinha 16 anos, pois era mais novo que o depoente; Que LW também convidou PH para trabalhar para ela na rua; Que LW falou para o depoente que se fosse trabalhar para ela o depoente iria ter um quarto muito bom para morar; Que PH é conhecido como JPP; Que PH acabou ligando para LW e disse que queria ir morar na casa do mesmo; Que o depoente passou a ver PH muito pouco, mas este afirmou que iria colocar um cabelo com a LW; Que ele colocou uma prótese capilar no valor de R\$3.000,00 (três mil reais) e adquiriu esta dívida com a LW; Que PH dizia ao depoente que saía da casa por volta das 14:00h, para trabalhar, e além do cabelo pagava a diária; Que PH reclamava que LW queria o dinheiro e tudo o que ele levava era pouco e todos os dias tinha que levar dinheiro; Que PH deve ter ficado uns seis meses na casa de LW e fugiu indo embora para São Paulo; Que PH fugiu para São Paulo porque não aguentava ser extorquido e também não aguentava mais apanhar; (...) Que tem conhecimento de que LW sempre ameaçava os travestis que residiam com ela e queriam sair da casa; Que L dizia que raspava a cabeça, retirava o silicone do mesmo jeito que havia colocado; Que todo mundo falava que LW tinha arma; Que o depoente sabe que LW mandava uma pessoa levar os “travestis” onde eles precisavam ir, sempre no carro dela e cobrava; Que tudo o que os travestis faziam era cobrado por LW, como por exemplo para fazer uma escova de cabelo no salão os “travestis” pagavam a corrida do carro e se o cabelereiro cobrasse R\$30,00 da escova a L cobrava R\$50,00 dos travestis e ficava com o restante; (...) Que todos os travestis que o depoente conheceu e que saíram da casa da LW acabaram fugindo por não aguentar a extorsão e as ameaças; Que o depoente conhece a PM (travesti que reside com a L) e sabe informar que a Linda financiou um carro para a PM e esta deve muito para a Linda e não consegue pagar”.

HLRM (R) – Que afirmou ter trabalhado para LM quando ainda tinha 15 (quinze) anos, além de perguntado desde quando se prostitui, o declarante respondeu que desde o mês de junho ou julho, do ano passado; Que perguntado onde se prostitui, o mesmo contou que fica em um ponto” da BR-153, próximo ao Emoções Motel; Que o “ponto” pertence a travesti conhecida por “LM”; (...) Que “L” disse que o valor para ficar naquele ponto da BR-153, custava R\$ 30,00 (trinta reais), informando que passaria mais tarde, para recolher o dinheiro; (...) Que o declarante sempre pagou a “L”; Que perguntado sobre os outros travestis que ficam no ponto, o declarante disse que são vários, “PP” (com 16 anos), N (com 20 anos, aproximadamente), S (com 17 anos), NS (com 17 anos), NK (com 17 anos) e algumas novatas, com que não conversa muito; Que “L” sempre soube a idade dos travestis que utilizam seu ponto e não se incomoda com fato de alguns serem adolescentes; (...) Que alguns travestis residem na casa de “L”, e fazem ponto na BR-153, mas pagam diárias de R\$ 50,00 (cinquenta reais), ao contrário dos outros que não residem na casa de “L”; Que “L” é bastante temida entre os travestis, pois não aceita que deixem seu ponto; Que alguns travestis chegaram a fugir para outro Estado, temendo as ameaças de “L”, pois ela não aceitou o fato de que eles não queriam mais permanecer no ponto dela, na BR-153; Que perguntado quem fugiu de “L”, o mesmo citou M, M, M, dizendo que todos fugiram para o Estado de São Paulo; Que M desistiu de ser travesti e “L” raspou sua cabeça, deixando-o careca; Que segundo o declarante, “L” também “bomba” os travestis, contando que ela injeta “óleo de avião” nos glúteos de alguns travestis e cobra mais de R\$ 1.000,00 (um mil reais) pelo procedimento...”

“PHG (JPP) – Que LW convidou o depoente para ir morar em sua residência e prometeu uma vida nova, vida de rainha; Que o depoente aceitou o convite e na residência haviam outras menores, sendo a N(15 anos), NK, Se a M (que não era menor); Que da época da depoente todas fugiram para São Paulo, ficando apenas N na casa da L; Que ao chegar na casa da L a mesma forneceu um cabelo ao depoente

pelo valor de R\$ 2.800,00 (dois mil e oitocentos reais) e um jogo de calcinhas pelo valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais); Que o depoente adquiriu esta dívida e também pagava uma diária de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) (sendo 30,00 da diária, 20,00 do táxi e mais 100,00 na conta do caderno); Que perguntado o que significa conta o depoente responde que é porque tem que ter um dinheiro na casa para que se alguém quiser fazer alguma coisa, já tem valor na conta ou desconta em dívida adquirida; Que o portão da casa ficava sempre fechado e o interfone fica dentro da casa da L e para sair os travestis tem que interfonar e pedir autorização e a L abria o portão; Que LW não deixava o depoente visitar a avó aos domingos que seria o dia de visita e também não deixava sair da casa sem autorização; Que o depoente sabe que LW recebia muito dinheiro dos travestis e sempre entregava a C para a mesma fazer o depósito bancário; O depoente afirma que conseguiu pagar todo o débito a LW, mas decidiu fugir porque a mesma prendia demais o depoente e extorquia todo o dinheiro que a depoente recebia; (...) Que a LW já chegou a bater várias vezes no depoente; Que certo dia o depoente cortou o cabelo porque era difícil de pentear e LW lhe bateu com cabo de rodo...”

PHG prestou depoimento ao Ministério Público do Trabalho, confirmando todas as declarações feitas à Delegacia de Polícia de Proteção a Criança e ao Adolescente, além de ter dado todos os detalhes da servidão por dívida e cárcere privado para fins de exploração sexual comercial perpetrado pelos Requeridos LFM e JDNP, conforme termo de depoimento gravado em CD que é depositado na Secretaria da MM. Vara do Trabalho.

Assim, está configurada a verdadeira servidão por dívida, além de trabalho forçado, já que todas as vítimas esclareceram em seus depoimentos que se não conseguissem a cata de programas sexuais ou não conseguissem os valores para pagar a casa, apanhavam de tapas, pedaços de madeira, ou eram ameaçados de morte.

Foram apreendidos os caderninhos de dívidas dos jovens explorados pelos Requeridos, dando conta de toda a contabilidade do negócio de exploração do sexo levado a efeito pelos mesmos.

Mais grave, ainda, é a situação evidenciada nos autos do Inquérito Civil, já que constatado como mecanismo de dominação a existência do aliciamento (tráfico de pessoas) de um lado a outro do território do Estado de Goiás, ou seja, as vítimas saíram de Uruaçu, de Jataí, de Porangatu, etc, pela ação dos Requeridos como instrumento simplesmente de perca da referência das casas de seus familiares, servindo como instrumento da exploração verificada, agravada pela situação de incapaz civil absoluta dos menores.

Destarte, não temos outra alternativa a não ser requerer do Poder Judiciário Trabalhista a reparação dos danos sociais causados durante anos de trabalho incessante com, ante a exploração vexatória do trabalho das vítimas, trabalhadores do sexo, ensejando também a exigência do fiel cumprimento da legislação pátria.

Desta forma, recusando-se os exploradores de trabalho de adolescentes de natureza sexual e comercial a adotarem quaisquer providências em relação aos mesmos, que foram submetidos a condições degradantes e humilhantes, totalmente desumanas, e estando todos eles agora totalmente à mercê da sorte, não restando outra opção ao Ministério Público do Trabalho senão buscar a tutela jurisdicional em favor deles, motivo pelo qual promove a presente ação coletiva.

## II - DOS FUNDAMENTOS DE DIREITO

### 2.1. DA AÇÃO CIVIL PÚBLICA

Trata-se de ação civil pública para a defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos dos trabalhadores lesados pelas condutas anormais dos Réus, ora promovida pelo Ministério Público do Trabalho.

A competência para apreciá-la é da Justiça do Trabalho, já que versa sobre questão afeta a relação de trabalho mantido entre as vítimas substituídas processualmente pelo Parquet e os Réus (CF, art. 114, I).

A redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, a qual excluiu os termos “empregador” e “trabalhador” da grafia originária da norma em comento, não deixa dúvida de que quaisquer litígios que tenham como gênese a relação de trabalho hão de ser dirimidos na Justiça Laboral. Abandonou-se, destarte, a acanhada regra de competência anterior, que cingia a jurisdição trabalhista a conflitos emanados de vínculos empregatícios.

As causas de pedir próxima e remota da presente ação civil pública são: a exploração sexual de adolescentes para fins comerciais e escravidão humana. É fundamental esclarecer que não se está propugnando a reparação ou repressão de outras violências sexuais aparentemente congêneres, tais como: abuso, maus tratos, estupro ou pornografia.

Na definição da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes, é inequívoca a ênfase ao caráter mercantil e laboral. A vítima é vista como prestadora de serviços, com a utilização do seu corpo em benefício de outras pessoas. É o que se observa na definição da End Child Prostitution, Child Pornography and Trafficking of Children for Sexual Purpose – ECPAT: “A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é uma violação fundamental dos direitos da criança. Esta compreende abuso sexual por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e uma terceira pessoa ou várias. A exploração sexual comercial de crianças constitui uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar o trabalho forçado e formas contemporâneas de escravidão.” (LEAL, Maria Lúcia Pinto. *A exploração Sexual Comercial de Meninos, Meninas e Adolescentes na América Latina e Caribe* (Relatório Final – Brasil). Brasília: CECRIA, IIN, Ministério da Justiça, UNICEF, CESE, 1999.)

A própria UNICEF já reconhece o contrato sexual autônomo como elemento ligado ao trabalho com sexo:

“Entende-se por contrato sexual autônomo o realizado por profissionais não contratados no mercado formal do sexo. São principalmente aqueles que trabalham por conta própria e exercem suas atividades na prostituição de rua, incluindo meninos e meninas de rua, ou através de oferta de serviços sexuais(...)” (in *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Pesquisadoras Eva T. Silveira Faleiros e Josete de Oliveira Campos. UNICEF.)

Vê-se que elementos como “remuneração” e “mão-de-obra” são inafastáveis do conceito macro de “exploração sexual para fins comerciais”. Aliás, semelhantemente, a própria OIT, Organização Internacional do Trabalho, na Convenção nº 182, ratificada pelo Brasil, preceitua que a exploração sexual é uma das piores formas de trabalho infantil:

“Artigo 3 Para efeitos da presente Convenção, a expressão “as piores formas de trabalho infantil” abrange:

<omissis>

b) a utilização, o recrutamento ou a oferta de crianças para a prostituição, a produção de pornografia ou atuações pornográficas;” (Grifo apócrifo - ratificada pelo Decreto nº 3.597, de 12 de setembro de 2000)

Por todas as luzes, é inegável a natureza trabalhista da *quaestio iuris*, razão pela qual é inafastável a competência absoluta e material dessa Justiça Obreira, nos exatos termos do art. 114 da Constituição Federal.

Quanto à legitimidade do MPT, para promover a tutela coletiva, é imperioso valer-se do artigo 127 da Constituição Federal, o qual preceitua que “o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

Partindo-se da própria definição da Lex Mater, chegamos à ilação de que o Parquet é órgão que tem como mister a fiscalização do fiel cumprimento da lei, bem como a utilização das vias necessárias, para assegurar a observância aos ditames legais que tutelam o interesse público primário.

Certamente, um dos mais poderosos instrumentos utilizados pelo Ministério Público, para cumprir a sua missão constitucional, é a ação civil pública — remédio judicial, regulado por lei específica, voltado para coibir macro-lesões a interesses plurissubjetivos.

A Lei n. 7.347/85 expressamente outorga ao Ministério Público a legitimidade para o ajuizamento de ações civis públicas (art. 5º, inciso I).

A Lei Complementar do Ministério Público da União (LC 75/93), no capítulo destinado ao Ministério Público do Trabalho, atribui ao Parquet trabalhista a prerrogativa de promover a ação civil pública nessa Justiça Especializada (art. 83, inciso III).

Desse modo, afigura-se inquestionável a legitimidade do Ministério Público do Trabalho face à presente ação, eis que, in casu, está-se diante de típica lesão a interesses difusos e coletivos da sociedade (exploração sexual de crianças e adolescentes — dano moral coletivo) e a direitos individuais indisponíveis (direito subjetivo das adolescentes lesadas à sua integridade física e moral).

O próprio Estatuto da Criança e do Adolescente incumbe ao MP a propositura de Ação Civil Pública para fins de proteção da infância e da adolescência:

“Art. 201. Compete ao Ministério Público:

<omissis>

V - promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, inclusive os definidos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;”

Por fim, o Ministério Público do Trabalho, por sua Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente editou Orientações para nortear a atuação dos Procuradores do Trabalho sobre a questão, pelo que consigna a ORIENTAÇÃO N. 07. “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Legitimidade do Ministério Público do Trabalho. Nos termos dos arts. 114, I, 127 e 129 da CF/88, do art. 83, V da LC 75/93 e do art. 1º da Lei 7347/85, cabe ao Ministério Público do Trabalho a investigação e o ajuizamento de ações em relação às questões decorrentes do trabalho sexual ilícito de crianças e adolescentes junto à Justiça do Trabalho.”

Diante do exposto, torna-se inquestionável a legitimidade do Ministério Público para promover, perante da Justiça do Trabalho, a defesa dos interesses individuais homogêneos dos trabalhadores, mormente quando está clara a tentativa de se frustrar, mediante fraude, seus direitos sociais, como na hipótese em debate.

### III. DAS QUESTÕES DE FUNDO

#### 3.1- DO ALICIAMENTO, TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE PROSTITUIÇÃO E TRABALHO ESCRAVO

Em que pese a carência de dispositivos na legislação nacional que definam a condição análoga a de escravo, não se pode olvidar que o Brasil é signatário de vários instrumentos internacionais que dispõem acerca do tema, que por terem sido ratificados e depositados nas repartições competentes passam a integrar nosso ordenamento jurídico:

#### NORMAS INTERNACIONAIS:

##### DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Artigo IV - Ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas.

##### CONVENÇÃO SUPLEMENTAR SOBRE PRÁTICAS ANÁLOGAS À ESCRAVATURA\* (ONU)

(DECRETO 58.563 DE 01/06/1966 - DOU 03/06/1966)

Promulga a Convenção (ONU) sobre Escravidão de 1926 Emendada pelo Protocolo de 1953 e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão de 1956).

\* Aprovada pelo Decreto Legislativo nº 66, de 14/07/1965 - DOU de 19/07/1965.

Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravidão, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravidão.

##### SEÇÃO I - Instituições e Práticas Análogas à Escravidão (artigos 1 e 2)

ART.1 - Cada um dos Estados Partes à presente Convenção tomará todas as medidas, legislativas e de outra natureza, que sejam viáveis e necessárias, para obter progressivamente e logo que possível a abolição completa ou o abandono das instituições e práticas seguintes, onde quer ainda subsistam, enquadrem-se ou não na definição de escravidão que figura no artigo primeiro da Convenção sobre a escravidão assinada em Genebra, em 25 de setembro de 1926:

a) a servidão por dívidas, isto é, o estado ou a condição resultante do fato de que um devedor se haja comprometido a fornecer, em garantia de uma dívida, seus serviços pessoais ou os de alguém sobre o qual tenha autoridade, se o valor desses serviços não for equitativamente avaliado no ato da liquidação da dívida ou se a duração desses serviços não for limitada nem sua natureza definida;

b) a servidão, isto é, a condição de qualquer um que seja obrigado pela lei, pelo costume ou por um acordo, a viver e trabalhar numa terra pertencente a outra pessoa e a fornecer a essa outra pessoa, contra remuneração ou gratuitamente, determinados serviços, sem poder mudar sua condição;

##### CONVENÇÃO 29 DA OIT

Art. 2º - 1 Para fins da presente convenção, a expressão “trabalho forçado ou obrigatório” designará todo trabalho ou serviço exigido de um indivíduo sob ameaça de qualquer penalidade e para o qual ele não se ofereceu de espontânea vontade.

Destaque-se que a Constituição Federal Brasileira disciplina a questão do tratamento degradante, além de prever indenização por dano moral.

##### CONSTITUIÇÃO FEDERAL –

ART. 5º: ....

III - ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante;



....

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

....

XLVII - não haverá penas:

....c) de trabalhos forçados;

Como se denota facilmente, a deficiência da legislação nacional pode ser suprida pelos instrumentos internacionais. Não obstante, na esfera criminal as condutas típicas da redução à condição análoga a de escravo e do trabalho degradante estão disciplinadas no Código Penal, verbis:

### CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

- Redução a condição análoga à de escravo

ART. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II – mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I – contra criança ou adolescente;

II – por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem."

- Frustração de direito assegurado por lei trabalhista

ART. 203 - Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho:

Pena - detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

I - obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

II - impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

Redação dada pela Lei nº 9.777/98.

- Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional

ART.207 - Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena - detenção de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idosa, gestante, indígena ou portadora de deficiência física ou mental.

- PROTOCOLO ADICIONAL À CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL RELATIVO À PREVENÇÃO, REPRESSÃO E PUNIÇÃO DO TRÁFICO DE PESSOAS, EM ESPECIAL MULHERES E CRIANÇAS, RATIFICADO NO BRASIL PELO DECRETO N. 5.017/2004

a) A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos;

b) O consentimento dado pela vítima de tráfico de pessoas tendo em vista qualquer tipo de exploração descrito na alínea a) do presente Artigo será considerado irrelevante se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos na alínea a);

c) O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de uma criança para fins de exploração serão considerados "tráfico de pessoas" mesmo que não envolvam nenhum dos meios referidos da alínea a) do presente Artigo;

d) O termo "criança" significa qualquer pessoa com idade inferior a dezoito anos.

O aliciamento de trabalhadores (tráfico de seres humanos) é uma condição atualmente abolida pelas normas internacionais acima citadas.

No caso em tela, restou comprovado que diversos trabalhadores foram aliciados e explorados sexualmente vivenciaram servidão por dívida para ensinar a verdadeira escravidão moderna, mas agora para produzir riqueza para os Requeridos alugavam o próprio corpo.

Não se pode olvidar que os Requeridos são os únicos e maiores beneficiários da atividade econômica ali desenvolvida.

### 3.2 – DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL

A exploração sexual de crianças e adolescentes é alvo de preocupação crescente em todo o planeta, a ponto de muitos postulados internacionais incluírem-no como crime contra a humanidade:

“Conscious of the importance of the recognition of this problem by the International Community, AMADE started an humanitarian campaign to affirm the principle that there is no period of statutory limitation for the most serious crimes committed against children, and to secure the universal application of this principle in international criminal law. This concerns the following crimes without limitation:

(...)

Commercial sexual exploitation of children(...)” (World Association of Children’s Friends – Organização Internacional de Proteção dos Direitos da Criança)

“The specialised NGOs have also joined the battle. They are the most frequent instigators of preventive action. Most of the NGOs which have to deal with the situation on the ground take radical positions and consider that the measures advocated are still not enough. Some reject the term paedophilia and instead refer to crimes against children, fostered by pornography and child prostitution. They call for crimes against children to be treated as crimes against humanity, ...” (Parlamento Europeu) “Cette action culmine le mardi 11 septembre 2001 dans le lancement officiel d’une campagne internationale sur l’Internet : « Les crimes contre l’enfance sont des crimes contre l’humanité ». Dans « l’Appel Solennel » et le projet de « Déclaration universelle en Dix Points » soumis à Monsieur le Secrétaire général de l’Organisation des Nations unies, Madame la Directrice générale de l’UNICEF, le Haut Commissaire des Nations unies aux Droits de l’Homme, le Directeur de l’UNESCO entre autres hautes personnalités dont le Président de la République française, le premier par ordre de préséance, et Madame la Présidente du Parlement européen, (...)” (Constatação da Fondation Rajani – Interpol )

Já há avanço nesse sentido, pois a Ação de Estocolmo (1996), citada por nós algures, recomenda que a exploração sexual comercial de crianças e adolescentes seja qualificada como CRIME CONTRA A HUMANIDADE.

Como se vê, a ordem mundial clama por punições mais severas contra os responsáveis pela exploração sexual de crianças e adolescentes. O Brasil tem sintonizado suas estratégias públicas no mesmo sentido, ao ratificar todas as normas internacionais que lidam com a temática. No caso sub judice, o Poder Judiciário da Paraíba não pode permitir que tamanha atrocidade remanesça impune. Não obstante os réus já estejam respondendo a processo penal, impõe-se-lhes sanção de ordem civil, para que aprendam, definitivamente, a lidar com crianças e adolescentes humildes e a respeitar os princípios legais do ordenamento jurídico pátrio.

Por fim, cabe ressaltar que essa não é a primeira vez que o Ministério Público do Trabalho se depara com tamanha exploração, inclusive editou por meio da Coordenadoria Nacional de Combate a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente a ORIENTAÇÃO N. 06., a qual consigna que “Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Responsabilidade dos exploradores. O cliente e/ou o tomador dos serviços sexuais prestados por crianças e adolescentes, bem como o respectivo intermediador e quaisquer pessoas que venham a favorecer tais práticas, são responsáveis solidariamente por todos os danos, materiais e morais, individuais e coletivos, decorrentes de sua conduta lesiva, nos termos do art. 942, parágrafo único, do Código Civil, art. 4º ,II do Decreto 6.481/2008, sobre piores formas de trabalho infantil, c/c art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho.”

#### IV. DO DANO MORAL INDIVIDUAL

Conforme demonstrado, todos menores e adultos explorados pelos Requeridos estavam submetidos às condições mais degradantes de trabalho, sobretudo com trabalho por servidão por dívida e forçados sob pancadas e ameaças de morte.

No entanto, a mais grave ilicitude causada pelos Réus foi a exploração de ADOLESCENTES, que trabalhavam sem condições adequadas nas ruas, vendendo o próprio corpo, como se fossem simples objetos no processo comercial do sexo.

Aliás, todos foram aliciados e traficados pelos Requeridos de outros locais do Estado de Goiás, ou da região geo-econômica de Goiânia para fins de prostituição.

Tudo isso autoriza a afirmação de ocorrência de dano moral, a ensejar medida judicial capaz de punir Réu e defender os interesses dos empregados, aviltantemente desrespeitados e menosprezados no caso em comento, alcançando a função preventivo-pedagógica e punitiva a que se propõe a hodierna jurisprudência, com autorização da doutrina especializada.

Aliás, a matéria não é nova no âmbito do Ministério Público do Trabalho que editou a ORIENTAÇÃO N. 05. Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes. Relação de trabalho ilícita e degradante. Responsabilização por dano moral. A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é relação de trabalho ilícita e degradante e constitui, na forma da Convenção n. 182 da OIT e do Decreto n. 6.481/08, uma das piores formas de trabalho infantil, que ofende não somente a direitos individuais do lesado, mas também e, fundamentalmente, aos interesses difusos de toda a sociedade brasileira. Constitui-se como grave violação da dignidade da pessoa humana e do patrimônio ético-moral da sociedade, autorizando a celebração de Termos de Ajuste de Conduta e propositura de Ações Cíveis Públicas, pelo Ministério Público do Trabalho, para ressarcimento do dano individual indisponível e metaindividual dela decorrente.

Nossa legislação processual acompanha a posição ilustrada, pois que, há tempos, apresenta instrumentos processuais adequados à defesa de interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos; comportando, também, a postulação de reparação de danos morais, nos termos dos arts. 5º V e X da CF/88 e art. 6º, VI e VII e 82, I da Lei 8.078/90.

Nessa ordem de ideias, importa ressaltar que o legislador constituinte inseriu, no Título I da atual Constituição pátria, diversos princípios e objetivos fundamentais de nosso país, conforme elencados nos arts. 1º e 3º, buscando alcançar os seguintes fundamentos: a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e como objetivos, pautou construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, no Título II, arts. 5º ao 17, cuidou de definir os Direitos e Garantias Fundamentais, sendo de se destacar os direitos e garantias previstos nos Capítulos I e II, que tratam, respectivamente, dos direitos e deveres individuais e coletivos e dos direitos sociais, que expressam os valores individuais e coletivos que os constituintes reconheceram como de grande relevância para a sociedade, inserindo-os na Lei Fundamental do País.

É exatamente na esteira desta ordem social que o Direito do Trabalho se ergue, buscando garantir aos trabalhadores a consecução das garantias e dos direitos a que fazem jus, em decorrência da função social que desempenham, principalmente proteger os adolescentes trabalhadores da exploração do trabalho mesmo do sexo. Neste sentido, de incontestável clareza a lição de Plá Rodriguez, in *Princípios de Direito do Trabalho*, tradução de Wagner D. Giglio, São Paulo, LTr, 1978, pp. 272:

“O contrato de trabalho não cria somente direitos e obrigações de ordem exclusivamente patrimonial, mas também pessoal. Cria, de outro lado, uma relação

estável e continuada, na qual se exige a confiança recíproca em múltiplos planos, em direções opostas e, sobretudo, por um período prolongado de tempo.

Para o cumprimento destas obrigações e a adequada manutenção dessas relações, torna-se importantíssimo que ambas as partes atuem de boa-fé. Por isso, se diz que a justificação e a aplicação deste princípio tem um significado, uma duração e uma necessidade muito superiores às que podem ter em contratos que se esgotam em um intercâmbio único de prestações ou em uma simples correspondência de prestações materiais.” (grifou-se)

E, citando texto de Pérez Botija, in Curso de Derecho del Trabajo, Madri, 1948, pp. 176, o autor conclui:

“A relação de trabalho não é um negócio circunstancial, nem uma fugaz transação mercantil, mas contém vínculos sociológicos pessoais e permanentes. Ainda que originada de um fato econômico, não pode resumir-se em direitos e deveres patrimoniais; coexistem vínculos de ordem moral e espiritual que, em uma moderna concepção de trabalho, não devemos desconhecer.” (grifou-se)

Conclui-se, pois, que a prática reiterada, genérica e comprovada do explorador de mão-de-obra infanto-juvenil de submeter seus menores e adultos a maus tratos, aliciando-os (traficando seres humanos) e explorando trabalhos forçados, com servidão por dívida, mutilando seus corpos, violando interesses e direitos juridicamente relevantes para toda a sociedade, configura-se como DANO MORAL com repercussão sobre os trabalhadores diretamente envolvidos, ante o sofrimento psíquico desses empregados por passar por situação vexatória, padecendo de intranquilidade, humilhação e insegurança.

No campo do dano moral a teoria da responsabilidade civil se aplica mediante a imposição de indenizações que têm dupla função: punitiva para o infrator e compensatória para o lesado, seja na seara das ações individuais ou coletivas.

Nesse sentido, decidiu o eg. TRT 17ª Região:

“Embora seja delicada, a compensação in natura do dano moral, porque a lesão provocada nos direitos da personalidade é de difícil reparação natural. A compensação, no entanto, sem reconstituir o patrimônio imaterial danificado destina-se a apagar os efeitos indesejáveis que produziu na pessoa do empregado. Logo, cabe ao juiz, imbuído da prudência, observar as seguintes premissas: a gravidade do ato, ou seja, se o ato foi venal; doloso ou culposos, extensão do sofrimento, vale dizer, se, houve repercussão familiar e social, e, finalmente, a situação econômica do devedor e o caráter pedagógico da sanção que deve precipuamente coibir a reincidência. Presentes essas premissas, sobretudo, pela caracterização de conduta dolosa do agente agressor, cujo ato causou sofrimento que dificilmente, será atenuado, porque refletiu na sua família e na sua vida futura, impõe-se a condenação de R\$ 50.000,00, que se revela compatível com a gravidade da conduta do Réu. TRT 17ª Região RO 5210/99- Ac., 20.03.01. – Rel. Juíza Sônia das Dores Dionísio, Revista LTR 65-08/997).

No presente caso, resta configurado indubitavelmente o dano moral dos menores e adultos explorados pelos Réus, aviltados durante longos anos de seus direitos básicos, inclusive de sua dignidade enquanto pessoa.

O dano moral é aquela lesão sofrida pela pessoa, física ou jurídica, o qual atinge os direitos da sua personalidade. Vale lembrar, que a Constituição Federal estabelece a valorização do trabalho humano na ordem econômica sociedade ( artigo 170).

Aliado a esse pensamento a CF/88 fixou ainda a competência da Justiça do Trabalho para conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre trabalhadores e empregadores e, na forma da lei outras controvérsias decorrentes da relação de

trabalho, incluindo, portanto, o ressarcimento pelos danos morais existente, bem como os litígios que tenham origem no cumprimento de suas próprias sentenças.

A competência material da Justiça do Trabalho, portanto, é fixada em razão da natureza da pretensão deduzida em juízo, ou seja, pressupõe que o dissídio resulte de relação de emprego ou de relação de trabalho.

No que tange, portanto, a atuação da esfera trabalhista, o artigo 114 da CF, afastou qualquer tipo de dúvida sobre a competência para julgamento das ações indenizatórias por danos morais oriundas das relações de trabalho.

E, todo causador de dano tem a obrigação de repará-lo, e nesta assertiva se fundamenta a teoria da responsabilidade que tem como pressupostos: ação ou omissão do agente; culpa do agente quando subjetiva a responsabilidade; relação de causalidade e dano experimentado pela vítima.

Desta maneira, o posicionamento do STF é preciso a este respeito, além de uma jurisprudência farta neste sentido:

A indenização por dano moral trabalhista é amplamente assegurada por preceito constitucional, inciso X, artigo 5º, e a Justiça do Trabalho cabe exercer o encargo da jurisdição, nos termos do artigo 114 da Constituição Federal de 1988, em ação indenizatória de perdas e danos, pois a controvérsia, objeto do ressarcimento do dano sofrido pela reclamada, foi estritamente oriunda da relação jurídica de direito material de natureza trabalhista” (TRT – 6ª Região(BA) – 3ª Turma Rel. Juiz Carlos Coelho RO 827/92. Acórdão 3T- 15953/94, publicado na Ltr 59/1336, outubro/95).

“Dano moral. Ofensa à honra do empregado. O empregador responde pela indenização do dano moral, pela indenização do dano moral causado ao empregado, porquanto a honra e a imagem de qualquer pessoa são invioláveis (artigo 5º, XI, da CF). Esta disposição assume maior relevo no âmbito do contrato laboral porque o empregado depende de sua força de trabalho para sobreviver... A dor moral deixa feridas abertas e latentes que só o tempo, com vagar, cuida de cicatrizar, mesmo assim, sem apagar o registro” ( TRT – 3ª Região(MG) – 2ª Turma Rel. Juiz Sebastião Geraldo de Oliveira RO 3608/94 DJ-MG-II, de 08/07/94 e LTr 60/316, março/96).

Assim, são perfeitamente passíveis de ajuizamento de ação por dano moral em face dos exploradores de mão-de-obra infanto-juvenil e de adultos como são os casos de trabalho escravo debatidos nestes autos, por violar expressamente o estatuído nos artigos 1º, III, 4º, II e 5º, III, todos da CF.

A obrigação de reparação do dano moral, portanto, decorre da configuração de ato ou omissão injusta ou desmedida.

Ocorrido o dano moral na relação de trabalho, forma-se, ope legis, uma relação jurídica obrigacional, assim alinhada – sujeito ativo: a coletividade de trabalhadores lesada, que deve estar representada pelo ente exponencial portador adequado dos interesses lesados (sindicatos e/ou MPT); sujeito passivo: o explorador de mão-de-obra infanto-juvenil escrava, causador do dano, que tem o dever de reparação; objeto: a reparação, que pode ser de natureza não pecuniária (adequação da conduta do infrator às exigências legais, mediante a condenação em obrigações de fazer ou de não fazer), ou pecuniária (pedido de condenação para compensação dos danos morais individualmente sofridos pelos trabalhadores, cumulada ou não com condenação ao pagamento de indenização de dano coletivo).

Em virtude dos constrangimentos morais em razão do abuso praticado pelos Requeridos, e com os fatos declinados da exordial, há provas de que os exploradores de mão-de-obra descumpriram diversas obrigações constitucionais de proteção do direito social.

Diz ainda o artigo 927 do Código Civil Brasileiro: “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano”.

As ações e omissões de LFM e JNP foram inúmeras, a começar pela arregimentação de mão de obra de adolescentes, coagindo, moral e fisicamente, os menores e adultos, além de iludi-los com falsas promessas de boa remuneração e vida melhor, passando a explorá-los como mercadoria do sexo, submetendo-os a verdadeira escravidão moderna porque subordinados a meros serviços, já que tinham que pagar dívidas aviltantes e irreais, o que nunca iriam se livrar.

Há jurisprudências dos Tribunais Regionais do Trabalho que tratam desta matéria, tais como a do tratamento desumano de empregado pelo empregador e também relativa ao transporte de empregado em veículo destinado a transportar animais:

“DANO MORAL. Foi tratado o reclamante ao nível do gado, do semovente, da coisa (res), equiparado a um instrumento de produção que, não obstante ser vivo, em nada difere em última análise, da ferramenta, do objeto, do não humano. A valorização do trabalho, e conseqüentemente do seu prestador, é dever do Estado e de seus súditos” (dr. Frederico Leopoldo Teixeira, juiz do Trabalho, sentença de 1º grau). Na hipótese incide a previsão do art. 483/CLT, rescisão indireta do contrato de trabalho, bem como a indenização por dano moral.

( TRT, RO 6.370/95 – MG, 4ª T., 3ª R., Rel. Juíza Deoclécia Amarelli Dias, DJMG 23-9-95)”

“Empregador que fornece para transporte de seus empregados um veículo destinado a transportar animais, atenta contra sua dignidade, desrespeita-os como seres humanos e denigre sua imagem perante a comunidade; deve, portanto, indenizá-los pelo dano moral causado.

( TRT, RO 6367/95 – MG, 3ª T., 3ª R., Rel. Juiz Levi Fernando Pinto, publ. 3-10-95)”

Os documentos apresentados nesta Regional, além dos depoimentos pessoais, comprovam as práticas ilícitas praticadas pelos Réus e o nexo de causalidade entre as ações e os prejuízos sofridos pelos trabalhadores substituídos.

E, como a força laboral despendida pelos trabalhadores não pode voltar ao seu estado anterior, faz-se necessário, portanto, a reparabilidade pelo dano moral.

O artigo 5º da CF/88, incisos V e X diz:

“Art. 5º – Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

V – é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem;

....

X – são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Quando se trata de dano moral, a reparação não tem o condão de estabelecer o status quo ante, mas sim de compensar através de um valor pecuniário a ser arbitrado

prudentemente pelo juiz, com a finalidade de assegurar à vítima ou lesionado a oportunidade de mitigar o seu sofrimento.

Desta feita, reconhecida a existência do dano moral sofrido pelo empregado, causado por ações e omissões atribuídas ao réu, legalmente impostas e violadas, resta fixar-se o valor da indenização.

Assim o pagamento em dinheiro deve representar para a vítima uma satisfação, de ordem também moral, capaz de neutralizar ou “anestesiá-la” de alguma forma o sofrimento.

E, por ser medida de direito e que melhor se coaduna com a realidade, o pagamento da indenização deve ser feito individualmente a cada trabalhador, em contas individuais e, caso não se consiga tal intento, os recursos deverão ser revestidos ao FAT, dentro do prazo estabelecido.

Assim sendo, considerando a intensidade do sofrimento dos ofendidos, a gravidade, a natureza e repercussão da ação perpetrada pelos Réus, e, ainda, a intensidade do dolo e a responsabilidade solidária dos Réus (art. 2º., parágrafo segundo, da CLT), requer sejam estes condenados por danos morais ao pagamento de indenização equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para cada trabalhador vítima do procedimento danoso dos Reclamados.

#### V – DO DANO MORAL COLETIVO (DANO SOCIAL)

O mesmo fundamento jurídico do dano individual deve ser aplicado para o pleito de dano moral coletivo, contudo vale ressaltar que estamos tratando da esfera transindividual de repercussão do procedimento dos Reclamados em se beneficiar com o trabalho oriundo da exploração econômica do sexo de menores e adultos escravos.

Repita-se, as ações e omissões de LFM e JNP foram inúmeras, a começar pela arregimentação de mão de obra de adolescentes, coagindo, moral e fisicamente, os menores e adultos, além de iludi-los com falsas promessas de boa remuneração e vida melhor, passando a explorá-los como mercadoria do sexo, submetendo-os a verdadeira escravidão moderna porque subordinados a meros serviços, já que tinham que pagar dívidas aviltantes e irreais, o que nunca iriam se livrar.

Os danos morais causados à coletividade devem ser reparados, mediante a condenação no pagamento de uma prestação pecuniária, cujo valor sirva: de um lado para desestimular as violações ao ordenamento jurídico; de outro, contribuir para prover o Estado dos meios materiais necessários ao combate a essa espécie de violação da ordem jurídica, bem como para propiciar à reconstituição dos bens lesados, conforme previsto no artigo 13 da Lei n. 7.347/85.

Os critérios de acima explicitados resultam da adaptação para o dano moral coletivo da lição da professora Maria Helena Diniz para o dano moral individual que ela expressa nestes termos:

“Logo quando a vítima ou o lesado indireto reclama reparação pecuniária em virtude do dano moral que recai, por exemplo, sobre a honra, imagem, ou nome profissional não está pedindo um preço para a dor sentida, mas apenas que se lhe outorgue um meio de atenuar em parte as consequências do prejuízo, melhorando seu futuro, superando o déficit acarretado pelo dano, abrandando a dor ao propiciar alguma sensação de bem-estar, pois, injusto e imoral seria deixar impune o ofensor ante as graves consequências provocadas pela sua falta. Na reparação do dano moral, o dinheiro não desempenha função de equivalência, como no dano patrimonial, porque não se pode avaliar economicamente valores dessa natureza, por isso, tem, concomitantemente, a função satisfatória e a de pena. Se a responsabilidade civil



constitui uma sanção, não há porque não se admitir o ressarcimento do dano moral, misto de pena e de compensação.

É da competência jurisdicional o estabelecimento do modo como o lesante deve reparar o dano moral, baseado em critérios subjetivos (posição social ou política do ofendido, intensidade do ânimo de ofender; culpa ou dolo) ou objetivos (situação econômica do ofendido e do ofensor, risco criado, gravidade e repercussão da ofensa), influências de acontecimentos exteriores ao fato prejudicial...

A reparação do dano moral cumpre, portanto, uma função de justiça corretiva ou sinalagmática, por conjugar, de uma só vez, a natureza satisfatória da indenização do dano moral para o lesado, tendo em vista o bem jurídico danificado, sua posição social, a repercussão do agravo em sua vida privada e social e a natureza penal da reparação para o causador do dano, atendendo à sua situação econômica, a sua intenção de lesar (dolo ou culpa), a sua imputabilidade, etc.” 1

Diante desses parâmetros, cumpre estipular o valor da prestação pecuniária que os réus devem ser condenados a adimplir e esse valor, a nosso juízo, deve corresponder ao valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) multiplicado pelo número de vítimas atingidas com a exploração de trabalho escravo para fins de prostituição de menores de 18 (dezoito) anos em quantidade aproximada de 08 (oito) pessoas, sem contar os outros que fugiram do cárcere dos Requeridos LFM e JNP que chegaram ao conhecimento do Ministério Público do Trabalho, por o número de vítimas pode ser muito mais, o que resulta no importe total de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); pois, além de constituir-se numa reparação pelo dano à moral coletiva, deve representar o efeito punitivo e exemplificativo à requerida para frustrar condutas lesivas futuras.

## VI- DOS PEDIDOS

### 6.1 – Liminarmente:

Ante o exposto, requer o Ministério Público do Trabalho a concessão de liminar sem audiência da parte contrária – sob forma de medida acautelatória (CPC, art. 798) ou sob forma de medida antecipatória satisfativa (CPC, art. 273) para:

- 1) A quebra de sigilo fiscal de todos os Réus, com expedição de mandado à Receita Federal do Brasil, para que apresente a declaração de rendimentos de cada um dos promovidos relativa aos últimos 5 (cinco) anos;
- 2) Expedição de comunicação ao DETRAN-GO e ao registro imobiliário, por meio do sistema eletrônico dos convênios da Justiça do Trabalho, a fim de que informem todos os bens (automóveis e imóveis) de titularidade dos Réus;
- 3) Declaração de indisponibilidade incontinenti do imóvel situado na Rua ..., Goiânia-GO, devendo tal ônus real ser consignado no registro imobiliário para eventual desapropriação judicial (hasta pública), na execução da sentença;
- 4) Quebra do sigilo bancário dos Promovidos, incluindo todas as movimentações financeiras havidas nos últimos 5 (cinco) anos;
- 5) Bloqueio cautelar de todos os bens encontrados (móveis em especial o veículo FORD/ECOSPORT XLT 1.6L, 2005, placa ..., chassi ..., com registro no DETRAN-MG) e imóveis em especial o imóvel registrado 2o. Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia-MG, matrícula ... – PROT ...) até o limite do pedido, devendo os mesmos ficarem afetos ao processo judicial trabalhista até o efetivo trânsito em julgado da sentença condenatória, quando, em sede de execução, poderão ser convolados em penhora;

### 6.2. Definitivamente:

Finalmente, requer o Ministério Público do Trabalho, em julgamento definitivo, a procedência total dos pedidos da ação civil pública para que sejam os Réus condenados solidariamente (art. 2º., parágrafo 2º., da CLT):

6) Que o pedido definitivo da ação civil pública seja julgado procedente, condenando-se solidariamente os Réus nos danos morais, no importe de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) em favor de cada trabalhador substituído.

7) Seja, ainda, condenados solidariamente dos Requeridos ao pagamento da quantia de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), a título de reparação pelos danos causados aos direitos difusos e coletivos dos trabalhadores, corrigidos monetariamente cujo produto será revertido em favor da minoria explorada, onde as entidades e beneficiários dos bens revertidos serão indicados pelo Ministério Público do Trabalho, na fase de execução da sentença condenatória.

Também requer o Parquet, por via adequada, a citação dos Requeridos, por meio de oficial de Justiça da AGÊNCIA PRISIONAL – CEPAGO – COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, no endereço acima citado.

Requer, ainda, a produção de todos os meios de prova em direito admitidos, especialmente o depoimento pessoal do representante dos Requeridos, sob pena de confissão, além da juntada de documentos e oitiva de testemunhas – conforme rol abaixo - e outras de entendimento desse d. Juízo.

Por derradeiro, requer a intimação pessoal dos atos processuais proferidos no presente feito, na pessoa de um dos membros do Ministério Público do Trabalho, na forma do art. 84, inciso IV, da Lei Complementar n. 75/93 de 20/05/93 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), bem como do art. 236, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil.

Dá-se à causa o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Termos em pede deferimento.

Goiânia – GO, 10 de dezembro de 2012.

ORIGINAL ASSINADO

ANTONIO CARLOS CAVALCANTE RODRIGUES

Procurador do Trabalho

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

TERCEIRA VARA DO TRABALHO DE GOIÂNIA-GO

Rua T-51 esq. c/ T-1, Setor Bueno, CEP 74215-901 Fone: 3901-3446

PROCESSO: ACP 0002526-85.2012.5.18.0003

REQUERENTE: MINISTERIO PÚBLICO DO TRABALHO

REQUERIDO(A): LFM

**DESPACHO**

Vistos.

Trata-se de Ação Civil Pública, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, tendo como requerente

**MINISTERIO PÚBLICO DO TRABALHO** e como requeridos **LFM** e **JNP**.

Informa o MPT que os requeridos encontram-se presos na AGÊNCIA PRISIONAL – CEPAIGO – COMPLEXO PRISIONAL DE APARECIDA DE GOIÂNIA, acusados de prática dos crimes de exploração de pessoas em condições análogas a de escravo e aliciamento e tráfico de pessoas para fins de exploração de trabalho na prostituição.

Requer do Poder Judiciário Trabalhista a reparação dos danos sociais causados durante anos de trabalho incessante com, ante a exploração vexatória do trabalho das vítimas, trabalhadores do sexo, ensejando também a exigência do fiel cumprimento da legislação pátria.

Requer, diante da gravidade dos fatos narrados às fls. 02/30, medida acautelatória (CPC, art. 798) ou sob forma de medida antecipatória satisfativa (CPC, art. 273).

Junta documentos às fls. 31/534 e CD.

É o breve relatório.

Analisa-se.

Inicialmente, tendo em vista as questões aqui postas decreto que o presente feito passe a tramitar sob segredo de justiça. Atente a Secretaria.

O art. 273 do CPC dispõe que:

“Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.”

Analisando-se os autos, entendo que pela gravidade da matéria discutida e os documentos trazidos pelo douto MPT, estão presentes os requisitos previstos em lei, portanto, defere-se o pedido de antecipação de Tutela requerida.

Proceda-se à quebra de sigilo fiscal dos réus LFM (CPF: ...) e JNP (CPF: ...) utilizando-se os convênios INFOJUD.

Proceda-se pesquisa no convênio RENAJUD, trazendo aos autos eventuais informações de automóveis pertencentes aos requeridos (em especial o veículo FORD/ECOSPORT XLT 1.6L, 2005, placa ..., chassi ..., com registro no DETRAN-MG), procedendo-se sua restrição administrativa, caso pertencente aos requeridos.

Oficie-se aos CRIs desta capital e ao 2º CRI de Uberlândia-MG, solicitando informações, no prazo de 10 dias, acerca da eventual existência de imóveis de propriedade dos requeridos nessa Ação Civil Pública, e caso positivo, deverá o

respectivo CRI proceder a ..., Goiânia-GO e o imóvel registrado no 2o. Ofício de Registro de Imóveis de Uberlândia- MG, sob matrícula ... – PROT ...-29/08/2003, caso pertencentes aos requeridos).

Expeça-se ofício ao Banco Central do Brasil, Setor Bancário Sul (SBS) Quadra 3 Bloco B - Ed. Sede Brasília-DF, CEP: 70074-900, requerendo o envio, no prazo de 10 dias, de todas as movimentações financeiras havidas nos últimos 5 (cinco) anos dos requeridos.

Retire-se o feito do dia 11/03/2013.

Aguarde-se o integral cumprimento da antecipação de tutela concedida.

Após, retornem-se os autos CONCLUSOS para designação de audiência e notificação das partes.

Dê-se vista ao MPT.

Goiânia, 18 de dezembro de 2012, terça-feira.

Assinado eletronicamente

MÃNIA NASCIMENTO BORGES DE PINA

Juíza do Trabalho

## **RESUMEN DE LA TESIS EM ESPAÑOL**

### **INTRODUCCIÓN**

El presente trabajo tiene por objetivo realizar un estudio detallado acerca del tráfico de mujeres brasileñas para explotación sexual en España, a partir de una visión crítica y emancipadora, fundamentada en la teoría crítica de los derechos humanos del recordado profesor Joaquín Herrera Flores. Se trata de un tema de fundamental importancia mundial, dado el gran índice de tráfico de personas que sucede en la actualidad.

Los derechos humanos, infelizmente, están siendo cada vez más mitigados y reducidos, siendo necesaria una lucha diaria e intensa para que esta realidad sea cambiada. No hay duda de que varios autores, juristas y pensadores están debatiendo sobre el asunto. El tema está en evidencia. Hay defensores de los derechos humanos propagados por el mundo, hay organismos internacionales destacados apenas para analizar y juzgar denuncias acerca del tema, hay normas nacionales e internacionales que garantizan los derechos, los Gobiernos discuten las medidas que serán adoptadas, pero infelizmente la falta de respeto a los derechos humanos aumenta prolongadamente. A pesar de haber normas jurídicas y debates acerca del tema, se observa que ellos no son suficientes para combatir el tráfico de seres humanos, en especial para la explotación sexual. Por lo tanto, no bastan soluciones inmediatas y paliativas. Se hace necesario analizar el origen del problema, lo que se está haciendo, debido a que las providencias adoptadas no son suficientes, para que de esta manera se propongan medidas que hagan la diferencia, que cambien la realidad y el día a día de todas las personas involucradas.

Surge, así, el presente trabajo, que intenta la búsqueda de soluciones para este grave problema, no limitándose a resoluciones meramente legales y aisladas, sino también, sociales, económicas, políticas y culturales, pues solo por medio de una evaluación global, interconectada y multidisciplinar será posible implementar medidas que efectivamente puedan contribuir para el combate de esta gran afrenta a los derechos básicos y elementales de todos los seres humanos.

Además, el hecho de que esta estudiante de doctorado es miembro del Ministerio Público del Trabajo en Brasil, ha permitido la realización de un análisis y discusión de lo que está siendo hecho por este Órgano Público en Brasil, dentro de sus atribuciones legales,

trayendo ejemplos y propuestas de actuación que puedan de hecho contribuir para el combate del tráfico de seres humanos.

Por tales razones que este tema fue escogido, ya que se hace necesario el análisis de diversos elementos y la implementación de diversos cambios en conjunto para que se pueda cambiar la realidad, como decía Joaquín HERRERA FLORES.

Por lo tanto, el principal objetivo del presente trabajo es presentar propuestas para que, por medio de la aplicación de la teoría crítica de derechos humanos, haya un combate al tráfico de personas, que sea garantizada la dignidad de las mujeres traficadas y se busque un cambio social, cultural, económico, jurídico y político, apuntándose a la formación de sujetos emancipados, que tengan acceso igualitario a los bienes necesarios para vivir con dignidad, independientemente de cualquier estigma o discriminación.

Para ello, se buscó con el presente trabajo respuestas a diversas preguntas que se impregnan en el asunto, tales como: ¿Qué son los derechos humanos? ¿Es suficiente la aplicación de los elementos de la teoría tradicional de derechos humanos para combatir el tráfico de seres humanos? ¿Cuál es la diferencia entre la teoría tradicional y la teoría crítica de derechos humanos? ¿Mediante la aplicación de la teoría crítica de derechos humanos es posible cambiar la realidad hoy existente? ¿Por qué el tráfico de mujeres para la explotación sexual es el que más ocurre en la actualidad? ¿Cuáles son las causas históricas que contribuyen para que el tráfico de mujeres suceda? ¿Cuáles son las teorías relacionadas al feminismo y al trabajo sexual? ¿Por qué el trabajo de la mujer siempre fue y todavía es el más desvalorizado? ¿Cuáles son los modelos adoptados actualmente acerca del trabajo sexual y cuáles son las consecuencias para el tráfico de mujeres? ¿Cuáles son las garantías jurídicas actualmente existentes a nivel internacional y nacional, en Brasil y en España, acerca de este tema? ¿Son ellas suficientes para erradicar el tráfico de seres humanos? ¿Cuáles son las medidas que pueden ser implementadas para garantizar con mayor efectividad los derechos humanos y para combatir el tráfico de personas? ¿Cuáles son las propuestas sociales, culturales, económicas, políticas y jurídicas que pueden cambiar esta realidad? ¿Cuál es el papel del Ministerio Público en Brasil y en el derecho comparado, en especial del Ministerio Público del Trabajo brasileño? ¿Qué ya viene siendo hecho y que todavía podría hacer el Ministerio Público de Trabajo para implementar los derechos humanos y combatir el tráfico de personas, en especial el tráfico para la explotación sexual de las mujeres?

Buscando presentar las respuestas a todas estas preguntas, se utilizaron enfoques metodológicos diversos, los cuales son, con relación a los fines, explicativo (a fin de justificar las razones para la existencia de algunos factores), metodológico (identificar los instrumentos utilizados para la manipulación de la realidad), aplicado (con el fin de buscar soluciones prácticas para diversos problemas concretos), intervencionista (con el fin de interferir en la realidad estudiada, buscando cambiarla y transformarla). Ya al respecto de los medios, los enfoques metodológicos utilizados fueron investigación bibliográfica, documental y descriptiva.

Todo el marco jurídico existente acerca del tráfico de seres humanos no es suficiente para combatir tamaña atrocidad. Los números del tráfico de seres humanos no permiten otra conclusión. Entonces ¿Qué debemos hacer? ¿Cuál es la solución para erradicar este grave problema? Con el fin de encontrar las respuestas a tantas preguntas, se busca el estudio de otros elementos, fundamentos y bases teóricas, a fin de investigar si es posible cambiar la realidad actual. Para ello, se realiza un estudio profundo de la teoría crítica de derechos humanos, comparándola con la teoría tradicional. Se parte de tres fundamentos: el qué son los derechos humanos, el porqué de esos derechos, y cuál es su finalidad. Con este análisis se pretende demostrar que las garantías actuales no son suficientes para garantizar los derechos y la dignidad de estas trabajadoras traficadas, porque están iludidas en bases tradicionales, siendo necesario, por lo tanto, partir para un nuevo presupuesto, un nuevo paradigma, que es la teoría crítica de derechos humanos, fundamentada en los enseñamientos de Joaquín HERRERA FLORES, que es el marco teórico del presente trabajo.

El diamante ético, figura creada por el ilustre Joaquín HERRERA FLORES , tiene por objetivo facilitar a las partes del proceso educativo y a los actores sociales una imagen más completa y sencilla posible de los elementos que componen la realidad de los derechos, pretendiendo afirmar la indiscutible interdependencia entre los múltiples componentes que definen los derechos humanos en el mundo contemporáneo.

El diamante ético posee tres capas, con la finalidad de demostrar tres dimensiones siempre en movimiento, de forma que sus componentes estén interrelacionados y sean visibles en todos los puntos de vista en que sean colocados, estas dimensiones estas impulsadas tanto por categorías teóricas (eje vertical) como por categorías prácticas (eje horizontal). Se analizan todos los elementos del diamante ético, por entender que son indispensables en la lucha contra el tráfico de mujeres para la explotación sexual.

El tráfico de seres humanos sucede principalmente para la explotación sexual de mujeres, niños y hombres, para la remoción de órganos, para la adopción de niños y para la sumisión a condiciones análogas a la de esclavo o la de servidumbre.

Considerando que el tráfico de mujeres para la explotación sexual es lo que más sucede en la perspectiva del tráfico de seres humanos, se realiza un estudio de los elementos históricos que explican este hecho, dividiéndose en dos perspectivas: la primera de género, con la profundización en cuestiones vinculadas a las teorías relativas al feminismo, al patriarcalismo, a la división entre lo público y lo privado y a la división sexual del trabajo, y la segunda económica, relativa a la esclavitud contemporánea, a la lógica del mercado, al ser humano siendo considerado mero objeto y al criterio de la riqueza humana, orientado al rescate del humano.

Este estudio demuestra que la mujer hace mucho tiempo es sometida a situaciones de dominación, debido a la sociedad patriarcal en que vivimos y a varios instrumentos utilizados incluso de forma inconsciente, para mantener tal dominación, citando apenas como ejemplo, el poder simbólico, muy bien conceptualizado por Pierre BOURDIEU .

Es relevante esclarecer que se parte del presupuesto de que el trabajo sexual prestado libremente no implica la venta de la mujer o de su cuerpo, pero sí la mera prestación de servicios con la utilización de su fuerza de trabajo, como en cualquier otra profesión. Este presupuesto es de fundamental importancia, porque en el desarrollo del presente trabajo se pretende combatir el tráfico de mujeres para la explotación sexual, pero no el trabajo sexual desarrollado libremente por la mujer, por su elección, por entender que el respeto a la opción de elegir de la mujer garantiza su fortalecimiento como ser humano y a su dignidad.

Además, debe ser presupuesto para el lector el hecho de que el combate al tráfico de mujeres es efectuado de forma rígida, no porque se estuviese victimando a la mujer que desempeña la prostitución y no aceptando su elección, sino por considerar que el consentimiento dado por una mujer sometida al tráfico y a condiciones degradantes a su dignidad no puede prevalecer, ya que es viciado, por afrontar las mínimas condiciones de sobrevivencia digna.

Es importante citar también que solamente se hablará en este trabajo académico de trabajadoras del sexo debido a que el ámbito de la investigación está limitado a mujeres que son traficadas para explotación sexual, lo que no significa negar, por evidente, que



hombres también sean sujetos a este tipo de situación, a pesar de que en un porcentaje muy inferior.

Las teorías acerca del trabajo sexual y los modelos adoptados actualmente en Brasil, España, Holanda, Alemania y Suecia y sus consecuencias en el tráfico de seres humanos deben ser analizadas de forma crítica, ya que el resultado de investigaciones realizadas en estos países demuestran, a priori y en una visión parcial y sin examen del contexto, una disminución del tráfico de mujeres y de la prostitución clandestina en países con legislación más rígida, como es el caso de Suecia, y un aumento en aquellos países que no criminalizan la práctica de la prostitución, como en Holanda y Alemania. Así pues, teniendo por fundamento la teoría crítica de derechos humanos, es posible llegar a conclusiones diversas y contra hegemónicas acerca del resultado de las investigaciones, así como también presentar propuestas inéditas y nuevas, buscando una mayor efectividad en el combate al tráfico de mujeres para la explotación sexual y en la garantía de los derechos y de la dignidad de estas trabajadoras del sexo.

El estudio de la legislación internacional y nacional, de Brasil y de España sobre el tema es fundamental para que se pueda analizar cuáles son las medidas hoy existentes y porque su aplicación no reduce los números del tráfico de personas. Se analiza, a nivel internacional, el sistema normativo global de protección de los derechos humanos, en el ámbito de las Naciones Unidas, siendo este sistema integrado por instrumentos de alcance general y de instrumentos de alcance específicos, como las Convenciones Internacionales, así como los sistemas regionales de protección, europeo, interamericano y africano. En el ámbito de la legislación interna de España, se analiza su Constitución, su legislación penal, su Estatuto de Los Trabajadores y su jurisprudencia. Ya con relación a la legislación brasileña, es realizado el estudio de la Constitución Federal Brasileira de 1988, del Código Penal en vigor, de la Ley María da Penha como importante resultado de luchas sociales, de las normas de trabajos al respecto del tema y la respectiva jurisprudencia dominante, de la Política Nacional de Enfrentamiento al Tráfico de Personas, del Plano Nacional de Enfrentamiento al Tráfico de Personas – PNETP – y de la legislación aplicable a las trabajadoras brasileñas que son traficadas para prestar servicios en España.

Mediante el estudio de las medidas hoy existentes, se concluye que hay una necesidad de cambios, de buscar soluciones innovadoras e interconectadas, que puedan efectivamente dar a estas personas traficadas condiciones de vivir con dignidad, sin estigmas

o discriminaciones. Las propuestas deben ser multidisciplinarias, ya que las garantías aisladas no conseguirán resolver este gran problema, siendo colocadas propuestas de actuación jurídica, política, económica, social y cultural.

Entre los diversos Órganos Públicos que trabajan con esta problemática, se analiza la actuación del Ministerio Público en Brasil y en algunos países como Francia, España, Italia, Portugal, Argentina y Estados Unidos, en especial del Ministerio Público del Trabajo brasileño, en el combate al tráfico de mujeres para la explotación sexual, buscando la garantía de los derechos humanos. El Ministerio Público en Brasil es considerado por algunos doctrinadores el cuarto Poder, al lado de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, teniendo un relevante papel en la búsqueda de mejores condiciones de trabajo y en la garantía de los derechos humanos y sociales de todos los trabajadores, independientemente de su nacionalidad. Para eso, es fundamental conocer qué es el Ministerio Público del Trabajo, cuáles son sus atribuciones legales, cuáles son sus instrumentos de actuación, extrajudicial y judicial, la posibilidad de actuación conjunta con otros órganos públicos, así como las medidas que vienen siendo adoptadas y los casos prácticos de actuación.

De esta forma, en el primer capítulo de este trabajo se realiza un estudio de la teoría crítica de derechos humanos, comparándola con la teoría tradicional, así como del diamante ético, creado por el profesor Joaquín HERRERA FLORES. Se pasa para el estudio de las teorías acerca del trabajo sexual y de los modelos adoptados actualmente en Brasil, España, Holanda, Alemania y Suecia y sus consecuencias en el tráfico de seres humanos, analizando los resultados de las investigaciones por medio de una visión crítica.

En el segundo capítulo, se analiza el tráfico de seres humanos, profundizándose en la cuestión específica del tráfico de mujeres para la explotación sexual. Se realiza un estudio de los elementos históricos que explican este hecho, dividiéndose en dos perspectivas: la primera de género (teorías relativas al feminismo, al patriarcalismo, a la división entre lo público y lo privado y a la división sexual del trabajo), y la segunda económica, bajo las perspectivas de la esclavitud contemporánea y del criterio de la riqueza humana.

Después de este análisis histórico, en el tercer capítulo, se parte para el estudio de la legislación internacional acerca del tema, así como interna de España y de Brasil. A nivel internacional, se analiza el sistema normativo global de protección de los derechos humanos, en el ámbito de las Naciones Unidas, siendo este sistema integrado por instrumentos de

alcance general (la Declaración Universal de Derechos Humanos, el Pacto Internacional de los Derechos Civiles y Políticos y el Pacto Internacional de los Derechos Económicos, Sociales y Culturales) y de instrumentos de alcance específicos, como las Convenciones Internacionales, así como los sistemas regionales de protección, europeo, interamericano y africano. Después, se investiga acerca de las convenciones que dicen respecto al tráfico de mujeres para la explotación sexual y a la discriminación de la mujer, motivo por el cual son analizadas, detalladamente, las siguientes normas internacionales: Convención para la Represión del Tráfico de Personas y de Explotación de la Prostitución Ajena, Convención sobre todas las formas de discriminación contra la mujer, Declaración Sobre la Violencia Contra las Mujeres, Protocolo Adicional a la Convención de las Naciones Unidas contra el Crimen Organizado Transnacional Relativo a la Prevención, Represión y Punición del Tráfico de Personas, en especial Mujeres y Niños (Protocolo de Palermo), Convención Internacional para la protección de los Derechos Humanos de todos los trabajadores migrantes y miembros de sus familias, Protocolo contra Contrabando de Migrantes por tierra, mar y aire, que es un complemento a la Convención de las Naciones Unidas contra el Crimen Organizado Transnacional. En el ámbito regional, se analiza la Convención interamericana de 1988 sobre el tráfico internacional de menores y la Convención Interamericana para Prevenir, Punir y Erradicar la Violencia contra la Mujer. Todavía, en el tercer capítulo, se analiza la legislación interna de España, de su Constitución, de la legislación penal y de su Estatuto de Los Trabajadores y su jurisprudencia. Se parte para la legislación brasileña, con el estudio de la Constitución Federal Brasileña de 1988, del Código Penal en vigor, de la Ley María da Penha como importante resultado de luchas sociales, de las normas de trabajo respecto del tema y respectiva jurisprudencia dominante, de la Política Nacional de Enfrentamiento al Tráfico de Personas, del Plano Nacional de Enfrentamiento al Tráfico de Personas – PNETP – y de la legislación aplicable a las trabajadoras brasileñas que son traficadas para prestar servicios en España.

En el cuarto capítulo, son realizadas propuestas visando a una mayor efectividad en el combate al tráfico de mujeres para la explotación sexual y en la garantía de los derechos y de la dignidad de estas trabajadoras, trayendo propuestas jurídicas, sociales, económicas, culturales y políticas.

Por fin, en el quinto capítulo, se ha hecho un análisis del Ministerio Público en Brasil y en el derecho comparado, especialmente del Ministerio Público del Trabajo brasileño, así como son colocados ejemplos de actuación en cuestiones relativas al tráfico de personas.

Son detallados los instrumentos de actuación judicial y extrajudicial y lo que puede ser hecho por ese Órgano de tamaño relevancia social y política.

Así pues, con el objetivo de combatir el tráfico y de garantizar la dignidad de estas mujeres es que se busca, con este trabajo, un cambio social, cultural, económico, jurídico y político, buscando la creación de sujetos emancipados, que tengan acceso igualitario a los bienes necesarios para vivir con dignidad, independientemente de cualquier prejuicio, estigma o discriminación.

## **BREVE RESUMEN Y CONCLUSIONES**

El tráfico de seres humanos, en especial de mujeres para la explotación sexual, es una realidad presente en nuestra sociedad. Las mujeres son las principales víctimas de esta situación, ya que, como fue relatado, 98% (noventa y ocho por ciento) del tráfico con fines sexuales es de personas del sexo femenino, siendo una de las principales fuentes del crimen organizado, rindiendo más de 32 (treinta y dos) billones de dólares por año.

Los números dejan claro que se trata de un problema para ser enfrentado con urgencia y efectividad, motivo por el cual fue escogido este tema para la presente tesis de doctorado, buscando, con base en la teoría crítica de derechos humanos, traer propuestas efectivas para el combate a tremenda atrocidad contra los derechos humanos.

La teoría tradicional de derechos humanos no fue considerada hábil para combatir el tráfico de mujeres y para garantizar los derechos de estas trabajadoras, existiendo la necesidad de trabajar con otro parámetro, el cual es la teoría crítica de derechos humanos, fundamentada en la figura del diamante ético, construida por el profesor Joaquín HERRERA FLORES.

Se procedió, por lo tanto, a analizar la teoría crítica de derechos humanos, base de este trabajo, su concepto y sus fundamentos, comparándola con la teoría tradicional, a fin de constatar si su aplicación podría alterar la perspectiva hoy vivida.

Es de extrema claridad la comparación utilizada por Joaquín HERRERA FLORES, entre la teoría de Aristóteles, colocada en su libro *La Metafísica*, la teoría tradicional y la crítica de derechos humanos, expuesta en la clase de clausura del Maestro Oficial en Derechos Humanos, Interculturalidad y Desarrollo, el día 26.03.08. Teniendo por base la teoría de Aristóteles, que utiliza como imagen una copa de bronce y trabaja con la teoría de las causas, estableciendo la existencia de cuatro causas que constituyen los fenómenos, el ilustre profesor Joaquín HERRERA FLORES realiza un análisis comparativo entre esta y la teoría tradicional (liberal, individualista y abstracta de derechos humanos), y la teoría crítica (deontológica) de derechos humanos. Se parte, entonces, de cuatro planos, denominándolos de material (la materia, del que es hecho el objeto), eficiente (quien lo hace), formal (lo que hace con que el objeto sea lo que es) y finalmente (fin y objetivo para que debe servir este objeto).

En el plano material, se responde a la pregunta: “¿de qué es hecho?”. En el caso de la copa de bronce, la respuesta lógica es que es hecha de bronce. Para la teoría tradicional, la respuesta afirma que los derechos humanos son los derechos previstos en las normas de carácter internacional, de forma que se inicia por la propia norma. O sea, se empieza por la consecuencia y no por las causas en sí, que desaparecen. Así pues, tenemos derecho a tener derechos, los derechos ya están puestos y es necesario defenderlos y no crearlos. Para la teoría crítica de los derechos humanos, estos son resultados de procesos de lucha para el acceso igualitario a los bienes, con el fin de satisfacer las necesidades materiales e inmateriales. No se parte de los derechos, que vendrán después, sino de los procesos de luchas que originan y justifican la jurisdicción y la garantía de esos derechos, lo que no significa, poner en evidencia, la negativa de derechos y garantías jurídicas. Aquí se tiene la idea de autonomía positiva, con la necesaria construcción de poder y de condiciones materiales para el acceso a los bienes, de forma que los derechos no están todos hechos y contruidos, sino en proceso de creación.

En el plano eficiente, se responde a la pregunta: “¿quién lo hace?”. En el caso de la copa de bronce, la respuesta es el artesano o artista. En el caso de la teoría tradicional de derechos humanos, son los juristas, que son los especialistas que dicen lo que son los derechos o que interpretan estos derechos, inclusive en los parlamentos, ya que los parlamentarios, en su mayoría, poseen formación jurídica. Y para la teoría crítica la respuesta es mucho más amplia, ya que son los actores sociales que luchan por la dignidad (movimientos sociales, grupos sociales, juristas, abogados que se articulan, organizaciones no gubernamentales, sindicatos, etc.), no estando restringido al ámbito jurídico.

En el plano formal, se debe responder a la pregunta: “¿lo qué hace con que el aludido objeto sea lo que él es?”. En el caso de la copa de bronce, la respuesta dice respecto a la concavidad de la copa. La copa puede tener muchas formas, pero lo que hace que una copa sea una copa es su concavidad. Para la teoría tradicional, son abstracciones, ya que la teoría es opacada por silencios estructurados y los derechos ya están fundamentados, siendo necesarios solamente organismos internacionales que los apliquen y reconozcan. A partir de ahí, surgen las generaciones de derechos y la Ley siendo la fuente más importante del derecho. Para la teoría crítica, la respuesta está en los compromisos y deberes que surgen de las luchas que originan los derechos humanos, además de los contextos en que se sitúan. O sea, todos deben tener derechos y garantías que resultan de las luchas sociales, pero no tienen estos derechos

por la mera razón de existir, ya que hay un componente cultural y político que hace con que las normas surjan.

En el plano final, se debe responder a la pregunta: “¿para qué sirve?”, “¿cuál es el objetivo?”. En el caso de la copa de Aristóteles, sirve para beber o para colocar algo en un recipiente cóncavo. Para la teoría tradicional de derechos humanos, la respuesta está en la dignidad, pero en la dignidad reducida a los derechos fundamentales, conforme enseña Luigi FERRAJOLI :

Son derechos fundamentales todos aquellos derechos subjetivos que corresponden universalmente a todos los seres humanos en cuando dotados del status de personas, de ciudadanos o personas con capacidad de trabajar; entendiendo por derecho subjetivo cualquier expectativa positiva (de prestaciones) o negativa (de no sufrir lesiones) adscrita a un sujeto por una norma jurídica; y por status la condición de un sujeto, prevista asimismo por una norma jurídica positiva, como presupuesto de su idoneidad para ser titular de situaciones jurídicas y/o autor de los actos que son ejercicio de éstas.

Ya para la teoría crítica de derechos humanos, la finalidad también es la dignidad, pero la dignidad material, con un círculo de garantías abiertas, donde se pueda trabajar no solamente con garantías jurídicas (derechos fundamentales y derecho internacional de derechos humanos), sino también garantías sociales, económicas, culturales y políticas. Hay un compromiso de lucha por el acceso igualitario y no jerárquico a los bienes, a la dignidad material.

La figura del diamante ético fue creada por el profesor Joaquín HERRERA FLORES , con el objetivo de facilitar a las partes del proceso educativo y a los actores sociales una imagen más completa y sencilla posible de los elementos que componen la realidad de los derechos, pretendiendo afirmar la indiscutible interdependencia entre los múltiples componentes que definen los derechos humanos en el mundo contemporáneo.

El diamante ético posee tres capas, a fin de demostrar tres dimensiones siempre en movimiento, de forma que sus componentes estén interrelacionados y sean visibles en todos los puntos de vista en que sean colocados. Son los derechos humanos vistos desde una perspectiva crítica y contextualizada, convirtiéndose no en una joya rara para ser contemplada, sino en el resultado de luchas que se van sobreponiendo a lo largo del tiempo y

que son impulsadas tanto por categorías teóricas (eje vertical) como por categorías prácticas (eje horizontal).

La primera capa está integrada por teorías, instituciones, fuerzas productivas y relaciones sociales de producción. Se trata del conjunto de elementos que componen los procesos sociales y económicos.

Teorías, así consideradas a las diversas formas de ver un proceso o una cosa y que da una idea de ella, debiendo siempre tener en mente que no hay una sola teoría sobre los derechos, que dichas teorías se articulan con las prácticas sociales de los agentes sociales y que las teorías constituyen y reproducen prácticas y formas concretas de producción y reproducción cultural y social. En el caso del tráfico de mujeres para la explotación sexual, el elemento teoría abarcaría el análisis de las teorías que impulsan y que justifican porque el tráfico de mujeres para la explotación sexual es el que más ocurre en la perspectiva del tráfico de personas, pasando necesariamente por la cuestión del patriarcalismo, tan presente en nuestra sociedad, y de la cosificación del ser humano. Se hace necesario analizar las diversas formas de ver la prostitución y el tráfico de mujeres y con base en las luchas sociales oriundas de este grupo vulnerable, construir una teoría que efectivamente traiga dignidad a estas mujeres. Tener claro que la discriminación hoy vivida por las mujeres está arraigada en producciones y reproducciones culturales y sociales, con diversos prejuicios y estigmas que solamente pueden ser sacados con un cambio social desde el origen.

Instituciones, así consideradas aquellas normas, reglas y procedimientos que articulan jerárquica y burocráticamente la resolución de un conflicto o a satisfacción de una expectativa. Así, se torna inexcusable el conocimiento de las instituciones, ya que estas dan el soporte a la estructura cognitiva, siendo resultado jurídico, político económico o social de una determinada forma de entender los conflictos sociales, de forma que hablar de institución es hacerlo desde las relaciones de poder que priman en el momento histórico concreto en que vivimos. En el caso de la prostitución y del tráfico de mujeres, algunas instituciones aparecen de forma sustancial, como es el caso del Estado, que transforma estas mujeres en invisibles, por la forma en que trata la prostitución por medio de su legislación, con total negligencia y ausencia de garantías; la familia, por la forma en que la mujer es colocada en el ámbito privado y discriminada, siendo prácticamente aislada de otras oportunidades en el ámbito público, que pueden generar reconocimiento social, mejores salarios y mejores condiciones de vida; la iglesia, que también discrimina a la mujer y considera “pecado” cualquier actitud que,



dentro del concepto de la iglesia, atente contra la moral y las buenas costumbres, y cualquier acto que pueda colocar a la institución “familia” en riesgo; y a la sociedad, que discrimina a las mujeres que trabajan con la prostitución, creando estigmas y no cuestionando la actitud de los hombres que son los clientes y que justifican la prostitución.

Fuerzas productivas, consideradas como las tecnologías, tipos de trabajo y procesos económicos que llevan a la producción de un bien o servicio. Aquí hay una fundamental importancia en analizar la fase en que vivimos, de acumulación deliberada del capital, en la transformación del lucro en primer objetivo irrestricto de las empresas, a costa, si es necesario, de la salud, de la vida del trabajador y de su familia, con la desconsideración total del humano y con la mercantilización del trabajador. Además de eso, la estructura jerárquica y discriminatoria vivida con la clara división sexual del trabajo, de forma que aquellos que producen no son aquellos que consumen, volviéndose cada vez más alejados de las esferas económicas.

Relaciones sociales de producción, como forma de relacionarse de quien interviene en la producción de los bienes y servicios, tanto entre ellos mismos como con la naturaleza, lo que determinará la forma de acceso a los bienes. La relación entre los individuos será muy diferente si estuviera delante de un sistema productivo en que los trabajadores tienen sus derechos básicos garantizados o de un sistema productivo en que tales derechos son considerados como costos empresariales, que deban ser reducidos para conseguir la adaptación rápida y competitiva a las necesidades variables del mercado. En el caso del tráfico de mujeres y de la explotación sexual, la discriminación existente y la total ausencia de protección estatal hacen con que estas relaciones sociales de producción sean cada vez más excluyentes, ya que la ausencia de protección estatal contribuye con el aumento del estigma y de la visión social discriminatoria.

La segunda capa está compuesta por posiciones, disposiciones, narración e historicidad. Se trata del carácter impuro de los derechos humanos.

Posiciones, así entendidas como el lugar ocupado en las relaciones sociales y que determina la forma de acceso a los bienes, ya que las personas y los grupos sociales tendrán una visión diferente de los derechos humanos en función de sus posiciones. O sea, el lugar material ocupado en los procesos de exclusión social, siendo que esta posición puede ser subordinada o privilegiada por tales procesos de división. Esta posición determinará la forma

a partir de la cual se accede a los bienes necesarios para vivir con dignidad. La posición no está determinada apenas por el capital económico, sumándose a este las llamadas capacidades sociales (suma de relaciones que uno puede aportar en su ámbito personal o en el lugar donde realiza su trabajo) y las capacidades culturales/simbólicas (formación adquirida en toda etapa de aprendizaje y que permite interconectar el trabajo productivo con los conocimientos acumulados y la siempre creciente capacidad cultural). En el caso de las mujeres sometidas al tráfico, esta posición es subordinada, no privilegiada, situándose en un ámbito de exclusión social, sea como resultado de la situación social, en general, de la pobreza en que viven antes de ser sometidas al tráfico, sea en cuanto a su discriminación, como mujer, sea en fase de su mercantilización como mero objeto de consumo, sea como resultado de la división sexual del trabajo.

Disposiciones, consideradas como consciencia de la situación que se ocupa en el proceso de acceso a los bienes y consciencia de cómo se actúa dentro de este dicho proceso. Esta tomada de consciencia va a permitir realizar un tipo emancipador o conservador de práctica social. Si hay consciencia de que están siendo explotados o excluidos de los beneficios que son producidos con sus respectivos trabajos cotidianos, se puede aceptar y asumir pasivamente la situación o resistir y esforzarse para poner en práctica propuestas alternativas. Se deben desarrollar disposiciones que tengan en cuenta las diferentes formas de percibir, narrar y actuar en el mundo, o sea, las diferentes formas de luchar por una vida digna de ser vivida. En el caso de las mujeres sometidas a la explotación, como fue visto en la primera parte de este trabajo, existe un poder simbólico inculcado en la sociedad (hombres y mujeres), poder este considerado invisible, ejercido con la complicidad de aquellos que no quieren o no consiguen saber que están sujetos a este poder. El patriarcalismo está muy arraigado en nuestra sociedad, de forma que las mujeres, muchas veces, se encuentran en una disposición de falta de consciencia, siendo la dominación y la discriminación consideradas “normales”. Es evidente que, paralelo a este proceso, también sigue otro de retomada de consciencia por parte de este grupo vulnerable, con posibilidad de cambio social de forma emancipadora y no conservadora. Se debe, entonces, dar poder a estas mujeres para tal toma de consciencia y para que su disposición pueda ser utilizada para proponer ideas alternativas a las existentes, produciendo cambios sociales.

Narraciones, así consideradas como la forma, como las cosas o situaciones son definidas en los modos a partir de los cuales nos definen y nos dicen cómo se debe participar de las relaciones sociales. Aquí hay una demostración de que los derechos no son algo

estático, obligando a estar atentos a las plurales y diferenciadas narraciones que sobre los mismos se dan en diferentes culturas y formas de vida. En la hipótesis de las mujeres sometidas al tráfico para la explotación sexual, la narración es la forma como estas mujeres son definidas, o sea, la forma discriminatoria, vejatoria y llena de estigmas en que son vistas no solamente por la sociedad, sino también por los órganos públicos, por la iglesia y por el propio Estado. Se parte, en este aspecto, de una cultura patriarcal y de exclusión social de la mujer, debiéndose observar otras formas de narraciones posibles, que puedan transformar el pensamiento discriminatorio y excluyente en un pensamiento dignificante, respetando la condición peculiar de persona y retirando todos los estigmas introyectados en nuestra mente y repetidos, por la mayoría, sin cualquier cuestionamientos. También la narración existente de acumulación exacerbada de capital y de explotación del trabajo debe ser revista, de forma que el lucro no supere la condición humana, y que la persona no se transforme en objeto de comercio. Es necesaria una nueva narración, orientada a nuevas formas de vida y a nuevas culturas que serán plantadas y cosechadas en esta sociedad.

Historicidad, considerada como la situación de un proceso social atendiendo a sus causas históricas y a los grupos que le dieron origen, así como a los efectos y momentos en que se encuentra dicho proceso al hacer este juego. La historicidad de los derechos supone afirmar que la concepción dominante en la actualidad no vino de ningún cielo estrellado, sino que tuvo origen concreto en alguna forma de lucha social por la dignidad humana. La ideología hegemónica tiende siempre a ocultar los orígenes y las causas de los fenómenos. Cuando se habla de historicidad, se hace desde cuatro perspectivas: 1- todo fenómeno social tiene su causa, siendo por eso importante la investigación de las causas históricas de los hechos y fenómenos sociales; 2- comprender la evolución temporal de los fenómenos, sus líneas, sus trazos, sus continuidades y discontinuidades, sus semejanzas con otros procesos, sus rupturas temporales que pueden producir acciones sociales que subvierten la concepción unilateral de tiempo; 3- percibir y asimilar el carácter dinámico de los procesos sociales; 4- social y económicamente, no hay entidades estáticas, sino procesos y tendencias. Aplicándose este elemento al presente trabajo, se concluye que la historicidad es de fundamental importancia para comprender el fenómeno de la explotación sexual de mujeres, mediante el análisis de las causas y fenómenos sociales que contribuyen para que el tráfico ocurra, como fue realizado en la primera parte de este trabajo, con el estudio del patriarcalismo, de las teorías feministas, de la esclavitud contemporánea y de la comparación de los sistemas existentes en cuanto al trabajo sexual y su reflejo en el tráfico de mujeres. Se vuelve

fundamental situar este problema en la historia, buscar soluciones efectivas y, por fin, verificar la posibilidad de cambiar estas condiciones materiales para que se pueda llegar a la dignidad plena.

La tercera capa está compuesta por espacios, valores, desarrollo y prácticas sociales. Se está delante del desarrollo del concepto de derechos humanos como resultado de procesos de lucha por la dignidad.

Los espacios, así considerados los lugares físicos, geográficos, humanos o culturales en que el conjunto de relaciones sociales son desarrollados. No se trata, en verdad, de hablar solamente de espacios físicos o lugares, sino de construcciones simbólicas de procesos en que se crean, se reproducen y se transforman los sistemas de objetos (productos culturales) y los sistemas de acciones (formas de reaccionar frente al ambiente de relaciones en que se vive). Es necesario recomponer espacios o zonas de informalidad que propongan visiones alternativas y anti-sistémicas que tengan por objetivo construir bases sociales y culturales de una nueva hegemonía. Para conocer y situar los derechos es necesario ubicarlos en esos espacios simbólicos en que las relaciones de poder colocan a los individuos en diferentes planos para alcanzar la dignidad. Es necesario crear un espacio de lucha para que pueda ser transformado culturalmente el estigma de la prostitución y de la discriminación de la mujer, y socialmente la forma de reaccionar y de ver el trabajo sexual prestado. Las principales causas del tráfico de mujeres para la explotación sexual es la posición social en que vivimos, patriarcal y discriminatoria, con la exclusión de la mujer de lo público, la división sexual del trabajo, y la falta de reconocimiento y garantías que son otorgadas a las mujeres por el Estado. Así pues, la construcción de un espacio simbólico, en que se pueda romper esta hegemonía dominante, para que se construyan nuevas formas de ver el mundo y nuevas garantías, siendo de extrema importancia para la busca de la dignidad de este grupo invisible ante la sociedad.

Los valores, considerados a las preferencias individuales o colectivas, mayoritarias o minoritarias, al respecto de alguna cosa, bien o situación social y que permitan la relación con los otros. Es importante entonces analizar cuáles son esos valores que conforman esta problemática y ver de qué modo esos valores se aproximan o se alejan de una visión amplia y contextualizada de la dignidad humana, pudiendo ser emancipadores o reaccionarios. En el caso de la prostitución, existen muchos valores predefinidos y reaccionarios, como los de que la prostitución es un mal, de que es una vida fácil, del estigma

de la prostituta y del proxeneta. Sin embargo, se hace necesario tener otros valores, analizar las efectivas causas del problema vivido (se está en la prostitución en sí, o en su explotación), verificar si la ausencia de reconocimiento de este trabajo como una profesión y de cualquier derecho, contribuye más aún con la explotación, aumenta la problematización y no otorga dignidad a estas mujeres, que son el bien más preciado, que será defendido. Los valores sociales deben ser vistos a través de una visión emancipadora, buscando, así, la ruptura de los estigmas y prejuicios existentes, creando nuevos valores, por medio de un cambio social y el cambio de la forma de ver el mundo.

El desarrollo, así considerado el proceso y situación actual de creación de condiciones sociales, económicas, culturales y políticas que permitan o impidan el acceso a los bienes. Es evidente que se puede hablar de desarrollo sin derechos humanos, pero no se puede hablar de derechos humanos sin desarrollo. Solamente habrá desarrollo cuando se llegue a una distribución igualitaria de técnicas y medios de aprendizaje que permitan crear condiciones adaptables al ambiente de diferentes pueblos. La perspectiva de desarrollo que aparece en el diamante debe ser entendida desde una posición subordinada de los actores sociales que ven afectadas sus vidas por las políticas económicas neoliberales. Hay entonces una necesidad de crear un desarrollo para las mujeres, para que tengan acceso igualitario a todos los bienes materiales e inmateriales, de empezar por el respeto de ellas como persona, por el acceso igualitario al mercado de trabajo, por el acceso a lo público sin discriminaciones, por el cambio de visión social acerca de las mujeres que trabajan con la prostitución.

Finalmente, el último elemento del diamante ético, las prácticas sociales, entendidas como las formas de organización y acción a favor o contra la situación de acceso a los bienes que se pretende, o sea, cuáles vienen siendo las prácticas sociales de los movimientos sociales, de las asociaciones, de las organizaciones no gubernamentales y de los partidos políticos con las políticas de reconocimiento de los derechos y con las acciones comprometidas con la emancipación y la liberación. Es necesario entonces analizar cuáles son las luchas sociales que vienen sucediendo en este ámbito y cuál es la voluntad del grupo social que está luchando. En el caso de la prostitución, a pesar de que haya una división clara de objetivos y deseos (hay quienes pretenden la reglamentación y el reconocimiento de la prostitución y hay quienes pretenden extirparla de la sociedad), se deben analizar ambas luchas con base en los demás elementos de nuestro diamante, para así concluir cuál de ellas es

la más justa y que pueda traer efectivamente, a estas mujeres a la dignidad humana, al acceso igualitario de los bienes materiales e inmateriales, sin ninguna forma de discriminación.

Sin embargo, las garantías hoy existentes de hecho no son suficientes para combatir el tráfico de mujeres y para garantizar los derechos y la dignidad de las trabajadoras, porque están opacadas por una teoría tradicional de derechos humanos, donde el mayor foco está limitado a las garantías jurídicas, sin observancia de las demás garantías, como las sociales, económicas, culturales y políticas, que deben ser implementadas en conjunto con las jurídicas para que la realidad pueda ser alterada.

Existe la necesidad, de esta forma, de trabajar con un nuevo criterio que pueda romper estas barreras. Este criterio está fundamentado en la teoría crítica de derechos humanos, donde los derechos humanos no son solamente aquellos previstos en las legislaciones internacionales, sino también el resultado de procesos de lucha por el acceso igualitario a los bienes materiales e inmateriales para una vida digna. Un criterio que rescate la riqueza humana y que resguarde las garantías sociales, económicas, culturales y políticas, además, por supuesto de las jurídicas.

De esta forma, fue realizado también un análisis comparativo entre las teorías acerca del trabajo sexual (prohibicionismo, reglamentarismo y abolicionismo), las teorías adoptadas en Brasil, España, Alemania, Holanda y Suecia, y los respectivos resultados en el tráfico de mujeres y en la garantía de derechos de las trabajadoras.

Los Estados Unidos, Gran Bretaña y China adoptan el prohibicionismo, en cuanto Alemania, Austria, México y Holanda el reglamentarismo, y a Francia, Bélgica, España, Italia y Suecia el abolicionismo.

Aunque los números hayan demostrado que el sistema abolicionista contribuye mejor para el combate del tráfico de mujeres, en especial en el caso de Suecia, que es extremadamente rígida en la criminalización de todas las partes involucradas con la prostitución, no es lo que se concluye mediante un análisis crítico y más profundo del tema. Ahora bien, en los países que adoptaron el sistema reglamentarista, se observa que la elección realizada por esas mujeres, que garantizase los derechos como trabajadoras y ciudadanas, no limitaría la entrada y salida del país con medidas radicales de cierre de fronteras, entonces, la situación de informalidad disminuiría y, por consecuencia, el tráfico, porque no habría más la criminalización y, por consiguiente, la coacción de estas mujeres a no denunciar agravios

contra su dignidad. La situación, en este caso, pasaría a ser semejante a la de trabajo en condición análoga a la de esclavo, o sea, no habría más causas de género o criminales orientadas a los trabajadores, no obstante, solamente las causas económicas y sociales que serían superadas. Se concluye, entonces, que la teoría crítica de derechos humanos debe ser la base para el combate al tráfico de mujeres.

De esta manera, se hace necesario realizar pruebas de las causas y del origen de este problema, existiendo dos motivos fundamentales para que el tráfico de mujeres sea el que más sucede en la perspectiva del tráfico de seres humanos.

La primera cuestión está relacionada al género, a la sociedad patriarcal, a la división sexual del trabajo y a las dualidades existentes en nuestra sociedad, en especial entre lo público y lo privado. Las mujeres desde hace mucho tiempo son discriminadas ante esta sociedad patriarcal, generando su exclusión en determinadas funciones en el mercado de trabajo, su alejamiento de los espacios públicos de reconocimiento y su sumisión a situaciones degradantes y de total falta de respeto a la dignidad humana, como es el caso del tráfico para la explotación sexual. Estas situaciones están tan arraigadas en la cultura predominante de nuestra sociedad que son utilizados diversos instrumentos, inclusive de forma inconsciente, para mantener tal dominación, citando, apenas como ejemplo, el poder simbólico, muy bien conceptualizado por Pierre BOURDIEU .

La segunda causa tiene origen económico, vinculado a la cuestión de la esclavitud contemporánea, del ser humano como mero objeto, debido a la lógica del mercado que vigora en el sistema capitalista. La pobreza, la miseria, la falta de educación, la falta de empleo, la ausencia de una posición política emancipadora vivida en el sistema capitalista generan la total desconsideración del ser humano. Las mujeres traficadas con el fin de la explotación sexual son, inclusive, sometidas a diversas situaciones también comunes a los trabajadores que prestan servicios en condiciones análogas a la de esclavitud. La lógica de mercado apenas ve la necesidad de lucro exacerbado, con la total desconsideración del ser humano. Por eso la necesidad de trabajar con el rescate de lo humano, valiéndose de criterios como el de la riqueza humana, defendida por Joaquín HERRERA FLORES .

Luego del estudio acerca del concepto de tráfico de mujeres, de sus causas y de su origen, se hace un análisis de la legislación nacional e internacional existente acerca del tema,

a fin de verificar si ella es suficiente para combatir tremenda atrocidad contra los derechos humanos.

La legislación internacional al respecto del asunto, así como las internas de Brasil y de España, analizadas detalladamente en este trabajo, no son suficientes para erradicar el tráfico de personas, ya que la práctica de este crimen permanece ocurriendo en cantidades elevadas. Las convenciones internacionales sobre el tema también no consiguen alcanzar el objetivo para las cuales fueron propuestas. De igual forma, las legislaciones brasileña y española también reprimen el tráfico de personas, pero de forma ineficiente. El reducido número de condenaciones genera un aire de impunidad, también contribuyendo para que el tráfico de seres humanos continúe ocurriendo. Por ejemplo, en Brasil el tipo penal que trata del tráfico de personas solamente criminaliza el tráfico para fines de explotación sexual, no previendo las demás formas de tráfico de personas, habiendo mucho por hacer, tanto es que las investigaciones analizadas en el transcurso de este trabajo muestran que el número de personas sometidas a estas situaciones es alto y la falta de garantías es evidente.

De acuerdo con el Protocolo de Palermo, existiendo el reclutamiento, el transporte, la transferencia, el alojamiento o acogimiento de personas por medio de amenazas, uso de la fuerza o a otras formas de coacción al rapto, a la fraude, al engaño, al abuso de autoridad o a la situación de vulnerabilidad o a la entrega o aceptación de pagos o beneficios para obtener el consentimiento de una persona que tenga autoridad sobre otra para fines de explotación, podemos presumir que queda un consentimiento viciado. Se impone analizar cuatro situaciones distintas:

Primera, aquella de una mujer que efectivamente no tiene conocimiento de que irá a otro país a desempeñar el trabajo de prostituta y es sometida a condiciones degradantes de trabajo y de esclavitud contemporánea (sea por no haber libertad de movilizarse, sea por la servidumbre por deuda existente en razón de los gastos en pasajes aéreas, hoteles, alimentación, sea por no poder regresar al país de origen por el hecho de que su pasaporte estar retenido por los responsables del tráfico, sea porque ni siquiera posee condiciones financieras para regresar a su país, ya que el salario prometido nunca es pagado). En esta situación, el consentimiento eventualmente dado efectivamente está viciado, configurándose claramente el tráfico de mujeres para la explotación sexual. El fraude y el engaño están claramente verificados.



Segunda situación la de una mujer que, no obstante tenga conocimiento de que va a trabajar en otro país como prostituta, es sometida a condiciones degradantes de trabajo y de esclavitud contemporánea. En este caso, el tráfico de mujeres también queda configurado, porque el consentimiento solamente existía para el desempeño de la prostitución, pero no para la sumisión a situaciones degradantes, quedando configurado el fraude, el engaño y la situación de vulnerabilidad.

Tercera situación la de una mujer que tiene conocimiento de que va a desempeñar la prostitución y que también conoce, sea por medio de noticiero, sea por medio de amigos que ya pasaron por la misma situación, que el trabajo será prestado en condiciones degradantes contra su dignidad o en condiciones análogas a de esclavitud. En este caso, también se entiende que el tráfico de mujeres queda configurado. Ahora, no obstante el consentimiento dado por la víctima y el conocimiento acerca del trabajo y de las condiciones de trabajo que serán desempeñadas, no se puede olvidar que habiendo la sumisión a condiciones de degradación del ser humano, de reducción del mismo a mero objeto, de sumisión a condiciones no humanas, se debe considerar la existencia del tráfico. Aunque el Protocolo de Palermo prevea como condición para su configuración la ocurrencia de amenaza o uso de la fuerza u otras formas de coacción, se presume la ausencia de otra opción de esta mujer - y no por ser mujer, por una cuestión de género o por el hecho de estar desempeñando el trabajo sexual, sino por el hecho de que a ningún ser humano le es dado el derecho de someter a otro ser humano a condiciones de tremenda explotación y perjuicio físico, moral y social. O sea, el consentimiento es dado en verdad, o solamente fue por falta de cualquier otra opción de vida digna, la cual el Estado debería proporcionar a todos los ciudadanos. Hay una clara situación de vulnerabilidad, a la cual el Protocolo se refiere, que induce al reconocimiento del tráfico de seres humanos.

Es importante resaltar que es bastante común el hecho de que la mujer tenga consciencia de que ejercerá la prostitución, pero no de las condiciones en que normalmente se vea coaccionada a actuar en dicha área, al llegar al local de destino, lo que, de cualquier forma, caracteriza el fraude.

Cuarta hipótesis es aquella en que una mujer es reclutada para desempeñar la prostitución en otro país, con o su consentimiento, siendo las condiciones de trabajo, diferentes de las hipótesis anteriores, dignas (se usa este término aunque sea difícil de conceptualizar lo que es una vida digna), o sea, estas mujeres no están sometidas a cualquier tipo

de servidumbre o esclavitud, no hay una cobranza de deudas, no hay amenazas o coacción en cuanto a su integridad física y de su familia, no hay prisión de documentos, en fin, las mujeres son efectivamente libres para desempeñar el trabajo que eligieron. En esta hipótesis, se entiende que no existe la configuración del tráfico de personas, pero sí de la figura del tráfico de migrantes, prevista en el Protocolo contra Contrabando de Migrantes por tierra, mar y aire, que es un complemento a la Convención de las Naciones Unidas contra el Crimen Organizado Transnacional, que entró en vigor internacionalmente el 29 de setiembre de 2003 y fue promulgado, en Brasil, por el Decreto n° 5016/04.

El objetivo del referido Protocolo es prevenir y combatir el tráfico de migrantes, así como promover la cooperación entre los Estados con ese fin, protegiendo al mismo tiempo los derechos de los migrantes, conforme previsto en su artículo 2°. Ya en el artículo 3° conceptúa el tráfico de migrantes como la promoción, con el objetivo de obtener, directa o indirectamente, un beneficio financiero u otro beneficio material, de la entrada ilegal de una persona en un Estado en el cual esa persona no sea nacionalizada o residente permanente.

La legislación brasileña conceptúa como tráfico de seres humanos las dos hipótesis citadas, ya que no hace referencia al consentimiento de la víctima para caracterizarlo, en las situaciones degradantes, de servidumbre o de esclavitud contemporánea. El artículo 231 prevé, expresamente, la figura del tráfico internacional de personas, tipificando como crimen a quien promueva, intermedie o facilite la entrada, al territorio nacional, de personas que vengán a ejercer la prostitución, o la salida de personas para ejercerla en el extranjero, también ha aumentado la pena en el caso de empleo de violencia, grave amenaza o fraude y multa, además de la pena correspondiente a la violencia.

El Código Penal Español, al contrario, no prevé un delito específico para el tráfico de seres humanos. En su capítulo V, cuando trata de los delitos relativos a la prostitución y a la corrupción de menores, preceptúa, en sus artículos 187 y 188 que, quien induce, promueve, favorece o facilita la prostitución de una persona menor de edad o incapaz, será penalizado con las penas de prisión y multa. Prescribe que aquel que determine, empleando violencia, intimidación o engaño, o abusando de una situación de superioridad o vulnerabilidad de la víctima, a la persona mayor de edad para ejercer la prostitución o mantenerse en ella será condenado a pena de prisión y multa. Dispone que en la misma pena incida aquel que lucre explotando la prostitución de otra persona, aunque sea con su consentimiento. Por fin, conceptúa el tráfico ilegal de mano de obra, previendo, en su artículo

312.2, inciso final, como delito practicado contra los trabajadores, el tráfico ilegal de mano de obra, incurriendo en la misma pena a aquellos que recluten o que determinen a los trabajadores a abandonar su puesto de trabajo, ofreciéndoles empleo o condiciones de trabajo engañosas o falsas, así como a aquellos que emplean a trabajadores extranjeros sin permiso de trabajo, en condiciones que perjudiquen, supriman o restrinjan los derechos que habrían sido reconocidos por disposiciones legales, convenios colectivos o contratos individuales.

En verdad, el principal objetivo de una red de tráfico de personas es la obtención de lucro. Entonces, aunque estas trabajadoras no estén en situación degradante, es verdad que al menos hubo la venta de estas mujeres para prestar servicios en otro país. Ninguna red de tráfico va a intermediar el trabajo de una prostituta para el exterior, si no obtuviese lucro. Y el lucro, verdaderamente, que provendrá de esta negociación, se vuelve ilegal, por transformar a la persona en mero objeto. Diferentemente ocurre en el caso de una casa de prostitución creada para que las prostitutas desempeñen su trabajo. En este caso, esta empresa podrá ser considerada empleadora, proveerá todos los instrumentos de trabajo necesarios para el desempeño de la función, que es lo que se pretende defender en este trabajo, no habiendo hablado, en esta hipótesis, de mercantilización de las personas, solo de la mera prestación de servicios sexuales.

En este sentido, es importante observar que el artículo 59 de la Ley de Extranjería de España (Ley Orgánica 04/2000) , bajo la rúbrica de Colaboración contra redes organizadas, prevé la posibilidad de la autoridad administrativa de eximir al extranjero ilegal de responsabilidad administrativa, concediéndole el permiso de trabajar en España y de residencia o facilitándole su regreso a su país de origen, si la víctima colabora en la persecución del tráfico de personas.

Como se ha visto, las normas de inmigración permiten la entrada regular en el territorio, si hubiera una oferta formal de empleo desde el país de origen o a través de reagrupación familiar. Estas condiciones de acceso son tan restrictivas que favorecen a las migraciones irregulares. Por el hecho de que la prostitución no es considerada trabajo, lo que implica que ninguna mujer pueda conseguir una oferta de empleo en el país de origen. De forma que para acceder a los derechos de trabajadora del sexo, la única posibilidad es presentarse como víctima, negando a veces el consentimiento (negando que quisiera viajar y que sabía que trabajaría con la industria del sexo). Así, la denuncia es recompensada con la posibilidad de quedarse exonerada de responsabilidad administrativa (artículo 59 de la Ley de

Extranjería - LOE 4/2000), o sea, pueden ser exoneradas de responsabilidad administrativa y no serían expulsadas aquellas personas extranjeras que hayan entrado de manera irregular y se encuentren trabajando sin autorización, por haber sido víctimas, testigos o haber sido perjudicadas por un acto de tráfico ilícito de personas para la explotación sexual, abusando de una situación de necesidad, si ellas denunciasen a las autoridades competentes a los autores o colaboradores del tráfico, proporcionando datos esenciales o atestiguando .

En cuanto al cierre de las fronteras, es importante resaltar que el Parlamento Europeo aprobó el día 4 de febrero de 2009 la norma comunitaria que establece sanciones mínimas en toda la Unión Europea (UE) para los empresarios que contraten personas en situación irregular, como parte de una serie de medidas para promover la inmigración legal en Europa. La nueva norma obligará a los países miembros de la Unión Europea a aplicar sanciones mínimas a las personas físicas o jurídicas que contraten personas en situación irregular.

En primer lugar, las empresas tendrán la responsabilidad de comprobar que las personas de países extracomunitarios que emplean poseen documentos dentro de esta regla, y deben comunicar su contratación a las autoridades.

Las sanciones para quien contrata inmigrantes ilegales van desde multas, en las cuales se incluiría el costo de repatriación del trabajador, hasta la pérdida de subsidios y la imposibilidad de recibir ayudas públicas en un plazo de cinco años.

Además de eso, el empresario tendrá que abonar una suma igual a la cantidad de impuestos y montos que hubiera pagado si el trabajador tuviera un contrato legal, así sería obligado a pagar automáticamente los salarios atrasados.

La regla también prevé sanciones penales para los casos más graves. Si el empresario fuera reincidente, si contratara a un gran número de personas en situación irregular, si explotara a los inmigrantes, si la persona empleada fuera víctima del tráfico de seres humanos y si el empleador supiera que se trata de un menor.

Como ya fue resaltado, se analizaron los elementos de una teoría crítica y las dificultades encontradas para el combate al tráfico de mujeres y para la garantía de los derechos de las trabajadoras y de su dignidad, se verifica que es necesario trabajar no

solamente con garantías jurídicas, sino también sociales, económicas, culturales y políticas, a fin de crear una alternativa que pueda modificar esta realidad.

De esta forma, con base en la teoría crítica de derechos humanos, se propone la adopción de diversas garantías, de forma multidisciplinar, a fin de que sea posible discutir el problema desde su origen, y no de forma aislada.

Las jurídicas, con proposición de cambios legislativos, en lo que respecta: 1- al reconocimiento de la prostitución como una profesión reglamentada, 2- a la garantía de todos los derechos laborales de estas trabajadoras, 3- a la descriminalización de la prostitución, manteniéndose, sin embargo, de forma más efectiva y rígida, la penalización del tráfico de mujeres y niños para la explotación sexual y de la explotación sexual mediante fraude o amenaza, 3- a la alteración del Protocolo de Palermo en lo que refiere a la cuestión del consentimiento, 4- a la alteración de lo dispuesto en el artículo 231 del Código Penal Brasileño, a fin de abarcar todas las formas de tráfico de seres humanos y también criminalizar el tráfico de migrantes, 5- a la alteración de las normas de inmigración rígidas existentes, que discriminan a los inmigrantes y contribuyen con el tráfico de seres humanos, 6- y al papel del Ministerio Público de Trabajo en el combate al tráfico de mujeres para la explotación sexual, de forma que se pueda actuar tanto en su prevención, fundamental en este problema, como en su represión.

Garantías sociales y económicas, con la implementación de: 1- políticas públicas que serán adoptadas por el Poder Ejecutivo, 2- proyectos de generación de empleo y renta, 3- una actuación más efectiva de las entidades sociales, de los sindicatos y de las organizaciones no gubernamentales y 4- de programas sociales para la reinserción de mujeres en situación de riesgo (aquellas sometidas al tráfico de mujeres y no a aquellas que ejercen la prostitución por su voluntad, porque éstas estarían inseridas en los programas existentes para los trabajadores en general, por no encontrarse en “situación de riesgo social”).

Las garantías culturales, enfocándose en la cuestión de la educación, base de todo cambio social, y de la ruptura de estigmas, tan fuertes y marcantes en la cuestión de la prostitución y del tráfico de mujeres para la explotación sexual, con la necesaria garantía de acceso igualitario a los bienes materiales e inmateriales por todos indistintamente.

Y por fin, las garantías políticas, que apuntan al fortalecimiento de este grupo discriminado, visando el pasaje de una ontología de la pasividad para una ontología de la

potencia. Así puesm al considerar lo político como algo separado de las luchas sociales por la dignidad humana se dejó en suspenso todo lo que depende de la política en su dimensión de relaciones de fuerza, de alteridad, de adversidad y de antagonismo. Si los derechos humanos pertenecen a una esfera transcendente a toda acción política se llega a asumir el mundo que nos toca vivir. Existiendo algo como una realidad (ontología de la pasividad) que no se puede modificar, ya que está por encima de nuestra capacidad de actuar en la sociedad. Para construir una teoría crítica, es necesario entender de otra forma la acción social, denominándola de ontología de la potencia, de la acción política ciudadana siempre en tensión con las tendencias que buscan transformar las relaciones sociales en cosa, objeto. Una ontología de la potencia que permita comprender y llevar a la práctica lo político estratégico de un modo socialmente compatible con una política democrática de textura abierta .

Las medidas ahora propuestas se enredan en un estudio detallado acerca del tema, analizándose el origen del problema, así como las actuales garantías jurídicas existentes, para así poder llegar a la conclusión de lo que todavía puede ser hecho. Las propuestas fueron presentadas, pero necesitan ser implementadas, surgiendo, entonces, la necesaria actuación de los Órganos públicos y entidades privadas que poseen atribución para ello.

Entre los diversos Órganos Públicos que trabajan con esta problemática, se analizó la actuación del Ministerio Público de Trabajo brasileño en el combate al tráfico de mujeres para la explotación sexual. El Ministerio Público en Brasil es considerado por algunos doctrinadores el cuarto Poder, al lado de los Poderes Ejecutivo, Legislativo y Judicial, teniendo un relevante papel en la búsqueda de mejores condiciones de trabajo y en la garantía de los derechos humanos y sociales de todos los trabajadores, independientemente de su nacionalidad, por ser defensor del orden jurídico, del régimen democrático y de los intereses sociales indisponibles.

En el ámbito extrajudicial, la función de interlocutor social es de notoria relevancia, porque objetiva la comunicación con la sociedad y, por medio de audiencias públicas, oír la voz de todos los involucrados, debiendo actuar siempre con imparcialidad en la búsqueda de mejores soluciones. También los procedimientos investigativos tienen un importante papel en la efectividad de los derechos, porque por medio de las investigaciones de las denuncias recibidas (los miembros poseen diversas prerrogativas para que puedan investigar con imparcialidad) se pueden adoptar medidas extrajudiciales, como el Terminio del

Compromiso de Conducta, o judiciales, como la Acción Civil Pública, inexistente en otros países, actuando el Ministerio Público del Trabajo como defensor de la sociedad.

La posibilidad de requerirse en una Acción Civil Pública la condenación a la práctica de determinado acto o a la abstención del mismo, así como requerir la condenación por daño moral colectivo o por la práctica de dumping social, que hace el diferencial. La represión es esencial, así como las condenaciones en indemnizaciones, para que haya un aspecto pedagógico de la pena.

La actuación del Ministerio Público del Trabajo en el tráfico de personas todavía es muy tímida, considerando el gran número de casos existentes y el pequeño número de procedimientos, investigaciones y condenaciones acerca del tema. La actuación que viene siendo realizada ha traído excelentes resultados, ya que busca no solamente la penalización de los criminales involucrados, sea criminalmente, sea civilmente, sino también la recolocación de los trabajadores en el mercado de trabajo, la inserción de proyectos de generación de empleo y renta, así como la concienciación de la sociedad, por medio de audiencias públicas y de la realización de conferencias, persiguiendo el cambio de la cultura existente. Se realiza constantemente un trabajo preventivo, buscando siempre evitar que situaciones semejantes no sucedan más, además de la actuación política, con el acompañamiento de todos los proyectos de ley relacionados a los temas correlativos a la actuación del MPT.

Así, se observa que el Ministerio Público ha actuado incansablemente en la lucha contra todos los tipos de explotación de la persona humana, sea contra el trabajo esclavo, o trabajo infantil y el tráfico de personas para todos los fines, en especial para fines de explotación sexual. Es cierto que Brasil está mucho más avanzado que otros países, principalmente por la posibilidad de utilización de la Acción Civil Pública, inexistente en otros países. Sin embargo, se verifica que la actuación todavía es muy incipiente, necesitando mejorar, principalmente en la garantía de los derechos de los trabajadores del sexo, involucrados en el tráfico de seres humanos, bajo pena de los agenciadores y criminales que serían beneficiados con el tráfico, ya que acaban no indemnizando por los derechos legales a los que estas personas tienen derecho.

Se entiende que las medidas que serán adoptadas pasan por garantías jurídicas, sociales, económicas, culturales y políticas, siempre teniendo en mente todos los principios y fundamentos de la teoría crítica de derechos humanos. Es necesario, por tanto, empoderar a

los sujetos involucrados con esta lucha, garantizar los derechos en las normas legales, pero no solamente ahí, cambiar la cultura actual existente, alterar las bases políticas, cambiar la realidad existente, transformando a los sujetos de esta lucha en individuos libres y fuertes para que conquisten sus objetivos. Y en esta lucha, es indiscutible la importancia del Ministerio Público del Trabajo, juntamente con la actuación efectiva de entidades gubernamentales y no gubernamentales, con el fin de posibilitar el combate efectivo a este tipo de explotación, mediante la utilización de diversos instrumentos ya existentes, pero que son utilizados con sobriedad, como por ejemplo, las acciones con pedidos relativos al dumping social. La actuación de la sociedad también es de fundamental importancia, en especial de los trabajadores involucrados que deben luchar por su empoderamiento. Tratándose de este problema de tremenda gravedad y proporción, son necesarias medidas multidisciplinarias, a fin de que algo pueda ser hecho, para que la realidad pueda ser cambiada, para que los trabajadores involucrados puedan adquirir las condiciones mínimas necesarias para vivir con dignidad.

Concediéndose a las mujeres las garantías encima citadas, ciertamente se estará otorgando el acceso libre e igualitario de todos indistintamente, a los bienes necesarios para vivir con dignidad y se estará dando poder a este grupo social, para que pueda luchar de una forma emancipadora por sus derechos. La realidad podrá entonces ser vista de otra forma, bajo otra perspectiva, nueva, emancipadora y libertadora.